

A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Fevereiro, 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Pedro Aires Oliveira

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

*A todos os que fazem parte
da minha vida*

Agradecimentos

A realização desta tese é devedora do contributo de todos quantos ajudaram no trabalho de pesquisa e redacção. Um agradecimento especial é devido ao meu orientador, o Professor Pedro Aires Oliveira, pelo acompanhamento e pela atenção constante com que seguiu as minhas opções, ajudando-me a encontrar a melhor abordagem para enquadrar um tema tão complexo quanto o envolvimento da Organização das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa. Aos que nas instituições onde foram recolhidas as fontes e a bibliografia, sem as quais não teria sido possível elaborar a tese, facilitaram-me o acesso e esclareceram as minhas dúvidas agradeço o profissionalismo e o cuidado com que satisfizeram os meus pedidos. Pela importância que tiveram para alargar os horizontes do meu trabalho, os comentários daqueles que em conferências ou conversas informais criticaram as primeiras tentativas de aproximação ao tema merecem um agradecimento pelo estímulo e encorajamento que deram à minha pesquisa. À Alice Cunha e à Yvette Santos agradeço o facto de terem lido parte da tese, permitindo com os seus comentários enriquecer o meu trabalho. Por me terem apoiado e ajudado nos mais diversos momentos agradeço aos meus familiares, em particular à minha mãe, Maria Alice, e à minha irmã, Artemiza, que foram o suporte indispensável à realização desta tese.

A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos

Resumo

Esta tese destina-se ao estudo do envolvimento da Organização das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa entre 1961-1970. A Organização das Nações tem sido responsável pelo desenvolvimento de ideias que por vezes adquirem um carácter de universalidade, tornando-se em elementos de regulação das relações internacionais. A ideia de autodeterminação seria inscrita na Carta das Nações Unidas de forma genérica e indefinida, não tendo sido associada aos capítulos relativos aos territórios dependentes. Num longo processo de institucionalização, que seria bastante controverso, a ideia de autodeterminação passaria gradualmente a significar o direito dos povos determinarem livremente o seu destino. Com a admissão de Portugal enquanto Estado membro, as Nações Unidas desenvolveriam esforços no sentido de conseguirem que o governo português implementasse a autodeterminação nas suas colónias. Ao recusar-se a cumprir as resoluções adoptadas, o governo português obrigaria a Organização a desenvolver novos procedimentos, que resultariam numa evolução empírica das disposições da Carta. Como se pretende demonstrar, a análise continuada da questão colonial portuguesa acabaria por influenciar o debate mais amplo sobre a autodeterminação, obrigando as Nações Unidas a introduzir novos desenvolvimentos na ideia, que, ainda assim, nunca perderia o seu carácter controverso.

Palavras-Chave: Organização das Nações Unidas, Autodeterminação, Questão Colonial Portuguesa

Abstract

This Thesis is designed to study the United Nations' commitment in the controversy regarding the Portuguese colonial issue between 1961 and 1970. The United Nations

has been responsible for the development of ideas that sometimes can attain an universal scope, becoming key elements in the regulation of the international relations. The idea of self-determination was named in the United Nations' Charter in a generic and undefined feature without any kind of reference to the chapters related to the dependent territories. Due to a long process of institutionalization, which was very controversial, the idea of self-determination became gradually the right of each people to freely determine its own destiny. After Portuguese membership, the United Nations developed efforts to achieve the implementation of the idea to its colonies. Refusing to comply with the resolutions, the Portuguese government induced the Organization to develop new procedures which would result in an empirical evolution of the Charter dispositions. As we intend to explain, in the end the Portuguese colonial issue was one of the main influences in the general dispute regarding self-determination, constraining the United Nations to introduce new developments in the idea, which nonetheless never escaped to its controversial feature.

Keywords: United Nations, Self-determination, Portuguese Colonial Issue

Índice

Dedicatória

Agradecimentos

Resumo

Índice

Lista de Abreviaturas

Introdução	01
Capítulo I – Uma Nova Ordem Mundial	21
<i>“Nós, os Povos das Nações Unidas”</i>	22
<i>“Todos os Outros Estados Amantes da Paz”</i>	29
<i>“Ficam Estabelecidos como Órgãos Principais”</i>	35
<i>Uma Prática Rica e Variada</i>	43
Capítulo II – Uma Ideia Genérica e Indeterminada: 1945-1960	52
<i>A “Sacred Trust Mission”</i>	53
<i>O Mecanismo Preferencial da Descolonização</i>	61
<i>Tanto pela Letra como pelo Espírito</i>	64
<i>“Da Mesma Natureza que as Restantes”</i>	73
<i>A Magna Carta da Descolonização</i>	87
Capítulo III – Uma Questão Prioritária: 1961-1962	104
<i>“...the Most Ruthless Suppression of Human Rights”</i>	106
<i>Uma Influência Moderadora</i>	124
<i>“Toute la Charte, mais rien que la Charte”</i>	135
<i>“Charter or no Charter, Council or no Council”</i>	144
<i>“Impregnado de Realismo e de Moderação”</i>	150
<i>“Um Documento Político e não Simplesmente Informativo”</i>	157
<i>“...de Todos o mais Moderado”</i>	168
Capítulo IV – Uma Recuperação Notável: 1962-1964	179
<i>“Numa Boa Posição”</i>	180
<i>“O Espectáculo dos Dias Memoráveis”</i>	198
<i>Uma “Vitória para Portugal”</i>	207
<i>Uma Decisão “Processual e Inofensiva”</i>	218
<i>“Em Termos Muito Suaves”</i>	231

Capítulo V – Uma Fonte de Inquietações Particulares: 1965-1967	240
<i>“A Frustração Africana”</i>	241
<i>“Uma Base Legal para a Rebelião”</i>	249
<i>“Um Espírito de Maior Intolerância e Extremismo”</i>	263
<i>“A Mais Enérgica Condenação”</i>	276
Capítulo VI – A Via do Realismo: 1968-1970	295
<i>“Menos Extremista na sua Redacção”</i>	296
<i>“Não tanto a Firmeza do Tom”</i>	309
<i>“Não Tendo sido uma Vitória”</i>	327
Conclusões	351
Fontes & Bibliografia	262
Anexos	383
I - Membros da Organização das Nações Unidas	384
II - Mudanças nos Equilíbrios Regionais da Assembleia-Geral	386
III - Territórios Não Autónomos Enumerados pelas Potências Coloniais	387
IV - Missão Portuguesa junto da Organização das Nações Unidas	389
V – Votação das Resoluções da Assembleia-Geral	392
VI – Votação das Resoluções do Conselho de Segurança	395
VII - Peticionários Ouvidos pelo Subcomité de Angola	396
VIII – Peticionários Ouvidos pela IV Comissão	397
IX - Peticionários Ouvidos pelo Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa	400
X - Composição do Comité de Descolonização	406
XI - Peticionários Ouvidos pelo Comité de Descolonização	411
XII - Votação das Resoluções do Comité de Descolonização	415
XIII - Lista de Territórios Não Autónomos aos quais a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais se Aplicava	416

XIV – Fotografias Entregues por Portugal ao Subcomité de Angola	419
XV – Fotografias das Sessões do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa no Congo (Leopoldville)	422

Lista de Abreviaturas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ACOA – American Committee on Africa

AG – Assembleia-Geral

AIEA – Agência Internacional de Energia Atómica

ALIAZO - Aliança dos Emigrantes do Zombo

ANE – Actores Não Estatais

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAUNC – Comité de Acção para a Unidade Nacional de Cabinda

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPA – Conselho do Povo Angolano

CS – Conselho de Segurança

CUNA – Comité de Unidade Nacional Angolana

ECOSOC – Conselho Económico e Social

EUA – Estados Unidos da América

FLN – Frente de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNA – Frente Nacional Angolana

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FNLG – Frente Nacional para a Libertação da Guiné

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FUA – Frente de Unidade Angolana

GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio

LGTA – Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos

MDIA – Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola

MLEC – Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda

MLGC – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

MNA – Movimento dos Não Alinhados

MNA* – Movimento Nacional Angolano

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPLA – Movimento para a Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

NATO – Northern Atlantic Treaty Organization

NGWIZAKO – Ngwizani a Kongo

NU – Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PDA – Partido Democrático de Angola

RFA – República Federal da Alemanha

SDN – Sociedade das Nações

SG – Secretário-Geral

SWAPO – South West Africa People's Organization

TANU – Tanganyika African National Union

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Portuguesa

UNEA – União Nacional dos Estudantes Angolanos

UNGP – União dos Naturais da Guiné Portuguesa

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

UPLG – União Popular para a Libertação da Guiné Portuguesa

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

AINDA QUE PODENDO SER objecto de diferentes interpretações quanto ao seu significado e às suas origens, a descolonização, entendida como o desmantelamento do que se transformara desde 1890 num sistema de dominação imperial centrado na Europa, tornar-se-ia num dos acontecimentos mais significativos da segunda metade do século XX¹. Num processo complexo, desordenado e desigual, a dissolução dos impérios coloniais no pós-II Guerra Mundial resultaria na generalização do sistema de estados soberanos institucionalizado pela Paz de Vestefália (1648)². Em espaços onde outrora as potências europeias detinham colónias e semi-colónias surgiriam estados independentes, numa transformação profunda da geografia política mundial³. As estruturas formais e institucionais dos impérios coloniais seriam substituídas quando, pouco antes, em finais do século XIX, a primazia das potências europeias sobre territórios não ocidentais, aos quais não eram reconhecidos direitos soberanos, se tinha tornado efectiva. No imediato pós-guerra, com a recuperação das colónias que tinham sido ocupadas por forças inimigas, poucos indícios pareciam no entanto sugerir que os impérios coloniais europeus estivessem na eminência do colapso⁴. Num curto espaço de tempo, o movimento de descolonização atingiria a Ásia, o Norte de África e a região Subsariana, demonstrando a impossibilidade de se preservar as colónias. Com a excepção de Portugal e da Espanha, em meados da década de 1960, a Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica tinham concedido a independência à quase totalidade das suas colónias⁵.

Na interpretação do processo de descolonização algumas explicações insistem na importância de forças estruturais enquanto factores de desestabilização dos impérios coloniais. A tendência para se atribuir um grande peso a mudanças nas condições

¹ Cf. DARWIN, John - «Diplomacy and Decolonization» In *International Diplomacy and Colonial Retreat*. FEDOROWICH, Kent; THOMAS, Martin (Ed.). S.l.: Routledge, 2000. p. 5

² Cf. PHILPOTT, Daniel - *Revolutions in Sovereignty: How Ideas shaped Modern International Relations*. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2001. p. 153

³ Cf. *Idem*. p. 36

⁴ Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Salazar e os ventos da história: A Resistência à Descolonização (1945-1967). Projecto de Investigação*. Lisboa: Texto Policopiado, 2006. p. 3

⁵ Cf. DROZ, Bernard – *Histoire de la Décolonisation au XX^{ème} Siècle*. Paris: Édition Seuil, 2006. p. 13-14

materiais do pós-guerra resultam em narrativas que destacam o relativo declínio económico e militar das potências coloniais, as dificuldades económicas geradas pelo conflito, os custos de manutenção das colónias, a mudança nos mercados económicos ou as alterações nas realidades estratégicas⁶. A rapidez do processo, a simultaneidade dos eventos e a similaridade quanto aos resultados têm sido porém evocados para sugerir outras abordagens, que explicam a descolonização como resultante de um processo sistémico mais amplo⁷. Sem colocar de parte a influência que as forças estruturais terão tido, tem-se argumentado que ideias, com origens no Ocidente e adoptadas pelos anticolonialistas, foram o factor determinante na abolição do colonialismo⁸. Por ideias entende-se o conjunto de crenças detidas por indivíduos, governos ou organizações que ajudam, ao determinarem as suas atitudes e acções, a explicar resultados políticos⁹. Existindo uma grande controvérsia quanto ao conceito e diferentes tipologias de classificação, algumas abordagens pretendem que as ideias normativas ou *principled beliefs*, que especificam os critérios para se distinguir o certo do errado, o justo do injusto, sejam responsáveis por uma mudança em que o colonialismo enquanto instituição tornar-se-ia controverso e objecto de críticas generalizadas, perdendo a sua justificação moral, o que resultaria na sua substituição por uma outra ideia: a da autodeterminação¹⁰.

Com um considerável poder explicativo, a abordagem assente no poder das ideias enquanto motivador da descolonização resulta das análises ideacionais que, desde a década de 1980, têm conquistado um espaço proeminente nos debates académicos¹¹. A

⁶ Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 154

⁷ Cf. SPRUYT, Hendrik - «The End of Empire and the Extension of the Westphalian System: The Normative Basis of the Modern State Order» In *International Studies Review*. Vol. 2. Nº 2 (Verão, 2000). p. 65

⁸ Cf. JACKSON, Robert - “The Weight of Ideas in Decolonization: Normative Change in International Relations” In *Ideas and Foreign Policy. Beliefs, Institutions and Political Change*. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. (Ed.). EUA: Cornell Paperbacks, 1993. p. 114

⁹ Cf. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. - «Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework» In *Ideas and Foreign Policy. Beliefs, Institutions and Political Change*. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. (Ed.). EUA: Cornell Paperbacks, 1993. p. 3; EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. EUA: Indiana University Press, 2009. p. 38

¹⁰ Cf. *Idem.* p. 9. Goldstein e Kehoane definem três tipos de crenças: as opiniões mundiais, as *principled beliefs* e as *causal effects*. Outros estudos, como o de Hendrik Spruyt propõe uma classificação que distingue três categorias de normas: as que delineiam regras morais, as que fazem parte de prescrições consideradas como dados adquiridos e as que servem propósitos utilitários. Cf. SPRUYT, Hendrik – *Ob. Cit.* p. 67

¹¹ Cf. BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry - «Introduction: Ideas and Politics» In *Ideas and Politics in Social Science Research*. BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (Ed.). Nova Iorque: Oxford Press University, 2011. p. 5

valorização de factores como o papel das ideias, dos discursos e da cultura na política ou o estudo de questões como o conceito de ideologia, as identidades de raça e de género e as desigualdades podem ser considerados como alguns dos elementos que contribuíram para o desenvolvimento das análises ideacionais¹². Três grandes preocupações têm estado subjacente aos estudos desenvolvidos, procurando-se compreender as relações entre as ideias e as instituições, os interesses e a mudança¹³. Permitindo uma variedade de perspectivas, as análises ideacionais têm como enquadramento conceptual, entre outros, o conceito de sociedade internacional desenvolvido pela Escola Inglesa de Relações Internacionais, que, datando de finais dos anos de 1950, desde o fim da Guerra Fria tem estado na primeira linha dos debates contemporâneos sobre a teoria das relações internacionais. Com o conceito de sociedade internacional, que integra uma abordagem teórica pluralista, a Escola Inglesa coloca no centro da teoria das relações internacionais a institucionalização de interesses e identidades comuns entre estados e a criação e manutenção de normas, regras e instituições¹⁴. Defende que os estados formam uma sociedade internacional que, num contexto de anarquia em que não existe uma entidade hierárquica superior, se rege por normas comumente aceites, que guiam as suas relações¹⁵. A actuação dos estados é, na tradição de pesquisa da Escola Inglesa, condicionada por tais normas que geram padrões de comportamento, que se não forem seguidos acarretam penalizações para os incumpridores. As normas são apresentadas como passíveis de transformação com o tempo, por acção dos participantes, que respondendo a pressões e a mudanças sociais, económicas e políticas contribuem para a redefinição da sociedade internacional¹⁶. A transformação das normas, que podem consolidar-se ou cair em desuso, é considerada como um factor de mudança nas relações internacionais.

Por partilhar alguns pressupostos com a Escola Inglesa, a adopção de perspectivas associadas ao Construtivismo, nascido por oposição a teorias das relações

¹² Cf. *Idem.* p. 7-10

¹³ Cf. *Idem.* p. 11

¹⁴ O conceito de sociedade internacional integra a abordagem teórica pluralista defendida pela Escola Inglesa, da qual fazem parte outras tradições de pesquisa como o sistema internacional, que ressalta a dimensão anárquica da realidade internacional, e a sociedade mundial, que toma a população global, no seu todo, como elemento fulcral das relações internacionais. Cf. BUZAN, Barry. *From International to World Society?: English School Theory and the Social Structure of Globalisation*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004. p. 10

¹⁵ Cf. BELLAMY, Alex J. - «International Society and the English School» In *International Society and its Critics*. BELLAMY, Alex J. (Ed.). S.l.: Oxford University Press, 2004. p. 2

¹⁶ Cf. CRAVINHO, João Gomes – *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS, 2002. p. 46

internacionais como o Realismo, tem resultado em contributos adicionais para as agendas que exploram a importância de estruturas normativas e das ideias¹⁷. Havendo uma grande diversidade de abordagens, o Construtivismo tem vindo a sustentar que o sistema internacional é uma construção humana baseada em ideias compartilhadas, ou regras, as quais são os meios pelos quais os estados comunicam e coordenam as suas acções¹⁸. Com uma função normativa, as regras constitutivas, que definem práticas que tornam viáveis determinadas actividades, são consideradas como tendo um papel central na condução da vida em sociedade. Do modelo proposto resulta a existência de uma estrutura normativa internacional estratificada, em que as regras mais genéricas, que condicionam as que estão a um nível mais superficial, constituem as instituições sociais básicas da vida internacional¹⁹. As regras constitutivas são consideradas como condicionantes da forma como os estados definem as suas identidades e os seus interesses num determinado momento histórico. Em caso de incumprimento das regras, entende-se, como a Escola Inglesa, que os transgressores são sujeitos a penalizações e que quando ocorrem mudanças os estados alteram os seus interesses e comportamentos, adaptando-se ao novo contexto normativo²⁰.

A alteração nas ideias sobre a validade da manutenção da dominação colonial seria - decorrente das abordagens influenciadas pela Escola Inglesa das Relações Internacionais e pelo Construtivismo - resultante de pressões e acções dos povos colonizados, da opinião pública nas metrópoles, de governos soberanos, de Actores Não Estatais ou de instituições intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas²¹. Estabelecida nos finais da II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas tem vindo a ser estudada enquanto criadora e promotora de ideias e conceitos que influenciam o discurso público internacional²². Na ausência de uma autoridade

¹⁷ Sobre as associações entre a Escola Inglesa e o construtivismo *vide* BROWN, Chris; AINLEY, Kristen – *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2012. p. 92-99

¹⁸ Cf. SODUPE, Kepa – *La Teoría de las Relaciones Internacionales a Comienzos del Siglo XXI*. S.I.: Servicio Editorial de la Universidade del País Vasco, s.d. p. 166

¹⁹ Cf. *Idem*. p. 168

²⁰ Cf. ONUF, Nicholas Greenwood – *Making Sense, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations*. Nova Iorque: Routledge, 2013. p. 4

²¹ Segundo Goldstein e Kehoane existem três formas pelas quais as normas afectam a política: ao fornecerem *principled* ou *casual road maps*; afectando as estratégias onde não existe um equilíbrio único; tornando-se parte de instituições. Cf. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. – *Ob. Cit.* p. 7

²² A título de exemplo veja-se EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. EUA: Indiana University Press, 2009; EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *The Power of UN Ideas: Lessons from the First 60 Years*. Washington: Communications Development Incorporated, 2005

mundial central, que realize escolhas políticas e mobilize recursos para a implementação de decisões, a Organização tem sido considerada como um dos actores da governança global, entendida como o conjunto de leis, normas, políticas e instituições que definem, constituem e medeiam as relações entre cidadãos, sociedades, mercados e estados na arena internacional²³. Às Nações Unidas têm sido atribuídas uma *ideational role*, significando os seus esforços para compreender e resolver problemas colectivos, que ultrapassam as fronteiras nacionais, através da formulação de normas e de recomendações políticas²⁴. Sendo considerada um espaço para a circulação de ideias, tem-se reconhecido que a Organização tem estado envolvida num processo dinâmico de estabelecimento de normas, regulamentos, instituições e requisitos, que podem ser institucionalizados a nível nacional, regional e global ou, pelo contrário, podem nunca alcançar a universalidade.

A caracterização das Nações Unidas enquanto espaço de mudança nos paradigmas que até à II Guerra Mundial tinham servido de fundamento à dominação colonial tem sido destacada pelos que abordam o contributo da Organização para a consolidação de uma nova compreensão internacional da ideia de autodeterminação²⁵. Aceite sem grande controvérsia, a visão das Nações Unidas como uma das promotoras do ímpeto para a autodeterminação encontra justificação no facto de os novos fóruns da diplomacia internacional estabelecidos no pós-guerra terem-se tornado em espaços de confronto entre as potências coloniais e os seus oponentes anti-coloniais²⁶. Produzindo resultados distintos, pela existência de inúmeras variáveis associadas a cada caso, desde o seu estabelecimento, a Organização estaria envolvida em tentativas para associar aos territórios coloniais a ideia de autodeterminação²⁷. Em meados da década de 1950 iniciaria um longo diferendo com o governo português, que, defensor de uma ideologia colonial em que a “missão histórica” portuguesa de colonizar e civilizar tinha um papel destacado, recusaria qualquer solução negociada com os movimentos anti-coloniais,

²³ Cf. WEISS, Thomas G.; THAKUR, Ramesh – *Global Governance and the UN: An Unfinished Journey*. EUA: Indiana University Press, 2010. p. 6

²⁴ Cf. *Idem*. p. 28

²⁵ Dois exemplos desta abordagem são Daniel Philpott, em *Revolutions in Sovereignty: How Ideas shaped Modern International Relations*, e Robert Jackson, com «The Weight of Ideas in Decolonization: Normative Change in International Relations».

²⁶ Cf. FEDOROWICH, Kent; THOMAS, Martin - «Introduction» In *International Diplomacy and Colonial Retreat*. FEDOROWICH, Kent; THOMAS, Martin (Ed.). S.l.: Routledge, 2000. p. 1

²⁷ Um bom ponto de partida para o estudo do envolvimento das NU nas questões coloniais é LUARD, Evan - *A History of the United Nations. The Years of Western Domination*. Vol. I. S.l.: Macmillan, 1989; LUARD, Evan - *A History of the United Nations. The Age of Decolonization 1955-1965*. Vol. II. S.l.: Macmillan, 1989

recorrendo à repressão militar para conter as aspirações nacionalistas²⁸. Negando sistematicamente a competência das Nações Unidas para analisar a sua política colonial, Portugal deixaria sem aplicação as sucessivas resoluções que lhe solicitavam a implementação da autodeterminação. Tendo resistido mais do que as restantes potências coloniais conseguiram, somente a mudança de regime em Portugal, em 1974, determinaria o início do processo de descolonização, que seria em parte condicionado pelas pressões das Nações Unidas.

Como as guerras coloniais portuguesas ultrapassaram as fronteiras da metrópole e das colónias, integrando-se numa dimensão internacional e supranacional, o envolvimento das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa é o objecto escolhido como caso de estudo empírico para se tentar perceber as tentativas desenvolvidas para fazer aplicar a ideia de autodeterminação. É nossa intenção adoptar como delimitação cronológica dois momentos marcantes na definição pelas Nações Unidas do conceito de autodeterminação. A aprovação em finais de 1960 da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, que traduziria uma alteração nas disposições da Carta das Nações Unidas sobre a autodeterminação, servirá como baliza inicial, ainda que pretendamos recuar no tempo como forma de melhor compreender o nosso objecto de estudo. Mesmo se o diferendo com o governo português se tenha prolongado até 1974, entendemos não estender a nossa análise além dos novos avanços na ideia de que os povos tinham direito a escolher livremente o seu destino introduzidos com a aprovação em 1970 do Programa de Acção para a Implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e da Declaração de Princípios do Direito Internacional sobre as Relações Amigáveis e a Cooperação entre os Estados. Mais do que qualquer outra razão, a escolha cronológica é determinada pelo grande volume de informação existente sobre a temática, o que dificulta um estudo que se estenda até à solução final do diferendo entre as Nações Unidas e Portugal. A análise da questão colonial portuguesa pelas Nações Unidas resultou numa produção documental assinalável, tanto da Organização como do governo português, que, merecendo uma análise atenta, condicionou a opção por um período cronológico mais limitado. Entendemos sacrificar os limites cronológicos do estudo para conseguir o cruzamento da informação e uma abordagem mais detalhada, que tenha em consideração as variantes na actuação da Organização.

²⁸ Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Ob. Cit.* p. 18-19

I

AS NAÇÕES UNIDAS ENQUANTO objecto de estudo têm vindo a ganhar espaço como actor historiográfico de direito próprio, tornando-se num campo de pesquisa histórica renovado pelo interesse que vários temas que ocupam a Organização têm suscitado²⁹. A genealogia intelectual da Organização, a sua evolução institucional, o papel desempenhado durante a Guerra Fria, o envolvimento em questões de raça, direitos e soberania, as relações entre o Norte e o Sul ou a natureza internacional da ordem do pós-guerra têm sido temas recorrentemente estudados³⁰. As narrativas sobre as implicações do desempenho das Nações Unidas nos processos de mudança no mundo colonial tendencialmente envolvem aspectos como a ideia de autodeterminação, a construção discursiva, o nacionalismo anticolonial ou os direitos humanos. Tendo sido um dos exemplos mais marcantes do contributo da Organização para as transformações na política mundial, a ideia de autodeterminação tem sido visada em alguns estudos que revelam as contradições e a complexidade subjacentes à forma como a organização internacional abordou a questão da descolonização. Ainda assim, os estudos existentes estão longe de esgotar a temática, provocando um sentimento de insatisfação pelo muito que ainda falta desenvolver.

A trajectória das ideias nas Nações Unidas tem sido estudada enquanto resultado de um processo longo, pouco linear, que nada tem de estático ou imutável. Uma das tendências da literatura sobre a *ideational role* das Nações Unidas é a de pesquisar as origens e a evolução das ideias cultivadas pela Organização, destacando o seu impacto no pensamento e na acção internacional³¹. O objectivo tem sido o de analisar a progressão de ideias e conceitos sobre o desenvolvimento económico e social que foram criadas, redefinidas ou aplicadas pelas Nações Unidas. Com uma escolha que tenta atender a preocupações actuais procura-se responder a questões como o que aconteceu a determinadas ideias introduzidas no sistema das Nações Unidas, que factores afectaram

²⁹ Cf. AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda - «New Histories of the United Nations» In *Journal of World History*. Vol. 19. Nº 3 (Setembro 2008). p. 252

³⁰ Cf. *Ibidem*

³¹ Um dos esforços mais acabados para o desenvolvimento desta perspectiva é o *United Nations Intellectual History Project*, estabelecido em 1999 no *City University of New York*, que aborda os contributos das Nações Unidas para as áreas da economia e do desenvolvimento social, abordando temas como os direitos humanos, incluindo o direito à autodeterminação, a sustentabilidade, o género ou o desenvolvimento. Sobre o projecto vide <<http://www.unhistory.org/>>

o seu desenvolvimento ou qual o impacto político que tiveram³². Outras das abordagens é a que coloca a ênfase na relação entre as ideias e o poder nas instituições que fazem parte do sistema das Nações Unidas³³. A intenção é a de questionar como as ideias desencadearam novas políticas, transformando arranjos institucionais, e o que as torna atractivas para as instituições internacionais³⁴. Entendendo-se que as Nações Unidas são um espaço de confronto entre opiniões opostas, as ideias são apresentadas como podendo ser utilizadas para a promoção de interesses, num processo que depende da sua institucionalização, que é uma forma de estabilização e perpetuação de uma determinada ordem³⁵.

A ideia de autodeterminação, enquanto legitimadora do processo de formação de estados, é reconhecidamente um dos temas mais debatidos nos meios académicos. Com uma grande ênfase na vertente legal, que ainda assim não é aceite de forma pacífica, a ideia de autodeterminação tem sido objecto de diferentes abordagens, resultantes em parte do seu carácter controverso e da sua grande elasticidade. Segundo uma das perspectivas, tem sido estudada a trajectória histórica da ideia, tentando-se demonstrar os diversos significados que lhe foram atribuídos com o tempo³⁶. Entendida como um dos fundamentos morais do direito internacional, a ideia de autodeterminação tem sido associada a questões como a unidade nacional, o nacionalismo, os direitos humanos, a secessão, os conflitos em estados com minorias, as reivindicações dos povos indígenas, a globalização, a constituição de micro-estados, as diferenças de género ou a diversidade³⁷. Na vertente dos povos coloniais, as análises desenvolvidas ressaltam em particular a utilização da ideia pelos nacionalistas anticoloniais para contestar a

³² Sobre a abordagem adoptada pela *United Nations Intellectual History Project* vide EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges*. EUA: Indiana University Press, 2001. p. 10-13

³³ Esta abordagem foi desenvolvida no âmbito do projecto *Creation, Adoption, Negation and Distortion of Ideas in Development (CANDID)*, da Universidade de Oslo, Noruega.

³⁴ Cf. BOAS, Morten; McNEILL, Desmond – «Introduction: Power and Ideas in Multilateral Institutions. Towards and Interpretative Framework» In *Global Institutions and Development. Framing the World?* Londres: Routledge, 2004. p. 10

³⁵ Cf. *Idem*. p. 6

³⁶ Cf. CASSESE, Antonio – *Self-Determination of Peoples: A Legal Reappraisal*. EUA: Cambridge Press University, 1995

³⁷ Alguns exemplos são: STERIO, Milena - *The Right to Self-Determination under International Law: "Selfistans", Secession, and the Great Powers*. S.l.: Routledge, 2012; SUMMERS, James - *Peoples and International Law: How Nationalism and Self-Determination Shape a Contemporary Law of Nations*. S.l.: Martinus Nijhoff Publishers, 2007; GHEBREWEBET, Helen - *Identifying Units of Statehood and Determining International Boundaries: a Revised Look at the Doctrine of Uti Possidetis and the Principle of Self-Determination*. S.l.: Peter Lang Pub Inc, 2006

dominação europeia³⁸. Alguns estudos de caso referem as tentativas das Nações Unidas para a sua implementação a situações como a da Palestina ou o envolvimento da Organização na administração de territórios como Nova Guiné Ocidental, Sara Espanhol e Timor-Leste enquanto forma de ascensão à condição de Estado³⁹.

Em número reduzido, a bibliografia existente distingue-se por não ter havido um grande esforço para integrar os debates sobre a questão colonial portuguesa na perspectiva da *ideational role* das Nações Unidas quanto à autodeterminação. Uma das raras excepções que se aproxima desse objectivo é uma recente tentativa de compreensão da resistência portuguesa à mudança normativa, que procura determinar os efeitos da acção de Portugal nos debates sobre a descolonização⁴⁰. Por vezes sem apresentar uma versão integrada, a tendência dos estudos tem sido a de examinar sobretudo o desempenho da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança no envolvimento das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa. Atribuindo-se alguma importância ao Comité de Descolonização, que se tornou no principal responsável pelas questões coloniais, as actividades dos órgãos estabelecidos com o mandato específico de analisar a situação nos territórios portugueses têm sido abordadas pontualmente⁴¹. Somente recentemente o âmbito de análise foi alargado, com o estudo do papel desempenhado pelas agências especializadas, designadamente pela Organização Internacional do Trabalho, na dimensão internacional da contestação do colonialismo português⁴².

Ainda que a tendência geral seja a de abarcar todas as colónias portuguesas, as situações específicas de Goa e de Timor têm merecido algum destaque sem que na maioria das vezes haja a preocupação de fazer uma contextualização com as decisões

³⁸ Cf. MANELA, Erez – *The Wilsonian Moment. Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007

³⁹ Podem ser citados: *Human Rights, Self-Determination and Political Change in the Occupied Palestinian Territories*. BOWEN, Stephen (Ed.). Haia: Martinus Nijhoff Publishers, 1997; WILDE, Ralph – *International Territorial Administration: How Trusteeship and the Civilizing Mission Never went Away*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008; FERRER LLORENT, Jaume - *La Aplicación del Principio de Autodeterminación de los Pueblos: Sáhara Occidental y Timor Oriental*. Murcia: Universidad de Alicante, 2002

⁴⁰ Cf. REIS, Bruno Cardoso – «Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974)» In *Portuguese Studies*. Vol. 29. Nº 2 (2013). p. 251-276

⁴¹ Os estudos realizados sobre o órgão são: SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Lisboa: Texto Polycopiado, 2009; BARBIER, Maurice – *Le Comité de Décolonisation des Nations Unies*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974

⁴² Vide MONTEIRO, José Pedro – *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o Problema do Trabalho Nativo: a Queixa do Estado do Gana*. Lisboa: Texto Polycopiado, 2012

adoptadas sobre os restantes territórios, o que enfraquece consideravelmente a possibilidade de determinar um padrão geral no comportamento da Organização⁴³. Apresentando algumas limitações, com conclusões parciais, as narrativas examinam a temática do confronto entre Portugal e as Nações Unidas na perspectiva da análise de conteúdo dos discursos, da evolução da política externa e colonial portuguesa ou dos avanços e retrocessos nas resoluções adoptadas⁴⁴. Tendo escolhido enfatizar principalmente a resistência portuguesa às decisões das Nações Unidas, omitem completamente o papel desempenhado pelos movimentos anti-coloniais e pelos Actores Não Estatais, que alcançaram uma crescente influência sobre as decisões da Organização. Com mais ou menos detalhes, os estudos têm privilegiado momentos específicos, que abarcam períodos que raramente ultrapassam os finais da década de 1960.

Outra tendência tem sido a de destacar, no exame das relações bilaterais de Portugal, a orientação seguida por alguns estados membros nos debates sobre o colonialismo português nas Nações Unidas. Em particular o comportamento dos Estados Unidos da América, especialmente durante a administração de John Kennedy, tem merecido bastante atenção⁴⁵. Menos extensa é a bibliografia dedicada a outros países, com a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e pontualmente o Brasil e a Itália a

⁴³ Sobre Goa temos LUARD, Evan - *A History of the United Nations. The Age of Decolonization 1955-1965*. Vol. II...p. 317-326. Os estudos sobre Timor são mais numerosos, podendo-se destacar: RODRIGUES, Luís Nuno - «Cold War and Colonialism: The Case of East Timor» In *Local Consequences of the Global Cold War*. ENGEL, Jeffrey A. (Ed.). Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008. p. 296-313; ESCARAMEIA, Paula - *Formation and Concepts in International Law. Subsumption under Self-determination in the Case of East Timor*. Lisboa: Fundação Oriente e Centro de Estudos Orientais, 1993

⁴⁴ As obras que adoptam essas perspectivas são: PEREIRA, Carlos Santos - «Portugal e as Nações Unidas» In *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 Anos da ONU*. BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.). Lisboa: Prefácio, 2005. p. 143-162; MAGALHÃES, José Calvet - «Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial: 1955-1974» In *Cadernos do Lumiar*. Lisboa: IEEL, 1996; MARTINS, Fernando - *Portugal e a Organização das Nações Unidas: Uma História da Política Externa e Ultramarina Portuguesa no Pós-Guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)*. Lisboa: Texto Policopiado, 1995; SILVA, António E. Duarte - «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)» In *Análise Social*. Vol. XXX (130). 1995 (1º). p. 5-50; BELLER, Denis Charles - *The Portuguese Territories Issue in the United Nations: An Analysis of the Debates*. Los Angeles: UMI, 1970

⁴⁵ Os estudos mais importantes são: RODRIGUES, Luís Nuno - «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)» In *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. FRANCO, Manuela (Coord.). Lisboa: IPRI, 2006. p. 61-100; SCHNEIDMAN, Witney W. - *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna da História, 2005; RODRIGUES, Luís Nuno - *Salazar e Kennedy: A Crise de Uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002; ANTUNES, José Freire - *Nixon e Caetano: Promessas e Abandonos*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992; ANTUNES, José Freire - *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991

serem objecto de alguma investigação⁴⁶. Em muitos casos, os estudos não conseguem fugir à tendência de meramente enunciar a posição assumida nas votações, o que é manifestamente insuficiente para explicar o comportamento político dos países. Faltando um esforço de aprofundamento, em alternativa algumas das mais recentes abordagens que de alguma forma tocam o tema da acção das Nações Unidas contra o colonialismo português têm optado por examinar a actividade diplomática dos movimentos anti-coloniais, procurando demonstrar como desenvolveram na Organização esforços para isolar o governo português. A acção do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e do seu líder, Amílcar Cabral, tem sido particularmente distinguida, demonstrando-se as expectativas alimentadas quanto às possibilidades das Nações Unidas para fazer Portugal ceder ao apelo da descolonização⁴⁷. Na ausência de estudos mais detalhados, o envolvimento das Nações Unidas na questão colonial portuguesa tem vindo a ser alvo de mais leituras em algumas obras genéricas sobre a política externa e o processo de descolonização, que, contextualizando a participação de Portugal nas relações internacionais, apresentam a temática no âmbito da influência do contexto internacional na independência das colónias portuguesas⁴⁸.

⁴⁶ Sobre a Grã-Bretanha pode-se destacar: OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007; MACQUEEN, Norrie - «Marcelismo, Africa and the United Nations [With particular reference to the British response to the PAIGC's Declaration of Independence for Guinea-Bissau]» In *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. FRANCO, Manuela (Coord.). Lisboa: IPRI, 2006. p. 101-117; STONE, Glyn - «Britain and Portuguese Africa, 1961-65» In *International Diplomacy and Colonial Retreat*. FEDOROWICH, Kent; THOMAS, Martin (Ed.). S.l.: Routledge, 2000. p. 169-192. Sobre a França foi publicado: MARCOS, Daniel – *Salazar e De Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2007; LALA, Amaral da Silva - *L'Enjeu Colonial dans les Relations Franco-Portugaises: 1944-1974*. Paris: Texto Policopiado, 2007. A respeito de Espanha temos: TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013; CARDOSO, Maria Cristina Ventura - *A Encruzilhada Ibérica. A Questão Colonial no Palco das Nações Unidas (1955-1963)*. Lisboa: Texto Policopiado, 2006. Quanto ao Brasil destacamos: DÁVILA, Jerry – *Hotel Trópico. Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. EUA: Duke University Press, 2010. Sobre a Itália temos: MATOS, Vera Margarida Coimbra de - *Portugal e Itália: Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

⁴⁷ Merecem destaque: SOUSA, Julião Soares - *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Vega, Lda, 2011; SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997; DHADA, Mustafah - «Guinea's Liberation Diplomacy» In *Portuguese Studies Review*. Vol. 4. Nº 1 (Primavera-Verão 1995). p. 20-40

⁴⁸ São relevantes para a temática as seguintes obras: FERREIRA, José Medeiros – *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença, 2006; PINTO, António Costa - *A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; RODRIGUES, Luís Nuno - «A “Solidão” na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos» In *Diplomacia e Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. MARTINS, Fernando (Ed.). Évora: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar

Subjacente às abordagens sobre o desempenho das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa existe a percepção de que a pressão da Organização sobre o governo português teve um carácter faseado, concentrando-se em momentos específicos⁴⁹. Os órgãos das Nações Unidas terão sido inicialmente moderados, radicalizando gradualmente as suas decisões contra o colonialismo português em resultado da existência de uma maioria substancial de oposição a Portugal na Assembleia Geral e no Comité de Descolonização⁵⁰. O comportamento mutável de alguns países, sobretudo das potências coloniais, fruto da instrumentalização por Portugal das suas relações bilaterais, é apontado como responsável pela moderação de algumas decisões mais radicais⁵¹. Entendendo-se que tinha sido montado um cerco a Portugal, as Nações Unidas são porém consideradas como ineficazes por não terem conseguido induzir o governo português a iniciar o processo de descolonização. A Organização não escapa à avaliação de que teria sido impotente perante a recusa portuguesa em colaborar com os seus órgãos, concluindo-se que no início da década de 1970 tinham sido esgotados todos os meios de persuasão e que já não existiam mecanismos para obrigar o governo português a implementar a ideia de autodeterminação às suas colónias⁵². A nota favorável à actuação das Nações Unidas é reservada unicamente para o período pós-1974, com a mudança de regime em Portugal, quando se defende que as suas pressões foram um factor determinante para o reconhecimento pelo governo português do direito à autodeterminação⁵³. Apresentando uma perspectiva convencional, as abordagens ao tema nem sempre têm vindo a demonstrar que a contestação do estatuto das colónias portuguesas, juntamente com o da Rodésia do Sul e do Sudoeste Africano, foi um dos exemplos mais paradigmáticos do apoio das Nações Unidas à descolonização.

de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2000; TELO, António – «As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal» In *Revista de História das Ideias*. Vol. 16. 1994. p. 347-369

⁴⁹ Cf. SILVA, António E. Duarte - «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)»...p. 5-50

⁵⁰ Cf. BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.* p. XII

⁵¹ Cf. ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar*...p. 161

⁵² Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 630

⁵³ Cf. FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 118-122

II

ATRIBUINDO-SE À ORGANIZAÇÃO A INICIATIVA na promoção de ideias como os direitos humanos, a igualdade de género, as relações económicas internacionais justas ou a sustentabilidade ambiental, pretende-se que as Nações Unidas desempenham oito distintas *ideational role*⁵⁴. De forma isolada, em conjunto ou em paralelo, as NU são um fórum para: i) o debate de ideias; ii) a criação de ideias; iii) a legitimação internacional de ideias; iv) a promoção de ideias enquanto políticas; v) a implementação ou experimentação de ideias a nível nacional; vi) a produção de recursos para o prosseguimento de novas políticas; vii) a monitorização do progresso; e viii) o desaparecimento de ideias consideradas inconvenientes ou excessivamente controversas⁵⁵. Decorrente desta classificação interessa-nos em particular estudar como o desempenho das três primeiras e da última *ideational role* pode ser relacionada com a questão colonial portuguesa. Pretende-se questionar a hipótese de que as decisões da Organização sobre a política colonial portuguesa podem ser entendidas como tendo servido ao processo mais amplo de consolidação da mudança normativa na ideia de autodeterminação. Dito de outra forma, a nossa hipótese é a de que o envolvimento das Nações Unidas na questão colonial portuguesa é demonstrativo de que a ideia de autodeterminação que se pretendia inicialmente fazer aplicar acabaria por sofrer um processo de transformação e que, de forma lenta e pouco linear, evoluiria pela prática. Entendemos procurar comprovar que, por se debater continuamente a aplicação da autodeterminação às colónias portuguesas, o significado do conceito seria alargado.

Alguns estudos têm vindo a afirmar que outras situações, designadamente o longo diferendo entre a Organização e a África do Sul sobre o Sudoeste Africano, foram responsáveis por mudanças nas atitudes e nas práticas quanto à autodeterminação⁵⁶. Na falta de análises semelhantes para o caso português, pretendemos tentar determinar quais as conclusões que a tentativa em fazer implementar a autodeterminação nas colónias portuguesas permitem avançar quanto ao papel das Nações Unidas na deslegitimação normativa da dominação colonial. Com a hipótese definida pretendemos

⁵⁴ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World...* p. 34

⁵⁵ Cf. *Idem.* p. 35

⁵⁶ Cf. CRAWFORD, Neta - *Argument and Change in World Politics: Ethics, Decolonization, and Humanitarian Intervention*. S.n.: Cambridge University Press, 2002. p. 294

que a nossa abordagem permita relativizar o entendimento – defendido pelos que apontam que as decisões da Organização não foram implementadas - de que as Nações Unidas teriam sido ineficazes na ausência da colaboração do governo português. A nossa interpretação destinar-se-á, de forma complementar, a argumentar a favor da importância da Organização na legitimação das reivindicações pela autodeterminação dos movimentos nacionalistas, aos quais forneceu um espaço para desafiar Portugal na arena internacional. Entendemos que os resultados a apresentar permitirão estabelecer uma ligação entre a evolução da ideia de autodeterminação e a progressiva construção pelas Nações Unidas de um estatuto internacional para os movimentos nacionalistas. Por se ter por base a *ideational role* das Nações Unidas, a abordagem a aplicar ajudará a uma melhor compreensão da ideia em causa e da importância da questão colonial portuguesa para o seu desenvolvimento.

Pela diversidade e complexidade das Nações Unidas, na interpretação da influência que a questão colonial portuguesa poderá ter tido no desenvolvimento da ideia de autodeterminação pretendemos assumir algumas escolhas metodológicas. Sem que haja a intenção de circunscrever o objecto de estudo a um único campo, entendemos que a melhor interpretação será a que resulte da conjugação de diferentes pressupostos metodológicos. As Nações Unidas são uma entidade com personalidade jurídica própria e uma existência distinta da dos seus membros, apresentando uma dimensão global e interestatal que suscita questões quanto às dificuldades em se estudar a natureza e as acções das organizações internacionais⁵⁷. As ferramentas de análise derivadas da História Institucional, que enquadram as instituições num determinado contexto, analisam as suas funções, estudam o seu funcionamento e identificam os seus actores, serão empregues para permitir perceber a natureza e as actividades da Organização. Documentar a evolução, as mutações no mandato, os meios empregues no cumprimento dos objectivos, as inovações ou as barreiras à mudança serão os suportes de uma narrativa em que se pretende que o elemento central sejam os desenvolvimentos institucionais das Nações Unidas.

Insuficientes para demonstrarem toda a complexidade do tema que se pretende abordar, as ferramentas da História Institucional serão complementadas com as metodologias da História Internacional, que se caracterizam por uma vasta pluralidade

⁵⁷ Cf. HURD, Ian - «Choices and Methods in the Study of International Organizations». [Em linha]. 7-8. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.unstudies.org/sites/unstudies.org/files/hurd_jios.pdf>

de práticas. Com uma longa tradição, a História Internacional tem experimentado nas últimas décadas uma transformação, expandindo o seu objecto de estudo em resposta à contestação à qual tem sido submetida e à percepção de que a fixação na política formal e na diplomacia não bastam para explicar adequadamente a complexidade das relações internacionais⁵⁸. Tendo-se tornado num campo em construção, na História Internacional coexistem as abordagens mais tradicionais e as perspectivas vanguardistas, que se têm afastado continuamente da diplomacia enquanto objecto de estudo⁵⁹. Com a transformação disciplinar, nas narrativas da História Internacional passaram a estar incluídas as forças estruturais profundas, a formulação e a execução da política, as novas preocupações temáticas e uma vasta amplitude de actores. A complexificação do campo de estudo tem produzido um aceso debate sobre a sua identidade, havendo quem manifeste o receio de que talvez a História Internacional se tenha tornado demasiado ampla⁶⁰.

Com a aplicação das ferramentas da História Internacional ao estudo da hipótese de que terá havido uma correlação entre o exame da questão colonial portuguesa e os avanços na ideia de autodeterminação nas Nações Unidas tem-se por objectivo ultrapassar o paradigma nacional, adoptando como unidade primária de análise a organização internacional. Das actuais tendências da História Internacional procurar-se-á adoptar as perspectivas que insistem em novas preocupações temáticas e no papel desempenhado por uma vasta amplitude de actores. Com o impulso dado a novas áreas de estudo, em que algumas abordagens afirmam que as crenças e os valores oferecem uma importante explicação para as acções dos estados, se pretenderá entender as Nações Unidas como o espaço onde se cruzaram a diplomacia, a luta anti-colonial e a descolonização, num processo que contribuiria para a articulação e circulação da ideia de que todos os povos podiam decidir livremente o seu destino. Pela relevância que tem sido atribuída aos Actores Não Estatais, se adoptará uma perspectiva multi-nível que, equacionando as percepções dos estados-membros, terá por objectivo abranger os movimentos nacionalistas e os grupos de pressão que, apropriando-se da linguagem de

⁵⁸ Cf. FINNEY, Patrick - «What is International History?» In *Palgrave Advances in International History*. FINNEY, Patrick (Ed.). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. p. 2

⁵⁹ Cf. OTTE, Thomas G. - «Diplomacy and Decision-Making» In *Palgrave Advances in International History*. FINNEY, Patrick (Ed.). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. p. 36

⁶⁰ Cf. FINNEY, Patrick – *Ob. Cit.* p. 5

autodeterminação desenvolvida pelas Nações Unidas, solicitaram constantemente medidas mais duras para a sua implementação.

Metodologicamente, interessa-nos valorizar as ferramentas da História Internacional com os contributos da *Global History*, entendida como o estudo das tendências transnacionais, nas quais as interconexões globais, ou globalização, são a força principal⁶¹. A *Global History* abarca temas ou fenómenos que ultrapassam os quadros nacionais, utilizando-os para expandir os conhecimentos sobre as relações internacionais. Ao adoptá-la como ferramenta de trabalho é nossa intenção considerar a questão colonial portuguesa como fazendo parte de um fenómeno transnacional que afectou interesses globais: a mudança normativa na ideia de autodeterminação que resultaria na independência dos povos colonizados. A aplicação das perspectivas da *Global History* terá a importância adicional de nos permitir perceber o impacto produzido pela diversificação dos actores nas questões intergovernamentais, com o crescimento e a influência das organizações internacionais na transformação do mundo pós-II Guerra Mundial, e fazer uma reflexão sobre as circunstâncias em que o estudo da questão colonial portuguesa pelas Nações Unidas pode ser considerado como tendo uma importância mais ampla, ultrapassando o quadro nacional.

Pelo seu potencial para a explicação da influência que as crenças e os valores exercem nas acções dos estados, a escolha metodológica não poderá deixar de integrar os contributos adicionais associados aos pressupostos da História das Ideias. Enquanto campo de estudo, a História das Ideias interessa-se pela criação, transmissão, recepção e distorção de ideias e criações da cultura humana⁶². Podendo ser entendida como o estudo da cultura segundo uma perspectiva histórica, na sua interpretação tem por preocupação enquadrar as ideias em contextos institucionais, sociais e culturais⁶³. As suas ferramentas metodológicas serão utilizadas para permitir compreender o envolvimento das Nações Unidas na definição da ideia de autodeterminação, que sempre foi um conceito bastante controverso. A História das Ideias ajudar-nos-á na interpretação dos múltiplos e ambíguos significados que a autodeterminação assumiu nas Nações Unidas e a recepção que obtiveram junto dos diferentes protagonistas.

⁶¹ Cf. IRIYE, Akira – «Global History» In *Palgrave Advances in International History*. FINNEY, Patrick (Ed.). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. p. 324

⁶² Cf. KELLEY, Donald R. - «What is Happening to the History of Ideas» In *Journal of the History of Ideas*. Vol. 51. Nº 1 (Janeiro-Março 1990). p. 20

⁶³ Cf. BEVIR, Mark – *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 1

III

MESMO SABENDO DA EXISTÊNCIA de outros órgãos das Nações Unidas onde a mudança normativa sobre a ideia de autodeterminação teve avanços significativos, pretendemos testar a nossa hipótese com o estudo dos que tiveram um envolvimento mais imediato na questão colonial portuguesa. A escolha foi motivada pela percepção resultante da tese de mestrado realizada sobre o Comité de Descolonização de que existiu uma relação directa entre as decisões adoptadas pelos vários órgãos. A Assembleia-Geral, que estava mandatada para examinar os temas relacionados com as questões coloniais, e o Conselho de Segurança, que analisa os conflitos que resultam em ameaças à paz e à segurança internacionais e que detém o poder de decisão sobre o uso da força, foram os órgãos escolhidos. Com um longo envolvimento na questão colonial portuguesa, da Assembleia-Geral serão estudadas as actividades da IV Comissão, responsável pelas questões de tutela e dos territórios não autónomos, e as do Subcomité de Angola e do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa, estabelecidos especificamente para analisar a política colonial do Estado português. Outros órgãos da Assembleia-Geral, como o Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos, por ter perdido importância em inícios da década de 1960, e o Comité de Descolonização, que tem merecido alguns estudos, serão abordados com menor detalhe. O Conselho de Segurança será estudado quando convocado para analisar a situação nas colónias portuguesas, sendo que as queixas apresentadas pelos países africanos contra Portugal por violações de fronteiras serão objecto de uma mera síntese destinada à compreensão do encadeamento dos acontecimentos na Organização.

Na apresentação dos resultados da pesquisa entendemos adoptar uma divisão em seis capítulos, que se destina a demonstrar, do geral para o particular, o desenvolvimento da ideia de autodeterminação pelas Nações Unidas e a tentativa de implementá-la às colónias portuguesas, e, do particular para o geral, as conclusões que o estudo da questão colonial portuguesa permitem avançar sobre a deslegitimação normativa da dominação colonial. Com o primeiro capítulo pretendemos responder à questão sobre o que eram as Nações Unidas nas suas décadas iniciais, na tentativa de fazer uma síntese sobre os desenvolvimentos que ultimamente se produziram no estudo da Organização. Ainda que as Nações Unidas não sejam uma entidade estranha à maioria das pessoas, com a análise do seu surgimento, da sua composição, da sua

estrutura e da sua prática entendemos conseguir enquadrar melhor o seu envolvimento na mudança normativa da ideia de autodeterminação. O segundo capítulo terá subjacente a questão sobre qual o entendimento que as Nações Unidas tinham da ideia de autodeterminação antes de ter tido lugar um dos momentos de ruptura normativa com a adopção em 1960 da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Abrangendo com detalhe o mandato da Organização quanto aos territórios coloniais, pretende-se determinar como, com o desenvolvimento da prática, a ideia de autodeterminação se afastaria gradualmente do entendimento que lhe tinha sido inicialmente atribuído pela Carta.

Os restantes capítulos tentarão encontrar resposta para a questão sobre como as Nações Unidas procuraram fazer implementar a ideia de autodeterminação às colónias portuguesas. Com uma estrutura cronológica, os capítulos assumem os riscos decorrentes da divisão da história em períodos distintos, nitidamente balizados por datas, que ordenam retrospectivamente processos complexos e contínuos⁶⁴. Se bem que não se possa desmentir que a análise pelas Nações Unidas da questão colonial portuguesa tenha sido algo contínuo, entendemos ser possível determinar algumas clivagens que justifiquem uma periodização. O terceiro capítulo apresentará uma narrativa da reacção das Nações Unidas ao início da guerra nas colónias portuguesas, destacando a multiplicação das iniciativas no decurso de 1961 e até finais de 1962. Ao se revelar as linhas fundamentais da acção dos diferentes órgãos tentar-se-á fazer a demonstração de que a redefinição da ideia de autodeterminação seria acompanhada por uma maior insistência na exigência do cumprimento das disposições da Carta sobre os territórios coloniais. No capítulo quarto se avançará com uma descrição dos desenvolvimentos ocorridos nos anos de 1962-1964, em que Portugal conseguiria recuperar alguma margem de manobra. Tendo havido, em resultado da interpretação portuguesa da ideia de autodeterminação a necessidade de se fazer uma reafirmação do conceito “onusiano”, pretende-se indicar que haveria um aprofundamento das contradições resultantes do envolvimento das Nações Unidas na contestação da política colonial portuguesa.

Com a interrupção da análise da questão colonial portuguesa em 1964, o quinto capítulo compreenderá o período de 1965-1967, quando as iniciativas das Nações

⁶⁴ Cf. *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. LOWE, Vaughan, et al (Ed.). EUA: Oxford University Press, 2010. p. 174

Unidas seriam em menor número, mas assumiriam um maior radicalismo. Tendo a Assembleia-Geral endurecido as condenações contra a política colonial portuguesa se tentará analisar as mutações introduzidas na ideia de autodeterminação pela tendência crescente em procurar associar a questão colonial portuguesa a outras preocupações da agenda das Nações Unidas. No último capítulo, entendemos explicar os desenvolvimentos ocorridos nos anos de 1968-1970, em que teria havido uma certa moderação nas decisões adoptadas. Pretendendo-se apresentar mais explicações para a moderação que não somente, como tem vindo a ser apontado, as mudanças ocorridas em Portugal com a substituição de António Oliveira Salazar na chefia do governo, se entenderá destacar que as decisões mais moderadas não estariam destituídas de avanços na ideia de autodeterminação por via da demonstração de um maior apoio aos movimentos nacionalistas.

IV

UMA PESQUISA MULTI-ARQUIVO baseada na recolha de fontes primárias em instituições portuguesas e internacionais, destinada a perceber o encadeamento dos acontecimentos, estará subjacente aos resultados apresentados. A consulta das fontes foi determinada pela pretensão de compreender as acções dos inúmeros intervenientes, mesmo sabendo-se que os documentos não podem ser considerados como reflexos da realidade⁶⁵. Na recolha das fontes tentou-se valorizar não somente a versão pública, oficial, da acção das Nações Unidas, de Portugal e dos movimentos de libertação, mas também a diplomacia paralela, que narra histórias mais complexas, designadamente a tentativa de influenciar o processo de decisão da Organização. Para se obter uma visão abrangente foram recolhidas na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (que desde 1957 faz parte da rede de instituições depositárias das publicações das Nações Unidas), na Biblioteca Dag Hammarskjöld, em Nova Iorque, na Biblioteca da Universidade da Colúmbia Britânica, no Canadá, e no Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental, na Suíça, documentos oficiais da Organização, compreendendo actas de reuniões, relatórios e resoluções, que sistematizam a informação sobre as actividades dos diferentes órgãos.

⁶⁵ Cf. JACKSON, Peter; SCOTT, Len - «Intelligence» In *Palgrave Advances in International History*. FINNEY, Patrick (Ed.). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. p. 172

No Arquivo das Nações Unidas foi consultado o fundo do Secretário-Geral U Thant, obtendo-se material sobre as acções de mediação desenvolvidas pelos membros do Secretariado na procura de soluções para a recusa portuguesa em conceder a autodeterminação às suas colónias. Em Portugal, no Arquivo Histórico-Diplomático, com a análise dos fundos Política e Organizações Internacionais, Missão de Portugal nas Nações Unidas e Gabinete dos Negócios Políticos, foram recuperadas referências quanto às actividades desenvolvidas pelo governo português para condicionar as acções da Organização. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo António Oliveira Salazar, a correspondência diplomática, oficial e particular, as instruções aos diplomatas e os documentos sobre os negócios estrangeiros permitiram que se conseguisse testemunhos das diligências desenvolvidas para obter apoios nas Nações Unidas. Do Arquivo da PIDE/DGS foram consultados os processos sobre as personalidades e os movimentos nacionalistas que actuaram junto das Nações Unidas, o que permitiu determinar que alguns foram instruídos pelo governo português para se apresentarem na Organização com a intenção de minar a credibilidade da luta pela autodeterminação. No acervo do Arquivo Histórico Ultramarino foram encontrados mais documentos sobre os movimentos nacionalistas, permitindo o cruzamento da informação sobre os que mantinham contactos com o governo português. Da fundação Mário Soares foram recuperadas as informações do espólio de Amílcar Cabral, exemplificativas do investimento diplomático efectuado nas Nações Unidas para internacionalizar a reivindicação das colónias portuguesas pela autodeterminação.

Capítulo 1

Uma Nova Ordem Mundial

AS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS – entendidas como estruturas formais de estados soberanos, estabelecidas voluntariamente, dotadas de órgãos permanentes e encargues de prosseguir objectivos comuns – são ferramentas para promover e facilitar a cooperação no plano técnico e resolver pacificamente as disputas⁶⁶. Sendo mecanismos para gerir conflitos e estabelecer padrões internacionais de comportamento, as organizações intergovernamentais destinam-se a atender a preocupações e interesses que ultrapassam as fronteiras nacionais e as possibilidades de um único Estado. Como sujeitos de direito internacional, têm uma personalidade distinta da dos estados, possuindo capacidades para o exercício das competências e objectivos definidos nos seus tratados constitutivos. Com atribuições delegadas pelos seus membros, operam segundo regras próprias e procuram atingir objectivos, gerais ou limitados, que podem mudar com o tempo. Servindo como fórum de discussão, fornecem uma maquinaria para estimular a negociação, estabelecendo normas de comportamento, definindo regras de direito internacional ou agindo como espaço para a circulação de ideias⁶⁷. Ao desempenharem um papel no sistema internacional, tendo vocação universal ou regional, informam, educam, influenciam, persuadem e difundem valores e crenças⁶⁸.

Estabelecendo uma ligação entre governos e povos a nível mundial, as organizações intergovernamentais são um dos elementos mais característicos da actual sociedade internacional⁶⁹. Por vezes partilhando características e funções, cada organização tem de certa forma um carácter único, desenvolvendo o seu próprio estilo,

⁶⁶ Cf. GERBET, Pierre - «Les Organisations Internationales» In *Pour l'Histoire des Relations Internationales*. FRANK, Robert (Dir.). Paris: Presses Universitaires de France, s.d. p. 255

⁶⁷ Cf. MACKENZIE, David - *A World Beyond Borders: An Introduction to the History of International Organizations*. Toronto: University of Toronto Press, 2010. p. 3

⁶⁸ Cf. *Ibidem*

⁶⁹ Cf. GERBET, Pierre – *Ob. Cit.* p. 255

cultura e burocracia⁷⁰. A Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições que fazem parte do seu sistema têm sido, desde o seu estabelecimento, fundamentais nas relações internacionais, que dificilmente poderão ser entendidas sem se ter em atenção os seus contributos⁷¹. Considerada por alguns como responsável pela criação de “*Uma Nova Ordem Internacional*”, diferente da que existia antes da II Guerra Mundial, a Organização tem passado por inúmeras transformações, o que a torna numa entidade de difícil compreensão. Devendo ser entendida no seu contexto, pretende-se - porque somente assim fará sentido que se lhe atribua um papel na mudança normativa da ideia de autodeterminação - perceber os contornos da Organização. O que eram as Nações Unidas (NU) nas suas primeiras décadas será a questão subjacente à procura de uma definição que se poderá aplicar à Organização. Por se entender que não existe uma proposta explicativa linear ou única tem-se a intenção de determinar como as NU surgiram e os propósitos que pretendia satisfazer, a sua composição, os mecanismos que lhe foram atribuídos para o cumprimento dos seus objectivos e a sua adaptação às mudanças internacionais que não foram antecipadas no momento da sua fundação.

“Nós, os Povos das Nações Unidas”

AS ORIGENS DAS ORGANIZAÇÕES intergovernamentais têm sido objecto de controvérsia, com algumas leituras a entenderem que as suas raízes históricas confundem-se com a tendência para o desenvolvimento da diplomacia multilateral como forma de inserir os interesses dos estados num enquadramento normativo internacional, que reconhecia direitos e responsabilidades mútuas⁷². Atribuindo-se por vezes as origens das primeiras organizações à Antiguidade, têm-se insistido na implementação do sistema de estados-nação institucionalizado pelo Tratado de Vestefália (1648), que colocou fim à Guerra dos Trinta Anos, como o momento definidor⁷³. Estabelecidas em períodos de guerra, avanços tecnológicos e de intensificação das actividades mundiais, as primeiras organizações intergovernamentais, a começar pela Comissão do Rio Reno (1815), tendo uma composição limitada, dedicando-se a tarefas específicas e altamente

⁷⁰ Cf. MACKENZIE, David – *Ob. Cit.* p. 3

⁷¹ Cf. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam - «World Politics. Continuity and Change since 1945» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 3

⁷² Cf. JACKSON, Robert – *Ob. Cit.* p. 116

⁷³ Cf. MACKENZIE, David – *Ob. Cit.* p. 4

circunscritas, ajudaram na criação de hábitos de cooperação e lançaram as bases do serviço público internacional⁷⁴. As formas colectivas de tomada de decisão resultantes das suas actividades e de conferências internacionais como a de Berlim (1885), para redesenhar o mapa de África, e as de Haia (1899 e 1907), para limitar o armamento e fortalecer a arbitragem das disputas, permitiram uma progressão lenta, difícil e conturbada do multilateralismo⁷⁵.

Com os estudos a apontarem novas direcções no conhecimento sobre as organizações intergovernamentais, a forma de pensar o surgimento das NU não tem escapado ao debate⁷⁶. As narrativas convencionais que detalham a história da Organização descrevem a sua criação como uma reacção à II Guerra Mundial e o resultado da pretensão a uma maior consciência internacional e a uma ordem global democrática⁷⁷. Numa perspectiva que privilegia a curta duração, é valorizado o papel dos Estados Unidos da América (EUA) na concepção da Organização, atribuindo-se aos seus representantes a iniciativa na elaboração das propostas para a Carta⁷⁸. Em alternativa, os estudos sobre a genealogia intelectual das NU têm vindo a estabelecer uma identificação ideológica da Organização com a diversidade cultural e o anti-racismo⁷⁹. Tendo por base o pensamento de intelectuais europeus, a abordagem - como de resto alguns dos que entendem que a II Guerra Mundial impulsionou a criação da Organização - têm atribuído às NU uma genealogia essencialmente Ocidental⁸⁰. Outras histórias intelectuais, colocando a ênfase na longa duração, têm no entanto relativizado o carácter Ocidental da Organização, abordando as suas origens no contexto do conturbado avanço da ordem mundial entre 1815-1945⁸¹.

⁷⁴ Cf. MULDOON JR, James P. - «Introduction» In *Multilateral Diplomacy and the United Nations Today*. MULDOON JR, James P., et. al. (Ed.). S.l.: Westview Press, 2005. p. 5

⁷⁵ Cf. *Idem*. p. 16

⁷⁶ Cf. KENNEDY, Paul - *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*. Nova Iorque: Vintage Books, 2007. p. 45-46

⁷⁷ Cf. AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda - *Ob. Cit.* p. 253

⁷⁸ Representativo desta abordagem, Evan Luard desenvolve uma perspectiva que privilegia a curta duração, estabelecendo uma relação entre a II Guerra Mundial e a criação da ONU. Considerando que a determinação em retirar ensinamentos da experiência da SDN esteve entre as mais importantes influências que afectaram a criação da Organização, argumenta que as NU destinavam-se a simbolizar o nascimento de um novo mundo, no qual a paz seria mais eficazmente salvaguardada. Cf. LUARD, Evan - *Ob. Cit.* Vol. I. p. 4

⁷⁹ Cf. AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda - *Ob. Cit.* p. 253

⁸⁰ Cf. *Idem*. p. 253-254

⁸¹ Paul Kennedy tem defendido esta perspectiva quando afirma que a ideia de associação entre as nações remonta a milhares de anos, remetendo para o pensamento de filósofos chineses e gregos que na Antiguidade teriam proposto o estabelecimento de uma ordem mundial. Ao defender que tais propostas geralmente surgiram após períodos de guerra e se destinavam a conter os egoísmos nacionais, o autor

As mais recentes tendências com justificação na longa duração procuram inserir as NU nos debates sobre os legados ideológicos e institucionais do Iluminismo e na longa tradição que se atribui às organizações intergovernamentais⁸². Com a associação do surgimento da Organização à universalização do pensamento do Iluminismo, têm sido desenvolvidas interpretações que destacam a intervenção dos nacionalistas anticoloniais que, reformulando ideias políticas e sociais europeias, teriam sido participantes activos no estabelecimento da instituição⁸³. Ao se inscrever a genealogia das NU em correntes de pensamento sobre segurança e paz datadas do século XVIII, tem-se distinguido os contributos dos internacionalistas e das feministas⁸⁴. Insistindo na pluralidade de opiniões que acompanharam a redacção da Carta das NU, os estudos referem a complexidade de ideias e ideologias que estiveram subjacentes à criação da Organização, questionando a centralidade atribuída aos EUA⁸⁵. Com o abandono da perspectiva da curta duração, que enraíza as origens das NU na reacção aos crimes da II Guerra Mundial, as mais recentes tendências na escrita da história do surgimento da Organização pretendem substituir as narrativas lineares pela insistência na complexidade e na profusão de contradições que a instituição sempre teve de enfrentar⁸⁶. O desenvolvimento das NU, os seus valores e os seus compromissos têm vindo a ser interpretados como resultantes da convergência de diferentes universalismos, reconhecendo-se que uma variedade de abordagens históricas pode ser aplicada à compreensão das origens intelectuais e institucionais da Organização⁸⁷.

Entendida como produto não de uma revolução mas sim de uma evolução de ideias e instituições então existentes, às NU têm sido atribuídas como raízes históricas imediatas o internacionalismo do presidente norte-americano Woodrow Wilson e as concepções de ordem global que emergiram nas últimas décadas do império britânico⁸⁸. Resultantes de uma visão da cooperação organizada entre os estados, as NU teriam sido um capítulo adicional na história das organizações intergovernamentais, integrando as diferentes tendências que progressivamente se afirmaram no desenvolvimento do

afirma que formaram o núcleo central do Iluminismo, da ascensão do movimento do comércio livre e do avanço do liberalismo ocidental. Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 4

⁸² Cf. AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda – *Ob. Cit.* p. 254

⁸³ Cf. *Idem.* p. 254-255

⁸⁴ Cf. *Idem.* p. 254

⁸⁵ Cf. MAZOWER, Mark - *No Enchanted Palace: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations*. Princeton: Princeton University Press, 2009. p. 9

⁸⁶ Cf. AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda – *Ob. Cit.* p. 257

⁸⁷ Cf. *Idem.* p. 252-253

⁸⁸ Cf. MAZOWER, Mark – *No Enchanted Palace...* p. 13-14

multilateralismo⁸⁹. Pretende-se que em muitos aspectos teria sido uma continuação da Sociedade das Nações (SDN), institucionalizada no final da I Guerra Mundial (1919) como primeira experiência global de manutenção da paz internacional e de promoção da estabilidade e da prosperidade mútua⁹⁰. Devedora do entendimento de que a segurança colectiva era um interesse mundial de primeira importância, a SDN estabeleceu mecanismos para assegurar a paz, que dependeriam do compromisso voluntário dos seus membros e não ilegalizavam o uso da força nas relações internacionais. Longe de ser uma organização mundial, com a Europa a constituir o seu núcleo central, o desempenho da organização na resolução dos grandes conflitos não corresponderia às expectativas. A segurança colectiva nunca seria accionada, por em nenhum momento os estados membros terem decidido agir em conjunto contra uma agressão⁹¹. Nas áreas funcionais, na defesa dos direitos das minorias e na supervisão do mandato das grandes potências sobre os territórios coloniais, o registo da SDN seria porém francamente mais positivo, servindo de precedente⁹². Factores de importância histórica imputáveis ao período no qual desenvolveu as suas actividades, as suas próprias características e a falta de empenhamento dos seus membros resultariam na paralisação da organização durante a II Guerra Mundial, ficando-lhe associado um sentimento de falhanço⁹³.

Ideias ocasionais sobre uma nova organização permanente, que substituísse a SDN, integrando uma estrutura formal de segurança que fosse amplamente aceite, foram sendo desenvolvidas desde o início da II Guerra Mundial⁹⁴. Para a Grã-Bretanha, mais importante do que a forma a atribuir à nova organização, seria conseguir assegurar que as grandes potências, designadamente os EUA, participassem na estrutura que fosse criada⁹⁵. Não tendo integrado a SDN, os norte-americanos, quando ainda não tinham entrado em guerra, demonstrariam alguma relutância sobre qualquer compromisso institucional permanente, preferindo desenvolver a ideia de um directório de quatro polícias mundiais, que permitisse um alto nível de controlo das grandes potências⁹⁶. Na sua versão preliminar, as NU seriam uma aliança militar contra os países do Eixo, que

⁸⁹ Cf. *Idem*. p. 14

⁹⁰ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 8

⁹¹ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 3

⁹² Cf. KOLB, Robert - *An Introduction to the Law of the United Nations*. Oregon: Hart Publishing, 2010. p. 19

⁹³ Cf. *Ibidem*

⁹⁴ Cf. MAZOWER, Mark – *No Enchanted Palace...* p. 13-14

⁹⁵ Cf. MAZOWER, Mark – *Governing the World: The History of an Idea*. S.I.: Penguin Press HC, 2012. p. 194

⁹⁶ Cf. *Idem*. p. 196

em etapas sucessivas tornar-se-ia num plano para o estabelecimento de uma organização internacional⁹⁷. Com a ideia das NU a ser discutida e empregue pela propaganda, seriam estabelecidas ainda no decorrer do conflito, como parte do esforço de planificação da reconstrução, a Comissão das NU para os Crimes de Guerra (1942) e a Administração das NU para o Socorro e a Reabilitação (1943), realizando-se uma conferência sobre questões monetárias e financeiras, que resultaria na criação do Fundo Monetário Internacional (1944) e do Banco Mundial (1944). O compromisso formal para a criação de uma organização internacional, ainda que incipiente, seria assumido publicamente na Conferência de Moscovo (Outubro de 1943), quando a China, os EUA, a Grã-Bretanha e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) concordaram com o estabelecimento de uma entidade para a manutenção colectiva da paz com base na igualdade soberana dos estados.

As discussões detalhadas e a fase mais intensa das negociações teriam lugar em conferências, em que as quatro grandes potências formaram um clube elitista, fechado à participação dos restantes membros da aliança militar contra o Eixo⁹⁸. Em Dumbarton Oaks (Agosto-Setembro de 1944) seriam discutidas propostas elaboradas pelo Departamento de Estado norte-americano, constando da agenda questões como a competência da nova organização, a colocação de forças armadas à sua disposição, a sua composição e o direito de veto⁹⁹. Um substancial entendimento entre os participantes – mesmo se a URSS não concordasse que fosse reconhecida à China a condição de grande potência e se a possibilidade do direito de veto não tivesse sido objecto de acordo – resultaria num esboço que, com alterações mínimas, tornar-se-ia na base da Carta das NU. Na Conferência de Yalta (Fevereiro de 1945), que reuniu representantes dos EUA, Grã-Bretanha e URSS, sem a participação da China, as propostas de Dumbarton Oaks seriam ampliadas e finalizadas, com a resolução de

⁹⁷ Na Carta do Atlântico (14 de Agosto de 1941), os EUA e a Grã-Bretanha defenderam a implementação de um amplo e permanente sistema de segurança geral e o estabelecimento da cooperação em questões económicas e sociais, para desencorajar a agressão. Os membros da aliança – os EUA, a Grã-Bretanha, a URSS, a China e mais 22 países – assinariam a Declaração das Nações Unidas (Janeiro de 1942), à qual 21 outros estados acabariam por aderir, comprometendo-se a dirigir todos os esforços para a derrota do Eixo, a não estabelecer acordos de paz separados e a aceitar os princípios da Carta do Atlântico.

⁹⁸ Cf. BOSCO, David L. – *Five to Rule them all. The Security Council and the Making of the Modern World*. EUA: Oxford University Press, 2009. p. 22

⁹⁹ Cf. LUCK, Edward C. - «A Council for All Seasons: The Creation of the Security Council and Its Relevance Today» In *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. LOWE, Vaughan, et. al. (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 66

importantes divergências, designadamente sobre o direito de veto, e a clarificação de questões que anteriormente não tinham merecido atenção.

Com um projecto bastante detalhado, que definia os contornos da nova organização, as três grandes potências decidiriam – com a guerra em curso para evitar que a aliança entre os países se dissolvesse e o apoio da opinião pública se desmobilizasse – avançar com a convocação de uma conferência, a decorrer em São Francisco, para a redacção da Carta das NU¹⁰⁰. Com algumas modificações, sugeridas pela China, e emendas adicionais das grandes potências, as propostas de Dumbarton Oaks seriam adoptadas como documento de trabalho pelas delegações presentes na Conferência das NU sobre a Organização Internacional (Abril-Junho de 1945)¹⁰¹. As grandes potências, com a participação da França, assumiriam o controlo da Conferência, realizando reuniões paralelas para analisar as divergências, as propostas e as emendas apresentadas pelas restantes delegações¹⁰². As regras da Conferência, que determinavam que as propostas podiam ser alteradas somente por uma maioria de dois terços, permitiriam manter decisões controversas, que de outro modo poderiam ter sido rejeitadas¹⁰³. Sem poder modificar substancialmente a estrutura básica e os poderes definidos, os países médios e pequenos conseguiriam ainda assim emendar e completar algumas das decisões de Dumbarton Oaks. Sujeitas à arbitragem das grandes potências, as alterações não permitiriam no entanto introduzir mecanismos limitadores das prerrogativas da China, EUA, França, Grã-Bretanha e URSS¹⁰⁴. Com pequenas excepções, os elementos essenciais seriam aprovados pelos participantes, que temiam que alterações substanciais pudessem resultar na rejeição da organização pelos cinco países. As cláusulas destinadas a assegurar o predomínio das grandes potências mantiveram-se inalteradas e inclusivamente, em algumas circunstâncias, saíram reforçadas¹⁰⁵. O documento final (assinado a 26 de Junho de 1945) tornar-se-ia numa

¹⁰⁰ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 35-36

¹⁰¹ Segundo Edward C. Luck, a China, embora tivesse tido um papel menor nas discussões em Dumbarton Oaks e tivesse estado ausente em Yalta, foi uma apoiante consistente da ideia de que um pequeno número de grandes potências deveria ter a seu cargo da manutenção da segurança global. Cf. LUCK, Edward C. - «A Council for All Seasons: The Creation of the Security Council and Its Relevance Today» In *The United Nations Security Council and War...* p. 78

¹⁰² Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 43

¹⁰³ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 21

¹⁰⁴ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 68

¹⁰⁵ Cf. *Idem.* p. 49-50

variação do acordo alcançado em Dumbarton Oaks, resultando de um entendimento entre as grandes potências, pontualmente modificado pelos restantes países¹⁰⁶.

Mesmo que o preâmbulo da Carta fizesse referência a “*Nós, os Povos das NU*”, o estabelecimento da Organização, resultante de um acordo entre estados, tem vindo a ser interpretado sobretudo como uma tentativa de manutenção da coligação entre as grandes potências¹⁰⁷. A instituição acabaria por resultar, segundo esse entendimento, num regresso da SDN, continuando algumas das suas experiências, ainda que com importantes diferenças. As duas organizações partilhavam semelhanças quanto à estrutura orgânica, à promoção do universalismo, aos objectivos e princípios e ao respeito pela soberania dos estados, mas as NU demonstrariam uma maior ambição em questões como a universalidade da sua composição, a complexidade do sistema de manutenção da paz, a flexibilização dos critérios para desencadear medidas de segurança ou o papel preponderante atribuído às grandes potências¹⁰⁸. Entidade supraestatal, as NU seriam, como a SDN tinha sido no seguimento da I Guerra Mundial, o modelo encontrado para a implementação do projecto de uma nova ordem mundial, desenvolvido nas discussões sobre o planeamento do pós-guerra¹⁰⁹. No seguimento de correntes mais antigas de pensamento, dado que a ideia surgiu recorrentemente em períodos de guerra, a Organização resultaria de um contexto em que se acreditou que havia a possibilidade de se criar uma nova ordem mundial que melhorasse a política global e o ambiente socio-económico¹¹⁰. Com o propósito de implementar um sistema internacional mais justo, seguro e estável, o projecto da nova ordem mundial subjacente ao estabelecimento das NU destinar-se-ia à institucionalização da paz através da reposição da normalidade e da criação de condições para o progresso. Por conter uma declaração das aspirações da humanidade à paz e à justiça, a Carta das NU tornar-se-ia, embora seja discutível que tenha conseguido alcançar o objectivo, num instrumento para uma espécie de regulação da ordem mundial¹¹¹.

Numa combinação entre idealismo e realismo, a Carta das NU apresentaria uma linguagem ambiciosa, suficientemente maleável, para permitir a sua adaptação a

¹⁰⁶ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 21

¹⁰⁷ Cf. MAZOWER, Mark – *Governing the World...* p. 212

¹⁰⁸ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 10-13

¹⁰⁹ Cf. WILLIAMS, Andrew J. - *Failed Imagination?: New World Orders of the Twentieth Century*. Nova Iorque: Manchester University Press, 1998. p. 176

¹¹⁰ Cf. *Idem.* p. 2

¹¹¹ Cf. *Idem.* p. 1-18

circunstâncias futuras não antecipadas¹¹². No que ficaria conhecido como um manifesto ideológico ou político, afirmava que os povos das NU estavam determinados a poupar as gerações futuras do flagelo da guerra, a reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, a estabelecer condições para o respeito das obrigações decorrentes do direito internacional e a promover o progresso social¹¹³. A manutenção da paz seria definida como o objectivo supremo das NU, ao qual se subordinaram os restantes propósitos, que tinham um carácter vago e indeterminando, permitindo que quase todos os assuntos fossem da sua competência¹¹⁴. Numa formulação flexível e genérica se pretendia que adoptasse medidas colectivas para a paz, desenvolvesse as relações amigáveis entre as nações (com base nos princípios da igualdade de direitos e da autodeterminação), realizasse a cooperação internacional e favorecesse a harmonização das acções entre as nações. Para servirem de orientação aos estados membros seriam definidas regras básicas de conduta (também aplicáveis aos órgãos das NU), determinando-se a igualdade de soberania, a boa-fé na aceitação das obrigações internacionais, a resolução pacífica das disputas, a renúncia ao uso da força e o apoio à acção coerciva da Organização. Com poucos limites à intervenção das NU, a Carta condicionaria a Organização unicamente nas relações com os estados não membros (Artigo 2º, § 6º) e na proibição da ingerência em questões que recaíssem no âmbito da jurisdição interna dos países (Art.º 2º, § 7º)¹¹⁵.

“Todos os Outros Estados Amantes da Paz”

DEPENDENTES EM LARGA MEDIDA dos seus membros para alcançarem os seus objectivos, as organizações intergovernamentais têm sido entendidas como instrumentos dos estados, sobretudo das grandes potências, ou como desempenhando um papel mais autónomo, podendo estender a sua acção além dos interesses nacionais¹¹⁶. A tensão entre a soberania dos estados e o internacionalismo inerente aos seus objectivos tem

¹¹² Cf. KENNEDY, Paul - *Ob. Cit.* p. 45

¹¹³ Cf. LOWE, Vaughan, et. al. - «Introduction» In *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. LOWE, Vaughan, et. al. (Ed.). EUA: Oxford University Press, 2010. p. 3-4

¹¹⁴ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo - *The Law and Practice of the United Nations (Legal Aspects of International Organization)*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2010. p. 7

¹¹⁵ Cf. *Idem.* p. 147

¹¹⁶ Cf. MACKENZIE, David – *Ob. Cit.* p. 2

suscitado questões sobre a capacidade de implementação das decisões adoptadas. Havendo dúvidas sobre se as NU conseguem transcender o Estado-nação, considerado por alguns como o actor principal nas relações internacionais, o paradoxo que sujeita a sua eficácia à vontade dos seus membros tem, desde sempre, estado presente na Organização¹¹⁷. Na Conferência de Dumbarton Oaks, os participantes acordaram, ainda que a URSS tivesse protestado, que todos os “estados amantes da paz” seriam ilegíveis à admissão como membros de pleno direito da Organização. O critério, definido em Yalta, para o reconhecimento do estatuto de “amante da paz” atribuiria a qualidade de membro fundador, tornando as NU inicialmente num clube semi-fechado de vencedores, aos países que tinham declarado a guerra ao Eixo o mais tardar a 1 de Março de 1945¹¹⁸. Uma sucessão de declarações de guerra tardias, que tiveram lugar nas vésperas da reunião em São Francisco, garantiria convites para a Conferência a países que pouca ou nenhuma intervenção militar tiveram no conflito¹¹⁹. A obtenção do estatuto de membro original das NU dependeria em larga medida do ambiente político da época e das relações que os participantes na Conferência de São Francisco (alguns dos quais dificilmente reuniam os requisitos inerentes a um Estado) tinham com as grandes potências¹²⁰.

“*Todos os Outros Estados Amantes da Paz*”, que não declararam guerra ao Eixo, poderiam ser admitidos à condição de membros se aceitassem as obrigações presentes na Carta e fossem considerados como habilitados a cumpri-las. Na conferência final dos aliados de guerra, reunida em Potsdam (Julho de 1945), seria decidido o propósito de também permitir que as potências neutras, como Portugal, e as que tinham sido derrotadas tivessem acesso à Organização. O procedimento de admissão colocaria o Conselho de Segurança (CS) no centro da decisão, exigindo-se que a candidatura fosse aceite pelos membros permanentes, com o voto de uma maioria qualificada, em que se poderia exercer o poder de veto¹²¹. Admitida a candidatura, o CS deveria fazer uma recomendação à Assembleia-Geral (AG), onde uma maioria de dois

¹¹⁷ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. XIII-XIV

¹¹⁸ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 21

¹¹⁹ Entre os que declararam tardiamente a guerra à Alemanha contavam-se Chile, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Turquia, Egipto, Líbano, Síria e Arábia Saudita. Cf. *Idem.* p. 107

¹²⁰ Territórios não independentes como as Filipinas, Índia, Ucrânia, Bielorrússia, Dinamarca, Líbano e Síria estiveram presentes em São Francisco.

¹²¹ A atribuição ao CS da possibilidade de vetar a aceitação de novos membros tem sido interpretada como reflexo da circunstância de a admissão dos antigos estados inimigos ser considerada como uma questão que afectava a paz e a segurança internacional, o que estava relacionada com as prerrogativas do órgão. Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 108

terços teria de aprovar a admissão do novo membro. Os estados admitidos, contra os quais fossem adoptadas acções preventivas ou coercivas, poderiam ser suspensos dos direitos e privilégios de participação por determinação da AG, sob recomendação do CS, que voltava a ter o poder de decisão, podendo ainda revogar a suspensão a qualquer momento. Aos que violassem sistematicamente a Carta poderia ser aplicada a perda do estatuto de membro quando a AG, seguindo uma recomendação do CS, decidisse pela expulsão.

Nem sempre aplicados de forma linear, os procedimentos de admissão de novos membros seriam afectados por circunstâncias alheias à Carta. Outras considerações, relacionadas menos com a condição de “amante da paz” e mais com a influência da Guerra Fria nas NU, condicionariam a admissão de estados membros¹²². A rivalidade ideológica entre o liberalismo americano e o comunismo soviético tornar-se-ia global, modelando o sistema internacional, no momento em que as NU ganharam forma. Evitando o confronto directo, os EUA e a URSS lideraram um conflito bipolar, em que competiram pela conquista de apoiantes, transferindo as suas diferenças para outras regiões do globo, servindo-se da produção económica e do avanço tecnológico como instrumentos de disputa e entendendo o adversário como destinado ao desaparecimento¹²³. As NU, na condição de Organização intergovernamental influenciada largamente pelos interesses dos seus membros, tornar-se-iam no reflexo da radicalização das posições, o que em determinados momentos comprometeria a sua capacidade para actuar como força positiva para a segurança internacional. Mesmo quando não resultaram directamente da Guerra Fria, as questões analisadas pelos seus órgãos acabariam por se transformar em episódios do confronto entre as visões liberal e comunista da ordem mundial¹²⁴.

Os efeitos da Guerra Fria na admissão de estados membros fizeram sentir a sua influência na primeira década da Organização, quando se registaram apenas nove candidaturas aprovadas, nenhuma das quais corresponderia a países declaradamente alinhados com uma ou outra ideologia¹²⁵. A admissão condicionada, em que cada um

¹²² Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *The United Nations: International Organization and World Politics*. 4ª edição. Canadá: Wadsworth Cengage Learning, 2005. p. 75

¹²³ Cf. ENGERMAN, David C. – «Ideology and the origins of the Cold War, 1917-1962» In *The Cambridge History of the Cold War. Origins*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. I. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 33

¹²⁴ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 376

¹²⁵ Vide no anexo I a lista dos estados membros da ONU pelo ano de admissão.

dos blocos fazia depender o seu acordo à aceitação de determinados membros da entrada simultânea de países seus aliados, paralisaria o alargamento da composição das NU entre 1947-1955. Com esta prática, considerada ilegal por um parecer do Tribunal Internacional de Justiça por impedir a avaliação individual dos méritos de cada candidato, o bloco liderado pelos EUA negaria sistematicamente os votos necessários à admissão de países como a Bulgária, Hungria, Roménia e Albânia, enquanto que a URSS utilizaria o veto para bloquear a aceitação de estados como a Áustria, Ceilão, Irlanda, Itália, Japão, Jordânia e Portugal¹²⁶. O diferendo seria ultrapassado com um acordo entre as superpotências, facilitado pela atmosfera de desanuviamento na Guerra Fria que se seguiu em 1953 ao armistício do conflito na Coreia e ao falecimento de Joseph Estaline. Conhecido como *Package Deal*, o entendimento permitiria, em 1955, a admissão simultânea de 16 novos membros, incluindo Portugal, vários países comunistas e antigos inimigos da II Guerra Mundial.

Ao resultar numa abordagem liberal, que excluía quaisquer restrições, o *Package Deal* introduziria um novo paradigma na admissão de estados membros, baseado no universalismo¹²⁷. O critério de “Estado amante da paz”, a associação da Organização ao legado da guerra e o predomínio dos vencedores perderiam a centralidade, atenuando-se a divisão entre membros originais e países subsequentemente admitidos. A admissão de novos membros tornar-se-ia em algo semelhante a uma mera formalidade, sem que houvesse um exame cuidadoso da conformidade dos candidatos com as exigências da Carta¹²⁸. A prática traria o reconhecimento da existência de uma presunção legal irrefutável à admissão dos países que solicitassem a participação nas NU¹²⁹. Com o paradigma do universalismo pretender-se-ia que a Organização passasse a agrupar todos os países existentes, para se tornar num centro para a cooperação e a segurança internacionais. As disputas que continuariam a existir sobre a representação na Organização seriam as respeitantes unicamente a situações de estados fragmentados, como a China, em que mais de um governo reclamaria o direito ao assento nas NU¹³⁰.

Para manter a ligação com as NU, em especial nos intervalos das sessões dos diferentes órgãos, os estados membros desenvolveriam, de forma generalizada, a

¹²⁶ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 75

¹²⁷ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 109

¹²⁸ Cf. *Ibidem*

¹²⁹ Cf. *Ibidem*

¹³⁰ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 75

instituição de missões permanentes. A pretensão de modelar o debate nas NU, para a defesa de interesses partilhados, resultaria na constituição de grupos eleitorais e políticos, alguns dos quais tinham uma base étnica¹³¹. Aquele que seria considerado como o primeiro grupo eleitoral e político das NU terá sido formado pelos latino-americanos, que nas reuniões da Comissão Preparatória para a Instalação da Organização, que decorreram em Londres (1945), se uniram para obter dividendos nas eleições para os órgãos. Para fazerem valer os seus interesses, os países europeus ocidentais e continentais integrariam o Grupo da Europa Ocidental, que alinhava com os EUA. O Reino Unido, em conjunto com as suas antigas colónias, formaria o Grupo da Commonwealth enquanto actor colectivo nas NU. Com as clivagens na política mundial, os comunistas, liderados pela URSS, estabeleceriam o Grupo da Europa de Leste, que perderia um dos seus membros aquando da retirada da Jugoslávia (1948). Preocupações sobre questões e crises específicas e um conjunto de conferências e cimeiras, realizadas fora das NU para a avaliação dos acontecimentos internacionais e de interesses comuns, teriam uma influência formativa para grupos que de início tinham uma limitada representação na Organização¹³². Em solidariedade com a Palestina, o Grupo Árabe seria responsável por tentar aumentar o impacto e a composição dos seus membros, o que resultaria na criação do Grupo Árabe-Asiático (1950), que ganharia estatura moral e força política com a intervenção na questão da Coreia. A Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955), que demonstraria a importância que a coordenação externa poderia ter na progressão dos debates nas NU, conduziria ao surgimento do Grupo Africano (1958), para a defesa dos interesses comuns aos países da África Subsariana¹³³. Clivagens sobre temas como o *Apartheid*, o colonialismo ou a crise do Suez conduziriam à redistribuição dos membros do agrupamento eleitoral da Commonwealth pelo Grupo Afro-Asiático, que viria a tornar-se o mais influente nas NU, e pelo Grupo dos Países da Europa Ocidental e outros Estados¹³⁴.

Com a formação de coligações mais ou menos estáveis, os grupos eleitorais e políticos fariam sentir a sua influência nas NU, estabelecendo equilíbrios regionais.

¹³¹ Cf. *Idem*. p. 102

¹³² Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio - *The South in World Politics*. Reino Unido. Palgrave Macmillan, 2010. p. 32-33

¹³³ Este grupo incluía unicamente os países da África Subsariana. Os países do Norte de África estavam integrados no Grupo Asiático.

¹³⁴ Os outros estados eram Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio – *Ob. Cit.* p. 44-45

Uma coligação liderada pelos EUA e composta por países ocidentais, latino-americanos, membros da Commonwealth e os poucos africanos e asiáticos pertencentes à Organização, determinaria as decisões das NU no período de 1947-1955¹³⁵. Particularmente coesa em questões como a Guerra Fria, direitos humanos, preocupações sociais e administração interna das NU, a coligação recusar-se-ia a negociar soluções de compromisso que tivessem em conta as opiniões da minoria¹³⁶. A sua coesão interna começaria a ser fragilizada, em meados da década de 1950, por divergências sobre questões coloniais e económicas. Com crescentes dificuldades em reunir os dois terços de votos necessários para assegurar o controlo da AG, o predomínio ocidental tornar-se-ia menos eficaz com a emergência do Sul global nas NU, em resultado da admissão de um número considerável de países africanos e asiáticos¹³⁷.

A dramática expansão do sistema de estados soberanos desencadeada pela descolonização, na qual as NU desempenharam um papel crítico, produziria um novo equilíbrio regional na Organização, que teria uma longa duração¹³⁸. Dos países admitidos antes de 1959 somente o Japão não tinha passado por um processo de descolonização. Com a entrada de 17 novos estados em 1960, dos quais o Chipre era o único que geograficamente não se localizava na África Subsariana, a Organização passaria a contar com 100 membros, aproximando-se do objectivo da universalidade. Os países do Sul introduziriam novas culturas, linguagens, interesses e condições sociais entre os membros, alargando a diversidade da Organização¹³⁹. Por assumirem uma identidade que se enraizava no compromisso com o não alinhamento, o anticolonialismo e o imperativo do desenvolvimento económico, contribuiriam com novas dimensões para a agenda das NU¹⁴⁰. Persistentemente canalizariam os debates para os problemas políticos, económicos e sociais que afectavam os países pobres. Questões como a discriminação racial, a descolonização e o *Apartheid*, que há muito eram discutidas, ganhariam prioridade numa campanha destinada a fazer avançar normas anti-raciais e anticoloniais¹⁴¹. Com a alteração da perspectiva dada aos temas e o

¹³⁵ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics*. S.I.: Unwin Hyman, 1990. p. 11-12

¹³⁶ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 96-97

¹³⁷ Cf. *Idem.* p. 97

¹³⁸ Vide no anexo II a mudança nos equilíbrios regionais da AG.

¹³⁹ Cf. MILLS, Don - «The Diplomat at the United Nations: Yesterday and Today» In *Multilateral Diplomacy and the United Nations Today*. MULDOON JR, James P., et. al. (Ed.). S.I.: Westview Press, 2005. p. 23-24

¹⁴⁰ Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio – *Ob. Cit.* p. 28

¹⁴¹ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 3

desafio a algumas das estruturas da Organização, os países pobres introduziriam um maior radicalismo nas questões que entenderiam submeter ao exame da AG, influenciando designadamente a forma como a questão colonial portuguesa seria abordada.

“Ficam Estabelecidos como Órgãos Principais”

AS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, contrariamente aos estados, não possuem soberania, precisando de uma delegação de poderes, uma autorização específica, para actuar¹⁴². Numa aplicação de regras especiais, têm-se entendido que as organizações intergovernamentais detêm não somente os poderes expressamente atribuídos nos seus documentos constitutivos como também todos os necessários ao desempenho das suas atribuições¹⁴³. Definidos na Carta, os poderes das NU resultariam num conjunto institucional descentralizado assente em seis órgãos principais. A AG, que tinha as suas raízes nas conferências internacionais do século XIX e na Assembleia da SDN, seria o órgão pensado para exprimir e reforçar a norma vestefaliana da igualdade de soberania¹⁴⁴. Com uma composição universal, herdeira das tradições da diplomacia multilateral e do parlamentarismo, nela deveriam estar representados todos os membros da Organização, prevalecendo a igualdade formal entre os estados, que tinham direito a um voto¹⁴⁵. Em aplicação de regras de decisão maioritárias, as resoluções da AG teriam de ser adoptadas, em quase todas as circunstâncias, por uma maioria simples, exigindo-se uma maioria qualificada de dois terços para as questões consideradas “importantes”¹⁴⁶. Cada membro estaria representado na Assembleia por um máximo de cinco delegados, auxiliados por um igual número de substitutos e pelos conselheiros e peritos considerados necessários. O órgão poderia reunir-se em sessões

¹⁴² Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 115

¹⁴³ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 14

¹⁴⁴ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 98

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁶ Segundo o Art.º 18º, § 2º-3º, maioria de dois terços era aplicada a decisões relativas a recomendações sobre manutenção da paz e da segurança; eleições para os conselhos de Segurança, Tutela e ECOSOC; admissão, suspensão e expulsão de membros; assuntos de tutela e de orçamentos; e questões que se decida por maioria simples que devem ser consideradas como importantes. Cf. United Nations – *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. Nova Iorque: Department of Public Information, 2001

anuais regulares, com início em Setembro, e em sessões especiais, convocadas pelo Secretário-Geral (SG) a pedido do CS ou da maioria dos membros da Organização.

Encarregue de funções deliberativas, a AG deveria constituir-se num espaço de interacção entre estados, permitindo uma legitimação ou deslegitimação colectiva de normas (como a da autodeterminação), regras e acções¹⁴⁷. A sua capacidade deliberativa - que seria utilizada para contestar a manutenção da dominação colonial - permitir-lhe-ia abordar todas as situações que recaíssem no âmbito da Carta, ficando limitada unicamente pelas provisões que estabeleciam que não poderia tomar decisões sobre temas que estivessem a ser analisados pelo CS ou que dependessem da jurisdição interna dos estados. Investida de funções de supervisão administrativa sobre as operações institucionais da Organização, a AG teria a capacidade de emitir opiniões sobre o desempenho de outros órgãos e partilharia algumas responsabilidades com o CS¹⁴⁸. As suas funções destinar-se-iam a ser maioritariamente desempenhadas em órgãos subsidiários, permanentes ou *ad hoc*, em que os mais importantes seriam as comissões temáticas, especializadas em áreas particulares¹⁴⁹. Com a mesma composição da AG, as comissões introduziriam uma certa confusão no processo de tomada de decisão por contribuírem para a existência, juntamente com o plenário, de múltiplas assembleias paralelas¹⁵⁰. Os poderes da AG seriam predominantemente normativos, destinados não à acção, mas a facilitar o debate entre os estados. Aos seus amplos poderes materiais, que lhe permitiam ter uma agenda potencialmente ilimitada, corresponderiam poderes formais limitados, não possuindo capacidade de decisão¹⁵¹. As suas resoluções, por terem sido destituídas do carácter vinculativo, representariam meras recomendações, que obtinham força legal unicamente se os estados membros as considerassem como afirmações do direito internacional consuetudinário ou como interpretações autorizadas da Carta¹⁵².

¹⁴⁷ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook...* p. 74

¹⁴⁸ A AG exerce funções parlamentares, legislativa, de investigação, de manutenção da paz, orçamentais, electivas e constituinte. Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. - *Ob. Cit.* p. 42-53

¹⁴⁹ A I Comissão abordava as questões políticas e de segurança internacional, incluindo a regulação do armamento; a II Comissão era dedicada a temas económicos e financeiros; a III Comissão destinava-se a assuntos sociais, humanitários e culturais; a IV Comissão abarcava a tutela e os territórios não autónomos; a V Comissão tinha a responsabilidade pelos problemas administrativos e orçamentais; e a VI Comissão estava encarregue das preocupações legais.

¹⁵⁰ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. - *Ob. Cit.* p. 42

¹⁵¹ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo - *Ob. Cit.* p. 8

¹⁵² As decisões da AG têm um carácter definitivo, podendo o órgão adoptar resoluções de aplicação obrigatória somente quando abarcam questões de natureza interna, decorrentes da actividade institucional da Organização. Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. - *Ob. Cit.* p. 51

O CS, desenhado para responder à necessidade de um mecanismo permanente que contrariasse as ameaças à paz e à segurança internacionais, teria um estatuto único no sistema das NU. A desproporcionalidade dos seus poderes e o seu elitismo determinariam algumas das tensões centrais da estrutura da Organização¹⁵³. Com uma composição inicial limitada a 11 membros, o CS, em negação da igualdade de soberania estabelecida pela AG, reconheceria prerrogativas a alguns países. O órgão teria uma estrutura desigual, permitindo que as cinco grandes potências – que foram listadas nominalmente na Carta – tivessem assentos permanentes e que os restantes lugares, não permanentes, fossem preenchidos, de forma rotativa, por um mandato de dois anos. Numa revisão da Carta em 1963, destinada a atender às reivindicações dos países resultantes da descolonização, passaria a ser composto por 15 membros, aumentando-se o número dos não permanentes, o que o tornaria num órgão menos previsível para os interesses das grandes potências, que ainda assim manteriam o predomínio¹⁵⁴. Em contradição com o princípio democrático da AG, que previa que cada Estado tivesse um voto, o Conselho reconheceria aos membros permanentes o privilégio especial do direito de veto, que permitiria impedir a adopção de decisões¹⁵⁵. Nas suas sessões, os estados deveriam estar representados por um único delegado, o que preservaria ainda mais o carácter restritivo do órgão. Ao CS seria atribuída a capacidade para operar continuamente, o que se destinaria a torná-lo no braço executivo da Organização, não se pretendendo que fosse um mero instrumento da burocracia internacional¹⁵⁶. Em situações de crise, poderia ser convocado em sessões de emergência, podendo reunir-se a qualquer momento na sede da ONU ou noutro lugar.

Com amplas funções, definidas em termos vagamente concebidos, o CS teria poderes específicos para desempenhar, em nome da Organização, a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Ainda que tendo-lhe sido atribuído mecanismos para a acção colectiva mais evidentes do que qualquer experiência anterior têm-se entendido que o órgão não seria a base para a segurança colectiva no sentido clássico do termo, o que implicaria um sistema em que os estados participantes aceitassem agir colectivamente em resposta a ameaças e rupturas da paz¹⁵⁷.

¹⁵³ Cf. HANHIMÄKI, Jussi M. - *The United Nations: A Very Short Introduction*. EUA: Oxford University Press, 2008. p. 30

¹⁵⁴ Cf. BOSCO, David L. – *Ob. Cit.* p. 102

¹⁵⁵ Sobre o poder de veto *vide* KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 135-138

¹⁵⁶ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 34

¹⁵⁷ Cf. LOWE, Vaughan, et. al. – *Ob. Cit.* p. 14

Na procura de soluções rápidas e eficazes, o Conselho receberia funções conciliatórias para a resolução pacífica de disputas e a análise de situações potencialmente perigosas. Por ter sido investido de um poder geral de investigação, poderia recolher elementos factuais sobre situações ou disputas que pudessem comprometer a paz¹⁵⁸. Ao ser encarregue de interpretar as implicações dos conflitos e das crises, teria a competência exclusiva para determinar a existência de ameaças à paz, rupturas da paz e actos de agressão¹⁵⁹. Podendo aplicar sanções e empregar a força, recorrendo quando necessário, à intermediação de órgãos regionais de segurança, estaria destinado a agir contra as violações da paz. Com poderes inigualáveis, o CS teria o predomínio sobre questões organizacionais, podendo participar nas eleições do SG e de juizes para o Tribunal Internacional de Justiça, recomendar a admissão de novos estados, suspender, expulsar e restaurar direitos e privilégios dos membros e supervisionar as actividades do Conselho de Tutela¹⁶⁰. As suas decisões representariam meras recomendações, sem poder vinculativo, quando adoptadas dentro do espírito de conciliação e de procura de soluções pacíficas para as disputas. A característica ímpar de serem vinculativas, constituindo uma obrigação legal, resultaria de decisões direccionadas a estados envolvidos em situações de ameaças à paz, rupturas da paz e actos de agressão¹⁶¹.

O Conselho Económico e Social (ECOSOC), em resultado das experiências da SDN nas áreas funcionais, seria o órgão concebido com base no entendimento de que existia uma ligação conceptual entre o bem-estar material, a paz e a segurança¹⁶². Ao integrar a ideia de que as NU deveriam se envolver na cooperação económica e social, a Carta estabeleceria um órgão composto por 18 membros, eleitos rotativamente com o voto de dois terços da AG por um mandato de três anos. Para atender aos apelos para a universalização da sua composição, por duas vezes, em 1965 e em 1973, o órgão seria

¹⁵⁸ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 182-183

¹⁵⁹ Estes três termos geraram alguma confusão quanto à melhor forma de serem definidos. A definição de “ameaça à paz” é vaga e flexível, não se caracterizando necessariamente pelo emprego da força militar ou por condutas consideradas ilegais segundo o direito internacional. Pode-se aplicar a situações internas aos estados, que sejam entendidas como influenciando países e regiões vizinhos. A “ruptura da paz” é considerada como um conflito internacional que esteja em curso, sem que atinja o estágio de “acto de agressão”. De acordo com uma declaração de 14 de Dezembro de 1974, a “agressão” ocorre em situações de invasão ou ocupação militar, bombardeamento, bloqueio de portos ou da costa, envio de forças irregulares ou de mercenários para intervir num Estado ou em caso de permissão do uso do território nacional para ataques contra outro país. Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 204-206

¹⁶⁰ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 57

¹⁶¹ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 176-177

¹⁶² Cf. ROSENTHAL, Gert - «Economic and Social Council» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 139

alargado, para 27 e depois para 54 membros, permitindo-se que os países em vias de desenvolvimento, que reclamavam um maior envolvimento na determinação das políticas económicas e sociais, adquirissem o controlo sobre as decisões. As suas sessões regulares deveriam ter lugar duas vezes por ano e poderiam ser convocadas reuniões especiais sempre que os estados membros assim o entendessem. Dadas as suas ligações com a AG, o ECOSOC teria uma posição ambígua no sistema das NU¹⁶³. Considerado como um dos órgãos principais, o que em teoria significava que tinha autoridade própria, seria no entanto estabelecido como dependente hierarquicamente da AG¹⁶⁴. Uma vez que tinha sido mandatado a desempenhar actividades semelhantes a algumas das comissões da Assembleia com funções económicas e sociais, haveria uma sobreposição voluntária de competências¹⁶⁵. Com uma composição limitada, enquanto que as comissões da Assembleia com as quais partilhava funções comuns eram universais, o ECOSOC acabaria por ser tendencialmente considerado como revestido de uma menor legitimidade¹⁶⁶.

As funções atribuídas ao Conselho em questões económicas e sociais – sobre as quais teria de produzir estudos e relatórios, formular políticas, elaborar normas e organizar conferências – deveriam ter como propósito o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais¹⁶⁷. Adicionalmente, o órgão seria encarregue de coordenar as actividades da Organização com as agências especializadas e de interagir com representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs). Representando objectivos vagos, as amplas funções do ECOSOC estariam limitadas por constrangimentos institucionais introduzidos pela própria Carta¹⁶⁸. O requisito de desempenhar as suas actividades com recurso a órgãos subsidiários, especializados em questões particulares, conduziria à criação de um número considerável de estruturas, que em algumas situações teriam similaridade de funções, provocando uma certa confusão¹⁶⁹. O estabelecimento de um sistema organizacional descentralizado tornaria difícil o desempenho da tarefa de coordenação e de cooperação entre as várias

¹⁶³ Cf. *Idem*. p. 140

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁷ Cf. *Idem*. p. 136

¹⁶⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁹ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 141

componentes da Organização¹⁷⁰. Com a subordinação à AG, o que lhe retirava a última palavra na tomada de decisões, o seu poder ficaria reduzido à emissão de recomendações sem carácter vinculativo, que seriam adoptadas pela maioria dos membros presentes nas suas sessões, que teriam direito a um voto¹⁷¹.

O Conselho de Tutela, novamente por influência da experiência da SDN, deveria resultar do estabelecimento pelas NU de um sistema internacional, que representaria uma forma institucionalizada de administração colonial¹⁷². Com o sistema ficaria instituída uma tutela sobre os territórios coloniais, destinada a promover o desenvolvimento progressivo, com o fim de se alcançar o autogoverno ou a independência. Na tutela seriam integrados os territórios que se encontravam sob mandato da SDN, os que tinham sido conquistados aos estados inimigos na II Guerra Mundial e os que as potências coloniais aceitassem voluntariamente submeter ao controlo das NU¹⁷³. Dependente da cooperação voluntária dos estados membros, os territórios deveriam ser submetidos ao sistema de tutela mediante acordos com as potências administrantes, aprovados pela AG. Com a assinatura dos acordos, do sistema resultariam obrigações específicas para as potências administrantes, cujo cumprimento ficaria sob a supervisão do Conselho de Tutela¹⁷⁴. Como não teria qualquer intervenção na elaboração dos acordos de tutela, o órgão seria essencialmente de compilação de informação, discussão e recomendação, tornando-se no mecanismo preferencial dos esforços iniciais das NU para a descolonização¹⁷⁵.

Designado como órgão principal, o Conselho de Tutela, à semelhança do ECOSOC, ficaria sob a autoridade da AG, perdendo com isso parte da sua autonomia. A contradição entre o estatuto de órgão principal e a subordinação a outras entidades seria reforçada nas situações em que os territórios sob tutela fossem considerados como pertencentes a áreas estratégicas, ficando sob a supervisão do CS, ao qual o Conselho de Tutela teria também de prestar a sua colaboração¹⁷⁶. No Conselho estariam representados em igual número os países que administravam territórios sob tutela e os que, incluindo os membros permanentes do CS, não tinham tais responsabilidades. A

¹⁷⁰ Cf. ROSENTAL, Gert – *Ob. Cit.* p. 141

¹⁷¹ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 59

¹⁷² Cf. WILDE, Ralph - «Trusteeship Council» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 149

¹⁷³ Cf. *Idem.* p. 151

¹⁷⁴ Cf. *Idem.* p. 153

¹⁷⁵ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 381

¹⁷⁶ Cf. WILDE, Ralph - «Trusteeship Council» In *The Oxford Handbook...* p. 153

cada Estado seria atribuído o direito a um voto, adoptando-se as decisões por maioria, o que evitaria que as pretensões das potências coloniais fossem objecto de grande contestação. Destinado a supervisionar a administração dos territórios sob tutela, as funções do Conselho teriam como objectivo analisar os relatórios apresentados pelas potências administrantes, aceitar petições, realizar missões de visita ao terreno e elaborar relatórios sobre os progressos alcançados anualmente. Pela sua natureza, as funções do Conselho de Tutela deixavam adivinhar que o órgão não teria qualquer poder de coacção, resultando a sua acção no relatório anual que deveria submeter à AG¹⁷⁷.

O Tribunal Internacional de Justiça, na condição de mecanismo para a resolução pacífica das disputas, seria o órgão instituído para desempenhar as funções judiciais investidas nas NU¹⁷⁸. Considerado como o principal órgão judicial da Organização, deveria ser composto por 15 juizes, eleitos pelo CS e pela AG, que tinham a obrigação de ser isentos. As suas actividades seriam duplamente reguladas pela Carta e por um Estatuto, o que permitir-lhe-ia funcionar de forma semi-independente em Haia, longe dos restantes órgãos das NU. Todos os estados, ainda que não fossem membros das NU, poderiam recorrer à sua função de jurisdição contenciosa, solicitando a aplicação do direito internacional¹⁷⁹. O Tribunal teria funções adicionais de aconselhamento, em que poderia emitir pareceres, a pedido dos restantes órgãos das NU, sobre quaisquer questões legais¹⁸⁰. O desempenho de ambas as funções ficaria dependente em larga medida da acção voluntária dos estados que recorressem ao Tribunal. Na resolução de disputas seria necessário que as partes em contencioso aceitassem previamente a sua jurisdição, estabelecendo um acordo em que se comprometeriam a aplicar as decisões emitidas¹⁸¹. No aconselhamento, os seus pareceres não seriam nem obrigatórios nem vinculativos, uma vez que os órgãos das NU não teriam a obrigação de os solicitar ou aplicar¹⁸². Mesmo não tendo sido aceite a ideia de conferir ao Tribunal o poder de interpretar a Carta, os seus acórdãos e pareceres serviriam para demonstrar a extensão e os limites das acções da Organização. No respeitante a situações em que estivessem em causa questões como o direito à autodeterminação dos povos, as decisões do Tribunal,

¹⁷⁷ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 381

¹⁷⁸ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 146

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁸⁰ Cf. *Idem.* p. 148

¹⁸¹ Cf. *Idem.* p. 146

¹⁸² Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 9

em que o exemplo mais paradigmático seriam os acórdãos quanto ao mandato da África do Sul sobre o Sudoeste Africano, contribuiriam para legitimar as pretensões das NU a desempenhar um papel interventivo na dissolução dos domínios coloniais¹⁸³.

O Secretariado representaria a institucionalização de um serviço civil internacional independente, o que no momento da criação das NU era um conceito relativamente novo¹⁸⁴. O órgão destinar-se-ia a fazer a gestão do sistema burocrático necessário ao desempenho das funções executivas das NU. Seria da sua responsabilidade o exercício de actividades administrativas para auxiliar os restantes órgãos e conferir efeito às decisões da AG e do CS. Poderia participar no processo de tomada de decisão, o que estaria dependente dos poderes e das competências que lhe fossem atribuídas¹⁸⁵. O órgão deveria ser composto por funcionários, recrutados individualmente, com base no mérito pessoal, e que teriam de respeitar o princípio da independência quanto aos estados membros. Os funcionários seriam liderados pelo SG, que, na qualidade de chefe administrativo, receberia da AG, por recomendação do CS, um mandato que poderia eventualmente ser renovado. O SG seria simultaneamente um funcionário da Organização e uma entidade independente, com responsabilidade política, que poderia chamar a atenção do CS para qualquer questão que ameaçasse a paz e a segurança internacionais¹⁸⁶. A intervenção do CS e a aplicabilidade do direito de veto na escolha do SG significariam contudo que no desempenho das suas actividades estaria condicionado pelas disputas entre as grandes potências¹⁸⁷. Em momentos de ruptura, designadamente quando a luta dos povos coloniais pelo reconhecimento de direitos soberanos produziria situações de conflito, o SG conseguiria porém em determinadas circunstâncias desempenhar um papel na resolução de disputas que à partida não se pretendia que tivesse.

As seis entidades que na Carta determinou-se que “*Ficam Estabelecidos como Órgãos Principais*” têm vindo a ser interpretadas, em aplicação de uma distinção aceite de forma quase unânime, como correspondendo a “duas NU”. A “primeira NU” seria o

¹⁸³ Para mais informações sobre os acórdãos do Tribunal Internacional de Justiça a respeito da Namíbia vide *Idem* p. 374-376

¹⁸⁴ Sobre a história do serviço civil internacional vide JONAH, James O. C. - «Secretariat: Independence and Reform» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 160-163

¹⁸⁵ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 85

¹⁸⁶ Cf. NEWMAN, Edward - «Secretary-General» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 178

¹⁸⁷ Cf. *Idem*. p. 177

fórum onde os estados membros operam e a “segunda NU” corresponderia aos funcionários do serviço civil internacional¹⁸⁸. As “duas NU”, em conjunto com as agências especializadas, formariam o núcleo central da Organização, em torno do qual se estruturaria um sistema. Marcadamente descentralizado, o sistema das NU assentaria em várias componentes, que não teriam a mesma autoridade. Destinado a ser flexível e adaptável às circunstâncias futuras, o sistema permitiria a criação de órgãos subsidiários segundo as necessidades¹⁸⁹. A criação de órgãos tornar-se-ia no mecanismo preferencial para a alteração da estrutura da Organização, num processo crescente de alargamento e complexificação. Sob a supervisão dos órgãos principais passariam a operar organizações autónomas dedicadas a áreas técnicas, económicas e sociais, programas destinados a combater problemas particulares, comissões regionais, comissões funcionais e uma variedade de comités, subcomités e agências especializadas. Nem sempre coerente, a rede de órgãos produziria um certo caos funcional, em que a falta de coordenação e o desperdício de recursos tornar-se-iam em objecto de críticas¹⁹⁰. As várias componentes do sistema teriam maquinarias intergovernamentais, documentos constitutivos, agendas e culturas burocráticas próprias. Ainda assim, imprimiriam ao sistema das NU um carácter global, permitindo o desempenho do mandato da Organização, que, por ser demasiado amplo e complexo, não poderia ser executado exclusivamente em sessões plenárias¹⁹¹.

Uma Prática Rica e Variada

AS REGRAS TRADICIONAIS DE INTERPRETAÇÃO dos tratados estabelecem que os acordos devem ser considerados à luz das circunstâncias existentes no momento da redacção por forma a se respeitar a vontade das partes¹⁹². Algumas tendências têm no entanto defendido que regras consuetudinárias são desenvolvidas com o tempo, permitindo atribuir aos acordos significados adicionais não contemplados aquando da redacção¹⁹³. A Carta das NU é um tratado multilateral elaborado numa época marcada por um equilíbrio de poderes e circunstâncias geopolíticas que, com a passagem dos

¹⁸⁸ Cf. WEISS, Thomas G.; THAKUR, Ramesh – *Ob. Cit.* p. 7

¹⁸⁹ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 45

¹⁹⁰ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 141

¹⁹¹ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 154-155

¹⁹² Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 11

¹⁹³ Cf. *Idem.* p. 10-11

anos, tornaram-se diferentes. O documento omite quaisquer informações quanto à definição do órgão que detinha o poder de interpretar o significado daquilo que os redactores pretendiam com provisões, por vezes ambíguas, por detrás das quais estavam soluções de compromisso. A responsabilidade pela interpretação acabaria por ser assumida pelos órgãos principais e pelos estados membros que, quando necessário, imprimiriam à Carta um sentido evolutivo¹⁹⁴. Afastando-se do significado original, as interpretações transformariam a Carta num instrumento vivo, com um sentido revelado pelas circunstâncias do presente. O resultado seria o surgimento de regras não escritas, consuetudinárias, que ajudariam a contrariar a rigidez do documento e a conferir flexibilidade à acção da ONU. Formalmente inalterada, a Carta encontraria novos significados, que confirmariam, suplementariam ou derogariam as cláusulas existentes¹⁹⁵.

Tão importante quanto as prescrições originais, os significados adicionais introduziriam novas práticas na Organização, expandindo enormemente a esfera de actuação dos seus órgãos e permitindo a adopção de outros procedimentos e tradições¹⁹⁶. Quase infindável, a abundante prática das NU tornar-se-ia parte do processo mais amplo de evolução lenta e imperceptível, que desde a fundação marcaria o conjunto da Organização¹⁹⁷. Com o aumento da diversidade cultural, trazido pelos estados membros admitidos com a descolonização, as NU transformar-se-iam, com todas as implicações que isso teve nas questões debatidas, numa entidade predominantemente de cultura asiática e africana¹⁹⁸. Operando num mundo que em muitos aspectos seria diferente daquele que os seus fundadores tinham antecipado, a Organização alargaria a sua esfera de actuação em resposta às circunstâncias mundiais¹⁹⁹. Novas preocupações, ameaças e desafios internacionais ao bem-estar dos estados e dos seus cidadãos, que não tinham sido previstos em 1945, seriam introduzidos na agenda da Organização, complexificando as suas actividades²⁰⁰. Os problemas associados à descolonização e ao desenvolvimento económico, dada a insistência dos países do Sul global, passariam, como referido, a estar no centro das

¹⁹⁴ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 31-32

¹⁹⁵ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 11

¹⁹⁶ Cf. LOWE, Vaughan, et. al. – *Ob. Cit.* p. 18

¹⁹⁷ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 301

¹⁹⁸ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook...* p. 106

¹⁹⁹ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 90

²⁰⁰ Cf. *Idem.* p. 4-5

preocupações. Questões como os direitos humanos e os problemas sociais, que desde sempre marcaram as discussões, assumiriam uma maior urgência por terem aumentando em magnitude com as transformações políticas, económicas e sociais entretanto ocorridas²⁰¹.

Permitindo o ajustamento da Organização às mudanças na vida política, económica e social mundial, o processo de evolução informal das NU produziria algumas variações criativas das funções e responsabilidades dos seus órgãos²⁰². Pelo Artigo 10º, a AG tinha sido encarregue de uma agenda potencialmente ilimitada, o que lhe permitia discutir quaisquer questões que recaíssem no âmbito da Carta ou que tivessem relação com os poderes e funções das NU. Recorde-se que a sua autoridade ficara limitada unicamente pela proibição de fazer recomendações sobre conflitos que estivessem a ser analisados pelo CS e pelas provisões que impediam a intervenção em questões consideradas como pertencentes à jurisdição interna dos países. Com a ONU em acção, na prática nenhuma das duas excepções constituiria um sério obstáculo ao envolvimento da AG nas discussões²⁰³. Os membros da Assembleia, apesar dos protestos dos estados visados, sentir-se-iam mandatados a comentar conflitos em curso, mesmo quando estivessem a ser analisados pelo CS²⁰⁴. Sempre, ou quase sempre, a actividade da AG assumiria uma direcção contrária ao respeito pela jurisdição interna, que seria claramente ultrapassada nas discussões e na adopção de resoluções sobre temas como a independência dos povos coloniais, os direitos humanos ou a luta contra governos impostos pela força ou considerados opressivos²⁰⁵.

A AG, como determinado pela Carta, adoptaria como regra de tomada de decisão a votação por maioria simples ou qualificada, em que a cada Estado membro seria reconhecido o direito a um voto. Uma prática consistente - resultante da utilização dos grupos regionais para consultas informais, do alargamento da composição da Organização e da complexificação da sua agenda - permitiria no entanto o desenvolvimento de regras consensuais, alterando o processo de deliberação do órgão. No imediato, após a primeira sessão da AG, as resoluções passariam a poder ser

²⁰¹ Cf. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam - «World Politics: continuity and change since 1945» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 5

²⁰² Cf. LOWE, Vaughan, et. al. – *Ob. Cit.* p. 2

²⁰³ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook...* p. 99

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*

²⁰⁵ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 165

adoptadas por unanimidade, que equivaleria ao apoio afirmativo de todos os membros da AG, por consenso, que implicaria uma aceitação positiva da parte de todas as delegações, e sem voto ou sem objecção, que traduziria um grau de satisfação mínimo com o texto²⁰⁶. De grande valor simbólico, por ser um desenvolvimento na tradição da AG de procura de amplos acordos entre os países, as regras consensuais na verdade pouco revelariam sobre a profundidade das decisões adoptadas. Um texto fraco ou ambíguo, passível de ser interpretado de forma diversa pelos estados, poderia mais facilmente conseguir alcançar e preservar a concordância do que um projecto de resolução com contornos vinculados²⁰⁷. Espalhando-se pelas comissões e órgãos subsidiários da Assembleia, a prática de regras consensuais com dispensa do voto formal, permitiria uma hierarquização das fórmulas para a adopção de decisões, tornando-se a unanimidade no processo mais desejável de aceitação das resoluções pelos estados membros²⁰⁸.

Em São Francisco, o CS tinha sido encarregue da manutenção da paz e da segurança internacionais, atribuindo-se aos seus membros permanentes o poder de veto, que fora concebido como mecanismo para assegurar a cooperação das grandes potências. Tornando-se o veto num instrumento da Guerra Fria, com um uso excessivo e por vezes controverso, seria tomada a decisão de transferir para a AG a gestão dos conflitos. Desenvolvida quando a Assembleia, e não o CS, foi mandatada a decidir em finais da década de 1940 sobre as tensões nos Balcãs e na Palestina, a prática produziria uma considerável transformação do modelo institucional definido pela Carta²⁰⁹. Um comité interino, estabelecido em 1947 e que se tornaria numa espécie de pequena assembleia, seria encarregue pela AG de analisar as disputas quando as sessões regulares não estivessem em funcionamento²¹⁰. Hostilizado pela URSS, o comité deixaria de se reunir em meados da década de 1950, quando, com a adopção da *Uniting for Peace Resolution*, os EUA conseguiriam que a AG passasse a convocar sessões extraordinárias – em que poderia recomendar o uso da força – para analisar as

²⁰⁶ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook...*p. 102

²⁰⁷ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics...*p. 89

²⁰⁸ Cf. *Idem.* p. 86

²⁰⁹ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 95

²¹⁰ Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook...*p. 103

crises internacionais nos momentos de paralisação do CS pelo veto²¹¹. Ao modificar o equilíbrio de poder institucional entre o CS e a AG, a *Uniting for Peace Resolution* resultaria numa clara rejeição do princípio da unanimidade entre as grandes potências. Pouco contribuindo para o fortalecimento da capacidade da Organização para solucionar ameaças à paz e à segurança internacionais, a prática da alteração da autoridade da AG favoreceria porém a utilização do órgão, pelas pequenas potências, como espaço alternativo ao CS²¹².

Na concepção original da Carta, o uso da força militar tinha sido reservado à direcção e controlo do CS que, com o apoio do *Military Staff Committee*, poderia empregar contingentes militares colocados pelos estados membros sob o comando da Organização. Em termos reais, o *Military Staff Committee* nunca funcionaria e em inúmeras ocasiões as NU autorizariam, sem que a Carta o tivesse previsto, coligações lideradas por estados a recorrer a medidas de coacção para a salvaguarda da paz²¹³. Numa outra abordagem ao exercício da função primária das NU, a interpretação liberal do poder de autorizar medidas coercivas permitiria, de novo com um enquadramento legal incerto, o desenvolvimento da prática inovadora das operações de manutenção da paz²¹⁴. Destinadas a intervir em conflitos internacionais e nas crises internas dos países, as operações de manutenção da paz tornar-se-iam no símbolo da flexibilidade e da reinvenção das provisões da Carta²¹⁵. Com um princípio modesto, contribuiriam para o reforço das inúmeras contradições da Organização, uma vez que as grandes potências, que detinham as maiores responsabilidades na manutenção da paz internacional, teriam uma participação residual na condução das operações no terreno, o que revestiria os seus enormes poderes de um certo anacronismo²¹⁶. A primeira operação de manutenção da paz seria a Força de Emergência das NU (1956), instituída à margem do CS e que permitiria o desenvolvimento do princípio do envio de contingentes neutrais para se posicionarem entre os combatentes e monitorizarem o cessar-fogo de forma imparcial e

²¹¹ Nestas situações seriam convocadas sessões de emergência, eliminando-se os obstáculos colocados pela Carta à análise pela AG de questões que representavam ameaças à paz e à segurança internacionais quando o CS estava encarregue de tais problemas. Cf. BOSCO, David L. – *Ob. Cit.* p. 60

²¹² Cf. ZAUM, Dominik - «The Security Council, the General Assembly, and War: The Uniting for Peace Resolution» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 156

²¹³ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 260

²¹⁴ Cf. *Idem.* p. 269

²¹⁵ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 77-78

²¹⁶ Cf. *Idem.* p. 58

sem recurso ao uso da força²¹⁷. Tendo as operações assumido várias formas, a missão enviada ao Congo (1960-1964) acabaria por se tornar num dos exemplos mais paradigmáticos pelas sérias consequências que teria para as finanças da Organização e por ter sido uma das raras ocasiões em que soldados sob mandato das NU se envolveram em acções militares²¹⁸.

O ECOSOC tinha sido autorizado, de forma vaga, a fazer os arranjos necessários para consultas com as ONGs que operavam em áreas relacionadas com as competências das NU. Tendo marcado presença na Conferência de São Francisco, as ONGs teriam inicialmente uma participação modesta nas actividades das NU. Com o aumento do seu número a nível mundial, o que esteve relacionado com os protestos públicos globais da década de 1960, passariam, cada vez mais, a ter um estatuto consultivo junto das NU²¹⁹. Outros Actores Não Estatais (ANE), como peritos, académicos, consultores, comissões independentes ou grupos de indivíduos, que, juntamente com as ONGs reclamavam constituir uma sociedade civil internacional, se aproximariam em número crescente do processo de decisão das NU²²⁰. Não somente o ECOSOC, mas também os restantes órgãos, passariam a permitir a participação dos ANE nas suas sessões, o que lhes permitiria ter uma influência crescente na Organização. Com um domínio inigualável sobre a substância de determinadas questões como os direitos humanos, o ambiente, o desarmamento ou o estatuto das mulheres, os ANE tentariam influenciar o pensamento, as políticas, as prioridades e as acções dos órgãos e dos estados membros²²¹. Desempenhando um papel significativo, designadamente ao nível do desenvolvimento e da promoção de novas ideias, tornar-se-iam responsáveis pela inscrição de determinadas questões na agenda, procurando monitorizar e acompanhar a aplicação de muitas das decisões das NU²²². Num reconhecimento da importância que assumiriam na Organização, passariam a ser considerados como constituindo a “terceira NU”, a par das “NU dos estados membros” e das “NU dos funcionários civis internacionais”²²³.

²¹⁷ Cf. *Idem*. p. 60-61

²¹⁸ Cf. *Idem*. p. 83-85

²¹⁹ Cf. *Idem*. p. 217-218

²²⁰ Cf. AVIEL, JoAnn Fagot - «Nongovernmental Diplomacy: Revitalizing Multilateral Diplomacy» In *Multilateral Diplomacy and the United Nations Today*. MULDOON JR, James P., et. al. (Ed.). S.I.: Westview Press, 2005. p. 169

²²¹ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World...* p. 33

²²² Cf. *Ibidem*

²²³ Cf. *Ibidem*

O Capítulo XV da Carta, com disposições relativas ao Secretariado, tinha atribuído ao SG responsabilidades políticas, autorizando-o a alertar o CS para questões que colocassem em causa a paz e a segurança internacionais. Nas mudanças substanciais que marcariam as NU, o SG alcançaria uma independência de acção que não tinha precedentes nas determinações da Carta²²⁴. O primeiro SG, o norueguês Trygve Lie (1946-52), defendendo uma visão expansiva das suas funções políticas, revestiria o cargo de um cunho pessoal, expondo abertamente as suas opiniões²²⁵. O seu sucessor, o sueco Dag Hammarskjöld (1953-61), seria chamado pelos estados membros em situações de crise a encontrar soluções, recebendo crescentemente a autoridade para encetar acções. Discreto e inovador, Hammarskjöld conquistaria para o SG um espaço na diplomacia de bastidores, desenvolvendo a prática de bons ofícios para a mediação de conflitos²²⁶. A sua capacidade para propor e implementar soluções de compromisso, aumentaria as possibilidades da Organização para responder aos desafios nas situações de paralisação do CS pela utilização do direito de veto²²⁷. Actuando por vezes sem instruções, Hammarskjöld assumiria responsabilidades pela elaboração dos princípios básicos e pela implementação de operações de manutenção de paz, substituindo o CS no desenvolvimento dessa variação criativa à acção coerciva contemplada na Carta²²⁸. Ainda que os seus sucessores não tivessem tido a mesma liberdade de acção, Hammarskjöld transformaria o papel do SG, tornando-o no protagonista de uma intensa actividade diplomática²²⁹.

Com causas profundas, as interpretações actualistas das funções e responsabilidades, que os exemplos apresentados demonstram que reforçaram algumas das contradições da Organização, tornariam as NU numa instituição quase irreconhecível. As características essenciais que se mantiveram seriam complementadas por mudanças substanciais, permitindo que uma das melhores definições que se possa aplicar à ONU seja a que a considera como o resultado de uma conjugação entre as prescrições da Carta e a prática desenvolvida com o tempo²³⁰. Bastante controversa, a evolução empírica das NU, com as suas regras consuetudinárias, dificilmente poderá ser

²²⁴ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 5

²²⁵ Cf. NEWMAN, Edward – «Secretary-General» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 180

²²⁶ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 60

²²⁷ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 5

²²⁸ Cf. BOSCO, David L. – *Ob. Cit.* p. 78

²²⁹ Cf. KENNEDY, Paul – *Ob. Cit.* p. 61

²³⁰ Cf. LOWE, Vaughan, et. al. – *Ob. Cit.* p. 18

considerada “ilegal”, na medida em que os amplos poderes da Carta atribuíram à Organização uma considerável liberdade para introduzir novos desenvolvimentos²³¹. Pela doutrina do direito internacional, as regras tornam-se efectivas quando alcançam o consentimento expresso ou tácito dos estados²³². Na avaliação das regras não escritas, que podem ter modificado ou revogado as provisões da Carta, a sua observância durante um longo período de tempo serve como indicador, embora insuficiente, da confirmação pela maioria dos membros da Organização²³³. Por cada Estado ter a capacidade para contrariar as tendências da maioria, a avaliação da profundidade do apoio às regras consuetudinárias deve também, para ser rigorosa, levar em consideração a conduta e as reacções individuais dos membros²³⁴. Inúmeras questões fundamentais, como a da autodeterminação dos povos, permitem observar que, mesmo que houvesse um amplo consenso na Organização, a aplicação das decisões adoptadas dependeria largamente da interpretação de cada Estado membro.

AS NU RESULTARAM DO PROJECTO ambicioso de uma nova ordem mundial destinado a proteger a humanidade do flagelo da guerra, não podendo ser consideradas uma construção radicalmente nova por terem as suas raízes em ideias e instituições anteriores. Ainda que a Carta fale em nome dos “povos”, a Organização seria essencialmente o produto de um acordo entre estados, designadamente entre os vencedores da II Guerra Mundial. Sem que haja uma definição única que satisfaça inteiramente à pergunta inicial sobre o que eram as NU nas suas primeiras décadas, pode-se afirmar que a Carta estaria na origem do estabelecimento de uma Organização que seria o produto de um compromisso negociado, em que se conjugaram propostas mais idealistas com o realismo. Tendo por ambição principal a manutenção da paz e da segurança internacionais, os propósitos da Organização assumiriam um carácter vago e indeterminado, o permitiria que qualquer assunto pudesse ser considerado como podendo ser objecto da sua atenção. Mesmo se de início tivessem havido obstáculos à

²³¹ Cf. *Idem*. p. 20

²³² Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 11

²³³ Cf. *Ibidem*

²³⁴ Cf. *Ibidem*

admissão de novos membros, o que condicionaria o seu alargamento, as NU teriam por objectivo alcançar o paradigma da universalidade. Na sua base estaria um conjunto institucional descentralizado e desequilibrado, em que a igualdade de soberania representada na AG seria contrariada pela atribuição do poder de decisão a um órgão de composição limitada, onde as cinco grandes potências detinham o poder de veto.

Ainda que sendo o documento constitutivo da Organização, a Carta, tendo sofrido apenas alterações menores, não permite que se avance uma explicação definitiva sobre as NU, na medida em que qualquer interpretação deverá resultar num reconhecimento da natureza mutável da instituição. Num processo de evolução pela prática, que não estaria porém isento de uma certa continuidade, a Organização transformar-se-ia numa entidade diferente da estabelecida pelas disposições iniciais. Com a aplicação de interpretações evolutivas à Carta, que deixava uma ampla margem de manobra para a adaptação da Organização às circunstâncias futuras, seriam introduzidas novas práticas, que produziriam uma evolução empírica. Longe de ser ilegal, o processo de evolução informal das NU – que seria uma resposta às circunstâncias mundiais, à complexificação das questões que passaria a abordar ou à alteração na sua composição com a entrada massiva de países do Sul global - produziria novas funções e responsabilidades para os seus órgãos, servindo para o aprofundamento de algumas das contradições da Organização. Resultante do processo de evolução informal passariam a ser identificadas “três NU”: a dos governos, que decorre mais directamente da Carta; a dos funcionários, que ganharam uma grande independência de acção; e a dos ANE, que passaram a participar crescentemente no processo de decisão da Organização. Em conjunto, as “três NU” estariam envolvidas na criação e desenvolvimento de ideias, conferindo-lhes uma legitimidade internacional, promovendo a sua adopção como políticas, implementando-as e testando-as a nível nacional²³⁵.

²³⁵ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World...* p. 35

Capítulo 2

Uma Ideia Genérica e Indeterminada: 1945-1960

AINDA QUE A AFIRMAÇÃO ESTEJA SUJEITA a controvérsia, as ideias, enquanto produto de interacções sociais entre indivíduos e grupos, têm vindo a ser consideradas como um dos principais motores da história²³⁶. As ideias desenvolvem-se por processos de grupos tornando difícil identificar um único indivíduo ou uma única entidade responsável pela sua criação. Com frequência assumem uma forma mais definida ao longo do tempo em resultado de pesquisas, de debates ou de tentativas para as transformar em práticas políticas²³⁷. Entendidas como factores de modelação da sociedade, às ideias têm sido atribuído um potencial para determinar as acções dos estados tanto quanto as forças materiais²³⁸. Sendo-lhes reconhecida a capacidade para converter indivíduos, estados e instituições, levando-os a desejar novos objectivos, pretende-se que as ideias têm um maior impacto quando assumem o carácter de opiniões mundiais, tornando-se numa fonte de pressões para a mudança²³⁹. Consideradas por alguns como uma forma de poder, com autonomia própria, entende-se que as ideias influenciam a política ao alterarem o modo como as questões são percepcionadas e a linguagem usada para as descrever, quando enquadram as agendas, ao afectarem o equilíbrio de forças para a acção ou a resistência à mudança e nas circunstâncias em que se tornam parte de instituições que assumem a responsabilidade de as implementar²⁴⁰.

Em resultado da *ideational role* que as NU têm vindo a desempenhar, servindo como força motora em muitas áreas do progresso humano e ajudando na definição das

²³⁶ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. p. 41

²³⁷ Cf. *Idem*. p. 38

²³⁸ Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 48

²³⁹ Cf. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. – *Ob. Cit.* p. 7

²⁴⁰ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. p. 42. Judith Goldstein e Robert O. Kehoane propõe as seguintes explicações, mais incompletas, para a forma como as ideias afectam a política: ao fornecerem um guia conceptual que ajuda os estados na compreensão das mudanças nas preferências e nas definições que lhes são vitais, ao afectarem as estratégias em situações onde não existe um equilíbrio único e ao se tornarem parte das instituições. Cf. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. – *Ob. Cit.* p. 7

agendas internacionais, designadamente a nível económico e social, as ideias são consideradas como o mais importante legado da Organização²⁴¹. Tendo sido responsável pela generalização do sistema de estados soberanos, permitindo que os territórios coloniais se tornassem independentes, a autodeterminação seria introduzida na Carta das NU como “*Uma Ideia Genérica e Indeterminada*”²⁴². Com a emergência de manifestações anticoloniais, as NU, numa expansão gradual das suas actividades, acabariam, nas suas acções e pronunciamentos, por promover a transformação da ideia de autodeterminação num direito²⁴³. Entre os dois momentos decorreu um longo processo de desenvolvimento da ideia, que teve uma íntima relação com o contexto mundial e em que participaram diferentes actores que não somente as NU. Por ser uma demonstração de que as ideias desenvolvidas pelas NU não são estáticas ou imutáveis, é nossa intenção tentar compreender o processo de institucionalização da ideia de que todos os povos tinham o direito a escolher livremente o seu destino. Em particular, pretende-se determinar - uma vez que o desempenho da Organização na análise da questão colonial portuguesa não pode ser compreendido sem referência a este período inicial – quais os significados que a ideia de autodeterminação adoptaria ao longo do tempo. Sendo uma das áreas em que seria mais evidente a evolução empírica das NU, têm-se o propósito adicional de entender as primeiras interacções entre a Organização, a ideia de autodeterminação e a questão colonial portuguesa.

A “Sacred Trust Mission”

AS NU DESENVOLVEM E PROMOVEM, como elementos-chave do progresso humano, ideias e conceitos, que são formulados, debatidos, distorcidos, adoptados ou rejeitados pela sua prática²⁴⁴. Mesmo que por vezes se tenha experimentado alguma dificuldade em sumariar o impacto das ideias das NU, tem havido a tendência para se estabelecer uma relação entre o estudo da *ideational role* da Organização e o debate

²⁴¹ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. p. 39

²⁴² Cf. CASSESE, Antonio – *Ob. Cit.* p. 341

²⁴³ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Entre Solidão e Intervencionismo: Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*. Porto: Gabinete de Estudos Internacionais, 2003. p. 48

²⁴⁴ Cf. Ralph Bunche Institute for International Studies – *United Nations Intellectual History Project* [Em linha]. [Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível em <URL:<http://www.unhistory.org/about/>>

mais amplo sobre a determinação da eficácia das suas acções. Resultando numa interpretação sobre o sucesso ou o falhanço das ideias na história das NU, enumeram-se os créditos e os débitos, as contribuições intelectuais positivas e as propostas que não produziram resultados²⁴⁵. São apresentados como aspectos positivos a promoção dos direitos humanos, o fornecimento de um enquadramento internacional para o desenvolvimento de políticas económicas nacionais, a estruturação de uma maquinaria de estatística para medir e comparar o progresso em várias áreas, o estabelecimento de metas e objectivos mundiais ou a promoção do desenvolvimento humano²⁴⁶. Na explicação do sucesso das ideias criadas ou desenvolvidas pela Organização são apontados factores como o consenso internacional e a legitimidade que adquirem, a aceitação e o interesse profissional que suscitam, o apoio não governamental que obtêm, o suporte financeiro que conseguem alcançar e a extensão segundo a qual as diversas componentes do sistema das NU tomam a iniciativa e a responsabilidade de as implementar²⁴⁷.

Ideias como a da autodeterminação, com precedentes anteriores, foram com frequência adaptadas e modificadas de forma a se enquadrarem nas prioridades, programas de trabalho e paradigmas existentes nas NU. Princípio disputável e maleável, a ideia de autodeterminação na sua evolução histórica ficaria associada ao desenvolvimento do nacionalismo e do liberalismo, tendo tido como momentos marcantes a declaração de independência dos EUA (1776) e a Revolução Francesa (1789)²⁴⁸. Com uma linhagem herdeira de raízes históricas e ideológicas plurais e contraditórias, a ideia de autodeterminação, atendendo ao tempo, ao espaço e às várias circunstâncias em que foi empregue, teve diferentes formas e diferentes significados ou representou linhas ideológicas e de prática política antagónicas²⁴⁹. Na enunciação do princípio, o primeiro proponente a nível internacional seria Vladimir Lenine, que invocou o termo como base para os acordos de paz na I Guerra Mundial²⁵⁰. O Presidente

²⁴⁵ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. p. 11-14

²⁴⁶ Cf. *Idem*. p. 11-12

²⁴⁷ Cf. *Idem*. p. 45

²⁴⁸ Cf. CASSESE, Antonio – *Ob. Cit.* p. 11

²⁴⁹ Após a I Guerra Mundial, a autodeterminação não foi incorporada no Convénio da SDN e nem se tornou parte das normas legais internacionais. A forma arbitrária como se decidiu quais as populações intituladas a determinar os seus destinos permite afirmar que na época não existia ainda um direito à autodeterminação. Para mais informações sobre a evolução do princípio da autodeterminação *vide Idem*. p. 26

²⁵⁰ Cf. MANELA, Erez – *Ob. Cit.* p. 37

norte-americano, Woodrow Wilson, adotando a palavra, que tomou de empréstimo da linguagem dos bolcheviques, a tornaria, com um significado diferente, num postulado político e num *slogan* retórico²⁵¹. Com um entusiasmo precipitado, pois Wilson tinha em consideração unicamente o espaço europeu, os nacionalistas anticoloniais interpretariam o conceito wilsoniano de forma vanguardista, insistindo que servisse de justificação para a destituição da dominação colonial²⁵². Tornando-se num dos mais célebres e disputados princípios do período entre guerras, a autodeterminação seria proclamada, no decorrer do segundo conflito mundial, na Carta do Atlântico (1941), como o princípio que governaria as mudanças territoriais, a livre escolha dos governos em cada Estado soberano e a restauração dos direitos daqueles que tinham sido privados de liberdade²⁵³. Por se temer o potencial revolucionário da ideia – que aos anticolonialistas daria a esperança de que os Aliados pudessem apoiar a descolonização – as potências coloniais acabariam por esclarecer que o enunciado não constituiria uma obrigação legal que se aplicasse aos povos dependentes²⁵⁴.

Seria em grande parte por iniciativa da URSS que as referências à autodeterminação foram introduzidas, no último momento, em São Francisco, na Carta das NU²⁵⁵. Ainda que tivesse sido a primeira vez que o princípio de autodeterminação encontrou tradução num tratado multilateral, o que marcaria o seu amadurecimento enquanto padrão legal de comportamento, a sua formulação significaria muito pouco. Fracamente definido – com poucas indicações quanto ao seu significado, o seu conteúdo, os seus portadores e os meios adequados à sua implementação – a ideia de autodeterminação integrada na Carta dificilmente poderia significar, como mais tarde viria a ser interpretada, a obrigação das potências coloniais permitirem que as suas colónias decidissem o seu próprio destino²⁵⁶. Numa formulação mais restritiva, a autodeterminação enunciada nos artigos 1º (§ 2º) e 55º destinar-se-ia ao desenvolvimento de relações pacíficas e amigáveis entre as nações. Entendida como a livre afirmação dos estados, sem ingerência externa, os contornos da autodeterminação estabelecidos na Carta não seriam muito diferentes do princípio da não intervenção nos

²⁵¹ Para uma perspectiva comparativa sobre as concepções de Lenine e de Wilson sobre a autodeterminação *vide* CASSESE, Antonio – *Ob. Cit.* p. 19-23

²⁵² *Cf.* MANELA, Erez – *Ob. Cit.* p. 8-9

²⁵³ *Cf. Idem.* p. 39

²⁵⁴ *Cf.* CASSESE, Antonio – *Ob. Cit.* p. 37

²⁵⁵ *Cf. Idem.* p. 38

²⁵⁶ *Cf.* CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 370

assuntos internos de cada país²⁵⁷. Associada à igualdade de direitos entre os estados, a autodeterminação da Carta era primariamente estadual, integrando uma liberdade que pertencia aos governos e que somente mais tarde seria estendida aos povos²⁵⁸. Quanto muito, e numa definição pela negativa, a Carta teria tido a intenção de afirmar que os estados deveriam atribuir, se possível, o autogoverno às comunidades que administravam²⁵⁹.

Caracterizada pela ambiguidade, a ideia de autodeterminação presente na Carta em nada colocava em causa os domínios coloniais, o que é consistente com a afirmação de que as NU foram um produto da dimensão imperial e que, pelo menos de início, seriam consideradas pelas potências coloniais como um mecanismo para a defesa do colonialismo²⁶⁰. Longe de apoiarem a descolonização, as premissas da Carta excluíam das disposições, bastante conservadoras, sobre os territórios dependentes quaisquer referências à ideia de autodeterminação. Praticamente legitimando o colonialismo, a Carta sujeitaria as potências coloniais apenas a obrigações genéricas e modestas, que sublinhavam o espírito de compromisso inicial das NU com a preservação dos impérios coloniais²⁶¹. Mesmo que marcadamente associadas à defesa dos interesses das potências coloniais, as disposições da Carta não deixariam ainda assim de representar uma certa ruptura normativa²⁶². Por terem estabelecido uma ligação entre os direitos humanos, a igualdade racial e os territórios dependentes, as disposições sobre os territórios coloniais têm vindo a ser entendidas como resultantes de um processo em que argumentos éticos tinham deslegitimado formas anteriores, mais violentas, de colonialismo²⁶³. Numa extensão de crenças anteriormente articuladas, que apontavam no sentido do reformismo colonial, o documento demonstraria uma maior preocupação com as questões coloniais em geral. Embora seguindo uma orientação paternalista, a Carta

²⁵⁷ Cf. *Ibidem*

²⁵⁸ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 43

²⁵⁹ Cf. CASSESE, Antonio – *Ob. Cit.* p. 42

²⁶⁰ Cf. MAZOWER, Mark – *No Enchanted Palace...* p. 16-17

²⁶¹ Nas conferências que antecederam o estabelecimento da Organização, por oposição da Grã-Bretanha, não foram claramente definidas as responsabilidades que as NU poderiam ter em questões coloniais. Em São Francisco, a discussão sobre os territórios dependentes resultou num desacordo entre as posições colonialistas e os países anticolonialistas. A grande dificuldade foi precisamente a de associar às cláusulas sobre os territórios dependentes a ideia de autodeterminação, por se temer que pudesse servir de justificação à secessão. Para proteger os seus interesses, as potências coloniais resistiram à introdução de provisões potencialmente radicais, consentindo somente algumas alterações, ainda que substanciais, nas propostas iniciais sobre os territórios dependentes. Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 58-62

²⁶² Cf. CRAWFORD, Neta – *Argument and Change in World Politics...* p. 311

²⁶³ Cf. *Ibidem*

incluiria as crenças normativas que tinham sido expressas e institucionalizadas no sistema de mandatos da SDN, criado para impedir a anexação das colónias dos países vencidos na I Guerra Mundial²⁶⁴.

Ao se tornar num instrumento formal de regulação das relações internacionais, a Carta das NU resultaria porém numa hierarquia de valores, conferindo um carácter incompleto à forma como a questão dos territórios dependentes seria institucionalizada e construída discursivamente²⁶⁵. Um nível desigual na articulação dos princípios da Carta tornaria a soberania dos estados (especialmente das potências coloniais) no elemento central, que se sobreporia às cláusulas sobre os territórios dependentes, limitando formalmente o âmbito de intervenção da Organização²⁶⁶. Marcado por instâncias colonialistas, o documento adoptaria a mesma linguagem que tinha permitido às potências coloniais apresentar uma lógica de justificação da sua dominação, reconhecendo uma distinção entre países mais avançados e desenvolvidos por oposição a territórios menos avançados e menos desenvolvidos, em relação aos quais existiria uma “*Sacred Trust Mission*” (uma missão sagrada) de orientação para o progressivo desenvolvimento político, económico, social e educacional²⁶⁷. Evitando a utilização dos termos colónias ou potências coloniais – que foram substituídos por “territórios não autónomos” ou “membros das NU que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios”-, a Carta favoreceria uma organização jurídica da dominação colonial, estabelecendo um tratamento desigual para os povos dependentes²⁶⁸. Numa linguagem ambígua, desenvolvida nos capítulos XI, XII e XIII, os redactores da Carta determinariam, com recurso a uma distinção política e jurídica, regras gerais de administração para os territórios não autónomos, que salvaguardariam as preocupações das potências coloniais ao garantir que as suas possessões não cairiam sob a alçada da ONU, e disposições para a criação de um sistema de tutela, razoavelmente vago e destinado a determinadas categorias de colónias²⁶⁹.

Compromisso moral, que dependia da boa-fé das potências coloniais, a Declaração Relativa aos Territórios Não Autónomos reportar-se-ia à esmagadora

²⁶⁴ Cf. *Idem*. p. 249

²⁶⁵ Cf. PATIL, Vrushali - *Negotiating Decolonization in the United Nations: Politics of Space, Identity, and International Community*. S.l.: Routledge, 2007. p. 44

²⁶⁶ Cf. *Ibidem*

²⁶⁷ Cf. *Idem*. p. 45

²⁶⁸ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 45

²⁶⁹ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 70

maioria das possessões dependentes. Sem que em nenhum momento tivesse sido definido o que se entendia pela designação de “territórios não autónomos” ou fosse avançada uma proposta ou lista que indicasse as possessões que poderiam ser integradas nessa categoria, a Declaração não implicaria a discriminação de quaisquer objectivos para os povos subjugados²⁷⁰. Os dois artigos do Capítulo XI limitar-se-iam a atribuir às potências coloniais o dever sagrado de assegurar o bem-estar – mediante o respeito pela cultura, o progresso político, económico, social e educacional, o tratamento equitativo, a protecção contra abusos e o respeito pelas aspirações políticas – dos povos que administravam e que ainda não se governavam completamente a si mesmos. Nada seria dito sobre a possibilidade da independência dos territórios não autónomos se tornar numa das obrigações a cumprir pelas potências coloniais. O desenvolvimento do autogoverno e de instituições políticas livres seriam os objectivos máximos aos quais os territórios não autónomos poderiam aspirar nos termos da Carta. As potências coloniais ficariam sujeitas unicamente à obrigação de transmitir regularmente ao SG dados estatísticos e de natureza técnica, para fins informativos segundo o Art.º 73º, § e), sobre as condições económicas, sociais e educacionais nos territórios pelos quais tinham responsabilidade. Limitado pelas reservas impostas por razões de segurança e de ordem constitucional, o cumprimento da obrigação de transmitir informações, que não contemplava questões de âmbito político, não seria objecto de qualquer mecanismo de supervisão que pudesse assegurar a sua implementação. O poder das NU para a aplicação do Art.º 73º e), seria limitado, tanto mais que o acordo de cavalheiros alcançado em São Francisco tinha garantido que, em princípio, o seu cumprimento não envolveria nenhum direito da Organização intervir naquilo que as potências coloniais defendiam ser uma questão de jurisdição interna²⁷¹.

Forma institucionalizada de administração colonial, o Regime Internacional de Tutela seguiria o modelo do sistema de mandato criado para as colónias conquistadas aos países inimigos na I Guerra Mundial. Formalizada enquanto base legal pela SDN, a noção de tutela retomada pela Carta introduziria uma relação desigual entre um território considerado incapaz de se governar a si próprio e um Estado que assumiria

²⁷⁰ De acordo com James Crawford, o termo “não autónomo” não se referia à história ou à geografia, mas ao estatuto de relativa subordinação da população de um determinado território. A interpretação que prevaleceu foi a que a considerava o termo como aplicando-se a territórios que eram colónias no momento da redacção da Carta das NU. Cf. CRAWFORD, James R. - *The Creation of States in International Law*. EUA: Oxford University Press, 2007. p. 606-607

²⁷¹ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 384

responsabilidades pela sua administração, legitimando o paternalismo colonial²⁷². Em teoria comportando a obrigação dos administradores governarem no interesse das populações locais, o sistema de tutela estaria previsto, como referido anteriormente, para os territórios que se encontravam sob mandato, os que tinham sido retirados aos estados inimigos em consequência da II Guerra Mundial e os que fossem voluntariamente submetidos ao regime pelos que os administravam²⁷³. Desenhado com o propósito de conferir aos territórios visados um estatuto mais vantajoso do que o dos territórios não autónomos, o Regime Internacional de Tutela teria como uma das suas finalidades básicas o desenvolvimento progressivo dos territórios para o autogoverno e a independência. Envolvida numa linguagem sobre a consolidação da paz e da segurança internacionais, o desenvolvimento progressivo dos habitantes e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, a finalidade da independência dos territórios sob tutela apresentar-se-ia no entanto, na definição do Art.º 76º, § b), como uma mera hipótese e não necessariamente uma obrigatoriedade para as potências coloniais²⁷⁴. A possibilidade da independência ficaria condicionada à aquisição pelos territórios tutelados de um nível de avanço e desenvolvimento considerados adequados, o que seria uma condição prévia que deixaria uma ampla margem de manobra para as potências coloniais retardarem o reconhecimento da condição de independente.

O controlo dos territórios permaneceria, pelas disposições do Capítulo XII, firmemente nas mãos das metrópoles, que, não sendo obrigadas a sujeitar as suas colónias ao regime teriam ainda de consentir no estabelecimento das condições de tutela, prevendo-se a realização de acordos individuais entre a ONU e as potências coloniais²⁷⁵. Uma salvaguarda adicional permitiria que, em qualquer acordo de tutela, houvesse a possibilidade das potências coloniais conseguirem o reconhecimento da existência, por razões de segurança, de zonas estratégicas, que poderiam compreender uma parte ou a totalidade do território. Tornando-se numa responsabilidade do CS, as decisões relacionadas com as zonas estratégicas ficariam sujeitas ao poder de veto, o que permitiria que as potências coloniais pudessem impedir a adopção de

²⁷² Cf. CRAWFORD, Neta C. – «Decolonization through Trusteeship. The Legacy of Ralph Bunche» In *Trustee for the Human Community: Ralph J. Bunche, the United Nations, and the Decolonization of Africa*. HILL, Robert A.; KELLER, Edmond J. (Ed.). S.l.: Ohio University Press, 2010. p. 96

²⁷³ Cf. Organização das Nações Unidas - *Carta da Organização das Nações Unidas* [Em linha]. [Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível em <URL: <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/index.htm>>

²⁷⁴ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 364

²⁷⁵ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 61

recomendações desfavoráveis²⁷⁶. O sistema de tutela integraria contudo instrumentos de controlo da acção das potências coloniais, operando uma reformulação do princípio da responsabilização internacional e reforçando as garantias de monitorização que tinham estado presente nos mandatos da SDN²⁷⁷. As funções de supervisão e responsabilização da administração dos territórios seriam atribuídas à AG e, no caso das zonas estratégicas, ao CS, que teriam a assistência do Conselho de Tutela, cujas atribuições, determinadas no Capítulo XIII numa linguagem vaga que excluía as expressões que pudessem apontar para acções mais activas, seriam essencialmente de compilação da informação²⁷⁸. Um questionário sobre o desenvolvimento político, económico, social e educacional dos habitantes, elaborado pelo Conselho, deveria servir de base para a inquirição às potências coloniais, que ficariam obrigadas a apresentar um relatório anual à Organização²⁷⁹. O exame dos relatórios das autoridades administrantes, a recepção e estudo de petições provenientes das populações e a realização de visitas periódicas aos territórios tutelados seriam os demais instrumentos de supervisão das NU.

Ainda que seja largamente plausível a ideia de que os capítulos XI, XII e XIII representassem a legitimação dos interesses das grandes potências, as consequências do objectivo de preparar o autogoverno para os territórios não autónomos e a independência para os que se encontravam sob tutela dificilmente poderiam ter sido antecipadas no momento da redacção da Carta²⁸⁰. Como tem vindo a ser reconhecido, as disposições da Carta, numa evolução empírica das cláusulas sobre os territórios não autónomos e o sistema de tutela, acabariam por dar força moral e política às aspirações dos povos coloniais, tornando-se numa justificação legal para a descolonização. De início com alguma hesitação, mas rapidamente de forma continuada, as NU desenvolveriam a prática de estabelecer uma ligação entre os artigos da Carta onde o termo autodeterminação fora empregue e o destino dos territórios dependentes. Numa cedência perante interpretações evolutivas do documento em questões coloniais, as NU transformar-se-iam num fórum anticolonial, deixando pelo caminho a sua concepção

²⁷⁶ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 381

²⁷⁷ Cf. HILL, Robert A.; KELLER, Edmond J. - «Introduction» In *Trustee for the Human Community: Ralph J. Bunche, the United Nations, and the Decolonization of Africa*. HILL, Robert A.; KELLER, Edmond J. (Ed.), S.I.: Ohio University Press, 2010. p. XII-XIII

²⁷⁸ Cf. PATIL, Vrushali – *Ob. Cit.* p. 44-45

²⁷⁹ O questionário suscitava questões sobre: avanços políticos em termos de administração geral e organização judicial; desenvolvimento económico e social, incluindo os direitos humanos; condições laborais e regulamentação; saúde pública; administração penal; e educação. Cf. CRAWFORD, Neta – *Argument and Change in World Politics...* p. 312

²⁸⁰ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 381

original de instrumento de defesa dos impérios²⁸¹. Em questões de tutela e nas reivindicações dos povos coloniais em geral, tornar-se-iam num espaço para a emissão de apelos à moralidade e à consciência internacional, transmitindo o desejo de abolição da dominação colonial²⁸². Num processo sinuoso, pouco linear, feito de avanços e recuos, os poderes de recomendação da ONU seriam usados para transformar a ideia de autodeterminação na base normativa da descolonização.

O Mecanismo Preferencial da Descolonização

TENDO UM PAPEL ENQUANTO ACTOR intelectual, as NU têm sido consideradas como possuindo uma capacidade inigualável para disseminar e promover ideias²⁸³. Fazendo uso do seu poder de discutir e fazer recomendações sobre quaisquer questões no âmbito da Carta, a Organização seria responsável, na tentativa de fazer implementar a ideia de autodeterminação, por decisões que produziriam efeitos de grande significado político e valor moral²⁸⁴. Uma prática pouco ameaçadora para as potências coloniais marcaria no entanto as primeiras decisões sobre os territórios dependentes, quando o alinhamento de forças coloniais e anticoloniais na Organização não estava suficientemente desenvolvido e os debates eram relativamente isentos do radicalismo que mais tarde surgiria²⁸⁵. A interferência sistemática das NU nas questões coloniais teria de início o objectivo de favorecer a aceleração da evolução dos territórios sob tutela. Instituição ambígua, em que a população a ela sujeita não era considerada independente e nem tinha o estatuto de colónia, o sistema de tutela seria na primeira década das NU “*O Mecanismo Preferencial da Descolonização*”²⁸⁶. A instituição de tutela tornar-se-ia no instrumento pelo qual a aplicação da ideia de autodeterminação aos povos coloniais teria tradução na prática das NU²⁸⁷. A disputa constante entre o Conselho de Tutela, as potências administrantes e os líderes locais sobre o significado da autodeterminação acabaria por resultar na afirmação de que a independência

²⁸¹ Cf. MAZOWER, Mark – *No Enchanted Palace...* p. 25

²⁸² Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 364

²⁸³ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World.* p. 202

²⁸⁴ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 3

²⁸⁵ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. p. 2-3

²⁸⁶ Cf. CRAWFORD, Neta C. – «Decolonization through Trusteeship. The Legacy of Ralph Bunche» In *Trustee for the Human Community...* p. 94-95

²⁸⁷ Cf. KNOP, Karen - *Diversity and Self-Determination in International Law.* S.l.: Cambridge University Press, 2008. p. 327

constituía um direito legal para os povos tutelados²⁸⁸. A exigência da criação de condições para a evolução dos territórios sob tutela para a independência, que se considerava que deveria ter lugar o mais rapidamente possível, seria adoptada como fórmula para vincular as potências administrantes a compromissos políticos.

Pelas resoluções da AG, as NU passariam, sem que a Carta o tivesse previsto, a exigir das potências administrantes que informassem sobre os prazos em que pretendiam atribuir a independência aos territórios tutelados, o que se tornaria numa imposição contestada pelas metrópoles que defendiam uma interpretação mais restritiva dos poderes da Organização em questões coloniais²⁸⁹. Os acordos de tutela, entregues com algum atraso pelas potências coloniais, sujeitariam à supervisão da Organização os territórios que o Convénio da SDN tinha abarcado no sistema de mandatos. Compreendendo possessões africanas e ilhas do Pacífico, os territórios transferidos para o sistema de tutela seriam os administrados pela Austrália (Nova Guiné e Nauru), Bélgica (Ruanda-Urundi), França (Togolândia e Camarões), Nova Zelândia (Samoa Ocidental) e Reino Unido (Camarões, Tangânica e Togolândia)²⁹⁰. Ficariam excluídos os mandatos do Médio Oriente, por se terem entretanto tornado independentes ou sido sujeitos a outra forma de ocupação, e o Sudoeste Africano, que a potência mandatária, a África do Sul, se recusaria a submeter à supervisão das NU por entender que a administração do território tinha ficado livre do controlo internacional com a dissolução da SDN²⁹¹. Sem nunca ter atingido a dimensão que os seus defensores na Conferência de São Francisco desejavam, o sistema de tutela seria estendido unicamente à colónia italiana da Somália e ao território estratégico das ilhas do Pacífico, integrando os antigos mandatos japoneses que passaram a ser administrados pelos EUA. Aparentemente nenhuma potência colonial considerou seriamente a hipótese de sujeitar os seus territórios dependentes ao sistema de tutela, que teria uma aplicação limitada, circunscrevendo-se praticamente aos mandatos da SDN²⁹².

²⁸⁸ Cf. *Idem*. p. 329

²⁸⁹ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 47

²⁹⁰ Nauru era administrado pela Austrália, em seu nome, e no da Nova Zelândia e do Reino Unido.

²⁹¹ O Sudoeste Africano tinha sido atribuído como mandato após a I Guerra Mundial à África do Sul, que recusou-se a submeter o território ao sistema de tutela das NU e a conceder-lhe a independência. O conflito entre as NU e a África do Sul gerou um aceso debate e motivou várias consultas ao Tribunal Internacional de Justiça, que concluíram que a Organização era sucessora da SDN nas questões de mandatos.

²⁹² Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 381

Na tentativa de desempenhar as funções de controlo e supervisão, a AG e o Conselho de Tutela desenvolveriam um escrutínio detalhado e crítico da administração dos territórios tutelados. O elaborado questionário definido pelo Conselho de Tutela como ferramenta básica de supervisão obrigaria cada administrante, que tinha a consciência de que estava a ser observado pelas NU, a anualmente justificar a forma como desempenhava as responsabilidades mandatadas, impulsionando eventualmente uma melhoria nas práticas governativas²⁹³. Aumentando de ano para ano o número de petições analisadas, concedendo ocasionalmente audições a peticionários e empreendendo missões de visita regulares, o Conselho de Tutela, no desempenho da sua função informativa, confrontaria os administrantes com as queixas e a opinião pública dos territórios administrados, o que por vezes resultaria na resolução directa de problemas específicos²⁹⁴. O sistema de tutela, que não estaria isento de tensões e contradições inerentes à sua prática, contribuiria para tornar as potências administrantes mais responsáveis e a administração relativamente transparente com a institucionalização da responsabilização perante uma organização internacional²⁹⁵. No seu todo, o sistema permitiria o aumento dos padrões de administração nos territórios sob tutela, mantendo as autoridades administrantes atentas quanto às obrigações que tinham com as populações tuteladas. A supervisão e as recomendações das NU favoreceriam uma maior articulação das demandas de independência das populações locais, permitindo um processo de mudança mais ordeiro e pacífico²⁹⁶.

Contribuindo para um clima internacional favorável à descolonização, o sistema de tutela permitiria que nos inícios da década de 1960 todos os territórios africanos submetidos ao regime tivessem alcançado o autogoverno ou a independência²⁹⁷. Os restantes territórios tornar-se-iam independentes nas décadas seguintes, culminando um processo resultante da difusão da presunção de que as populações dos territórios dependentes tinham algo a dizer sobre a forma como pretendiam ser governados²⁹⁸. Ainda que ao sistema de tutela tivesse ficado associada uma imagem positiva, a

²⁹³ Cf. *Idem*. p. 382

²⁹⁴ Cf. *Ibidem*

²⁹⁵ Cf. *Idem*. p. 103-104

²⁹⁶ Cf. *Idem*. p. 383

²⁹⁷ Os territórios alcançaram a independência por esta ordem: Togolândia Britânica, Togolândia Francesa, Somalilândia, Camarões sob administração francesa, Camarões administrados pelo Reino Unido, Tanganica, Ruanda-Urundi, Samoa Ocidental, Nauru, Nova Guiné, Estados Federados da Micronésia, República das Ilhas Marshall, Commonwealth das Ilhas Marianas do Norte e Palau. Cf. WILDE, Ralph – *Ob. Cit.* p. 154-155

²⁹⁸ Cf. KNOP, Karen – *Ob. Cit.* p. 330-331

evolução que teve lugar nas NU sobre os territórios não autónomos acabaria por o tornar anacrónico, esgotando a sua função. O Conselho de Tutela, que pela sua composição paritária seria controlado pelas potências coloniais, nunca se transformaria no órgão central de discussão da ideia de autodeterminação, dado que estava impossibilitado de exercer qualquer poder legal de coerção e por a esmagadora maioria dos territórios coloniais terem sido mantidos fora do sistema²⁹⁹. Os debates mais importantes sobre a autodeterminação acabariam por ser os que se reportavam aos territórios não autónomos, em que as tentativas de implementação do Capítulo XI da Carta tornar-se-iam no veículo para a transformação da AG no principal fórum internacional de confrontação entre colonialistas e anticolonialistas.

Tanto pela Letra como pelo Espírito

ENTENDIDA COMO UMA ENTIDADE sujeita a tensões e contradições, integrando perspectivas e valores divergentes, as NU têm a capacidade para criar e estimular conceitos que penetram no discurso internacional e mudam a forma como os indivíduos pensam³⁰⁰. Com um papel particularmente activo nas discussões sobre ideias, as NU desenvolveriam uma visão extensiva do Capítulo XI da Carta, estendendo e colocando em operação o direito à autodeterminação³⁰¹. Sem que nenhuma disposição da Carta autorizasse a submeter as potências coloniais a qualquer tipo de intervenção da iniciativa da Organização, tentar-se-ia desenvolver uma prática que retirasse os territórios não autónomos da esfera de responsabilidade exclusiva das metrópoles. Várias tentativas pretenderiam, a partir da primeira sessão, fazer a demonstração de que os territórios não autónomos recaíam no domínio da responsabilidade internacional³⁰². Com a finalidade de fazer aplicar a supervisão da Organização sobre o conjunto dos territórios não autónomos, as decisões adoptadas tentariam a aproximação a um estatuto idêntico ao das populações sob tutela, para, com a associação ao estabelecido nos capítulos XII e XIII, assegurar a independência como solução final e a fiscalização do

²⁹⁹ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 383

³⁰⁰ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges.* p. 214

³⁰¹ Cf. CRAWFORD, James R. – *Ob. Cit.* p. 603

³⁰² Cf. MARTINS, Fernando - *Ob. Cit.* p. 76-77

processo pelas NU³⁰³. As recomendações adoptadas seriam muito semelhantes às do Conselho de Tutela, insistindo-se no aumento do investimento no ensino para as populações coloniais, no alargamento dos programas de Estado providência, no desenvolvimento de projectos económicos mais extensivos ou na atribuição de maiores oportunidades para a participação no processo de decisão³⁰⁴. Por analogia, acabariam por ser aplicadas a todas as colónias as mesmas exigências apresentadas aos administrantes dos territórios sob tutela quanto à preparação das populações para assumirem a independência.

A legitimidade que a ONU reclamaria quanto aos territórios não autónomos não teria ainda assim um resultado directo e imediato, que permitisse o fim do colonialismo, assegurando poucos avanços na primeira década. Seria sobretudo com recurso a pronunciamentos sobre a problemática geral do colonialismo, e não tanto pelos debates sobre situações específicas que, entre 1945-55, a Organização reclamaria progressos mais rápidos na independência dos territórios não autónomos, reforçando a tendência anticolonial. As primeiras reivindicações de grupos nacionalistas que solicitavam o autogoverno e a independência não seriam atendidas, demonstrando as NU um certo desinteresse pelos problemas coloniais³⁰⁵. Uma questão quanto ao estatuto de Marrocos seria introduzida na agenda em 1950-51, mas não haveria qualquer debate por a França ter insistido que se tratava de um problema interno. Nos anos seguintes seria adoptada uma resolução, bastante fraca, em que se apelaria a negociações entre as partes, falhando contudo a tentativa de aprovação de um texto que reconhecesse o direito do povo marroquino à completa autodeterminação. A confirmar o que foi afirmado quanto às pretensões das potências coloniais para que a Carta servisse como um instrumento de defesa dos seus interesses, as NU, onde os países ocidentais detinham a maioria, assumiriam no início da década de 1950 uma posição branda quanto ao comportamento dos franceses em relação aos direitos humanos na Tunísia³⁰⁶.

As discussões regulares sobre a aplicação da autodeterminação aos territórios não autónomos, que estariam presentes nas NU por um longo período, seriam justificadas com a obrigatoriedade do cumprimento da transmissão das informações, de natureza técnica e estatística, prevista no Capítulo XI da Carta. Nunca aceite pelas

³⁰³ Cf. *Ibidem*

³⁰⁴ Cf. CRAWFORD, Neta – *Argument and Change in World Politics...* p. 315

³⁰⁵ Cf. *Ibidem*

³⁰⁶ Cf. *Idem*. p. 315-316

potências coloniais, que pretendiam que os dados deveriam ser fornecidos a título voluntário e meramente informativo, o estudo das informações transmitidas segundo o Art.º 73º e) resultaria no desenvolvimento de regras consuetudinárias, justificadas “*Tanto pela Letra como pelo Espírito*” da Carta³⁰⁷. Por cada país ter assumido um critério de transmissão da informação, a AG decidiria a preparação de um formulário padronizado, semelhante ao do Conselho de Tutela, para orientação dos estados membros³⁰⁸. Sem que os limites do Capítulo XI o tivessem antecipado, se determinaria a criação de um órgão – que se tornaria num dos principais responsáveis pela avaliação sistemática das acções das potências coloniais – para o exame das informações transmitidas. De composição paritária, integrando à semelhança do Conselho de Tutela estados que administravam territórios e membros eleitos com base numa distribuição geográfica equitativa, o Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos, como ficaria conhecido, dificilmente poderia no entanto ser considerado um instrumento do anticolonialismo³⁰⁹. A fraqueza inerente ao sistema das NU, a despeito da liberalidade com que a Carta seria interpretada, permitiria que as potências administrantes contrariassem, com evidentes prejuízos para a actuação do Comité, as preferências tendentes a alargar as determinações inscritas no Art.º 73º e).

Hostilizado pelas potências coloniais, que se opuseram às tentativas para torná-lo num órgão permanente, o Comité adoptaria em algumas circunstâncias um comportamento meramente académico, repetindo generalidades sem que fossem avançadas soluções para os problemas, e redigindo as suas conclusões de forma vaga³¹⁰. Numa atitude a-crítica aceitaria, sem reservas significativas, a lista dos territórios enumerados pelas potências coloniais como recaindo no âmbito do Capítulo XI, que, longe de estar completa, apresentaria falhas e casos dúbios, omitindo possessões como Tunísia, Marrocos, Argélia ou Rodésia do Sul e abarcando as Ilhas Cook, consideradas pela Nova Zelândia como parte integrante do país³¹¹. As informações de natureza

³⁰⁷ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 365; Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 76

³⁰⁸ Concebido para facilitar a apreciação dos dados, o formulário solicitava informações gerais, de carácter opcional, sobre a governação e os direitos humanos nos territórios não autónomos e elementos específicos sobre as condições sociais, educativas e económicas, que eram de preenchimento obrigatório. Cf. United Nations - *Resolution 142 (II)*, 3 November 1947. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³⁰⁹ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 384

³¹⁰ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1950*. S.l.: s.n., s.d. p. 680-688, 690-691

³¹¹ Vide anexo III, contendo a lista dos territórios não autónomos enumerados pelas potências coloniais. As únicas objecções à lista foram apresentadas por países que tinham reivindicações sobre alguns

política, que poderiam ter servido de pretexto para a intromissão no desempenho das potências administrantes, não seriam discutidas por o Comité ter entendido o exame em detalhe das instituições políticas desenvolvidas nos territórios não autónomos como irrelevante, ainda que afirmasse que a não transmissão de informações sobre os progressos para o autogoverno fosse criticável³¹². Alegando a complexidade das funções atribuídas, o limitado tempo disponível e o excesso de trabalho, o Comité não conseguiria por vezes realizar parte do seu mandato. Sem produzir resultados assinaláveis, de 1950 em diante seria tomada a decisão de aprofundar a cada ano a análise de um campo funcional, estudando-se alternadamente o ensino, o desenvolvimento económico e as condições sociais nos territórios não autónomos³¹³.

Mesmo se os seus limitados termos de referência o tivessem impedido de se envolver em situações específicas, as práticas adoptadas pelo Comité ajudariam no entanto a revestir a AG da competência necessária para emitir decisões quanto aos territórios não autónomos, permitindo que pudesse intervir em quaisquer questões pertencentes aos povos dependentes³¹⁴. Envolvendo-se por vezes em debates puramente teóricos, com formulações ambíguas e inconclusivas, a AG faria a demonstração tanto das limitações como do potencial das NU para a adopção de novas práticas. Sem conseguir escapar a contradições, a iniciativa anticolonial ficaria entregue à IV Comissão, onde os limites da competência conferida pela Carta quanto aos territórios não autónomos seriam sempre excedidos, promovendo-se uma gradual reconfiguração da problemática colonial³¹⁵. Para ampliar as obrigações das potências coloniais, uma pressão crescente seria exercida para que fossem transmitidas informações sobre as condições políticas nos territórios não autónomos, considerando-se que estavam em conformidade com o espírito do Art.º 73³¹⁶. As tentativas das potências coloniais para contornar a vigilância das NU, com o argumento de que as colónias tinham alcançado o autogoverno, levariam à afirmação de que apenas competia à IV Comissão, por delegação da AG, ou ao Tribunal Internacional de Justiça determinar as condições e o

territórios como a Guatemala em relação às Honduras Britânicas, o Panamá quanto à Zona do Canal do Panamá e a Argentina sobre as Ilhas Falkland. Cf. CRAWFORD, James R. – *Ob. Cit.* p. 608

³¹² Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1947-48*. S.l.: s.n., s.d. p. 717

³¹³ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1950*. p. 697-698

³¹⁴ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 366

³¹⁵ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *Ob. Cit.* p. 385

³¹⁶ Cf. United Nations - *Resolution 144 (II)*, 3 November 1947. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

momento em que as informações poderiam deixar de ser transmitidas³¹⁷. O direito das NU de pedir que fosse oficialmente informada sobre as mudanças no estatuto dos territórios não autónomos, que era altamente disputável, não tinha sentido se se atendessem unicamente ao Capítulo XI. A prática que estava em desenvolvimento, avançada numa proposta da União Indiana, permitiria porém que uma decisão da AG consagrasse o dever das potências coloniais, num prazo de seis meses, entregarem ao SG os documentos que conferiam o autogoverno aos territórios não autónomos³¹⁸.

Não pretendendo deixar que as potências coloniais adoptassem decisões unilaterais, a AG entenderia ser competente para exprimir uma opinião quanto aos princípios que deveriam guiar os estados membros na determinação se a população de um território tinha alcançado o autogoverno³¹⁹. Sem que tivesse sido previamente formulada a definição do termo “território não autónomo”, o que algumas delegações entendiam ser prioritária, seriam enunciados que os factores a serem tidos em atenção teriam de ser os elementos geográficos, as questões constitucionais, as considerações étnicas e culturais ou a opinião das populações³²⁰. Tendo os factores sido sujeitos a algumas revisões, a AG determinaria a preferência para que o autogoverno nos territórios não autónomos fosse exercido primariamente através da independência, embora a associação a um outro Estado, numa base de absoluta igualdade e liberdade, ou a autonomia política também fossem reconhecidas como fórmulas válidas³²¹. Um convite da Dinamarca, que tinha permitido que dois membros do Secretariado se deslocassem à Gronelândia por entender que deveriam se familiarizar com as condições no território, serviria de pretexto para que se tentasse, sem que num primeiro momento o objectivo fosse alcançado, que a informação transmitida segundo o Art.º 73º e) fosse suplementada por visitas ao terreno³²². Por considerar que seria necessário um progresso efectivo, a AG promoveria a participação directa dos habitantes dos territórios não autónomos nas suas actividades, o que a Carta tinha antecipado unicamente para as

³¹⁷ Cf. United Nations - *Resolution 222 (III)*, 3 November 1948. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>; MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 81

³¹⁸ Cf. United Nations - *Resolution 222 (III)*, 3 November 1948. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³¹⁹ Cf. United Nations - *Resolution 567 (IV)*, 18 January 1952. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³²⁰ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1951*. S.l.: s.n., s.d. p. 605-610

³²¹ Cf. United Nations - *Resolution 742 (VIII)*, 27 November 1953. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³²² Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1950*. p. 676

populações sob tutela, aconselhando ainda que fossem admitidos como membros associados nas agências especializadas e nas comissões regionais³²³.

O constante alargamento das iniciativas da AG quanto aos territórios não autónomos pode ser interpretado como significando que, ainda antes de iniciada em 1955 a considerada era da descolonização nas NU, quando os países do Sul global crescentemente orientariam o sentido do debate para as questões coloniais, estaria em curso um processo de institucionalização da ideia normativa de autodeterminação. A consolidação da ideia de autodeterminação e o crescente papel activo das NU na sua promoção seriam em parte resultante do aumento da contestação dos nacionalistas anticoloniais, que crescentemente refutariam a dominação europeia, da diminuição das crenças racistas subjacentes ao colonialismo, com a afirmação da igualdade entre raças, ou do crescimento dos sentimentos anti-coloniais resultante do decréscimo do apoio público nos países europeus à manutenção das colónias³²⁴. As NU por serem uma entidade susceptível de ser modelada por flutuações no clima de valores e normas internacionais acabariam por adoptar o novo entendimento de que havendo o reconhecimento da igualdade entre raças seria inconsistente a manutenção da dominação colonial³²⁵. Num momento em que a composição da Organização não diferia muito da original, em que os alinhamentos favoreciam os ocidentais, países como a União Indiana desempenhariam um papel activo no favorecimento pelas NU de uma política de promoção da igualdade racial e da autodeterminação³²⁶. O activismo da Índia ficaria associado principalmente à internacionalização da questão sul-africana após a II Guerra Mundial, em que a África do Sul seria criticada pelo tratamento discriminatório da população de origem indiana. Com o estabelecimento da política de *Apartheid* em 1948, a luta contra a discriminação racial tornar-se-ia numa causa moral, começando a se desenvolver um activismo internacional, que rapidamente ficaria também associado aos debates sobre a autodeterminação³²⁷.

Sem se pretender secundarizar outras explicações, entendemos no entanto que a importância que a autodeterminação ganharia estaria estreitamente relacionada com a

³²³ Cf. United Nations - *Resolution 566 (IV)*, 18 January 1952. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³²⁴ Cf. CRAWFORD, Neta – *Argument and Change in World Politics...*p. 292-293

³²⁵ Cf. MAZOWER, Mark – *No Enchanted Palace...*p. 195-196

³²⁶ Cf. CRAWFORD, Neta – *Argument and Change in World Politics...*p. 315

³²⁷ Para mais informações vide *Southern African Liberation Struggles. New Local, Regional and Global Perspectives*. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris (Ed.). África do Sul: UCT Press, 2013

institucionalização de uma outra ideia, a dos direitos humanos, no desenvolvimento da qual a III Comissão sobre assuntos sociais, humanitários e culturais teria um papel fundamental³²⁸. Ainda que alguma literatura indique que num primeiro momento não tivesse havido uma conexão doutrinal ou organizacional entre as duas ideias, os direitos humanos acabariam por se transformar no mecanismo para a promoção da autodeterminação e do antiracismo³²⁹. Tornando-se num conceito hegemónico, os direitos humanos - com um significado e uma prática complexa, contestada e confusa - emergiriam como vocabulário representativo de um novo imaginário, fortalecendo o discurso que desafiava a dominação colonial e favorecendo o reconhecimento do princípio de que cada povo podia decidir o seu destino³³⁰. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) consagraria que todos os seres humanos nasciam livres e iguais em dignidade e direitos, estabelecendo que não podia ser efectuada nenhuma distinção com base no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou território ao qual os indivíduos pertenciam, quer fossem independentes, estivessem sob tutela, tivessem a designação de não autónomos ou se encontrassem sob qualquer outra limitação de soberania³³¹. Resultante de diferentes universalismos, que contaram com os contributos dos países do Sul global, a Declaração assumiria ser uma clarificação das disposições, algo superficiais, da Carta sobre a fé nos direitos fundamentais do homem³³². Reconhecendo-se a todos o direito básico à liberdade, o que se tornaria numa afirmação da superioridade dos direitos individuais em relação aos dos estados, a ideia de autodeterminação acabaria por ser uma das questões mais polémicas dos direitos humanos³³³.

³²⁸ Nem todas as abordagens têm aceite de forma pacífica o estatuto do anticolonialismo enquanto direitos humanos. Tem sido dito que o movimento anticolonial não era na sua essência um movimento de direitos humanos. Cf. BURKE, Roland - *Decolonization and the Evolution of International Human Rights*. S.l.: University of Pennsylvania Press, 2010. p. 5

³²⁹ Cf. MOYN, Samuel - «Imperialism, Self-determination, and the Rise of Human Rights» In *The Human Rights Revolution: An International History*. RIYE, Akira; GOEDDE, Petra; HITCHCOCK, William I. (Ed.). EUA: Oxford University Press, 2012. p. 162

³³⁰ Sobre este tema vide *Human Rights in the Twentieth Century*. LUDWING, Stefan (Ed.). Nova Iorque: Cambridge Press University, 2011

³³¹ Cf. United Nations - *Resolution 217 (III), 10 December 1948*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³³² A importância dos afrio-asiáticos no desenvolvimento dos direitos humanos tem sido considerada como tão relevante quanto a dos ocidentais, do bloco soviético e das ONGs. Essa influência teria tido início ainda antes do momento decisivo da descolonização, prolongando-se pelo período em que o surgimento de novos estados remodelou as NU. Cf. BURKE, Roland – *Ob. Cit.* p. 1-3

³³³ Cf. NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah - *Human Rights at the UN: The Political History of Universal Justice*. S.l.: Indiana University Press, 2008. p. 212

Com a fragmentação do sistema internacional dos direitos humanos, não se tendo conseguido que a Declaração Universal apresentasse uma abordagem integral ficaria prevista a elaboração de convénios sobre direitos políticos e civis e sobre direitos económicos, sociais e culturais, na preparação dos quais se levaria muito tempo a discutir a ideia de autodeterminação³³⁴. Com as potências coloniais a rejeitarem que a autodeterminação pudesse ser considerada uma questão de direitos humanos, haveria muitas dificuldades em conseguir vencer as objecções contra a integração da ideia nos convénios³³⁵. Seriam suscitadas questões sobre se a autodeterminação era um princípio ou um direito, se pertencia a indivíduos ou a grupos nacionais, se implicava tanto a independência política quanto a económica ou se pressupunha a participação democrática interna³³⁶. Com as tensões da Guerra Fria, associadas aos receios de um conflito nuclear, a exercerem uma profunda influência nas NU, os debates tornar-se-iam numa poderosa ferramenta na luta ideológica. Tendo adoptado uma posição táctica de favorecimento da autodeterminação, a URSS utilizaria o argumento anticolonial contra os países ocidentais para conseguir obter dividendos políticos, de forma a escapar ao isolamento nas NU³³⁷. Os EUA, votando ocasionalmente a favor dos interesses dos povos coloniais, apoiariam a associação entre a autodeterminação e o direito à democracia e à participação política como forma de atacar o domínio soviético na Europa Central³³⁸.

Com as tentativas para a inserção da ideia nos convénios, a autodeterminação ganharia um sentido mais preciso, aproximando-se da definição que significava a liberdade dos povos disporem de si mesmos. Em resultado da sua grande elasticidade, a autodeterminação, que comportava demasiados significados e evocava inúmeras conotações, seria apresentada como um direito humano fundamental, ficando associada aos conceitos de soberania e democracia³³⁹. A versão da autodeterminação enquanto soberania pretenderia que os direitos individuais seriam secundários, prevalecendo o imperativo da criação de estados independentes³⁴⁰. Na perspectiva da democracia, a autodeterminação entenderia que os direitos individuais e a independência nacional

³³⁴ Cf. *Idem.* p. 197-198

³³⁵ Cf. *Idem.* p. 215-221

³³⁶ Cf. *Idem.* p. 215

³³⁷ Cf. *Idem.* p. 217-218

³³⁸ Cf. *Idem.* p. 221

³³⁹ Cf. BURKE, Roland – *Ob. Cit.* p. 39

³⁴⁰ Cf. *Ibidem*

estariam intimamente relacionados, resultando na criação de estados pós-coloniais democráticos³⁴¹. Numa evidência das tensões existentes no bloco anticolonial nas NU, que não era homogêneo, nos primeiros anos da década de 1950 seria dominante a tendência da autodeterminação enquanto democracia, o que não se afastaria muito das ideias wilsonianas de autogoverno democrático³⁴². Ainda que algumas resoluções da AG tivessem reafirmado a autodeterminação enquanto direito à condição de Estado, o significado mais evidente seria o que propunha soluções destinadas primariamente à satisfação de necessidades individuais³⁴³. Numa decisão, que se sobreporia a apelos para a realização prévia de um estudo cuidadoso, a IV Comissão convidaria (a partir de 1951) as potências coloniais a transmitirem um sumário sobre a implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas suas possessões, o que era uma obrigação na qual os restantes membros das NU não incorriam³⁴⁴. Além do respeito pelos princípios e objectivos fundamentais, nenhum membro das NU tinha qualquer obrigação de reportar sobre a extensão segundo a qual aplicava a Declaração, que não teria mecanismos eficazes de monitorização destinados a assegurar a sua implementação.

Decorrente da sua associação aos direitos humanos, a ideia de autodeterminação passaria progressivamente a ser empregue num contexto completamente diferente daquele que a Carta tinha previsto³⁴⁵. Já não se visariam as relações pacíficas e amigáveis entre os estados, mas que todos os que tinham responsabilidades pela administração de territórios não autónomos, e também pelos que se encontravam sob tutela, promovessem a realização do direito à autodeterminação dos povos e nações. Uma dimensão económica, subjacente ao reconhecimento da soberania permanente sobre as riquezas e os recursos naturais, apontaria para uma ideia de autodeterminação que não se limitaria a termos estritamente políticos. Questões como a quem se aplicava a autodeterminação ou se podia ser reivindicada por grupos dentro dos estados continuariam porém sem uma resposta institucional. Numa exigência continuada para a sua aplicação aos territórios não autónomos, os estados membros passariam a ser

³⁴¹ Cf. *Ibidem*

³⁴² Cf. *Ibidem*

³⁴³ Numa resolução adoptada em 1952 foi afirmado inequivocamente que a autodeterminação estava num nível de superioridade em relação aos direitos humanos. A interdependência entre as duas ideias foi assim substituída pela dependência dos direitos individuais face à autodeterminação. Cf. *Idem*. p. 43

³⁴⁴ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1950*. p. 678

³⁴⁵ Cf. United Nations - *Resolution 545 (VI)*, 5 February 1952. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

recomendados que incluíssem nas informações transmitidas de acordo com o Art.º 73º detalhes sobre a extensão segundo a qual o direito dos povos e nações à autodeterminação era exercido nas suas colónias, com particular ênfase nos dados sobre o progressivo desenvolvimento de instituições políticas livres³⁴⁶. Com a tendência geral para os direitos humanos ganharem um destaque sem paralelo nas actividades das NU, passando a ser considerados como verdades evidentes, a ideia de autodeterminação tornaria mais vinculada a exigência de transmissão de informações sobre os territórios não autónomos, que seria o elemento justificador das primeiras intervenções da Organização na questão colonial portuguesa³⁴⁷.

“Da Mesma Natureza que as Restantes”

MESMO QUE HAJA OPINIÕES QUE favoreçam um entendimento das ideias por si, sem qualquer referência ao contexto, a *ideational role* das NU tem vindo a ser considerada em conjunto com o âmbito histórico e social em que Organização desempenhou o seu mandato³⁴⁸. Praticamente não tendo sido estudadas na primeira década, as situações específicas constituiriam, de 1955 em diante, um impulso para mais desenvolvimentos na ideia de autodeterminação. Seria em grande parte a questão sobre quem decidia quando e se os novos membros deveriam transmitir informações sobre os territórios não autónomos, suscitada pela admissão de Portugal e da Espanha nas NU, a determinar a extensão da ideia³⁴⁹. Não havendo outro requisito à participação na Organização, o acesso das potências neutrais e derrotadas na II Guerra Mundial tinha sido institucionalmente condicionado unicamente ao preenchimento da condição de “Estado amante da paz”. A neutralidade portuguesa, que fora conduzida no essencial no interesse dos Aliados, sem que tivessem faltado momentos de inclinação germanófila, com o aproveitamento das vantagens do comércio com o Eixo, permitiria que o país se tornasse ilegível para uma eventual admissão³⁵⁰. Por ter ajudado os países do Eixo, a

³⁴⁶ Cf. United Nations - *Resolution 637 (VII)*, 16 December 1952. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

³⁴⁷ Cf. LUDWING, Stefan - «Introduction: Genealogies of Human Rights» In *Human Rights in the Twentieth Century*. LUDWING, Stefan (Ed.). Nova Iorque: Cambridge Press University, 2011. p. 1

³⁴⁸ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. - *Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges*. p. 8-9

³⁴⁹ Cf. ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. - *Ob. Cit.* p. 385

³⁵⁰ Cf. *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (Dir.); ROSAS, Fernando (Coord.). Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 282

Espanha seria considerada como não qualificada para ser membro das NU, o que resultaria num isolamento internacional, tendo sido aprovadas na I sessão da AG resoluções solicitando aos estados membros que cortassem as relações diplomáticas com o país³⁵¹.

Não tendo tido qualquer participação na reorganização internacional do pós-guerra, contrariamente ao que tinha acontecido com a criação da SDN, Portugal demonstraria desde muito cedo o interesse em aderir às NU³⁵². A formalização da candidatura portuguesa seria porém objecto de uma análise cuidada por ter havido uma profunda desconfiança quanto à Organização e ao novo quadro das relações internacionais³⁵³. Tendo o regime português fundamentos doutrinários e um sistema político-institucional que não se ajustava às NU, António Oliveira Salazar temeria que a participação na Organização pudesse resultar na imposição de uma liberalização, tanto mais que a oposição, designadamente o Movimento de Unidade Democrática (MUD) utilizaria a Carta como referência para contestar a legitimidade do Estado Novo³⁵⁴. Com alguma prudência, Portugal tentaria assegurar-se da posição político-diplomática dos estados membros quanto à admissão das potências neutrais e da orientação que a União Soviética, com a qual não tinha relações diplomáticas, poderia assumir perante uma eventual candidatura portuguesa. Os EUA e a Grã-Bretanha, por razões relacionadas com o uso das bases militares nos Açores, indicariam, numa diligência conjunta, apoiar a admissão de Portugal e dos demais países neutrais (Irlanda e Suécia)³⁵⁵. Por se recusar a negociar, como lhe fora sugerido, a sua entrada nas NU em troca do estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, Portugal ficaria numa situação em que seria obrigado a escolher entre a apresentação da candidatura correndo o risco do veto soviético e a não formalização do pedido, o que teria como resultado o isolamento internacional³⁵⁶.

Tendo sido solicitados pareceres às embaixadas portuguesas no Rio de Janeiro, Londres e Washington, seriam colocados em evidência a conformidade da candidatura com os preceitos constitucionais portugueses, o dever de contribuir para o debate e a

³⁵¹ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. I. p. 364-365

³⁵² Cf. CASTAÑO, David Mourão Ferreira – *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Texto Policopiado, 2005. p. 137

³⁵³ Cf. SILVA, Maria Isabel Alarcão e – *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo*. Lisboa: Texto Policopiado, 1994. p. 109-110

³⁵⁴ Cf. *Idem.* p. 110

³⁵⁵ Cf. *Idem.* p. 112

³⁵⁶ Cf. *Idem.* p. 114

resolução de problemas internacionais, o factor de prestígio representado pelo apoio dos EUA e da Grã-Bretanha e a importância de não se perder a oportunidade para uma admissão em conjunto com outros países neutrais³⁵⁷. As embaixadas portuguesas, como de resto os norte-americanos e os britânicos, desvalorizariam a possibilidade do veto soviético, considerando que seria mais penalizador para a URSS do que para Portugal. Para a decisão de avançar com a candidatura teriam contribuído os receios de um possível isolamento e de uma posterior admissão ocorrer em circunstâncias menos favoráveis aquando da entrada de antigos estados inimigos³⁵⁸. O pedido de admissão seria formalizado em conjunto com os países neutrais, mas nas vésperas do prazo limite (a 2 de Agosto de 1946). Num momento pouco favorável, em que a emergência da rivalidade bipolar começara a fazer sentir a sua influência nas NU, a URSS utilizaria o direito de veto para negar a admissão de países alinhados com o bloco ocidental³⁵⁹. A rejeição da candidatura portuguesa seria justificada, não com os critérios da Carta, mas com o apoio que teria sido dado por Portugal à Alemanha Nazi, o desrespeito pela decisão das NU que apelava ao corte de relações com a Espanha e a inexistência de laços diplomáticos com o país³⁶⁰.

Sem atender às sucessivas recomendações da AG para a reconsideração das candidaturas rejeitadas, a União Soviética continuaria nos anos seguintes a impedir a admissão de novos membros, condicionando o alargamento da composição da Organização. Resultando incontestavelmente numa derrota política, a recusa da candidatura seria minimizada pelo governo português, apontando-se como explicações a indefinição da orientação geral da Organização, a ausência de um prévio esclarecimento sobre as regras de admissão e a existência de divergências entre as grandes potências³⁶¹. Portugal tentaria dar a entender que tinha apresentado a candidatura unicamente por insistência dos EUA e da Grã-Bretanha, rejeitando qualquer associação entre a natureza do regime português e o veto soviético³⁶². A recusa do pedido de admissão seria entendida como uma confirmação do apoio Ocidental ao país, chamando-se a atenção para a ameaça soviética³⁶³. Tendo sido anunciada ao público somente após ter sido

³⁵⁷ Cf. *Idem*. p. 115

³⁵⁸ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 92-93

³⁵⁹ Cf. *Idem*. p. 89

³⁶⁰ Cf. PEREIRA, Carlos Santos – *Ob. Cit.* p. 150

³⁶¹ Cf. SILVA, Maria Isabel Alarcão e – *Ob. Cit.* p. 121

³⁶² Cf. CASTAÑO, David Mourão Ferreira – *Ob. Cit.* p. 137

³⁶³ Cf. PEREIRA, Carlos Santos – *Ob. Cit.* p. 151

conhecido o resultado da votação, a candidatura seria objecto de críticas da oposição, que tinha alimentado a expectativa de que em caso de falhanço o exército decidiria intervir, avançando com um golpe de Estado³⁶⁴. Frustradas as expectativas, as críticas internas à rejeição da candidatura serviriam de pretexto para a desorganização e o enfraquecimento da oposição, com a prisão de dirigentes do MUD³⁶⁵. A rejeição da candidatura resultaria num isolamento internacional do país, que em parte seria atenuado pela participação em instituições do sistema das NU e pela obtenção do estatuto de membro fundador do *Northern Atlantic Treaty Organization* (NATO)³⁶⁶.

A desconfiança portuguesa quanto à Organização continuaria a ser alimentada nos anos seguintes, em parte pela igualdade de soberania que a AG estabelecia entre os estados (o que se pensava que colocava em causa o predomínio da raça branca) e pela ofensiva anticolonial³⁶⁷. Atento às mudanças no discurso político internacional sobre o colonialismo, o governo português encarregar-se-ia de fazer a adaptação do estatuto dos seus territórios, retirando-os formalmente do âmbito das disposições da Carta com a revisão constitucional de 1951³⁶⁸. Por se terem tornado suspeitos, Portugal abandonaria os conceitos de império e colónias, negando a sua verdadeira condição de potência colonial, substituindo-os por ultramar e províncias ultramarinas³⁶⁹. Como a entendemos, a revisão constitucional resultaria de uma tentativa portuguesa de se adaptar à mudança normativa em curso que deslegitimava a dominação colonial, tentando escapar à contestação anticolonialista. Sem que a revisão constitucional tivesse produzido algo mais do que uma mudança semântica, nacionalistas angolanos, que clandestinamente tinham organizado vários partidos ou grupos políticos, apresentariam as primeiras reivindicações nas NU contra o colonialismo português. Uma petição redigida por uma organização de orientação metodista, identificada como ELA, e assinada por mais de 500 angolanos solicitaria em 1952 a assistência da Organização para a independência de Angola³⁷⁰. Sem que tivesse tido qualquer seguimento, certamente por Portugal não ser

³⁶⁴ Cf. SILVA, Maria Isabel Alarcão e – *Ob. Cit.* p. 122

³⁶⁵ Cf. *Idem.* p. 126

³⁶⁶ Cf. GASPAS, Carlos - «Organização das Nações Unidas» In *Dicionário de História de Portugal*. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.). Vol. VIII. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1999. p. 673

³⁶⁷ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-21, Ofício de Augusto Castro ao MNE de 5 de Novembro de 1948

³⁶⁸ Cf. GASPAS, Carlos – *Ob. Cit.* p. 673

³⁶⁹ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 257

³⁷⁰ Na sua maioria, os peticionários eram de origem Mbundu, da região de Luanda. Foi enviada uma cópia da petição ao presidente dos EUA, solicitando que institísse um protectorado ou uma tutela sobre Angola. O documento repudiava a dominação colonial portuguesa, propondo a independência de Angola

um Estado membro, o documento traduziria uma radicalização do nacionalismo angolano, que era influenciado por factores internacionais como a acção das NU, podendo também ser considerado como resultante da apropriação de argumentos normativos como a igualdade democrática ou a autodeterminação pelos nacionalistas das colónias portuguesas³⁷¹.

Em condições que estiveram longe de ser ideais ou prestigiantes, Portugal acabaria por ser admitido nas NU, em simultâneo com a Espanha e potências derrotadas (como sempre se temeu), num momento e em circunstâncias que escapariam ao controlo do país³⁷². Com a melhoria nas relações internacionais, as superpotências acordariam um conjunto alargado de admissões, permitindo que Portugal se tornasse formalmente membro das NU em Dezembro de 1955, quando a Organização se encontrava em fase de transição na evolução lenta e imperceptível que vinha sofrendo desde a fundação³⁷³. Ao reflectir as mudanças no clima internacional, as NU deixariam nos anos seguintes de estar tão sujeitas à rivalidade bipolar, ocorrendo discussões menos frequentes de temas relacionados com a Guerra Fria³⁷⁴. Com o alargamento da sua composição, a Organização experimentaria uma alteração fundamental nos equilíbrios regionais entre os seus membros, com a perda da maioria automática que os ocidentais até então detiveram na AG. Tendo os países afro-asiáticos adquirido uma maior coesão com a Conferência de Bandung (Abril de 1955), que exerceria uma influência normativa, sobretudo pelo contributo para princípios particulares, como a autodeterminação, o seu número determinaria cada vez mais a ascensão da AG enquanto órgão extremamente politizado, tornando-o menos previsível³⁷⁵. Em demonstração da mobilização colectiva dos países afro-asiáticos, as preocupações das NU passariam a ser dominadas pelas questões coloniais, começando a tornar-se evidente a intenção de utilizar a Organização para modelar o debate sobre a descolonização³⁷⁶.

porque Portugal não tinha conseguido desempenhar uma missão civilizadora. Cf. WHEELER, Douglas - «"May God Help Us". Angola's First Declaration of Independence: The 1951 Petition/Message to the United Nations and USA» In *Portuguese Studies Review*. 19 (1-2). 2011. p. 281 e seguintes

³⁷¹ Cf. *Idem*. p. 275. Vide o estudo sobre a utilização por nacionalistas das colónias francesas e holandesas de conceitos ocidentais para contestar a política colonial das metrópoles. Cf. SPRUYT, Hendrik - *Ob. Cit.* p. 65-92

³⁷² Cf. PEREIRA, Carlos Santos - *Ob. Cit.* p. 152

³⁷³ Cf. MARTINS, Fernando - *Ob. Cit.* p. 88

³⁷⁴ Cf. LUARD, Evan - *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1

³⁷⁵ Cf. TAN, See Seng; ACHARYA, Amitav - *Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for International Order*. Singapore: NUS Publishing, 2009. p. 2

³⁷⁶ Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio - *Ob. Cit.* p. 32-33

Com a inscrição na agenda de um número crescente de problemas resultantes de conflitos coloniais, a Organização passaria a demonstrar a tendência para um maior radicalismo por a guerra da Argélia, que teve início em 1954, ter começado a ser discutida e as questões da Tunísia e de Marrocos terem ganho mais intensidade, estabelecendo o padrão que seria seguido nas restantes discussões sobre o colonialismo³⁷⁷. Em particular, a questão argelina demonstraria ser um exemplo da internacionalização dos problemas coloniais, em que a Frente de Libertação Nacional (FLN) utilizaria as NU como uma das componentes de uma “revolução diplomática” destinada a isolar o governo francês dado se ter reconhecido a impossibilidade de se obter a independência somente pela via das armas³⁷⁸. Correspondendo a um período em que desenvolveria um papel mais central nos acontecimentos mundiais, as NU entrariam em 1955 numa fase em que o debate sobre a autodeterminação ficaria marcado por uma considerável ambiguidade sobre se a ideia seria universal ou se teria uma aplicação limitada aos territórios coloniais³⁷⁹. Interpretações divergentes compreenderiam a autodeterminação, de forma restritiva, como o direito a se libertar do colonialismo europeu³⁸⁰. Outros a entenderiam, de maneira mais ampla, como o direito a se eximir de todas as formas de dominação, incluindo o imperialismo comunista da URSS³⁸¹. Uma corrente que recolheria um forte apoio pretendia que a autodeterminação deveria representar a possibilidade de se contestar a opressão, mesmo quando imposta por um governo nacional³⁸². Ainda que a abordagem universal tivesse uma grande influência, de forma crescente uma interpretação estritamente anticolonial da autodeterminação, definida como o direito à soberania nacional, exercida primariamente contra o colonialismo europeu, ganharia adeptos nas actividades das NU³⁸³.

Longe de favorecer o governo português, que não encontraria motivos de grande satisfação, a admissão nas NU teria lugar numa conjuntura de novas prioridades na política externa portuguesa, crescentemente dominada por problemas coloniais³⁸⁴. Permitindo que Portugal se integrasse no quadro das relações internacionais do pós-

³⁷⁷ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 3

³⁷⁸ Cf. CONNELLY, Matthew - «Rethinking the Cold War and Decolonisation: The Grand Strategy of the Algerian War for Independence» In *International Journal of Middle East Studies*. Vol. 33. Nº 2 (Maio 2001). p. 222-223

³⁷⁹ Cf. BURKE, Roland – *Ob. Cit.* p. 44-45

³⁸⁰ Cf. *Idem.* p. 44

³⁸¹ Cf. *Ibidem*

³⁸² Cf. *Idem.* p. 44-45

³⁸³ Cf. *Idem.* p. 47

³⁸⁴ Cf. GASPARD, Carlos – *Ob. Cit.* p. 672

guerra, a admissão enquanto Estado membro resultaria num reforço da tendência para a utilização de argumentos legalistas como forma de resistência à mudança normativa que estava em curso sobre a ideia de autodeterminação³⁸⁵. Por a admissão ter permitido que o colonialismo português passasse a estar exposto a críticas, elementos angolanos que reivindicavam a restauração do Reino do Congo enviariam, em finais de Dezembro, uma petição às NU, solicitando a independência e a tutela da Organização³⁸⁶. Semelhante ao documento que tinha sido enviado pela ELA em 1952, a petição seria o resultado de uma intensificação do radicalismo dos nacionalistas das colónias portuguesas, que com maior insistência tentariam encontrar apoio internacional para a independência³⁸⁷. Outras petições se seguiriam, remetidas por grupos nacionalistas que estavam em formação e que, tendo inicialmente apelado às autoridades portuguesas para o início de negociações que conduzissem à independência das colónias, passariam a se dirigir directamente às NU. Voltando a não obter qualquer resposta, as petições têm sido interpretadas como um esforço final numa guerra de palavras, prévia ao recurso à luta armada e à adopção de uma retórica nacionalista mais radical³⁸⁸.

A questão mais delicada da política externa e colonial portuguesa no momento da admissão seria o diferendo com a União Indiana, que, ao tornar-se independente (1947), reclamara o direito a todos os territórios sob administração estrangeira no subcontinente indiano. Por Portugal não ter admitido transmitir a soberania sobre o Estado Português da Índia, grupos armados de *freedom fighters* indianos tomariam de assalto (em 22 de Julho e 2 de Agosto de 1954) os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, dependentes do distrito de Damão, dominando os territórios com facilidade³⁸⁹. Como o recurso ao Tribunal Internacional de Justiça tinha sido impossível a Portugal no momento dos acontecimentos por não ser membro das NU, concluída a admissão formal do país, o governo português apresentaria uma queixa contra a União Indiana (a 22 de Dezembro de 1955) pela ocupação ilegal dos enclaves, reclamando o direito de passagem em solo indiano para restabelecer a soberania³⁹⁰. Ao ser forçado a colocar o diferendo no contexto internacional, o governo português, que estava envolvido numa

³⁸⁵ ³⁸⁵ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 256

³⁸⁶ Cf. WHEELER, Douglas - «"May God Help Us". Angola's First Declaration of Independence: The 1951 Petition/Message to the United Nations and USA»...p. 288

³⁸⁷ Cf. *Idem.* p. 289

³⁸⁸ Cf. *Idem.* p. 289-290

³⁸⁹ Cf. BÈGUE, Sandrine – *La Fin de Goa et de l'Estado da India: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945-1962)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Diplomático, 2007. p. 535

³⁹⁰ Cf. MAGALHÃES, José Calvet – *Ob. Cit.* p. 10

intensa campanha diplomática contra a União Indiana, nomearia Vasco Garin, representante em Nova Delhi desde a criação da Legação (1949), para a chefia da Missão Portuguesa na ONU³⁹¹. Diplomata de carreira, defensor convicto da política colonial portuguesa, Garin chegaria a Nova Iorque após uma curta estadia no Canadá, dedicando os primeiros contactos com outras missões ao esclarecimento da posição do governo português quanto ao conflito com a Índia³⁹².

Como se tornara prática, o SG enviaria uma nota aos novos membros, incluindo Portugal e Espanha (em 24 de Fevereiro de 1956), a inquirir se administravam territórios não autónomos sujeitos ao cumprimento da transmissão das informações solicitadas no Art.º 73º e) da Carta³⁹³. Numa resposta preparada durante meses, Portugal entenderia comunicar ao SG (a 6 de Novembro) que não detinha territórios que pudessem ser considerados não autónomos, não tendo quaisquer informações a transmitir. Por significar a afirmação da concepção unitária da nação portuguesa e a recusa em aceitar pressões internacionais para alterar a política colonial, a decisão estaria em contradição com os acontecimentos do momento, quando com a crise do Suez a AG tinha emitido uma convincente condenação dos regimes coloniais europeus³⁹⁴. Desencadeada a ofensiva militar contra o Egipto, que tinha nacionalizado o canal do Suez, a Grã-Bretanha e a França seriam obrigadas pela pressão conjunta dos EUA e da ONU a desistir da operação destinada a defender os seus interesses³⁹⁵. Determinando um gradual apagamento da mística imperial, a crise do Suez, que seria uma das questões mais debatida na XI AG, permitiria adivinhar que a afirmação de que o papel e o estatuto das colónias na concepção unitária da nação portuguesa eram inalteráveis não poderia contar com um ambiente inteiramente favorável nas NU.

Não tendo um conhecimento detalhado dos assuntos e métodos de trabalho da ONU, Portugal prepararia a sua participação nas primeiras AG com a realização de conversações com outras potências coloniais. Promovidas pela Grã-Bretanha e França, desde 1945, com a intenção de tornar regular a consulta mútua e a partilha de informações em questões coloniais, a participação portuguesa nas conversações antes da

³⁹¹ Vide no anexo IV a composição da Missão Portuguesa.

³⁹² Cf. THEMIDO, João Hall – *Uma Biografia Disfarçada*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2008. p. 21-25

³⁹³ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1956*. S.l.: s.n., s.d. p. 290

³⁹⁴ LOUIS, William Roger - «The Suez Crisis and the British Dilemma at the United Nations» In *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. LOWE, Vaughan, et. al. (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 292-293

³⁹⁵ Cf. *Ibidem*

admissão nas NU tinha sido esporádica por os britânicos temerem que a colaboração com Portugal pudesse ser inconveniente para a posição internacional do país³⁹⁶. Tendo manifestado o desagrado por ter ficado de fora da iniciativa, Portugal, com a admissão nas NU, seria convidado a participar nas consultas, que demonstrariam algumas divergências entre as potências coloniais por a França e a Bélgica defenderem a resistência à descolonização e os britânicos favorecerem uma abordagem mais construtiva da colaboração com as NU³⁹⁷. Com elementos que tinham pouca experiência internacional, a primeira delegação portuguesa à AG seria organizada apressadamente, dispondo de meios insuficientes, o que dificultaria o seu funcionamento³⁹⁸. Chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, na delegação participariam Adriano Moreira, encarregue de representar Portugal na III Comissão e de preparar a resposta jurídica às exigências do Art.º 73º, e Alberto Franco Nogueira, que assumiria a representação na IV Comissão³⁹⁹. Na eventualidade de ser chamada a intervir no debate, a delegação portuguesa, que se pretendia que adoptasse uma atitude reservada, seria instruída pelo Ministro a não se afastar do argumento jurídico de que apenas os estados eram competentes para determinar se tinham territórios não autónomos, negando-se que a AG pudesse questionar as afirmações dos países⁴⁰⁰.

De forma inédita, por não haver um precedente anterior, a AG decidiria submeter à discussão as respostas (todas negativas) à nota do SG sobre os territórios não autónomos. Os debates teriam como tema central a questão da competência da Assembleia para interpretar a aplicação do Capítulo XI e determinar os territórios não autónomos em relação aos quais as informações deveriam ser transmitidas⁴⁰¹. Uma acentuada diferença de opiniões dividiria os que pretendiam que a AG estava mandatada pelo Capítulo XI a decidir se um Estado membro deveria remeter informações ao SG sobre os territórios sob sua jurisdição e os que entendiam que somente as potências

³⁹⁶ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 198-199

³⁹⁷ Cf. *Idem.* p. 199

³⁹⁸ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 194-195

³⁹⁹ Paulo Cunha escolheu ainda para acompanhá-lo a Nova Iorque Martins Carvalhosa, que viria a ser conselheiro colonial; Bandeira Guimarães, que integraria os quadros do Ministério do Ultramar; José Manuel Frago, funcionário da carreira diplomática; e Teixeira Pinto, que seria Ministro da Economia. Adriano Moreira participou em três delegações à AG, representando Portugal na VI Comissão, que tratava de questões jurídicas. Cf. MOREIRA, Adriano – *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*. Lisboa: Almedina, 2009. p. 158-160

⁴⁰⁰ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 167-170

⁴⁰¹ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1956*. p. 290

coloniais tinham o direito a determinar o que constituíam as suas obrigações⁴⁰². A discussão seria conduzida sobretudo com referência aos territórios portugueses, embora as possessões espanholas também tivessem merecido alguma atenção. Com o entendimento de que as obrigações segundo o Capítulo XI seriam “*Da Mesma Natureza que as Restantes*” assumidas no momento da admissão se tentaria fazer a demonstração de que as colónias portuguesas eram territórios não autónomos⁴⁰³. Pretendendo-se que tinham uma tradição e culturas próprias, se colocaria em causa que Angola e Moçambique apresentassem o mesmo estatuto que Portugal e desfrutassem de facto do completo autogoverno⁴⁰⁴. Sem o radicalismo que mais tarde marcaria os debates sobre a questão colonial portuguesa, nos anos iniciais não se exigiria a Portugal a autodeterminação das colónias, mas unicamente o reconhecimento da obrigatoriedade de transmitir informações.

Decorrente da recusa em descolonizar, Portugal entenderia adoptar uma posição essencialmente jurídica, acreditando poder evitar o envolvimento das NU na contestação da sua política colonial. Quando questionado sobre o estatuto dos seus territórios, indicaria ter uma constituição unitária, em que as províncias europeias e ultramarinas estariam sob os mesmos órgãos de soberania, gozando os habitantes de direitos iguais, sem qualquer discriminação racial⁴⁰⁵. Numa negação da competência da AG se afirmaria que somente os estados membros poderiam decidir se o Capítulo XI da Carta lhes era aplicável e que considerações de ordem constitucional (que segundo o Art.º 73º podiam condicionar a apresentação de determinados dados) impediam a transmissão de informações. Indicando nada ter a esconder, Portugal avançaria que informações regulares e extensivas sobre a administração pública, que já eram fornecidas às agências especializadas, passariam a ser remetidas à biblioteca das NU⁴⁰⁶.

Uma posição mais moderada seria assumida pela Espanha, que, possuindo territórios que tinham sobretudo um valor estratégico, com pouca relevância económica e um número reduzido de colonos, não demonstraria a mesma insistência em utilizar argumentos jurídicos, preferindo adiar o mais possível a adopção de uma orientação declaradamente contra a transmissão de informações. A Espanha responderia com um

⁴⁰² Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1957. S.I.: s.n., s.d. p. 294

⁴⁰³ Cf. *Ibidem*

⁴⁰⁴ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1956. p. 291

⁴⁰⁵ Cf. *Ibidem*

⁴⁰⁶ Cf. *Ibidem*

considerável atraso à nota do SG (somente em 1958), informando que os territórios sob sua soberania, pela legislação em vigor, tinham o estatuto de províncias. Ainda que seguindo o modelo português, o que não era consensual no governo espanhol, se entenderia assumir um comportamento mais flexível, informando-se que, mesmo não se considerando que houvesse uma obrigação legal, seriam disponibilizados ao SG regularmente documentos publicados sobre a situação nos territórios espanhóis⁴⁰⁷. Determinante na orientação seguida terá sido o desejo de escapar ao isolamento internacional sentido após a II Guerra Mundial, para o que se vinha alargando as relações com os países árabes e afro-asiáticos, e a questão de Gibraltar, em relação ao qual o Reino Unido tinha transmitido informações e que até à década de 1970 seria o elemento central na diplomacia espanhola⁴⁰⁸.

Resultando numa substancial discordância com os argumentos portugueses e espanhóis, os debates demonstrariam uma clara necessidade (já sentida anteriormente) de se fazer uma interpretação das provisões da Carta sobre os territórios não autónomos. A procura de soluções para resolver as divergências sobre a questão se arrastaria por várias sessões, com poucos resultados. Sem referências específicas aos territórios portugueses se proporia, na XI AG, a criação de um comité especial que tivesse por mandato estudar a aplicação do Capítulo da Carta sobre os territórios não autónomos aos novos estados membros⁴⁰⁹. Algumas emendas – que são mecanismos formais para a modificação dos projectos de resolução – tentariam que o comité ficasse encarregue da elaboração de uma definição do conceito de territórios não autónomos, que determinasse os critérios para a inclusão nessa categoria e fizesse a revisão da lista das possessões que tinha sido apresentada pelas potências coloniais⁴¹⁰. Numa discussão que teria um carácter abstracto, na sessão seguinte se pretenderia solicitar ao SG que, com a ajuda de um comité *ad hoc*, preparasse, tendo por base as respostas transmitidas pelos estados membros à sua nota e as declarações efectuadas pelas delegações, um sumário das opiniões sobre a aplicação do Art.º 73^o⁴¹¹. Limitando-se ao aspecto teórico, de princípio, sem referência a situações concretas, a XIII AG voltaria a apresentar uma proposta para que o SG, por intermédio de um comité *ad hoc* de seis membros,

⁴⁰⁷ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1958. S.I.: s.n., s.d. p. 298

⁴⁰⁸ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José –*Ob. Cit.* p. 44

⁴⁰⁹ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1956. p. 291

⁴¹⁰ Cf. *Idem.* p. 292

⁴¹¹ Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1957. p. 294

preparasse um sumário explicativo da opinião dos estados membros sobre a transmissão de informações⁴¹². Aprovadas pela IV Comissão, as propostas – que eram formalmente meras recomendações de acções favoráveis – seriam rejeitadas no plenário, onde teriam de receber a aprovação definitiva.

Para evitar a adopção dos projectos de resolução, seriam apresentadas moções que solicitariam que as propostas fossem consideradas como “questões importantes”, requerendo uma maioria qualificada de dois terços para a aprovação. Ao resultarem em discussões sobre se o Art.º 18º da Carta se aplicaria a categorias de questões ou a situações individuais, as moções teriam precedentes na prática da AG que, comportando-se de forma diferente em casos idênticos sem que houvesse uma explicação substancial, utilizaria de modo indiferenciado uma maioria simples ou uma maioria qualificada na adopção de decisões⁴¹³. A determinação das questões a adoptar por maioria de dois terços era um procedimento que favorecia a manipulação política, bastando que se conseguisse que fossem consideradas “importantes” para que um terço dos votantes pudesse impedir a aprovação de resoluções⁴¹⁴. Dispondo a Carta de uma lista de “questões importantes”, na qual o Art.º 73º não estava incluído, os projectos de resolução sobre os territórios não autónomos tinham sido votados até ao final da VII sessão da AG por maioria de dois terços. Com a aceitação de uma proposta avançada pelo México, a VIII sessão determinaria a aplicação da maioria simples, o que contudo não teria continuidade nos anos seguintes. As moções demonstrariam ser um recurso para a separação entre os aspectos processuais e os de substância, permitindo aos países que pretendessem ajudar Portugal e simultaneamente salvaguardar publicamente a defesa de determinados princípios votar a favor da aplicação da maioria de dois terços e em seguida apoiar os projectos de resolução (porque sabiam que dificilmente seriam reunidos votos suficientes)⁴¹⁵.

Conseguindo o apoio de países ocidentais e de latino-americanos, a diplomacia portuguesa alcançaria o que poderá ser considerado um relativo sucesso, sobretudo quando comparado com as dificuldades de outras potências coloniais, como a Bélgica, em defender uma argumentação legalista⁴¹⁶. Não se tendo conseguido produzir uma

⁴¹² Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations*: 1958. p. 298-299

⁴¹³ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 108

⁴¹⁴ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics*. p. 65

⁴¹⁵ Cf. NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Salazar. O Ataque (1945-1958)*. Vol. IV. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986. p. 481

⁴¹⁶ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 268-269

condenação formal contra Portugal, os debates na AG provocariam no entanto um ambiente desfavorável ao governo português, tornando mais difícil que outras delegações votassem a favor do país⁴¹⁷. Ao pressentirem que estavam em curso mudanças nos equilíbrios regionais da Assembleia e que não seria possível continuar a recorrer à maioria de dois terços, antes da XIV sessão alguns países informariam o governo português que consideravam inevitável, num curto espaço de tempo, a criação de um comité para estudar a transmissão de informações⁴¹⁸. Por temer que se estava perante a última oportunidade para impedir a constituição de um órgão com um mandato mais amplo, o Reino Unido aconselharia Portugal a participar numa iniciativa destinada à criação de um comité, ao qual os britânicos desejavam pertencer para influenciar a sua actuação⁴¹⁹. Com a convicção de que a iniciativa implicaria sérios riscos para o país, Portugal decidiria recusar a proposta, ainda que não tivesse dúvidas de que seria adoptada por larga maioria⁴²⁰. Pretendendo que pela sua composição e pelos seus métodos de trabalho, o comité fosse concebido para dar garantias de não se deixar envolver pelo radicalismo, o Reino Unido conseguiria que fosse apresentado na IV Comissão um projecto de resolução que novamente solicitaria ao SG a preparação de um sumário sobre a questão, propondo-se o estabelecimento de um órgão destinado ao estudo dos princípios que deveriam guiar os estados membros para determinar se tinham a obrigação de transmitir informações⁴²¹. Constituindo uma tentativa para a criação de um comité com um mandato limitado, que discutisse unicamente princípios gerais, enquanto mero exercício académico, sem fazer referências concretas a países e territórios, o projecto acabaria por ser aprovado⁴²².

⁴¹⁷ Um dos países que vinha sentindo tais dificuldades era o Reino Unido que temia que os mais extremistas considerassem o apoio a Portugal como uma negação da política seguida para as colónias britânicas. No governo britânico surgiram correntes de opiniões desfavoráveis a um apoio demasiado evidente a Portugal, que seria aconselhado a anunciar que passaria a transmitir as informações solicitadas na Carta. Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 201-202

⁴¹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1960-1966, Comité Especial dos Seis, Vol. II, Carta do Secretário-Geral do MNE, Luís Norton de Mattos, ao Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, datada de 13 de Outubro de 1959, p. 1-2

⁴¹⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1962, Comité Especial dos Seis, Vol. I, Memorando do Governo Português Remetido a 7 de Janeiro de 1960 por Franco Nogueira do MNE a Vasco Vieira Garin, Representante de Portugal na ONU, p. 1-2

⁴²⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1960-1966, Comité Especial dos Seis, Vol. II, Carta do Secretário Geral do MNE, Luís Norton de Mattos, ao Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, datada de 13 de Novembro de 1959. p. 2

⁴²¹ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 188

⁴²² Os autores do projecto foram: Canadá, Ceilão, Gana, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Irlanda, Jugoslávia e México. Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1959*. S.l.: s.n., s.d. p. 299

Como as negociações informais que precederam a apresentação da proposta tinham assegurado a concordância de vários governos, como o norte-americano, à iniciativa do Reino Unido, o plenário entenderia fazer a aprovação do projecto, que se tornaria na resolução 1467 (XIV), de 12 de Dezembro de 1959⁴²³. De termos moderados, a resolução estabeleceria o designado Comité dos Seis, composto em igual número por potências coloniais e por membros que não tinham responsabilidades pela administração de territórios não autónomos. Contestando a legitimidade da resolução, que considerava que deveria ter sido sujeita à regra de dois terços, Portugal tentaria, com a ajuda de países latino-americanos, influenciar a composição do órgão, propondo que o Japão fosse escolhido para o lugar que estava previsto para a União Indiana⁴²⁴. Os votos insuficientes e a oposição britânica à candidatura japonesa determinariam a eleição dos EUA, Holanda, Marrocos, México, Reino Unido e União Indiana, ficando acordado que os restantes membros, que assim o entendessem, poderiam contribuir para as actividades do órgão com a apresentação de comentários escritos. Por considerar que a composição do Comité tinha sido decidida de forma incorrecta, Portugal rejeitaria qualquer colaboração com o órgão, exprimindo reservas quanto aos resultados do seu estudo, que, na melhor das hipóteses (o que ainda assim seria extremamente desfavorável aos interesses portugueses) sabia-se que seguiriam a ideia de que os territórios coloniais eram autónomos quando as populações beneficiavam dos mesmos direitos políticos que os da metrópole⁴²⁵.

Uma dificuldade adicional na defesa da política colonial portuguesa resultaria da criação do Comité dos Seis, tanto mais que no debate tinha sido distribuído pelas delegações um memorando da União das Populações de Angola (UPA), que era um agrupamento resultante da tendência para a constituição de novos movimentos nacionalistas, alguns com influências ideológicas radicais, em finais da década de 1950 nas colónias portuguesas⁴²⁶. Os desenvolvimentos da XIV AG, que não deixariam de

⁴²³ Cf. United Nations - *Resolution 1467 (XIV)*, 12 December 1959. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

⁴²⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1960-1966, Comité Especial dos Seis, Vol. II, Carta do Secretário-Geral do MNE, Luís Norton de Mattos, ao Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, datada de 12 de Dezembro de 1959, p. 1

⁴²⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Questões Relativas aos Territórios Não Autónomos, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 28 de Julho de 1960, p. 1-3

⁴²⁶ O memorando seria distribuído pelo *American Committee on Africa (ACOA)*. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Questões Relativas aos Territórios Não Autónomos, Vol. XIII,

preocupar profundamente os dirigentes portugueses, colocariam o país numa situação vulnerável. Convergindo durante algum tempo com a determinação portuguesa de resistir às pressões das NU, a França e a Bélgica acabariam por iniciar, para surpresa de Portugal, uma rápida descolonização, explicada em parte pela difusão de ideias anticolonialistas⁴²⁷. Vasco Garin, que sentia um perigo real, reconheceria que, com brevidade, as NU poderiam adoptar medidas directas e de maior alcance contra Portugal⁴²⁸. Estando em consolidação a mudança nos equilíbrios regionais da Assembleia, com a previsão da admissão de novos países, o representante português, por julgar que se fosse mantida a mesma orientação dos anos anteriores os países amigos teriam dificuldade em apoiar Portugal, entenderia ser aconselhável, mesmo que apenas em bases jurídicas ou de forma simbólica, a revisão de alguns aspectos da estrutura político-jurídica portuguesa⁴²⁹. Num tom cuidadoso, proporia, como forma de ganhar tempo, a extinção imediata do regime do indigenato, a melhoria das leis de trabalho, a abolição dos passes destinados ao controlo dos movimentos das populações, o alargamento da representação política das colónias nos órgãos legislativos e o anúncio de um amplo plano educativo⁴³⁰. Sem deixar de exprimir os seus receios, Garin transmitiria a previsão de que a XV sessão da AG criaria uma situação difícil para Portugal⁴³¹.

A Magna Carta da Descolonização

MUITAS DAS IDEIAS DESENVOLVIDAS pelas NU são consideradas como estando à frente do seu tempo, servindo para estimular a imaginação, produzindo resultados inesperados. Em circunstâncias únicas para as suas actividades, as NU teriam em 1960 um ano decisivo, ocorrendo desenvolvimentos significativos na ideia de

Carta do Director Geral do MNE, António Franco Nogueira, para o Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, datada de 23 de Dezembro de 1959. p. 1

⁴²⁷ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 260. Outros autores entendem contudo que a França foi menos permeável às mudanças normativas. Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 161-164

⁴²⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1,0, Ano de 1962, Comité Especial dos Seis, Vol. I, Carta do Director Geral do MNE ao Chefe do Gabinete do Ministro do Ultramar, [Post. 13 de Outubro de 1960], p. 2

⁴²⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 28 de Julho de 1960, p. 1-3

⁴³⁰ Cf. *Ibidem*

⁴³¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Abril de 1960, p. 1

autodeterminação⁴³². Ainda que os seus procedimentos tivessem demonstrado alguns defeitos, permitindo uma vasta campanha de propaganda entre os EUA, a URSS e os seus apoiantes, a XV AG seria um momento de discussão e tomada de decisões sobre a questão específica do colonialismo⁴³³. Os pronunciamentos públicos que desde a fundação as NU vinham fazendo, com o alargamento das disposições do Capítulo XI da Carta, produziriam a legitimação da norma do anticolonialismo, que se converteria numa prática. As pressões sobre as potências coloniais se tornariam mais intensas, tendo a Organização começado a se converter no meio principal para a manifestação da opinião pública internacional contra o colonialismo⁴³⁴. Em lugar de se preocupar somente com casos particulares, em que os conflitos resultantes da luta dos povos coloniais eram inscritos na agenda, as NU exprimiriam um apoio explícito ao processo de descolonização no seu todo.

Depois de vários anos em que conseguira evitar a aprovação de resoluções que condenassem a sua política colonial, Portugal sentiria o agravamento da pressão internacional, tornando-se mais difícil a justificação da sua concepção unitária de Estado. Tendo Portugal se esforçado por manter a actualidade da questão junto da opinião pública internacional, mediatizando um processo que, na falta de outros meios para recuperar os territórios, era do seu interesse que se prolongasse o mais possível, o Tribunal Internacional de Justiça concluiria o julgamento (iniciado em Setembro do ano anterior) da queixa apresentada por Portugal contra a União Indiana pela ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli e pela recusa em reconhecer o direito de passagem em solo indiano⁴³⁵. A disputa jurídica com a União Indiana em Haia acabaria por se transformar num confronto entre visões do mundo opostas, em que os dois países tentariam conquistar apoio internacional⁴³⁶. O acórdão do Tribunal (12 de Abril de 1960), em que algumas decisões seriam adoptadas com uma margem mínima de votos, acabaria por reconhecer direitos a ambas as partes, sem que o julgamento tivesse solucionado o diferendo⁴³⁷. Portugal interpretaria a decisão como uma consagração da sua política, afirmando que tinha determinado o direito legal, a validade dos títulos e a plena soberania sobre Dadrá e Nagar-Aveli, ficando estabelecido o direito indiscutível à

⁴³² Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 180

⁴³³ Cf. *Idem.* p. 180-181

⁴³⁴ Cf. *Idem.* p. 102

⁴³⁵ Cf. BÈGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 998

⁴³⁶ Cf. *Idem.* p. 1005

⁴³⁷ Cf. *Idem.* p. 1029-1030

circulação de civis e bens pelo território indiano⁴³⁸. A timidez da decisão do Tribunal, que resultaria num julgamento inconclusivo, permitiria porém que a União Indiana também reclamasse vitória, alegando ter sido reconhecido o direito soberano de impedir que tropas estrangeiras atravessassem o seu território⁴³⁹.

Com a sentença a resultar na obtenção de novos argumentos, numa iniciativa que parece ter minimizado a crescente ameaça anticolonialista das NU, o governo português tomaria a decisão de apresentar uma candidatura à eleição de membro não permanente do CS. Favorecida por Marcello Mathias, que tinha substituído Paulo Cunha no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a candidatura portuguesa destinar-se-ia ao preenchimento do lugar reservado, segundo o critério de distribuição geográfica dos assentos não permanentes do Conselho, a países da Europa Ocidental. Concorrendo inicialmente com a Holanda, Portugal conseguiria a promessa do voto de inúmeros países, o que o colocaria numa posição extremamente favorável, resultando na desistência do adversário⁴⁴⁰. O governo português, embora temesse que os debates sobre o colonialismo o pudessem prejudicar, o que obrigaria a alguma moderação na reacção às acusações contra a sua política colonial, teria esperanças numa eleição efectiva⁴⁴¹. Preparada desde o início do ano, a candidatura portuguesa seria formalizada com a abertura da AG, quando as NU se encontravam envolvidas na mais grave crise de descolonização com a qual alguma vez fora confrontada. Alcançada a independência (30 de Junho de 1960) num processo mal preparado, o Congo (Leopoldville) seria atingido por distúrbios internos, que resultariam na intervenção de forças belgas e na secessão da província do Katanga. Em resposta a pedidos de assistência militar, o SG Dag Hammarskjöld assumiria o comando de uma força de manutenção da paz que, mandatada pelo CS de forma vaga, envolveria as NU num conflito demonstrativo da interacção entre os problemas da descolonização, a componente internacional e a Guerra Fria⁴⁴².

A crise do Congo, que obrigaria a Organização a se envolver numa dispendiosa operação, seria objecto de grande controvérsia, produzindo decisões que Portugal

⁴³⁸ Cf. *Idem.* p. 1034-1036

⁴³⁹ Cf. *Idem.* p. 1038

⁴⁴⁰ Cf. *Idem.* p. 193

⁴⁴¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 26 de Outubro de 1960, p. 1

⁴⁴² Cf. KENT, John – *America, the UN and Decolonization. Cold War Conflict in the Congo*. Londres: Routledge, 2010. p. 1

reconheceria serem inquietantes pelo impulso que poderiam dar para a campanha anticolonialista contra o país, tanto mais que havia a previsão de que o relatório do Comité dos Seis pudesse ser aprovado por unanimidade⁴⁴³. Mesmo entendendo que as conclusões do Comité não lhe seriam formalmente aplicáveis, Portugal tentaria com recurso a inúmeras diligências influenciar a redacção de alguns parágrafos. Para salvaguardar que as suas colónias não fossem abrangidas pelo Capítulo XI, desenvolveria esforços sobretudo para evitar a adopção de uma proposta indiana destinada a que se considerasse como não autónomos todos os territórios que no momento da fundação das NU tinham a designação de colónias ou dependências⁴⁴⁴. Apresentadas designadamente por intermédio dos britânicos, as demais alterações que Portugal pretendia introduzir destinavam-se a eliminar algumas passagens, a alterar a ordem de determinadas afirmações, a relativizar o significado do texto ou a prever excepções à obrigatoriedade da transmissão de informações⁴⁴⁵. Por terem ficado vinculados a posições previamente assumidas pelos seus governos, os países ocidentais membros do Comité pouco conseguiriam ajudar Portugal, que recolheria indicações de que o relatório seria pior do que o esperado⁴⁴⁶.

Em demonstração de um amplo acordo sobre questões básicas, os membros do Comité dos Seis (que realizou as suas reuniões de 2-22 de Setembro) aprovariam, de forma unânime, 12 princípios sobre a transmissão de informações ao abrigo do Art.º 73º. Com o entendimento de que a obrigação estabelecida no Capítulo XI da Carta deveria ser examinada à luz da mudança nos espíritos, as conclusões do Comité dos Seis estabeleceriam uma definição do conceito de territórios não autónomos⁴⁴⁷. Adoptando uma configuração estritamente colonial, o que afastaria o alargamento a outras realidades, a definição consideraria como não autónomos todos os territórios que estivessem geograficamente separados, fossem étnica ou culturalmente distintos do país que os administrava e que, adicionalmente, pudessem encontrar-se numa situação de

⁴⁴³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1962, Comité Especial dos Seis, Vol. I, Carta do Director Geral do MNE a Chefe do Gabinete do Ministro do Ultramar [Post. 13 de Outubro de 1960], p. 1-2

⁴⁴⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 150, Proc. XH-1.0, Ano de 1962, Comité Especial dos Seis, Vol. I, Telegrama da Delegação Portuguesa na ONU ao MNE, datado de 15 de Setembro de 1960, p. 1

⁴⁴⁵ Cf. *Idem.* p. 1-2

⁴⁴⁶ Cf. *Idem.* p. 1

⁴⁴⁷ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 55

subordinação administrativa, jurídica, económica ou histórica⁴⁴⁸. Numa escolha livre e voluntária, as populações acederiam ao exercício do autogoverno quando tivessem atingido a independência, nas situações de associação a um Estado independente ou aquando da integração num outro país. Privilegiando-se claramente que os territórios não autónomos alcançassem o autogoverno pela independência, exigências acrescidas seriam impostas às soluções decorrentes da associação e da integração num outro Estado, que foram objecto de maior desconfiança⁴⁴⁹. Em caso de associação ficaria estabelecida a liberdade dos territórios modificarem o seu estatuto a qualquer momento, devendo o processo de integração resultar de um estágio avançado de autogoverno e ser conduzido numa base de absoluta igualdade. Ao referir que o cumprimento do Art.º 73º constituía uma responsabilidade internacional, o Comité dos Seis determinaria a obrigatoriedade das potências coloniais transmitirem informações sobre os territórios não autónomos, estando limitadas unicamente, por motivos constitucionais e de segurança, pela quantidade de dados a entregar ao SG⁴⁵⁰.

Em resultado de uma leitura dinâmica e evolutiva da Carta, os princípios definidos pelo Comité dos Seis produziram uma nova norma consuetudinária, que reconheceria na AG a competência para determinar quando tinha início a transmissão de informações⁴⁵¹. Tendo por justificação o processo de evolução informal em curso desde a fundação das NU, pretender-se-ia que a Assembleia adquirisse uma outra responsabilidade, dado que apenas tinha o poder de decidir o momento em que tinha lugar a cessação da transmissão de informações. De forma inequívoca, os princípios enunciados pelo Comité dos Seis determinariam que, quanto ao conceito, à inexistência de autogoverno e à obrigatoriedade de prestação de informações, Portugal era responsável pela administração de territórios não autónomos, contradizendo os argumentos de que não tinha colónias, mas sim províncias ultramarinas, plenamente integradas no Estado português. Discutido na IV Comissão, o relatório do Comité dos Seis favoreceria um ambiente de franca hostilidade a Portugal, que, com o auxílio da Espanha e de outros países, tentaria, sem o conseguir, imprimir ao debate a máxima

⁴⁴⁸ Cf. United Nations - *Resolution 1541 (XV)*, 15 December 1960. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

⁴⁴⁹ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 56

⁴⁵⁰ Esta cláusula terá sido influenciada pelo Reino Unido que pretendia uma salvaguarda contra a intromissão excessiva das NU na condução dos seus territórios para a independência. Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 207

⁴⁵¹ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 365-366

lentidão, para lhe permitir ganhar tempo e adiar a resposta às críticas para quando fossem conhecidos os resultados da candidatura ao CS⁴⁵². Para satisfazer algumas delegações, que tinham dúvidas quanto à eventualidade das escolhas poderem ser condicionadas, o relatório seria emendado, acrescentando-se a possibilidade das NU poderem participar nos processos de integração dos territórios não autónomos num outro Estado, supervisionando a actuação das potências coloniais. Na forma de uma resolução, as conclusões do Comité dos Seis e a emenda seriam, após a votação separada de alguns parágrafos, aprovadas em conjunto.

Para a aplicação prática dos princípios enunciados, a IV Comissão entenderia iniciar o exame de um outro projecto de resolução, que tinha a particularidade de conter uma listagem das colónias portuguesas e espanholas⁴⁵³. Temendo a nova circunstância resultante da adopção do relatório do Comité dos Seis, cedendo às pressões que vinham sendo exercidas e procurando evitar o isolamento internacional, a Espanha tomaria a decisão – anunciada em termos ambíguos, o que levaria alguns países a pedir esclarecimentos adicionais – de passar a comunicar informações sobre as suas colónias⁴⁵⁴. A determinação, adoptada pela delegação nas NU sem consultar as autoridades em Madrid e sem aviso prévio ao governo português, teria como efeito imediato a retirada das colónias espanholas da lista, o que deixaria Portugal isolado⁴⁵⁵. A Ucrânia, entendendo o projecto revisto como bastante moderado, pretenderia nas emendas apresentadas que se voltasse a enumerar os territórios espanhóis e se solicitasse a atribuição da plena liberdade do exercício de actividades políticas democráticas às populações⁴⁵⁶. Diligências portuguesas, nomeadamente junto de países

⁴⁵² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 2 de Novembro de 1960, p. 3

⁴⁵³ Os patrocinadores do projecto de resolução foram inicialmente Afeganistão, Burma, Ceilão, Gana, Guiné, Índia, Nepal e Nigéria, aos quais se juntaram posteriormente Iraque, Libéria, Líbia e Senegal. Cf. United Nations - *Yearbook of the United Nations: 1960*. p. 511-512

⁴⁵⁴ Cf. CAMPOS, Alicia - «The Decolonization of Equatorial Guinea: The Relevance of the International Factor» *In Journal of African History*. Cambridge. 44 (2003). p. 99; AHD, Fundo POI, Mç. 151, Proc. XH-2, Ano de 1956, 1961-1963, Assembleia-Geral, Vol. XII, Telegrama do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 16 de Novembro de 1960, p. 1

⁴⁵⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 151, Proc. XH-2, Ano de 1956, 1961-1963, Assembleia-Geral, Vol. XII, Carta da Embaixada de Portugal em Madrid para o MNE, datada de 26 de Janeiro de 1961, p. 1

⁴⁵⁶ Na condição de autora do projecto de resolução, a Guiné, considerando que havia um erro no enunciado das colónias portuguesas, propôs uma versão revista, na qual Cabinda, em lugar de ser listada separadamente, era apresentada como parte integrante de Angola. Cf. United Nations – *A/4651, 14 December 1960. Study of Principles Which Should Guide Members in Determining Whether or not an Obligation Exists to Transmit the Information Called for in Article 73 e) of the Charter of the United Nations: Report of the Special Committee Established Under General Assembly Resolution 1467 (XIV). Report of the Fourth Committee*. S.l.: s.n., s.d., p. 6

latino-americanos, que se temia que deixassem de apoiar Portugal por a Espanha ter mudado de posição, tentariam assegurar votos suficientes para impedir que o projecto fosse aprovado⁴⁵⁷. Numa acção concertada com o governo português, que tinha conseguido o apoio do país explorando activamente a rivalidade com a União Indiana, o Paquistão, com a intenção de enfraquecer a legitimidade do documento apresentaria moções destinadas a que alguns parágrafos do projecto de resolução fossem votados individualmente⁴⁵⁸. Sem que Portugal o tivesse conseguido evitar – ao serem rejeitadas as emendas da Ucrânia e aprovados os parágrafos que tinham sido objecto de votação separada por solicitação do Paquistão – o texto acabaria por ser adoptado pela Comissão.

Como o debate não se centraria exclusivamente nos territórios portugueses, numa demonstração da amplitude e da importância atribuída pela XV AG à descolonização, o plenário encarregar-se-ia de um ponto da ordem do dia designado “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais”. A inscrição da questão na agenda, aceite por unanimidade, tinha sido marcada por polémicas e incidentes, por alguns países terem pretendido que fosse remetida para a I Comissão, encarregue de temas políticos e de segurança, onde teria uma menor publicidade⁴⁵⁹. Proposta pelo líder soviético, Nikita Khrouchtchev, que solicitara que a questão da independência dos povos coloniais fosse debatida com urgência, a iniciativa faria a demonstração do carácter controverso e fracturante da questão da descolonização. Khrouchtchev, que com o falecimento de Estaline tinha iniciado uma reavaliação da diplomacia soviética, apostando no apoio a novos estados independentes, pretendia com a iniciativa escapar ao isolamento da URSS nas NU, procurando junto de países afro-asiáticos os votos que necessitava para a reorganização que entendia ser necessário introduzir na Organização e que deveria comportar a substituição do SG⁴⁶⁰. Com base no argumento de que tinham de ser analisados os sucessivos falhanços das negociações sobre o desarmamento, Khrouchtchev conseguiria atrair a Nova Iorque perto de 100 delegações, lideradas por chefes de Estado, representantes de governos e

⁴⁵⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 12 de Novembro de 1960, p. 1

⁴⁵⁸ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - «A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960» In *Relações Internacionais*. Nº 30 (Junho de 2011). p. 68

⁴⁵⁹ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 37-38

⁴⁶⁰ Em resultado da crise do Congo, a URSS iniciou uma campanha contra o SG Dag Hammarskjöld, propondo a sua substituição por uma troika, representando países ocidentais, socialistas e não alinhados. Cf. *Idem*. p. 28

ministros dos negócios estrangeiros, naquele que seria um dos raros momentos em que, desde a fundação das NU, a AG teria a participação da maioria dos líderes mundiais⁴⁶¹.

Bastante concorrido, a discussão no plenário produziria intervenções demonstrativas de que, crescentemente, os decisores políticos americanos e soviéticos estabeleceriam uma ligação entre o movimento para a independência do mundo colonizado e a rivalidade bipolar⁴⁶². Com o enquadramento da descolonização em termos de Guerra Fria, o que os países afro-asiáticos tinham tentado evitar, os intervenientes fariam afirmações sobre a impossibilidade de se continuar a disfarçar a verdadeira natureza da pilhagem colonialista dos países ocidentais e acusações de que o colonialismo russo se tinha expandido sobre parte da Europa⁴⁶³. A política colonial portuguesa seria alvo de ataques do bloco soviético e de países afro-asiáticos, tendo sido objecto de múltiplas referências. A delegação portuguesa rejeitaria na íntegra todas as acusações, considerando-as como destituídas de fundamento, procurando colocar em destaque o progresso e o desenvolvimento que afirmava que estavam a ser realizados nas colónias⁴⁶⁴. Com a questão da independência dos povos coloniais a ser longamente examinada, a URSS proporia a condenação do sistema colonial num projecto de resolução que afirmava o carácter vital da descolonização para o mundo e o papel activo que a ONU deveria desempenhar na sua total e imediata supressão⁴⁶⁵. Ao gerar desconfianças entre os países afro-asiáticos, que demonstrariam um certo ressentimento por os soviéticos terem assumido a iniciativa num campo que consideravam seu, a proposta soviética seria entendida como uma campanha de propaganda destinada a promover os interesses políticos do país. Pretendendo evitar que a questão da descolonização fosse conotada com a rivalidade entre os blocos e ficasse sujeita à

⁴⁶¹ Alguns dos líderes presentes seriam Sekou Touré, Kwame Nkrumah, Jawaharlal Nehru, Gamal Nasser e Ahmed Sukarno.

⁴⁶² Cf. BRADLEY, Mark Philip - «Decolonization, the Global South, and the Cold War» In *The Cambridge History of the Cold War. Origins*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. I. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 474

⁴⁶³ Cf. Nations Unies – A/PV.902. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 902^e Séance Plénière. Mercredi 12 Octobre 1960, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1960. p. 706; Nations Unies - A/PV.1065. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1065^e Séance Plénière. Lundi 27 Novembre 1961, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 909

⁴⁶⁴ Cf. Nations Unies – A/PV.926. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 926^e Séance Plénière. Lundi 28 Novembre 1960, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1960. p. 1045

⁴⁶⁵ O texto soviético propunha uma autodeterminação baseada na soberania estatal, não interferência e cooperação internacional. Tendo por objectivo exclusivamente o colonialismo europeu e a independência nacional, o projecto de resolução ignorava a ligação entre autodeterminação e direitos humanos. Aceitando a violência como forma de colocar termo ao colonialismo, atacava as potências coloniais, citando os abusos cometidos e a exploração económica subjacente ao sistema colonial. Cf. BURKE, Roland – *Ob. Cit.* p. 50-51

iniciativa das grandes potências, 43 países afro-asiáticos apresentariam um outro projecto de resolução, o qual seria objecto de emendas, mas que acabaria por ser adoptado sem quaisquer modificações⁴⁶⁶.

Na tentativa de fazer uma definição dos mecanismos para a aplicação do projecto afro-asiático, as Honduras proporião a criação de um comité que teria como mandato fazer recomendações quanto à melhor forma de eliminar o colonialismo. Querendo salvaguardar as suas reivindicações sobre Belize, que se encontrava sob controlo britânico, a Guatemala solicitaria que ficasse previsto que a aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais não poderia constituir um impedimento à integridade territorial e às reivindicações de soberania. Determinada a imprimir um maior radicalismo ao projecto de resolução afro-asiático, a URSS pretendia que fosse indicada uma data limite – o final do ano de 1961 – para a independência de todos os territórios coloniais e que fosse antecipadamente estabelecido que a XVI sessão da AG iria analisar a aplicação da Declaração. Atendendo à insistência de vários países que entenderam que o momento se destinava a uma proclamação solene de princípios, as Honduras e a Guatemala retirariam as suas emendas, não insistindo que fossem submetidas à votação. Insensível aos apelos, a URSS manteria a decisão de sujeitar a escrutínio o seu projecto de resolução e as emendas ao texto afro-asiático, obtendo ambas as propostas um fraco apoio. Sem que nenhum Estado tivesse votado contra, o projecto afro-asiático seria adoptado por 89 votos favoráveis e as abstenções das principais potências coloniais, tornando-se na resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960⁴⁶⁷. Portugal, numa decisão apoiada por todos os membros da delegação à AG, decidiria não votar contra o projecto de resolução, optando pela abstenção, o que seria considerado como um sinal de coerência institucional, uma vez que como não tinha colónias nada impediria que apoiasse a condenação do colonialismo⁴⁶⁸.

A Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, conhecida como a *Magna Carta da Descolonização*, constituiria um capítulo adicional no processo normativo de transformação do princípio da autodeterminação, que mal

⁴⁶⁶ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 187

⁴⁶⁷ Os países que se abstiveram foram: África do Sul, Austrália, Bélgica, Espanha, EUA, França, Portugal, Reino Unido e República Dominicana.

⁴⁶⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 28 de Novembro de 1960, p. 1

tinha sido definido, num direito⁴⁶⁹. O texto basear-se-ia largamente em elementos definidos na Conferência de Bandung, demonstrando o impacto que a acção coordenada dos países afro-asiáticos fora das NU poderia ter no desenvolvimento de uma determinada questão na Organização⁴⁷⁰. Uma das influências de Bandung estaria precisamente representada na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, que reproduziria algumas das conclusões da conferência, onde tinha sido considerado que o direito dos povos e nações à autodeterminação constituía o pré-requisito para o completo usufruto de todos os direitos humanos fundamentais⁴⁷¹. A estruturação da ideia de autodeterminação resultaria assim na consolidação de uma tendência, não podendo ser considerada como algo novo, criado de raiz. Tornando o compromisso da Carta com a autodeterminação num tema sujeito a uma ampla interpretação, a Declaração produziria um amadurecimento das ideias anticoloniais, que entendiam a dominação colonial como fundamentalmente ilegítima⁴⁷². A adopção do texto tem vindo a ser interpretada como a consumação de uma revolução nas ideias que conduziria, por sua vez, a uma revolução na soberania, legitimando a ascensão das colónias à condição de Estado⁴⁷³.

Herdeira da tradição das declarações sobre questões de natureza geral que a AG tinha adquirido a prática de dirigir aos estados membros, a resolução 1514 (XV) teria fundamentos jurídicos nas referências, baseadas na Carta, sobre o respeito e o cumprimento universal dos direitos humanos, da igualdade de direitos, das liberdades fundamentais e da autodeterminação dos povos, sem distinção de raça, sexo, linguagem ou religião⁴⁷⁴. Ao assumir o processo de libertação dos povos dependentes como irresistível e irreversível, os fundamentos políticos da resolução encontrar-se-iam no reconhecimento do desejo das populações coloniais de que o colonialismo, em todas as suas formas e manifestações, fosse abolido⁴⁷⁵. Os fundamentos legais para a descolonização, justificativos do estabelecimento de estados soberanos nos territórios

⁴⁶⁹ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 47; PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 155-156

⁴⁷⁰ Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio – *Ob. Cit.* p. 42-43

⁴⁷¹ Sobre as ligações entre a Conferência de Bandung e a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais *vide* BURKE, Roland – *Ob. Cit.* p. 5

⁴⁷² Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 160-161

⁴⁷³ Cf. *Idem.* p. 153-154

⁴⁷⁴ Entre as declarações adoptadas destacam-se as sobre o genocídio, a proibição da utilização de armas nucleares e termonucleares, a soberania permanente sobre os recursos naturais e a eliminação da discriminação racial (Resolução 1904-XVIII, de 20 de Novembro de 1963).

⁴⁷⁵ Cf. United Nations - *Resolution 1514 (XV)*, 14 December 1960. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

coloniais, resultariam da legitimação da ideia de autodeterminação. Com o entendimento de que a subjugação à dominação e à exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos fundamentais, contrariava a Carta e podia comprometer a paz e a cooperação internacionais, seria determinado que todos os povos tinham direito à autodeterminação, no exercício do qual poderiam determinar livremente o seu estatuto político e perseguir o seu desenvolvimento económico, social e cultural⁴⁷⁶. Sem se circunscrever a limites estritamente políticos, os aspectos económicos do direito à autodeterminação seriam vinculados com o reconhecimento da soberania permanente sobre os recursos nacionais, sendo decidido que para os fins considerados convenientes existiria o poder das populações disporem livremente da riqueza natural dos seus territórios⁴⁷⁷.

Apresentada como tendo uma aplicação universal, a ideia de autodeterminação presente na resolução 1514 (XV) tem sido todavia interpretada como possuindo um alcance limitado, circunscrevendo-se aos territórios que estavam sob dominação de um governo estrangeiro (autodeterminação externa)⁴⁷⁸. Legalmente, a ideia não permitiria ou justificaria as aspirações secessionistas de regiões ou províncias de um Estado independente, mesmo que tivessem diferenças étnicas em relação ao país (autodeterminação interna)⁴⁷⁹. Exclusivamente anticolonial, a ideia de autodeterminação presente na resolução seria identificada com o direito à independência, numa clara preferência pela constituição de estados, em detrimento de soluções como a associação ou a integração em outras entidades⁴⁸⁰. O exercício pacífico e livre do direito à independência estaria previsto para todos os territórios dependentes, anulando-se a distinção que a Carta tinha introduzido entre o acesso à condição de independente para os territórios sob tutela e o autogoverno para os não autónomos. Numa ruptura com o discurso civilizacional, que defendia o paternalismo das potências coloniais sobre os povos dependentes, seria decidido que a falta de preparação política, económica, social ou educativa não poderia servir de pretexto para se retardar a independência. Preservando a integridade dos territórios dependentes, com a condenação de qualquer tentativa de ruptura parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial, da

⁴⁷⁶ Cf. *Ibidem*

⁴⁷⁷ Cf. *Ibidem*

⁴⁷⁸ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 370

⁴⁷⁹ Cf. *Idem.* p. 369

⁴⁸⁰ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 54

resolução 1514 (XV) resultaria que a independência deveria ser alcançada no quadro dos limites geográficos definidos pelas potências coloniais, considerados como fronteiras internacionais. Ao ignorar a realidade pré-colonial, a protecção da dimensão territorial produziria uma interpretação restritiva do conceito de povos coloniais, que seriam identificados com as populações que, aquando da independência, estivessem sob jurisdição da metrópole.

No plano legal, a resolução 1514 (XV) produziria a revisão da maioria das disposições da Carta sobre os territórios não autónomos, permitindo que fossem substituídas por normas consuetudinárias, originadas pela prática das NU⁴⁸¹. Num processo normativo de ruptura, as formulações da Carta, que se referiam aos territórios não autónomos de forma genérica, seriam ultrapassadas pelo conteúdo do direito à autodeterminação presente na resolução, que consideraria a descolonização um dever jurídico⁴⁸². Contestada por afirmações que negavam o seu significado, a derrogação das disposições da Carta quanto aos territórios não autónomos acabaria no entanto por adquirir implicitamente um carácter vinculativo, ainda que as decisões da AG não constituíssem obrigações jurídicas para os estados membros⁴⁸³. A força vinculativa da resolução, contribuindo para a formação do direito internacional consuetudinário, resultaria do facto de ter sido considerada como a expressão da prática e da opinião da comunidade internacional e do estatuto e autoridade que ganharia perante a maioria dos membros da Organização⁴⁸⁴. Por exprimir ideias e convicções anticoloniais que não poderiam ser ignoradas, contribuiria para a alteração de regras básicas que regulavam as relações internacionais, permitindo um novo entendimento sobre o que constituía uma soberania legítima ou ilegítima⁴⁸⁵. Considerando as jurisdições coloniais como ilegítimas e minando as regras nas quais o colonialismo se fundamentava, ajudaria a tornar a dominação colonial numa realidade moral e politicamente insustentável. Ao ter por base uma mudança normativa nas ideias sobre nacionalismo colonial e igualdade racial, a resolução 1514 (XV) permitiria um reforço da tendência para a descolonização, legitimando o acesso das colónias à condição de Estado⁴⁸⁶.

⁴⁸¹ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 364

⁴⁸² Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 49

⁴⁸³ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 366

⁴⁸⁴ Cf. *Idem.* p. 365-366

⁴⁸⁵ Cf. JACKSON, Robert – *Ob. Cit.* p. 125

⁴⁸⁶ Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 153-154

Por favorecer a expansão do sistema vestefaliano de estados soberanos, a resolução 1514 (XV) destinar-se-ia a ser considerada em conjunto com as conclusões do Comité dos Seis sobre o entendimento a atribuir ao conceito de territórios não autónomos. Com a aprovação definitiva no plenário, o projecto que tinha sido adoptado pela IV Comissão resultaria na resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro⁴⁸⁷. Tornando-se no diploma de execução da resolução 1514 (XV), as decisões do Comité dos Seis serviriam para amplificar e interpretar a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, reafirmando a dimensão anticolonial da ideia de autodeterminação⁴⁸⁸. Estabelecendo uma identificação entre territórios não autónomos e dependências coloniais, consideradas como estando num processo dinâmico de evolução e progressão em direcção à autodeterminação, a resolução 1541 (XV) atribuiria à Declaração os mecanismos que permitiriam, de acordo com as circunstâncias, determinar a aplicabilidade a casos específicos dos princípios genericamente enunciados⁴⁸⁹. Paradoxalmente, como tinha sido elaborada anteriormente, algumas das suas disposições seriam ultrapassadas pela resolução 1514 (XV), onde a ideia de autodeterminação teve uma formulação que melhor se adequava ao espírito anticolonialista da AG⁴⁹⁰. Na falta de tentativas para conciliar os textos, as formulações da resolução 1541 (XV) permitiriam a dúvida sobre se poderiam ser interpretadas como um desenvolvimento ou um retrocesso em relação à 1514 (XV) quando, ainda que favorecendo a independência como solução ideal, avançariam outras formas de autogoverno além da transformação dos territórios não autónomos em estados independentes⁴⁹¹.

Numa aplicação imediata das resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV), o que traduziria a concretização das suas disposições, o plenário decidiria a aprovação do projecto da IV Comissão que continha a enumeração dos territórios portugueses sobre os quais se exigiria o cumprimento do Capítulo XI da Carta. Como entendia que o documento comportava uma discriminação para o país, Portugal pretendia, em diligências efectuadas pelas suas embaixadas, evitar a aprovação do projecto de resolução. Tendo tido o cuidado de não prejudicar as iniciativas destinadas a garantir

⁴⁸⁷ Vide no anexo V o resultado das votações das resoluções da AG sobre as colónias portuguesas.

⁴⁸⁸ Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 55

⁴⁸⁹ Cf. *Ibidem*

⁴⁹⁰ Cf. *Ibidem*

⁴⁹¹ Cf. *Idem.* p. 59

apoios para a candidatura ao CS, Portugal conseguiria que o Paquistão novamente apresentasse uma moção para que alguns parágrafos do projecto de resolução, em particular o referente a Goa, fossem votados de forma separada⁴⁹². Em demonstração do crescente isolamento do governo português, a AG aprovaria todos os parágrafos objecto de votação separada, adoptando o projecto que se tornaria na resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro⁴⁹³. Reconhecendo que as informações existentes sobre as condições no interior das colónias portuguesas constituíam motivo de preocupação, a resolução 1542 (XV) determinaria que Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e dependências, São João Baptista de Ajudá, Angola, incluindo o enclave de Cabinda, Moçambique, Goa e o restante Estado Português da Índia, Macau e dependências, bem como Timor e dependências, eram territórios não autónomos. Com alguns exageros na enumeração das dependências, a resolução – que em esboços iniciais incluía referências à Madeira e aos Açores – mereceria que Portugal na declaração de voto afirmasse as suas reservas, sem no entanto fazer uma rejeição terminante do documento por recear que, com a Assembleia ainda em curso, pudesse ser apresentado um outro texto pedindo a condenação do país⁴⁹⁴.

Determinando um considerável agravamento na contestação internacional à política colonial portuguesa, as resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) teriam uma influência negativa na candidatura apresentada por Portugal para o CS. O ambiente de hostilidade criado pelos afro-asiáticos que, reclamando uma maior representatividade nos órgãos da ONU, proporiam que a vaga para os países ocidentais fosse atribuída à Libéria, levaria a que a candidatura portuguesa se revelasse um fracasso⁴⁹⁵. Realizados sucessivos escrutínios (a partir de 9 de Dezembro) e não tendo conseguido assegurar a maioria de dois terços necessária à eleição, Portugal seria obrigado a anunciar, para não inviabilizar o funcionamento do CS, a desistência a favor de um outro país europeu. Formalizada a retirada da candidatura, os países europeus – alguns dos quais tinham informado Portugal do seu pessimismo quanto às hipóteses de eleição – escolheriam

⁴⁹² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 151, Proc. XH-2, Ano de 1956, 1961-1963, Assembleia-Geral, Vol. XII, Telegrama do MNE para o Delegado Permanente de Portugal junto das NU, datado de 24 de Novembro de 1960, p. 1

⁴⁹³ Cf. United Nations - *Resolution 1542 (XV), 15 December 1960*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

⁴⁹⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 16 de Novembro de 1960, p. 1

⁴⁹⁵ Cf. NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Ob. Cit.* p. 189-190

como substituto a Irlanda⁴⁹⁶. Numa solução de compromisso, a AG decidiria, de forma inédita, que a vaga para membro não permanente do CS destinada a países ocidentais seria preenchida pela Irlanda e pela Libéria, que exerceriam o mandato alternadamente pelo período de um ano⁴⁹⁷. Representando a consolidação nas NU de uma maioria sólida e extensa contra Portugal, os desenvolvimentos da XV AG, em particular a derrota da candidatura para o CS, seriam interpretados pelos dirigentes portugueses como uma antecipação de que se aproximavam dias mais difíceis para o país na Organização⁴⁹⁸.

O SURGIMENTO OU O DESAPARECIMENTO de ideias nas NU têm sido considerados como produto de mudanças globais, que obrigam a um processo de constante adaptação, para responder a preocupações novas⁴⁹⁹. O processo de institucionalização nas NU da ideia de autodeterminação, que tinha uma existência anterior à criação da Organização, obedeceria a determinadas etapas, decorrendo primariamente da introdução na Carta. Tendo determinado a ascensão da autodeterminação enquanto padrão legal de comportamento, a formulação adoptada seria porém genérica e indeterminada, pretendendo pouco mais do que o desenvolvimento de relações pacíficas e amigáveis entre os países e o respeito pela não interferência nos assuntos internos de cada Estado. Sem que tivesse defendido o direito dos povos determinarem o seu destino, a Carta, ainda que resultando de uma deslegitimação de formas mais violentas de colonialismo, estaria indiscutivelmente associada à defesa dos interesses das potências coloniais. Numa formulação que reproduziria em larga medida o paternalismo colonial, o documento determinaria uma organização jurídica, estabelecendo um regime para os territórios não autónomos, que não seriam objecto de qualquer definição, e um sistema de tutela destinado a algumas colónias. Permitindo às potências coloniais manterem o controlo, para os territórios não autónomos, que seriam a esmagadora maioria das possessões, ficaria previsto o

⁴⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 151, Proc. XH-2, Ano de 1956, 1961-1963, Assembleia-Geral, Vol. XII, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datado de 9 de Dezembro de 1960, p.1-2

⁴⁹⁷ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 194

⁴⁹⁸ Cf. NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Ob. Cit.* p. 190

⁴⁹⁹ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World.* p. 40

desenvolvimento do autogoverno e de instituições políticas livres, sendo que o objectivo da preparação para a independência estaria reservado unicamente para as dependências submetidas ao sistema de tutela.

Por as disposições da Carta terem sido progressivamente objecto de uma interpretação evolutiva, a institucionalização da ideia de autodeterminação ganharia novos desenvolvimentos pela prática, tornando-se na base normativa da descolonização. Num processo lento, que não estaria isento de contradições, as NU desenvolveriam iniciativas tendentes à associação entre a ideia de autodeterminação e o direito dos povos coloniais escolherem livremente o seu destino. Os esforços iniciais destinar-se-iam a apressar a evolução dos territórios sob tutela para a independência por via da extensão dos mecanismos de supervisão que tinham sido antecipados nos mandatos da SDN. Sem representar uma ameaça significativa para as potências coloniais, o sistema de tutela serviria no entanto de modelo para o alargamento das competências das NU sobre os territórios não autónomos. As mesmas exigências quanto à preparação das populações para a independência seriam apresentadas às potências coloniais, que crescentemente estariam confrontadas na AG com um entendimento da Carta que procurava tornar os territórios não autónomos numa responsabilidade internacional. Tendo as potências coloniais sido encarregues unicamente de transmitir informações de natureza técnica e estatística sobre os seus territórios, a AG acabaria por exigir que fosse informada sobre a extensão segundo a qual a ideia de autodeterminação era aplicada nas colónias. Sem que tivesse produzido um resultado imediato no sentido da descolonização, as NU, gradualmente, começariam porém a colocar em operação um outro sentido da ideia de autodeterminação, que, com a associação ao conceito de direitos humanos, passaria a significar a libertação da dominação colonial e a soberania sobre os recursos naturais.

Um impulso decisivo para a institucionalização da ideia de autodeterminação resultaria dos desafios que a admissão de Portugal e de Espanha como estados membros representaria para as NU, obrigando ao esclarecimento do conceito de territórios não autónomos e à afirmação da obrigatoriedade do cumprimento das exigências da Carta. Tendo falhado as primeiras iniciativas, na XV AG seria adoptada a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, que aprofundaria a ligação entre a ideia de autodeterminação e os direitos humanos. Por via do alargamento dos candidatos aos benefícios da autodeterminação e da diversificação das pretensões às

quais se aplicava, todos os povos dependentes passariam a estar intitulados ao direito à independência. A ideia de autodeterminação ganharia, com a expansão do princípio geral, um sentido mais preciso, tornando-se na liberdade dos povos disporem de si mesmos. Não tendo sido concebida enquanto entidade legislativa e não sendo, de início, evidente que os seus órgãos pudessem adoptar tratados e declarações legais, as decisões das NU sobre a autodeterminação encontrariam contudo expressão entre as regras gerais internacionais⁵⁰⁰. Nem sempre aceite de forma pacífica, o contributo das NU para o desenvolvimento do estatuto legal da autodeterminação tornar-se-ia num dos exemplos mais importantes do envolvimento da Organização na formação e codificação do direito internacional público⁵⁰¹.

⁵⁰⁰ Cf. SCHACHTER, Oscar - «United Nations Law» In *American Journal of International Law*. Vol. 88. Nº 1 (Janeiro 1994). p. 1

⁵⁰¹ Cf. ESCARAMEIA, Paula - «O Papel da ONU na Formação do Direito Internacional Público» In *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 Anos da ONU*. BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.). Lisboa: Prefácio, 2005. p. 347

Capítulo 3

Uma Questão Prioritária: 1961-1962

AS IDEIAS ESTÃO EM CONSTANTE mutação, sendo reconsideradas e redefinidas à medida que são debatidas e implementadas na prática, contribuindo para mudanças institucionais⁵⁰². Ainda que não se limite à protecção das aspirações dos povos colonizados, pois foi uma ideia utilizada antes da II Guerra Mundial, a autodeterminação, podendo ser identificada com uma variedade de situações, ficaria, pela acção das NU, associada à descolonização⁵⁰³. Em conjunto com as ideias de paz, desenvolvimento e direitos humanos, a autodeterminação tornar-se-ia num dos pilares das NU, que, numa longa e intensa campanha, seria responsável por iniciativas destinadas à aplicação da resolução 1514 (XV) enquanto afirmação autorizada da obrigação das potências coloniais conduzirem as suas colónias à independência o mais rapidamente possível⁵⁰⁴. A propósito da evolução dos territórios não autónomos em direcção à independência, as NU teriam no entanto de enfrentar, de 1960 em diante, desafios mais complexos, que originariam diferentes concepções sobre a Organização, os seus poderes e a sua estrutura⁵⁰⁵. Com uma lista cada vez mais extensa de questões inscritas na ordem do dia – que incluiriam temas como o desarmamento ou a assistência material e técnica a países recém-independentes – as sessões da AG e das suas comissões sobre os territórios coloniais tornar-se-iam mais difíceis e com uma duração que, em alguns casos, seria prolongada excessivamente.

Não estando Portugal em conformidade com as novas normas sobre autodeterminação, com o início da guerra em Angola os países afro-asiáticos tomariam a iniciativa de inscrever os acontecimentos na agenda das NU, onde passariam a ser

⁵⁰² Cf. BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry - *Ob. Cit.* p. 5

⁵⁰³ Apesar da afirmação merecer um amplo consenso, alguns estudos tentam demonstrar que a autodeterminação não pode ser limitada à descolonização, dada a sua relação com os direitos humanos e as exigências de estabelecimento de governos democráticos. Cf. ESCARAMEIA, Paula - *Formation and Concepts in International Law...* p. 83

⁵⁰⁴ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 187

⁵⁰⁵ Cf. Nations Unies – A/4390/Add. 1. *Supplement n° 1A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activité de l'Organisation.* 16 juin 1959-15 juin 1960. Nova Iorque: s.n., 1960. p. 3-4

considerados “*Uma Questão Prioritária*”⁵⁰⁶. Uma crescente e intensa campanha anticolonialista serviria para iniciar um período difícil nas relações entre a Organização e o governo português, marcado por discussões aprofundadas, reveladoras da importância dada ao tema. Objecto de alguma atenção nos meios académicos, o diferendo entre as NU e Portugal quanto à questão colonial tem sido analisado de forma incompleta, limitando-se os estudos quase que somente ao enunciado das resoluções adoptadas sem se atender ao processo de tomada de decisão⁵⁰⁷. Com poucas referências ao contexto em que as resoluções foram aprovadas e havendo a opção por uma narrativa de certa forma linear, algumas afirmações indicam que o fundamental sobre o relacionamento entre as NU e o governo português em torno da questão colonial encontra-se estudado, não valendo a pena a opção por uma perspectiva empírica⁵⁰⁸. Mesmo que a temática não seja propriamente um campo de estudo novo, perguntas sobre como a questão seria enquadrada discursivamente na agenda, que elementos se tornariam predominantes nas discussões ou se haveria alguma variação na intensidade dos debates ainda não encontraram respostas. Falta sobretudo – o que permitir-nos-á revelar a totalidade do significado das decisões - que se entenda as resoluções sobre a política colonial portuguesa como resultantes de um processo em que as forças que actuavam nas NU fariam sentir a sua influência.

Os debates sobre a questão colonial portuguesa nas NU, que foram por vezes ambíguos e complexos, sofreriam alterações com o tempo, incorporando mudanças significativas no carácter dos temas debatidos⁵⁰⁹. Tendo havido transformações nas preocupações e no papel da Organização, os esforços das NU não seriam lineares, permitindo que houvesse avanços e recuos nas decisões adoptadas. Nas duas primeiras sessões pós-1960, que seriam as de maior actividade quanto à questão colonial portuguesa, haveria uma quase-unanimidade na condenação do governo português. Fase crítica, no período até Novembro de 1962 as iniciativas para fazer implementar nos territórios portugueses a ideia de que todos os povos tinham direito a ser politicamente independentes e soberanos resultariam no estabelecimento de novos órgãos. Com o estudo de um conjunto de episódios-chaves que marcaram o período pretende-se

⁵⁰⁶ Cf. SANTOS, Aurora Almada - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. p. 20

⁵⁰⁷ Um exemplo desta abordagem é BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.*

⁵⁰⁸ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 252

⁵⁰⁹ Sobre os temas que foram sendo associados aos debates sobre a questão colonial portuguesa *vide* BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.*

determinar as variantes na acção das NU sobre a questão colonial portuguesa, questionando-se em que medida haveria uma ruptura com as preocupações anteriores ao momento da consolidação, ocorrida na XV AG, na institucionalização da ideia de autodeterminação.

“...the Most Ruthless Suppression of Human Rights”

TENDO SUSCITADO GRANDE entusiasmo no momento da adopção, a resolução 1514 (XV) rapidamente ganharia um estatuto e uma autoridade difíceis de ignorar, tornando-se na linguagem que passaria a ser utilizada para desafiar as relações de soberania subjacentes à dominação colonial portuguesa⁵¹⁰. Os responsáveis portugueses, receosos da vulnerabilidade do país, anteciparam, com a XV AG ainda em preparação, que poderiam a qualquer momento se encontrar numa situação susceptível de servir para a convocação de uma sessão do CS⁵¹¹. Distúrbios graves nas colónias, mesmo que provocados do exterior, poderiam, como pensavam, justificar a apresentação de uma queixa com o argumento de que estariam em causa a paz, a segurança internacional e o respeito pelos direitos humanos⁵¹². Estando relacionadas, directa ou indirectamente, com a questão colonial portuguesa, uma sucessão de acontecimentos, a começar pela campanha presidencial de 1958, produziria em 1961 a fragilização da posição internacional do Estado Novo⁵¹³. A candidatura de Humberto Delegado a Presidente da República chamaria a atenção dos meios de comunicação internacionais para as actividades da oposição, contribuindo para a degradação da imagem do regime. Com o assalto por Henrique Galvão (a 22 de Janeiro de 1961) do paquete Santa Maria, entendido como uma operação política, ficaria demonstrada a inexistência de um apoio internacional activo a Portugal⁵¹⁴.

Como Galvão tinha a intenção de desembarcar no Norte de Angola, onde pretendia instalar um governo provisório, jornalistas estrangeiros, que aguardavam a sua chegada, transmitiriam os acontecimentos de 4 de Fevereiro em Luanda, considerados como o início oficial da guerra colonial. Pretendendo, tanto quanto se

⁵¹⁰ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 196

⁵¹¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 148, Proc. XH-1, Ano de 1960-1961, Assembleia-Geral, Vol. XIII, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 28 de Julho de 1960, p. 1-3

⁵¹² Cf. *Ibidem*

⁵¹³ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 219

⁵¹⁴ Cf. *Idem.* p. 223-224

sabe, a libertação de presos políticos, os assaltantes à Casa de Reclusão, ao quartel da Polícia de Segurança Pública, às Cadeias Cíveis e à Emissora Nacional teriam o propósito deliberado de atrair a publicidade internacional⁵¹⁵. Semanas antes (em Janeiro), trabalhadores envolvidos na produção de algodão na Baixa do Cassange, província de Malanje, tinham-se revoltado, sem que tivesse havido uma grande difusão do acontecimento a nível internacional⁵¹⁶. Com as perseguições e as matanças, que serviriam de represália contra os assaltos, os desenvolvimentos em Luanda atrairiam, por algum tempo, a atenção internacional para a questão colonial portuguesa⁵¹⁷. Apresentando semelhanças com as fases iniciais das insurreições nacionalistas em Madagáscar, Quénia ou no Congo (Leopoldville), a guerra em Angola seria entendida como um exemplo evidente do “vento de mudança” que estaria a fazer-se sentir no continente africano⁵¹⁸. Dificuldades em estabelecer a coesão entre o conjunto diverso de activistas determinariam porém que, em consequência de disputas ideológicas, raciais, étnicas e de personalidade, as operações de guerrilha nos primeiros anos se circunscrevessem praticamente ao Noroeste do território⁵¹⁹.

Evocando os direitos humanos, que como referido tinham sido irremediavelmente associados à ideia de autodeterminação, a Libéria (numa carta de 20 de Fevereiro) entenderia fazer a solicitação de uma reunião de emergência do CS, onde as discussões assumem maior projecção internacional, para examinar a crise em Angola⁵²⁰. Sem atender ao conselho da França, que com a experiência adquirida nos debates sobre a guerra na Argélia entenderia que não se deveria contrariar a inscrição da questão na agenda, o governo português (a 7 de Março) apresentaria um protesto contra o pedido por permitir a internacionalização de um problema que considerava como exclusivamente da sua competência⁵²¹. Com a ajuda do Brasil, Espanha e França, o governo português tentaria assegurar que a proposta fosse submetida a votação, esperando reunir os votos necessários para impedir que a situação em Angola fosse

⁵¹⁵ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009. p. 253

⁵¹⁶ Sobre a revolta da Baixa do Cassange vide *Idem*. p. 250

⁵¹⁷ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 226

⁵¹⁸ Cf. WEIGERT, Stephen L. - *Angola: A Modern Military History, 1961-2002*. Londres: Palgrave, 2011. p. 1

⁵¹⁹ Cf. *Idem*. p. 21

⁵²⁰ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale. 16 juillet 1960 - 15 juillet 1961*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 74

⁵²¹ Cf. United Nations – *Security Council Official Records. Sixteenth Year. Supplement for January, February and March 1961*. Nova Iorque: S.n.: s.d. p. 227-228

debatida⁵²². Por ter sido decidido, seguindo a posição norte-americana, continuar a prática de não impedir a inscrição de questões na agenda, a decisão final determinaria, sem objecções, a discussão dos acontecimentos⁵²³. Com uma agenda determinada por uma avaliação empírica das vantagens que podem resultar da análise de um determinado problema, a decisão do Conselho resultaria na internacionalização definitiva da questão colonial portuguesa, que passaria a ser discutida sistematicamente pelas NU⁵²⁴. Os debates sobre as colónias portuguesas, desde a inscrição da situação de Angola na ordem do dia, tornar-se-iam em eventos anuais, resultando numa campanha internacional continuada contra o colonialismo português.

Num momento marcado pela crise do Congo, no debate no CS (realizado entre 10-15 de Março) prevaleceriam os aspectos jurídicos e político-sociais, com o tom dos intervenientes a ser de apelo, mais do que de confrontação⁵²⁵. A pretexto de que os relatos indicavam o agravamento da situação, 39 países (em carta de 20 de Março) entenderiam convocar a AG, que tinha suspenso a primeira parte da XV sessão, para debater a sublevação em Angola⁵²⁶. Tendo o poder de discussão da Assembleia, que era virtualmente ilimitado, se transformado num instrumento para o estudo de temas com importância política para os afro-asiáticos, a questão seria adiada, por a crise resultante da tentativa norte-americana de invasão de Cuba ter relegado a situação em Angola para o final da sessão⁵²⁷. A discussão decorreria sem chamar muita atenção, num auditório onde metade das delegações não estariam representadas e com o público praticamente ausente⁵²⁸. Nas três reuniões plenárias (realizadas a 20 de Abril), o ambiente revelar-se-ia porém francamente mais hostil e desfavorável a Portugal, com o tom a ser sobretudo

⁵²² As questões eram por hábito inscritas na agenda sem votação prévia, mas como esse procedimento não convinha a Portugal tentar-se-ia forçar o voto. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. I, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Londres, datado de 20 de Fevereiro de 1961, p. 1

⁵²³ Portugal atribuiu a aceitação da proposta à China e ao Equador, que cedendo a pressões e a hesitações, não se manifestaram contra a pretensão da Libéria. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. I, Telegrama do MNE para a embaixada de Portugal em Washington, datado de 13 de Março de 1961, p. 1-2

⁵²⁴ Para mais informações sobre a agenda do CS *vide* BOSCO, David L. – *Ob. Cit.* p. 103

⁵²⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 21 de Abril de 1961, p. 1

⁵²⁶ Cf. Nations Unies – A/4800. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1960-15 juin 1961*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 87

⁵²⁷ Cf. ZAUM, Dominik – *Ob. Cit.* p. 155

⁵²⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 21 de Abril de 1961, p. 1

de ameaça e exigência. Por se entender que os massacres continuavam e que estaria em curso “...*The Most Ruthless Suppression of Human Rights*”, representantes afro-asiáticos, em conjunto com a Jugoslávia, pediriam (a 26 de Maio) que o CS se reunisse novamente para examinar a situação em Angola enquanto questão urgente⁵²⁹. De resultados imprevisíveis, a sessão do Conselho (realizada entre 6-9 de Junho) faria a demonstração de que os argumentos anticolonialistas tinham perdido toda a moderação.

Com posições e motivações específicas, as intervenções dos estados membros sobre Angola teriam um carácter persuasivo, destinado a justificar a posição de cada país perante o público nacional e internacional e a convencer os outros a seguirem a mesma orientação⁵³⁰. Grupos distintos, que tendiam a utilizar argumentos similares, a basearem as suas afirmações em apelos idênticos e a se apoiarem mutuamente, resultariam da identificação dos padrões da retórica que modelaram os discursos⁵³¹. A análise de conteúdo dos debates demonstra a existência de uma maioria anticolonialista significativa, em que, apesar das divergências e da existência de subgrupos, os países afro-asiáticos, socialistas e latino-americanos fariam causa comum contra Portugal⁵³². Com frequência, os socialistas, em particular a União Soviética, demonstrariam, como na primeira reunião do CS, ser os defensores de um maior radicalismo. Tendo nas preocupações com os problemas da descolonização um factor de unidade, o grupo afro-asiático acabaria no entanto por rapidamente determinar a orientação dos debates sobre Angola. Demonstrando a vontade em fazer aplicar o novo instrumento legal da descolonização, os afro-asiáticos passariam, desde o primeiro momento, a se referir não ao “direito à autodeterminação” mas ao “direito à autodeterminação e à independência”. Com a referência à autodeterminação acompanhada da independência, parecem ter querido significar, o que de certa forma contrariava a resolução 1541 (XV), que o exercício da autodeterminação para Angola não poderia em absoluto excluir a independência⁵³³.

Com os debates sobre a situação em Angola, os países afro-asiáticos tentariam maximizar a questão, inserindo-a num âmbito mais alargado, como uma possível

⁵²⁹ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l’Assemblée Generale...*p. 83

⁵³⁰ Cf. PATIL, Vrushali – *Ob. Cit.* p. 35

⁵³¹ Cf. *Idem.* p. 36-37

⁵³² Cf. BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.* p. XII

⁵³³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 699, Proc. Poi 4, Ano de 1974, Colonialismo, Generalidades, Estudo sobre “As Resoluções dos Órgãos da ONU e o Problema dos Territórios Ultramarinos Portugueses: Uma Tentativa de Interpretação”, elaborado por José Maria Aleixo e datado de Junho de 1974, p. 20

ameaça à paz e à segurança internacionais (o que a ser aceite poderia ter implicações com maiores consequências como a adopção de sanções)⁵³⁴. Estando alguns dos seus membros envolvidos no apoio material a movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, os afro-asiáticos, em demonstração das razões que justificariam os debates, tentariam estabelecer uma relação entre os distúrbios em Angola e a recusa portuguesa em implementar a autodeterminação. Entendendo-se a situação angolana como significando um desrespeito pela Carta e uma clara violação dos direitos humanos, seriam utilizadas, para descrever os acontecimentos, expressões como “genocídio”, “carnificina”, “matanças”, “repressão sistemática” ou “regime de terror”⁵³⁵. Os argumentos portugueses seriam contestados com grande detalhe, ficando demonstrado que geograficamente, historicamente, racialmente e em qualquer outro sentido Angola representaria um exemplo clássico de colonialismo⁵³⁶. Por terem sido referidas com grande insistência, a falta de liberdades e direitos, as desigualdades e injustiças e a prática do trabalho forçado seriam apresentadas como evidências do paradoxo que constituiria o sistema colonial português⁵³⁷. Para servir de enquadramento, algumas delegações entenderiam chamar a atenção para as restantes colónias portuguesas, considerando que a situação seria sensivelmente a mesma em todos os territórios. Uma atenção particular seria atribuída à Guiné e a Goa (por iniciativa da União Indiana), apresentadas como exemplos ilustrativos da natureza da dominação colonial portuguesa, da intransigência e da brutalidade da repressão dos sentimentos nacionalistas⁵³⁸.

A URSS seguindo a prática (também empregue pelos EUA) de utilizar as NU como fórum de propaganda contra os opositores, fazendo o historial dos acontecimentos e insistindo na aplicação da Declaração, introduziria, como de resto alguns afro-asiáticos o fizeram, elementos da Guerra Fria nos debates sobre Angola, considerando os membros da NATO como os principais responsáveis pelo conflito e pela exploração

⁵³⁴ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l’Assemblée Generale...*p. 76

⁵³⁵ Na AG foram lidas mensagens da Aliança dos Emigrantes do Zombo (ALIAZO), do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) e da UPA, que denunciaram a natureza sangrenta dos acontecimentos em Angola, a existência de mortos e feridos, a fuga das populações e a prática de massacres em Cabinda. Cf. Nations Unies – A/PV.990. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 990^e Séance Plénière. Jeudi 20 Avril 1961, à 10h30*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 364-367, 370-371

⁵³⁶ Cf. BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.* p. 94-95

⁵³⁷ Cf. Nations Unies – A/PV.992. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 992^e Séance Plénière. Jeudi 20 Avril 1961, à 20h30*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 395

⁵³⁸ Cf. *Idem.* p. 407

económica do território⁵³⁹. Tendo considerado de início a descolonização como periférica na rivalidade bipolar, as superpotências estavam envolvidas numa política mais activista de intervenção no Sul global, num período em que a Guerra Fria desempenharia um papel crescente na independência dos povos colonizados⁵⁴⁰. Na expectativa de que os seus modelos económicos servissem de orientação para os descolonizados, a URSS e os EUA aumentariam a assistência económica e militar aos países do Sul global, num esforço para influenciar as crenças e a forma de pensar dos novos estados. A Guerra Fria, entendida como um confronto ideológico que estabelecia uma determinada interpretação do mundo, acabaria por tornar os conflitos em locais como o Congo ou o Vietname no centro da competição entre as superpotências⁵⁴¹. Cada um dos adversários abordaria o fenómeno da descolonização segundo modelos hegemónicos e universalistas de mudança social, pretendendo nos inícios da década de 1960, com algum optimismo, que seria uma oportunidade para transformar o futuro dos descolonizados⁵⁴². Entendendo a URSS que a descolonização poderia criar um momento de transição para o socialismo, os EUA demonstrariam temer que os soviéticos aproveitassem o colapso dos impérios europeus para, explorando as condições de pobreza e instabilidade, subverter os novos estados⁵⁴³.

Muito em virtude do contexto da Guerra Fria e da crescente influência soviética em África, os EUA – que, mesmo favorecendo o anti-colonialismo, tinham uma concepção racializada dos povos coloniais, considerando-os atrasados - adoptariam, com John Kennedy, a autodeterminação como fundamento da política externa norte-americana⁵⁴⁴. Numa das raras ocasiões em que estariam de acordo com a URSS nas NU, os EUA, ainda que com diferenças assinaláveis quanto à intensidade com que condenariam o comportamento português, concordariam no essencial com a maioria, reconhecendo a necessidade de aceleração da evolução de Angola para a autodeterminação. Tendo notificado o governo português de que a continuação da política que vinha seguindo, impedindo a emancipação das colónias, levaria à retirada

⁵³⁹ Cf. Nations Unies – A/PV.991. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 991^e Séance Plénière. Jeudi 20 Avril 1961, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 386

⁵⁴⁰ Cf. BRADLEY, Mark Philip – *Ob. Cit.* p. 477

⁵⁴¹ Cf. LATHAM, Michael E. – «The Cold War in the Third World, 1963-1975» In *The Cambridge History of the Cold War. Crises and Détente*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. II. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 259

⁵⁴² Cf. *Ibidem*

⁵⁴³ Cf. *Ibidem*.

⁵⁴⁴ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – *Salazar e Kennedy: A Crise de uma Aliança*. p. 7-8

do apoio norte-americano na ONU, aconselhariam Portugal a cooperar com a Organização, lançando um apelo às partes para que renunciassem à violência⁵⁴⁵. Sentindo que estava em curso um enfraquecimento da legitimação da dominação colonial portuguesa, com recurso a *démarches* bilaterais, tentariam convencer Portugal a alterar a posição sobre as colónias⁵⁴⁶. Talvez por não ter obtido a colaboração da Grã-Bretanha e da França para as suas iniciativas, os EUA acabariam por revelar não ter uma orientação clara, existindo divergentes na administração Kennedy entre tendências europeístas e africanistas quanto à política a seguir em relação a Portugal nas NU⁵⁴⁷. Envolvendo-se no apoio financeiro à UPA e suspendendo nos meses seguintes a venda de armamento a Portugal, para impedir que fosse usado em Angola, os norte-americanos demonstrariam no entanto na reunião do CS em Junho, sem deixar de criticar a política portuguesa, uma maior cautela nas suas afirmações⁵⁴⁸.

Considerando que as pressões não conduziram a mais do que sucessivos abandonos de princípios, sem resultados práticos, Portugal entenderia, com o início da guerra de Angola, tornar a manutenção dos territórios coloniais no elemento principal da sua política externa. A acção dos anticolonialistas seria interpretada, conforme uma visão que considerava o Ocidente como superior ao resto do mundo, como resultante de concepções erradas, de expressões de sentimentos anti-ocidentais ou da decadência das NU⁵⁴⁹. Por o conflito ter suscitado dúvidas em alguns sectores do governo português, o que estaria na origem de uma tentativa de golpe de Estado, uma remodelação governamental conduziria à nomeação, para o MNE e o Ministério do Ultramar, de Franco Nogueira e de Adriano Moreira, que tinham alguma experiência sobre as NU⁵⁵⁰.

⁵⁴⁵ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...*p. 78

⁵⁴⁶ A propósito da reunião da AG, o embaixador dos EUA em Portugal, Charles Elbrick, tentou, a 24 de Março, por instruções de Washington, persuadir o governo português a declarar a disponibilidade em cooperar com a ONU, através do envio de informações sobre as colónias. Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)»...p. 70

⁵⁴⁷ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 54-58; Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – *Salazar e Kennedy: A Crise de uma Aliança*. p. 76-77

⁵⁴⁸ Os EUA encontraram indícios positivos na declaração de António Salazar de 31 de Março, que anunciava a intenção de introduzir reformas políticas, económicas e sociais nas colónias portuguesas. Ao pedirem que fosse dado a Portugal algum tempo para implementar as medidas anunciadas, os norte-americanos indicaram que o CS poderia desempenhar um papel útil, criando as condições para que o programa de reformas fosse adoptado com a máxima eficácia. Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...*p. 88

⁵⁴⁹ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 275

⁵⁵⁰ Com a nomeação de Franco Nogueira para o MNE foi adoptada uma nova estratégia, que consistiu na escolha de alguns africanos, que, fazendo-se acompanhar de informações sobre a situação em Angola, seriam enviados a Nova Iorque para ajudar na preparação da defesa portuguesa. Cf. AHD, Fundo POI,

Estando os dois países ibéricos a seguir caminhos diferentes quanto às questões coloniais, a posição portuguesa ficaria mais comprometida por a Espanha ter-se tornado membro do Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos⁵⁵¹. Sem reconhecer explicitamente que administrava territórios não autónomos, a Espanha conseguiria com a sua atitude ganhar alguma vantagem política nas NU, que acabaria por ser utilizada para ajudar Portugal, embora houvessem divergências no governo espanhol quanto a esse apoio⁵⁵². Portugal estaria representado somente nas reuniões no CS, recusando-se - à semelhança da estratégia adoptada pela França na questão da Argélia e pela África do Sul quanto ao *Apartheid* - a participar na discussão na AG⁵⁵³. O governo português não se mostraria disponível para fornecer muitos detalhes sobre a situação angolana, encontrando no aspecto jurídico os argumentos para considerar os debates ilegais⁵⁵⁴. Por se entender que não estava em causa um diferendo com um outro Estado, mas uma situação de manutenção da ordem pública, se invocaria o Art.º 2, § 7º, da Carta, que proibia a intervenção em questões que relevassem da jurisdição interna dos membros⁵⁵⁵.

Os distúrbios em Angola seriam qualificados como obra de alguns “vadios” e de “homens de mão”, sem origem angolana, que não representando a população tinham

Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. I, Carta do Director-Geral do MNE, Franco Nogueira, ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, p. 2; Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 31 de Maio de 1961, p. 2

⁵⁵¹ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 85

⁵⁵² Cf. *Idem.* p. 81-82

⁵⁵³ Portugal esteve presente na sessão antes de ter sido abordada a inscrição da questão de Angola na ordem do dia da AG. Fazendo uma declaração em que protestou que a questão tinha sido debatida no CS, o representante português retirou-se de seguida da sala das sessões, recusando-se a participar no debate. Cf. Nations Unies – A/PV.966. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 966^e Séance Plénière. Jeudi 23 Mars 1961, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1961. p. 43. Segundo um apontamento de Franco Nogueira, o abandono da sala das sessões por Portugal poderia ter um efeito psicológico favorável em muitos sectores angolanos e que talvez pudesse evitar o prolongamento do debate por não haver a oportunidade de envolvimento em trocas de acusações com as delegações hostis. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Apontamento de Franco Nogueira, datado de 21 de Março de 1961, p. 2

⁵⁵⁴ Para estar em condições de fazer face ao debate no CS, Vasco Garin solicitou com urgência toda a informação útil sobre os acontecimentos em Angola, as provas quanto à intervenção estrangeira e comunista e a deslocação imediata a Nova Iorque de Bernardo Teixeira para ajudar nas traduções, de um funcionário do Ministério do Ultramar, de uma dactilografa e de um secretário para auxiliar no serviço de cifra. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. I, Telegrama da Delegação de Portugal na ONU para o MNE, datado de 16 de Fevereiro de 1961, p. 1-2

⁵⁵⁵ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...*p. 75

sido armados com armas de fabrico estrangeiro⁵⁵⁶. Para Portugal somente um esforço de imaginação poderia atribuir os acontecimentos à população local, da qual se diria que formava uma comunidade isenta de preconceitos raciais, culturais e religiosos⁵⁵⁷. Seguramente com a intenção de conseguir o apoio dos países ocidentais, tentar-se-ia apresentar os distúrbios em Angola segundo a perspectiva do conflito Leste-Oeste, considerando-se que tinham sido empregues métodos utilizados em outras regiões do mundo, onde a agressão comunista internacional procurava perturbar a ordem e a paz⁵⁵⁸. Negando a prática de qualquer forma de colonialismo ou imperialismo, o representante português afirmaria que as forças de segurança tinham, com a ajuda da população restabelecido a tranquilidade e a ordem pública, demonstrando que as tentativas terroristas tinham tido resultados efémeros⁵⁵⁹. Que o país exercia um direito legítimo ao defender as populações e o território nacional seriam os argumentos centrais de Portugal, insistindo-se, embora sem obter resultados, no carácter defensivo das acções das forças de segurança⁵⁶⁰. As variações na argumentação portuguesa seriam introduzidas por afirmações de que o desenvolvimento do território prosseguia, devendo ser acelerado, que a população angolana estava a participar cada vez mais na vida política e na administração local e que quando a paz fosse restabelecida se continuaria com a implementação de um programa de reformas⁵⁶¹.

Como alguns estudos têm vindo a demonstrar, ainda que o início da guerra colonial tivesse deixado Portugal numa situação internacional delicada, o país estaria longe de se encontrar isolado⁵⁶². Da realização em Londres de conversações tripartidas sobre Angola entre os EUA, a Grã-Bretanha e a França (em 4-5 de Maio), tornar-se-ia evidente que os norte-americanos seriam os únicos dispostos a exercer uma pressão continuada sobre Portugal para que adoptasse políticas no sentido da

⁵⁵⁶ Cf. *Ibidem*

⁵⁵⁷ Cf. *Idem*. p. 85

⁵⁵⁸ Desaconselhado pelo Reino Unido a recorrer ao argumento da ameaça estrangeira, Portugal decidiu não renunciar ao argumento, mesmo sabendo que poderia com isso dar uma justificação aos opositores para invocarem o Art.º 39º que permitia ao CS determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão. Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 228

⁵⁵⁹ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 76

⁵⁶⁰ Cf. Nations Unies – A/PV.966. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 966^e Séance Plénière. Jeudi 23 Mars 1961, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 42

⁵⁶¹ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...* p. 88

⁵⁶² Vide RODRIGUES, Luís Nuno - «A “Solidão” na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos»...p. 189-224

autodeterminação⁵⁶³. Tendo perdido o apoio dos EUA, Portugal conseguiria assegurar, por via das suas relações bilaterais e da condição de membro da NATO, alguma colaboração dos seus principais aliados, de países alinhados com o bloco ocidental e de latino-americanos⁵⁶⁴. Com uma nítida ambivalência e comparativamente menos interventivos do que os afro-asiáticos, os apoiantes de Portugal fariam declarações que, aparentemente contraditórias, não estariam destituídas de afirmações destinadas a agradar a maioria anticolonialista e, em simultâneo, demonstrar compreensão pela retórica colonial portuguesa. Reconhecendo que se tinha tornado mais difícil e menos vantajoso para os seus interesses apoiar a política portuguesa, os países que se solidarizariam com Portugal entenderiam adoptar no CS uma abordagem cautelosa, em que, sem defender a substância dos argumentos portugueses, negariam que a situação em Angola representasse uma ameaça à paz e à segurança internacionais⁵⁶⁵. Na AG, os mesmos países evitariam argumentar publicamente em defesa da política colonial portuguesa, reservando as suas intervenções para a explicação de sentido de voto, o que para Portugal se deveria ao desejo de não hostilizar os afro-asiáticos⁵⁶⁶.

A França seria o país que mais longe iria no apoio a Portugal, em cumprimento da política de Charles de Gaulle de autonomização da Europa em relação às superpotências (dadas as relações difíceis com os EUA), para o que lhe interessava a estabilidade na península ibérica⁵⁶⁷. Os britânicos, em quem a situação em Angola dificultaria a conciliação de objectivos tão diferentes como a manutenção de laços especiais com os norte-americanos, o desejo de impedir o efeito de contágio nos seus territórios ou a preservação de uma imagem positiva junto dos afro-asiáticos, tentariam evitar qualquer crítica pública a Portugal, negando que os elementos disponíveis sobre o problema angolano pudessem demonstrar, com carácter definitivo, a existência de uma justificação para a intervenção do CS⁵⁶⁸. Nem sempre com um sentido evidente, os franceses e os britânicos, que estavam sujeitos a pressões dos afro-asiáticos, não deixariam contudo de revelar algum cepticismo quanto à política assimilacionista de

⁵⁶³ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...*p. 136-237

⁵⁶⁴ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)»...p. 23-28

⁵⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...*p. 75

⁵⁶⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Vol. II, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Telegrama da Embaixada de Portugal em Ottawa para o MNE, datado de 10 de Abril de 1961, p. 1

⁵⁶⁷ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 140

⁵⁶⁸ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...*p. 231-232

Portugal, aconselhando em privado a que se demonstrassem sinais de progresso político, com o anúncio de reformas substanciais, e que não se ficasse imóvel como forma de facilitar o apoio dos países amigos⁵⁶⁹. O Equador, o Chile, a Turquia e a China (Nacionalista), que alinhavam com o bloco ocidental, também lamentariam a situação em Angola, insistindo porém nas dúvidas sobre a competência do Conselho para analisar a questão e defendendo que o exercício da autodeterminação para o povo angolano deveria ter lugar após um período de preparação, com a adopção de reformas⁵⁷⁰.

Transmitindo a ideia de uma contínua degradação do conflito militar, os debates sobre Angola, no seguimento do período anterior, teriam o propósito de dotar as NU de informações sobre a situação no território. Na primeira reunião do CS, os afro-asiáticos apresentariam um projecto de resolução, que pretendia que se tomasse nota dos distúrbios e conflitos em Angola, afirmando-se que, caso tivessem continuidade, poderiam colocar em perigo a paz e a segurança internacionais⁵⁷¹. Integrando a questão numa dimensão mais ampla, se proporia que se constatasse com inquietação a impaciência crescente, no mundo inteiro, dos povos que aspiravam à autodeterminação e à independência. Com alguma habilidade, os autores do projecto de resolução tentariam que o Conselho – que dos órgãos das NU é o único que pode adoptar decisões vinculativas – confirmasse as resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) para conferir um carácter obrigatório às deliberações da XV AG. Em particular, seria reproduzido no documento que a sujeição dos povos à subjugação, dominação e exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos fundamentais, contrariava a Carta e comprometia a causa da paz e da cooperação mundiais, devendo ser adoptadas medidas imediatas para a transferência dos poderes sem quaisquer condições⁵⁷². Naquela que seria uma tentativa para estabelecer uma ligação entre o direito à autodeterminação e à independência e a questão colonial portuguesa se entenderia que

⁵⁶⁹ Cf. ANTT, AOS/CD-5-1-5, Marcelo Matias, Carta de Marcelo Matias para António de Oliveira Salazar, enviada de Paris e datada de 7 de Junho de 1961, p. 505-509

⁵⁷⁰ A posição dos EUA foi uma surpresa para o Chile, que tinha intenção de seguir a orientação dos países ocidentais. Em conjunto com o Equador, o Chile acabou, na segunda reunião do CS, por acompanhar o voto dos EUA. Ainda assim, os dois países não deixaram de argumentar a favor de Portugal. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 10 de Junho de 1961, p. 1-3

⁵⁷¹ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...*p. 77

⁵⁷² Cf. *Ibidem*

se pedisse a Portugal, evocando-se os direitos humanos e as liberdades fundamentais, para adoptar com urgência medidas e reformas em Angola destinadas a dar seguimento à resolução 1514 (XV). Com o projecto se proporia ainda que o CS decidisse a nomeação de um subcomité, destinado a examinar as declarações efectuadas a respeito de Angola, a receber novas exposições e documentos, a realizar os inquéritos que julgasse necessários e a reportar o mais brevemente possível⁵⁷³.

Bastante moderada, a proposta de criação de um órgão para a recolha de informações sobre Angola tinha precedente nas decisões que vinham sendo adoptadas pelas NU sobre o Sudoeste Africano. Com a recusa da África do Sul em submeter o território à autoridade das NU, desde os inícios da década de 1950 a Organização estabeleceria comités, alguns dos quais teriam de reportar sobre as condições de vida das populações, destinados a encontrar uma solução pacífica para o Sudoeste Africano⁵⁷⁴. Coincidindo com a votação do projecto de resolução sobre Angola, a UPA iniciaria (em 15 de Março) uma vaga de massacres, que, marcando a abertura da frente Norte e a fuga das populações para o Congo (Leopoldville), chegariam rapidamente aos meios de comunicação estrangeiros, deixando Portugal numa posição internacional mais delicada⁵⁷⁵. Ainda assim, diligências do governo português, realizadas com a ajuda do Brasil e da França, conseguiriam assegurar um número de abstenções suficiente para impedir a aprovação do projecto de resolução⁵⁷⁶. A rejeição do documento seria porém reveladora da ausência de uma posição activa de apoio a Portugal por nenhum país ter querido correr o risco de, votando contra, ficar isolado ou em minoria. Os países que acederiam às diligências portuguesas estiveram longe de o fazer sem reservas, produzindo afirmações em explicação do sentido de voto que retirariam parte do

⁵⁷³ Cf. *Ibidem*

⁵⁷⁴ Entre os órgãos criados destacam-se o Comité *Ad Hoc* para o Sudoeste Africano, o Comité sobre o Sudoeste Africano, o Comité dos Bons Offícios ou o Comité Especial para o Sudoeste Africano. Para mais informações vide UDOGU, Emmanuel Ike - *Liberating Namibia: The Long Diplomatic Struggle Between the United Nations and South Africa*. S.I.: Mcfarland, 2011. p. 60-67

⁵⁷⁵ Alguns defendem que a acção da UPA foi planeada com a intenção deliberada de coincidir com a votação no CS, o que a ser verdade indicaria que o movimento tinha adoptado a mesma estratégia que a FLN, que intensificava os combates aquando dos debates das NU. Existem contudo outras interpretações que contestam que o objectivo da UPA tivesse sido o de coincidir com a votação, atribuindo-se a simultaneidade dos eventos ao acaso. A este respeito vide PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 256

⁵⁷⁶ As diligências portuguesas foram realizadas junto de países latino-americanos (Chile e Equador) e dos membros da NATO, que considerava-se que era desejável que concertassem o mais possível as suas posições nas NU. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. I, Aerograma do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 8 de Março de 1961, p. 1

significado às abstenções⁵⁷⁷. Como tem vindo a ser demonstrado, a nova visibilidade que a situação em Angola imprimiu à questão colonial portuguesa produziria divergências entre Portugal e um conjunto de países, alguns dos quais teriam crescentes dificuldades em definir uma orientação nas NU. O exemplo mais paradigmático seria o dos EUA, que iniciaria uma crise nas relações entre os dois países votando pela primeira vez de forma hostil a Portugal, naquela que seria interpretada como a mais impressionante demonstração da nova atitude da administração Kennedy em questões coloniais⁵⁷⁸.

Como a AG também podia, segundo o determinado nos Art.º 11º e 12º, assumir a responsabilidade pela análise de questões com interesse para a manutenção da paz e da segurança internacionais, um projecto de resolução, reproduzindo aquele que tinha sido rejeitado pelo CS, seria introduzido no plenário. O texto apresentaria uma ligeira modificação destinada a precisar que o órgão que se propunha criar deveria ser composto por cinco membros⁵⁷⁹. Por acreditar que algo poderia ser feito para evitar a adopção do projecto por uma maioria esmagadora, Portugal, apelando à fidelidade à tradição legalista e à importância moral do respeito pelas disposições regulamentares das NU, tentaria que fosse criado um ambiente desfavorável ao estabelecimento de um órgão para inquirir sobre a situação angolana⁵⁸⁰. As diligências efectuadas confirmariam algumas simpatias com o denominado particularismo do caso português, demonstrando em simultâneo as contradições e divisões internas que a política colonial portuguesa suscitava em países ocidentais, latino-americanos e asiáticos⁵⁸¹. Declarações públicas em que se assumiram como defensores de uma orientação anticolonialista, aliado a factores complementares como os receios da oposição interna e da influência decisiva

⁵⁷⁷ A título de exemplo, ao afirmar que a sua delegação não aceitava a tese de que Angola relevava da competência nacional de Portugal e nem entendia que se podia aplicar o § 7, do Art.º 2º, o Equador retirou parte do significado ao sentido do seu voto. O Chile, reconhecendo que o que estava em causa era um problema de direitos humanos, mostrou-se declaradamente favorável ao exame da questão por um outro órgão que não o CS. A China indicaria que a situação em Angola e as reais aspirações do povo angolano permaneciam obscuras. Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...* p. 78

⁵⁷⁸ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – *Salazar e Kennedy: A Crise de uma Aliança*. p. 84

⁵⁷⁹ Cf. Nations Unies – A/4800. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1960-15 juin 1961*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 87

⁵⁸⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 24 de Março de 1961, p. 1-2

⁵⁸¹ Foram efectuadas diligências em países como a Bélgica, Canadá, EUA, Reino Unido, Grécia, Holanda, Argentina, Brasil, Chile, México, Perú, Filipinas, Paquistão e Austrália.

que os afro-asiáticos tinham nas votações nas NU, determinariam que nem sempre as pretensões portuguesas de solidariedade incondicional fossem atendidas.

O Brasil, em particular, que estando sob o governo de Jânio Quadros tinha tentado romper com a política de apoio a Portugal, seria difícil de convencer, mudando de opinião várias vezes, o que exigiria esforços adicionais da diplomacia portuguesa⁵⁸². Por temerem ficar isolados no apoio a Portugal, países como o Chile pediriam para conhecer a posição brasileira e norte-americana, não ocultando que a orientação dos seus governos dependeria em parte do comportamento dos grupos regionais a que pertenciam⁵⁸³. Preocupações internas, decorrentes da posse de territórios coloniais, a opinião pública nacional, a pressão dos afro-asiáticos e, uma vez mais, a orientação dos EUA condicionariam a Grã-Bretanha e a Bélgica⁵⁸⁴. Sem pretenderem expor-se demasiado, os países que entenderam apoiar Portugal tentariam relativizar o alcance do projecto de resolução, desenvolvendo iniciativas para esvaziar o texto do seu conteúdo. O delegado brasileiro, Ciro Freitas Vale, proporia a substituição da proposta de criação de um órgão especial para investigar a situação em Angola por um pedido a Portugal para que transmitisse informações sobre as suas colónias⁵⁸⁵. A Itália, sem negar o carácter excepcional da situação angolana, indicaria que poderiam ser utilizadas outras expressões para exprimir os sentimentos dos africanos quanto às aspirações pela autodeterminação e salvaguardaria as reservas do país quanto à criação de comissões de inquérito pelas NU⁵⁸⁶. Sem que os afro-asiáticos tivessem cedido, para diminuir a legitimidade do projecto de resolução, o que as fontes não esclarecem mas que poderá ter tido a cumplicidade de países apoiantes de Portugal, seriam solicitados votos

⁵⁸² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 17 de Abril de 1961, p. 1. Para mais informações sobre o comportamento do Brasil quanto à questão colonial portuguesa vide DÁVILA, Jerry – *Hotel Trópico. Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. EUA: Duke University Press, 2010

⁵⁸³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Embaixada de Portugal em Santiago do Chile para o MNE, datado de 8 de Abril de 1961, p. 1

⁵⁸⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 22 de Março de 1961, p. 2; AHD, Fundo POI, Mç. 163, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. II, Telegrama da Embaixada de Portugal em Bruxelas para o MNE, datado de 21 de Março de 1961, p. 1

⁵⁸⁵ Cf. Nations Unies – A/PV.992. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 992^e Séance Plénière...* p. 415

⁵⁸⁶ Cf. *Idem*. p. 407-408. O comportamento da Itália quanto à questão colonial portuguesa encontra-se detalhado MATOS, Vera Margarida Coimbra de - *Portugal e Itália: Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

separados sobre alguns parágrafos, o que pelas regras formais permitiria eliminar qualquer disposição do texto.

As afirmações mais polémicas – sobre o perigo para a manutenção da paz e da segurança internacionais que poderia resultar da continuação dos distúrbios e conflitos em Angola, o reconhecimento da necessidade de se agir rapidamente, eficazmente e em tempo oportuno, a criação do subcomité e a sua composição – teriam de ser aprovadas em escrutínios separados⁵⁸⁷. O projecto de resolução no seu todo seria adoptado por uma votação esmagadora, que deve ser entendida como o resultado do ambiente de radicalismo criado nas NU pelos anticolonialistas, não traduzindo necessariamente, no que se refere a alguns países, um gesto hostil a Portugal. Por fornecer dados limitados, a votação, contrariamente ao revelado pela discussão e pelas explicações do sentido de voto, não demonstraria na sua totalidade a existência de divergências nas opiniões sobre a questão. A China, que votou favoravelmente ao texto, que tornar-se-ia na resolução 1603 (XV), de 20 de Abril, ao felicitar Portugal por ter na constituição de estados multirraciais a base da sua política, retiraria parte do significado ao seu voto⁵⁸⁸. Únicos apoiantes declarados da política colonial portuguesa, a Espanha, crescentemente numa posição dúbia em que aceitando a transmissão de informações sobre as suas colónias prestava apoio diplomático a Portugal, e a África do Sul, que não tinha a preocupação de agradar à maioria afro-asiática com a qual vinha mantendo um prolongado diferendo sobre a questão do *Apartheid*, resultaria no isolamento dos dois países. As restantes delegações que entenderam demonstrar alguma solidariedade com o governo português, acabariam por limitar-se à abstenção, por a associação a Portugal ter-se tornado incómoda e sinónimo de isolamento.

Vinculativa unicamente quanto às disposições relacionadas com questões de natureza interna, decorrentes da actividade institucional das NU, a resolução 1603 (XV) traduziria uma prática, que tornar-se-ia bastante comum, de confirmação sucessiva da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Mecanismo para o reforço das ideias e para apoiar as afirmações, a contínua repetição do reconhecimento do direito à autodeterminação destinar-se-ia a produzir um sentido de legitimidade⁵⁸⁹. Como expressão da autoridade adquirida pelos documentos das NU,

⁵⁸⁷ Cf. Nations Unies – A/PV.992. *Assemblée Générale. Quinzième Session, 992^e Séance Plénière...* p. 415-416

⁵⁸⁸ Cf. *Idem.* p. 412

⁵⁸⁹ Cf. ESCARAMEIA, Paula – *Formation and Concepts in International Law...* p. 95

a resolução 1514 (XV), em conjunto com as 1541 (XV) e 1542 (XV), seria colocada num nível de superioridade hierárquica em relação às demais deliberações⁵⁹⁰. Na procura de legitimidade, a resolução 1603 (XV) faria um apelo à autoridade das decisões da XV AG, entendidas como contendo princípios orientadores⁵⁹¹. Com a aprovação da resolução ficaria definitivamente estabelecido que a Declaração muito dificilmente poderia ser ignorada, tornando-se num documento continuamente citado contra a recusa portuguesa em aplicar a autodeterminação às suas colónias.

Sem aguardar que o órgão instituído pela AG, que ficaria conhecido como Subcomité de Angola, tivesse a oportunidade de desempenhar o seu mandato, os afro-asiáticos apresentariam um outro projecto de resolução no CS. Por reconhecer, lamentando profundamente, a existência de massacres massivos e de medidas de repressão severas em Angola, o texto alargaria as acusações, mesmo que Portugal não fosse directamente responsabilizado pelo início dos acontecimentos⁵⁹². Em caso de continuação do conflito, o projecto proporia que o CS mostrasse a convicção de que a situação em Angola constituiria uma causa de fricção internacional e uma ameaça à paz e à segurança internacionais. As resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV) seriam citadas para relembrar que Angola era um território não autónomo e que tinham de ser adoptadas medidas imediatas para a transferência do poder para as populações⁵⁹³. Numa tentativa para conseguir que o Conselho legitimasse as decisões da AG, com o projecto de resolução pretender-se-ia fazer a reafirmação da resolução 1603 (XV), solicitando-se a Portugal para agir em conformidade. Na disposição mais importante do texto, as autoridades portuguesas seriam convidadas a cessar imediatamente as medidas de repressão e a conceder todas as facilidades ao Subcomité de Angola que lhe permitissem cumprir o seu mandato⁵⁹⁴. A tarefa atribuída ao Subcomité seria considerada urgente, devendo ser desempenhada sem demoras, propondo-se que, além de reportar as suas conclusões à AG, tivesse a tarefa adicional de informar o CS sobre as suas inquirições.

A discussão do projecto de resolução demonstraria, o que teria desenvolvimentos mais tarde, que as opiniões divergentes estariam centradas sobretudo

⁵⁹⁰ Cf. *Ibidem*

⁵⁹¹ Cf. *Idem*. p. 97

⁵⁹² Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblee Generale...* p. 83

⁵⁹³ Cf. *Ibidem*

⁵⁹⁴ Cf. *Idem*. p. 84

em questões de linguagem. Por considerarem a redacção do texto excessiva, não podendo ser aprovada sem alterações, os EUA, que tinham definido como objectivo moderar ou bloquear propostas demasiado extremistas, tentariam atenuar o projecto de resolução⁵⁹⁵. Como as delegações latino-americanas não aceitaram uma outra proposta, mais moderada, e os afro-asiáticos recusaram que fossem eliminadas as referências à repressão portuguesa, os EUA utilizariam a delegação chilena como intermediária para apresentar emendas⁵⁹⁶. O Chile proporia a substituição da expressão “e uma ameaça à paz e à segurança internacionais” por “e ameaçava comprometer a manutenção da paz e da segurança internacionais” e a introdução de um parágrafo que manifestasse a esperança de que fosse dada uma solução pacífica ao problema angolano⁵⁹⁷. Ao considerar que as emendas chilenas não tinham justificação, por enfraquecerem o texto, a URSS, para reforçar as disposições, pretendia a condenação da guerra colonial em curso em Angola⁵⁹⁸. Como a composição do CS favorecia os países ocidentais, as emendas chilenas, que os EUA e o Reino Unido apoiariam, seriam adoptadas e a proposta soviética acabaria por ser rejeitada. Apesar dos esforços portugueses, que com a ajuda da Espanha, tentaria garantir que algumas delegações votassem contra, o projecto seria aprovado, tornando-se na resolução 163 (1961), de 9 de Junho⁵⁹⁹. O Reino Unido, que teria como factor decisivo o receio de se associar a um texto que determinava a transferência imediata dos poderes para os povos dependentes, e a França seriam as únicas delegações que, abstendo-se, não votariam a favor da resolução, o que lhes valeria a hostilidade dos afro-asiáticos⁶⁰⁰.

De consequências amplas, a votação, sem dúvida desfavorável ao governo português, pode ser explicada por num curto espaço de tempo ter havido uma degradação do ambiente para Portugal nas NU, resultante em grande medida do debate

⁵⁹⁵ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)»...p. 75

⁵⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 10 de Junho de 1961, p. 1-3

⁵⁹⁷ Cf. Nations Unies – A/4867. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblee Generale*...p. 88

⁵⁹⁸ Cf. *Ibidem*

⁵⁹⁹ Os países contactados foram Chile, França, Reino Unido, Turquia e Equador, que mesmo tendo prometido fazer os possíveis a favor de Portugal, não deixariam de declarar que se tornava cada vez mais difícil justificar, a nível interno, o apoio ao governo português. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Embaixada de Portugal em Ancara para o MNE, datado de 6 (?) de Junho de 1961, p. 1

⁶⁰⁰ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança*... p. 242

na AG, que tinha demonstrado a ênfase que os anticolonialistas colocavam na solução do problema angolano⁶⁰¹. O tão temido efeito de arrastamento que Portugal receava que a posição dos EUA poderia exercer sobre outros países parece também não ter sido alheio ao resultado da votação, condicionando o comportamento dos latino-americanos, de alguns membros da NATO e seguramente da China. Não se pode igualmente ignorar a natureza do projecto de resolução, que, por intervenção dos EUA, tinha sido consideravelmente destituído dos aspectos mais radicais, o que permitiria o voto favorável das delegações que tinham reservas em considerar a situação angolana como uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Aprovada por quase unanimidade, a decisão do CS teria a particularidade de ratificar as resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV), estabelecendo um vínculo entre a ideia de autodeterminação e a necessidade da sua aplicação às colónias portuguesas. Analisada a situação em Angola enquanto questão de direitos humanos, a decisão resultaria numa reafirmação da resolução 1603 (XV), apelando a Portugal que agisse de acordo com o solicitado pela maioria dos estados membros. Não menos relevante seria o reforço do mandato do Subcomité de Angola, que passaria a operar sob a autoridade do Conselho, o que teria por efeito conferir maior legitimidade às suas actividades.

Determinando um agravamento da posição de Portugal nas NU, as resoluções sobre a Angola não deixariam porém de ser relativamente moderadas quando analisadas no contexto das principais preocupações da maioria afro-asiática. A linguagem empregue seria relativamente favorável ao governo português por não ter havido a afirmação, como para o Sudoeste Africano e a política do *Apartheid*, que a situação em Angola constituiria uma ameaça para a paz e a segurança internacionais⁶⁰². Mesmo que as decisões sobre Angola se reportassem à resolução 1514 (XV), não haveria um reconhecimento explícito e directo do direito da população angolana à autodeterminação e ao exercício da soberania nacional, como tinha sido afirmado para o Sudoeste Africano⁶⁰³. Ainda assim, as resoluções sobre Angola seriam consideradas com bastante preocupação por Portugal, produzindo alterações na política colonial portuguesa, com o anúncio (a 28 de Agosto) de um plano de reformas, que retomaria algumas das

⁶⁰¹ Vide no anexo VI o resultado das votações das resoluções do CS sobre as colónias portuguesas.

⁶⁰² Cf. United Nations - *Resolution 1596 (XV)*, 7 April 1961. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

⁶⁰³ Cf. United Nations - *Resolution 1568 (XV)*, 18 December 1960. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

propostas anteriormente formuladas por Vasco Garin⁶⁰⁴. Sem definir qualquer objectivo político que apontasse no sentido da autodeterminação, as reformas destinar-se-iam a fazer a abolição do estatuto do indigenato, a conceder direitos de cidadania sem qualquer distinção, a reconhecer os usos e costumes africanos, a proteger contra as expropriações de terras e a reorganizar as regedorias para permitir uma maior participação no poder local⁶⁰⁵. Com mais forma do que substancia, e sem alterar os fundamentos da política portuguesa, as reformas não deixariam de ter por objectivo o reforço da dominação colonial⁶⁰⁶. Quase que se resumindo a uma manobra de fachada, o reformismo do governo português, como tinha acontecido com a revisão constitucional de 1951, resultaria de uma tentativa de adaptação ao processo de deslegitimação da dominação colonial, favorecido pela ascensão da ideia de autodeterminação.

Uma Influência Moderadora

DETERMINADA PELA RESOLUÇÃO 1603 (XV), confirmada pela decisão do CS de 9 de Julho, a recolha de informações sobre a situação angolana revelar-se-ia um processo condicionado pelas motivações pessoais dos membros do Subcomité de Angola (ou Subcomité dos Cinco), pelas acções do governo português e pelas pressões da maioria anticolonialista e de países ocidentais. Em aplicação da resolução 1603 (XV), seriam nomeados (a 22 de Maio) a Bolívia, o Dahomey (actual Benim), a Federação da Malásia, a Finlândia e o Sudão como membros do Subcomité, ficando excluído o Brasil que recusaria o convite para integrar o órgão⁶⁰⁷. Decorrente da nomeação seriam escolhidos para fazerem parte do Subcomité Carlos Salamanca (Bolívia), que exerceria a presidência, Louis Ignacio-Pinto (Dahomey), Dato' Nik Ahmed Kamil (Federação da Malásia), Ralph Enckell (Finlândia), eleito como Vice-

⁶⁰⁴ As sugestões de Garin quanto às reformas foram retomadas após a segunda reunião do CS. Por entender que Portugal deveria encontrar uma forma de cooperar com o Subcomité de Angola para ganhar tempo para a repacificação do território, proporia uma política de flexibilidade, para retirar aos adversários o argumento de que ignorava inteiramente as resoluções do CS. Ainda que Portugal prejudicasse certos princípios, Garin pensava que, quando o perigo mais eminente que o país enfrentava tivesse passado, os mesmos poderiam, a qualquer pretexto, voltar a ser adoptados. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 10 de Junho de 1961, p. 1-3

⁶⁰⁵ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 258

⁶⁰⁶ Cf. *Idem.* p. 259

⁶⁰⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 18 de Maio de 1961, p. 1

presidente, e Omar Abdel Hamid Adeel (Sudão), encarregue de ser o relator. O brasileiro Dantas Brito, funcionário das NU, tornar-se-ia, por nomeação do SG, no secretário do Subcomité. Sem que Portugal tivesse considerado oportuno fazer quaisquer diligências para assegurar que países amigos fossem escolhidos, a composição do órgão não lhe poderia ter sido mais favorável, por algumas delegações se terem oposto a que fosse constituído exclusivamente por africanos⁶⁰⁸. Uma assinalável boa vontade em relação ao governo português resultaria em geral da acção dos membros do Subcomité, mesmo dos africanos, que indicariam ser favoráveis a Portugal e recriar a situação que pudesse resultar da actividade do órgão⁶⁰⁹.

Com uma natureza não permanente, criado fundamentalmente para a realização de um inquérito destinado ao estabelecimento dos factos, o Subcomité pretendia organizar a sua actividade em três fases, correspondentes ao desenvolvimento de bons ofícios, à recolha de informações (prevendo-se uma deslocação ao Congo para contactos com refugiados angolanos) e à análise jurídica⁶¹⁰. Por unanimidade seria reconhecido que os objectivos definidos somente poderiam ser atingidos com a plena cooperação do governo português, desenvolvendo-se esforços, por vias oficiais e oficiosas, para assegurar a colaboração de Portugal. Como se receava uma eventual recusa do governo português, Carlos Salamanca seria autorizado a pedir os bons ofícios do Brasil, Espanha, EUA, Itália, Noruega e Reino Unido para convencer as autoridades portuguesas a encontrar uma fórmula de colaboração⁶¹¹. Propondo o exame conjunto das modalidades de cooperação, Salamanca solicitaria a autorização para uma viagem a Angola - onde a guerra tinha entrado numa nova fase com a chegada de reforços que reconquistariam os postos ocupados pela UPA - e a transmissão pelo governo português de documentos escritos⁶¹². Ao indicar não considerar possível aceder aos pedidos,

⁶⁰⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Carta da Embaixada de Espanha em Lisboa para o MNE, datada de 27 de Maio de 1961, p. 2

⁶⁰⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola. Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 24 de Junho de 1961, p. 1; AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 14 de Junho de 1961, p. 1

⁶¹⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 149, Proc. XH-1, Ano de 1961, Questões Relativas aos Territórios Não-Autónomos (Consulta sobre Administração de Territórios não Autónomos pelo Governo Português), Vol. XV, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 1 de Junho de 1961, p. 1

⁶¹¹ Cf. *Ibidem*

⁶¹² Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 266

Portugal, com a justificação de que se propunha evitar que fossem utilizados dados duvidosos, acabaria no entanto por convidar Salamanca a se deslocar a Lisboa, a título pessoal⁶¹³.

A colaboração concedida por Portugal ao Subcomité assumiria um carácter informal, favorecido sobretudo por Salamanca, que afirmaria pretender exercer “*Uma Influência Moderadora*”, que impedisse resultados desfavoráveis ou hostis⁶¹⁴. As relações oficiosas de Salamanca com Portugal estariam longe de ser acidentais ou ocasionais, antes assumindo uma regularidade assinalável, permitindo que ao governo português não faltassem informações sobre o andamento dos trabalhos ou os meios para tentar influenciar as decisões⁶¹⁵. A hipótese da visita a Lisboa tinha sido avançada pelo próprio Salamanca, sendo de imediato aproveitada por Portugal para fazer o convite oficial⁶¹⁶. Numa iniciativa pessoal, Salamanca abordaria o representante espanhol, Jaime de Piniés, propondo que, servindo de intermediário, obtivesse e lhe entregasse elementos sobre Angola⁶¹⁷. Em privado reconheceria não esperar que Portugal permitisse a deslocação ao território, mas que transmitisse informações, com os possíveis detalhes, sobre as reformas projectadas para as colónias⁶¹⁸. Sem que as pressões da União Indiana e da URSS, que não desejavam a viagem, tivessem tido influência, Salamanca conseguiria que o Subcomité aceitasse a sua deslocação a Portugal, que teria como objectivos oficiais a obtenção da permissão para a visita a Angola e a recolha de qualquer informação relevante do governo português⁶¹⁹.

⁶¹³ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d’Étudier la Situation en Angola*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 9

⁶¹⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Aerograma da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 23 de Maio de 1961, p. 1

⁶¹⁵ Se bem que o carácter de Salamanca tivesse merecido reparos, Portugal reconheceu a sua sinceridade e a utilidade em servir-se da Espanha para apresentar oficiosamente esclarecimentos que, por não aceitar a competência do Subcomité, considerava que não deveriam ser objecto de correspondência escrita. Cf. *Idem*. p. 1-2

⁶¹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 27 de Maio de 1961, p. 1

⁶¹⁷ AHD, Fundo POI, Mç. 164, Proc. XM-1, Ano de 1961, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Vol. III, Aerograma da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 23 de Maio de 1961, p. 1-2

⁶¹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 149, Proc. XH-1, Ano de 1961, Questões Relativas aos Territórios Não-Autónomos (Consulta sobre Administração de Territórios Não Autónomos pelo Governo Português), Vol. XV, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 1 de Junho de 1961, p. 1

⁶¹⁹ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, Simbol DAG-4/4.2, Archive Group: Political and Security Council Affairs, Subgroup: Security Council and Political Committee Division, Series: Files of the Sub-Committee on the Situation in Angola, Memorandum for the Guidance of the Chairman, 12 July 1961, p. 1

As reuniões realizadas em Lisboa (entre 16-22 de Junho), com António Oliveira Salazar, Franco Nogueira e Adriano Moreira, serviriam antes de mais para Portugal reafirmar a indisponibilidade para discutir a situação jurídica e constitucional dos seus territórios⁶²⁰. Os responsáveis portugueses continuariam a afirmar que os acontecimentos no Norte de Angola resultaram de uma intervenção estrangeira, lançando suspeitas sobre a força das NU que estava no Congo, afirmando existirem indícios de que favorecia as actividades dos movimentos nacionalistas⁶²¹. Como se pretendia que a resolução do problema angolano caberia exclusivamente ao governo português, através de uma solução policial, seria transmitida a determinação em defender a permanência em Angola, para evitar as consequências que a perda do território poderia ter para a paz e a segurança internacionais⁶²². Por considerar que nada tinha a ocultar, Portugal, correspondendo às reais intenções de Salamanca, demonstraria a intenção de, sem reservas, transmitir algumas informações sobre Angola. Com a indicação de que não deveriam ser entendidos nos termos do Art.º 73º e que poderiam ser usados não apenas pelo Subcomité, mas por todas as delegações, Portugal transmitiria elementos sobre ensino, saúde pública, habitação, progresso económico, caminhos-de-ferro, rotas, comunicações aéreas, instalações hidroeléctricas e portos, mão-de-obra, administração e os acontecimentos no Norte de Angola⁶²³.

Os encontros em Lisboa seriam considerados como tendo decorrido em tom afável, no melhor espírito de cordialidade e compreensão, permitindo um reconhecimento formal das funções do Presidente do Subcomité⁶²⁴. Em todas as

⁶²⁰ Para fortalecer a posição de Salamanca, Vasco Garin sugeriu a sugestão de que fosse acompanhado por Louis Ignacio-Pinto, do Dahomey, que, embora africano, era considerado um “verdadeiro amigo” de Portugal. Ainda que Ignacio-Pinto tivesse manifestado a sua disponibilidade, Salamanca viajou para Lisboa na companhia de Dantas Brito, também considerado pró-português, e de A. Salamanca, seu secretário particular. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 28 de Junho de 1961, p. 1-2

⁶²¹ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00630, Proc. GG-7-5, ONU Comités para os Territórios Não Autónomos, “Comité dos 5” – Investigação da Situação de Angola (Salamanca), Resolução 1603, Apontamento de Conversa entre o Embaixador Salamanca e o Ministro do Ultramar, realizada a 19 de Julho de 1961, elaborado por A. Ribeiro da Cunha e datado de 27 de Julho de 1961, p. 2

⁶²² Cf. *Ibidem*

⁶²³ Para complementar as informações, álbuns fotográficos - intitulados fomento, urbanização, ensino e assistência e em oito séculos de nacionalidade, quatro de lusitanidade em Angola, foram alguns dias depois entregues a Salamanca. Vide no anexo XIV as fotografias remetidas por Portugal ao Subcomité de Angola.

⁶²⁴ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comité Charge d’Étudier la Situation en Angola...* p. 9

ocasiões, seguramente para manter as aparências, Salamanca apresentaria o pedido, sem que tivesse obtido uma resposta positiva, para a deslocação a Angola, onde os militares portugueses estavam a enfrentar momentos difíceis na reconquista do Norte. Demonstrando concordar com os argumentos portugueses, no regresso a Nova Iorque Salamanca seria submetido à pressão dos afro-asiáticos e dos soviéticos, que pretendiam a elaboração de um relatório desfavorável a Portugal⁶²⁵. Uma vez que os soviéticos o tinham abordado propondo que sugerisse sanções económicas, pediria a Portugal que conseguisse que fossem exercidas sobre o Subcomité pressões em sentido contrário pelo Brasil, Espanha, EUA, França e Reino Unido⁶²⁶. Por temer que a apresentação do relatório pudesse servir de pretexto para uma nova reunião, os EUA, cuja atitude Salamanca interpretaria como destinada a dar tempo a Portugal para o restabelecimento da situação, aconselharia a que não se apressasse a redacção do documento⁶²⁷. Estando a desenvolver, em conjunto com os espanhóis e os franceses, uma política de moderação junto dos afro-asiáticos, os norte-americanos conseguiriam convencer o Congo (Leopoldville), que inicialmente não tinha respondido aos pedidos do Subcomité, a autorizar uma deslocação ao país para o contacto com refugiados angolanos⁶²⁸.

Resultando num procedimento de recolha de informações de forma directa, três membros do Subcomité – o finlandês Enckell, o representante do Dahomey, Ignacio-Pinto, e o sudanês, Adeel – deslocar-se-iam (entre 9-18 de Agosto) ao Congo (Leopoldville)⁶²⁹. Os membros do Subcomité tentariam saber o que se passava em

⁶²⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 27 de Julho de 1961, p. 1

⁶²⁶ Cf. *Ibidem*

⁶²⁷ Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-1, Alberto M. Franco Nogueira, Carta Enviada por Franco Nogueira de Nova Iorque a António Oliveira Salazar, datada de Outubro de 1961, p. 560v-561v

⁶²⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Carta de Carlos Salamanca para Franco Nogueira, datada de 9 de Agosto de 1961, p. 1

⁶²⁹ Salamanca indicou a Portugal que não tinha favorecido a ideia da viagem ao Congo, mas que os restantes membros do Subcomité se deixaram influenciar pelos argumentos dos EUA. Por entender que talvez houvesse a oportunidade para reunir elementos comprovativos da participação estrangeira nos acontecimentos em Angola, considerava porém que a deslocação poderia ser vantajosa para Portugal. Embora de forma hesitante, sugeriu que os membros do Subcomité fossem autorizados a visitar Angola, após a estadia no Congo, para comprovarem as suas averiguações. Salamanca não acompanhou os restantes membros do Subcomité na viagem com o pretexto de que tinha de ficar em Nova Iorque para iniciar a preparação do relatório. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Carta do Director-Geral do MNE, A. Ressano Garcia, ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 1 de Agosto de 1961, p. 1

Angola e o que poderia ter desencadeado o conflito, tendo havido o cuidado de evitar questões mais sensíveis como o apoio congolês aos movimentos nacionalistas⁶³⁰. Seriam recolhidos os testemunhos de 14 refugiados, realizando-se visitas a alguns feridos, entre os quais uma criança vítima de queimaduras⁶³¹. Ao se adoptar uma abordagem confidencial, as entrevistas seriam realizadas à porta fechada, existindo poucos registos escritos sobre as personalidades ouvidas e a informação recolhida. Instruída a não evitar contactos ocasionais com os membros do Subcomité, a Embaixada portuguesa em Leopoldville, com a ajuda de G. Streijffert, da Delegação Congoleza da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, conseguiria condicionar o processo de inquirição⁶³². Tendo informado que a esmagadora maioria das fugas tinha sido motivada pelo pânico, Streijffert encarregaria o seu adjunto, Schmidt, de nacionalidade suíça, de acompanhar os membros do Subcomité e de controlar, tanto quanto possível, os interrogatórios⁶³³. Schmidt daria ordens para que fossem escolhidos para as entrevistas somente indivíduos considerados representativos, como chefes tradicionais, enfermeiros, professores, comerciantes e artesãos⁶³⁴.

Sem que estivesse previsto nos termos de referência do Subcomité, pois não haveria qualquer autorização explícita para a audição de peticionários, seriam recolhidos depoimentos de agrupamentos políticos angolanos⁶³⁵. A importância atribuída aos agrupamentos resultaria em grande medida da mudança na percepção sobre o poder e o significado dos movimentos de libertação promovida pela actuação da FLN nas NU⁶³⁶. Com meios de acção que mal tinham sido definidos, o Subcomité adoptaria como procedimento a liberdade do direito de audição. Sem ter havido qualquer discriminação ou obstáculo, bastando que se fizesse o pedido, as audições seriam reveladoras da fragmentação dos agrupamentos políticos e da complexidade das

⁶³⁰ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00630, Proc. GG-7-5, ONU Comitês para os Territórios Não Autónomos, “Comité dos 5” – Investigação da Situação de Angola (Salamanca), Resolução 1603, Informação da Embaixada de Portugal em Leopoldville, datada de 28 de Agosto de 1961, p. 2, 6

⁶³¹ Cf. *Idem*, p. 3

⁶³² Cf. *Idem*, p. 2

⁶³³ Cf. *Ibidem*

⁶³⁴ No seu relatório, que seria mostrado a título reservado aos representantes portugueses em Leopoldville, Schmidt apontou o fraco rendimento do método utilizado pelo Subcomité de Angola para o interrogatório das testemunhas, indicando que as respostas obtidas eram evasivas e estavam longe da verdade. Schmidt concluiu que tinha ficado comprovado que o problema dos refugiados angolanos se devia em grande parte à acção dos movimentos políticos, em particular da UPA, considerada a mais extremista. Cf. *Idem*, p. 2-3

⁶³⁵ Vide no anexo VII a lista dos peticionários ouvidos pelo Subcomité de Angola.

⁶³⁶ Cf. BRADLEY, Mark Philip – *Ob. Cit.* p. 484

suas agendas. Como as NU pareciam oferecer uma oportunidade sem precedentes para desafiar a dominação colonial portuguesa, as afirmações da UPA, do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e da Aliança dos Emigrantes do Zombo (ALIAZO), um agrupamento de base tribal, apresentariam referências ao desejo de implementação da autodeterminação, o que demonstraria que as disposições da resolução 1514 (XV) rapidamente passaram a fazer parte do vocabulário dos nacionalistas anticoloniais⁶³⁷. Com objectivos mais limitados, o grupo identificado como a Oposição Democrática Portuguesa defenderia a autonomia imediata de Angola e o Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), de carácter regional, reivindicaria o estabelecimento de um Estado democrático no território que afirmava representar⁶³⁸. Ainda que evidenciando perspectivas divergentes, a audição de peticionários não deixaria de ajudar a tornar as reivindicações portuguesas sobre a política de assimilação menos credíveis.

Não tendo havido um especial cuidado em garantir a fidelidade de todos os depoimentos, Portugal, que seguiria de perto as deslocações dos membros do Subcomité, conseguiria, à semelhança do ocorrido na recolha de testemunhos dos refugiados, interferir com as audições. Para transmitir a ideia de fragmentação entre as organizações políticas angolanas e evitar que a questão fosse reduzida a uma mera oposição racial, representantes da Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO) e do Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) seriam instruídos pela Embaixada portuguesa em Leopoldville a apresentar-se como peticionários⁶³⁹. A NGWIZAKO, estabelecida em 1960 e defensora da restauração do Reino do Congo e da fidelidade à soberania portuguesa, e o MDIA, que tinha resultado de uma cisão da UPA em finais de 1960 e inícios de 1961, mantinham contactos regulares com as autoridades portuguesas, em particular com a Embaixada em Leopoldville, e o Ministério do Ultramar, que lhes concediam algum financiamento⁶⁴⁰. Ao Subcomité indicariam que condenavam a violência, favorecendo a independência por meios pacíficos, que se

⁶³⁷ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola...* p. 122-124

⁶³⁸ Cf. *Idem*. p. 124

⁶³⁹ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00630, Proc. GG-7-5, ONU Comitês para os Territórios Não Autónomos, “Comité dos 5” – Investigação da Situação de Angola (Salamanca), Resolução 1603, Informação da Embaixada de Portugal em Leopoldville, datada de 28 de Agosto de 1961, p. 6

⁶⁴⁰ Cf. BRINKMAN, Inge - «War and Identity in Angola: Two Cases-Studies» In *Lusotopie*. 2003. p. 201; PÉLISSIER, René – *Le Naufrage des Caravelles: Etudes sur la fin de l'Empire Portugais (1961-1975)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1979. p. 135

opunham à UPA, que tinham abordado o governo português para a realização de negociações e que conseguiam deslocar-se livremente em território angolano⁶⁴¹. Tendo autorizado a liberdade de depoimentos na tentativa de explorar todas as fontes de informações disponíveis, os membros do Subcomité atribuiriam porém pouco valor de prova às afirmações da NGWIZAKO e do MDIA, que seriam objecto de reservas⁶⁴².

Sem que tenham sido preservados detalhes sobre os entrevistados ou os dados obtidos, em Nova Iorque seriam reunidos mais elementos provenientes do governo português, de agências especializadas, de ONGs e de testemunhas com conhecimento directo dos factos⁶⁴³. Vasco Garin, que não deixaria de tentar condicionar as actividades do Subcomité, transmitiria o texto dos decretos que promulgaram as reformas anunciadas por Portugal⁶⁴⁴. Traduzindo a crescente influência que os ANE e as Igrejas estavam a adquirir nas NU, onde procuravam fazer avançar mudanças normativas, seriam recolhidos depoimentos de membros de missões religiosas angolanas, designadamente baptistas, e de organizações protestantes, como o ACOA. Com um papel militante na contestação da política colonial portuguesa, o que resultaria numa dimensão transnacional pelo facto de os defensores da independência das colónias se localizarem em diversas regiões do globo, não estando limitados a territórios específicos, as organizações religiosas entregariam um certo número de exposições e documentos escritos⁶⁴⁵. Por recomendação de Garin, que faria o pedido oficiosamente a Salamanca, o General Frank Howley, antigo comandante das forças norte-americanas em Berlim que passara seis meses em Angola, apresentaria um depoimento que, por ter colocado demasiada ênfase na intervenção que o comunismo teria tido nos

⁶⁴¹ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola...*p. 124-125

⁶⁴² Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00630, Proc. GG-7-5, ONU Comités para os Territórios Não Autónomos, “Comité dos 5” – Investigação da Situação de Angola (Salamanca), Resolução 1603, Informação da Embaixada de Portugal em Leopoldville, datada de 28 de Agosto de 1961, p. 6

⁶⁴³ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola...*p. 8

⁶⁴⁴ Trata-se dos decretos que revogaram o estatuto do indigenato, coordenavam a aplicação do direito tradicional e do direito escrito nas relações jurídicas entre particulares, reorganizavam as regedorias, regiam a ocupação e a concessão de terras e instituíam as juntas provinciais de povoamento. Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola...*p. 10

⁶⁴⁵ Existe a informação de que foi ouvido o Reverendo MacVeigh. Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, Simbol DAG-4/4.2, Archive Group: Political and Security Council Affairs, Subgroup: Security Council and Political Committee Division, Series: Files of the Sub-Committee on the Situation in Angola, Box: 2 – Attitudes of African States, Preliminary Notes on Comments on Portugal, Carta de Dantas de Brito, Secretário do Subcomité sobre a Situação em Angola, para Lee Malania, do Gabinete do Secretário-Geral, datada de 26 de Janeiro de 1962, p. 3

acontecimentos, não produziria o efeito desejado por Portugal⁶⁴⁶. Robert Young, correspondente da NBC e realizador, juntamente com Charles Durkens, do documentário *Angola, a journey to war*, seria convidado a fornecer os elementos recolhidos na estadia no território, tendo o seu depoimento sido considerado como a única fonte directa sobre a acção militar⁶⁴⁷.

Ainda que o Subcomité de Angola não tivesse sido um órgão radical, o seu relatório, aprovado por unanimidade e transmitido à AG e ao CS (em 20 de Novembro, após Portugal ter declarado que as operações militares no terreno estavam concluídas), seria em larga medida desfavorável aos interesses portugueses⁶⁴⁸. Em resultado das inúmeras forças que fizeram sentir a sua influência, designadamente a acção de Portugal e de Salamanca ou a pressão dos anticolonialistas e dos ocidentais, o documento demonstraria ser marcadamente ambíguo, estando longe de apontar para um sentido único⁶⁴⁹. Na redacção do texto seriam tidas em consideração a versão dos acontecimentos transmitida por Portugal e os testemunhos recolhidos, tendo havido um esforço consciente para que as conclusões não se apoiassem de forma incondicional nas afirmações de uma das partes. Em algumas passagens, o relatório quase que se limitaria a uma exposição dos diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos, sem retirar as devidas conclusões. O Subcomité se absteria deliberadamente – ao analisar as causas dos conflitos e as medidas empreendidas – de formular um julgamento sobre a responsabilidade pelo início da violência. Evitando fazer afirmações categóricas, o

⁶⁴⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 5 de Outubro de 1961, p. 1

⁶⁴⁷ Cf. *Ibidem*

⁶⁴⁸ Salamanca lamentou que não tivessem sido apresentadas provas concretas do envolvimento externo em Angola, que pudessem ter permitido realizar uma investigação. Como considerava que o problema dos refugiados era o mais grave e o que mais embaraçava Portugal, recomendou que se conseguisse o repatriamento de alguns milhares a todo o custo e o quanto antes. Se a resolução que resultasse da apresentação do relatório do Subcomité fosse demasiado radical, aconselhou Portugal a convidá-lo, juntamente com o outro membro que não fora ao Congo, a visitar Angola. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 13 de Setembro de 1961

⁶⁴⁹ Como Salamanca prometera oportunamente entregar-lhe um esquema do relatório, Garin entendeu que Portugal deveria renovar os pedidos aos países aliados para que exercessem uma acção moderadora. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 22 de Agosto de 1961, p. 1

relatório demonstraria a preferência pela utilização de um estilo nitidamente descritivo, apoiando-se em expressões ambíguas, que não transmitiriam certezas absolutas⁶⁵⁰.

Seriam evidentes no documento afirmações favoráveis ao governo português, mencionando-se com alguma insistência a pretensa missão histórica de Portugal e a necessidade de salvaguardar os interesses e as realidades portuguesas em África⁶⁵¹. O relatório defenderia a necessidade de uma evolução gradual para Angola, através de reformas económicas, sociais e outras, o que contrariava a resolução 1514 (XV), onde tinha sido afirmado que a falta de preparação não poderia ser considerada um pretexto para o não exercício da autodeterminação. No texto estariam presentes expressões como “rebeldes”, “rebelião”, “sociedades tribais”, “territórios de tribos” ou “lealismo tribal”, consideradas por algumas delegações como tipicamente utilizadas na literatura colonial⁶⁵². Mesmo reconhecendo a grande inquietação que os acontecimentos tinham suscitado, o Subcomité em nenhum momento indicaria que comprometiam a paz e a segurança internacionais. O que seria dito, tendo havido o cuidado em não se condenar Portugal explicitamente, era que a persistência do conflito parecia ter aumentado a fricção internacional e que haveria o risco de sérios incidentes⁶⁵³. Como Salamanca tinha previamente informado, o Subcomité renunciaria à apresentação de quaisquer recomendações que pudessem resultar numa imposição de obrigações a Portugal⁶⁵⁴. O que mais se aproximaria de algo que pudesse ser considerado como recomendações seriam as afirmações quanto à necessidade urgente de se colocar um fim ao conflito armado e de se iniciarem negociações pacíficas com os agrupamentos políticos angolanos. De forma pontual, quando referidas as reformas introduzidas por Portugal, determinar-se-ia a necessidade de se analisar as consequências das medidas e de se fazer a revisão ou revogação de legislação específica e de práticas administrativas. A adopção de decisões para satisfazer as queixas das populações, com a coordenação do

⁶⁵⁰ O documento foi estruturado em quatro partes, abarcando as condições gerais em que o Subcomité desempenhou o seu mandato, a situação em Angola, uma breve introdução histórica destinada a enquadrar a questão no seu contexto e os aspectos internacionais do conflito, em particular as suas repercussões nas relações entre os países, na paz e na segurança.

⁶⁵¹ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d’Étudier la Situation en Angola...*p. 51

⁶⁵² Cf. Nations Unies - A/PV.1098. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1098^e Séance Plénière. Vendredi 26 Janvier 1962, à 10h30.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1403

⁶⁵³ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d’Étudier la Situation en Angola...*p. 49

⁶⁵⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 166, Proc. XM-1, Ano de 1961, Questões Relativas ao Subcomité, Política das Nações Unidas em Relação à África, Questão de Angola, Visita do Embaixador Salamanca, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 5 de Outubro de 1961, p. 1

desenvolvimento político, económico e social do território, seriam sugestões timidamente avançadas, prevendo-se a elaboração de planos visando a preparação do território para a autonomia e a autodeterminação⁶⁵⁵.

Mesmo tendo havido algum cuidado na redacção, o relatório apresentaria afirmações bastante penalizadoras para Portugal, reconhecendo a prática de uma política de supressão do conflito pela força. A versão portuguesa dos acontecimentos, que insistia na intervenção de terceiros, seria desmentida com a afirmação de que os distúrbios tinham sido organizados localmente e que severas represálias teriam sido exercidas contra as populações⁶⁵⁶. Ao reconhecer a existência de opiniões divergentes, o Subcomité admitiria, sem contudo fazer uma afirmação definitiva, que os actos talvez tivessem sido inspirados pela tomada de consciência do movimento nacionalista. As causas do conflito seriam entendidas como resultantes de uma agitação crescente da população africana e do acumular de um profundo descontentamento, levantando-se a hipótese de que a independência de países vizinhos como o Congo (Leopoldville) pudesse ter tido alguma influência⁶⁵⁷. Com limitações formais decorrentes de terem sido integrados dados não verificados, por não ter havido a possibilidade de visitar Angola, e de a informação mais actualizada disponível em alguns casos não ultrapassar o ano de 1959, seriam analisados o estatuto constitucional e legal do território, as políticas e práticas gerais, a situação da mão-de-obra, o ensino, as condições sanitárias, os problemas fundiários e as condições económicas, aceitando-se implicitamente, naquela que seria uma das passagens mais duras, que a população africana tinha medo de exercer os seus direitos, notando-se poucos progressos nas condições de vida⁶⁵⁸. Ainda que tivesse sido dito que Portugal parecia ter reconhecido a legitimidade de algumas queixas, as reformas portuguesas seriam avaliadas como limitadas. Com a reprodução das afirmações dos agrupamentos políticos entrevistados, o Subcomité descreveria um crescimento das aspirações nacionalistas, admitindo que parecia existir um amplo desejo de expressão política em Angola⁶⁵⁹.

Mesmo ambíguo, por os membros do Subcomité terem sido condicionados por preferências pessoais e seguramente por factores como a posição dos respectivos países

⁶⁵⁵ Cf. Nations Unies – A/4978. *Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola...* p. 52

⁶⁵⁶ Cf. *Idem.* p. 12

⁶⁵⁷ Cf. *Idem.* p. 16

⁶⁵⁸ Cf. *Idem.* p. 44

⁶⁵⁹ Cf. *Idem.* p. 1

relativamente ao grupo afro-asiático, a opinião pública interna e as pressões de outros membros, o relatório não deixaria de ser mais um episódio na condenação internacional da política colonial portuguesa. Tendo o Subcomité tido por objectivo determinar os factos para fornecer uma base de acção para a AG e o CS, o documento resultaria na afirmação da existência de um conflito armado em Angola, que estaria a transformar-se numa guerra de guerrilha⁶⁶⁰. Tendo Portugal violado o dever de cooperação com o órgão (estabelecido no Art.º 2º, § 5º, onde se determina que os membros devem dar assistência às NU em qualquer acção de acordo com a Carta), a actividade do Subcomité de Angola colocaria em evidência algumas fragilidades da Organização, reveladas designadamente na forma como o governo português conseguiria condicionar o processo de inquirição. Mesmo assim, pensamos poder afirmar que, não somente o relatório, mas toda a actividade do Subcomité de Angola, seriam determinantes pelos precedentes que estabeleceriam para a prática da Organização em questões coloniais. Os procedimentos adoptados, como a recolha de informações de forma directa, a deslocação a África e a audição de peticionários, rapidamente passariam a fazer parte dos termos de referência de outros órgãos estabelecidos para o estudo da política colonial portuguesa.

“Toute la Charte, mais rien que la Charte”

COM OS DEBATES SOBRE ANGOLA, a ideia de autodeterminação tornar-se-ia no elemento central do discurso internacional de contestação da política colonial portuguesa. Numa apropriação da linguagem da resolução 1514 (XV), os anticolonialistas pretendiam que a transformação semântica do conceito de autodeterminação produzida na XV AG, ao reforçar o poder de intervenção das NU na evolução dos territórios dependentes, permitisse um novo enquadramento jurídico para a questão colonial portuguesa. Decorrente da análise do conflito angolano, pela primeira vez, desde a admissão de Portugal na ONU, seriam inscritos na agenda vários itens que envolveriam especificamente os territórios portugueses. A preocupação inicial com a situação angolana desencadearia, por arrastamento, o estudo na XVI AG do não cumprimento por Portugal do Capítulo XI da Carta sobre os territórios não autónomos e da resolução 1542 (XV), que afirmava que as colónias portuguesas eram elegíveis para

⁶⁶⁰ Cf. *Idem*. p. 36

a autodeterminação. Proposta pela União Indiana, o estudo da questão seria remetido para a IV Comissão, onde os debates (realizados de 1-14 de Novembro) rapidamente ultrapassariam o tema da não transmissão de informações pelo governo português⁶⁶¹. Na sua esmagadora maioria, os intervenientes entenderiam examinar o problema de fundo das colónias portuguesas, seguindo os princípios definidos na Declaração⁶⁶².

O debate seria o mais extenso e extremista até então realizado sobre a política colonial portuguesa, ocorrendo num momento em que os países que tinham-se reunido (em Setembro) na primeira Conferência do Movimento dos Não Alinhados (MNA), que analisaria preocupações similares às de Bandung, estavam a reforçar a cooperação nas NU⁶⁶³. Mesmo se as opiniões dos participantes na Conferência não estivessem necessariamente de acordo, os Não Alinhados, correspondendo em larga medida ao grupo anticolonialista das NU, teriam perspectivas semelhantes quanto à descolonização⁶⁶⁴. Com as delegações mais militantes como a União Indiana ou o Senegal a produzirem inúmeras intervenções no estudo do não cumprimento por Portugal do Capítulo XI da Carta e da resolução 1542 (XV), os países afro-asiáticos, os socialistas e alguns latino-americanos entenderiam não se envolver em questões jurídicas, uma vez que com a Declaração consideravam terem sido esclarecidos um conjunto de pressupostos⁶⁶⁵. Tendo o Dahomey anunciado a integração pela força do enclave de São João Baptista de Ajudá (o que dificilmente poderia ser considerado como uma aplicação do direito à autodeterminação), solicitando a sua remoção da lista dos territórios não autónomos presente na resolução 1542 (XV), a questão motivaria

⁶⁶¹ Cf. United Nations – A/4998, 1 December 1961. *Non-Compliance of the Government of Portugal with Chapter XI of the Charter of the United Nations, and Resolution 1542 (XV) of the General Assembly. Report of the Fourth Committee*. S.I: s.n., s.d. p. 1

⁶⁶² O representante da Guiné, no início da sessão, entendeu submeter informações suplementares sobre Angola, sob a forma de fotografias, que pediu que fossem expostas para consulta na sala de reuniões da IV Comissão. Mesmo se algumas delegações tivessem lembrado que Angola seria objecto de uma discussão à parte, no plenário, a IV Comissão, por 70 votos favoráveis, 0 contra e 4 abstenções (França, Portugal, África do Sul e Espanha), adoptou a proposta da Guiné. Ao contestar a origem e a veracidade das imagens guineenses, que mostravam actos bárbaros cometidos por soldados portugueses contra africanos, Portugal, que estava a ser atacado em várias frentes e que tinha decidido que estaria ou não presente no debate consoante a AG evoluísse, disse que não tinha objecções formais a que o material fotográfico fosse exposto e reclamou o direito a também apresentar tantas fotografias quantas as que julgasse conveniente e necessário. Como alguns membros consideraram que uma exposição de fotografias oficiais portuguesas deveria ser considerada como o primeiro passo na comunicação de informações por Portugal, a IV Comissão, sem recurso a votação, permitiu que imagens de massacres da população branca na região setentrional de Angola figurassem em exposição. Cf. *Idem*. p. 1-2

⁶⁶³ Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio – *Ob. Cit.* p. 52

⁶⁶⁴ Cf. *Idem*. p. 49

⁶⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1193. *Quatrième Commission, 1193^e Séance. Mercredi 1er Novembre 1961, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 237

escassa atenção⁶⁶⁶. Haveria a tendência evidente para fazer a associação entre os acontecimentos em Angola, que praticamente seriam objecto de um novo debate, e a situação das restantes colónias portuguesas. Os argumentos portugueses quanto ao estatuto dos seus territórios e à constituição de uma comunidade multirracial, baseada na igualdade, sem distinção racial, voltariam a ser contestados, desvalorizando-se as reformas realizadas⁶⁶⁷. Solicitando a aplicação de sanções ou a expulsão de Portugal da Organização, os anticolonialistas alertariam para o risco de generalização da rebelião armada nas colónias portuguesas, pretendendo-se que a situação colocava em perigo a paz e a segurança internacionais⁶⁶⁸.

Tendo decidido participar no debate, Portugal entenderia assumir uma posição de reserva, reconhecendo em privado não estar verdadeiramente interessado em convencer os afro-asiáticos da validade da sua política colonial⁶⁶⁹. Se bem que o anúncio das reformas portuguesas tivesse ocorrido nas vésperas da XVI sessão da AG, o facto em nada ajudaria Portugal a resistir melhor às pressões das NU⁶⁷⁰. Tanto quanto tenha sido possível apurar, da delegação portuguesa à AG fariam parte Franco Nogueira e, entre outros, Bonifácio de Miranda, professor universitário de origem goesa, que acabaria por ser integrado permanentemente na Missão Portuguesa⁶⁷¹. Resultando a sua presença numa tentativa de comprovar as alegações quanto ao carácter multirracial da sociedade portuguesa, Bonifácio de Miranda envolver-se-ia num confronto com a União Indiana, que, preparando o caminho para os acontecimentos que teriam lugar nas semanas seguintes, não excluiria o uso da força contra a presença de Portugal no

⁶⁶⁶ Em resposta às observações do Dahomey, Portugal tentou saber os motivos que tinham servido de base para a ocupação da fortaleza e se tinham sido respeitadas as resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV). As questões suscitadas pelos representantes portugueses foram: se a população de São João Batista de Ajudá tinha exprimido o desejo de se associar livremente ao Dahomey e se tinham sido seguidos os critérios para a integração de um território não autónomo num Estado independente seriam as questões suscitadas pelo representante português. Cf. *Idem*. p. 236

⁶⁶⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1203. *Quatrième Commission, 1203^e Séance. Jeudi 9 Novembre 1961, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 295

⁶⁶⁸ Outros países como o Níger entenderam que Portugal não deveria ser expulso da Organização, pois isso significaria dar-lhe liberdade de acção para agir com impunidade. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1197. *Quatrième Commission, 1197^e Séance. Lundi 6 Novembre 1961, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1961, p. 256

⁶⁶⁹ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 259

⁶⁷⁰ Cf. *Idem*. p. 263

⁶⁷¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 118, Proc. XA-20, Ano de 1961, Vol. I, Questão entre a União Indiana e Portugal (Queixa nas Nações Unidas), Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 9 de Dezembro de 1961, p. 1-2

subcontinente indiano⁶⁷². No essencial, como notado por algumas delegações, que considerariam as declarações portuguesas como decepcionantes ou provocadoras, os argumentos avançados pouco mudariam quando comparados com os apresentados sobre Angola⁶⁷³. Adoptando a fórmula “*Toute la Charte, mais rien que la Charte*”, Portugal argumentaria sobretudo em termos jurídicos, protagonizando um confronto entre as disposições da Carta e o entendimento da maioria sobre o Art.º 73º⁶⁷⁴. Sentindo-se vítima de “insultos”, “calúnias” e “mentiras”, a delegação portuguesa não teria a preocupação de analisar as acusações contra o país, considerando-as como distorções deliberadas dos factos⁶⁷⁵.

Questão controversa, o exame da política colonial portuguesa, ao resultar em divergências entre países pertencentes a alinhamentos diferentes, acabaria por traduzir algumas das clivagens internacionais. Os EUA, a França e o Reino Unido seriam convidados pelos afro-asiáticos a esclarecer o que pensavam sobre o colonialismo português, para que o seu silêncio não fosse interpretado como cumplicidade⁶⁷⁶. Com a construção do muro de Berlim e a retoma dos testes nucleares soviéticos, que tinham sido suspensos em virtude de um acordo informal com os EUA, a URSS, num momento de aumento da tensão na Guerra Fria, explicaria a determinação portuguesa de contrariar a resolução 1514 (XV) com o apoio que receberia da NATO⁶⁷⁷. Defensores de um Estado palestino independente e unificado, os países árabes, que sempre consideraram a acção de Israel como uma questão colonial, acusariam o governo israelita de fornecer, através da República Federal da Alemanha (RFA), armamento a

⁶⁷² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1207. *Quatrième Commission, 1207^e Séance. Lundi 13 Novembre 1961, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 319

⁶⁷³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1195. *Quatrième Commission, 1195^e Séance. Jeudi 2 Novembre 1961, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 243

⁶⁷⁴ Esta fórmula tinha sido elaborada pela Bélgica para ser aplicada à questão do Congo. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1049. *Quatrième Commission, 1049^e Séance. Lundi 14 Novembre 1960, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1960. p. 307

⁶⁷⁵ Ainda que reconhecendo que o documento devesse ser considerado como um instrumento vivo, os representantes portugueses avançaram que as interpretações actualistas não podiam colocar em causa a eficácia e o prestígio da Organização ou a posição legítima dos estados membros. Entendendo que, desde a XI sessão, tinha-se tentado dar uma nova interpretação à Carta para fazer aplicar obrigações discriminatórias, Portugal acusou a maioria que controlava a AG de agir de forma ilegal. Os representantes portugueses insistiram que o Art.º 73º deveria ser interpretado numa base jurídica e não segundo as conclusões do Comité dos Seis, que a maioria não podia impôr obrigações que não fossem livremente aceites, que o país não se considerava vinculado pela resolução 1542 (XV). Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1193. *Quatrième Commission...234*

⁶⁷⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1200. *Quatrième Commission, 1200^e Séance. Mardi 7 Novembre 1961, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 276

⁶⁷⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1199. *Quatrième Commission, 1199^e Séance. Mardi 7 Novembre 1961, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 268-269

Portugal⁶⁷⁸. Pelas acusações que lhes foram dirigidas e por saberem que a questão colonial portuguesa ajudava a determinar a posição dos afro-asiáticos perante outros temas nas NU, os aliados de Portugal, em geral, evitariam qualquer protagonismo, não participando no debate. Com uma postura mais favorável ao governo português, que encontraria no Departamento de Estado alguma compreensão, resultante talvez da crescente tensão com a URSS, os EUA seriam, em conjunto com a Itália, dos poucos a intervir em apoio à política colonial portuguesa, defendendo as reformas anunciadas e a NATO⁶⁷⁹.

Ainda que a maioria anticolonialista tivesse demonstrado a tendência para alargar o debate, o projecto de resolução apresentado tentaria, sem o conseguir na totalidade, circunscrever a questão ao item inscrito na agenda. Relativamente duro, o texto se reportaria às disposições da resolução 1514 (XV), consideradas como completamente aplicáveis às colónias portuguesas⁶⁸⁰. O projecto, indicando que havia uma contínua deterioração da situação nos territórios, proporia que a AG condenasse o não cumprimento por Portugal das obrigações do Capítulo XI da Carta e da resolução 1542 (XV)⁶⁸¹. Com a intenção de contornar a intransigência do governo português, pretender-se-ia o estabelecimento de um comité especial, composto por sete membros, para examinar a informação disponível sobre os territórios e preparar um relatório para a Assembleia ou qualquer outro órgão que fosse encarregue de apoiar a implementação da resolução 1514 (XV). Como medida excepcional, o comité deveria ser autorizado a receber petições e a ouvir peticionários, propondo-se que se solicitasse ao SG a preparação de documentos introdutórios sobre as condições nas colónias portuguesas⁶⁸². Por influência da situação em Angola, no projecto de resolução seriam integradas questões que tinham pouca ou nenhuma ligação com a obrigatoriedade da transmissão de informações, prevendo-se que se recomendasse aos estados que mantinham relações com Portugal que aplicassem os seus bons ofícios e recusassem qualquer apoio e assistência que pudessem ser usados na repressão ou subjugação dos povos das colónias portuguesas. Por entender que o texto não traduzia de forma nítida a opinião das

⁶⁷⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1200. *Quatrième Commission, 1200^e Séance...*p. 276-277

⁶⁷⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1201. *Quatrième Commission, 1201^e Séance. Mercredi 8 Novembre 1961, à 11 heures.* Nova Iorque: s.n., 1961. p. 281

⁶⁸⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1207. *Quatrième Commission, 1207^e Séance. Lundi 13 Novembre 1961, à 15h25.* Nova Iorque: s.n., 1961. p. 318

⁶⁸¹ Cf. United Nations – A/4998, 1 December 1961. *Non-Compliance of the Government of Portugal with...*p. 7

⁶⁸² Cf. *Ibidem*

delegações de que a situação constituía uma ameaça à paz, uma emenda soviética, aceite pelos autores do projecto de resolução, sublinharia o carácter de urgência da tarefa atribuída ao comité que se pretendia criar⁶⁸³.

Com uma atitude rígida e sem atender às inúmeras solicitações para que fornecesse informações como forma de atenuar as pressões, Portugal encontraria muitas reticências nas diligências para impedir que o texto fosse aprovado por maioria esmagadora. As maiores facilidades seriam sentidas junto da África do Sul, Espanha e França, que, mantendo a orientação que vinham assumindo, indicariam que não faltariam com o seu voto a Portugal⁶⁸⁴. Os restantes países alegariam as pressões dos afro-asiáticos ou, como o Brasil, a dificuldade em conciliar o apoio ao governo português com a fidelidade ao anticolonialismo⁶⁸⁵. Na sua maioria tendo uma política pouco consistente em relação à questão colonial portuguesa nas NU, a África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, China, Espanha, França, Itália, Nova Zelândia, Reino Unido e Uruguai apoiariam Portugal exprimindo reservas ao projecto de resolução. Destinadas a estabelecer uma determinada interpretação sobre o documento, as reservas teriam uma expressão mais definitiva nas propostas de emendas e nos pedidos de voto por divisão, apresentados, designadamente pelos EUA, para atenuar o texto e permitir salvaguardar a posição das delegações que tinham a intenção de votar a favor⁶⁸⁶. Numa acção favorável a Portugal, propor-se-ia a substituição da palavra “condena” por “deplora” e a votação em separado das disposições que pretendiam a condenação do governo português pelo não cumprimento das suas obrigações, solicitavam aos estados membros que negassem

⁶⁸³ Cf. *Idem*. p. 3

⁶⁸⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Petitionários, Telegrama Enviado pela Embaixada de Madrid ao MNE, datado de 10 de Novembro de 1961, p. 1

⁶⁸⁵ Sobre a posição dos países quanto a Portugal *vide* AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Petitionários, Telegrama da Embaixada de Bruxelas Enviado ao MNE, datado de 20 de Novembro de 1961, p. 1-2

⁶⁸⁶ Dúvidas sobre a competência da AG para prescrever as obrigações contidas no texto, objecções a que se condenasse a conduta portuguesa, apelos para que a audição dos petiçãoários fosse considerada um caso especial e não um precedente, pedidos para que algumas disposições não fossem entendidas como pretendendo embargos ou sanções de carácter geral e indicações de que o comité que seria criado teria de se limitar à não observação da resolução 1542 (XV) foram complementadas com afirmações de que a situação nos territórios portugueses não se tinha deteriorado, que outros países também desrespeitavam as decisões das NU e que alguns parágrafos do projecto de resolução não tinham qualquer relação com a questão. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1207. *Quatrième Commission, 1207^e Séance. Lundi 13 Novembre 1961, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 315-323

qualquer apoio e assistência que pudesse ser empregue contra as populações e autorizavam o comité a receber petições e a ouvir peticionários⁶⁸⁷.

Por os países afro-asiáticos terem resistido a todas as tentativas para tornar o texto inofensivo seriam rejeitados os pedidos de substituição de palavras e de votos por divisão⁶⁸⁸. A votação demonstraria uma redução significativa nos apoios a Portugal, continuando a África do Sul e a Espanha a serem os únicos defensores declarados da posição portuguesa. As abstenções, que vinham sendo usadas como meio para demonstrar solidariedade a Portugal, seriam mínimas, limitando-se à Bolívia e à França, e, pela primeira vez, dois dos mais importantes apoiantes do governo português, o Brasil e o Reino Unido, votariam contra a política colonial portuguesa⁶⁸⁹. Tendo sido apresentadas como justificação a decisão britânica de votar em função da substância dos documentos e o facto de o delegado brasileiro ter desobedecido às instruções recebidas, em ambos os casos, a orientação do sentido de voto poderá em grande medida ser explicada pelo radicalismo do debate, que não permitiria mais do que manifestações isoladas de apoio a Portugal⁶⁹⁰. Ainda assim, em explicação do sentido de voto, os EUA e o Reino Unido entenderiam voltar a marcar as distâncias quanto a algumas disposições do projecto de resolução, reafirmando as reservas anteriormente apresentadas.

A decisão da IV Comissão, ainda que se reportasse à Carta, tornar-se-ia um exemplo paradigmático da forma como a transmissão de informações de natureza técnica ao abrigo do Art.º 73º passaria a ser considerada em função da aplicação da resolução 1514 (XV). Tendo sido uma das propostas mais contestadas do projecto de resolução, a audição de peticionários teria, por o Senegal ter proposto que fosse concedida uma audiência a representantes da Guiné (Portuguesa), desenvolvimentos imediatos⁶⁹¹. Naquela que seria a primeira apresentação nas NU de habitantes das

⁶⁸⁷ Cf. *Idem.* p. 323

⁶⁸⁸ Cf. *Idem.* p. 317

⁶⁸⁹ O representante da Bolívia, Carlos Salamanca, ao explicar o sentido do voto do seu país indicou que o Subcomité de Angola, ao qual presidia, tinha a terminado os seus trabalhos e que como o último parágrafo do projecto de resolução dizia respeito precisamente à situação angolana, que deveria ser analisado pela AG e não pela IV Comissão, ele tinha-se absterido para evitar que Portugal acusasse a Organização de ter feito um pré-julgamento antes do relatório do ter sido analisado. Cf. *Idem.* p. 323

⁶⁹⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Peticionários, Aerograma Enviado pela Missão de Portugal na ONU ao MNE, datado de 14 Novembro de 1961. p. 1

⁶⁹¹ Para evitar as audições, Portugal fez diligências em vários países, designadamente nos EUA, pedindo que pressionassem a Libéria, que detinha a presidência da Comissão, para que aconselhasse o Senegal a desistir da sua intenção. Objecto de votação, a proposta senegalesa foi aprovada com os votos contra de

colónias portuguesas, a audição demonstraria que a luta contra o colonialismo português não se restringiria a acções internas, tendo igualmente uma componente internacional que seria tão relevante quanto as operações militares. Os agrupamentos políticos utilizariam as audições, juntamente com a apresentação de petições, relatórios, testemunhos ou exhibições de filmes, para tentar que a pressão da opinião pública internacional fizesse sentir os seus efeitos sobre Portugal⁶⁹². Com o precedente criado pela IV Comissão, os debates nas NU seriam momentos de ofensiva diplomática contra o colonialismo português⁶⁹³.

Produzindo declarações contendo afirmações que tornar-se-iam na marca identitária da participação dos agrupamentos das colónias portuguesas nas NU, os representantes do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), uma coligação de pequenas formações políticas com sede em Dakar, demonstrariam ser conhecedores da resolução 1514 (XV)⁶⁹⁴. Apresentando-se como uma força revolucionária, que tinha por objectivo a libertação total da Guiné e das ilhas de Cabo Verde, o MLGC defenderia que Portugal fosse convidado a reconhecer o direito à autodeterminação e a conceder a independência às colónias⁶⁹⁵. Tornando-se num precedente para os territórios portugueses, a audição do MLGC, como de resto algumas das disposições do projecto de resolução adoptado pela Comissão, significaria o recurso a um procedimento não contemplado na Carta para os territórios não autónomos. Resultante da interpretação, que vinha-se afirmando sucessivamente nas NU, de que existia um direito de petição como meio para salvaguardar os direitos humanos, a

Portugal, França, África do Sul, Espanha e Reino Unido e a abstenção da Bélgica. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Peticionários, Carta de João Hall Themido ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 24 de Outubro de 1961, p. 1-2

⁶⁹² Cf. CONNELLY, Matthew – *A Diplomatic Revolution: Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era*. EUA: Oxford University Press, 2003. p. 119-141

⁶⁹³ Cf. *Ibidem*

⁶⁹⁴ Vide no anexo VIII a lista dos peticionários ouvidos pela IV Comissão.

⁶⁹⁵ Numa parte substancial, a intervenção foi dedicada ao desmentido das teses sobre o estatuto constitucional das alegadas províncias ultramarinas, o papel pretensamente civilizador e emancipador dos portugueses em África e os progressos, avaliados como irrisórios, da assimilação. Considerando o colonialismo português como aquele que revestia o aspecto mais totalitário e draconiano, o MLGC alertou para a falta de direitos políticos, o crescente aumento da repressão, a discriminação racial, o analfabetismo, a prática de trabalho forçado e as deficientes condições sanitárias, concluindo que as reformas adoptadas visavam manter a dominação colonial. Com a indicação de que tinha sido enviado ao governo português um pedido de reformas sociais e políticas que conduzissem à independência, o movimento apelou solenemente às NU para que ajudasse a poupar as populações da Guiné e de Cabo Verde à mesma repressão que estava a ocorrer em Angola, obrigando Portugal a negociar. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1209. *Quatrième Commission, 1209^e Séance. Mardi 14 Novembre 1961, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 331-333

prática encontraria justificação na aproximação operada pela resolução 1514 (XV) entre o estatuto dos territórios não autónomos e o dos sob tutela, para os quais recorde-se que estavam previstas as audições de peticionários⁶⁹⁶. As decisões da IV Comissão seriam mais um desenvolvimento nas tentativas, referidas no capítulo anterior, de fazer aplicar aos territórios não autónomos os mecanismos de supervisão atribuídos ao Conselho de Tutela⁶⁹⁷.

Ficando a criação do órgão para analisar as informações sobre as colónias portuguesas dependente da aprovação definitiva no plenário, um amplo consenso permitiria a adopção pela AG da resolução 1654 (XVI), de 27 de Novembro de 1961, que, reafirmando solenemente os objectivos e princípios enunciados na 1514 (XV), estabeleceria um Comité Especial, que se tornaria no mais importante órgão das NU a ocupar-se de forma sistemática da questão dos territórios não autónomos⁶⁹⁸. Destinando-se a ter um carácter temporário, o Comité de Descolonização, como ficaria conhecido, apresentaria inicialmente contornos vagos, o que para alguns destinar-se-ia a atribuir-lhe a maior flexibilidade possível e gerar consensos⁶⁹⁹. O seu mandato pretenderia que estudasse a implementação da Declaração, formulasse sugestões e recomendações quanto aos progressos realizados e à forma como era aplicada e fizesse um relatório para a XVII AG. O órgão seria autorizado a empregar todos os meios disponíveis no quadro dos procedimentos da Organização, podendo reunir-se noutros lugares que não a sede das NU⁷⁰⁰. Modificações significativas, introduzidas por decisões tomadas pelo próprio órgão e pela AG, resultariam numa definição em termos mais precisos e num alargamento do seu mandato, que com o tempo sofreria alterações. No início das suas actividades determinaria que as colónias portuguesas, juntamente com a Rodésia do Sul e o Sudoeste Africano, seriam questões prioritárias, analisadas em

⁶⁹⁶ Cf. NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah – *Ob. Cit.* p. 157-159

⁶⁹⁷ Os peticionários do Sudoeste Africano começaram a ser ouvidos nas NU em 1958. Na primeira fase, que se prolongou até 1961, os peticionários, pertencentes à South West Africa People's Organization (SWAPO), reivindicaram sobretudo a resolução da controvérsia entre as NU e a África do Sul, com a independência do território. Com o falhando das suas pretensões, entre 1962-1967, tentaram obter o reconhecimento do movimento como representante da população, com autoridade para negociar com as NU e a África do Sul. Num último momento, de 1968-1973, houve uma intensificação das actividades do movimento nas NU, o que o tornou num parceiro activo nas questões referentes ao Sudoeste Africano. Cf. UDOGU, EMMANUEL Ike – *Ob. Cit.* p. 99-100

⁶⁹⁸ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 97-98

⁶⁹⁹ Cf. *Idem.* p. 149

⁷⁰⁰ Cf. United Nations - *Resolution 1654 (XVI)*, 27 November 1961. [Em linha]. [Consult. 28 Abril 2008]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

sessões plenárias⁷⁰¹. Com uma composição em que predominariam os afro-asiáticos, do Comité de Descolonização resultariam as decisões mais radicais contra Portugal, baseadas nas disposições da Declaração.

“Charter or no Charter, Council or no Council”

COM O DEBATE SOBRE O CUMPRIMENTO do Capítulo XI por Portugal ficara implícito que a transmissão de informações segundo o Art.º 73º teria, numa interpretação favorecida pela associação à implementação da resolução 1514 (XV), como finalidade a independência das colónias portuguesas. A abordagem que insistia primeiramente no fornecimento por Portugal das informações de natureza técnica e estatística acabaria no entanto por ser momentaneamente secundarizada. Acontecimentos resultantes do agravamento da contestação à política colonial portuguesa serviriam para iniciar um debate sobre a legitimidade do uso da força como forma de implementação da autodeterminação. Não tendo o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça sobre Dadrá e Nagar Aveli solucionado o diferendo entre Portugal e a União Indiana, soldados indianos (na noite de 17 de Dezembro) avançariam sobre Goa, Damão e Diu⁷⁰². Ainda que a manobra diplomática que antecederia os acontecimentos tivesse demonstrado a incapacidade das NU, designadamente do SG, em servirem como mediadoras, Portugal solicitaria a convocação do CS, numa

⁷⁰¹ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 343

⁷⁰² Quando se tornou evidente, com o avolumar das pressões em finais de 1961, que estava eminente um ataque indiano a Goa, Damão e Diu, Portugal tentou mobilizar o apoio dos aliados ocidentais e de países latino-americanos, apresentando a questão ao CS. Portugal informou o Conselho, a 8, 11 e 16 de Dezembro, de que estava na posse de informações sobre movimentações de forças da União Indiana e que tinham ocorrido episódios de violação do espaço aéreo e das fronteiras do Estado Português da Índia. Sem desmentir que estivessem a ser deslocadas unidades armadas para as proximidades de Goa, a Índia, na procura de justificações para uma intervenção militar, apresentou-se, a 12 e 13 de Dezembro, como vítima de agressões não provocadas, indicando que Portugal intensificara a repressão e a brutalidade nos territórios que controlava e que vários incidentes tinham tido lugar entre patriotas goeses e soldados portugueses. O SG U Thant, a 15 de Dezembro, a pedido dos EUA a quem Vasco Garin tinha solicitado que fizesse a diligência, recomendou às partes que evitassem que a situação se degradasse, tornando-se numa ameaça à paz e à segurança internacionais, e que encontrassem uma solução pacífica. Portugal respondeu ao SG que o país nada tinha feito que pudesse atentar contra a paz, mostrando-se disposto para negociar e a dar garantias, mediante um acordo, de que o seu território não seria usado para ameaçar a segurança da União Indiana. Ainda que hesitante quando à data da ofensiva militar, a Índia recusaria qualquer tentativa de negociação com o argumento de que a melhor solução seria o reconhecimento da irreversibilidade do curso da história e a entrega das colónias portuguesas. Por insistência de Portugal, a Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, EUA, Espanha, Reino Unido e a RFA fizeram diligências, que não produziram quaisquer resultados, no sentido de evitar o recurso à força pela União Indiana. A este respeito *vide*, entre outros, STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates, 2005

iniciativa apoiada pelos EUA que tinham dado garantias de que não permitiriam que a questão servisse de pretexto para a renovação da discussão sobre o colonialismo português⁷⁰³. Tendo a URSS e o Ceilão forçado a votação sobre a inscrição, a discussão, que (realizada a 18 de Dezembro) esteve no centro das atenções mundiais por algum tempo, seria de certa forma uma mera formalidade, uma vez que como a União Indiana alcançara um rápido controlo no terreno as hipóteses de influenciar os acontecimentos seriam mínimas⁷⁰⁴.

Tendo adoptado como estratégia retirar à União Indiana todas as possibilidades, excepto o uso da força, Portugal estaria convencido que, em caso de invasão de Goa, Damão e Diu, um mínimo de resistência bastaria para accionar a Aliança Luso-Britânica e a comunidade internacional⁷⁰⁵. Declarando que a União Indiana tinha cometido uma agressão premeditada, violando a Carta e os direitos soberanos do país, solicitaria ao Conselho a adopção de medidas para o cessar-fogo imediato e a retirada das forças invasoras⁷⁰⁶. Para a acção da União Indiana terão sido determinantes a condenação pelas NU da situação em Angola, a incapacidade portuguesa em organizar uma defesa eficaz, as pressões internas, o desejo de recuperar, com uma demonstração de força contra o colonialismo, a liderança do bloco afro-asiático e a certeza de que não haveria uma reacção declaradamente hostil das potências ocidentais⁷⁰⁷. Em justificação da acção armada, o representante indiano reportar-se-ia à resolução 1514 (XV), naquela que seria a primeira ocasião em que a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais seria explicitamente invocada por um Estado membro⁷⁰⁸. A União Indiana entenderia que não podia ser acusada de agressão contra um território que lhe pertencia, pretendendo que o CS pedisse a evacuação por Portugal de Goa, Damão e Diu e desse efeito às resoluções sobre a concessão da independência. Numa afirmação da irreversibilidade da situação, indicaria que “*Charter or no Charter, Council or no*

⁷⁰³ O governo português demonstrou de início alguma indecisão sobre se uma eventual convocação do CS poderia colocar o país numa situação susceptível de resultarem novas críticas à sua política colonial. A sugestão para a apresentação de uma queixa terá partido dos EUA e do Reino Unido, tendo Portugal desconfiado das reais intenções dos dois países. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 118, Proc. XA-20, Ano de 1961, Vol. I, Questão entre a União Indiana e Portugal (Queixa nas Nações Unidas), Telegrama do Presidente do Conselho para a Missão de Portugal na ONU, datada de 19 de Dezembro de 1961

⁷⁰⁴ Cf. BÈGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1139

⁷⁰⁵ Cf. FERREIRA, José Medeiros – *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença, 2006. p. 103

⁷⁰⁶ Cf. Nations Unies – A/5202. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l’Assemblée Generale. 16 juillet 1961 - 15 juillet 1962*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 49

⁷⁰⁷ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 264-265

⁷⁰⁸ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 85

Council” a integração do Estado Português da Índia prosseguiria, o que seria indicador de que não se esperavam represálias⁷⁰⁹.

Sem pretenderem prolongar demasiado o debate, que desejavam que caísse rapidamente no esquecimento, os membros do CS se envolveriam numa disputa sobre se o desrespeito das disposições da Carta quanto à não-agressão poderia ser justificável num contexto de dominação colonial⁷¹⁰. Como prometido, em nenhum momento os países ocidentais mencionariam ou colocariam em causa o colonialismo português, evitando orientar a discussão para o problema de fundo. Numa demonstração das dificuldades que a questão suscitava, os EUA, a França e o Reino Unido tentariam um difícil equilíbrio entre a necessidade de deplorar o uso da força, por violar as regras de conduta entre os estados, e a salvaguarda da amizade com a Índia, que era o maior país não comunista da Ásia⁷¹¹. Os restantes membros do Conselho que seguiam a orientação do Ocidente também revelariam - mesmo se o Chile e o Equador tivessem referido explicitamente o direito à autodeterminação das populações de Goa, Damão e Diu - a desaprovação e a inquietação pelo uso da força, aconselhando o fim das acções militares⁷¹². Com uma leitura diferente dos acontecimentos, o Ceilão, a Libéria e a República Árabe Unida, em representação do grupo afro-asiático que, com algumas excepções, tinha em conjunto com os socialistas apoiado unanimemente a acção indiana, indicariam que se estava perante uma questão colonial e que o problema essencial era a política portuguesa, que desrespeitava as decisões das NU⁷¹³. Como entendiam que tinha havido uma libertação e não uma agressão, afirmariam não haver lugar a um apelo ao cessar-fogo. Propondo que se debatesse a recusa portuguesa em aplicar a Declaração, a URSS, que tinha enviado um dos seus líderes à União Indiana na véspera da invasão, encontraria na questão de Goa a oportunidade para continuar a associar os EUA e as demais potências ocidentais a Portugal e ao colonialismo⁷¹⁴.

As diferenças de perspectivas resultariam na apresentação pelos afro-asiáticos de um projecto de resolução, que consideraria os enclaves portugueses como constituindo uma ameaça à paz e à segurança internacionais e um obstáculo à realização da unidade

⁷⁰⁹ Cf. Nations Unies - A/PV.1815. *Assemblée Générale. Vingt-Quatrième Session. 1815^e Séance Plénière. Jeudi 20 Novembre 1969, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 19

⁷¹⁰ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 273

⁷¹¹ Cf. *Idem.* p. 272-273

⁷¹² Cf. Nations Unies – A/5202. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Sécurité à l'Assemblée Générale...* p. 51

⁷¹³ Cf. *Idem.* p. 50-51

⁷¹⁴ Cf. BÊGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1166

da União Indiana⁷¹⁵. Com justificação nas resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV), se proporia que a queixa formulada por Portugal fosse rejeitada, convidando-se o governo português a colocar um termo à acção hostil e a cooperar com a Índia para a liquidação das possessões coloniais no subcontinente indiano⁷¹⁶. Tendo em atenção outros aspectos de princípio, que não somente o direito à autodeterminação, e questionando a possibilidade de modificar pela força a situação política e legal existente, os EUA, a França, o Reino Unido e a Turquia, introduziriam um outro projecto, que a Índia rejeitaria, embora não fosse extremista⁷¹⁷. Servindo-se das disposições da Carta que apelavam a soluções pacíficas e à contenção no emprego da força, os aliados portugueses proporião que a acção indiana em Goa, Damão e Diu fosse simplesmente deplorada, não se pretendendo uma condenação. Por relembrar que os objectivos das NU eram o desenvolvimento de relações amigáveis entre as nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade dos povos e do direito a dispor de si mesmos – interpretada segundo o sentido do Art.º 1, § 2º, da Carta, e não da resolução 1514 (XV) –, o projecto entenderia que o CS deveria dar satisfação às pretensões portuguesas, solicitando o fim das hostilidades, convidando o governo indiano a reconduzir as suas forças para posições anteriores à invasão, pedindo às partes que adoptassem medidas para uma solução permanente através de meios pacíficos e rogando ao SG que fornecesse toda a ajuda necessária⁷¹⁸.

Muito em virtude da complexa interacção entre a Guerra Fria e a descolonização, que a discussão sobre a questão colonial portuguesa vinha acentuando nas NU, no momento da votação os campos se demarcariam. O projecto afro-asiático – como o Chile, a China e o Equador se juntariam à rede de países mobilizados pela intensa campanha diplomática portuguesa – seria rejeitado⁷¹⁹. Obtendo um número de votos suficiente, o projecto ocidental poderia ter sido adoptado se não tivesse havido o veto soviético⁷²⁰. Previsível, por a URSS pretender demonstrar o compromisso com a causa anticolonial e o apoio político à União Indiana, o veto condenaria o CS à

⁷¹⁵ Cf. Nations Unies – A/5202. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite a l'Assemblée Generale...* p. 53

⁷¹⁶ Cf. *Ibidem*

⁷¹⁷ Cf. *Idem*. p. 52

⁷¹⁸ Cf. *Ibidem*

⁷¹⁹ Cf. *Idem*. p. 53

⁷²⁰ Cf. LUARD, Evan – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 324

inacção⁷²¹. Sem que se tivesse chegado a qualquer conclusão útil, a paralisação do Conselho colocaria em causa algumas das definições que regulavam as relações entre os estados⁷²². Ao se revelar incapaz de exprimir um julgamento moral sobre a situação, a utilização da força seria na prática sancionada, com a absorção irrevogável de Goa, Damão e Diu, que tornar-se-iam em territórios governados centralmente pelo governo indiano. Ainda que a resolução 1514 (XV) não o tivesse autorizado, o uso da força para determinar o fim do colonialismo seria considerado como não constituindo uma agressão, devendo ser poupado à condenação internacional. Da inacção do Conselho resultaria uma interpretação da ideia de autodeterminação que insistia na transferência do poder e não num acto de escolha, por a população ter sido ouvida. Tornando-se num exemplo da aplicação incompleta da ideia de autodeterminação, que previa que o exercício da livre escolha fosse acautelado, a discussão da questão de Goa revelaria, como já foi reconhecido, que o desejo de eliminar a colonização europeia tinha-se tornado mais forte do que o princípio da proibição do uso da força nas relações internacionais⁷²³.

Os aliados portugueses, que para Salazar tinham traído e abandonado Portugal quando não corresponderam aos pedidos de apoio diplomático e de facilidades militares para conter a União Indiana, ainda chegariam a considerar submeter, com recurso ao mecanismo da *Uniting for Peace Resolution*, o projecto de resolução sobre Goa à AG⁷²⁴. A ideia seria abandonada por as discussões sobre a aplicação por Portugal do Capítulo XI e da resolução 1542 (XV), finalizadas pela Assembleia no dia da rendição portuguesa, terem demonstrado que qualquer tentativa estaria condenada ao fracasso. Por julgarem que não haveria votos suficientes, os EUA comunicariam a Portugal terem desistido de insistir, como tinham feito na Comissão, na votação por divisão, mas que apresentariam emendas ao projecto de resolução⁷²⁵. Os norte-americanos pretendiam a alteração da palavra “condena” por outra mais moderada e, como desejavam esclarecer a questão da utilização do armamento da NATO, proporiam a substituição do parágrafo

⁷²¹ Numa reunião do Conselho da NATO, realizada a 18 de Dezembro, Portugal foi alertado para a possibilidade do veto soviético bloquear a decisão. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 118, Proc. XA-20, Ano de 1961, Vol. I, Questão entre a União Indiana e Portugal (Queixa nas Nações Unidas), Telegrama do MNE para a Delegação de Portuguesa na ONU, datado de 18 de Dezembro de 1961

⁷²² Cf. BÈGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1154

⁷²³ Cf. ESCARAMEIA, Paula – *Formation and Concepts in International Law...* p. 92, nota 16

⁷²⁴ Cf. BÈGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1171

⁷²⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Peticionários, Telegrama da Delegação Portuguesa na ONU ao MNE, datado de 15 de Dezembro de 1961, p. 1

que solicitava aos estados membros que negassem ao governo português qualquer assistência por um que pedia que procurassem obter garantias de que os apoios concedidos para a defesa mútua na área do Atlântico Norte não seriam desviados para outros propósitos⁷²⁶. Diligências portuguesas na Bélgica, Chile, França ou Peru solicitariam votos para as emendas dos EUA, que tinham a esperança de que pelo menos a segunda proposta fosse aceite⁷²⁷. Sem que se tivesse conseguido introduzir qualquer alteração ao texto, o plenário, com uma votação idêntica à da IV Comissão, aprovaria (a 19 de Dezembro) a resolução 1699 (XVI), que estabeleceria o Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa. Numa decisão adoptada (a 20 de Dezembro) pela IV Comissão e ratificada subsequentemente no plenário, a Bulgária, Ceilão, Chipre, Colômbia, Guatemala, Guiné e Nigéria seriam nomeados como membros do órgão, que ficaria conhecido como Comité dos Sete⁷²⁸.

Numa breve discussão, alguns países, na mesma ocasião da eleição dos membros do Comité, demonstrariam satisfação pela integração de Goa na União Indiana. A Polónia proporia que a AG tomasse nota, o que acabaria por não se verificar seguramente por implicar a revisão da resolução 1542 (XV), do facto de Goa ter sido libertada pela acção indiana⁷²⁹. Entendida pelos dirigentes do Estado Novo como um episódio memorável de patriotismo, a perda da soberania sobre Goa motivaria que se considerasse a possibilidade de Portugal abandonar a ONU. Num discurso de Salazar (a 3 de Janeiro de 1962) se admitiria uma reorientação da política externa portuguesa, que passaria pela redução da dependência em relação às alianças tradicionais (EUA, Reino Unido e NATO), pelo reforço dos laços com o Brasil e pela reavaliação da participação nas NU⁷³⁰. No seguimento do discurso de Salazar, uma sugestão da Assembleia Nacional também defenderia a revisão da política externa, demonstrando a necessidade de adaptação sentida no período pós-Goa. Alguns sectores da sociedade portuguesa exigiriam uma mudança radical, que orientasse o país em direcção às colónias e a uma

⁷²⁶ Cf. *Ibidem*

⁷²⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1961, Trabalhos da IV Comissão, Assembleia-Geral das Nações Unidas (Territórios Não Autónomos) – Peticionários, Telegrama Enviado da Embaixada de Paris ao MNE, datado de 9 de Dezembro de 1961, p. 1

⁷²⁸ Ao que tudo indica terão sido distribuídas algumas listas de candidatos ao órgão, que incluiriam países como Canadá, Venezuela, Suécia e Colômbia, que acabariam por vir a público afirmar que não estavam disponíveis para integrar o Comité. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1255. *Quatrième Commission, 1255^e Séance. Mardi 19 Décembre 1961, à 14h25*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 638

⁷²⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1256. *Quatrième Commission, 1256^e Séance. Mercredi 20 Décembre 1961, à 11h30*. Nova Iorque: s.n., 1961. p. 640

⁷³⁰ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 102

posição neutralista⁷³¹. Num documento não assinado (datado de 12 de Janeiro e dirigido a Salazar) recomendar-se-ia o cultivo de relações bilaterais com os afro-asiáticos e uma política de boa vizinhança em África, onde poderiam ainda ser exploradas as rivalidades entre estados⁷³². Na tentativa de diminuir a agressividade nas NU, algumas das sugestões acabariam por ser, timidamente ou de forma mais decidida, objecto de um esforço de implementação⁷³³.

“Impregnado de Realismo e de Moderação”

NO SEGUIMENTO DA RESOLUÇÃO 1603 (XV), que mandataria o Subcomité de Angola a reportar as suas conclusões o mais rapidamente possível, a XVI AG inscreveria na agenda um item sobre o relatório apresentado pelo órgão. O debate teria lugar em reuniões plenárias (entre 15-30 de Janeiro de 1962), num ambiente de profunda desconfiança quanto à actuação e à utilidade das NU na vida internacional⁷³⁴. Crescentes críticas, de chefes de Estado, de meios de comunicação e da opinião pública de países como os EUA e o Reino Unido, indicariam existir um perigo de “excessos de anticolonialismo” da maioria afro-asiática. As preocupações quanto às manifestações de sentimentos anti-ocidentais resultariam em pressões sobre os afro-asiáticos para que moderassem as deliberações sobre questões coloniais. Os EUA, em particular, dariam a conhecer os receios de que, depois do apoio à União Indiana sobre Goa, se continuasse a encorajar o uso da força, o que pensavam que poderia conduzir à destruição da Organização⁷³⁵. Mesmo tendo continuado a afirmar a decisão inabalável de conseguir, de forma imediata, a libertação dos povos colonizados, haveria indicações de que o bloco afro-asiático adoptaria uma atitude cautelosa em relação a Angola, apesar dos incitamentos soviéticos a acções radicais⁷³⁶.

Sem que houvesse a perspectiva de uma solução para Angola, onde a actividade dos guerrilheiros da UPA e do MPLA, que entretanto tinham também iniciado acções

⁷³¹ Cf. BÈGUE, Sandrine – *Ob. Cit.* Vol. II. p. 1172

⁷³² Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-5, Notas sobre a Política Externa Portuguesa, p. 25-28

⁷³³ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 110

⁷³⁴ Cf. AHD, Fundo Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas: 1980, Mç. ONU 66, Carta da Embaixada de Portugal na Grã-Bretanha (?) para o MNE, datada de 17 de Janeiro de 1962, p. 1

⁷³⁵ Cf. POI 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. V, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 20 de Janeiro de 1962, p. 1

⁷³⁶ Cf. *Ibidem*

armadas, estava a progredir lentamente, Portugal apresentar-se-ia no plenário com uma estratégia diferente das anteriores sessões⁷³⁷. Tendo optado por pedir a palavra no início da discussão, faria uma longa declaração, com a descrição dos acontecimentos no Norte de Angola, a refutação do relatório do Subcomité, a explicação das reformas promulgadas e a reafirmação da posição de princípio quanto à falta de competência da Assembleia para abordar a questão⁷³⁸. O relatório sobre Angola seria considerado, nos seus métodos e nas suas conclusões, como tendencioso, produzindo um resultado determinado à partida. Retirando-se da sala após a intervenção, a delegação portuguesa apresentaria mais observações sobre o relatório por escrito⁷³⁹. Um grupo de trabalho, constituído no Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e composto por cinco elementos, tinha sido encarregue de analisar e contestar o documento. Num veemente ataque à legalidade da investigação e à validade das conclusões do Subcomité de Angola, Portugal, que em alguns momentos distorceria as afirmações do relatório, contestaria sobretudo as fontes de informação utilizadas, indicando que tinham sido ignorados dados que poderiam comprovar a sua versão dos acontecimentos⁷⁴⁰. Como insistia que a situação em Angola era uma questão artificial seria indicado que dos refugiados que tinham fugido para o Congo (Leopoldville) cerca de 75 000 tinham regressado às suas povoações, o que confirmaria a normalização das condições de vida no território⁷⁴¹.

De forma explícita ou tácita, a quase totalidade dos participantes na discussão validariam, não obstante os seus alinhamentos políticos, o trabalho do Subcomité. Mesmo as delegações que não elogiariam o relatório apoiar-se-iam nas suas conclusões,

⁷³⁷ Numa breve introdução ao debate, Salamanca apresentou o relatório do Subcomité, explicando as condições gerais em que o seu mandato foi desempenhado. De forma ambígua, indicou que tinha tentado colocar em execução a intenção de deslocar-se aos locais de conflito, mas que Portugal recusara o acesso a Angola, compensando a sua atitude negativa com o fornecimento de algumas informações de ordem geral. Cf. Nations Unies - A/PV.1088. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1088^e Séance Plénière. Lundi 15 Janvier 1962, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1277

⁷³⁸ Cf. *Idem*. p. 1278-1286

⁷³⁹ Numa carta de 17 de Janeiro, Garin transmitiu um documento intitulado “Alguns comentários da delegação portuguesa à XVI AG das NU sobre o Relatório do Subcomité de Angola” e a 27 de Janeiro enviaria os “Comentários pela delegação portuguesa ao debate da AG sobre a “Situação de Angola””. Ao analisar os comentários, o Subcomité concordou que Salamanca fizesse no plenário uma breve declaração, qualificada como de carácter não polémico, explicitando que a metodologia do Subcomité tinha-se baseado na comparação de fontes diversas, sem que tivesse havido a preferência por informações de uma determinada proveniência. Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, Simbol DAG-4/4.2, Archive Group: Political and Security Council Affairs, Subgroup: Security Council and Political Committee Division, Series: Files of the Sub-Committee on the Situation in Angola, Box: 2, The Situation in Angola – Debate in the General Assembly during its 16th Session, p. 5

⁷⁴⁰ Cf. *Ibidem*

⁷⁴¹ Cf. *Ibidem*

que seriam entendidas como dificilmente podendo ser contestadas. Ainda assim, seriam dirigidas críticas a determinados detalhes, avaliados como contendo lacunas de forma e de fundo. Alguns membros, particularmente a Guiné, encontrariam a oportunidade para criticar a inclusão da informação transmitida por Portugal e as referências às reformas, consideradas como um gesto gratuito, que desmentia a política de igualdade, fraternidade e fusão de raças proclamada pelas autoridades portuguesas⁷⁴². Os dados avançados serviriam de pretexto para que houvesse uma reafirmação da posição dos anticolonialistas quanto a Angola (e às colónias portuguesas em geral), refutando-se as afirmações de que a situação estaria normalizada e reconhecendo-se a existência de uma guerra que constituiria uma ameaça à paz e à segurança internacionais⁷⁴³. Com a tendência crescente para analisar o problema angolano num âmbito mais alargado, os membros da NATO voltariam a ser responsabilizados pela cumplicidade com Portugal e pela exploração económica de Angola. Quase todas as delegações pediriam com insistência a adopção de medidas, incluindo sanções, para impedir que o governo português continuasse a violar as decisões da Organização⁷⁴⁴.

Forçados a definir uma posição, algumas delegações tentariam tornar o relatório do Subcomité menos desfavorável para Portugal, realçando os aspectos positivos. Sem deixarem de manter o difícil equilíbrio entre o apoio a Portugal e a tentativa de impedir que os afro-asiáticos se rendessem ao assédio soviético, os países alinhados com o Ocidente aceitariam a validade da aplicação da autodeterminação às colónias portuguesas, atenuando contudo as afirmações com indicações de que o seu exercício não deveria ser imediato e nem ter necessariamente como resultado a independência⁷⁴⁵. Somente a Espanha, que interviria a pedido de Lisboa, e a África do Sul, questionando as acusações, apoiariam abertamente Portugal, negando a existência em Angola de uma ameaça à paz e à segurança internacionais⁷⁴⁶. Querendo demonstrar que a sua política

⁷⁴² Cf. Nations Unies - A/PV.1089. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1089^e Séance Plénière. Mardi 16 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1296

⁷⁴³ Cf. Nations Unies - A/PV.1096. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1096^e Séance Plénière. Jeudi 25 Janvier 1962, à 10h30.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1375

⁷⁴⁴ Cf. Nations Unies - A/PV.1089. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1089^e Séance Plénière...* p. 1289

⁷⁴⁵ Entre os exemplos que podem ser apontados temos o da Austrália. Cf. Nations Unies - A/PV.1091. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1091^e Séance Plénière. Jeudi 18 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1320-1323

⁷⁴⁶ Cf. Nations Unies - A/PV.1094. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1094^e Séance Plénière. Mardi 23 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1354-1357; Nations Unies - A/PV.1102. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1102^e Séance Plénière. Mardi 30 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1450

anticolonialista estava isenta de dúvidas e hesitações, o Brasil – numa intervenção considerada pelo adido militar português no Rio de Janeiro como motivada pelos interesses brasileiros em África, pelas aspirações a uma posição de liderança relativamente aos países africanos e por preocupações eleitorais – lançaria um apelo, seguido pela Austrália, a Portugal para que permitisse a transformação de Angola num país independente⁷⁴⁷. Os EUA, como de resto o Reino Unido e a China, insistiriam no carácter positivo das reformas portuguesas, aconselhando soluções pacíficas e que não fossem exercidas pressões demasiado radicais sobre Portugal⁷⁴⁸. A França, que reservaria a sua intervenção para o fim, manifestaria o entendimento de que Angola tratar-se-ia de uma questão interna, sem deixar de afirmar que o desejo de terminar com o sofrimento da população era compreensível⁷⁴⁹.

Uma nítida distinção de opiniões no campo anticolonial, evidente desde o início, entre os que desejavam uma solução rápida e radical do problema e os que defendiam a moderação, marcaria o debate. A controvérsia determinaria a apresentação de dois projectos de resolução, assentes na afirmação de ideias opostas. Considerando que não bastava a adopção de princípios gerais para a liquidação do colonialismo e que tinha chegado o momento de aprovar medidas precisas e decisivas, a Polónia e a Bulgária proporiam um projecto de resolução com quatro eixos fundamentais. O texto faria a reafirmação solene do direito sagrado do povo angolano à autodeterminação e à independência, solicitando ao Comité de Descolonização que atribuisse absoluta prioridade à questão, enviando representantes a Angola, e fizesse um relatório para a XVII AG⁷⁵⁰. Numa medida radical, se avançaria que Portugal fosse condenado pela guerra colonial e convidado a colocar termo a todas as medidas repressivas e a libertar de imediato os prisioneiros políticos. A todos os estados, numa medida considerada precisa e justificada, pretender-se-ia recomendar que recusassem ao governo português qualquer apoio e assistência, nomeadamente sob a forma de armas, de material de guerra e de exportações de natureza militar. Até que as decisões das NU fossem implementadas, o projecto de resolução proporia, numa decisão radical, a adopção de

⁷⁴⁷ Cf. Nations Unies - A/PV.1088. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1088^e Séance Plénière...* p. 1287

⁷⁴⁸ Cf. Nations Unies - A/PV.1097. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1097^e Séance Plénière. Jeudi 25 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: Assembleia-Geral, 1962. p. 1388

⁷⁴⁹ Cf. Nations Unies - A/PV.1102. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1102^e Séance Plénière...* p. 1453

⁷⁵⁰ Cf. Nations Unies - A/PV.1089. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1089^e Séance Plénière...* p. 1293

sanções contra Portugal, em aplicação das disposições da Carta que definiam acções para situações em que a paz estivesse comprometida⁷⁵¹.

Com a intenção de evitar o extremismo, a maioria dos estados membros afastar-se-ia das considerações entendidas como podendo agravar, mais do que aliviar, a situação. Não querendo que motivações relacionadas com a Guerra Fria fossem determinantes, os afro-asiáticos avançariam com um projecto de resolução, que seria revisto para a introdução de algumas modificações. Apresentado como “*Impregnado de Realismo e de Moderação*”, tocando no centro do problema, o texto proporia que se demonstrasse satisfação pelo trabalho realizado pelo Subcomité de Angola e se chamasse a atenção do governo português para a implementação das observações, constatações e conclusões do seu relatório⁷⁵². Com a reafirmação do direito do povo angolano à autodeterminação e à independência, os autores do projecto de resolução entenderiam recomendar à AG que reprovasse vivamente as medidas de repressão e as acções armadas, bem como a negação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em Angola. Num conjunto de apelos, dirigidos sob a forma de convites ao governo português, se pretenderia o fim imediato das medidas de repressão, a libertação dos presos políticos e a implementação de vastas reformas, em particular a criação de instituições livremente eleitas e representativas, com vista à transferência dos poderes para a população⁷⁵³.

Para que continuasse a desempenhar o seu mandato, o Subcomité de Angola deveria ser mantido em funções, prevendo o projecto de resolução que adicionalmente estudasse os meios para assegurar a execução da decisão que fosse adoptada e reportasse à AG e ao CS por intermédio do Comité de Descolonização. Num sinal da importância que se pretenderia atribuir ao órgão, tornando-o no principal mecanismo para a tomada de decisões em questões coloniais, o documento avançaria que o Comité de Descolonização fosse encarregue de examinar a situação em Angola com urgência, de forma a que o povo angolano pudesse rapidamente aceder à independência⁷⁵⁴. Por se reconhecer o papel que determinados países poderiam desempenhar na solução do problema, aos estados membros se proporia solicitar que usassem a sua influência para

⁷⁵¹ Cf. *Ibidem*

⁷⁵² Cf. Nations Unies – A/5201. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire Général sur l'Activité de l'Organisation. 16 juin 1961-15 juin 1962*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 53

⁷⁵³ Cf. *Idem*. p. 53-54

⁷⁵⁴ Cf. *Idem*. p. 54

que o governo português implementasse a decisão da Assembleia e que, juntamente com as agências especializadas, negassem todo o apoio e assistência que pudessem ser empregues na repressão da população angolana. Com algum optimismo, os autores do projecto, que tinham procurado evitar uma linguagem e medidas extremistas, recomendariam que se pedisse a Portugal que apresentasse na sessão seguinte da AG um relatório sobre as medidas adoptadas em aplicação da resolução que fosse aprovada. Numa nota de realismo, dado o historial da intransigência portuguesa, ficaria porém estabelecido que se recomendasse ao CS que acompanhasse a situação em Angola⁷⁵⁵.

Pressões ocidentais seriam exercidas sobre os afro-asiáticos, para se conseguir um texto suficientemente moderado que permitisse um voto favorável. O Brasil, os EUA, a França e o Reino Unido, com o conhecimento de Portugal, formulariam objecções, considerando que a AG deveria se abster de propor medidas, como a libertação de presos políticos, que no momento não poderiam ser aceites pelo governo português⁷⁵⁶. Contestando-se a linguagem empregue, as referências a “medidas de repressão” seriam consideradas como demasiado categóricas e empregues injustificadamente. Outros parágrafos seriam entendidos como não tendo reconhecido os actos de violência cometidos pelos que lutavam contra Portugal ou como redigidos em termos genéricos⁷⁵⁷. A pedido de Salamanca – que sabia que tinha sido acordado entre os norte-americanos e os britânicos que o Subcomité de Angola deveria ser reconduzido, mas que não queria ficar na dependência do Comité de Descolonização – seria sugerido pelos EUA a supressão da alínea que pretendia que as conclusões fossem reportadas através do órgão⁷⁵⁸. Como afirmariam que não se deveria condicionar as escolhas da população angolana, os norte-americanos considerariam a omissão da palavra “autodeterminação” como grave, propondo a sua introdução antes da “independência”⁷⁵⁹. Declarando que o objectivo final a alcançar seria a independência, várias delegações se oporiam às propostas norte-americanas, que, por não terem sido

⁷⁵⁵ Cf. *Ibidem*

⁷⁵⁶ Cf. Nations Unies - A/PV.1099. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1099^e Séance Plénière. Vendredi 26 Janvier 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1419

⁷⁵⁷ Cf. Nations Unies - A/PV.1102. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1102^e Séance Plénière...* p. 1453

⁷⁵⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. V, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 30 de Janeiro de 1962, p. 1

⁷⁵⁹ Cf. Nations Unies - A/PV.1102. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1102^e Séance Plénière...* p. 1458

aceites pelos autores do projecto de resolução, seriam objecto de pedidos de votação separada.

Portugal tentaria especialmente que os EUA, com o argumento de que o projecto era inaceitável, o Reino Unido, a França e o Brasil, votassem contra o texto afro-asiático⁷⁶⁰. Como as poucas intenções de voto formuladas durante o debate tinham antecipado, a proposta polaco-búlgara, que quase não fora debatida, seria rejeitada. Sem desistir dos esforços moderadores, os EUA se envolveriam com os afro-asiáticos numa breve discussão sobre a votação separada do parágrafo que pretendia que o povo angolano acesse rapidamente à independência⁷⁶¹. Afirmando que tinha sido conseguido um equilíbrio frágil, os países afro-asiáticos solicitariam aos EUA que não insistissem no pedido, permitindo que o texto fosse adoptado por unanimidade⁷⁶². Sem atender aos apelos, os norte-americanos insistiriam na votação separada, o que permitiria a rejeição, por não terem obtido os votos necessários, dos parágrafos que continham referências ao papel de intermediário que o Comité de Descolonização deveria desempenhar em relação ao Subcomité de Angola e à independência⁷⁶³. Com as modificações introduzidas, que fragilizariam o texto, o projecto de resolução acabaria por ser adoptado por quase-unanimidade, contando unicamente com os votos contra da África do Sul e da Espanha, ao que se juntaria a abstenção da França. A atitude intransigente do governo português impediria demonstrações de solidariedade com a sua política colonial, resultando a aprovação da resolução num isolamento virtual do país, existindo poucas dúvidas de que poderia ser confrontado com ataques mais veementes e que as potências coloniais teriam dificuldades em exercer uma influência

⁷⁶⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. V, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 23 de Janeiro de 1962, p. 2

⁷⁶¹ Uma moção de ordem do Iraque, em nome da maioria dos autores, solicitou aos EUA que modificassem a sua posição, não insistindo na votação separada do § 7º, que se referia somente à possibilidade de independência. O Madagáscar, um dos co-autores do projecto de resolução e que mantinha contactos amistosos com Portugal, garantiu no entanto não se opor a uma votação por divisão, pois considerava que existia um interesse primordial em adoptar o texto por uma grande maioria. Sem desistir dos seus esforços moderadores, os EUA afirmavam que poderiam retirar o pedido caso fosse introduzida uma emenda que inserisse a palavra “autodeterminação” antes de “independência”. Entendendo a proposta como inaceitável, o Afeganistão pediu que os EUA aceitassem uma subemenda ao parágrafo, que passaria a prever que o povo angolano chegasse “rapidamente à independência com base na autodeterminação”. Um último apelo foi lançado pela Guiné, acabando os EUA por retirar a sua emenda, embora insistisse na votação separada do § 7º. Cf. Nations Unies - A/PV.1102. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1102^e Séance Plénière*. p. 1454-1461

⁷⁶² Cf. *Idem*. p. 1459

⁷⁶³ Cf. *Idem*. p. 1462

moderadora⁷⁶⁴. Tornando-se na resolução 1742 (XVI), de 30 de Janeiro de 1962, o texto afro-asiático poderá ser interpretado como resultante de um compromisso sobre questões de princípio, não obstante as considerações políticas particulares de determinados países. Não tendo os afro-asiáticos conseguido fazer vingar a sua interpretação, a resolução integraria uma concepção maximalista da ideia de autodeterminação suficientemente ampla para permitir o consenso.

“Um Documento Político e não Simplesmente Informativo”

NA RESOLUÇÃO 1699 (XVI) tinha sido determinado o estabelecimento de um Comité Especial encarregue de examinar as informações disponíveis sobre as colónias portuguesas. Mandatado inicialmente a reportar as suas observações, conclusões e recomendações à AG ou a qualquer outro órgão encarregue da implementação da resolução 1514 (XV), o Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa acabaria por ter de transmitir o seu relatório ao Comité de Descolonização, ficando implicitamente na sua dependência. Em comparação com o Subcomité de Angola, com o qual torna-se inevitável o paralelismo, o órgão, conhecido como Comité dos Sete, teria uma composição desfavorável aos interesses portugueses. Os anticolonialistas, sem que nenhum país alinhado com o bloco ocidental tivesse manifestado interesse em participar nas suas actividades, estariam em maioria, permitindo neutralizar a atitude mais favorável assumida pelos latino-americanos⁷⁶⁵. Para a direcção do Comité seriam eleitos unicamente representantes afro-asiáticos, ficando Zenon Rossides (Chipre), como Presidente, Achkar Marof (Guiné) como Vice-Presidente e H.O. Wijegoonawardena (Ceilão) como relator.

Encarregue de examinar os territórios enumerados na resolução 1542 (XV), o Comité decidiria que São João Baptista de Ajudá e Goa não recairiam sob o seu mandato por terem deixado de estar submetidos à administração portuguesa⁷⁶⁶. Tendo

⁷⁶⁴ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-7, EUA, Relato da Conversa entre Franco Nogueira e o Embaixador dos EUA, Elbrick, realizado em 13 de Fevereiro de 1962, p. 33-34

⁷⁶⁵ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00573, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comissão Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Informação de Serviço da Missão de Portugal na ONU, elaborada por António Patrício e datada de 5 de Abril de 1962, p. 1

⁷⁶⁶ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00573, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos

havido o consenso que somente as restantes colónias seriam objecto de análise, a decisão resultaria num reconhecimento de facto da integração pela força⁷⁶⁷. Realizando a maioria das suas sessões à porta fechada (entre Março-Agosto), a principal preocupação do Comité seria a de reunir as fontes disponíveis, procurando encontrar as informações mais “actualizadas e autênticas” sobre as colónias portuguesas⁷⁶⁸. Criado no âmbito do Capítulo XI da Carta, que previa unicamente a transmissão de dados de natureza técnica e estatística sobre as condições económicas, sociais e educativas nos territórios não autónomos, o Comité privilegiaria no entanto a recolha de informações de carácter político. Documentos de enquadramento elaborados pelo Secretariado seriam distribuídos pelos membros, propondo-se que para a situação angolana fosse utilizado o relatório do Subcomité de Angola, com o qual haveria uma troca de correspondência destinada a evitar a sobreposição de funções⁷⁶⁹.

À semelhança do procedimento adoptado pelo Subcomité de Angola, seria determinado, como primeira medida, o contacto com o governo português para solicitar a cooperação com o órgão⁷⁷⁰. Zenon Rossides, que teria uma actuação em parte semelhante à de Salamanca, pediria facilidades para uma visita às colónias. Sem ter obtido a colaboração portuguesa, o Comité decidiria de forma unânime que as petições e

Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comissão Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Informação de Serviço da Missão de Portugal na ONU, Elaborada por António Patrício e datada de 26 de Abril de 1962, p. 2

⁷⁶⁷ O representante da Bulgária reservou a posição do seu país quanto a Macau, afirmando que fazia parte da República Popular da China e que tinha sido ocupado por Portugal. Cf. United Nations – *A/5160 and Add. 1 and 2. Report of the Special Committee on Territories under Portuguese Administration*. Nova Iorque: s.n., 1962, p. 2-3

⁷⁶⁸ Cf. *Idem*. p. 27-28

⁷⁶⁹ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00573, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comissão Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Informação de Serviço da Missão de Portugal na ONU, Elaborada por António Patrício e datada de 5 de Abril de 1962, p. 1-2

⁷⁷⁰ A 13 de Março, o Comité enviou uma carta a Franco Nogueira em que chamava a atenção para a eventualidade de serem pedidas facilidades para uma visita às colónias portuguesas. Deixando em aberto a possibilidade de conceder a sua colaboração, o governo português entendeu porém condicionar a resposta definitiva ao esclarecimento de algumas questões. Na sua carta de 23 de Março, Franco Nogueira pediu para ser informado se o Comité pretendia basear o seu trabalho na resolução 1542 (XV), que mencionava Goa e São João Baptista de Ajudá, e que lhe fosse transmitida a indicação das provisões e regras que autorizavam a decisão de ouvir peticionários e a pretensão de visitar os territórios portugueses. Sem prejuízo das questões de princípio e das reservas expressas, o governo português afirmou determinar a sua posição quando fosse notificado da visita do Comité a Goa e das suas conclusões quanto à forma como a resolução 1514 (XV) estava a ser aplicada no território. Com dúvidas quanto à sinceridade da proposta portuguesa, Rossides, em carta datada de 19 de Abril, transmitiu o entendimento do Comité de que qualquer aceitação por Portugal da possibilidade da visita a um dos territórios deveria ser estendida às restantes colónias, que detinham o mesmo estatuto constitucional que Goa no momento da adopção da resolução 1542 (XV). Cf. United Nations – *A/5160 and Add. 1 and 2. Report of the Special Committee on Territories...* p. 3-4

as audições de peticionários seriam a sua mais importante fonte de informação⁷⁷¹. Disponibilizando-se a ouvir todos os peticionários sem restrições, o Comité iniciaria (entre 9-17 de Abril) as primeiras audições em Nova Iorque⁷⁷². Para adaptar às circunstâncias do momento a prática consagrada nas NU, novos procedimentos seriam adoptados em matéria de audições, designadamente a aceitação do princípio do sigilo do nome dos peticionários⁷⁷³. Eduardo Mondlane, professor universitário e antigo funcionário do Departamento de Tutela das NU, para não duplicar a informação disponível sobre as condições de vida nas colónias portuguesas, centrar-se-ia principalmente no problema da mão-de-obra em Moçambique e na política educativa do governo português⁷⁷⁴. Estudante angolano que vivia no estrangeiro, Soma Valente, que afirmaria que a situação em Angola estava em constante deterioração, forneceria informações sobre o quotidiano das populações que considerava que eram deliberadamente mantidas numa total ignorância⁷⁷⁵. De forma anónima, um peticionário – que sabemos ser Elíseo Figueiredo, estudante angolano em Nova Jérsey – abordaria as condições económicas e sociais em Angola, dando detalhes sobre a luta pela independência e as aspirações das populações⁷⁷⁶. George Houser, do ACOA, falaria das

⁷⁷¹ Para se dar a conhecer aos que eventualmente pretendiam ser ouvidos, o Comité aprovou uma declaração sobre as suas actividades e objectivos, que teve uma ampla distribuição por todos os meios de imprensa através do Gabinete de Informação Pública das NU. Cf. *Idem*. p. 5

⁷⁷² Autorizado a fazer um depoimento, Henrique Galvão, a quem no ano anterior os EUA tinham recusado o visto para se deslocar às NU, não conseguiria comparecer no Comité antes da conclusão dos trabalhos. A aceitação da audição foi considerada por Portugal como uma nítida intromissão na política interna portuguesa e uma manifesta contradição com a intenção de recolher informações actualizadas, uma vez que Galvão não se deslocava às colónias há cerca de 20 anos. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00573, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comissão Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Informação de Serviço da Missão de Portugal na ONU, Elaborada por António Patrício, datada de 5 de Abril de 1962, p. 2-3

⁷⁷³ Até então ao que tudo indica era prática fazer-se a identificação completa dos peticionários. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Cf. PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00573, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comissão Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699. Informação de Serviço da Missão de Portugal na ONU, Elaborada por António Patrício e datada de 26 de Abril de 1962, p. 4

⁷⁷⁴ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.8, 21 May 1962. *Special Committee on Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Record of the Eighth Meeting Held at Headquarters, New York, on Monday, 9 April 1962, at 10.55 a.m.* S.l.: s.n., s.d. p. 4

⁷⁷⁵ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.12, 15 May 1962. *Special Committee on Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Record of the Twelfth Meeting Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 11 April 1962, at 3.35 p.m.* S.l.: s.n., s.d. p. 3

⁷⁷⁶ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.14, 15 May 1962. *Special Committee on Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary*

suas experiências no Norte do território, por onde tinha viajado, concluindo que a guerra continuava e que existiam áreas que tinham deixado de estar sob controlo das autoridades portuguesas⁷⁷⁷.

Na sua sustância, as declarações dos peticionários seriam avaliadas como tendo confirmado a utilidade de uma deslocação a África, a países onde houvessem refugiados e representantes de agrupamentos políticos, para a obtenção de informações, consideradas de particular importância, sobre os acontecimentos posteriores a 1960. Por unanimidade, o Comité decidiria visitar o Tanganica, Congo (Leopoldville), Gana, Guiné, Senegal, Marrocos, Nigéria e República Árabe Unida⁷⁷⁸. Como em alguns desses países, designadamente nos dois últimos, não existiam peticionários, o critério que parece ter determinado a escolha foi a existência de fronteiras com as colónias portuguesas e de uma posição militante na contestação da política colonial do governo português⁷⁷⁹. Não seriam contemplados o Congo (Brazzaville), que não daria resposta favorável à visita, e os territórios administrados pelo Reino Unido, que informaria, que, dada a sua posição sobre a audição de peticionários, não poderia prestar qualquer assistência ao órgão⁷⁸⁰. Sem a participação de Rossides – substituído nas funções de Presidente por Achkar Marof – o Comité, o que não estava de todo previsto na resolução 1699 (XV), visitaria os países pela ordem mencionada, realizando 30 reuniões, 27 das quais dedicadas a audições de peticionários⁷⁸¹.

Os membros do Subcomité tentariam (de 8 de Maio-15 de Junho) sobretudo determinar o efeito produzido pelas reformas introduzidas por Portugal e quais as

Record of the Fourteenth Meeting Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 17 April 1962, at 11 a.m. S.I.: s.n., s.d. p. 3

⁷⁷⁷ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.15, 15 May 1962. *Special Committee on Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Record of the Fifteenth Meeting Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 17 April 1962, at 3.25 p.m.* S.I.: s.n., s.d. p. 4

⁷⁷⁸ Em Dakar, o governo senegalês, mantendo uma atitude reservada que contrastava com a militância assumida nas NU, não consentiu quaisquer contactos públicos com o Comité. Como explicado pelo governador da Guiné, António Augusto Peixoto Correia, ao que parece teriam havido “boas intervenções para que assim sucedesse”. Possivelmente algum país Ocidental teria exercido pressões sobre o governo senegalês, o que resultou numa repercussão muito contida da passagem do Comité por Dakar, sem que a rádio e a imprensa local tivessem dado grande atenção ao acontecimento. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00572, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Carta do Governador da Guiné, António Augusto Peixoto Correia, para o Ministro do Ultramar, datada de 11 de Julho de 1962, p. 9

⁷⁷⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 141, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. III, Comité dos Sete, Missão Permanente de Portugal junto das NU, Informação de Serviço sobre o Comité dos Sete, Elaborada por António Patrício e datado de 5 de Abril de 1962, p. 4

⁷⁸⁰ Cf. United Nations – A/5160 and Add. 1 and 2. *Report of the Special Committee on Territories...* p. 6

⁷⁸¹ Vide no anexo XV fotografias das sessões realizadas pelo Comité no Congo (Leopoldville).

medidas que estariam a ser implementadas para a satisfação das aspirações das populações⁷⁸². Existiriam as mesmas dificuldades sentidas pelo Subcomité de Angola quanto aos critérios de selecção dos peticionários, reconhecendo-se *a posteriori* a necessidade de determinar a validade dos testemunhos antes de ser concedida a audição⁷⁸³. De forma indiscriminada, seriam ouvidos representantes de organizações políticas, sindicais, feministas e estudantis, grupos de refugiados, desertores do exército português, individualidades e membros de movimentos de outros países que tinham afinidades com a luta nas colónias portuguesas⁷⁸⁴. O Comité entenderia aceitar que os peticionários entregassem relatórios e declarações, alguns bastante volumosos, que serviriam de apoio às suas intervenções. Numa atitude que se pretenderia de neutralidade e objectividade seriam exigidas provas das afirmações produzidas pelos peticionários, o que não impediria que Portugal considerasse o processo de inquirição como “sinistramente unilateral”⁷⁸⁵. Ainda que alguns membros do Comité, como a Guiné, não tivessem escondido a simpatia em relação aos peticionários, os países latino-americanos, com as questões sobre o impacto que as organizações políticas tinham nas colónias e as características que distinguiram os inúmeros movimentos, teriam um comportamento que se poderá considerar ambivalente ou inclusivamente pró-português⁷⁸⁶.

As organizações entrevistadas pelo Comité colocariam uma particular ênfase nas condições de vida, revelando a falta de oportunidades educativas, o sistema de trabalhos forçados, a inexistência de direitos políticos, o carácter arbitrário da justiça ou a prática

⁷⁸² Cf. United Nations – A/5160 and Add. 1 and 2. *Report of the Special Committee on Territories...* p. 5

⁷⁸³ Em Dar es Salam, onde se analisaram as condições em Moçambique, o governo do Tanganica, dando uma especial atenção à visita, publicou na imprensa um anúncio convocando os possíveis interessados em prestar declarações. Elementos do partido no poder, o *Tanganyika African National Union* (TANU), ajudaram na preparação dos depoimentos, organizando reuniões especiais onde os peticionários ensaiaram as suas intervenções. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00572, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Relatório Elaborado pelo Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, datado de [Ant. 29 de Agosto de 1962], p. 1

⁷⁸⁴ Vide no anexo IX a lista dos peticionários ouvidos pelo Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa.

⁷⁸⁵ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00572, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Relatório Elaborado pelo Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, datado de [Ant. 29 de Agosto de 1962], p. 2

⁷⁸⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. IV, Missão Permanente de Portugal junto das NU – Informação de Serviço sobre a Viagem a África do Comité dos Sete, datada de 18 de Julho de 1962, p. 6

de castigos corporais⁷⁸⁷. Tornando-se num tema recorrente das audições, sendo mencionada pela quase generalidade dos peticionários como um procedimento corrente nas colónias portuguesas, as referências ao trabalho forçado traduziriam antes de mais a vontade de aproveitamento do processo de debate internacional em curso, resultante da queixa apresentada pelo Gana contra Portugal na Organização Internacional do Trabalho (OIT) por violação da convenção (de 1957) sobre a questão⁷⁸⁸. Os peticionários reclamariam de forma unânime a independência, contestando o estatuto político, jurídico, administrativo e constitucional dos territórios⁷⁸⁹. Denunciando-se o reforço das tropas portuguesas, entendido como destinado a perpetuar o regime colonial pela força, seria transmitido ao Comité Especial a ideia de que o desencadear da luta armada nas restantes colónias estaria eminente⁷⁹⁰. Num universo diverso de peticionários, ficaria demonstrada a falta de unidade e as profundas divisões que afectavam os dirigentes dos movimentos de libertação⁷⁹¹. Reconhecendo-se a necessidade de harmonizar as diversas tendências, alguns peticionários, designadamente os angolanos, seriam, em geral, mais extremistas.

À semelhança do ocorrido com as inquirições do Subcomité de Angola, as audições não seriam alheias a interferências portuguesas⁷⁹². Para tornar mais evidente as divergências entre as organizações nacionalistas, que reclamariam sem excepção ter representatividade entre as populações, o MDIA e o NGWIZAKO voltariam a ser

⁷⁸⁷ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.40. *Special Committee of Territories under Portuguese Administration established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Records of the Fortieth Meeting Held at the Arden Hall, Accra, on Friday, 1 June 1962.* S.l.: s.n., s.d. p. 3

⁷⁸⁸ Sobre a queixa do Gana vide MONTEIRO, José Pedro – *Ob. Cit.*

⁷⁸⁹ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.44. *Special Committee of Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Records of the Forth-Fourth Meeting Held at the National Assembly Hall, Conakry, on Tuesday, 5 June 1962.* S.l.: s.n., s.d. p. 3

⁷⁹⁰ Cf. United Nations – A/AC.108/SR.23. *Special Committee of Territories under Portuguese Administration Established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Records of the Twenty-Third Meeting Held in the Parliament Building, Dar es Salaam, on Monday, 14 May 1962.* S.l.: s.n., s.d. p. 3

⁷⁹¹ Sobre as disputas entre os agrupamentos políticos das colónias portuguesas, designadamente os guineenses vide a título de exemplo SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 253-254

⁷⁹² Certamente com a intenção de desestabilizar o Comité, numa mensagem encaminhada ao gabinete da ONUC aquando das sessões no Congo (Leopoldville), o Encarregado de Negócios Português, Siqueira Freire, indicou que uma pequena delegação poderia visitar Angola, com a condição de que os representantes da Guiné e da Bulgária não estivessem presentes, uma vez que já tinham provado ter ideias preconcebidas. Ainda que tivesse considerado a proposta como inaceitável e um insulto, o Comité informou que ficaria a espera de um convite oficial, por escrito, antes de tomar uma decisão. Tendo o Encarregado de Negócios prometido remeter o documento após consultar o governo, o convite escrito para a visita a Angola nunca foi enviado. Cf. United Nations – A/5160 and Add. 1 and 2. *Report of the Special Committee on Territories...* p. 4-5

instruídos a apresentar depoimentos favoráveis a Portugal, demonstrando hostilidade à UPA, que entretanto tinha constituído o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)⁷⁹³. Algumas declarações pró-Portugal, ao que sabemos, seriam do conhecimento do Cônsul português em Dakar, Luiz Gonzaga Ferreira, que mantinha contactos com alguns nacionalistas, sobre os quais afirmaria estar a exercer “muita catequização” e que teriam prometido desempenhar no Comité dos Sete “funções de travão moderador senão conciliador”⁷⁹⁴. Os contactos mais estreitos seriam mantidos com Barry Mamadou, estudante de Direito na Universidade de Dakar e Secretário-Geral da União Popular para a Libertação da Guiné Portuguesa (UPLG), e com a Frente Nacional para a Libertação da Guiné (FNLG), liderada por Diallo Ibraim (ou possivelmente Ibraima Djaló, o “Corona”), descrito como um “orador fogo, trabalhador duro, o tipo ideal para defender um ponto de vista”⁷⁹⁵. Mesmo tendo tido afirmações menos felizes, indicando que somente os civilizados podiam beneficiar da assistência de um advogado em casos de justiça, ambos os agrupamentos não deixariam de demonstrar admiração pela acção portuguesa, concedendo o seu apoio à política seguida na Guiné e manifestando o desejo de que tivesse continuidade⁷⁹⁶.

Petições escritas, entregues por organizações nacionalistas e por entidades solidárias com a luta nas colónias portuguesas, completariam o processo de inquirição⁷⁹⁷. Estando bem documentada, a interferência portuguesa na redacção de

⁷⁹³ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00572, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, elaborado por Manuel Fernandes Costa e datado de 10 de Julho de 1962, p. 14-15

⁷⁹⁴ Em 1962, a Embaixada de Portugal no Senegal encontrava-se encerrada, sendo que o pessoal consular ali existente dependia do Consulado de Marselha. O cônsul era o adido de legação Luís Gonzaga Ferreira e o vice-cônsul era António Alcântara Júnior.

⁷⁹⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 223, Aerograma do Consulado de Portugal em Dakar para o MNE, datado de Setembro de 1962, p. 7

⁷⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. V, Apontamento Elaborado pelo Cônsul de Portugal em Dakar sobre as Reuniões do Comité dos Sete Realizadas nessa Cidade, de 19 de Junho de 1962, p. 3

⁷⁹⁷ Em Rabat, as intervenções ficaram marcadas por um incidente protagonizado pelo representante da Colômbia, que se reservou o direito de aceitar ou rejeitar na sua totalidade - com a justificação de que se inspiravam em ideais muito diferentes das verdadeiras aspirações nacionalistas dos povos das colónias portuguesas - a declaração da União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Portuguesa (UGEAN), constituído em 1961 e que alinhava no plano ideológico com o Marxismo. Anteriormente em Dakar, uma das declarações tinha sido desvalorizada pela Colômbia por o peticionário não ter sido capaz de apresentar provas concretas de que soldados espanhóis, usando uniformes portugueses, estavam a ser empregues na repressão de movimentos nacionalistas na Guiné. Cf. United Nations – A/AC.108/SR.52. *Special Committee of Territories under Portuguese Administration established under General Assembly Resolution 1699 (XVI). Summary Records of the Fifth-Second Meeting Held at the National Assembly Building, Rabat, on Friday, 15 June 1962.* S.I.: s.n., s.d. p. 3.

alguma da informação transmitida seria realizada com recurso a organizações que financiava⁷⁹⁸. O Ntobako Angola, fundado em 1960 e liderado por Angelino Alberto, que tinha-se proposto fazer propaganda contra os movimentos anti-portugueses, afirmaria, sem reivindicar a independência, o desejo de colaborar com Portugal, denunciando a UPA e o MPLA como extremistas e racistas e acusando os países africanos de lhes concederem auxílio⁷⁹⁹. Umaru Gano, um guineense de etnia Fula que tinha aproveitado a presença do Comité em Dakar para juntamente com o Consulado de Portugal criar uma organização, a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), entregaria um documento, que não seria referido no relatório do órgão, em que se defenderia uma independência por etapas e a formação de quadros como condição prévia para a autonomia⁸⁰⁰.

Considerando haver vantagem em praticar diligências em países latino-americanos, o governo português tentaria que se demarcassem do relatório, que pensava que seria “certamente um documento eivado de racismo”⁸⁰¹. Com a cumplicidade da Espanha, Portugal conseguiria que a Colômbia e a Guatemala instruísem os seus representantes a não subscreverem o relatório, com o argumento de que tratar-se-ia de “*Um Documento Político e não Simplesmente Informativo*”⁸⁰². Não se limitando aos aspectos económicos, sociais e educativos da situação nas colónias portuguesas, o relatório do Comité (transmitido ao SG a 24 de Agosto) dificilmente poderia ser considerado como ultrapassando os limites dos termos de referência do órgão ou como uma interferência na jurisdição interna portuguesa como pretendido pela Colômbia⁸⁰³. A grande latitude que a AG adquirira em matérias coloniais com a adopção da resolução

⁷⁹⁸ A *Goan Association*, com sede em Nairobi, no Quênia, onde existia uma importante comunidade de goeses que se opunha à integração de Goa na União Indiana, enviou uma carta ao SG, que não foi objecto de qualquer referência no relatório do Comité dos Sete, o que para Portugal confirmava a parcialidade do órgão. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. V, Carta de João Hall Themido, Enviada a Vasco Garin, Representante de Portugal junto da ONU, datada de 27 de Agosto de 1962, p. 1

⁷⁹⁹ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/00572, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos. Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Elaborado por Manuel Fernandes Costa e datado de 10 de Julho de 1962, p. 15

⁸⁰⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. V, Apontamento Elaborado pelo Cônsul de Portugal em Dakar sobre as Reuniões do Comité dos Sete Realizadas nessa Cidade., datado de 19 de Junho de 1962, p. 5-19

⁸⁰¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. IV, Carta de J. M. Fragoso a Salvador Augusto de Sousa Sampayo Garrido, Embaixador de Portugal em Bogotá, datada de 5 de Julho de 1962, p. 2-3

⁸⁰² Cf. ANTT, AOS/CD-2-5, Salvador de Sampaio Garrido, Instruções Enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores da Colômbia ao Representante do País na ONU a 8 de Agosto de 1962, p. 192

⁸⁰³ *Ibidem*

1514 (XV) tinha criado um ambiente de predisposição para o exame das informações de natureza política. Devendo ser interpretada como resultante do alinhamento de forças no Comité, o relatório apresentaria considerações nitidamente desfavoráveis à política colonial portuguesa.

Num claro contraste com o documento elaborado pelo Subcomité de Angola, ao relatório do Comité dos Sete ficaria associada uma linguagem mais afirmativa e directa, isenta de ambiguidades. Se bem que as questões analisadas pelos dois órgãos tivessem, na sua substância sido coincidentes, a narrativa do relatório do Comité teria uma inclinação marcadamente analítica e não tanto descritiva. Ao contrário de Salamanca, que evitara apresentar recomendações, o relatório entenderia avançar soluções, algumas de ordem genérica e outras mais específicas⁸⁰⁴. A tendência para estabelecer um equilíbrio, como a pretensão de imparcialidade do Subcomité de Angola tinha determinado, entre a versão portuguesa e os testemunhos recolhidos, estaria completamente ausente no relatório do Comité dos Sete. Sem ter considerado necessário reproduzir as declarações dos peticionários, o relatório integraria a informação recebida, subscrevendo em larga medida as teses nacionalistas. Deixando de fora as afirmações produzidas pelos movimentos que tinham ligações a Portugal, a redacção do texto poderá contudo ter sido condicionada pela intervenção portuguesa. Uma carta do Ministério do Ultramar ao Governador de Cabo Verde, que considerava que a parte referente ao território fora elaborada com “excepcional honestidade”, afirmaria que elementos da colónia cabo-verdiana nos EUA teriam fornecido a documentação citada pelo Comité⁸⁰⁵. Em particular, o Ministério do Ultramar seria da opinião que determinados parágrafos do relatório teriam – o que a ser verdade seria extremamente grave – sido elaborados por um organismo português de propaganda⁸⁰⁶.

Para o estudo da situação nas colónias portuguesas, o relatório entenderia estabelecer como delimitação a adopção das resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV), em

⁸⁰⁴ O relatório era composto por quatro partes, destinadas a apresentar a organização do trabalho do Comité, a revisão da situação nos territórios portugueses antes e depois de Dezembro de 1960 e as observações, conclusões e recomendações do órgão.

⁸⁰⁵ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/12889, Proc. GG-7-7, Organização das Nações Unidas – Comité dos Territórios Não Autónomos, Comité dos 7 – Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa – Resolução 1699, Carta do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar para o Governador da Província de Cabo Verde, datada de 16 de Janeiro de 1963, p. 1-2

⁸⁰⁶ Cf. *Ibidem*

Dezembro de 1960⁸⁰⁷. Com base nos documentos de enquadramento preparados pelo SG, que tinham em atenção a informação oficial disponível, seria estudada a situação até 31 de Dezembro de 1960 em termos de governo, organização administrativa e judiciária, direitos civis e políticos, estatuto dos habitantes, liberdade política, educação, saúde, trabalho e economia⁸⁰⁸. A principal conclusão apontaria a existência de uma dependência/subjugação das colónias, dando-se relevo à dificuldade em conciliar as afirmações portuguesas com os resultados práticos da sua acção⁸⁰⁹. Fazendo o exame das condições de vida, incluindo em Timor e Macau, para o período de 1950 e 1960, o relatório admitiria a existência de progressos, mas ligeiros e de natureza limitada, representando uma contribuição modesta para as necessidades das populações⁸¹⁰. Para a situação pós-1960, com recurso a informação recebida de fontes diversas, seriam analisadas as aspirações dos povos, a reacção portuguesa e as medidas de repressão, as alterações na organização judicial e administrativa, os desenvolvimentos entretanto ocorridos ao nível económico, social e educativo, e o efeito das reformas⁸¹¹. Que cada vez mais os africanos, em resultado do aumento da consciência nacionalista, sentiam a necessidade de introduzir mudanças e que Portugal tinha respondido com o aumento dos contingentes militares e o endurecimento das medidas de segurança seriam consideradas como evidências da degradação das relações entre o governo português e as colónias⁸¹². Notando que não havia interesse em desenvolver os territórios a não ser que isso beneficiasse Portugal, o relatório reconheceria que houve pouca ou nenhuma alteração substancial no quotidiano das populações, que continuariam a ser reprimidas e controladas sob várias formas não obstante as reformas introduzidas⁸¹³.

Admitindo-se que a situação nas colónias portuguesas representaria uma séria preocupação para a comunidade internacional, as observações, conclusões e recomendações do Comité teriam um sentido único, procurando fazer a demonstração de que as reformas não resolveriam os problemas. O tempo seria considerado como a questão essencial na procura de uma solução pacífica, reconhecendo-se o perigo de que a intransigência portuguesa obrigasse os africanos – que se pensava que ainda tinham a

⁸⁰⁷ Cf. United Nations – *A/5160 and Add. 1 and 2. Report of the Special Committee on Territories...* p. 8

⁸⁰⁸ Cf. *Idem.* p. 9-27

⁸⁰⁹ Cf. *Idem.* p. 16-17

⁸¹⁰ Cf. *Idem.* p. 22

⁸¹¹ Cf. *Idem.* p. 27-44

⁸¹² Cf. *Idem.* p. 30

⁸¹³ Cf. *Idem.* p. 40

esperança de realizar a independência pela negociação – a assumirem o risco de alcançarem os seus objectivos com recurso às armas⁸¹⁴. Na sua substância, as recomendações do Comité apresentariam o esboço de um programa de descolonização, reunindo propostas que tinham anteriormente sido avançadas na AG⁸¹⁵. O programa de descolonização pretendia que a medida mais urgente seria o reconhecimento por Portugal do direito dos povos das colónias à independência. Sem que tivesse havido referências à autodeterminação, o Comité entenderia que a independência teria de ser imediatamente concedida de acordo com as aspirações das populações. O Estado português teria a obrigação de cessar a acção armada em Angola, abstendo-se de realizar medidas repressivas e retirando todas as forças militares e de outro tipo que estivessem no território. O anúncio de uma amnistia política incondicional e a criação de condições para o livre funcionamento de partidos políticos deveria preparar caminho a negociações, que teriam de ser iniciadas imediatamente, destinadas à transferência do poder para instituições livremente eleitas e representativas das populações⁸¹⁶.

As demais recomendações e considerações serviriam de fundamentação para a solicitação da adopção de medidas contra o governo português que, em alguns casos, se assemelhavam a sanções. A recusa portuguesa em cumprir as suas obrigações, a acção militar em Angola e a repressão nas restantes colónias seriam qualificadas como representando inequivocamente uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais⁸¹⁷. Recomendações urgentes para a melhoria das condições de vida nos territórios, ao nível da preparação de quadros, do ensino, da saúde e da participação no desenvolvimento económico, seriam avançadas com o entendimento de que somente poderiam ser alcançadas pelas próprias populações num contexto de autogoverno e com assistência

⁸¹⁴ Cf. *Idem*. p. 47

⁸¹⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 699, Proc. Poi 4, Ano de 1974. Colonialismo. Generalidades, Estudo intitulado “As Resoluções dos Órgãos da ONU e o Problema dos Territórios Ultramarinos Portugueses: Uma Tentativa de Interpretação”, elaborado por José Maria Aleixo e datado de Junho de 1974, p. 13

Aquando do debate sobre o relatório do Subcomité de Angola, a Guiné propusera a adopção das seguintes medidas: 1) a cessação imediata das acções de repressão; 2) a libertação de todos os detidos político; 3) o regresso, sem ameaças de sanções para as suas actividades, de todos os nacionalistas que se encontravam fora do território; 4) a recusa, da parte dos aliados da NATO, de dar a Portugal toda a ajuda ou assistência susceptíveis de serem utilizados contra o povo angolano; 5) um embargo total sobre o envio de armas e munições para Angola e a retirada das tropas portuguesas encarregues de intensificar a repressão; 6) e uma amnistia geral e incondicional para todos os factos ligados aos acontecimentos políticos que tiveram lugar em Angola. Cf. Nations Unies - A/PV.1098. *Assemblée Générale. Seizième Session. 1098^e Séance Plénière. Vendredi 26 Janvier 1962, à 10h30*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1407

⁸¹⁶ Cf. United Nations – A/5160 and Add. 1 and 2. *Report of the Special Committee on Territories...* p. 48

⁸¹⁷ Cf. *Ibidem*

técnica bilateral e multilateral, designadamente das agências especializadas⁸¹⁸. Ao se considerar como provado que equipamento militar e de outro tipo, fornecido nomeadamente pela NATO, estariam a ser extensivamente usado, o Comité recomendaria a adopção de medidas imediatas para o fim da assistência e o embargo completo à venda e fornecimento de armas a Portugal⁸¹⁹. Avaliando como necessário que se mantivesse sob vigilância os desenvolvimentos nos territórios portugueses, seria aconselhado o estabelecimento de uma unidade dedicada ao estudo da situação, que deveria ter liberdade para reportar quando necessário à AG ou a qualquer órgão encarregue da implementação da resolução 1514 (XV)⁸²⁰. Medidas apropriadas para assegurar o cumprimento das previsões da Carta, das resoluções adoptadas e das recomendações do relatório seriam consideradas como devendo resultar do processo de exame desenvolvido pelo Comité Especial, que, mesmo condicionado pelas limitações induzidas por Portugal, colocaria o país numa situação de embaraço.

“...de Todos o mais Moderado”

EM RESULTADO DA PRÁTICA QUE vinha sendo desenvolvida pelas NU de constituição de órgãos e de multiplicação das resoluções como forma de pressão sobre Portugal, em meados de 1962 começaria a se notar uma certa sobreposição de funções. Simultaneamente à redacção do relatório do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa, o Comité de Descolonização empreenderia as primeiras acções⁸²¹. Com um campo de acção vasto, o Comité, para não actuar de forma abstracta como pretendido por algumas delegações, reportar-se-ia a casos específicos, iniciando as suas sessões com a análise dos territórios africanos⁸²². Da ordem de prioridades estabelecida ficaria previsto o exame conjunto de Moçambique e das restantes colónias portuguesas, excepto Angola, que deveria ser objecto de um estudo separado⁸²³. Em consequência da falta de tempo para abordar os territórios portugueses no seu todo,

⁸¹⁸ Cf. *Idem*. p. 46

⁸¹⁹ Cf. *Idem*. p. 48

⁸²⁰ Cf. *Ibidem*

⁸²¹ Vide no anexo X a composição do Comité de Descolonização.

⁸²² Cf. Organisation des Nations Unies - A/5238. *Rapport du Comité spécial Chargé d'Étudier la Situation en ce qui Concerne l'Application de la Déclaration sur l'Octroi de l'Indépendance aux pays et aux Peuples Coloniaux (Pour la Période du 20 février au 19 septembre 1962)*. Canadá: s.n., 1963. p. 7-8

⁸²³ Vide nos anexos XI e XII a lista dos peticionários ouvidos pelo Comité de Descolonização e o resultado das votações das resoluções do órgão.

somente Angola e Moçambique seriam examinados (entre Junho e Setembro), ficando decidido que nas sessões seguintes se daria prioridade às outras colónias⁸²⁴. No desempenho do seu mandato, o Comité de Descolonização funcionaria não como um órgão técnico, que se limitaria a recolher informações, mas como uma entidade política que tomaria decisões destinadas a serem implementadas⁸²⁵. Sem a colaboração do governo português, que recusaria qualquer diálogo por não reconhecer a legitimidade do órgão, o Comité realizaria reuniões em África, onde seriam ouvidos peticionários. Havendo uma maioria afro-asiática, seria aprovado um projecto de resolução sobre Moçambique e um outro quase idêntico para Angola, que reconheceriam o direito inalienável à autodeterminação e à independência das populações de ambos os territórios⁸²⁶.

Quase em simultâneo, no espaço de alguns meses a situação angolana, estando a guerrilha circunscrita a determinadas regiões ainda que os nacionalistas tentassem dar-lhe um carácter nacional, seria debatida no Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa, no Comité de Descolonização, no Subcomité de Angola e no Comité de Informações para os Territórios Não Autónomos⁸²⁷. A preocupação com a necessidade de coordenação de tarefas, como forma de evitar a duplicação do trabalho, determinaria a clarificação das funções dos vários órgãos. O Subcomité de Angola entenderia assumir o estudo dos desenvolvimentos ocorridos para o período de 13 de Novembro de 1961 a 8 de Novembro de 1962, centrando a sua atenção nos aspectos políticos e de segurança⁸²⁸. O órgão determinaria preocupar-se sobretudo com os distúrbios e conflitos posteriores aos factos relatados no primeiro relatório, as novas medidas repressivas e acções armadas contras as populações, a situação dos refugiados,

⁸²⁴ A URSS pretendia que a questão de Angola fosse a primeira a ser debatida no Comité de Descolonização, o que não acabou por não acontecer. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. VI, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Cópia de Carta Enviada por Jaime de Piniés, Representante da Espanha na ONU, para o Ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, datada de 2 de Março de 1962, p. 1

⁸²⁵ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 18

⁸²⁶ Os projectos de resolução acabaram por não ser analisados por ter sido decidido que as decisões seriam adoptadas no âmbito do estudo do relatório do Comité dos Sete pela IV Comissão e da questão de Angola no plenário. Cf. Nations Unies - A/PV.1167. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1167^e Séance Plénière. Mercredi 7 Novembre 1962, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1962, p. 768

⁸²⁷ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 283

⁸²⁸ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, Simbol DAG-4/4.2, Archive Group: Political and Security Council Affairs, Subgroup: Security Council and Political Committee Division, Series: Files of the Sub-Committee on the Situation in Angola, Box: 2 – Co-ordination of Work of the Sub-Committee and Special Committee, Carta de Ralph Enckell, Presidente em Exercício do Subcomité de Angola, para Zenon Rossides, Presidente do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa, datada de 1 de Maio de 1962, p. 1

a questão dos prisioneiros políticos, a implementação das reformas anunciadas pelo governo português (nomeadamente o eventual estabelecimento de instituições livremente eleitas), as implicações para a paz e a segurança internacionais e a possibilidade de uma solução pacífica de acordo com a Carta⁸²⁹. Em ligação com os seus termos de referência, o Subcomité decidiria também examinar as formas e os meios – como os bons ofícios, os contactos formais e informais e outras abordagens diplomáticas – para assegurar que Portugal implementasse a resolução 1742 (XV)⁸³⁰.

Na organização do trabalho seria decidido proceder em primeira instância à reunião de informações, inclusivamente de material oficial e outras fontes portuguesas⁸³¹. Com recurso a contactos formais e informais, seriam renovados os esforços para a obtenção da cooperação do governo português, entendida como o meio mais apropriado para se alcançar os objectivos das NU. Os estados membros considerados como estando em condições de influenciar Portugal – Brasil, Espanha, EUA e Reino Unido - parecem ter sido contactados para desenvolverem os seus bons ofícios⁸³². Os EUA e a Espanha, em particular, transmitiriam em inúmeras ocasiões aos representantes portugueses que talvez fosse do interesse do país conceder alguma colaboração ao órgão⁸³³. Tendo servido como oportunidade para a influência moderadora que Carlos Salamanca exercera, os contactos informais, com recurso a outros países, não assumiriam porém a mesma importância que outrora. O papel de intermediário que o governo espanhol desempenhara, bem documentado aquando da elaboração do primeiro relatório, não parece ter tido continuidade. Ao que tudo indica, Salamanca teria ficado magoado com os comentários portugueses, tendo inclusivamente indicado não desejar continuar na presidência do órgão se não houvesse uma garantia prévia de colaboração⁸³⁴. Se bem que tivesse continuado no Subcomité, Salamanca não voltaria a ter o mesmo comportamento que o tinha tornado no mais importante defensor da posição portuguesa no órgão. Os contactos entre Salamanca e o governo português

⁸²⁹ Cf. *Ibidem*

⁸³⁰ Cf. *Idem*. p. 1-2

⁸³¹ Cf. United Nations - A/5286, 14 November 1962. *Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 6

⁸³² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. VI, Política das NU em relação a África, Questão de Angola, Cópia de Carta Enviada por Jaime de Piniés, representante da Espanha na ONU, para o Ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, datada de 2 de Março de 1962, p. 2

⁸³³ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-7, EUA, Conversa entre Franco Nogueira e o Secretário de Estado, Dean Rusk, no Palácio das Necessidades, em 27 de Junho de 1962, p. 162

⁸³⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. V, Carta de F. Figueirinhas do MNE para o Secretário Adjunto da Defesa Nacional, datada de 31 de Janeiro de 1962, p. 2

parecem ter sido estritamente institucionais, afastando-se do carácter pessoal assumido meses antes.

Evitando envolver-se em polémicas com o governo português, o Subcomité (nas actividades desenvolvidas entre Fevereiro e Novembro de 1962) convidaria Vasco Garin para uma reunião com o propósito de discutir interesses comuns⁸³⁵. Por o convite não ter sido aceite, o órgão entenderia pedir, numa carta que continha um “Esboço da informação requerida pelo Subcomité”, dados sobre aspectos políticos e de segurança, designadamente os desenvolvimentos subsequentes a Novembro de 1961, o movimento dos refugiados e a aplicação da resolução 1742 (XVI) e de outras decisões sobre a libertação de presos políticos, a implementação de reformas e a solução pacífica do problema⁸³⁶. Os esclarecimentos portugueses ao esboço seriam genéricos e deixariam sem resposta inúmeras questões, afirmando-se, além das considerações sobre a falta de imparcialidade do Subcomité, que a situação em Angola deveria ser considerada normalizada, que uma parte dos refugiados tinham regressado, que não existiam pessoas presas por crimes políticos e que as medidas legislativas adoptadas bastavam para clarificar as intenções de Portugal⁸³⁷.

Um maior rigor parece ter determinado as actividades do Subcomité, ficando decidido a realização de inquéritos sobre as afirmações portuguesas susceptíveis de verificação sem uma deslocação a Angola. Ao representante da Cruz Vermelha Congoleza e ao Alto Comissariado das NU para os Refugiados (ACNUR) seriam solicitadas informações quanto ao número de refugiados angolanos no Congo (Leopoldville) e aos que teriam regressado a Angola⁸³⁸. Entendendo que não deveria permitir que a falta de cooperação portuguesa constituísse um obstáculo, o Subcomité decidiria continuar a prática anterior de recolher informações de fontes consideradas credíveis. Em Nova Iorque seriam ouvidos depoimentos de indivíduos originários de Angola, de pessoas que viveram ou tinham estado recentemente no território e de outras que estiveram em contacto com a população⁸³⁹. Informações adicionais seriam

⁸³⁵ Foram trocadas inúmeras cartas, desde 5 de Março, entre o Subcomité de Angola e o governo português sobre a questão da colaboração portuguesa com o órgão. Sem demonstrar qualquer vontade de aproximação, Portugal acabou por sugerir que o Subcomité analisasse o relatório da OIT sobre o trabalho forçado nas suas colónias e a legislação publicada nos últimos dois anos. *Cf. United Nations - A/5286, 14 November 1962. Report of the Sub-Committee...*p. 7-9

⁸³⁶ *Cf. Idem.* p. 9-10

⁸³⁷ *Cf. Idem.* p. 10-11

⁸³⁸ *Cf. Idem.* p. 16

⁸³⁹ *Cf. Idem.* p. 6

recolhidas nas petições escritas de agrupamentos angolanos e de algumas ONGs, determinando-se, para a obtenção de dados actualizados sobre os aspectos políticos e militares, uma nova deslocação ao Congo (Leopoldville). Nas sessões em África, o Subcomité (de 18-25 de Agosto) entraria em contacto com refugiados nas áreas de Matadi e Thysville, junto da fronteira de Angola. O processo de inquirição seria conduzido de forma anónima, com a protecção da identidade das testemunhas, para evitar eventuais represálias⁸⁴⁰. Uma identificação indirecta permite-nos avançar que teriam sido ouvidos duas testemunhas que visitaram o Norte de Angola no início do ano, vítimas de ataques do exército português, um jornalista estrangeiro, sobreviventes que teriam escapado a perseguições, refugiados que chegaram ao Congo nos meses anteriores, elementos da etnia Bailundo e um indivíduo que tinha vivido no Sul do território.

As condições das audições não parecem ter sido muito diferentes das realizadas anteriormente pelo Subcomité, ficando por esclarecer os critérios de selecção das testemunhas e as eventuais interferências portuguesas para condicionar o processo. Facilmente identificáveis, os agrupamentos políticos inquiridos seriam mais numerosos que os ouvidos na primeira viagem ao Congo (Leopoldville), registando-se uma diversificação das pretensões. Ainda que o objectivo da independência tivesse sido defendido por todos, as organizações continuariam a divergir, dando a conhecer as suas diferenças políticas e disputas organizacionais. As divergências entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – que tinha resultado da fusão da UPA e do Partido Democrático de Angola (PDA) – e o MPLA seriam as mais valorizadas pelo Subcomité, que assinalaria que, não obstante os apelos à formação de uma frente unida, as duas organizações continuavam sem conseguir um acordo sobre a conjugação de esforços⁸⁴¹. Outras organizações, resultantes de transformações e de rupturas de agrupamentos existentes, acrescentariam ao processo de inquirição uma dificuldade adicional, tornando quase impossível determinar a extensão do apoio que as várias entidades políticas teriam no interior de Angola. O Movimento Nacional Angolano (MNA*), anteriormente com a designação de Frente Nacional Angolana (FNA), afirmaria favorecer a criação de uma coligação para a independência imediata, que poderia contar

⁸⁴⁰ Cf. *Idem.* p. 12

⁸⁴¹ Cf. *Idem.* p. 23

com a participação dos partidos políticos que desejassem promover a união⁸⁴². Estabelecida em 1961, em Benguela, por angolanos brancos, a Frente de Unidade Angolana (FUA) indicaria, mesmo com a prisão de alguns dos seus militantes, estar a trabalhar para a unidade dos que defendiam a independência⁸⁴³.

Em resultado dos factores tribais, raciais, linguísticos e religiosos que faziam sentir a sua influência em Angola, alguns agrupamentos apresentar-se-iam novamente em defesa de objectivos políticos regionais. O MLEC informaria sobre a sua abordagem pacífica, no âmbito da política de não violência, desenvolvida para a independência de Cabinda⁸⁴⁴. Resultante de uma cisão no MLEC, o Comité de Acção para a Unidade Nacional de Cabinda (CAUNC) proporia a realização de um referendo, sob a supervisão das NU, para determinar a opinião da população sobre uma eventual integração do enclave na República do Congo (Leopoldville)⁸⁴⁵. Movimentos com ligação a Portugal fariam notar de novo a sua presença, em defesa da independência por etapas e da restauração do Reino do Congo. As afirmações do MDIA, da NGWIZAKO e de Angelino Alberto, do Ntobako Angola, que uma vez mais seriam objecto de desconfiança, acabariam por ser contraproducentes. Com algumas reservas, o Subcomité entenderia as declarações como permitindo comprovar precisamente o que era negado por Portugal, ou seja, a inexistência de qualquer reforma política em Angola, a prática de prisões arbitrárias e a oposição das populações às demonstrações de lealdade ao governo português⁸⁴⁶.

A dificuldade do Subcomité em aceitar os argumentos portugueses teria uma demonstração mais definitiva no relatório aprovado por unanimidade (em 8 de Novembro). Sendo uma continuação do trabalho realizado anteriormente, o relatório revelaria porém um relativo endurecimento na análise dos desenvolvimentos da situação em Angola. Entre o primeiro e o segundo relatório existiriam diferenças assinaláveis, resultantes do abandono da linguagem ambígua, privilegiando-se, como o Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa tinha feito, uma narrativa que não teria por objectivo o equilíbrio entre as várias versões. No novo relatório seria mais difícil de reconhecer, embora não tivessem desaparecido completamente, as

⁸⁴² Cf. *Ibidem*

⁸⁴³ Cf. *Ibidem*

⁸⁴⁴ Cf. *Ibidem*

⁸⁴⁵ Cf. *Ibidem*

⁸⁴⁶ Cf. *Idem*. p. 21

afirmações favoráveis a Portugal, tendo sido abandonada a ideia da necessidade de uma evolução progressiva para Angola. Algumas das críticas que tinham sido apresentadas ao primeiro relatório seriam tidas em atenção, notando-se a ausência de expressões susceptíveis de representar um juízo de valor em relação aos envolvidos nas acções militares contra Portugal.

As razões que explicam a alteração operada no Subcomité não parecem ter sido alheias às críticas e acusações de falta de imparcialidade apresentadas por Portugal, que alienariam o apoio de Salamanca. A ausência de cooperação do governo português, que anteriormente tinha, ainda que de forma limitada, fornecido informações, impediria também a possibilidade de outro resultado que não a condenação da política seguida. Com a continuação da guerra e do problema dos refugiados, que não poderiam ser ignorados, o Subcomité muito dificilmente teria conseguido justificar uma nova ambiguidade. Num contexto em que desempenharia o seu mandato em simultâneo com o Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa e o Comité de descolonização, que, pela composição que tinham, sabia-se que produziriam relatórios e resoluções desfavoráveis a Portugal, o Subcomité com toda a probabilidade teria tentado evitar o isolamento, o que resultaria num maior radicalismo. A hipótese de os afro-asiáticos e os soviéticos, que anteriormente insistiram na elaboração de um relatório radical, terem renovado as pressões não pode igualmente ser afastada, pela importância que poderão ter tido para a criação de um ambiente de predisposição para a condenação de Portugal. O cuidado em satisfazer a opinião pública interna e o posicionamento que os membros do Subcomité tinham quanto à rivalidade bipolar, que eram factores determinantes na orientação seguida nas NU, devem ter seguramente continuado a fazer sentir a sua influência.

O relatório, com recurso aos testemunhos recolhidos, indicaria que uma guerra, em toda a definição do termo, continuava em Angola, variando de intensidade no período analisado⁸⁴⁷. Sem dar crédito às declarações portuguesas de que existiria uma situação de “completa paz, de ordem e de normalidade”, o Subcomité reconheceria um novo e substancial êxodo de refugiados para o Congo (Leopoldville), que teria sido provocado por uma grande ofensiva destinada a pacificar o Norte de Angola⁸⁴⁸. A investigação, apoiada numa estimativa das organizações que ajudavam as populações,

⁸⁴⁷ Cf. *Idem.* p. 15

⁸⁴⁸ Cf. *Idem.* p. 14

revelaria que o número de refugiados apontado por Portugal como tendo regressado a Angola não era justificado por evidências. Seriam encontrados indícios de “uma trágica perda de vidas humanas” e de represálias, sob a forma de emboscadas e de perseguições, contra as populações, que estariam a ser vítimas de ataques indiscriminados, sobretudo com meios aéreos⁸⁴⁹. Procurando analisar as tentativas do exército para a recuperação das populações que tinham fugido, verificar-se-ia que a actuação portuguesa, que parecia ser consistente com a manutenção de posições estratégicas numa área hostil, era irreconciliável com a afirmação de que as populações mantinham a lealdade a Portugal⁸⁵⁰. Havendo a consciência de que não se poderia ignorar a existência de detidos por ofensas políticas, seria admitida a hipótese de terem ocorrido execuções extrajudiciais de participantes em acções armadas e de suspeitos, sem acusações formais. Das reformas anunciadas por Portugal se diria que não satisfaziam as reivindicações políticas da população angolana, que se reconheceria que estava a demonstrar uma crescente insatisfação pelo atraso na aplicação dos princípios da autodeterminação e da independência⁸⁵¹.

Mesmo tendo havido um endurecimento em relação a Portugal, o relatório do Subcomité de Angola não deixaria de ser comparativamente “...*de Todos os mais Moderado*”⁸⁵². Como resulta do confronto com os relatórios do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa e do Comité de Descolonização, as conclusões do Subcomité de Angola seriam mais prudentes, podendo ser consideradas como um relativo retrocesso. O Subcomité interpretaria o contínuo desrespeito por Portugal das resoluções das NU como um mero agravamento do perigo, e não uma ameaça, para a paz e a segurança internacionais⁸⁵³. O eventual estabelecimento de um Estado angolano independente não seria reconhecido de forma inequívoca, como o Comité Especial tinha defendido, como a única solução para o diferendo. Os apelos a Portugal seriam unicamente no sentido do reconhecimento do direito à autodeterminação, sem quaisquer referências à independência⁸⁵⁴. Como anteriormente, o órgão voltaria a se abster de apresentar recomendações, limitando-se a considerar que

⁸⁴⁹ Cf. *Idem*. p. 15

⁸⁵⁰ Cf. *Idem*. p. 18

⁸⁵¹ Cf. *Idem*. p. 21

⁸⁵² Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-7, EUA, Conversa entre Franco Nogueira e o Secretário de Estado, Dean Rusk, no Palácio das Necessidades, em 27 de Junho de 1962, p. 162

⁸⁵³ Cf. United Nations - A/5286, 14 November 1962. *Report of the Sub-Committee...* p. 25

⁸⁵⁴ Cf. *Idem*. p. 27

mais medidas em conformidade com a Carta, deveriam ser adoptadas para assegurar o cumprimento por Portugal das decisões sobre Angola. As medidas sugeridas retomariam – com uma diferença ligeira, mas fundamental, pois em vez do direito à independência se defenderia a aplicação do direito à autodeterminação – o essencial dos elementos que constavam do programa de descolonização do Comité dos Sete⁸⁵⁵. Sem que tivesse ido tão longe quanto os restantes órgãos, o Subcomité de Angola não deixaria contudo de atribuir a Portugal a responsabilidade pela implementação de uma solução pacífica, negando que o desejo de construção de uma sociedade multirracial pudesse servir como justificação para se rejeitar o direito à autodeterminação⁸⁵⁶.

NUM MOMENTO EM QUE, DECORRENTE das decisões da XV AG se estava a imprimir uma ampla carga emotiva aos debates sobre o colonialismo, as NU multiplicariam, entre 1961 e finais de 1962, as discussões e as iniciativas sobre a questão colonial portuguesa. A atenção da Organização seria repartida entre a situação em Angola, o conjunto das colónias portuguesas e o caso específico de Goa, tentando-se maximizar as discussões com a associação da questão a violações dos direitos humanos e a rupturas na paz e na segurança internacionais. A moderação inicial verificada na primeira sessão sobre Angola, em que Portugal conseguiria evitar a aprovação de uma resolução, rapidamente cederia lugar ao radicalismo, que tornar-se-ia evidente sobretudo na análise da invasão de Goa. Aos debates sobre as colónias portuguesas estariam subjacentes uma variedade de posições, numa demonstração da polarização que a questão suscitaria, devendo as resoluções ser interpretadas no contexto em que foram adoptadas, ou seja, como resultantes de um processo em que a orientação do sentido do voto estaria frequentemente em contradição com as afirmações das delegações. A quase-unanimidade na adopção das resoluções sobre as colónias portuguesas seria determinada pelo ambiente de hostilidade a Portugal e não tanto por uma real oposição à dominação colonial portuguesa. Resultante da leitura moral de que o colonialismo era algo fundamentalmente errado, a actividade das NU sobre a questão

⁸⁵⁵ Cf. *Ibidem*

⁸⁵⁶ Cf. *Ibidem*

colonial portuguesa não deixaria também de ser reveladora do significado que a influência da Guerra Fria teria para as motivações e o comportamento dos países⁸⁵⁷.

Ao se questionar, como se pretendia de início, em que medida a XV AG introduziria uma ruptura nos debates anteriores sobre a questão colonial portuguesa pensamos poder afirmar que o período de 1961 a finais de 1962 seria um momento de transição. A ruptura seria parcial por as decisões terem sido largamente direccionadas para a obrigatoriedade do fornecimento por Portugal das informações previstas no Cap. XI da Carta. A preocupação principal continuaria (como entre 1956 e 1960) a ser a obtenção de dados de natureza técnica e estatística sobre as colónias portuguesas, ainda que o contexto fosse diferente por o cumprimento das obrigações decorrentes do Art.º 73º terem passado a estar sujeitas à finalidade da aplicação da resolução 1514 (XV). O processo de recolha de informações não seria linear, por as iniciativas portuguesas, a composição dos diferentes órgãos, os interesses dos estados membros e as motivações individuais terem sido determinantes para que houvesse avanços e recuos na análise dos dados recolhidos. Tendo havido numa primeira etapa uma assinalável ambiguidade do Subcomité de Angola, com o Comité dos Sete a recolha de informações resultaria em considerações nitidamente desfavoráveis à política colonial portuguesa. Em conjunto com outras circunstâncias, as actividades do Comité dos Sete contribuiriam para um posterior endurecimento do Subcomité de Angola, mesmo se o seu relatório continuasse a ser, em comparação com o dos restantes órgãos, o mais moderado. Com justificação na mudança normativa operada pela resolução 1514 (XV), a recolha de informações resultaria na definição de novos procedimentos, que seriam paradigmáticos da evolução das NU pela prática, permitindo que os movimentos nacionalistas encontrassem na Organização um espaço para a campanha diplomática contra Portugal.

Quanto ao significado a retirar da análise da questão colonial portuguesa nesta fase para o debate mais amplo sobre a ideia de autodeterminação, as decisões das NU tornariam evidente a tendência para a confirmação sucessiva da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Numa apropriação da linguagem da resolução 1514 (XV), a maioria anticolonialista conseguiria que o CS fizesse a ratificação das decisões da XV AG, atribuindo-lhes uma maior legitimidade. Os debates sobre a questão colonial portuguesa, que por vezes foram ambíguos e

⁸⁵⁷ Cf. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris - «Liberation Struggles in Southern Africa in Context» In *Southern African Liberation Struggles. New Local, Regional and Global Perspectives*. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris (Ed.). África do Sul: UCT Press, 2013. p. 5

complexos, colocariam no entanto em confronto diferentes concepções quanto ao sentido e ao alcance da ideia de autodeterminação. A maioria anticolonialista defenderia uma interpretação minimalista, fazendo a associação da autodeterminação à independência e à transferência dos poderes para representantes livremente eleitos pelas populações. O objectivo da independência tornar-se-ia num imperativo, e, como a anexação de São João Baptista e a invasão de Goa, Damão e Diu acabariam por revelar haveria a tendência para inclusivamente favorecer a aplicação incompleta da ideia, legitimando-se o uso da força sem consulta das populações. Os países alinhados com o bloco ocidental demonstrariam ter uma interpretação mais ampla da ideia de autodeterminação, que não se pretendia que conduzisse necessariamente à independência e que, de preferência, fosse o resultado de um período de preparação. Tendo havido avanços e retrocessos em estabelecer que o exercício da autodeterminação deveria ter por finalidade a independência, a intervenção das NU na questão colonial portuguesa poderá ser entendida como reveladora de que a mudança normativa de deslegitimação do colonialismo era um processo ainda em construção.

Capítulo 4

Uma Recuperação Notável: 1962-1964

AS NU SÃO UM ESPAÇO ONDE pode ocorrer o desenvolvimento de interpretações por vezes irreconciliáveis sobre uma mesma ideia, o que resulta em diferentes estratégias para alcançar o consenso e solucionar conflitos⁸⁵⁸. A ambiguidade ou a incoerência produzem uma revisão discursiva das ideias à medida que são debatidas pelos estados membros com o objectivo de fazer com que as decisões políticas reflectam uma determinada interpretação⁸⁵⁹. Com a descolonização a tornar-se numa das mais importantes questões nas NU, os anticolonialistas demonstrariam uma preocupação constante pelo atraso na implementação da resolução 1514 (XV), pressionando para o desenvolvimento de esforços para procurar meios mais eficazes e rápidos que conduzissem à autodeterminação dos territórios coloniais ainda existentes⁸⁶⁰. Não tendo completado a descolonização com a vaga independentista de 1960, países como o Reino Unido ou a França, mesmo relutantes em permitir que as NU condicionassem as suas decisões, acabariam por avançar com a independência das restantes possessões coloniais⁸⁶¹. Portugal, embora tivesse sido submetido a inúmeros esforços para o persuadir a aceitar a aplicabilidade da ideia de autodeterminação aos seus territórios, continuaria a afirmar que administrava províncias ultramarinas. Tendo sentido necessidade de fazer alguma adaptação decorrente das pressões da primeira fase, o governo português experimentaria uma complexificação da sua posição internacional, com o alargamento do conflito militar nas colónias.

Mesmo que nem todos os estudos existentes sobre a temática o reconheçam, haveria, entre finais de 1962-1964, um recuo no apoio às decisões das NU sobre a política colonial portuguesa, o que seria considerado por alguns como “Uma

⁸⁵⁸ Cf. BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry – *Ob. Cit.* p. 12

⁸⁵⁹ Cf. *Idem.* p. 12-13

⁸⁶⁰ Cf. Nations Unies – A/5801/Add. 1. *Supplement n° 1 A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activité de l'Organisation. 16 juin 1963-15 juin 1964.* Nova Iorque: s.n., 1964. p. 9

⁸⁶¹ Cf. PHILPOTT, Daniel – *Ob. Cit.* p. 161

Recuperação Notável” de Portugal⁸⁶². Na periodização que tem sido estabelecida para o envolvimento das NU na questão colonial portuguesa, a tendência tem sido para que este período seja considerado em conjunto com o primeiro, sem se reconhecer a existência de uma ruptura. Fernando Martins e Duarte Silva identificaram um período inicial, desde a admissão de Portugal e até 1960, que teria sido seguido por um outro que se estenderia entre 1961-1963⁸⁶³. Mais detalhado, Denis Beller propôs uma divisão em que o primeiro momento teria decorrido de 1956-1958, seguindo-se um outro entre 1959-1961 e um terceiro que corresponderia a 1962-1965⁸⁶⁴. Tendo semelhanças, a periodização apresentada ignora alguns dos principais desenvolvimentos que tiveram lugar após os acontecimentos de 1961 terem definitivamente internacionalizado a questão colonial portuguesa. Com as iniciativas das NU a resultarem na adopção de decisões mais duras, os projectos de resolução deixariam, entre finais de 1962 e 1964, de ser adoptados por quase-unanimidade⁸⁶⁵. Ainda que houvesse a tendência para o declínio das maiorias que condenavam Portugal, à análise da questão colonial portuguesa seriam associadas novas preocupações, notando-se igualmente a perda do interesse de alguns dos temas anteriormente visados. A duração dos debates seria menor e o número das delegações participantes diminuiria, assistindo-se em contrapartida à multiplicação das decisões. Produzindo o período novos episódios na contestação da política colonial portuguesa, tentar-se-á procurar entender se da substância dos debates se pode concluir que houve um aprofundamento de algumas das contradições, detectadas anteriormente, nas tentativas das NU para implementar a ideia de autodeterminação.

“Numa Boa Posição”

AS INICIATIVAS DAS NU QUANTO à questão colonial portuguesa tinham num momento inicial produzido um reforço das exigências da Carta quanto às responsabilidades de Portugal na qualidade de potência administrante. Ao governo

⁸⁶² Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-8, Reino Unido, Apontamento da Conversa entre Franco Nogueira (?) e o Embaixador da Inglaterra, Realizada a 10 de Junho de 1962, em Lisboa, p. 38

⁸⁶³ Referindo-se unicamente às actividades do Comité de Descolonização, Maurice Barbier afirma que houve um primeiro momento na actividade do órgão que teria decorrido de 1962 a 1964. Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 350

⁸⁶⁴ Cf. BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.* p. 75-92

⁸⁶⁵ Cf. *Idem.* p. 58

português se solicitaria o cumprimento do Art.º 73º, tendo sido instituídos órgãos destinados à recolha das informações, privilegiando-se as de natureza política, como gradualmente se tinha tornado prática. As primeiras reuniões no período de 1962-1964 teriam ainda por objectivo a questão das informações, resultando na análise em sessões paralelas dos documentos elaborados na fase anterior. Na distribuição dos temas que faziam parte da agenda da XVII AG, o não cumprimento pelo governo português do Capítulo XI da Carta e da resolução 1542 (XV) voltaria, uma vez mais, a ser atribuído à IV Comissão. Consistindo no estudo do relatório apresentado pelo Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa, o debate (entre 21 de Novembro e 19 de Dezembro de 1962) partilharia as atenções com a controvérsia em torno da crise dos mísseis de Cuba, que despertaria um grande interesse⁸⁶⁶. Novamente, e pela última vez de forma isolada, o plenário abordaria a situação em Angola, onde a actividade militar dos guerrilheiros vinha diminuindo, estando confinada às florestas e montanhas que serviam de base a pequenos grupos que atacavam as fazendas reocupadas e os militares portugueses⁸⁶⁷. O debate, que teria uma curta duração (de 29 de Novembro a 20 de Dezembro), incidindo sobre o trabalho do Subcomité de Angola, seria justificado com a afirmação de que do ponto de vista jurídico a situação angolana poderia ser examinada quanto à implementação da resolução 1514 (XV) e enquanto eventual ameaça à paz e à segurança internacionais⁸⁶⁸.

As discussões teriam um carácter agressivo, voltando a apresentar quase que um sentido único por os intervenientes terem sido maioritariamente afro-asiáticos e soviéticos. Os contactos estabelecidos pelos EUA com várias delegações, aconselhando a moderação, não conseguiriam assegurar uma atitude menos hostil⁸⁶⁹. Com poucas

⁸⁶⁶ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0768/12922-001, Proc. GG-12-24, Geral, Informações do Representante de Portugal junto das Nações Unidas, Carta da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 5 de Dezembro de 1962, p. 1

⁸⁶⁷ A inscrição da questão na agenda ter-se-á devido à insistência de alguns membros do Subcomité de Angola, que não quiseram que a discussão do seu relatório fosse remetida para a IV Comissão. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. VI, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Telegrama da Missão de Portugal junto da ONU para o MNE, datado de 16 de Novembro de 1962, p. 1

⁸⁶⁸ Cf. Nations Unies - A/PV.1170. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1170^e Séance Plénière. Mardi 20 Novembre 1962, à 10h30*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 810

⁸⁶⁹ Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0768/12922-001, Proc. GG-12-24, Geral, Informações do Representante de Portugal junto das Nações Unidas, Carta da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração

variações na substância dos argumentos, as intervenções ficariam marcadas pelo uso continuado de expressões severas, destinadas a demonstrar a esmagadora posição anticolonialista⁸⁷⁰. Havendo um acordo generalizado quanto à forma e o conteúdo dos relatórios do Comité dos Sete e do Subcomité de Angola, os debates seriam um reflexo das principais preocupações do momento, abarcando aspectos como a Guerra Fria, o desenvolvimento económico, o desarmamento ou a discriminação racial. Os temas mais recorrentes na IV Comissão seriam o carácter inaceitável dos argumentos portugueses, a violação flagrante dos objectivos e princípios das NU, as múltiplas deficiências da política colonial portuguesa, em particular do sistema de ensino, a insuficiência das reformas, o envolvimento de empresas e interesses económicos ocidentais na exploração dos territórios ou a participação de soldados estrangeiros na repressão aos anticolonialistas⁸⁷¹. Seriam repetidas com insistência as denúncias sobre a repressão política e militar, que teriam produzido uma onda de refugiados, a prática do trabalho forçado, o racismo ou o facto de Portugal ter formado uma aliança com os regimes de minoria branca da Rodésia e da África Sul⁸⁷². No plenário, o debate teria como característica a menor insistência com que seriam abordadas as condições de vida em Angola ao nível do ensino, da saúde ou do trabalho⁸⁷³. Tendo a discussão sido orientada para o tema da ameaça à paz e à segurança internacionais, duas questões, a do apoio diplomático, económico, financeiro, militar e técnico que Portugal receberia da NATO e os argumentos jurídicos utilizados para negar a competência das NU para analisar a situação em Angola, mereceriam uma atenção particular⁸⁷⁴.

Interna do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 5 de Dezembro de 1962, p. 2

⁸⁷⁰ De novo voltaram a ser empregues, imputadas a Portugal, expressões como “extermínio”, “genocídio”, “carnificina” e “repressão”, reservando-se para as acções dos agrupamentos políticos angolanos qualificativos como “luta sagrada”.

⁸⁷¹ A título de exemplo veja-se as declarações do Congo (Brazzaville). Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1397. *Quatrième Commission, 1397^e Séance. Lundi 26 Novembre 1962, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 465-466

⁸⁷² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1399. *Quatrième Commission, 1399^e Séance. Mardi 27 Novembre 1962, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 477

⁸⁷³ Na apresentação do relatório, Carlos Salamanca voltou a demonstrar a sua ambiguidade, evitando falar na existência de uma ameaça para à paz e à segurança internacionais. Numa breve chamada de atenção para as conclusões e as medidas propostas pelo Subcomité, afirmou no entanto que a situação somente poderia ser resolvida com a satisfação das aspirações do povo angolano. Cf. Nations Unies - A/PV.1180. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1180^e Séance Plénière. Jeudi 29 Novembre 1962, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 985

⁸⁷⁴ Cf. Nations Unies - A/PV.1184. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1184^e Séance Plénière. Jeudi 6 Décembre 1962, à 10h30*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1053-1054

Considerando como provada a existência de uma situação explosiva nas colónias portuguesas, a discussão na IV Comissão resultaria na consolidação, iniciada na fase anterior, do poder para conceder audições⁸⁷⁵. Por numa breve discussão processual ter prevalecido a interpretação de que o órgão tinha a autoridade para ouvir peticionários, as audições seriam aceites na sua maioria de forma imediata, com dispensa dos procedimentos adoptados para o efeito, que previam a circulação dos pedidos pelos membros antes da tomada de decisão⁸⁷⁶. Seriam ouvidos oito agrupamentos políticos, em representação de todas as colónias, e um individuo a título particular. Tratando-se em alguns casos de peticionários que o Comité dos Sete tinha contactado na deslocação a África, novos agrupamentos recém-formados, como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), com um grande investimento na utilização de meios diplomáticos contra o colonialismo português, entenderiam também apresentar os seus depoimentos. O processo de audição permitiria aos agrupamentos explicar as suas realizações, indicando que os combates assumiam uma maior amplitude, reafirmar a determinação em alcançar a independência, manifestar a confiança na acção das NU, dar a conhecer as decisões que pretendiam que fossem adoptadas e solicitar apoio moral e material para a luta contra o colonialismo português⁸⁷⁷. Numa diplomacia militante, as intervenções dos agrupamentos políticos, pela insistência na afirmação de que detinham a confiança das populações e eram os seus representantes legítimos, fariam a

⁸⁷⁵ Informações recolhidas pela Missão Portuguesa indicaram porém a existência de divergências entre as delegações africanas quanto ao número de peticionários que deveriam ser ouvidos. Ao que parece, o Mali e a Guiné desejavam que todos os que se apresentassem como peticionários fossem atendidos, enquanto que outras delegações pretendiam que somente os depoimentos de pessoas reconhecidas como representando os interesses das populações seriam válidos. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0768/12922-001, Proc. GG-12-24, Geral, Informações do Representante de Portugal junto das Nações Unidas, Carta do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar para o Governador-Geral de Angola, datada de 15 de Dezembro de 1962, p. 1-2

⁸⁷⁶ José Chicuarra Massinga, estudante moçambicano que, ao que parece tinha sido, preso na Rodésia do Sul e entregue às forças portuguesas, na impossibilidade de se apresentar na IV Comissão para a audição que lhe fora concedido, remeteu uma petição escrita que foi distribuída pelos estados membros. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1398. *Quatrième Commission, 1398^e Séance. Mardi 27 Novembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 469

⁸⁷⁷ A este respeito vide as afirmações do MLEC, que solicitou o estabelecimento de um comité para solucionar a disputa com Portugal, e de Eduardo Mondlane, enquanto representante da FRELIMO, que pediu que fossem realizadas pressões sobre o governo português para que concedesse a autodeterminação. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1391. *Fourth Committee, 1391st Meeting. Tuesday, 20 November 1962, at 10.45 a.m.*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 416; Nations Unies – A/C.4/SR 1394. *Quatrième Commission, 1394^e Séance. Jeudi 22 Novembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 446

demonstração das lutas pela liderança do movimento para a independência das colónias portuguesas⁸⁷⁸.

Os estados membros, em particular os afro-asiáticos e os soviéticos, suscitarium aos peticionários questões destinadas a realçar aspectos menos favoráveis do colonialismo português⁸⁷⁹. Novamente, os latino-americanos, como a Bolívia e a Guatemala, e alguns países ocidentais, num claro apoio a Portugal, tentariam, por sua vez, evidenciar as contradições dos depoimentos. Como se tinha tornado hábito, numa demonstração da criatividade da resposta portuguesa às pressões das NU, alguns peticionários seriam mobilizados pelo governo português para defenderem a não violência⁸⁸⁰. Estando a residir em Lisboa, Angelino Alberto do Ntobako Angola, que apresentaria um depoimento redigido pelo MNE, não se afastaria das anteriores afirmações, indicando ter a intenção de rectificar os exageros e a propaganda de outros agrupamentos⁸⁸¹. Escolhido por proposta do Consulado português em Salisbury, Benedito Mapanje, antigo secretário da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), que se apresentaria como representante de um grupo multirracial, defenderia uma evolução progressiva, com o desenvolvimento de uma opinião pública organizada capaz de exercer influência sobre as decisões governamentais⁸⁸². O MDIA continuaria a insistir na preferência pelos métodos pacíficos, ainda que – como tinha ficado demonstrado nas audições perante o Comité dos Sete em Leopoldville – tivesse havido um endurecimento quanto a Portugal, acusado de prosseguir uma política de

⁸⁷⁸ Como exemplo temos a intervenção da FRELIMO. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1394. *Quatrième Commission, 1394^e Séance...* p. 446-451

⁸⁷⁹ Informações não confirmadas indicaram que possivelmente a República Árabe Unida teria colocado à disposição dos peticionários quatro bilhetes de avião com destino a Nova Iorque. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 223, Aerograma do Consulado de Portugal em Dakar para o MNE, datado de Setembro de 1962, p. 1

⁸⁸⁰ A Missão Portuguesa tinha sugerido ao MNE que organizações goesas com sede em Nairobi e Lisboa fossem instruídas a para enviar petições para solicitar audições, o que se presumia que seria recusado, mas que poderia ter um certo valor político. Para evitar desconfianças foi previsto que os pedidos de audição seriam enviados a partir de países vizinhos das colónias portuguesas e que fariam deslocações directas para Nova Iorque, sem escala em Lisboa. Contactado pelo Consulado de Portugal em Dakar, a UNGP aceitou enviar um pedido de audição, sem que contudo chegasse a apresentar qualquer depoimento, o que talvez se tivesse devido à dificuldade em encontrar um porta-voz. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 140, Proc. XH-Geral, Ano 1962-63, IV Comissão, XVII Sessão da AG das NU – Peticionários 1962, Telegrama da Delegação Portuguesa na ONU Enviada ao MNE a 14 de Novembro de 1962, p. 1; Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 223, Aerograma do Consulado de Portugal em Dakar para o MNE, datado de Setembro de 1962, p. 1-8

⁸⁸¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1408. *Quatrième Commission, 1408^e Séance. Mardi 4 Décembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 559

⁸⁸² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1416. *Quatrième Commission, 1416^e Séance. Lundi 10 Décembre 1962, à 15h50*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 609

hesitação e de destruição, não cumprindo promessas⁸⁸³. Com a excepção do apoio do Paquistão ao MDIA, as declarações pró-Portugal seriam recebidas com uma declarada hostilidade, sendo exigidos esclarecimentos que se entenderia que ficariam sem resposta ou que teriam uma explicação pouco pertinente⁸⁸⁴.

Mostrando alguma capacidade de reacção, Portugal entenderia estar presente nos debates por ter sido informado de que a ausência dificultaria a defesa da sua política pelas delegações amigas⁸⁸⁵. Portugal, no entendimento dos EUA, conseguiria defender-se melhor do que em anos anteriores, sendo mais “cooperante” e avançando mais informações⁸⁸⁶. Tendo indicações de que a atitude de algumas delegações europeias, até então hostis, estaria a sofrer mudanças substanciais, existindo sinais de que poderiam eventualmente votar a favor do país, a situação de Portugal seria no entanto agravada por a Espanha ter, de forma pragmática, começado, apesar das divergências entre sectores do governo, a dar sinais de que iria aceitar a inevitabilidade da descolonização⁸⁸⁷. Com a questão da Guiné Equatorial a ser inscrita na agenda da AG, permitindo-se a audição de peticionários que reclamariam a independência do território, a Espanha pretenderia evitar as mesmas condenações que Portugal e a África do Sul⁸⁸⁸. As pressões das NU acabariam por constranger o governo espanhol a alterar o seu discurso, adoptando a doutrina da Organização sobre a autodeterminação⁸⁸⁹. Reforçando ainda mais o carácter singular da posição portuguesa, a França, como estava crescentemente em dificuldades com a dimensão internacional da guerra, abandonaria as acções militares na Argélia, concedendo a independência ao território⁸⁹⁰. Com a decisão espanhola em descolonizar e a independência da Argélia, Portugal, em conjunto

⁸⁸³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1400. *Quatrième Commission, 1400^e Séance. Mercredi 28 Novembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 489

⁸⁸⁴ Cf. *Idem*. p. 493

⁸⁸⁵ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-13, NATO, Aerograma da Delegação Portuguesa ao Conselho da NATO sobre a Reunião Realizada a 26 de Setembro de 1962, p. 69-70

⁸⁸⁶ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-11. EUA. Relato da Conversa entre Franco Nogueira e Dean Rusk, Realizado a 15 de Dezembro de 1962 na Embaixada dos EUA em Paris, p. 215-216

⁸⁸⁷ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-9. Brasil. Relato da Conversa entre Franco Nogueira e o Embaixador do Brasil, Negrão de Lima, Realizado em 22 de Agosto de 1962, em Lisboa, p. 42-44

⁸⁸⁸ Cf. PARDO SANZ, Rosa - «La Décolonisation de l’Afrique Espagnole: Maroc, Sahara Occidental et Guinée-Équatoriale» In *Europe face à son Passé Colonial*. DARD, Olivier; LEFEUVRE, Daniel (Dir.). Paris, Riveneuve éditions, 2008. p. 169-196

⁸⁸⁹ Cf. CAMPOS, Alicia – *Ob. Cit.* p. 100

⁸⁹⁰ Cf. ALEXANDER, Martin S.; KEIGER, J. K. V. – «France and the Algerian War : Strategy, Operations and Diplomacy» In *France and the Algerian War : Strategy, Operations and Diplomacy. 1954-62*. ALEXANDER, Martin S.; KEIGER, J. K. V. (Ed.). Nova Iorque: Frank Cass Publishers, 2002. p. 18

com a África do Sul, tornar-se-ia no único país a opor-se declaradamente à norma da autodeterminação.

Mesmo que o sentido dos seus argumentos fosse o mesmo, Portugal entenderia adoptar um comportamento diferenciado nos debates. Em lugar de insistir nas críticas aos relatórios sobre as suas colónias, os EUA tinham sugerido ao governo português que destacasse as suas realizações para evitar criar inimigos entre os membros dos órgãos encarregues de examinar a situação nos seus territórios e não provocar um agravamento do ambiente dos debates⁸⁹¹. Decorrente da sugestão americana para que moderasse as suas intervenções, Portugal reconheceria não lhe interessar discutir questões de fundo e que o carácter das suas afirmações não teria qualquer efeito prático no conteúdo das resoluções⁸⁹². A tática adoptada para a IV Comissão seria a de não intervir de imediato na discussão, a não ser para fazer uma curta exposição reafirmando as reservas jurídicas, guardando-se as críticas para posteriores intervenções, em que se denunciaria em termos genéricos a tendenciosidade do relatório do Comité dos Sete⁸⁹³. Um grupo de trabalho, com a participação de elementos do Ministério do Ultramar, tinha sido estabelecido no MNE para elaborar a resposta portuguesa e dados estatísticos foram reunidos com a ajuda de vários serviços⁸⁹⁴. Dando pouca atenção ao relatório do Comité, Portugal continuaria a desenvolver a argumentação de que havia um ressentimento contra o país, procurando-se demonstrar as contradições das decisões das NU⁸⁹⁵. A atitude mais ponderada do governo português manter-se-ia no plenário, em que grande parte da intervenção, realizada logo de início, seria dedicada a apresentar um historial da situação em Angola, a colocar em evidência os esforços, incluindo as reformas adoptadas, para o desenvolvimento do território e a responder às críticas mais recorrentes⁸⁹⁶. As afirmações do Subcomité de Angola seriam comentadas pontualmente e de forma bastante ligeira, sem se insistir na mesma dimensão que outrora nas acusações de parcialidade e ilegalidade. Se bem que tivesse sido dito que Portugal não

⁸⁹¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 165, Proc. XM-1, Ano de 1962, Vol. VI, Política das NU em Relação a África, Questão de Angola, Telegrama da Missão de Portugal junto da ONU para o MNE, datado de 16 de Novembro de 1962, p. 1-2

⁸⁹² Cf. *Ibidem*

⁸⁹³ Cf. *Ibidem*

⁸⁹⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 144, Proc. XH-Geral, Ano 1962, Vol. 5, Comentário aos Relatórios do “Comité dos 7” sobre Moçambique e Guiné no Referente à Educação, Telegrama da Embaixada de Bogotá para o MNE datado de 11 de Setembro de 1962, p. 1

⁸⁹⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1406. *Quatrième Commission, 1406^e Séance. Lundi 3 Décembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 547

⁸⁹⁶ Cf. Nations Unies – A/PV.1183. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1183^e Séance Plénière. Mercredi 5 Décembre 1962, à 15 heures*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1033-1041

aceitava o relatório e rejeitava as suas conclusões, não seriam apresentadas as reservas formais que tinham sido expressas anteriormente⁸⁹⁷.

Os debates estariam quase que inteiramente destituídos de manifestações de solidariedade a Portugal por os países, que demonstravam apoiar de alguma forma a política colonial portuguesa terem optado por um comportamento discreto. Os projectos de resolução apresentados parecem ter tido por objectivo retomar as conclusões e recomendações anteriores, acrescentando elementos novos, que apontariam nitidamente para um maior radicalismo. Na IV Comissão, os afro-asiáticos introduziriam um texto com disposições “mais analíticas, precisas e, no conjunto, mais enérgicas” do que as decisões precedentes, retomando as afirmações do Comité dos Sete⁸⁹⁸. Num dos textos que mais criticaria a política colonial portuguesa, as considerações iniciais, que relembriam as resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV), proporiem que se deplorasse o contínuo desrespeito pelo governo português das legítimas aspirações à autodeterminação e à independência dos povos sob sua administração⁸⁹⁹. Mostrando-se uma grave preocupação pela intensificação das medidas de repressão contra as populações, pretender-se-ia que a AG tomasse nota que os militares portugueses usaram e continuavam a empregar contra os nacionalistas equipamento militar e de outro tipo obtido de aliados ou de outras fontes, reconhecendo-se as implicações do facto⁹⁰⁰.

Seguramente por influência das decisões do Comité de Descolonização, pela primeira vez numa decisão da IV Comissão seria proposto que se indicasse que a situação nas colónias portuguesas constituiria uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais⁹⁰¹. Com cláusulas mais extensas do que os documentos anteriores, no texto se defenderia que se fizesse a aprovação do relatório do Comité dos Sete e a condenação da atitude de Portugal por ser inconsistente com a Carta. O projecto teria o objectivo de, também pela primeira vez, declarar de forma explícita o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, manifestando-se um apoio sem reservas às reivindicações para a descolonização. Ao se convidar o governo

⁸⁹⁷ Cf. Nations Unies - A/PV.1188. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1188^e Séance Plénière. Vendredi 7 Décembre 1962, à 20h30*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1144-1145

⁸⁹⁸ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 15

⁸⁹⁹ Cf. United Nations – A/5349, 13 December 1962. *Non-Compliance of the Government of Portugal with Chapter XI of the Charter of the United Nations and with General Assembly Resolution 1542 (XV): Report of the Special Committee on Territories Under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.I.: s.n., s.d. p. 10

⁹⁰⁰ Cf. *Ibidem*

⁹⁰¹ Cf. *Ibidem*

português a dar efeito às recomendações do Comité dos Sete pretender-se-ia retomar na íntegra o programa de descolonização elaborado pelo órgão⁹⁰². Em antecipação ao destino que seria dado ao Comité dos Sete, que acabaria por ser dissolvido, se entenderia que o Comité de Descolonização fosse encarregue de dar prioridade ao exame da situação nas colónias portuguesas. Aos estados membros se proporia novamente que fossem convidados a usar a sua influência junto de Portugal e a absterem-se de atribuir qualquer assistência, adoptando medidas para evitar o fornecimento de armamento, que pudesse permitir a continuação da repressão das populações. Caso o governo português se recusasse a aplicar a resolução que fosse adoptada pela AG, na disposição final do projecto de resolução os autores avançariam que se recomendasse que o CS adoptasse as medidas apropriadas para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da condição de membro das NU⁹⁰³.

As disposições mais controversas do projecto de resolução acabariam por ser as que consideravam como provada a utilização por Portugal, para a repressão dos movimentos nacionalistas, de equipamento militar fornecido por alguns dos seus aliados. Pedidos de esclarecimentos e sugestões para a alteração de algumas expressões, designadamente as que condenavam Portugal, seriam dirigidos aos autores, ficando demonstrado o apoio ao governo português de países ocidentais, latino-americanos, do Paquistão, da China e do Japão, que praticamente não teriam participação no debate. A Itália, apoiada pelos EUA e pela França, entenderia sugerir emendas ao projecto, pretendendo, numa sugestão ambígua, evitar que ficasse estabelecida de forma explícita que existia o fornecimento de armamento a Portugal⁹⁰⁴. Num sentido oposto e para tornar o projecto num texto mais penalizador, a Bulgária tentaria que se afirmasse que qualquer assistência a Portugal representaria uma cumplicidade na supressão dos movimentos nacionalistas, devendo ser estabelecido um embargo a vendas e abastecimentos de armamento ao governo português⁹⁰⁵. Não tendo sido aceites pelos patrocinadores do projecto de resolução, que afirmariam que o texto deveria ser interpretado segundo o significado que lhe fora atribuído, as emendas não teriam qualquer acolhimento por terem sido rejeitadas ou por não se ter insistido que fossem

⁹⁰² Cf. *Idem*. p. 11

⁹⁰³ Cf. *Idem*. p. 12

⁹⁰⁴ Cf. *Idem*. p. 3

⁹⁰⁵ Cf. *Idem*. p. 3-4

sujeitas a votação⁹⁰⁶. Sem que ao que tudo indica Portugal tivesse efectuado muitas diligências, os parágrafos mais controversos do projecto de resolução, em particular a existência de uma ameaça à paz e à segurança internacionais, seriam submetidos a votações separadas a pedido da Suécia e da Irlanda, acabando por ser aprovados sem excepção⁹⁰⁷. Inalterado, o projecto de resolução seria adoptado com um número considerável de votos contra e de abstenções de países alinhados com o Ocidente, em particular dos membros da NATO, a África do Sul, Austrália, Brasil, Espanha, e Nova Zelândia.

A diminuição, quando comparada com a votação na XVI AG sobre a mesma questão, da maioria que apoiava o texto, o voto negativo das potências ocidentais e a atitude de reserva de alguns países teria sido o resultado da discordância com o que se considerava serem os “excessos da vertigem anticolonialista”⁹⁰⁸. As razões apresentadas para o comportamento na votação seriam a alegada ambiguidade na redacção dos apelos aos estados membros para que se abstivessem de continuar a fornecer qualquer assistência que permitisse prosseguir a repressão das populações e para que adoptassem medidas para evitar a venda e o fornecimento de armas e de equipamento militar ao governo português⁹⁰⁹. Factores adicionais, e mais decisivos do que a procura de justificações em questões de semântica, poderão contudo explicar a modificação da orientação que vinha sendo seguida. Em particular, o voto contra do Reino Unido, que tinha apoiado as duas anteriores resoluções contra Portugal, resultaria de condicionantes como a posição historicamente benigna do país em relação à ditadura de Salazar, o receio de que uma rápida descolonização pudesse resultar num cenário idêntico ao do Congo ou a necessidade de contrariar a influência dos socialistas nos países do Sul⁹¹⁰. O apoio da França, que também passaria a votar contra, seria sobretudo o reflexo de uma orientação pessoal de De Gaulle (apesar da opinião contrária de membros do seu

⁹⁰⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1418. *Quatrième Commission, 1418^e Séance. Mardi 11 Décembre 1962, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 629-630

⁹⁰⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1417. *Quatrième Commission, 1417^e Séance. Mardi 11 Décembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 619-620

⁹⁰⁸ Cf. BELLER, Denis Charles – *Ob. Cit.* p. 85

⁹⁰⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1419. *Quatrième Commission, 1419^e Séance. Mercredi 12 Décembre 1962, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1962. p. 631

⁹¹⁰ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires - «Live and Let Live: Britain and Portugal's Imperial Endgame (1945-75)» In *Portuguese Studies*. Vol. 29. Nº 2 (2013). p. 187-193

governo), que considerava Portugal como um parceiro relevante para assegurar a independência da política externa francesa no contexto da rivalidade bipolar⁹¹¹.

Alguns acontecimentos a nível internacional, que inevitavelmente tiveram repercussões nas NU, parecem ter igualmente condicionado o resultado da votação. No seguimento da crise dos mísseis de Cuba, quando o conflito militar entre as superpotências parecia eminente, a Guerra Fria experimentaria um relaxamento nas tensões entre o Leste e o Ocidente, com o início de um período de *détente* promovido pelo desafio europeu aos excessos da bipolaridade⁹¹². Se a rivalidade bipolar tinha servido para que Kennedy retirasse apoio a Portugal, o período de *détente* coincidiria com uma nova revisão da política norte-americana quanto ao colonialismo português. A posição assumida na administração norte-americana pelos que defendiam que se pressionasse Portugal a aceitar a autodeterminação das colónias seria abandonada para se garantir a renovação do acordo (que terminava em finais de 1962) para a utilização da base das Lajes, nos Açores, que era essencial para a defesa dos EUA⁹¹³. Utilizada por Portugal como uma arma negocial, o processo de renovação da permanência nos Açores seria arrastado de forma a se conseguir a mudança no comportamento dos EUA nas NU⁹¹⁴. Como anteriormente se verificara, a orientação do voto norte-americano teria um efeito de arrastamento em países que alinhavam com o Ocidente⁹¹⁵. As abstenções da Noruega, da Dinamarca e de outras delegações seriam entendidas como resultante da influência que os EUA tinham no bloco ocidental e, como notado pelos responsáveis portugueses, o Canadá, que seguia a orientação de Washington, passaria a ter uma

⁹¹¹ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 152-153

⁹¹² Cf. HANHIMAKI, Jussi M. - «Détente in Europe, 1962-1975» In *The Cold War. Crises and Détente*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. II. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 198

⁹¹³ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – *Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)*...p. 82

⁹¹⁴ Cf. *Idem.* p. 83-84

⁹¹⁵ Por se entender que da acção conjunta desse país e dos EUA dependeria a modificação da posição de inúmeros estados membros, uma outra arma negocial foi utilizada junto do Brasil, propondo-se a constituição de uma Comunidade Luso-Brasileira, que resultasse em facilidades económicas nas colónias portuguesas, em troca de contrapartidas políticas. Na eventualidade da ideia ser concretizada, a Embaixada Brasileira em Lisboa avançou como hipótese que o Brasil alterasse a sua posição nas NU, passando, como viria a acontecer, para a abstenção. Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-7. EUA. Conversa entre Franco Nogueira e o Secretário de Estado, Dean Rusk, no Palácio das Necessidades, em 27 de Junho de 1962, p. 157; ANTT, AOS/CO/NE-30B-9, Brasil, Relato da Conversa entre Franco Nogueira e o Embaixador do Brasil, Negrão de Lima, Realizado a 22 de Agosto de 1962, em Lisboa, p. 41-42

política mais compreensiva⁹¹⁶. A aproximação norte-americana a Portugal na Organização resultaria num maior comprometimento com a defesa da política colonial portuguesa, sendo desenvolvidos pelos EUA esforços para apaziguar os dirigentes portugueses.

A relativa recuperação de apoios por Portugal estaria, sem surpresas, dependente das circunstâncias do momento como demonstrado pelo exame de um outro projecto de resolução apresentado pelos afro-asiáticos. Iniciando a prática, que nos anos seguintes seria continuada, de adopção de decisões sobre aspectos particulares recorrentemente abordados, com o texto procurar-se-ia atender às afirmações dos estados membros e dos movimentos de libertação sobre as deficiências do sistema de ensino nas colónias portuguesas. No projecto de resolução seria previsto, com vista à formação de quadros para a administração dos países independentes, o estabelecimento de um programa especial para as colónias portuguesas, incluindo ensino técnico, educação para liderança e preparação de professores⁹¹⁷. Semelhante ao estabelecido no ano anterior para o Sudoeste Africano, o programa destinar-se-ia a ser suportado pelos planos das NU para a cooperação técnica, pelas agências especializadas e por bolsas de estudos concedidas pelos estados membros⁹¹⁸. Mesmo que temporariamente a residir em outros países, como no caso dos refugiados, pretender-se-ia que todos os naturais das colónias portuguesas fossem ilegíveis à participação no programa.

Certamente em resultado do carácter técnico da questão e por corresponder aos desejos dos EUA, que vinham insistindo com Portugal para a implementação de programas de ensino, o projecto de resolução seria relativamente consensual⁹¹⁹. Algumas emendas seriam introduzidas no texto, destinando-se a precisar os fundos a disponibilizar para o programa, a solicitar a cooperação portuguesa na implementação da resolução e a eliminar a afirmação sobre a “incapacidade e a repugnância” de Portugal na formação de quadros africanos⁹²⁰. Tendo o texto se tornado menos controverso, o projecto de resolução seria adoptado unicamente com os votos contra de

⁹¹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 167, Proc. XM-Geral, Ano de 1960-1961, 1966, Vol. 2, Política das NU em Relação a África, Telegrama da Embaixada de Portugal em Otava para o MNE, datado de 5 de Janeiro de 1963, p. 1

⁹¹⁷ Cf. United Nations – A/5349, 13 December 1962. *Non-Compliance of the Government of Portugal with Chapter XI*...p. 14

⁹¹⁸ Cf. *Ibidem*

⁹¹⁹ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-7, EUA, Relato da Conversa entre Franco Nogueira e o Embaixador dos EUA, Elbrick, realizada a 13 de Fevereiro de 1962, em Lisboa, p. 33-34

⁹²⁰ Cf. United Nations – A/5349, 13 December 1962. *Non-Compliance of the Government of Portugal with Chapter XI*...p. 8

Portugal e da África do Sul, registando-se a abstenção do Panamá. A relativa compreensão demonstrada na primeira votação não impediria assim que os países apoiantes de Portugal aprovassem um texto que faria a afirmação do carácter subdesenvolvido das colónias portuguesas. A mesma quase-unanimidade resultaria na aprovação de mais um projecto de resolução que, não produzindo nenhuma discussão, proporia a dissolução do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa⁹²¹. Como assinalado pelos autores, com o documento pretender-se-ia eliminar o risco de duplicação de funções e estabelecer de forma definitiva que a questão colonial portuguesa deveria passar a ser analisada pelo Comité de Descolonização, no quadro da resolução 1514 (XV)⁹²².

Não tendo os projectos de resolução, conforme as regras de procedimento o permitiam, sido objecto de qualquer discussão no plenário, a decisão final da AG confirmaria a tendência das votações da IV Comissão. Praticamente com os mesmos votos, os projectos tornar-se-iam, respectivamente, nas resoluções 1807 (XVII), 1808 (XVII) e 1809 (XVII), de 14 de Dezembro. Em resultado das decisões haveria a propensão para que a questão colonial portuguesa fosse entendida da forma mais radical permitida pela linguagem da Carta, por se considerar que estaria em causa a paz e a segurança internacionais. Em particular, as resoluções 1807 (XVII) e 1809 (XVII) afirmariam que a luta nas colónias portuguesas decorria da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, determinando a perda da importância da exigência do fornecimento por Portugal de informações de acordo com o Art.º 73º. As decisões, se bem que adoptadas no âmbito do não cumprimento pelo governo português do Capítulo XI e da resolução 1542 (XV), acabariam por consolidar o poder de intervenção do Comité de Descolonização na questão colonial portuguesa. Para antecipar as alterações que se pretenderia introduzir no seu mandato, que além das funções do Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal passaria a comportar as do Comité Especial para o Sudoeste Africano, entretanto extinto, o órgão

⁹²¹ Com a justificação de que disposições similares tinham sido incluídas em resoluções anteriores da AG, a URSS avançou uma emenda destinada a que se solicitasse ao SG o envio do relatório do Comité, juntamente com os documentos da IV Comissão sobre a questão, ao governo português, ao ECOSOC, à Comissão Económica para a África, à Comissão Económica para a Ásia e o Extremo Oriente, bem como às agências especializadas, incluindo a OIT. Por nunca ter aceite a criação do Comité, Portugal anunciou de que não participaria na votação, que teve lugar a 12 de Dezembro. Sem votos contra, mas com a abstenção de 22 países, a emenda soviética foi aprovada e integrada no projecto de resolução. Cf. *Idem.* p. 9

⁹²² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1419. *Quatrième Commission, 1419^e Séance. Mercredi 12 Décembre 1962, à 10h55.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 634

seria alargado, passando a ser composto por 24 membros⁹²³. Decorrente das decisões do plenário, a abordagem técnica e jurídica que tinha prevalecido na análise da questão colonial portuguesa seria substituída por um maior compromisso com a vertente política da descolonização.

A tendência para que o pedido de transmissão de informações fosse ultrapassado teria uma confirmação adicional no projecto de resolução apresentado no plenário aquando da análise do relatório do Subcomité de Angola. Tomando como referência as deliberações do Comité de Descolonização, o projecto apresentaria disposições bastante duras, pretendendo que a AG condenasse de forma resoluta o extermínio massivo da população angolana e as outras medidas de repressão adoptadas pelas autoridades portuguesas⁹²⁴. Ao se propor que se deplorasse a acção armada para fins de repressão, os países da NATO seriam implicitamente visados, reconhecendo-se a utilização por Portugal de armamento fornecido por determinados estados membros. Para Angola, como para as restantes colónias portuguesas, seria entendido que a AG afirmasse que a população estaria privada dos direitos e liberdades fundamentais, existindo uma prática generalizada de discriminação racial e uma economia baseada em larga extensão no trabalho forçado⁹²⁵. Com a convicção de que a guerra e a recusa portuguesa em aplicar as resoluções da ONU constituiriam uma fonte de tensões e de conflitos internacionais, se recomendaria que o conflito angolano fosse considerado, contrariamente ao que as decisões anteriores determinaram, como uma grave ameaça para a paz e a segurança internacionais⁹²⁶.

Com um sentido mais radical do que o relatório do Subcomité de Angola, o texto retomaria algumas das disposições do projecto de resolução da IV Comissão sobre o conjunto das colónias portuguesas, o que estaria relacionado com o papel da repetição enquanto elemento legitimador das decisões. Fazendo-se uma reafirmação solene do direito inalienável do povo angolano à autodeterminação e à independência, se proporia a condenação da guerra colonial conduzida pelo governo português, aconselhando-se o seu fim imediato⁹²⁷. Com o convite para que desistisse de empreender mais acções

⁹²³ Cf. United Nations - *Resolution 1654 (XVI)*, 27 November 1961. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

⁹²⁴ Cf. Nations Unies – *A/5501. Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1962-15 juin 1963*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 30

⁹²⁵ Cf. *Ibidem*

⁹²⁶ Cf. *Ibidem*

⁹²⁷ Cf. *Ibidem*

armadas e medidas de repressão, ao governo português se entenderia solicitar a libertação dos prisioneiros políticos, o levantamento da interdição de criação de partidos políticos, a adopção de medidas para assegurar a criação de instituições políticas livremente eleitas e a transferência do poder para a população angolana. A todos os estados se pretenderia apelar que usassem a sua influência para conseguir que Portugal se conformasse com a resolução e recusassem qualquer apoio ou assistência, em particular o fornecimento de armas, que pudesse ser usado para fins de repressão⁹²⁸. Relembrando que a recusa persistente em aplicar as resoluções da AG era incompatível com a condição de membro das NU, se recomendaria que se pedisse ao CS, caso Portugal negasse a aplicação da resolução, a adopção de medidas apropriadas, incluindo sanções. Por as prescrições da Carta sobre a aplicação de sanções nunca terem sido accionadas, as disposições do projecto de resolução revelar-se-iam bastante penalizadoras, decorrendo do entendimento de que Portugal tinha persistente e grosseiramente violado as suas obrigações, incluindo o dever de negociar⁹²⁹.

A pretexto de que se estava a solicitar um embargo de armas, de que a exigência de sanções era injustificada ou que a redacção do texto continha considerações “fora de propósito”, o Brasil, os EUA e o Japão se solidarizariam com a política colonial portuguesa⁹³⁰. Em reuniões da NATO sobre Angola (realizadas em Setembro e Outubro), Portugal tinha solicitado aos aliados que não tentassem moderar os projectos de resolução porque as iniciativas em nada alterariam a gravidade das propostas⁹³¹. À consideração dos membros da NATO seria apresentada a possibilidade do recurso à técnica do voto separado, que permitiria que apoiassem o direito à autodeterminação e em simultâneo votassem contra ou se abstivessem quanto ao conjunto dos projectos de resolução⁹³². Apresentado seguramente com a intenção de impedir que fossem eliminados os elementos mais radicais de forma a permitir que houvesse votos favoráveis, o pedido português teria acolhimento por a Itália ter solicitado a votação separada (como tinha acontecido na IV Comissão) do parágrafo que apelava à interrupção da assistência que permitisse a Portugal continuar a reprimir a população

⁹²⁸ Cf. *Ibidem*

⁹²⁹ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 48-49

⁹³⁰ Cf. Nations Unies - A/PV.1196. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session. 1196^e Séance Plénière. Mardi 18 Décembre 1962, à 10h30.* Nova Iorque: s.n., 1962. p. 1247-1249

⁹³¹ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-15, NATO, Apontamento Elaborado por José Manuel Fragoso da II Reunião do Conselho da NATO sobre o Problema de Angola nas Nações Unidas, Realizada a 10 de Outubro de 1962, p. 93

⁹³² Cf. *Idem.* p. 96

angolana⁹³³. Por ter havido quem se opusesse à votação separada, a moção italiana seria submetida a votos, sendo rejeitada, o que permitiria a adopção do projecto na sua totalidade, tornando-se na resolução 1819 (XVII), de 18 de Dezembro. Dando continuidade à orientação iniciada na discussão do relatório do Comité dos Sete, as principais potências ocidentais e alguns países que anteriormente tinham-se absterido alinhariam com o governo português, que ganharia novos votos sobretudo entre os latino-americanos.

Decorrente das semelhanças entre as decisões adoptadas, a resolução sobre Angola serviria para confirmar as tendências demonstradas aquando da primeira deliberação sobre as colónias portuguesas. Em ambos os textos seria evidente a perda da relevância da abordagem técnica e jurídica assente na procura das informações previstas no Art.º 73º, a preferência para que as iniciativas passassem a ser realizadas no âmbito da resolução 1514 (XV) e a consolidação do poder de intervenção do Comité de Descolonização na análise da questão colonial portuguesa. As resoluções adoptadas implicariam de certa forma uma ruptura com o período anterior, resultante da consciência de que as pressões políticas seriam mais eficazes do que a abordagem técnica e jurídica. Demonstrando uma transformação em que a exigência fundamental passaria a ser a autodeterminação das colónias portuguesas, as resoluções 1807 (XVII) e 1819 (XVII) não podem contudo deixar de ser interpretadas como significando que a recolha de informações fora instrumental para a maximização da questão colonial. Os dados reunidos serviriam para justificar que, à semelhança do *Apartheid*, a política colonial portuguesa fosse considerada como uma ameaça à paz e à segurança internacionais e para, pela constante repetição, se fazer vingar uma interpretação restritiva da ideia de autodeterminação⁹³⁴. Os países afro-asiáticos conseguiriam com a análise dos relatórios do Comité dos Sete e do Subcomité de Angola fazer a afirmação explícita de que as populações das colónias portuguesas tinham o direito à autodeterminação e à independência, atribuindo-se um apoio sem reservas às suas aspirações.

Tendo revisto a sua posição quanto à política colonial portuguesa, os EUA apresentariam um outro projecto de resolução, que não teria referências a quaisquer decisões anteriores e nem se colocaria sob a alçada do Art.º 73º ou da resolução 1514

⁹³³ Cf. Nations Unies - A/PV.1196. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session...*p. 1247

⁹³⁴ Cf. United Nations - *Resolution 1761 (XVII)*, 6 November 1962. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

(XV). Iniciativa cuidadosamente preparada, o projecto de resolução resultaria de conversações entre os EUA e o governo português sobre a possibilidade da nomeação de um relator internacional (à semelhança de uma fórmula utilizada pela SDN), que fosse encarregue de analisar o problema das colónias portuguesas⁹³⁵. O relatório produzido pelo relator, que se entenderia que provavelmente teria mais peso do que os documentos dos comités, destinar-se-ia a dotar o governo português de um elemento que pudesse ser usado de forma construtiva⁹³⁶. Portugal aceitara a proposta com a condição de que o projecto de resolução fosse elaborado de forma genérica, que o mandato do relator não implicasse qualquer interpretação do Art.º 73º e que fosse designado simplesmente para estabelecer os factos e a validade das acusações⁹³⁷. Com a concordância dos EUA, a proposta fora apresentada aos membros da NATO, tendo tido bom acolhimento, e a latino-americanos e afro-asiáticos, que detinham os votos necessários à sua aprovação⁹³⁸. Na impossibilidade dos afro-asiáticos aceitarem o texto original, Portugal acabaria por consentir que se propusesse a nomeação de dois relatores, com a condição de que os relatórios fossem assinados individualmente, e não em conjunto, e que o Subcomité de Angola, cujo destino não fora decidido pela resolução 1819 (XVII), fosse extinto⁹³⁹.

Significativamente diferente da versão inicialmente acordada entre Portugal e os EUA, o projecto de resolução, contendo referências à necessidade de obtenção de informações detalhadas sobre Angola e Moçambique, proporia a nomeação de dois representantes para recolher dados sobre a situação política, económica e social nos territórios⁹⁴⁰. Prevendo-se deslocações a Angola, Moçambique ou outros lugares, ao governo português se entenderia solicitar que prestasse toda a assistência na execução do mandato dos relatores, que deveriam elaborar um relatório para a sessão seguinte da AG. Para justificar a iniciativa, os EUA indicariam que seria uma oportunidade para que, pela primeira vez, houvesse uma deslocação oficial de representantes das NU às

⁹³⁵ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-7, EUA, Conversa entre Franco Nogueira e o Secretário de Estado, Dean Rusk, no Palácio das Necessidades, realizada a 7 de Junho de 1962, p. 162

⁹³⁶ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-7, EUA, Conversa entre Franco Nogueira e o Secretário de Estado, Dean Rusk, no Palácio das Necessidades, realizada a 28 de Junho de 1962, p. 163-164

⁹³⁷ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)»...p. 88

⁹³⁸ Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-3, Alberto M. Franco Nogueira, Carta Enviada por Franco Nogueira, de Nova Iorque, a António de Oliveira Salazar, datada de 20 de Outubro de 1962, p. 568v-569

⁹³⁹ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-11, EUA, Relato da Conversa entre Franco Nogueira e Dean Rusk, Realizada a 15 de Dezembro de 1962 na Embaixada dos EUA em Paris, p. 203

⁹⁴⁰ Cf. Nations Unies - A/PV.1196. *Assemblée Générale. Dix-Septième Session...*p. 1249

colónias portuguesas, avisando que, para que a proposta cumprisse o seu objectivo, não deveria ser sujeita a alterações⁹⁴¹. Sem prejuízo da posição de princípio sobre o Art.º 73º, Portugal anunciaria estar de acordo com a nomeação dos relatores, aos quais indicaria que prestaria a plena cooperação⁹⁴². Tendo consultado numa reunião secreta a opinião de Holden Roberto, que se encontrava em Nova Iorque, os países africanos informariam que, para que pudessem votar a favor, seria necessário que se mencionasse as anteriores resoluções das NU e que fossem nomeados três em vez de dois relatores, que teriam de ficar sujeitos à autoridade do Comité de Descolonização⁹⁴³.

Como as alterações pretendidas serviriam de pretexto para que Portugal retirasse a colaboração à iniciativa, os africanos – que como combinado com a missão norte-americana fariam um elogio da conduta dos EUA – solicitariam que o projecto de resolução não fosse submetido a votação⁹⁴⁴. Numa resposta afirmativa, os EUA abandonariam a proposta que, dadas as decisões que vinham sendo adoptadas pelas NU, poderá ser considerada como fora do contexto, uma vez que informações sobre as colónias portuguesas tinham sido reunidas pelo Subcomité de Angola e pelo Comité dos Sete, tendo as deliberações demonstrado que a AG não pretenderia continuar a examinar a política colonial portuguesa em função do Art.º 73º. Mais do que a recolha de informações, o gesto norte-americano destinar-se-ia a conseguir a simpatia dos países afro-asiáticos e do governo português⁹⁴⁵. Mesmo que a proposta não tivesse sido aprovada, hipótese que de resto tinha sido discutida, seria entendido que tanto Portugal como os EUA tinham ficado “*Numa Boa Posição*”⁹⁴⁶. Seria considerado que Portugal retirara da experiência a vantagem política de ter demonstrado disponibilidade para cooperar com a Organização e que a responsabilidade pelo falhanço caberia aos afro-asiáticos⁹⁴⁷. Bastante satisfeito com o desenrolar da XVII AG e com o comportamento dos EUA e dos países ocidentais em geral, o governo português teria um motivo adicional de satisfação por o Subcomité de Angola ter, a partir de então, se tornado inactivo. Sem que tivesse havido uma extinção formal, o órgão não voltaria a reunir-se,

⁹⁴¹ Cf. *Ibidem*

⁹⁴² Cf. *Idem*. p. 1250

⁹⁴³ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)»...p. 90

⁹⁴⁴ Cf. *Idem*. p. 90-91

⁹⁴⁵ Cf. *Idem*. p. 91

⁹⁴⁶ Cf. *Idem*. p. 91-92

⁹⁴⁷ Cf. *Idem*. p. 92

passando o Comité de Descolonização a analisar a situação em Angola em conjunto com as restantes colónias.

“O Espectáculo dos Dias Memoráveis”

MESMO SE OS RESULTADOS DA XVII AG tivessem sido considerados satisfatórios, os desenvolvimentos nas colónias, as movimentações dos afro-asiáticos e as acções empreendidas pelos órgãos das NU continuariam a garantir que a questão colonial portuguesa fosse periodicamente objecto de análise. Adiada sucessivamente por falta de condições, a acção directa na Guiné seria iniciada (em Janeiro de 1963) pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que entraria em acção no Sul, nas regiões de Tite e Fulacunda, predominantemente habitadas por balantas, abrindo em poucos meses uma segunda frente a Norte⁹⁴⁸. Estudos recentes têm procurado demonstrar que o recurso à luta armada teria resultado, entre outros factores, de um certo cepticismo quanto à ONU⁹⁴⁹. Tendo recorrido à Organização para a contestação do colonialismo português, as possibilidades de sucesso das resoluções para a independência da Guiné parecem ter merecido a desconfiança do movimento. Com o entendimento de que as iniciativas no campo internacional tinham falhado e que existiam limitações objectivas à aplicação das decisões da Organização, o PAIGC adoptaria a luta armada, no seguimento de um processo de preparação e mobilização das populações, como meio para criar condições internas que servissem para fundamentar as reivindicações no plano externo⁹⁵⁰.

O encarregado de negócios da Missão do Senegal (em carta de 10 de Abril) apresentaria um pedido de convocação urgente do CS para examinar uma violação do espaço aéreo senegalês por aviões portugueses, acusados de lançar granadas na aldeia de Bougniack⁹⁵¹. Com a indicação de que se tratava de uma repetição de actos semelhantes ocorridos em 1961, o Senegal, numa rectificação posterior, acrescentaria novos elementos. O representante português responderia à nota senegalesa afirmando que um inquérito rigoroso tinha demonstrado que nenhum avião militar tinha

⁹⁴⁸ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 343

⁹⁴⁹ Cf. *Idem.* p. 311

⁹⁵⁰ Cf. *Idem.* p. 313

⁹⁵¹ Cf. Nations Unies – *A/5501. Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secetaire General...* p. 32

sobrevoado a região, o que tornaria a acusação destituída de fundamento⁹⁵². Ainda que a veracidade do incidente não possa ser desmentida, como comprovado por informações do Cônsul francês em Dakar que assinalaria a existência de traços de *rockets* nas árvores e de uma criança ferida, a queixa do Senegal destinar-se-ia a servir de pretexto para a internacionalização dos desenvolvimentos ocorridos na Guiné⁹⁵³. Mais do que o facto de o projecto de resolução, de redacção moderada, ter sido adoptado por unanimidade, a discussão da queixa teria significado pelo precedente criado, em que as operações militares portuguesas contra países africanos seriam utilizadas para centrar as atenções na questão colonial.

Com um mandato definido em termos mais precisos, o Comité de Descolonização numa análise sobre o conjunto dos territórios portugueses adoptaria (em Abril) uma resolução em que solicitaria ao Conselho a aplicação de medidas coercivas⁹⁵⁴. Na convicção de que uma reunião para analisar o pedido de sanções seria inevitável, Portugal, aconselhado a fazer um gesto que pudesse contrariar as alegações quanto às ameaças à paz e à segurança internacionais, proporia conversações sobre problemas comuns e a negociação de pactos de não agressão, como garantia de boa vizinhança, aos países com fronteiras com as suas colónias. Sem que a proposta tivesse produzido efeito imediato (em Maio), na conferência constitutiva da Organização de Unidade Africana (OUA), estabelecida enquanto entidade regional segundo o Capítulo VIII da Carta, os países africanos decidiram apoiar moral, material e financeiramente a independência dos territórios coloniais, decretando o corte das relações diplomáticas com Portugal, a proibição das importações provenientes do país e o encerramento dos portos, aeroportos e espaço aéreo aos navios e aviões portugueses⁹⁵⁵. Países como a Burkina Faso, Egipto, Etiópia, Mali, Senegal e Tunísia corresponderiam ao apelo para a ruptura de relações diplomáticas, o que não impediria que outros continuassem a manter contactos com o governo português. Com o desenvolvimento de uma missão de bons ofícios, destinada a promover a união entre os que lutavam contra o colonialismo

⁹⁵² Portugal tentou, por intermédio de países como o Marrocos, que o Senegal retirasse o pedido de convocação do CS. Portugal acabou por propor no Conselho a criação de uma comissão de investigação luso-senegalense, ideia esta que não foi aceite por Senegal. Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 80-81

⁹⁵³ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 136 -137

⁹⁵⁴ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976...* p. 20

⁹⁵⁵ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - «The Foundation of the Organization of African Unity» In *Rastafari in Lusoland: on the 50th Anniversary of the Haile Selassie's I State Visit to Portugal, 1959-2009*. BOAVIDA, Isabel; RAMOS, Manuel João (Coord.). Lisboa: CEA-ISCTE, 2009. p. 37

português, a OUA reconheceria o GRAE, que se vinha estruturando com a criação de organizações estudantis, feministas e sindicais, recomendando que a FNLA fosse considerada como o único movimento que combatia verdadeiramente pela autodeterminação e independência de Angola⁹⁵⁶.

Por entender que a pressão diplomática sobre Portugal, dado o seu limitado peso internacional, seria suficiente para forçar a descolonização, a OUA desenvolveria uma estratégia destinada a isolar o país nas NU⁹⁵⁷. Numa iniciativa concertada dos seus membros, entenderia solicitar (numa carta de 11 de Julho) a convocação de uma reunião do CS para examinar, conforme a resolução do Comité de Descolonização, a situação nas colónias portuguesas⁹⁵⁸. Os países africanos pediriam ao Secretariado que desse prioridade ao caso português, assegurando que fosse debatido pelo Conselho em primeiro lugar⁹⁵⁹. Um comité de redacção da OUA seria encarregue de elaborar um relatório para a ser apresentado por representantes da Libéria, Madagáscar, Serra Leoa e Tunísia⁹⁶⁰. Para coincidir com a reunião (que teve lugar entre 22-31 de Julho), o PAIGC abriria na Guiné a frente Norte, destinada, entre outras motivações, a chamar a atenção da opinião pública internacional⁹⁶¹. Naquele que seria descrito por Franco Nogueira como “*O Espectáculo dos Dias Memoráveis*”, a política colonial portuguesa seria veementemente contestada, mesmo se no momento o CS apresentasse uma composição nitidamente favorável a Portugal, tendo entre os seus membros não permanentes, além do Gana e de Marrocos, países como o Brasil, as Filipinas, a Noruega e a Venezuela⁹⁶². Os africanos conseguiriam introduzir no debate um radicalismo ao qual as restantes delegações dificilmente poderiam se opor abertamente sob pena de ficarem conotadas com o colonialismo português. Países como as Filipinas, Madagáscar e Marrocos, que

⁹⁵⁶ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 272-273

⁹⁵⁷ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 22

⁹⁵⁸ O pedido foi reforçado por mensagens do imperador da Etiópia, Haile Selassie, e de Kwame Nkrumah, que propuseram a adopção de deliberações que conduzissem à liquidação do domínio império português em África.

⁹⁵⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 15 de Julho de 1963, p. 1

⁹⁶⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Telegrama da Embaixada de Portugal em Tananarive para o MNE, 26 de Julho de 1963, p. 1-2

⁹⁶¹ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 347. Alguns rumores deram conta que os países africanos teriam exercido pressões sobre a Indonésia para que desencadeasse uma invasão em Timor no momento da reunião. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Países Não Alinhados, Proc. H-5-11, Indonésia, A 9 G 1 M 6, 4701, Carta da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 15 de Julho de 1963, p. 1

⁹⁶² Cf. MARCOS, Daniel - *Ob. Cit.* p. 139

em privado se mostrariam disponíveis para ajudar Portugal, entenderiam, sob pressão, condicionar as intervenções à orientação dos seus alinhamentos políticos⁹⁶³.

Com o apoio incondicional da URSS, os africanos tentariam sobretudo justificar a legitimidade da convocação do CS, invocando o contínuo desrespeito por Portugal das resoluções das NU. A situação nas colónias portuguesas seria analisada em termos genéricos, tendo havido alguma particularização dos acontecimentos em Angola e na Guiné. As intervenções abordariam com maior insistência as fragilidades dos argumentos portugueses, as acusações quanto à intensificação da repressão armada, a denúncia do apoio da NATO, as condições de vida das populações ou a exploração económica dos territórios⁹⁶⁴. Portugal não escaparia à comparação com a África do Sul, considerando-se que ambos os países desrespeitavam a consciência universal e que haveria uma relação directa entre a salvaguarda do prestígio das NU e a necessidade de contrariar a oposição deliberada em aplicar as suas decisões⁹⁶⁵. Pela sua política e pelas medidas repressivas adoptadas, o governo português seria responsabilizado por ter aumentado as hipóteses do conflito em África, ameaçando os países vizinhos das suas colónias. Para se fazer respeitar as decisões da Organização, do CS seria exigido a adopção de sanções económicas e diplomáticas para contrariar a ameaça à paz e à segurança internacionais que se dizia existir⁹⁶⁶. Empregando expressões duras, os países africanos não deixariam contudo de testemunhar alguma moderação, indicando que, caso Portugal declarasse aceitar o princípio da autodeterminação, estariam dispostos a recuar no pedido de aplicação de sanções⁹⁶⁷.

Seguramente com a intenção de evitar a alienação dos países amigos, junto dos quais estava a efectuar diligências para a protecção dos seus interesses, Portugal entenderia fazer uma intervenção moderada. O comportamento português – que se verificara antes, uma vez que à medida que se sentiria mais apoiado Portugal parece ter optado por uma posição menos extremista – poderá também ter tido como objectivo

⁹⁶³ A este respeito *vide* AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Carta da Embaixada de Portugal em Manila para o MNE, datada de 28 de Julho de 1963, p. 1-3; AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Telegrama da Embaixada de Portugal em Tananarive para o MNE, 26 de Julho de 1963, p. 1-2; AHD, Fundo POI, Mç. 83, Proc. WA-43, Ano de 1963, Vol. I, Queixa do Senegal contra Portugal, Convocação do Conselho de Segurança, Telegrama da Embaixada de Portugal em Rabat para o MNE, datado de 12 de Abril de 1963, p. 1-2

⁹⁶⁴ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite. 16 juillet 1963 - 15 juillet 1964*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 9-11

⁹⁶⁵ Cf. *Idem*. p. 10

⁹⁶⁶ Cf. *Idem*. p. 11

⁹⁶⁷ Cf. *Idem*. p. 16

seduzir os africanos moderados para as conversações propostas. Praticamente não haveria o recurso à vitimização e o contra-ataque às afirmações africanas ficaria reduzido à indicação de que tinham ajudado e encorajado a violência⁹⁶⁸. A intervenção do representante português destinar-se-ia sobretudo a passar em revista os elementos essenciais da política colonial, insistindo-se nas reformas que tinham sido adoptadas. Portugal mobilizaria os argumentos inúmeras vezes repetidos, com preferência pelos que tentavam demonstrar que a Carta estaria a ser sucessivamente violada pela insistência em fazer aplicar disposições interpretadas incorrectamente⁹⁶⁹. De forma breve, algumas acusações, em particular a de que não tinha colaborado com a Organização, encontrariam resposta. Fazendo-se referências à proposta que tinha sido dirigida aos países africanos para que fossem comprovar no terreno as condições existentes nas colónias portuguesas e que ficara sem seguimento, os representantes da Libéria, Madagáscar, Serra Leoa e Tunísia seriam convidados a deslocar-se imediatamente a Angola e a Moçambique⁹⁷⁰. Mais do que impedir a adopção de um projecto de resolução, o convite destinar-se-ia a demonstrar que Portugal estaria disponível para conversações e imputar a responsabilidade por uma eventual recusa aos africanos⁹⁷¹.

Num sinal inequívoco dos apoios que Portugal tinha no CS, os que alinhavam com o bloco ocidental tentariam estabelecer um difícil equilíbrio, mantendo a posição de princípio favorável à autodeterminação, mas sem apoiar propostas de expulsão, sanções ou embargos de armas. Com a excepção do Brasil, que participaria na discussão logo de início, os restantes membros entenderiam reservar as intervenções para o final da sessão. A França seria quem mais categoricamente defenderia Portugal, ameaçando utilizar o veto, tendo o Reino Unido produzido uma declaração francamente favorável, enquanto que a intervenção dos EUA seria considerada desastrosa⁹⁷². Afirmando compreender que a libertação de África deveria ser completada, os países alinhados com o Ocidente indicariam que o processo de independência dos territórios portugueses

⁹⁶⁸ Cf. *Idem*. p. 11

⁹⁶⁹ Cf. *Ibidem*

⁹⁷⁰ Cf. *Idem*. p. 12

⁹⁷¹ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 143-144

⁹⁷² Os EUA, antes do debate, fizeram uma diligência em Lisboa, sugerindo a adopção de uma posição semelhante à da Espanha ou a apresentação de declaração de reconhecimento do direito à autodeterminação das populações africanas. O debate provocou uma tensão nas relações entre Portugal e os EUA, por o comportamento norte-americano ter merecido alguns reparos do governo português. Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «*Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)*»...p. 97

deveria ser pacífico, sem precipitação perigosa ou atraso injustificável⁹⁷³. Se de Portugal esperavam que reconhecesse a autodeterminação enquanto princípio que devesse ser aplicado às colónias, também diriam que caberia ao país, enquanto potência administrante, decidir o momento e os métodos para a sua implementação⁹⁷⁴. Seria reconhecido como um facto inegável que a situação era grave, mas sem se considerar que haveria uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Mesmo que a não cooperação do governo português com as NU fosse lamentada, seriam lançados apelos para que não se isolasse Portugal, pois ainda haveria a possibilidade de recorrer à persuasão⁹⁷⁵. Não se opondo à adopção de medidas pelo CS, retomariam a ideia da nomeação de relatores internacionais, considerando como positivo o convite, que entretanto tinha sido rejeitado pelos africanos, para a visita a Angola e Moçambique⁹⁷⁶.

Disponíveis para encontrar uma fórmula que permitisse evitar resoluções extremistas e satisfizesse os africanos moderados, os ocidentais desenvolveriam esforços para reunir votos para influenciar o processo de decisão do CS⁹⁷⁷. Ainda que em alguns momentos demonstrassem um comportamento revelador dos constrangimentos que afectavam a definição de uma política quanto a Portugal, os países ocidentais teriam um papel determinante, numa acção sem precedentes, contribuindo para a dissuasão de propostas radicais. Com uma total receptividade para auxiliar a política externa portuguesa, tendo De Gaulle assumido a definição da posição sobre a questão, a França reforçaria a sua acção nos países africanos de expressão francesa, recomendando moderação e prudência⁹⁷⁸. Ao que tudo indica, o Reino Unido, com a ajuda de outros países, terá tentado apresentar um projecto de resolução que atendesse às afirmações portuguesas sobre o desejo de colaboração com os africanos⁹⁷⁹. Divergências, uma vez que as delegações consultadas terão indicado que o estabelecimento de contactos estaria dependente da aceitação por Portugal do princípio da autodeterminação, terão determinado o falhanço da iniciativa⁹⁸⁰. Os EUA, aos quais se atribuiria um papel decisivo, indicariam, por intervenção de Kennedy que à

⁹⁷³ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 14

⁹⁷⁴ Cf. *Ibidem*

⁹⁷⁵ Cf. *Idem*. p. 13

⁹⁷⁶ Cf. *Idem*. p. 14

⁹⁷⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 29 de Julho de 1963, p. 1-2

⁹⁷⁸ Cf. MARCOS, Daniel - *Ob. Cit.* p. 140-141

⁹⁷⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, Conselho de Segurança, Julho de 1963, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 29 de Julho de 1963, p. 1-2

⁹⁸⁰ Cf. *Ibidem*

semelhança de De Gaulle se envolveria activamente na questão, a decisão de não apoiar resoluções radicais⁹⁸¹. Sem oferecer soluções específicas, pois não tomaria a iniciativa de propor um projecto de resolução conjunto com a Noruega como previsto a determinado momento, a delegação norte-americana conseguiria no entanto evitar referências a uma eventual expulsão de Portugal no texto que os afro-asiáticos apresentariam⁹⁸².

Ainda que bastante crítico, o projecto de resolução acabaria por ser um testemunho inequívoco do ambiente favorável a Portugal existente no CS. Contrariamente ao solicitado pelo Comité de Descolonização, seriam avançadas medidas limitadas e não sanções. Com poucas disposições novas, a intenção de maior radicalismo estaria presente na linguagem empregue, com recurso a expressões como “condena”, “requer” ou “decide”⁹⁸³. Com o texto pretender-se-ia que o CS mostrasse a convicção de que a situação nas colónias portuguesas constituiria uma ameaça à paz e à segurança internacionais e confirmasse a resolução 1514 (XV). O conceito de territórios do ultramar, fazendo parte integrante do Portugal metropolitano seria rejeitado, sugerindo-se a condenação da atitude portuguesa, das violações repetidas da Carta e da recusa persistente em aplicar as resoluções das NU⁹⁸⁴. Para conferir autoridade à decisão da AG, se entenderia que ficasse prevista a exigência ao governo português da aplicação imediata do programa de descolonização presente na resolução 1807 (XVII). Os apelos que anteriormente tinham sido dirigidos aos estados membros seriam apresentados com uma formulação diferente, propondo-se que fosse solicitado somente a cessação da assistência que permitisse a Portugal continuar a repressão e a adopção de medidas que impedissem a venda e o fornecimento de armas e equipamentos militares destinados a fins repressivos⁹⁸⁵. Tendo como significado que a questão deveria ficar pendente, para ser retomada mais tarde, se anteciparia que o SG ficasse encarregue de assegurar a aplicação da resolução, reportando ao CS o mais tardar a 30 de Setembro. Mesmo não tendo sido referido explicitamente, com o projecto de resolução pretender-

⁹⁸¹ Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)»...p. 96

⁹⁸² Cf. *Idem*. p. 98

⁹⁸³ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite*...p. 13

⁹⁸⁴ Cf. *Ibidem*

⁹⁸⁵ Cf. *Ibidem*

se-ia deixar ao CS a hipótese de realizar consultas directas com o governo português ou de encarregar alguém a entrar em contacto com representantes portugueses⁹⁸⁶.

Com a intenção de enfraquecer o texto, para permitir votos favoráveis, seriam apresentadas emendas para a eliminação de algumas partes, a substituição de palavras e a reformulação dos parágrafos mais controversos. Para limitar o alcance do texto, a Venezuela proporia que se eliminasse a afirmação de que a situação nas colónias portuguesas constituiria uma ameaça à paz e à segurança internacionais⁹⁸⁷. De forma a impedir a utilização de expressões duras recomendar-se-ia que as palavras “decide”, “condena” e “coloca gravemente em perigo” fossem substituídas por “afirma”, “deplora” e “perturba gravemente”. Em vez de se solicitar a aplicação da resolução 1807 (XVII) pretender-se-ia que o CS se limitasse a convidar o governo português a colocar em prática as determinações do programa de descolonização aprovado pela AG⁹⁸⁸. O pedido para a suspensão da assistência militar que permitisse a Portugal desenvolver acções de repressão seria objecto de uma nova redacção, propondo-se a sua substituição por um apelo semelhante ao aprovado nas resoluções anteriores e que tanta controvérsia tinha gerado, tendo inclusivamente servido para justificar os votos contra ou as abstenções. Numa questão de pormenor, seria indicado ser preferível que o pedido ao SG para que concedesse, para a aplicação da resolução, “toda a assistência necessária” fosse relativizado, prevendo-se que atribuisse a “assistência que estimasse necessária”⁹⁸⁹. Certamente na expectativa de que houvesse algum desenvolvimento, designadamente a realização de conversações entre o governo português e os países africanos, aconselhar-se-ia o alargamento do prazo para o SG reportar ao CS, que deveria passar para finais de Outubro.

Representando uma descaracterização do texto, as emendas acabariam por merecer a aceitação dos afro-asiáticos, o que poderá ser explicado pelas mesmas razões que terão conduzido a uma maior ponderação no momento da redacção do projecto. Com justificações segundo as quais as medidas propostas somente seriam convenientes numa situação de ameaça à paz ou que determinadas afirmações seriam susceptíveis de impedir em vez de facilitar o acordo, os EUA, a França e o Reino Unido não apoiariam

⁹⁸⁶ Cf. *Ibidem*

⁹⁸⁷ Cf. *Idem*. p. 16

⁹⁸⁸ Cf. *Ibidem*

⁹⁸⁹ Cf. *Ibidem*

o projecto de resolução, abstendo-se⁹⁹⁰. O carácter artificial dos argumentos que serviriam para fundamentar as abstenções tornar-se-ia mais evidente nas declarações do sentido de voto, em que as três grandes potências indicariam aprovar o essencial do projecto de resolução⁹⁹¹. As potências ocidentais em privado demonstrariam temer sobretudo que o texto pudesse criar um precedente perigoso e conduzir à instauração de sanções a Portugal, o que poderia ser embaraçoso para a NATO⁹⁹². Determinado directamente pela intervenção de Kennedy, o sentido do voto norte-americano não produziria o mesmo efeito de arrastamento verificado anteriormente, o que seria o resultado de o Brasil ter adoptado uma atitude mais rígida, de a Venezuela pretender por uma questão de coerência manter a posição que assumira no Comité de Descolonização e de a Noruega ter ficado satisfeita com as alterações ao documento⁹⁹³. O projecto seria aprovado (em 31 de Julho), tornando-se na resolução 180 (1963), que estava bastante distante do texto original, limitando-se a deplorar a atitude do governo português sem a condenar.

Tendo servido para reforçar as disposições da resolução 1807 (XVII), tornando-as de aplicação obrigatória, a decisão aprovada teria uma grande repercussão na imprensa internacional e na opinião pública portuguesa. De significativo seria o facto de, em vez de relembrar a resolução 1514 (XV) como as anteriores decisões tinham feito, se confirmar a Declaração. No mesmo sentido, ao rejeitar o conceito português de territórios ultramarinos, na prática o documento teria como significado a reafirmação das resoluções 1541 (XV) e 1542 (XV). Consideravelmente enfraquecido, o texto poderá ser interpretado como um retrocesso nos esforços afro-asiáticos, tornando evidente um desfasamento entre o radicalismo das afirmações e a capacidade em adoptar decisões. Em sentido literal, a resolução 180 (1963) significaria que o órgão que pela Carta tinha a competência para determinar a existência de ameaças à paz e à segurança internacionais não concordaria com o entendimento da maioria anticolonialista de que a situação nas colónias portuguesas pudesse recair no âmbito do Capítulo VII e nem atenderia ao pedido de sanções. Numa demonstração dos limites da

⁹⁹⁰ A posição de abstenção provocou descontentamento no interior do governo francês, onde alguns sectores não compreendiam o apoio diplomático e militar que De Gaulle dava à política colonial portuguesa. O representante francês nas NU, Roger Seydoux, exprimiu o seu desagrado pelo voto da França, indicando que se tornava cada vez mais difícil se opor-se a propostas que tinham um interesse ao mais alto nível para os africanos. Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 152

⁹⁹¹ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 14

⁹⁹² Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 311-312

⁹⁹³ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 16

pressão afro-asiática, dado que os países ocidentais determinavam em grande medida a orientação do órgão, o documento resultaria numa desautorização das conclusões do Comité dos Sete, do Comité de Descolonização e da própria AG. Explicada pelo desequilíbrio inerente ao sistema das NU, a resolução 180 (1963) demonstraria a diferença entre a actuação do CS, onde Portugal conseguiria mobilizar o apoio dos membros permanentes que tinham capacidade para vetar as decisões, e a AG, que seria sempre mais radical nas suas exigências e adoptaria medidas penalizadoras para a política colonial portuguesa.

O governo português, que decidiria ignorar a resolução, hesitaria no seguimento do debate no CS quanto à possibilidade da realização de um plebiscito sobre a política colonial. A hipótese seria avançada num discurso de Salazar (a 12 de Agosto) destinado a esclarecer a posição portuguesa em relação às pressões das NU. Sem que a questão tivesse ficado bem esclarecida, o plebiscito parece ter-se limitado a uma manifestação no Terreiro do Paço (a 27 de Agosto), com a qual se consideraria que o povo português tinha legitimado a continuação da defesa, tanto militar como internacional, da presença nas colónias. Igualmente relevante, enquanto seguimento do debate no CS, seria a iniciativa de Kennedy de enviar um emissário especial, da sua confiança, para conversações com Salazar e Franco Nogueira. O Subsecretário de Estado, George Ball, ficaria encarregue (com a chegada a Lisboa a 29 de Agosto) de conseguir que o governo português aceitasse um plano, que retomaria muitas das considerações norte-americanas sobre a necessidade de um programa de desenvolvimento para as colónias, que permitisse a autodeterminação no prazo de dez anos. Divergências quanto ao conceito de autodeterminação e à definição de uma data limite para a sua implementação terão impedido o acordo. Ainda que ao que tudo indica Franco Nogueira tivesse favorecido a proposta, Salazar subordinaria qualquer acção à manutenção da integridade territorial do Estado português, opondo-se à mínima cedência.

Uma “Vitória para Portugal”

NA SUA CAPACIDADE DE FUNCIONÁRIO das NU e enquanto personalidade independente, o SG com frequência complementa os esforços do CS – com o qual

mantém uma relação complexa e por vezes conflituosa – na solução de disputas⁹⁹⁴. Ao adquirir uma real influência na política internacional, nomeadamente em questões de segurança, o SG tem utilizado os seus bons ofícios, supervisionando uma rede de agentes que o representam e que, por seu intermédio, reportam ao CS⁹⁹⁵. Decorrente da resolução 180 (1963), o SG U Thant ficara encarregue de adoptar uma acção específica, redigindo um relatório sobre a aplicação pelo governo português da decisão do Conselho. Para lhe permitir desempenhar o mandato, pediria (em nota datada de 19 de Agosto) que Portugal lhe comunicasse as medidas empreendidas para a aplicação da resolução⁹⁹⁶. O representante permanente de Portugal (a 29 de Agosto) transmitiria a disponibilidade do governo português para fornecer quaisquer clarificações, convidando o SG a deslocar-se a Lisboa para conversações directas. Cuidadosamente preparado, a iniciativa tinha sido sugerida pelo embaixador norte-americano em Lisboa, tendo Franco Nogueira considerado que não haveria inconveniente em conversar com o SG sobre as acusações de ameaça à paz e à segurança internacionais⁹⁹⁷. Por entender que o convite tinha sido “redigido tendenciosamente”, dado que fora salvaguardada a posição portuguesa quanto à competência das NU, U Thant comunicaria (a 31 de Agosto) que não poderia abandonar a sede da Organização, mas que nomearia o Subsecretário para o Departamento da Tutela e Informação sobre os Territórios Não Autónomos, Godfrey Amachree, de nacionalidade nigeriana, para representá-lo nas conversações⁹⁹⁸.

Escolhido por a Nigéria ser um país considerado moderado e por ter anteriormente tido uma conversa com Franco Nogueira que teria decorrido de forma cordial, Amachree deslocar-se-ia a Lisboa (de 9-11 de Setembro) para conversações com Oliveira Salazar e funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar⁹⁹⁹. Bem acolhida por alguns países africanos, a deslocação a Lisboa seria

⁹⁹⁴ Cf. MALONE, David M. – «Security Council» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 119

⁹⁹⁵ Cf. *Ibidem*

⁹⁹⁶ Cf. United Nations - S/5448, 31 October 1963. Report by the Secretary-General in Pursuance of the Resolution Adopted by the Security Council at its 1049th Meeting on 31 July 1963 (S/5380). S.I.: s.n., s.d. p. 2

⁹⁹⁷ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-14, EUA, Conversa entre Franco Nogueira e o Embaixador dos EUA no MNE, realizada a 16 de Agosto de 1963, p. 257-258

⁹⁹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 86, Proc. WE-Geral, 1963, Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963), Conversações Luso-Africanas, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 2 de Setembro de 1963, p. 1

⁹⁹⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 200, Proc. ZG-2, Ano de 1964-1967, Vol. I, Convites Feitos ao Sr. U Thant para Visitar o Ultramar, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 29 de Agosto de 1963, p. 1

antecedida de uma grande preparação quanto à definição da natureza dos seus objectivos. Amachree seria instruído a limitar-se ao âmbito da resolução 180 (1963), procurando determinar a opinião do governo português sobre as modalidades para a implementação da decisão no seu conjunto e em particular do parágrafo que convidava à aplicação do programa de descolonização¹⁰⁰⁰. O SG indicaria não lhe interessar, excepto na medida em que tivesse relação com a resolução ou alguma influência na sua implementação, a discussão de questões como os problemas suscitados na sessão do CS ou a validade das decisões dos órgãos das NU. Dada a natureza sensível da sua missão, que atrairia as atenções de inúmeros países, Amachree seria aconselhado a empregar o maior cuidado e descrição, evitando declarações ou comentários à imprensa, salvo quando autorizado pelo SG¹⁰⁰¹.

As reuniões em Lisboa destinar-se-iam na sua aparência, como desejado pelo SG, à discussão da resolução 180 (1963), sem que contudo tivessem sido deixadas de parte considerações quanto à posição de princípio do governo português e aos problemas referidos no debate no CS¹⁰⁰². Franco Nogueira analisaria a resolução parágrafo a parágrafo, tendo havido o cuidado de não colocar em causa a competência do SG para desempenhar o mandato que lhe tinha sido atribuído¹⁰⁰³. Mais do que contestar as decisões das NU ou defender a política colonial portuguesa, no fundamental, as reuniões seriam uma oportunidade para mostrar disponibilidade em dialogar, retomando-se a proposta para a realização de encontros com países africanos. Numa conversa privada, anterior às reuniões oficiais, Franco Nogueira informaria Amachree que Portugal continuaria receptivo ao diálogo, desde que não houvesse interferências de países não africanos¹⁰⁰⁴. Ao manifestar o interesse em aceitar qualquer

¹⁰⁰⁰ Cf. *Idem.* p. 1-2

¹⁰⁰¹ Cf. *Idem.* p. 2

¹⁰⁰² Da parte portuguesa participaram nas reuniões Franco Nogueira; General Câmara Pina, Chefe de Estado Maior do Exército; Alexandre Ribeiro da Cunha, Inspector Superior do Ministério do Ultramar; João Hall-Themido, Director Geral Adjunto dos Negócios Políticos do MNE; e assessores do MNE Estrangeiros e do Estado Maior do Exército. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0903/12548, Proc. GG-2-2, ONU, Secretário-Geral, Conversações com o Representante do Secretário Geral da ONU em Lisboa, Apontamento da Conversa Realizada na Secretaria de Estado com o Representante do SG das NU, Elaborado pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE, p. 1

¹⁰⁰³ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-05, Country Files of the Secretary-General U Thant, Portuguese Territories, Mission of Mr. Amachree to Portugal, Second Meeting: 10 September 1963 – 4 p.m., p. 8-10

¹⁰⁰⁴ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations. Memorando de Godfrey K. J Amachree para o SG datada de 17 de Setembro de 1963, p. 2

assistência do SG, Portugal definiria nos restantes encontros, designadamente naquele que seria realizado com Salazar, as condições para as conversações, indicando que deveriam limitar-se a países que tinham fronteiras com as colónias portuguesas, que a presença de estados como a Argélia e a República Árabe Unida, conhecidos pelo seu radicalismo em questões coloniais, não seria admissível e que, pelo contrário, Marrocos e Tunísia poderiam ser opções aceitáveis¹⁰⁰⁵.

Tendo tido intervenções pontuais, uma vez que as reuniões seriam conduzidas pelos representantes portugueses, Amachree revelaria um comportamento muito semelhante ao de Carlos Salamanca, o que lhe valeria acusações de alinhamento com a política colonial portuguesa¹⁰⁰⁶. Com conclusões precipitadas, no memorando apresentado ao SG indicaria que o convite para a deslocação a Lisboa tinha sido sincero, e não uma manobra de propaganda¹⁰⁰⁷. Para Amachree, Portugal estaria entre a espada e a parede, mas por razões políticas não poderia de um momento para o outro alterar a orientação que vinha seguindo¹⁰⁰⁸. Ao considerar que o governo português desejava dispor de tempo para implementar as reformas anunciadas, entenderia que a grande preocupação era assegurar que em caso de independência a sua influência nas colónias não desapareceria¹⁰⁰⁹. Nas sugestões apresentadas, Amachree limitar-se-ia a propor que o SG viabilizasse a sugestão portuguesa para conversações com países africanos, convidando ao início de uma discussão sobre a questão da ameaça à paz e à segurança no continente africano, que seria uma fórmula suficientemente ampla para permitir que as partes abordassem problemas do seu interesse¹⁰¹⁰. Amachree teria o cuidado de sugerir que a escolha dos países para participar nas discussões ficasse a cargo do SG, que aconselharia a consultar o grupo africano para evitar acusações de não ter procurado a cooperação da OUA enquanto organização regional¹⁰¹¹. Desde que os países participantes fossem cuidadosamente escolhidos, Amachree assinalaria que Portugal

¹⁰⁰⁵ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-05 – Country Files of the Secretary-General U Thant. Portuguese Territories - Mission of Mr. Amachree to Portugal, Resumo da reunião entre Amachree e Salazar, realizada a 11 de Setembro, às 12:30 p.m., p. 1

¹⁰⁰⁶ Cf. AHD, Archives of Secretary-General U Thant, 1963. Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963). Conversações Luso-Africanas. Carta da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datada de 18 de Março de 1966, p. 1

¹⁰⁰⁷ Cf. Archives of Secretary-General U Thant, U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations. Memorando de Godfrey K J Amachree para o SG datada de 17 de Setembro de 1963, p. 3

¹⁰⁰⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁰⁰⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁰¹⁰ Cf. *Idem*. p. 4

¹⁰¹¹ Cf. *Ibidem*

não teria quaisquer objecções em cooperar e afirmaria acreditar que as conversações poderiam produzir resultados¹⁰¹².

Uma certa divergência, por alguns recearem que as conversações seriam uma manobra dilatória, parece ter suscitado dúvidas se os africanos aceitariam a proposta de Amachree¹⁰¹³. Se bem que anteriormente tivessem imposto como condição para quaisquer conversações o reconhecimento por Portugal da aplicabilidade do direito à autodeterminação às suas colónias, os países africanos acabariam por concordar participar na iniciativa por ser patrocinada pelo SG e por se entender que deveriam ser explorados o que alguns pensavam serem sinais de abertura do governo português¹⁰¹⁴. Em estreito contacto com a Missão Portuguesa, que informaria do andamento dos preparativos realizados em nome do SG, Amachree desenvolveria esforços para impedir, como desejado por Portugal, que a Argélia e a República Árabe Unida fossem designadas para participar nas conversações¹⁰¹⁵. Por indicação do grupo africano seriam escolhidos os quatro países que tinham representado a OUA na reunião do CS, os dois membros não permanentes do órgão, além da Nigéria, do Tanganica e da Guiné¹⁰¹⁶. Contando com a presença de países considerados radicais em matéria de colonialismo, como o Gana e a Guiné, e não se tendo limitado aos que tinham fronteiras com as colónias portuguesas, a composição da representação africana não deixaria porém de servir os interesses portugueses. Para não comprometer as conversações, os países africanos adoptariam um espírito de moderação, tendo havido uma significativa melhoria do ambiente nas NU, o que permitiria que Portugal não tivesse dificuldades no relacionamento com outras delegações¹⁰¹⁷.

A eventualidade da realização de conversações entre representantes portugueses e africanos seria motivo de grande curiosidade da imprensa internacional e de outras

¹⁰¹² Cf. *Ibidem*

¹⁰¹³ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 312

¹⁰¹⁴ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations. Memorando de Godfrey K J Amachree para o SG datada de 17 de Setembro de 1963, p. 4

¹⁰¹⁵ O aide-mémoire que Amachree entregou aos países africanos foi elaborado em termos muito genéricos, para não causar embaraços a Portugal. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 86, Proc. WE-Geral, 1963, Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963). Conversações Luso-Africanas, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Outubro de 1963, p. 1

¹⁰¹⁶ Cf. United Nations - S/5448, 31 October 1963. Report by the Secretary-General in Pursuance of the Resolution...p. 4

¹⁰¹⁷ Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-3, Alberto M. Franco Nogueira, Carta de Franco Nogueira, enviada de Nova Iorque, para António Oliveira Salazar, datada de 19 de Outubro de 1963, p. 588

delegações. Em particular, os EUA, a França e o Reino Unido dariam a conhecer a expectativa de que a iniciativa produzisse algum resultado que retirasse a questão colonial portuguesa da agenda das NU¹⁰¹⁸. Como aconselhado por Amachree, Portugal estaria representado ao mais alto nível, por Franco Nogueira, para demonstrar a importância que pretendia atribuir às conversações (iniciadas a 17 de Outubro)¹⁰¹⁹. Afirmando que o seu governo participava nos encontros, que seriam privados e confidenciais com boa vontade, não desejando se envolver em acusações, Franco Nogueira se proporia abordar questões de facto e de ideologia, de política e de princípios¹⁰²⁰. Sem que tivesse havido qualquer intenção de discutir a política colonial, Portugal afirmaria que as acções do seu governo não representavam uma ameaça à paz e à segurança, que as condições existentes nos seus territórios não eram susceptíveis de crítica da parte dos países africanos e que não existia um acordo sobre uma definição válida do conceito de autodeterminação¹⁰²¹. Embora não de forma muito aprofundada, Franco Nogueira apresentaria o entendimento que Portugal tinha da ideia de autodeterminação. Numa clara rejeição da associação entre a autodeterminação e a independência, seria indicada a oposição a um conceito que conduzisse a resultados pré-determinados e que ignorasse todos os actos que não estivessem de acordo com certas resoluções ou critérios¹⁰²². Por se acreditar na existência de mais do que uma modalidade de autodeterminação, se avançaria que para Portugal a ideia significaria o consentimento da população a uma certa estrutura política, tipo de Estado e organização administrativa¹⁰²³. A autodeterminação não seria abstracta, mas estaria relacionada com

¹⁰¹⁸ Antes das conversações os EUA alertaram Amachree que o conceito de autodeterminação não incluía somente a possibilidade de independência total e absoluta, devendo ser considerada a eventualidade de as colónias portuguesas escolherem qualquer espécie de associação a Portugal. Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 313

¹⁰¹⁹ Conforme aos procedimentos adoptados, que foram sugeridos por Amachree, o SG conduziu a abertura das reuniões, a 17 de Outubro, pronunciando uma breve declaração de circunstância. Com o acordo de todos, o SG determinou que Franco Nogueira falaria em primeiro lugar, fazendo uma exposição sobre a política portuguesa em relação às suas colónias, após o que a reunião seria interrompida para permitir que os países africanos pudessem analisar as considerações efectuadas por Portugal. Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Summary of Meeting Between Portugal and Representatives of African States Held in the Secretary-General's Office, 17 October 1963, First Meeting, p. 1

¹⁰²⁰ Cf. *Idem.* p. 2

¹⁰²¹ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Summary Meeting Between Portugal and Representatives of the African States Held in the Secretary-General's Office, 17 October 1963. Second Meeting, p. 1-9

¹⁰²² Cf. *Idem.* p. 5-6

¹⁰²³ Cf. *Idem.* p. 6

as condições prevaletentes nos territórios, resultando da participação das populações nas questões administrativas e na vida política a todos os níveis¹⁰²⁴.

Sendo sabido de antemão que a questão da autodeterminação seria extensamente debatida, as considerações de Franco Nogueira mereceriam uma resposta ponderada, que pouco se assemelharia às intervenções que vinham sendo produzidas pelos africanos. Sem formular acusações contra a política colonial portuguesa, os países africanos, reportando-se apenas à Carta, e não às disposições da resolução 1514 (XV), pretendiam saber se o governo português estaria preparado para implementar o princípio da autodeterminação e da independência¹⁰²⁵. Unicamente preocupados com questões de princípio, que entenderiam estar acima dos problemas do desenvolvimento económico e social, solicitariam esclarecimentos sobre o conceito português de autodeterminação¹⁰²⁶. As questões suscitadas destinavam-se a determinar se Portugal se propunha aplicar o seu conceito a Angola e Moçambique, havendo dificuldades unicamente nas modalidades de implementação, e se quando empregava a palavra “população” estava a referir-se aos “africanos”¹⁰²⁷. As explicações que Portugal apresentaria pouco acrescentariam ao que tinha dito, o que tornaria as suas afirmações numa discussão sobre a interpretação da Carta, sem que tivesse havido qualquer recuo no conceito de autodeterminação¹⁰²⁸.

Na procura de um entendimento, o SG reunir-se-ia separadamente com cada uma das partes, apresentando um memorando com questões e a proposta para a realização de uma segunda fase nas conversações. Redigidos por Amachree, os esclarecimentos pedidos pelo SG seriam uma tentativa para evitar a continuação do conflito nas NU e transferir as discussões para fora da jurisdição da Organização. Elaboradas de forma aparentemente imparcial, as questões corresponderiam ao que Franco Nogueira comunicara informalmente a Amachree sobre a eventualidade de Portugal considerar outras modalidades para a efectivação da sua interpretação da ideia

¹⁰²⁴ Cf. *Idem.* p. 6-7

¹⁰²⁵ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Summary of Meeting between Portugal and Representatives of the African States, held in the Secretary-General's Office, October 18 1963. Third Meeting, p. 2

¹⁰²⁶ Cf. *Idem.* p. 3

¹⁰²⁷ Cf. *Ibidem*

¹⁰²⁸ Cf. *Idem.* p. 4-6

de autodeterminação¹⁰²⁹. Para alegadamente terminar com as dúvidas quanto ao conceito português solicitar-se-ia que Portugal indicasse se seria dada às populações de Angola, Moçambique e Guiné a oportunidade de decidir a forma de governo a implementar nos seus territórios, se lhes seria permitido exprimir-se livremente sobre o assunto e se as autoridades portuguesas estariam disponíveis para aceitar a oferta de bons ofícios dos representantes africanos para que a paz e a estabilidade fosse restaurada¹⁰³⁰. Aos países africanos, o SG questionaria se poderiam garantir um ambiente pacífico enquanto decorressem as conversações, a retoma das relações diplomáticas com Portugal e a suspensão das discussões na IV Comissão e na AG sobre a política colonial¹⁰³¹.

Por se considerar que o objectivo principal deveria ser alcançar os fins definidos pela OUA, a reacção africana ao memorando do SG afirmaria que quaisquer compromissos deveriam ser estabelecidos segundo limites cuidadosamente definidos¹⁰³². Ainda que demonstrassem estar preparados para usar os seus bons ofícios e facilitar o contacto entre o governo português e os movimentos nacionalistas, os países africanos indicariam não poder, enquanto não houvesse certezas de que as negociações seriam bem-sucedidas, garantir que Portugal não seria incomodado ou que os laços diplomáticos seriam retomados¹⁰³³. Quanto à suspensão dos debates, afirmariam que a hipótese poderia ser considerada se num período razoável de tempo fossem tomadas iniciativas para encontrar uma solução¹⁰³⁴. Se bem que se considerasse que a reacção africana deixaria Portugal numa posição confortável se houvesse a necessidade de revelar publicamente o resultado das conversações, a resposta

¹⁰²⁹ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Memorando elaborado por Godfrey Amachree, enviado para o SG e datado de 22 de Outubro de 1963, p. 1

¹⁰³⁰ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Anexo ao Memorando elaborado por Godfrey Amachree, enviado para o SG e datado de 22 de Outubro de 1963, p. 1

¹⁰³¹ Dando crédito ao que Portugal dissera sobre o reduzido número de seguidores dos líderes nacionalistas, Amachree avançou ainda com a sugestão, que ao que tudo indica não foi adoptada, de que o SG procurasse saber a reacção dos países africanos a um eventual envio de uma missão do Secretariado às colónias portuguesas para determinar a representatividade dos movimentos de libertação. Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Memorando elaborado por Godfrey Amachree, enviado para o SG e datado de 22 de Outubro de 1963, p. 1-2

¹⁰³² Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Resposta dos Países Africanos, datada de 23 de Outubro de 1963, ao Aide Memoire do SG, p. 1

¹⁰³³ Cf. *Idem.* p. 3

¹⁰³⁴ Cf. *Ibidem*

portuguesa ao memorando seria pensada como forma de permitir aos países africanos “salvar a face”, dando-lhes uma justificação para continuarem com as conversações¹⁰³⁵. Com a indicação de que novas leis eleitorais alargando consideravelmente o eleitorado seriam publicadas brevemente, Portugal indicaria, sem assumir um compromisso definitivo, que estaria a ser considerada a hipótese de um plebiscito, a nível nacional, para permitir às populações exprimir uma opinião sobre a política ultramarina¹⁰³⁶. Sem corresponder à oferta de bons ofícios dos países africanos, se acrescentaria que seriam continuados os esforços para acelerar os programas de desenvolvimento, de forma a aumentar a participação das populações na vida administrativa e política dos territórios¹⁰³⁷.

Destinando-se eventualmente a condicionar a redacção do relatório ao CS, a resposta portuguesa ao memorando do SG provocaria alguma discordância entre os países africanos sobre se valeria a pena continuar com as conversações¹⁰³⁸. O SG tentaria obter garantias de que continuaria a haver um envolvimento africano, o que não seria conseguido¹⁰³⁹. Para que houvesse um ponto de partida para futuros entendimentos, os países africanos pediriam que o governo português explicasse como faria a combinação entre a sua definição de autodeterminação e a realização de um plebiscito em Angola, Moçambique e Guiné¹⁰⁴⁰. As questões seriam suscitadas sobretudo pelos representantes do Gana e da Guiné, verificando-se que a Serra Leoa demonstraria uma posição ambivalente considerando que nessa etapa da discussão não seria possível entrar em detalhes¹⁰⁴¹. Afirmando que o plebiscito teria lugar no quadro nacional (incluindo a metrópole) e que pretendia determinar num primeiro momento

¹⁰³⁵ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-34, Troca de telegramas entre a delegação de Portugal na ONU e Salazar sobre conversas realizadas em 1963 entre Portugal e os países africanos. Telegrama no 403-D, de 23 de Outubro de 1963, enviado por Franco Nogueira, de Nova Iorque, a Oliveira Salazar. p. 179-180

¹⁰³⁶ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Summary of Meeting between Portugal and Representatives of the African States, held in the Secretary-General's Office, 28 October 1963. Sixth Meeting, p. 3

¹⁰³⁷ Cf. *Ibidem*

¹⁰³⁸ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-34. Troca de telegramas entre a delegação de Portugal na ONU e Salazar sobre conversas realizadas em 1963 entre Portugal e os países africanos. Telegrama nº 407-A, de 28 de Outubro de 1963, enviado por Franco Nogueira, que se encontra com a delegação portuguesa na ONU em Nova Iorque, a Oliveira Salazar. p 192-193

¹⁰³⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁰⁴⁰ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Summary of Private Meeting between the Foreign Minister of Portugal and Representatives of the African States – 29 October 1963. p. 1-8

¹⁰⁴¹ Cf. *Idem*. p. 11

unicamente a concordância das populações com a política portuguesa, Portugal revelaria que os resultados de uma eventual consulta às populações muito dificilmente poderiam resultar na independência pelo simples facto de essa hipótese não ser equacionada¹⁰⁴². Sem produzir explicações que pudessem satisfazer os representantes africanos, Franco Nogueira envolver-se-ia numa discussão estéril, que terminaria (a 29 de Outubro) com ambas as partes a reafirmar a posição de princípio sobre se as colónias seriam ou não parte integrante do território português.

Se bem que nada de construtivo tivesse resultado das conversações, o relatório do SG (apresentado a 31 de Outubro) conforme o determinado pela resolução 180 (1963), demonstraria que a situação teria estado condicionada para à partida ser favorável ao governo português. O relatório seria, contrariamente à prática, redigido pelo próprio U Thant, o que lhe atribuiria uma grande autoridade. O documento, como mencionado por Franco Nogueira, em nada prejudicaria ou diminuiria a posição portuguesa, motivando comentários na imprensa de que teria constituído uma “*Vitória para Portugal*”¹⁰⁴³. Tendo afirmado que as conversações tinham sido dedicadas sobretudo à clarificação do conceito português de autodeterminação, que seria reproduzido com detalhe, o relatório não daria o mesmo destaque ao ponto de vista africano. As conclusões do SG seriam no mínimo discutíveis, por indicarem que o governo português não se opunha ao princípio da autodeterminação ou à sua aplicação nas colónias¹⁰⁴⁴. Com a afirmação de que os contactos entre o governo português e os representantes africanos tinham sido um desenvolvimento encorajador se entenderia contudo que seria prematuro ser-se optimista quanto aos resultados das conversações. Ainda que se tivesse considerado que o governo português tinha determinado de forma clara a sua posição quanto ao problema da autodeterminação, se apontaria que novas discussões poderiam ser acordadas para abordar questões que continuavam por esclarecer¹⁰⁴⁵. O desejo para que os contactos tivessem seguimento estaria seguramente

¹⁰⁴² Cf. *Idem.* p. 8-9

¹⁰⁴³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 86, Proc. WE-Geral, 1963, Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963). Conversações Luso-Africanas, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Novembro de 1963, p. 2

¹⁰⁴⁴ Cf. United Nations - S/5448, 31 October 1963. *Report by the Secretary-General in Pursuance of the Resolution...* p. 6-7

¹⁰⁴⁵ Cf. *Idem.* p. 7

relacionado com a esperança, expressa no final do relatório, de que o espírito de compreensão e de moderação demonstrado continuasse a prevalecer¹⁰⁴⁶.

Objecto de críticas, o relatório, bem como o comportamento do SG e de Amachree, seriam contestados violentamente por países como a Argélia, Camarrões, Guiné, Mali, Tanganica e Tunísia, que entenderiam que o grupo africano não tinha sido suficientemente informado do andamento das conversações¹⁰⁴⁷. Os esforços do Gana, Libéria, Marrocos, Nigéria e Serra Leoa terão contribuído para atenuar as críticas, mas (a 1 de Novembro) os países africanos decidiram suspender os contactos com o governo português, recusando o reatamento das conversações¹⁰⁴⁸. Num comunicado, (datado de 6 de Novembro), o Grupo Africano lamentaria que não tivesse havido qualquer mudança fundamental de Portugal sobre os princípios que guiavam a sua política colonial e afirmaria que a possibilidade de futuras discussões deveria ser deixada a cargo da OUA¹⁰⁴⁹. Portugal atribuiria o falhanço das conversações a divisões entre os africanos, que submetidos a pressões, não teriam conseguido conciliar as atitudes extremistas com a posição moderada¹⁰⁵⁰. Na realidade não parece ter havido um real interesse do governo português na continuação das conversações, uma vez que se considerava que os benefícios que poderiam resultar de novas discussões seriam sobretudo ganhar tempo e suspender momentaneamente as pressões políticas¹⁰⁵¹. Com o rompimento dos contactos se pretenderia que, se os motivos fossem bem esclarecidos, o país não ficaria numa situação difícil¹⁰⁵².

Iniciativa de alcance limitado, as conversações terão servido sobretudo para se corresponder às queixas de que Portugal não “conversa”, não “fala” e não “dialoga”¹⁰⁵³.

¹⁰⁴⁶ Na parte IV do relatório do SG foram introduzidas as respostas solicitadas, em cumprimento do parágrafo 6 da resolução S/7380, aos estados membros sobre as medidas adoptadas para se suspender a atribuição de qualquer assistência que lhe permitisse continuar a repressão nas suas colónias.

¹⁰⁴⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 86, Proc. WE-Geral, 1963, Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963). Conversações Luso-Africanas, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Novembro de 1963, p. 1-2

¹⁰⁴⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁰⁴⁹ Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Comunicado entregue pelo representante do Gabão, em nome do Grupo Africano, datado de 6 de Novembro de 1963, p. 1

¹⁰⁵⁰ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 21

¹⁰⁵¹ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-34. Troca de telegramas entre a delegação de Portugal na ONU e Salazar sobre conversas realizadas em 1963 entre Portugal e os países africanos. Telegrama nº 403-D, de 23 de Outubro de 1963, enviado por Franco Nogueira, de Nova Iorque, a Oliveira Salazar, p. 179-180

¹⁰⁵² Cf. *Ibidem*

¹⁰⁵³ Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-3. Alberto M. Franco Nogueira. Carta de Franco Nogueira, enviada de Nova Iorque para António Oliveira Salazar, datada de Outubro de 1963, p. 593v-595

Algumas delegações, como a da Bélgica, interpretariam os contactos com os africanos, de forma precipitada, como um indício de uma ligeira modificação na intransigência portuguesa¹⁰⁵⁴. Portugal não teria tido a pretensão de fazer concessões que sacrificassem princípios considerados fundamentais e muito menos permitir discussões sobre a sua acção administrativa e política. As motivações para as conversações parecem não se ter afastado muito das que foram apontadas acima para justificar o convite aos representantes da OUA para visitar Angola e Moçambique. De significativo para Portugal seria o facto de ter conseguido assegurar que as negociações tivessem decorrido sob o patrocínio do SG (que demonstraria subscrever a posição portuguesa), com países que tinham sido cuidadosamente escolhidos e que tivessem ficado subordinadas a um tema tão genérico quanto as ameaça à paz e à segurança internacionais. Se a isso se acrescentar o relatório do SG, que se esperava que pudesse criar para o país um ambiente favorável nos meios internacionais, seria entendido que Portugal tinha ficado bem posicionado, podendo afirmar que, se as questões fundamentais não foram discutidas, a responsabilidade não lhe poderia ser atribuída¹⁰⁵⁵.

Uma Decisão “Processual e Inofensiva”

NUMA ATMOSFERA DE DÉTENTE e de cooperação entre os blocos, resultante do acordo de Moscovo (em Agosto de 1963) sobre a proibição dos testes nucleares, na XVIII AG a questão da descolonização continuaria a ser um dos temas mais importantes¹⁰⁵⁶. Aquando do rompimento das conversações, os países africanos tinham indicado que os debates previstos sobre as colónias portuguesas seguiriam o seu curso normal¹⁰⁵⁷. Na procura de meios para a implementação da Declaração, se determinaria que a situação nos territórios portugueses seria abordada, não no âmbito do

¹⁰⁵⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 151, Proc. XH-1,1, Ano de 1960, 1961, 1965, Declarações proferidas contra Portugal nas NU, Telegrama da Embaixada de Portugal em Bruxelas para o MNE, datado de 18 de Outubro de 1963, p. 1-2

¹⁰⁵⁵ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30B-34. Troca de telegramas entre a delegação de Portugal na ONU e Salazar sobre conversas realizadas em 1963 entre Portugal e os países africanos. Telegrama nº 409-A, de 1 de Novembro de 1963, enviado por Franco Nogueira, de Nova Iorque, a Oliveira Salazar, p. 197

¹⁰⁵⁶ Cf. COSTIGLIOLA, Frank - «US Foreign Policy from Kennedy to Johnson» In *The Cambridge History of the Cold War. Crises and Détente*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. II. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 124

¹⁰⁵⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 86, Proc. WE-Geral, 1963, Visita a Portugal do Subsecretário das Nações Unidas Sr. Godfrey Amachree (Setembro 1963). Conversações Luso-Africanas, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 6 de Novembro de 1963, p. 2

cumprimento do Capítulo XI da Carta, mas no quadro do estudo do relatório do Comité de Descolonização. Com a inactividade do Subcomité de Angola e a extinção do Comité dos Sete, o Comité de Descolonização ficaria encarregue de examinar aprofundadamente a aplicação da resolução 1514 (XV) às colónias portuguesas, com a realização de sessões em África, transmitindo um relatório sobre as suas actividades. Resultando numa nova confirmação de que o fornecimento de informações técnicas e estatísticas por Portugal tinha perdido importância face à exigência da aplicação imediata do direito à autodeterminação e à independência, o relatório do Comité de Descolonização sobre os territórios portugueses seria objecto de discussão (de 25 de Outubro a 9 de Dezembro) na IV Comissão. Contrariamente às expectativas portuguesas, que confiava nas possibilidades que o relatório do SG lhe poderia proporcionar, haveria um clima de grande hostilidade¹⁰⁵⁸. Ainda assim, ao que tudo indica os países africanos terão tentado evitar aquilo que Portugal designava como decisões “não razoáveis e irrealistas”¹⁰⁵⁹.

O debate teria de significativo o facto de terem sido definidos novos procedimentos sobre a liberdade do direito de petição para os territórios coloniais. Tendo sido suscitada a dúvida, provocada pelo pedido de Henrique Galvão, que tinha efectuado diversas tentativas anteriores para se apresentar nas NU, de que os acordos de extradição entre os EUA e outros países poderiam impedir as audições, a Comissão aprovaria um consenso solicitando ao SG que assegurasse junto do governo norte-americano a protecção necessária aos peticionários¹⁰⁶⁰. Confirmado o princípio de que

¹⁰⁵⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 151. Proc. XH-1,1, Ano de 1960, 1961, 1965. Declarações proferidas contra Portugal nas NU. Telegrama da Embaixada de Portugal em Bruxelas para o MNE, datado de 18 de Outubro de 1963, p. 1

¹⁰⁵⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 184. Proc. ZB-2, Ano de 1964, Vol. 8. Relatório (Resumo da XVIII Sessão da Assembleia-Geral da ONU), elaborado por Vasco Vieira Garin, p. 8

¹⁰⁶⁰ Ao se analisar o pedido de Galvão, os EUA assinalaram que o peticionário poderia, caso se deslocasse à sede das NU, sofrer consequências graves, em virtude do acordo de extradição entre os governos norte-americanos e o português. Por se entender que Portugal poderia apresentar uma acção nos tribunais norte-americanos para conseguir a extradição, o serviço jurídico das NU foi chamado a estudar, juntamente com a delegação norte-americana, não somente o caso específico de Galvão, mas também se os acordos entre os EUA e qualquer país poderiam impedir a audição de peticionários. O Conselheiro Jurídico, C.A. Stavropoulos, que assegurou previamente a Portugal que teria uma opinião desfavorável à audição, indicou que a questão fundamental era o estatuto legal dos indivíduos que pretenderiam apresentar-se como peticionários e que as NU não poderiam dar a Galvão nenhuma garantia contra perseguições judiciais durante a estadia nos EUA. O parecer de Stavropoulos foi considerado por algumas delegações como mal fundamentado, juridicamente parcial e incorrecto, pelo que se avançou como hipótese que se remetesse o estudo da questão ao Tribunal Internacional de Justiça. Segundo Franco Nogueira foi feita uma combinação informal entre Portugal e os EUA, para salvaguardar a obrigação norte-americana de não interferência com o direito do acesso à sede das NU, pelo que o pedido português de extradição foi

qualquer individuo poderia expor as suas opiniões, os pedidos de audição obrigariam ainda a Comissão a fazer uma nova definição do que entendia serem as colónias portuguesas. Por terem sido recebidos alguns pedidos que se suspeitava que pretendiam abordar a questão de Goa, seria aprovada uma proposta para que os peticionários somente pudessem ocupar-se das condições nos territórios que constavam de uma listagem baseada numa que tinha sido elaborada pelo Comité de Descolonização e da qual não constavam Goa e São João Baptista de Ajudá¹⁰⁶¹. Considerando como consumada a integração dos dois territórios e procedendo à revisão da resolução 1542 (XV), a Comissão acabaria por aceitar todos os pedidos de audição.

Os depoimentos considerados mais objectivos seriam os dos peticionários angolanos e moçambicanos, que teriam a intenção de fornecer precisões em relação ao que fora dito nos anos anteriores quanto às condições de vida nas colónias e às medidas adoptadas por Portugal¹⁰⁶². As intervenções dos peticionários, distribuídas como documentos oficiais das NU, suscitariam questões a algumas delegações, sobretudo às africanas, enquanto que outras parecem ter acompanhado os depoimentos com alguma indiferença¹⁰⁶³. Destinadas à recolha das informações mais recentes, as audições demonstrariam a mudança de orientação de alguns agrupamentos e a evolução, no sentido de uma maior complexificação, ocorrida entre os nacionalistas num contexto em que as dissidências eram frequentes¹⁰⁶⁴. Sem que tivesse havido demonstrações de

deliberadamente apresentado com atraso, o que impediu que tivesse seguimento. Cf. NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Ob. Cit.* p. 544

¹⁰⁶¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1498. *Quatrième Commission, 1498^e Séance. Mardi 3 Décembre 1963, à 10h50.* Nova Iorque: s.n., 1963. p. 498. Vide no anexo XIII a lista de territórios não autónomos aos quais a Declaração se aplicava.

¹⁰⁶² Presença assídua nas sessões dos órgãos das NU consagradas às colónias portuguesas, Amílcar Cabral, que tinha enviado uma comunicação anunciando a chegada de uma delegação do PAIGC, não conseguiu apresentar-se na IV Comissão, o que provavelmente ter-se-ia devido a dificuldade em obter meios para a deslocação a Nova Iorque. A Comissão colocou a sua comunicação em circulação como documento oficial e mais tarde o Presidente fez a leitura de um telegrama que tinha enviado ao SG, no qual apelava às NU para que fossem adoptadas medidas para evitar o massacre da população civil guineense. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1483. *Quatrième Commission, 1483^e Séance. Lundi 18 Novembre 1963, à 10h55.* Nova Iorque: s.n., 1963. p. 367

¹⁰⁶³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1476. *Quatrième Commission, 1476^e Séance. Mardi 12 Novembre 1963, à 10h45.* Nova Iorque: s.n., 1963, p. 314-315

¹⁰⁶⁴ Entre as novas organizações que se apresentaram na Comissão temos o Comité de Unidade Nacional Angolana (CUNA), organizado em 1962 por dissidentes de outros movimentos e que tinha como objectivo reagrupar as forças combatentes e criar uma frente unida. A organização propôs que a IV Comissão, entre outras medidas, recomendasse a retirada das forças portuguesas de Angola, a libertação de presos políticos, a convocação de uma mesa redonda para a negociação da independência e a formação de um governo transitório para preparar eleições por sufrágio universal. A Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos (LGTA), associada à FNLA e filiada na Confederação Internacional das Associações Sindicais Livres, enviou uma petição escrita transmitindo informações sobre a situação dos trabalhadores nas colónias portuguesas.

hostilidade entre os agrupamentos, como acontecera em outras sessões, as intervenções sobre Angola apresentariam poucas referências aos desenvolvimentos da luta armada. Em particular, o Ntobako Angola, que em ocasiões anteriores tivera um comportamento pró-português, estaria representado por uma ala dissidente, que acusaria Portugal de praticar uma política bárbara e de ter encarcerado elementos do partido¹⁰⁶⁵. Mais pormenorizados, os depoimentos sobre Moçambique destinar-se-iam a contestar a forma como Portugal justificava a sua política no território, abordando-se com insistência a pretensa integração económica e a discriminação entre a população africana e a de origem europeia. Com grande interesse seria a intervenção de Eduardo Mondlane, em representação da FRELIMO, por ter procurado desmentir que Portugal tivesse alguma vez reconhecido o princípio da autodeterminação, alertando a Comissão contra as conclusões do relatório do SG¹⁰⁶⁶.

Apresentado no final do debate, o depoimento de Henrique Galvão teria uma grande cobertura da imprensa internacional, colocando os trabalhos da Comissão nas primeiras páginas dos jornais¹⁰⁶⁷. Os lugares destinados às delegações e ao público estariam preenchidos, tendo havido uma grande expectativa sobre a existência de informações novas quanto à política colonial portuguesa¹⁰⁶⁸. Não tendo sido particularmente feliz, o depoimento de Galvão não seria do agrado dos países africanos, por terem sido defendidos alguns aspectos da política portuguesa¹⁰⁶⁹. Galvão, ainda que interpretando a autodeterminação como a liberdade dos povos determinarem o seu destino, demonstraria não favorecer a independência das colónias, indicando que os dirigentes dos movimentos de libertação, que acusaria de praticar assassinatos, não tinham representatividade¹⁰⁷⁰. Quando se tornou evidente que pretenderia orientar a

¹⁰⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1457. *Quatrième Commission, 1457^e Séance. Vendredi 25 Octobre 1963, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 166-167

¹⁰⁶⁶ Eduardo Mondlane, afastando-se da ordem do dia, envolveu-se numa discussão com o representante dos EUA por ter afirmado que estava em curso um projecto de cooperação nuclear entre os norte-americanos e os sul-africanos. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1480. *Quatrième Commission, 1480^e Séance. Jeudi 14 Novembre 1963, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 341-342

¹⁰⁶⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1515. *Quatrième Commission, 1515^e Séance. Vendredi 13 Décembre 1963, à 15h20*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 635

¹⁰⁶⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 85-A. Proc. WE-Geral, 1963, Vol. 1. Audição de Henrique Galvão como Peticionário na IV Comissão da XVIII Assembleia-Geral (Dezembro de 1963). Carta da Legação de Portugal em Lima para o MNE, datada de 12 de Dezembro de 1963, p. 2

¹⁰⁶⁹ Cf. AHD, POI 85-A, Proc. WE-Geral, 1963, Vol. 1. Audição de Henrique Galvão como Peticionário na IV Comissão da XVIII Assembleia-Geral (Dezembro de 1963). Carta da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE, datada de 16 de Dezembro de 1963, p. 1

¹⁰⁷⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1507. *Quatrième Commission, 1507^e Séance. Lundi 9 Décembre 1963, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 568

intervenção para a questão da luta contra o Estado Novo, ser-lhe-ia indicado que se limitasse ao problema colonial por a Comissão não pretender ocupar-se da situação interna de Portugal. As declarações de Galvão seriam particularmente atacadas pela Argélia, Congo (Brazzaville), Guiné, e Tanganica, que entenderiam que não tinham ajudado a uma melhor compreensão da situação das colónias portuguesas¹⁰⁷¹. Para Portugal, a intervenção teria um efeito positivo por se considerar que Galvão tinha dado a impressão de diminuição mental e física e ter demonstrado que era motivado por um ódio pessoal a Salazar¹⁰⁷².

Não menos relevante para Portugal, pelo aproveitamento que faria da situação, seriam as intervenções de António da Fonseca, Romeo da Silva, Leo de Sousa e Wolfgang Doss de Souza, pertencentes ao *The Goan Association*, com sede no Quénia¹⁰⁷³. Tendo resultado de uma tentativa para relembrar a questão de Goa nas NU, com os depoimentos pretender-se-ia que Portugal pudesse dispôr de argumentos para demonstrar a parcialidade da Organização, acusando-a de negligenciar a situação dos goeses¹⁰⁷⁴. Os peticionários entenderiam direccionar as suas intervenções para a questão da aplicação da autodeterminação, que curiosamente seria interpretada segundo o sentido das NU e não de acordo com o conceito português¹⁰⁷⁵. Considerando que a autodeterminação, enquanto possibilidade dos povos escolherem livremente a sua forma de viver, era incompatível com a anexação de um território pela força, os peticionários produziram afirmações que textualmente seriam uma reprodução das do representante português, Bonifácio de Miranda, de quem tinha partido a ideia de expor o caso de Goa¹⁰⁷⁶. As intervenções dos peticionários seriam constantemente interrompidas,

¹⁰⁷¹ Cf. *Idem*. p. 569-571

¹⁰⁷² Cf. AHD, POI 85-A, Proc. WE-Geral, 1963, Vol. 1. Audição de Henrique Galvão como Peticionário na IV Comissão da XVIII Assembleia-Geral (Dezembro de 1963). Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 9 de Dezembro de 1963, p. 1

¹⁰⁷³ Leo de Sousa, ex-Director da Faculdade de Ciências da Universidade de Karachi, que vivia no Paquistão; Wolfgang Doss de Sousa, bacharel em Comércio e associado do *Institute of Chartered Accountants*, residente em Inglaterra; António da Fonseca, gestor de promoção de vendas internacionais e que estava em Portugal; e Romeo da Silva, secretário do Goan Association e residente no Quénia. Cf. AHD, Fundo POI Mç. 118. Proc. XA-20, Ano de 1956-1964, Vol. II. Questões Políticas e de Segurança. Questão de Goa. Circular NU-3 do MNE, datada de 25 de Janeiro de 1964, p. 1

¹⁰⁷⁴ A audição desses peticionários seria objecto de uma circular do MNE, que faria a transcrição integral da acta da reunião. Cf. *Ibidem*

¹⁰⁷⁵ Tendo o pedido de audição sido enviado a partir de Londres, ficaria previsto que os peticionários viajarão para Nova Iorque a partir de um país estrangeiro. Cf. AHD, Fundo POI Mç. 118. Proc. XA-20, Ano de 1956-1964, Vol. II. Questões Políticas e de Segurança. Questão de Goa. Apontamento de Bonifácio de Miranda, datado de [Post. 31 de Janeiro de 1963], p. 1-2

¹⁰⁷⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1508. *Quatrième Commission, 1508^e Séance. Mardi 10 Décembre 1963, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 577-578

acabando por lhes ser retirada a palavra¹⁰⁷⁷. Da experiência da audição resultaria a dúvida se a IV Comissão deveria continuar a ouvir todos os peticionários, tendo alguns países considerado que esse método comportava alguns riscos¹⁰⁷⁸.

Portugal, como rejeitava o direito de petição para os territórios coloniais, não estaria presente nas sessões destinadas às audições, marcando presença unicamente na discussão geral. Com a publicação de uma nova Lei Orgânica do Ultramar - que tinha suscitado uma discussão entre correntes que defendiam a criação de estados de minoria branca e as que propunham a evolução no sentido da federação – o governo português reforçaria a unidade política e a centralização administrativa entre a metrópole e as colónias¹⁰⁷⁹. Estando cada vez mais afastado do modelo integracionista português, tendo optado por colaborar com o Comité de Descolonização na análise da situação na Guiné Equatorial, a Espanha insistiria com Portugal para a realização de vastas reformas¹⁰⁸⁰. Tornando mais difícil justificar a singularidade do caso português, a decisão espanhola de descolonizar, assumida no ano anterior, seria consumada com o anúncio da abertura do processo que conduziria à independência da Guiné Equatorial. Com a realização de uma reforma legislativa na Guiné, a Espanha aceitaria um compromisso entre a descentralização administrativa e o estabelecimento de um governo autónomo, adoptando um plano de desenvolvimento económico, com o objectivo de expandir os investimentos no território¹⁰⁸¹. As pressões das NU e as pretensões quanto a Gibraltar, que tornar-se-ia na principal preocupação da diplomacia espanhola, acabariam por determinar a aceleração do processo de descolonização¹⁰⁸².

Na delegação portuguesa, como tinha-se tornado hábito, seriam integrados elementos africanos, maioritariamente cabo-verdianos e guineenses, considerados pelos países afro-asiáticos como marionetas, sem liberdade de acção e sem actividade¹⁰⁸³. A intervenção portuguesa evidenciaria a maior autoconfiança que vinha sendo demonstrada e que tinha tradução em declarações moderadas e na tendência para evitar o envolvimento em disputas com outras delegações. Seriam poucas as referências às

¹⁰⁷⁷ Cf. *Idem*. p. 578

¹⁰⁷⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁰⁷⁹ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 16-17

¹⁰⁸⁰ Cf. *Idem*. p. 27

¹⁰⁸¹ Cf. CAMPOS, Alicia – *Ob. Cit.* p. 103

¹⁰⁸² Vide PARDO SANZ, Rosa – *Ob. Cit.*

¹⁰⁸³ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-21-40. ONU. Carta enviada por Júlio Monteiro, da missão portuguesa na ONU, a Silva Cunha, Subsecretário de Estado da Administração e datado de 20 de Novembro de 1963, p. 878

conversações realizadas com os africanos, reafirmando-se unicamente o desejo de manter relações amigáveis com todos os países. Com a repetição das suas declarações de princípio, Portugal não teria a intenção de responder a todas as acusações, limitando-se a negar as afirmações de que não respeitava a Carta e as resoluções das NU, que as populações dos seus territórios viviam sob um regime de opressão e se encontravam ameaçadas de extermínio, que as suas colónias eram objecto de exploração económica e que a sua presença em África constituiria um perigo para a paz e a segurança internacionais¹⁰⁸⁴. Nunca de forma directa, por se ter optado por uma abordagem velada, Portugal introduziria a questão de Goa no debate, afirmando que as decisões da Organização não tinham sido respeitadas¹⁰⁸⁵. O relatório do Comité de Descolonização seria mencionado unicamente na medida em que permitiria indicar que existiam situações em que a ideia de autodeterminação tinha sido ignorada. De forma genérica, se faria a defesa das realizações portuguesas em áreas como a legislação do trabalho, os serviços de saúde e de higiene, o ensino e a descentralização, apoiando-se na nova lei orgânica e no relatório de uma missão da Organização Mundial de Saúde (OMS) que se tinha deslocado às colónias¹⁰⁸⁶.

Com os países ocidentais a reservarem as suas intervenções para a explicação do sentido de voto ou para questões procedimentais, os afro-asiáticos, os socialistas e os latino-americanos continuariam a dominar as discussões, num momento em que estavam envolvidos na formação do G77. Semelhante ao MNA, o G77 seria mais amplo, abarcando quase exclusivamente questões económicas. Os seus membros defenderiam que os esforços dos países em vias de desenvolvimento deveriam ser apoiados por uma acção internacional adequada, sendo desejável uma nova divisão mundial do trabalho, com outros padrões de produção e de comércio¹⁰⁸⁷. Tendo o desenvolvimento se tornando juntamente com a descolonização na questão mais susceptível de beneficiar do apoio da maioria nas NU, algumas notícias recolhidas pelo governo português indicariam no entanto que existiria um descontentamento crescente no bloco maioritário, por nas questões relacionadas com o colonialismo os africanos se reunirem em separado, elaborando comunicados e projectos de resolução que eram

¹⁰⁸⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1490. *Quatrième Commission, 1490^e Séance. Jeudi 21 Novembre 1963, à 15h10*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 432

¹⁰⁸⁵ Cf. *Idem*, p. 434

¹⁰⁸⁶ Cf. *Idem*, p. 435

¹⁰⁸⁷ Cf. ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio – *Ob. Cit.* p. 54

submetidos às restantes delegações unicamente para aprovação e não para discussão¹⁰⁸⁸. Se bem que a solidariedade entre o grupo anticolonialista em matéria de descolonização tivesse prevalecido, os seus membros, mesmo os africanos, demonstrariam nas suas intervenções diferentes graus de compromisso com a denúncia do colonialismo português. As delegações do Congo (Brazzaville), Guiné e Tanganica não esconderiam o extremismo, tendo países como a Mauritânia pretendido manter uma orientação moderada em relação a Portugal¹⁰⁸⁹.

As intervenções anticolonialistas seriam genéricas ou abarcariam, embora sem grandes detalhes, a situação em Angola - onde a UPA continuava a ser o movimento mais activo - e na Guiné. Quase transversal a todas as intervenções seria a grande insistência em fazer comparações com a África do Sul, numa tentativa de estabelecer uma associação entre a política portuguesa e o *Apartheid*¹⁰⁹⁰. As intervenções tentariam sobretudo demonstrar que o problema das colónias portuguesas seria do interesse de toda a humanidade, fazendo parte de um projecto mais vasto destinado a manter a dominação branca em África¹⁰⁹¹. Questões como as condições de ensino, saúde ou trabalho existentes nas colónias, continuariam a merecer algum destaque, juntamente com as afirmações de que as reformas portuguesas, designadamente a nova lei orgânica, se destinariam à manutenção do *status quo*¹⁰⁹². As conversações luso-africanas, consideradas pela maioria como uma manobra dilatatória, e o conceito português de autodeterminação, que se entenderia ser inconcebível, seriam objecto de grande atenção¹⁰⁹³. A intenção dos anticolonialistas consistiria em demonstrar que as afirmações portuguesas não trouxeram nada de novo e que Portugal não alterava a sua política devido à má-fé, cegueira ou falta de coragem dos seus dirigentes¹⁰⁹⁴. Países com fronteiras com as colónias portuguesas, como o Congo (Leopoldville), afirmariam se

¹⁰⁸⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 85. Proc. WB-3, Ano de 1956-1964. Formação de grupos dentro da ONU. Grupo afro-asiático. Carta do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do MNE, datado de 10 de Dezembro de 1963, p. 2

¹⁰⁸⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 84. Proc. WA 51, Ano de 1963/1964. Aerograma recebido da Embaixada de Portugal em Madrid para o MNE, datado de 14 de Novembro de 1963, p. 1

¹⁰⁹⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1484. *Quatrième Commission, 1484^e Séance. Lundi 18 Novembre 1963, à 15h10*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 370

¹⁰⁹¹ Cf. *Idem*. p. 371

¹⁰⁹² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1488. *Quatrième Commission, 1488^e Séance. Mercredi 20 Novembre 1963, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 411

¹⁰⁹³ O relatório do SG foi colocado à disposição das delegações enquanto documento da Comissão e o comunicado do Grupo Africano sobre o rompimento das conversações seria lido pelo representante da Tunísia.

¹⁰⁹⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1476. *Quatrième Commission, 1476^e Séance. Mardi 12 Novembre 1963, à 10h45*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 309

sentir ameaçados e que estaria em causa a paz e a segurança em África e no mundo¹⁰⁹⁵. Outros, como o Tanganica, questionariam o porquê de não terem sido adoptadas medidas decisivas para colocar um fim imediato e definitivo ao colonialismo português¹⁰⁹⁶. A explicação seria encontrada na sabotagem das decisões das NU por forças mais poderosas como a NATO e na circunstância de Portugal ser um agente dos interesses dos monopólios estrangeiros, que encontrariam na subjugação das colónias o meio para explorar as riquezas africanas¹⁰⁹⁷.

Com a intenção de não poupar as condenações e as advertências a Portugal e aos seus aliados, os anticolonialistas apresentariam um projecto de resolução redigido em termos hábeis. Alguns países africanos parecem ter hesitado sobre a apresentação do texto por se temer que a sua aprovação fosse suspensa para que o CS se pronunciasse sobre as diligências efectuadas em aplicação da resolução 180 (1963)¹⁰⁹⁸. A dificuldade seria contornada com a elaboração de um documento considerado como propondo uma decisão “*Processual e Inofensiva*”, que somente ratificaria decisões anteriores¹⁰⁹⁹. O projecto ignoraria por completo o relatório do SG apesar de ter sido formulado em torno da resolução 180 (1963), que seria lembrada juntamente com as restantes decisões, que tinham sido aprovadas até ao momento sobre os territórios portugueses. Apresentado como resultante do entendimento de que não seria necessário introduzir novas medidas, a habilidade do projecto estaria no facto de propor que fossem recordados todos os itens do programa de descolonização presente na resolução 180 (1963)¹¹⁰⁰. Ao se notar com profundo lamento e grande preocupação a continua recusa portuguesa em aplicar as determinações das NU e mostrando-se a convicção de que a implementação das resoluções seria o único meio para a solução pacífica da questão, os autores do texto entenderiam que a AG deveria solicitar ao CS que adoptasse as medidas necessárias para dar efeito às suas próprias decisões, particularmente à

¹⁰⁹⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1484. *Quatrième Commission, 1484^e Séance. Lundi 18 Novembre 1963, à 15h10*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 370-371

¹⁰⁹⁶ Cf. *Idem*. p. 372

¹⁰⁹⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1483. *Quatrième Commission, 1483^e Séance. Lundi 18 Novembre 1963, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 365

¹⁰⁹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 21 de Novembro de 1963, p. 1

¹⁰⁹⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 184, Proc. ZB-2, Ano de 1964, Vol. 8, Assembleia-Geral. Sessões, Agendas, Programas de Trabalho, Resoluções, Sumários das Actividades das Nações Unidas. Relatório (Resumo da XVIII Sessão da Assembleia-Geral da ONU), elaborado por Vasco Vieira Garin, p. 8

¹¹⁰⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1490. *Quatrième Commission, 1490^e Séance. Jeudi 21 Novembre 1963, à 15h10*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 439

resolução 180 (1963). Para que a questão pudesse ser reavaliada a qualquer momento, podendo ser retomada pela AG, se proporia a sua manutenção na agenda da XVIII AG¹¹⁰¹.

Em razão da natureza especial do projecto ficaria de fora qualquer recomendação para que o Comité de Descolonização continuasse a examinar a situação nas colónias portuguesas. Sendo uma forma atenuada de pedir a adopção de sanções, o texto seria considerado pela delegação portuguesa como mais uma das ilegalidades das NU por violar a Carta, uma vez que a AG não podia fazer recomendações sobre questões abordadas pelo CS, e por não ter tido em atenção o relatório do SG¹¹⁰². Com os mesmos argumentos, Portugal tentaria que países ocidentais e latino-americanos enviassem às suas missões instruções para que votassem contra ou pelo menos se abstivessem¹¹⁰³. Dificuldades, nomeadamente junto de países como a Argentina e o Chile, determinariam que as diligências portuguesas em alguns casos produzissem poucos ou nenhuns resultados¹¹⁰⁴. O Brasil, que num primeiro momento indicaria pretender votar a favor do projecto de resolução, entenderia subordinar a sua orientação a vários factores, como a vinculação histórica e afectiva a Portugal, a importância das colónias portuguesas para a segurança nacional, as condições das independências dos países africanos e o impulso que o governo português poderia conceder à expansão da economia brasileira na Europa¹¹⁰⁵. Outros países, como a Costa Rica, Dinamarca, Noruega ou Reino Unido, afirmariam ter de atender à opinião pública interna, à orientação dos seus grupos regionais, à posição anticolonialista que tinham assumido, às inúmeras solicitações que lhes eram apresentadas, ao comportamento adoptado na

¹¹⁰¹ Cf. United Nations – A/5629, 29 November 1963. *Report of the Special Committee on the Situation with Regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples: Territories Under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.I.: s.n., s.d. p. 7

¹¹⁰² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1493. *Quatrième Commission, 1493^e Séance. Mercredi 27 Novembre 1963, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 455-456

¹¹⁰³ As diligências foram efectuadas junto do Reino Unido, Peru, Argentina, Chile, Venezuela, Dinamarca, Noruega, Itália, Canadá, Equador, Grécia, Turquia, Costa Rica, Brasil, Espanha, França e EUA.

¹¹⁰⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963, XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 27 de Novembro de 1963, p. 1

¹¹⁰⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207, Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Diário do Congresso Nacional, Secção II, de 16 de Maio de 1964, p. 1196

votação da resolução 180 (1963) e ao sentido do voto norte-americano¹¹⁰⁶. Na interpretação portuguesa, os países considerados amigos, que se mostrariam “bastante reticentes e fugidios”, seriam ainda condicionados pela política de atracção de estados africanos, pelo desejo de agradar à URSS ou de satisfazer meios radicais, pela proximidade de eleições internas e pela grande liberdade de acção concedida a algumas delegações¹¹⁰⁷.

Por considerar que estavam em causa princípios de extrema gravidade, a delegação portuguesa pediria que o projecto de resolução fosse objecto de uma votação por apelo nominal¹¹⁰⁸. Portugal, a África do Sul e a Espanha seriam os únicos a votar contra o texto, que contaria com as abstenções do Brasil, El Salvador e de países da NATO, exceptuando a Dinamarca e a Noruega que votariam a favor. Ao que parece uma intervenção do México, que acordara com países como a Costa Rica e a Venezuela a conduta a seguir, teria tido influência junto de alguns latino-americanos, o que talvez possa explicar que de forma propositada, para não assumir uma posição, os representantes do Equador, Nicarágua, Paraguai, Perú e República Dominicana tivessem se ausentado no momento da votação¹¹⁰⁹. Se bem que todas as delegações afirmassem condenar o colonialismo português, as explicações do sentido de voto voltariam a demonstrar alguma subjectividade na interpretação do texto. As demonstrações de solidariedade a Portugal estariam presentes sobretudo nas explicações do Brasil, França e Reino Unido, ao se afirmar que os argumentos invocados no CS em Julho continuavam válidos¹¹¹⁰. Tendo os EUA produzido afirmações idênticas às dos restantes aliados, subjacente à votação norte-americana estaria contudo uma certa secundarização da questão colonial portuguesa na agenda da administração Kennedy devido à

¹¹⁰⁶ Cf. POI, AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal em Copenhague para o MNE, datado de 1 de Dezembro de 1963, p. 1-2

¹¹⁰⁷ Cf. *Idem*. p. 3

¹¹⁰⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1493. *Quatrième Commission, 1493^e Séance. Mercredi 27 Novembre 1963, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1963, p. 457

¹¹⁰⁹ Cf. POI, AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 27 de Novembro de 1963, p. 1

¹¹¹⁰ Esses países argumentaram ainda que não era oportuno que a AG solicitasse ao Conselho a implementação das suas próprias decisões, que lamentavelmente não tinham sido feitas referências ao relatório do SG e que a questão dos territórios portugueses estava mais de acordo com o Capítulo VI da Carta do que com as disposições sobre acções em casos de ameaças e rupturas da paz. A Austrália e a Nova Zelândia revelaram algumas reservas sobre as expressões utilizadas e quanto ao pedido que tinha sido formulado ao CS. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1494. *Quatrième Commission, 1494^e Séance. Vendredi 29 Novembre 1963, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 461-462

intransigência de Portugal, ao aparecimento de questões mais urgentes como o Vietname ou às dificuldades no relacionamento com a França¹¹¹¹.

A justificação das abstenções com questões formais e de *timing* provocaria praticamente um novo debate por alguns países afro-asiáticos terem produzido declarações em que atacariam os membros da NATO e apelariam a que no plenário votassem a favor do projecto de resolução¹¹¹². Uma outra discussão, mais processual, resultaria no reconhecimento tácito do governo angolano no exílio por ter sido determinado que Holden Roberto, no relatório a ser submetido à AG, seria identificado como Presidente do GRAE¹¹¹³. Para significar a importância que a questão vinha adquirindo, os problemas decorrentes da aplicação da resolução 1808 (XVII), que instituíra o Programa Especial de Formação para os Territórios Administrados por Portugal, seriam analisados pela Comissão num item separado. Num relatório sobre a questão, o SG informara que 80 bolsas de estudos, destinadas sobretudo ao ensino superior, tinham sido atribuídas pelos estados membros, o que seria considerado um resultado satisfatório¹¹¹⁴. Para corrigir algumas deficiências do Programa, designadamente ao nível da formação profissional, a Comissão aprovaria um projecto de resolução destinado a alargar as facilidades de ensino para os habitantes das colónias portuguesas. O texto, adoptado com um único voto contra, destinar-se-ia a convidar os estados membros que pretendiam oferecer bolsas para que tivessem em atenção primeiramente as necessidades de educação secundária e de treino vocacional, uma vez que na sua maioria os candidatos não estariam em condições de preencher os requisitos para frequentar o ensino superior¹¹¹⁵.

¹¹¹¹ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 98

¹¹¹² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1495. *Quatrième Commission, 1495^e Séance. Vendredi 29 Novembre 1963, à 15h15*. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 468-469

¹¹¹³ Na análise do relatório a ser apresentado pela IV Comissão à AG, a Argélia pediu para que, na indicação dos peticionários que tinham sido ouvidos, Holden Roberto fosse identificado como Presidente do GRAE. Portugal apresentou uma reserva sobre a proposta e solicitou que fosse sujeita a votação. Como o Presidente da Comissão afirmou que a proposta argelina fora aprovada antes do pedido português, a delegação portuguesa contestou a decisão, o que obrigou a uma votação. A Comissão foi chamada a se pronunciar não sobre a forma de identificação de Holden Roberto, mas sobre se o pedido da Argélia tinha sido aprovado. A votação foi, na opinião da delegação norte-americana, bastante constrangedora para os países amigos de Portugal, tendo também motivado algum desagrado entre os afro-asiáticos, por nem todos terem reconhecido o GRAE. Com 86 favor, um contra (Portugal) e uma abstenção (Espanha) foi determinado que a proposta da argelina tinha sido aprovada. O protesto português acabou por não ser integrado no relatório aprovado pela Comissão. Cf. *Idem.* p. 471-472

¹¹¹⁴ Cf. Nations Unies – A/5801. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1963-15 juin 1964*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 131

¹¹¹⁵ Cf. United Nations – A/5673, 14 December 1963. *Information from Non-Self-Governing Territories. Report of the Fourth Committee*. S.I: s.n.: s.d. p. 14

Ao explicar o sentido do seu voto no plenário, Portugal adoptaria um tom mais afirmativo, voltando a referir a ilegalidade do projecto de resolução, as realizações da sociedade multirracial portuguesa e a sinceridade do desejo de amizade com os países africanos¹¹¹⁶. Os apelos dirigidos pelos afro-asiáticos aos países que se abstiveram na Comissão para que mudassem de orientação provocariam alguma inquietação na Missão Portuguesa, determinando novas diligências para garantir que não haveria alterações no último momento¹¹¹⁷. Em particular, tentar-se-ia que os nórdicos seguissem o exemplo dos restantes membros da NATO e que latino-americanos como a Argentina e o Chile se abstivessem. Como os países consideraram que seria muito difícil alterar a atitude assumida na Comissão, não haveria muitas diferenças a registar na votação, que transformaria o projecto na resolução 1913 (XVIII), de 3 de Dezembro¹¹¹⁸. A África do Sul, certamente por não ter estado presente no plenário, deixaria de ser listada entre os que votaram contra e o El Salvador não acompanharia o Brasil na abstenção. As grandes potências ocidentais manteriam o apoio a Portugal, ainda que constantemente indicassem que não sabiam se no futuro poderiam assumir a mesma posição¹¹¹⁹. De forma relativamente pacífica, far-se-ia a aprovação do programa de formação para as colónias portuguesas, integrado na resolução 1973 (XVII), de 16 de Dezembro, que praticamente não teria qualquer oposição.

Tendo sido a primeira resolução resultante da análise da questão colonial portuguesa em função da exigência da implementação da resolução 1514 (XV), a decisão da AG demonstraria algumas das contradições das NU. Ainda que o CS se tivesse recusado a aplicar sanções contra Portugal, o texto voltaria a solicitar a adopção das mesmas medidas. Tendo o SG sido encarregue de desenvolver uma acção de bons ofícios, os esforços de U Thant seriam completamente ignorados, o que confirmaria o falhanço da iniciativa. A comparação com as demais questões que tinham prioridade na agenda, em que o não cumprimento pela África do Sul das deliberações sobre o

¹¹¹⁶ Cf. Nations Unies - A/PV.1270. *Assemblée Générale. Dix-Huitième Session. 1270^e Séance Plénière*. Mardi 3 Décembre 1963, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1963. p. 1-4

¹¹¹⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 29 de Novembro de 1963, p. 1

¹¹¹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Buenos Aires para o MNE, datado de 29 de Novembro de 1963, p. 1

¹¹¹⁹ Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-3. Alberto M. Franco Nogueira. Carta de Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, enviada de Nova Iorque para António Oliveira Salazar, datada de Outubro de 1963, p. 590-593v

Apartheid e o Sudoeste Africano seria objecto de repetidas condenações, demonstraria a existência de diferentes critérios na ponderação da problemática colonial¹¹²⁰. A resolução 1913 (XVIII) tornar-se-ia num dos exemplos mais paradigmáticos dos constantes avanços e recuos, ditados por razões diversas, nas decisões sobre as colónias portuguesas. Retrospectivamente, por não trazer nada de novo, o documento poderá ser entendido como uma mera formalidade, destinada à preparação de uma convocação do CS, que os africanos pretenderiam que tivesse lugar independentemente da decisão aprovada no plenário¹¹²¹.

“Em Termos Muito Suaves”

O PODER DE DECISÃO DO CS tem sido frequentemente utilizado, mesmo não estando o órgão obrigado a adoptar acções concretas, para a aprovação de medidas que resultam numa ratificação das resoluções da AG. Com a transmissão pelo SG do relatório sobre as iniciativas realizadas em cumprimento da resolução 180 (1963), representantes de países africanos pediriam que o órgão se reunisse para examinar novas medidas para a implementação das deliberações sobre os territórios portugueses¹¹²². Decorrente dos trabalhos da XVIII AG, o Presidente da Assembleia comunicaria o texto da resolução 1913 (XVIII), que também apelava ao CS para dar efeito às suas decisões. Sob a presidência dos EUA, que tinham tentado adiar a reunião, o Conselho seria convocado (a 6 de Dezembro) para o estudo do relatório do SG¹¹²³. Os países mandatados pela OUA que tinham assistido à anterior sessão, seriam admitidos, juntamente com Portugal, à participação na discussão. Vasco Garin, por temer que se tentasse que Holden Roberto fosse recebido como peticionário ou observador, colocaria a hipótese de Portugal não estar presente¹¹²⁴. Nada tendo-se passado relativamente a um

¹¹²⁰ Cf. United Nations - *Resolution 1881 (XVIII), 11 October 1963*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>; United Nations - *Resolution 1899 (XVIII), 13 October 1963*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹¹²¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 21 de Novembro de 1963, p. 2

¹¹²² Cf. Nations Unies – *A/5802. Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 18

¹¹²³ Cf. AHD, AOS/CD-8-3-3. Alberto M. Franco Nogueira. Carta de Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, enviada de Nova Iorque para António Oliveira Salazar, datada de 19 Outubro de 1963, p. 582-582v

¹¹²⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. Conselho de Segurança de Dezembro de 1963. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 5 de Dezembro de 1963, p. 1

eventual pedido de participação de Holden Roberto, a discussão no CS acabaria por ser bastante moderada, decorrendo em tom conciliatório, embora todas as partes tivessem mantido a substância das suas afirmações¹¹²⁵.

A discussão abordaria em particular a ideia de autodeterminação e as suas diferentes interpretações. Os países africanos pretenderiam essencialmente ultrapassar a controvérsia sobre o conceito e impor definitivamente o entendimento aprovado pela AG na resolução 1514 (XV)¹¹²⁶. Seria dito que a interpretação portuguesa não reconhecia às populações o direito a escolher livremente o seu destino e que, por ser limitadora, quase que negava o próprio princípio da autodeterminação¹¹²⁷. Ao entender-se que a versão portuguesa dificilmente poderia ser conciliada com as medidas enunciadas na resolução 180 (1963), o Gana e a Libéria seriam os que mais insistiriam numa definição minimalista que fizesse depender o exercício da autodeterminação da independência¹¹²⁸. Como a iniciativa do SG demonstrara, alguns países africanos adoptariam um comportamento ambíguo ou assumiriam uma interpretação maximalista da ideia de autodeterminação. O Madagáscar e a Tunísia não fariam quaisquer referências ao conceito de autodeterminação, limitando-se a considerações sobre o falhanço das conversações ou à ameaça à paz e à segurança em África resultante da situação nas colónias portuguesas¹¹²⁹. Testemunhando as tensões existentes no campo anticolonial, a Serra Leoa admitiria que a independência seria apenas uma das opções da autodeterminação, que poderia resultar em outras soluções que não somente a constituição de estados soberanos¹¹³⁰. Por se declarar que nenhuma hipótese estaria excluída, a intervenção da Serra Leoa, que não estaria necessariamente em contradição com as decisões das NU, designadamente com a resolução 1514 (XV) que defendia outras formas de autogoverno, representaria um certo recuo no conceito africano de autodeterminação.

Desenvolvendo uma estratégia cautelosa, a representação portuguesa entenderia enquadrar as suas afirmações no contexto da declaração apresentada nas conversações

¹¹²⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. Conselho de Segurança de Dezembro de 1963. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 6 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹²⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. Conselho de Segurança de Dezembro de 1963. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. Circular NU-2 do MNE, datado de 16 de Janeiro de 1964, sobre a reunião do CS de Dezembro de 1963, p. 2

¹¹²⁷ Cf. *Ibidem*

¹¹²⁸ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 18-19

¹¹²⁹ Cf. *Idem*. p. 18

¹¹³⁰ Cf. *Idem*. p. 18-19

patrocinadas pelo SG¹¹³¹. Portugal continuaria a tentar demonstrar que não tinha uma posição rígida, procurando, pelo contrário, indicar que os países africanos não se interessaram pela discussão das reais condições dos seus territórios. Seguramente com a intenção de evitar a renovação da controvérsia, não existiriam quaisquer referências ao conceito português de autodeterminação. Declarando defender os interesses das populações, Portugal limitar-se-ia a afirmar que a sua política tinha por base a constituição de uma sociedade multirracial e que não existiam dúvidas sobre a legitimidade dos métodos empregues¹¹³². Para sublinhar uma vez mais a disponibilidade em cooperar com as NU, Franco Nogueira, que rejeitaria todas as acusações, convidaria oficialmente o SG a deslocar-se a Angola e a Moçambique, para averiguar as condições existentes no terreno¹¹³³.

Um projecto de resolução preparado pelos afro-asiáticos destinar-se-ia a obter a aprovação de todas as delegações e a convencer Portugal do carácter ultrapassado da sua definição de autodeterminação. Do texto não constariam elementos, como as referências à ameaça para a paz e a segurança internacionais, que pudessem suscitar objecções. Sucessivas alterações, por iniciativa do Brasil e dos EUA, tinham reduzido o carácter extremista do documento, atenuando a sua redacção¹¹³⁴. Ao contrário do que inicialmente fora pretendido pelos africanos, os EUA conseguiriam que não fosse atribuído a Portugal a responsabilidade pela ruptura das conversações¹¹³⁵. Bastante inofensivo, o projecto de resolução seria considerado pelos norte-americanos como uma “vitória dos africanos moderados sobre o grupo extremista” e um encorajamento a novas conversações¹¹³⁶. Ainda que a afirmação possa ter algum fundamento, o texto demonstraria sobretudo a reduzida margem de manobra dos países africanos dada a composição do CS, onde se encontravam em minoria e estavam condicionados pelo poder de veto das potências ocidentais.

O projecto de resolução, ao tomar nota dos esforços desenvolvidos pelo SG para estabelecer contactos entre Portugal e representantes de países africanos, pretendia

¹¹³¹ Cf. Nations Unies – A/5801. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General...*p. 26

¹¹³² Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 19

¹¹³³ Cf. *Idem*. p. 19

¹¹³⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 11 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹³⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal nos EUA para o MNE, datado de 11 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹³⁶ Cf. *Ibidem*

que o CS se limitasse a lamentar que as conversações não tivessem produzido os resultados desejados¹¹³⁷. Remetendo para a resolução 180 (1963), cujo não cumprimento pelo governo português seria deplorado, os autores solicitariam que fosse lançado um apelo para a aplicação das disposições do parágrafo que pedia a cessação imediata da assistência que permitisse ao governo português continuar a repressão nas colónias. Retomando a definição da resolução 1514 (XV), o projecto de resolução proporia que o Conselho confirmasse a interpretação de que a autodeterminação tinha como significado o direito dos povos determinarem livremente o seu estatuto político e perseguirem o seu desenvolvimento económico, social e cultural¹¹³⁸. Tendo por base as decisões da XV AG, se avançaria que o CS também tomasse nota da resolução 1542 (XV), que considerava todos os territórios portugueses como não autónomos. Retomando-se uma das medidas proposta no programa de descolonização, entender-se-ia avançar que a atribuição de uma amnistia aos que tinham sido presos ou exilados por defenderem a autodeterminação seria considerada como prova de boa-fé do governo português¹¹³⁹. Para que se pudesse voltar oportunamente a abordar a questão, se entenderia integrar no projecto de resolução uma disposição encarregando o SG de prosseguir os seus esforços para a implementação das decisões do Conselho e de apresentar um relatório o mais tardar a 1 de Junho de 1964¹¹⁴⁰.

Com a indicação de que as NU tinham critérios variados e pouco definidos, o que não permitiria determinar o significado que atribuída à autodeterminação ou à sua aplicação, Portugal rejeitaria o projecto de resolução¹¹⁴¹. Dadas as ligações entre o documento e a resolução 180 (1963), para evitar que os países aprovassem algo que tinham rejeitado anteriormente, o que significaria uma mudança política, o governo português determinaria a realização de diligências para que a orientação seguida pelos estados membros na última sessão do CS fosse mantida¹¹⁴². Em Londres e Paris, tentar-se-ia não somente que se mantivesse a abstenção, mas também que fossem efectuadas pressões sobre os EUA para evitar que votassem a favor do projecto de resolução¹¹⁴³. Sem que tivesse havido uma mudança de orientação, tanto mais que com a substituição

¹¹³⁷ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 20

¹¹³⁸ Cf. *Ibidem*

¹¹³⁹ Cf. *Ibidem*

¹¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*

¹¹⁴¹ Cf. *Idem*. p. 20

¹¹⁴² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. Conselho de Segurança. Julho de 1963. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 11 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹⁴³ Cf. *Ibidem*

de Kennedy por Lyndon Johnson em finais de 1963 Portugal beneficiaria de uma maior compreensão, os EUA tomariam a decisão de votar favoravelmente, explicando a sua posição com a moderação do projecto de resolução e por o conceito de autodeterminação enunciado permitir diversas opções, o que se aproximaria do entendimento norte-americano¹¹⁴⁴. O sentido de voto do Brasil, Noruega e Reino Unido seria determinado pela fraqueza do projecto de resolução, por terem conseguido introduzir algumas alterações no texto e pelo efeito de arrastamento dos EUA¹¹⁴⁵. Apenas promessas de que apresentariam indicações de que mantinham as mesmas reservas expressas anteriormente e que pediriam a votação separada de determinados parágrafos resultariam das diligências nesses países¹¹⁴⁶.

Continuando com o seu apoio a Portugal, apesar das divergências que a decisão estava a provocar nos meios diplomáticos do país, a França, correndo o risco de ficar isolada, seria a única a atender ao pedido português considerando não ser necessário a adopção de um documento formal para encorajar o recomeço das conversações e que o texto apresentava alusões à resolução 180 (1963)¹¹⁴⁷. Como prometido, o Reino Unido, que continuava a encontrar mais vantagens em apoiar Portugal do que em ceder às pressões dos membros da *Commonwealth*, solicitaria a votação separada do parágrafo que deplorava o não cumprimento da resolução 180 (1963)¹¹⁴⁸. Fazendo a ressalva de que Portugal tinha demonstrado, ao aceitar os contactos com os países africanos, abertura para uma solução pacífica e que as conversações deveriam ser retomadas, o Brasil, os EUA, a França e o Reino Unido se absteriam na votação do parágrafo, que seria aprovado¹¹⁴⁹. Sem ter sofrido alterações, o projecto, que se tornaria na resolução 183 (1963), de 11 de Dezembro, seria adoptado por quase unanimidade, registando-se apenas a abstenção da França.

Mesmo que se possa entender que a resolução não acrescentaria praticamente nada de novo, tendo sido redigida numa linguagem mais contida do que as decisões anteriores, o que levaria Portugal a considerá-la uma condenação “*Em Termos Muito*

¹¹⁴⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal nos EUA para o MNE, datado de 11 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹⁴⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 11 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*

¹¹⁴⁷ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 20

¹¹⁴⁸ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...*p. 314

¹¹⁴⁹ Cf. Nations Unies – A/5802. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 20-21

Suaves”, o documento estabeleceria uma ligação directa entre a concepção “onusiana” da ideia de autodeterminação e a política colonial portuguesa¹¹⁵⁰. Com a sua aprovação, os países africanos parecem ter tentado determinar que não seria mais permitido a Portugal discutir conceitos e que teria de dar cumprimento ao que tinha sido definido pelas NU, iniciando negociações directas com os movimentos nacionalistas. Tendo negado qualquer outro sentido à autodeterminação que não o estabelecido na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, a resolução 183 (1963) não impediria porém que o conteúdo da ideia continuasse a ser disputável e maleável. A decisão, como não referia a resolução 1541 (XV), parece apontar para uma interpretação da ideia de autodeterminação enquanto independência, excluindo as hipóteses da associação ou da integração em outros estados. Uma vez que a ideia de autodeterminação não tinha características de universalidade, admitindo significados diversos, a resolução 183 (1963) não esclareceria a ambiguidade se a 1541 (XV) poderia ser considerada um retrocesso ou um avanço em relação ao estabelecido na 1514 (XV).

Decorrente da resolução 183 (1963), o SG apresentaria um relatório (a 29 de Maio de 1964) que indicaria não terem sido recebidas do governo português quaisquer informações sobre a aplicação da decisão¹¹⁵¹. Tendo realizado consultas para a retoma das conversações, o SG não teria nenhum resultado positivo a reportar, por os países africanos se terem recusado a novos contactos com Portugal¹¹⁵². Com um mandato mais complexo, tendo entretanto absorvido as funções do Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos, o Comité de Descolonização adoptaria uma nova resolução (a 3 de Junho), em que, sem reconhecer explicitamente o direito das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, solicitaria ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a outras agências especializadas que estudassem a possibilidade de conceder ajuda às populações deslocadas pelos conflitos

¹¹⁵⁰ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 145

¹¹⁵¹ Numa carta aos autores do projecto de resolução, Holden Roberto terá indicado que o texto parecia ter tido como objectivo satisfazer Portugal e os seus aliados, em vez de manifestar a solidariedade africana com a luta das colónias portuguesas. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 207. Proc. WE-Geral, Ano de 1963. XVIII Assembleia-Geral das NU. IV Comissão. Telegrama da Embaixada de Portugal em Brazzaville para o MNE, datado de 13 de Dezembro de 1963, p. 1

¹¹⁵² Cf. UNARMS, Archives of Secretary-General U Thant, AG-005, S-0884-0016-03 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories - Afro-Portuguese Conversations, Carta enviada por Tafeb Slim, representante da Tunísia nas NU, a U Thant datada de 29 de Abril de 1964, p. 1

militares¹¹⁵³. Dada a controvérsia sobre a aplicabilidade do Art.º 19º da Carta, que previa que os membros que estavam atrasados no pagamento das contribuições fossem suspensos do direito de voto, a XIX AG não analisaria porém a questão colonial portuguesa por não terem sido inscritos na agenda os assuntos que pudessem suscitar controvérsia¹¹⁵⁴. Tendo sido abordados somente os itens em relação às quais seria possível adoptar decisões sem objecções, o relatório do Comité de Descolonização ficaria a aguardar a regularização das actividades da AG para ser objecto de consideração.

AS NU SÃO UMA ENTIDADE SUJEITA a pressões contraditórias, exercidas pelos estados membros e por outros actores, que não deixariam de fazer sentir a sua influência na análise da questão colonial portuguesa entre finais de 1962 e 1964. Num período de grande variação nas decisões adoptadas, a Organização demonstraria a intenção de afastar-se da exigência do cumprimento das disposições da Carta, insistindo na aplicação da resolução 1514 (XV). Em simultâneo à tendência para se atribuir o exame da questão ao Comité de Descolonização, teria início a prática de estudar problemas particulares relacionados com a situação nas colónias portuguesas, que seriam objecto de decisões específicas. As discussões iniciais teriam um carácter marcadamente agressivo, considerando-se que se estaria perante uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Convocado o CS para a imposição de sanções a Portugal, os debates continuariam a decorrer num tom de agressividade, sem que contudo a resolução adoptada apresentasse mais do que propostas limitadas. Tendo os países anticolonialistas moderado a sua posição para viabilizar uma iniciativa patrocinada pelo SG, as conversações entre Portugal e os países africanos não produziram resultados. Representando um certo retrocesso, a AG aprovaria, no seguimento das conversações, uma decisão processual, que somente solicitaria de forma indirecta a adopção de sanções. Utilizando o CS para a ratificação das opiniões da maioria, os anticolonialistas,

¹¹⁵³ Cf. SANTOS, Aurora Almada - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976...*p. 54

¹¹⁵⁴ Cf. Nations Unies – A/6001/Add. 1. *Supplement n° 1A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1964-15 juin 1965.* Nova Iorque: s.n., 1965. p. 1

apresentariam um texto que, retomando a resolução 1514 (XV), estaria perto de alcançar a unanimidade.

Registando-se um ambiente mais favorável a Portugal, o que poderá ser considerado como um relativo sucesso da sua diplomacia, os dados parecem apontar para uma resposta afirmativa à questão sobre se teria havido um aprofundamento de algumas das contradições evidenciadas anteriormente no envolvimento das NU na política colonial portuguesa. O contexto da Guerra Fria, a actuação do governo português, mas sobretudo a orientação dos estados que detinham um poder assinalável na Organização, determinariam alguma incoerência, somente compreendida se se atender aos constrangimentos associados à definição de uma posição clara sobre a política colonial portuguesa. Com a consolidação do poder da AG para ouvir peticionários, prevalecendo a interpretação que defendia que todos tinham direito a ser ouvidos, a instrumentalização das audições revelaria novos perigos resultantes da ausência de critérios de selecção. Dispondo de liberdade de acção, os funcionários do Secretariado, como acontecera com Carlos Salamanca, demonstrariam de forma mais acentuada a influência que o comportamento individual, que nem sempre estaria de acordo com o sentido da maioria, teria na tomada de decisões. Havendo a continuação da tendência para a maximização da questão, tentando-se que fosse considerada como uma ameaça à paz e à segurança internacionais, notar-se-ia um maior afastamento entre o discurso e a capacidade dos anticolonialistas para adoptar as medidas pretendidas. Decorrente desta limitação, que de certa forma era evidente no período anterior, tornar-se-ia mais notória a descoordenação entre os órgãos das NU, que aprovariam deliberações contraditórias, oscilando entre o radicalismo e a moderação. Numa demonstração das fragilidades do sistema das NU, Portugal, tendo anteriormente conseguido fazer fracassar a adopção de uma resolução, evidenciaria mais ainda a capacidade para impôr limites à pressão da maioria anticolonialista, assegurando que as resoluções adoptadas não seriam demasiado penalizadoras.

Numa demonstração de que a autodeterminação poderia ser invocada por ambas as partes, o período de 1962-1964 seria aquele em que mais se debateria o significado da ideia. Novamente, os anticolonialistas demonstrariam subscrever uma interpretação minimalista da autodeterminação, que somente poderia ser plenamente realizada com a constituição de estados soberanos. Portugal optaria por não negar a aplicabilidade da ideia às colónias, mas sim por tentar demonstrar que não se afastava da norma,

afirmando que a autodeterminação não seria estranha à realidade dos seus territórios. A insistência portuguesa num conceito bastante distorcido parece ter tido alguma influência no surgimento de divisões entre os países africanos, em que alguns defenderiam a versão restrita de autodeterminação enquanto independência e outros aceitariam a possibilidade de mais soluções. Representando uma tendência minoritária, a concepção mais ampla da ideia de autodeterminação seria em grande parte desvalorizada por não corresponder ao entendimento que a associação à descolonização vinha tentando estabelecer. Para a consolidação da ideia de autodeterminação na sua versão restrita teria importância a confirmação pelo CS da definição presente na resolução 1514 (XV), o que seria um novo capítulo na legitimação do conceito “onusiano”. Destinada a colocar um fim às disputas, a confirmação da ideia de autodeterminação enquanto liberdade dos povos disporem livremente do seu destino não deixaria porém de representar uma reafirmação das ambiguidades associadas ao conceito, que continuariam a existir.

Capítulo 5

Uma Fonte de Inquietações Particulares: 1965-1967

O IMPACTO DAS IDEIAS DAS NU tem sido estudado como dependendo de variáveis relacionadas com a área em questão e com os acontecimentos particulares que ao longo do tempo afectaram a Organização¹¹⁵⁵. Entendida como um preceito directamente vinculativo, a ideia de autodeterminação tornar-se-ia num objectivo maior das NU. Os progressos realizados na sua aplicação, favorecidos em larga medida pelos esforços dos estados anticolonialistas, transformariam a dominação colonial numa irregularidade. Nada tendo perdido da sua gravidade, a situação nas colónias portuguesas, ao ficar demonstrado, após os episódios da XIX AG, o desejo de retomar, de acordo com o regulamento interno, os trabalhos da Organização, seria objecto de novas tentativas para fornecer soluções. Em resultado do renovado interesse, a ausência de progressos na descolonização dos territórios portugueses seria considerada “*Uma Fonte de Inquietações Particulares*”¹¹⁵⁶. O sentimento de frustração e de insatisfação demonstrado pela maioria anticolonialista, acentuar-se-ia, favorecendo um redobrado empenhamento na condenação da política colonial portuguesa.

Sendo comparativamente menor o tempo dedicado à análise da questão, tem-se entendido que desde 1963 teriam sido esgotadas as iniciativas políticas das NU, que a passariam a se resumir à adopção de resoluções que solicitavam a independência imediata e sem condições das colónias, e que Portugal não teria muito a temer por as potências ocidentais não concordarem com a utilização de meios de pressão mais efectivos¹¹⁵⁷. Ainda que possam ter alguma pertinência, tais afirmações são somente parcialmente verdadeiras, uma vez que nos anos de 1965-1967 o governo português experimentaria maiores dificuldades nas NU. Com tradução num conjunto de decisões

¹¹⁵⁵ Cf. EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. p. 203

¹¹⁵⁶ Cf. Nations Unies – *A/6701/Add. 1. Supplement n° 1A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1966-15 juin 1967*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 17

¹¹⁵⁷ Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 317; OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 314

enérgicas, a acção internacional manifestar-se-ia num endurecimento da Organização e na multiplicação de iniciativas de diversa ordem. Inúmeras queixas invocando incidentes fronteiriços seriam apresentadas no CS e algumas agências especializadas, como a OMS, levantariam dúvidas quanto à participação portuguesa nas suas sessões. As resoluções aprovadas reproduziriam novos temas introduzidos nos debates e integrariam mais esforços para ajudar os povos das colónias portuguesas a alcançarem a autodeterminação e a independência. Tendo sido adoptadas medidas de grande alcance, com significado para o desenvolvimento da ideia de autodeterminação, tem-se a intenção de questionar, com o estudo das acções empreendidas no período, se o radicalismo da Organização poderá ser considerado como resultante de factores externos, no seguimento de um processo de estreitamento da associação entre a questão colonial portuguesa e outras preocupações dominantes da agenda das NU.

“A Frustração Africana”

A INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS da XIX AG impediria que a FRELIMO tivesse a oportunidade de anunciar, como pretendia, o início da acção armada em Moçambique¹¹⁵⁸. Com santuários na Tanzânia, a FRELIMO (a partir de 24 de Setembro de 1964 com o ataque a um posto administrativo) passaria a realizar incursões em Moçambique, provocando um conflito que mobilizaria laços transfronteiriços, afectando países vizinhos¹¹⁵⁹. A intenção de informar as NU sobre os acontecimentos poderá talvez ser relacionada com o entendimento de que a crescente atenção internacional teria contribuído para o início do conflito armado nas colónias portuguesas¹¹⁶⁰. O apoio das NU à ideia de autodeterminação tem sido considerado como tendo influenciado a passagem à acção armada, que seria uma tentativa para demonstrar a eficácia e o empenhamento na luta pela independência¹¹⁶¹. Com o surgimento de uma nova frente, em termos militares a situação nas colónias portuguesas registaria (entre 1964-1965)

¹¹⁵⁸ Cf. Nations Unies - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. 1965. USA: s.n., 1966. p. 175

¹¹⁵⁹ A título de exemplo temos as relações dos muçulmanos moçambicanos com os países vizinhos e o seu impacto na luta pela independência de Moçambique. Vide BONATE, Liazzat J. K. - «Muslims and the Liberation Struggle in Northern Mozambique» In *Southern African Liberation Struggles. New Local, Regional and Global Perspectives*. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris (Ed.). África do Sul: UCT Press, 2013

¹¹⁶⁰ Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 262

¹¹⁶¹ Cf. *Ibidem*

algum agravamento. Em Angola, decorrente da independência da Zâmbia e do Tanganica, os movimentos de libertação beneficiariam de mais bases de apoio, iniciando o MPLA os preparativos para a criação de uma nova frente de combate¹¹⁶². Tendo obtido o reconhecimento da OUA, que entenderia privilegiar os movimentos envolvidos na luta armada, o PAIGC conseguiria assegurar o controlo sobre parte do território da Guiné, onde começaria a implementar as estruturas de um proto-governo¹¹⁶³.

Sendo os incidentes um resultado indirecto do conflito na Guiné, o CS seria convocado (em Maio) para discutir uma queixa por violações repetidas do espaço aéreo e do território senegalês por militares portugueses. A resolução adoptada, a 204 (1965), evitaria pronunciar um julgamento sobre a política colonial portuguesa, limitando-se a deplorar profundamente as incursões no território senegalês, a reafirmar a anterior decisão do Conselho sobre a questão e a solicitar novamente ao governo português para implementar medidas eficazes que evitassem novas ocorrências¹¹⁶⁴. Invocando a persistência do governo português em não aplicar as resoluções e a intensificação da repressão contra as populações, a OUA (em Julho) pediria que o Conselho se reunisse urgentemente para examinar a situação nas colónias portuguesas¹¹⁶⁵. Com o estabelecimento de uma representação permanente em Nova Iorque, a OUA estava a desenvolver esforços para estreitar as relações com as NU em questões de interesse mútuo¹¹⁶⁶. Para aumentar a pressão sobre Portugal, os países africanos conseguiriam que fosse introduzido na agenda um item relativo à cooperação entre as duas organizações¹¹⁶⁷. Dificuldades em alcançar um acordo sobre a data para a reunião sobre as colónias portuguesas determinaria que se aguardasse pela realização de uma cimeira

¹¹⁶² Cf. MARTINS, Fernando – *Ob. Cit.* p. 307

¹¹⁶³ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 378

¹¹⁶⁴ Cf. Nations Unies – A/6001. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1964-15 juin 1965*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 38

¹¹⁶⁵ Numa iniciativa conjunta, os representantes mandatados pela OUA (Libéria, Madagáscar, Serra Leoa e Tunísia) voltaram a solicitar, a 15 de Outubro, uma reunião para o exame das questões dos “territórios ocupados” por Portugal e da política do *apartheid*. Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite. 16 juillet 1965 - 15 juillet 1966*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 46

¹¹⁶⁶ Após conversas com representantes de países africanos, António Patrício ficou convencido que a escolha do momento para a convocação do Conselho tinha sido da exclusiva responsabilidade dos quatro países mandatados pela OUA, que teriam agido sem consultar o Grupo Africano. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 21 de Outubro de 1965, p. 1

¹¹⁶⁷ Cf. AHD, Fundo Missão Portuguesa junto da ONU - 1975, Mç. 11, AC-2, Pt 67. Assembleia-Geral e suas Comissões. Sessões, Agendas, Programas de Trabalho. Resoluções. Remessa de Documentos das Sessões. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 27 de Setembro de 1965, p. 1

da OUA (prevista para Setembro) para se obter uma maior projecção internacional, aproveitando-se o facto de a AG também estar na mesma altura em funcionamento¹¹⁶⁸.

Adiamentos sucessivos provocariam a inscrição tardia da questão na ordem do dia (a 4 de Novembro), decorrendo as sessões com algumas interrupções por ter sido concedida prioridade ao problema resultante da declaração unilateral de independência e da instauração de um regime de minoria branca, com desrespeito pela *majoritary rule*, na Rodésia do Sul¹¹⁶⁹. Os representantes da OUA assumiriam a iniciativa no debate, com a Libéria, a Serra Leoa e a Tunísia a serem mais pormenorizadas nas acusações contra a política colonial portuguesa, enquanto Madagáscar apresentaria uma intervenção genérica, limitando-se a reafirmar considerações anteriores. Com os contributos da Costa do Marfim, Jordânia e Malásia, membros não permanentes do CS, e da URSS, a discussão desenvolver-se-ia em tom violento, com acusações a Portugal pelo não cumprimento das resoluções do CS¹¹⁷⁰. Decorrente da controvérsia do período anterior, argumentar-se-ia a favor da aplicabilidade, de acordo com a interpretação do conceito definida pelas NU, do direito à autodeterminação e à independência aos territórios portugueses. Com grande insistência, tentar-se-ia estabelecer a associação entre a situação nas colónias portuguesas e a existente na Rodésia e na África do Sul, chamando-se a atenção para as relações entre Portugal e os regimes brancos minoritários. Utilizando-se expressões severas, seriam destacadas as medidas que se entendia que tinham sido adoptadas para o reforço da dominação colonial portuguesa, a extensão e a intensificação das guerras coloniais ou o apoio que estaria a ser recebido de países aliados e de interesses económicos estrangeiros para a repressão dos movimentos de libertação¹¹⁷¹.

¹¹⁶⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Carta do Director Geral do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 30 de Junho de 1965, p. 1-2

¹¹⁶⁹ Cf. DIETRICH, Christopher - «"The Sustenance of Salisbury" in the era of Decolonization. The Portuguese Politics of Neutrality and the Rhodesian Oil Embargo, 1965-7» In *The International History Review*. Vol. 35. Nº 2 (2013). p. 236

¹¹⁷⁰ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 47

¹¹⁷¹ Tendo pedido autorização no decorrer do debate para fazer uma declaração, dadas as acusações portuguesas de que abrigava campos de treino e bases militares de movimentos de libertação, o representante da República Unida da Tanzânia, num discurso que Portugal qualificou “de pura demagogia, usando linguagem violentíssima”, referiu a existência de execuções colectivas, incêndio de aldeias e prática de trabalho forçado nas colónias portuguesas. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Carta do Director Geral do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 13 de Novembro de 1965, p. 2

Com alguma modificação na estratégia definida anteriormente, Portugal (desde finais de 1963) vinha adoptando uma posição discreta nas NU. Vasco Garin, embaixador extraordinário e plenipotenciário, seria substituído como representante permanente por António Patrício, funcionário de carreira do MNE, que teria o estatuto de encarregado de negócios. Parecendo significar um menor investimento numa presença activa nas NU, com a substituição de Garin Portugal passaria a recorrer sobretudo a negociações de bastidores para reunir apoios e condicionar o processo de decisão¹¹⁷². Em grande medida, a intervenção portuguesa no CS destinar-se-ia a responder às críticas sobre a ameaça à paz e à segurança internacionais, colocando-se a responsabilidade nos países africanos¹¹⁷³. A cautela e a moderação demonstrada em outras ocasiões seriam substituídas por alegações de que Portugal era vítima de uma coligação que ameaçava a paz e a segurança em Angola e Moçambique. O treinamento de voluntários para combaterem nas colónias portuguesas ou a criação de centros de treino e de bases militares em países vizinhos, que para Portugal constituíam a verdadeira ameaça contra a paz e a segurança internacionais, seriam objecto de um pedido para que o Conselho estudasse atentamente a situação¹¹⁷⁴. Sem trazer nada de novo, dado que propostas semelhantes tinham sido avançadas em momentos anteriores, Portugal proporia a designação de um subcomité, composto por um representante português e outro de países africanos, para determinar os responsáveis pela ameaça à paz e à segurança internacionais e fazer um inquérito sobre as infiltrações nas fronteiras¹¹⁷⁵.

Reforçada com a eleição da Holanda como membro não permanente, a presença dos aliados portugueses no CS seria sentida activamente na discussão, contrariando a tendência, demonstrada desde o primeiro momento, de limitar as intervenções à explicação do sentido de voto. Sem que se possa colocar de parte outras explicações para a mudança de comportamento, pensamos poder avançar que os países do bloco ocidental podem ter sido encorajados pelos resultados do período anterior, em que tinha sido possível impedir decisões radicais contra Portugal. Os EUA fariam uma intervenção considerada “sóbria”, o que seria o resultado de uma menor atenção à

¹¹⁷² Cf. REIS, Bruno Cardoso – *Ob. Cit.* p. 265

¹¹⁷³ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...*p. 48-49

¹¹⁷⁴ Cf. *Idem.* p. 49

¹¹⁷⁵ Portugal apresentou ao CS uma lista contendo a enumeração de 140 violações do espaço aéreo da Guiné Portuguesa, que teriam ocorrido nos primeiros seis meses do ano. Cf. *Ibidem*

questão em consequência da resistência portuguesa às pressões, da relativa contenção das actividades militares dos nacionalistas, da pouca disponibilidade da administração Johnson para se dedicar a problemas africanos, da preocupação com a guerra do Vietname e do crescente desinteresse pelos assuntos internacionais¹¹⁷⁶. Tendo havido a substituição do governo conservador pelo trabalhista (em finais de 1964), o que por momentos suscitara a hipótese de uma revisão da política britânica, o Reino Unido, dadas as facilidades estratégicas nos Açores e a relevância que Portugal poderia ter num eventual conflito com a Rodésia, continuaria a demonstrar a mesma dificuldade em criticar abertamente o Estado Novo¹¹⁷⁷. A Holanda, que tinha um historial de envolvimento das NU na descolonização das suas colónias, seria dos países que mais argumentaria em apoio à política colonial portuguesa, enquanto que Uruguai, China e Bolívia teriam intervenções curtas. Os países alinhados com o Ocidente reproduziriam os argumentos portugueses, desmentindo as acusações sobre o fornecimento de armas ou de assistência económica a Portugal e apresentariam propostas (como a retoma das conversações com as delegações africanas ou a mediação do SG) que as iniciativas precedentes demonstraram estar esgotadas¹¹⁷⁸.

Traduzindo a agressividade do debate, os países afro-asiáticos apresentariam um projecto de resolução que, por conter algumas inovações, seria mais duro do que os precedentes. Ao que parece teria havido alguma dificuldade em conseguir um acordo sobre o documento, tendo o Madagáscar somente no último momento se associado aos restantes patrocinadores¹¹⁷⁹. Relembrando as anteriores resoluções do CS, os autores do projecto pretendiam que se notasse com profunda inquietação a persistente recusa portuguesa em implementá-las, considerando-se que tinham sido intensificadas as medidas de repressão e as operações militares contra as populações africanas com o objectivo de impedir a realização da autodeterminação e da independência¹¹⁸⁰. Como desejavam que o Conselho mostrasse convicto de que a aplicação das decisões das NU seria o único meio para uma solução pacífica proporião que fosse lembrada a resolução 1514 (XV). Num agravamento das condenações, entenderiam que se deveria fazer a afirmação de que a situação resultante da política portuguesa, tanto a respeito

¹¹⁷⁶ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 150

¹¹⁷⁷ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Ob. Cit.* p. 322

¹¹⁷⁸ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 50

¹¹⁷⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 11 de Novembro de 1965, p. 1

¹¹⁸⁰ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 52

das populações africanas das suas colónias como no referente aos países vizinhos, colocaria em perigo a paz e a segurança internacionais¹¹⁸¹. Seguramente por em tentativas anteriores não ter sido possível condenar o governo português, limitar-se-iam a recomendar que se deplorasse a falha no cumprimento das resoluções das NU e no reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência. Ao pretenderem fazer uma reafirmação da interpretação da ideia de autodeterminação presente nas resoluções 1514 (XV) e 183 (1963), avançariam que o CS emitisse um apelo a Portugal para a sua imediata implementação¹¹⁸².

Reproduzindo em grande medida as disposições da anterior decisão do CS, o projecto de resolução teria como intenção que se reafirmasse o convite urgente para a aplicação do programa de descolonização presente na resolução 180 (1963) e o cumprimento do apelo à cessação do fornecimento da assistência que pudesse permitir a continuação da repressão das populações¹¹⁸³. Com a alteração da redacção de disposições semelhantes que constavam das resoluções anteriores, se proporia que se emitisse um apelo para a adopção de medidas para impedir a venda e a expedição de equipamentos e de materiais destinados ao fabrico e à manutenção de armas e de munições em Portugal e nas colónias. Significando na prática um embargo militar ao governo português, o pedido teria mais desenvolvimentos num outro parágrafo que terá sido incluído no projecto no último momento e contra a opinião da Malásia, que entenderia que tornaria o texto inaceitável para os restantes membros¹¹⁸⁴. Como esperado por Portugal, os países afro-asiáticos avançariam para a aplicação de sanções económicas, integrando no documento a proposta para um apelo aos estados para que adoptassem, separadamente ou colectivamente, o boicote das importações e exportações portuguesas¹¹⁸⁵. Para o controlo da efectivação das medidas, se pretenderia que todos os estados ficassem obrigados a informar o SG sobre o cumprimento do embargo militar e das sanções económicas. Propondo-se que o SG assegurasse a aplicação da resolução e fornecesse a assistência necessária, recomendar-se-ia que fosse previsto que apresentaria um relatório ao CS¹¹⁸⁶.

¹¹⁸¹ Cf. *Ibidem*

¹¹⁸² Cf. *Ibidem*

¹¹⁸³ Cf. *Idem*. p. 52-53

¹¹⁸⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 19 de Novembro de 1965, p. 1-2

¹¹⁸⁵ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 53

¹¹⁸⁶ Cf. *Ibidem*

Talvez por algumas delegações terem considerado a resolução inaceitável, os EUA chegariam a preparar um outro texto que, sem referir que a situação nas colónias portuguesas constituía uma ameaça à paz e à segurança internacionais e ignorando quaisquer referências a embargos ou sanções, insistiria na realização de novas conversações¹¹⁸⁷. O representante norte-americano nas NU tinha sido encarregue de reunir com Franco Nogueira e delegados africanos para estimular o reinício do diálogo¹¹⁸⁸. Com a oposição dos afro-asiáticos ao texto, o projecto de resolução norte-americano acabaria por não ser apresentado, tanto mais que a iniciativa do seu representante levaria os EUA concluir que nenhuma das partes estaria interessada num compromisso para resolver as discordâncias¹¹⁸⁹. Sentindo-se enganados por Portugal e desconfiados quanto às reais intenções norte-americanas, os africanos entenderiam que novas conversações poderiam ocorrer se o governo português aceitasse que a solução do problema pudesse implicar a concessão imediata da independência e se organizações nacionalistas fossem convidadas a participar nas discussões, que deveriam ser subordinadas ao objectivo de encontrar os meios e as modalidades para a autodeterminação¹¹⁹⁰.

Como seria do conhecimento de Portugal, o Uruguai apresentaria emendas ao texto afro-asiático, pretendendo a alteração, no parágrafo sobre as ameaças à paz e à segurança internacionais, das palavras “colocava em perigo” por “perturba seriamente”¹¹⁹¹. Para eliminar os elementos considerados inaceitáveis, as disposições referentes ao apelo aos estados para que se abstivessem de fornecer qualquer assistência que permitisse continuar a repressão e ao pedido de embargo aos equipamentos e materiais destinados ao fabrico e manutenção de armas seriam objecto de um pedido de substituição¹¹⁹². De acordo com a nova redacção, o CS deixaria de exigir um embargo, propondo-se que as restrições ao fornecimento de armamento e equipamentos militares abrangessem unicamente os destinados a serem utilizados nas colónias, deixando-se de fora o território português¹¹⁹³. Como outras delegações tinham indicado que

¹¹⁸⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Carta da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, datada de 26 de Novembro de 1965, p. 1-2

¹¹⁸⁸ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* 117-118

¹¹⁸⁹ Cf. *Idem.* p. 116

¹¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*

¹¹⁹¹ Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 54

¹¹⁹² Cf. *Ibidem*

¹¹⁹³ Cf. *Ibidem*

concordariam com a eventualidade de parte do projecto de resolução ser alvo de um voto por divisão, o Uruguai proporia ainda a votação separada do apelo ao boicote das importações e exportações portuguesas. Tendo por efeito fazer com que o projecto passasse a corresponder aproximadamente às resoluções aprovadas pelo Conselho em 1963, as emendas seriam adoptadas e, por não ter obtido a maioria necessária, o parágrafo sobre as sanções económicas seria rejeitado¹¹⁹⁴.

Na sua versão revista, com as emendas e a exclusão do pedido de sanções, o projecto, tornando-se na resolução 218 (1965), seria aprovado com as abstenções dos países da NATO. Com recurso mais à forma do que à substância do texto, a França (que não participaria no debate como forma de manifestar o seu apoio a Portugal), a Holanda e os EUA justificariam as abstenções com a falta de competência das NU para analisar a questão, com o receio de que a utilização da palavra “independência” pudesse ser interpretada como significando que somente esse poderia ser o resultado da autodeterminação e pelo facto de não se solicitar o início de conversações entre Portugal e os países africanos¹¹⁹⁵. Pouco diferindo da decisão adoptada em Julho de 1963, a resolução representaria indiscutivelmente um falhanço das pretensões dos países africanos. “*A Frustração Africana*” não deixaria de transparecer nas declarações finais da Costa do Marfim e da Libéria, em que se lamentaria que alguns estados não tivessem apoiado a resolução¹¹⁹⁶. Comentada pelas agências noticiosas, o debate demonstraria a incapacidade dos afro-asiáticos para integrar a questão da autodeterminação no âmbito do Capítulo VII da Carta, que previa a aplicação de sanções como forma de tornar efectiva as decisões do CS. As emendas apresentadas e a abstenção dos membros da NATO serviriam para confirmar a preferência para circunscrever a situação ao Capítulo VI, referente à solução pacífica das disputas.

Numa confirmação da tendência anteriormente notada, uma vez mais seria evidente o contraste entre uma discussão marcada por afirmações radicais e uma decisão que na sua substância apresentaria poucas novidades. O radicalismo do debate em parte resultaria da questão colonial portuguesa ter sido debatida em paralelo com a situação da Rodésia. A afirmação pode ser fundamentada pela semelhança entre as medidas que

¹¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*

¹¹⁹⁵ Cf. *Idem*, p. 53-54

¹¹⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1965, Vol. 2, Conselho de Segurança. Reuniões, Carta do Director Geral do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 6 de Dezembro de 1965, p. 2-3

se pretenderia fazer implementar contra Portugal e as que seriam adoptadas no caso da Rodésia, em que se solicitaria a suspensão do fornecimento de armas, equipamentos e material militar e a cessação das relações económicas¹¹⁹⁷. Mesmo que destituída de elementos radicais, a resolução 218 (1965) não deixaria de representar a reafirmação de uma determinada interpretação da ideia de autodeterminação. Com o documento, os anticolonialistas reportar-se-iam à autoridade da anterior decisão do CS, que confirmara o conceito “onusiano” de autodeterminação. Num desenvolvimento da tendência para o reforço das ideias através da contínua repetição das decisões adoptadas, que, como referido, teria por objectivo desenvolver um sentido de legitimidade, a resolução 183 (1963) seria colocada no mesmo nível de superioridade que a 1514 (XV). Servindo para reafirmar a necessidade da independência das colónias portuguesas, a referência a ambas as resoluções não pode deixar de ser entendida como um novo esforço para emprestar um carácter vinculativo à ideia de autodeterminação.

“Uma Base Legal para a Rebelião”

COMO SE TINHA TORNADO HÁBITO, na XX AG o relatório do Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas seria inscrito separadamente na agenda da IV Comissão. Com uma nova deslocação a África, o Comité reforçaria a tendência que vinha demonstrando de apoio aos movimentos de libertação, adoptando uma resolução que reconheceria a legitimidade da luta nas colónias portuguesas¹¹⁹⁸. Tendo por base uma decisão anterior, realizaria um estudo sobre as actividades e os interesses económicos estrangeiros e outros que representariam um obstáculo à aplicação da Declaração nas colónias portuguesas¹¹⁹⁹. Decorrente do estudo resultaria que todos os interesses económicos estrangeiros impediriam a autodeterminação, sem se estabelecer qualquer distinção entre os que realmente serviam de suporte ao colonialismo português e os que poderiam contribuir para o desenvolvimento dos territórios, o que ter-se-ia devido à falta de critérios para se fazer a diferenciação¹²⁰⁰. Em resultado das circunstâncias particulares da anterior sessão, a XX AG analisaria simultaneamente os

¹¹⁹⁷ Cf. United Nations - *Resolution 217 (1965)*, 20 November 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹¹⁹⁸ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976...* p. 58

¹¹⁹⁹ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 160

¹²⁰⁰ Cf. *Idem.* p. 364-365

relatórios do Comité de Descolonização referentes aos anos de 1964-1965 e o item sobre o programa especial de treino para as colónias portuguesas. O debate seria curto seguramente por o CS ter examinado demoradamente a questão, tendo havido diligências de algumas delegações, como a da URSS, para que não houvesse um grande número de sessões¹²⁰¹.

A discussão (realizada entre 2-8 de Dezembro) teria lugar num ambiente influenciado pelo discurso do Papa Paulo VI na AG por ocasião do 20º aniversário das NU, que favoreceria um sentimento de que a Organização fora reforçada enquanto instituição¹²⁰². As delegações africanas, que sentiriam que tinha havido um grande apoio aos países menos desenvolvidos, entenderiam as referências do Papa ao colonialismo como visando a política colonial portuguesa¹²⁰³. Pela proximidade com a questão colonial portuguesa, um conjunto de decisões da Assembleia permitiria adivinhar que a discussão na IV Comissão não seria pacífica. Tendo o Reino Unido excluído o uso da força, optando pela imposição de sanções, que por pressões africanas incluiriam um embargo ao fornecimento de petróleo, a AG condenaria a política de discriminação na Rodésia como um crime contra a humanidade¹²⁰⁴. Relativamente à África do Sul, notando-se um reforço nas capacidades militares e um aumento dos investimentos estrangeiros, apelar-se-ia a um embargo militar ao país, chamando-se a atenção do CS para a necessidade de sanções económicas¹²⁰⁵. Como o Comité de Descolonização tinha realizado um estudo sobre as actividades da indústria mineira e de outras empresas estrangeiras no Sudoeste Africano, condenar-se-ia a exploração dos recursos humanos e materiais do território, considerada como um impedimento à independência¹²⁰⁶. Naquelas que seriam as primeiras resoluções sobre as colónias espanholas, mesmo que a Espanha sofresse uma pressão mais moderada do que a exercida sobre Portugal, a Assembleia solicitaria a adopção de medidas para a independência de Ifni e do Sara

¹²⁰¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 185, Proc. ZB-2, Ano de 1965-1966, Vol. 13, XX Assembleia-Geral, Apontamento elaborado por Costa de Moraes, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 30 de Dezembro de 1965. p. 15

¹²⁰² Cf. ANTT, AOS/CD-8-3-3. Alberto M. Franco Nogueira. Carta de Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, enviada de Nova Iorque para António Oliveira Salazar, datada de 5 de Outubro de 1965, p. 662-663

¹²⁰³ Cf. *Idem*. p. 659-661

¹²⁰⁴ Cf. United Nations - *Resolution 2022 (XX)*, 5 November 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹²⁰⁵ Cf. United Nations - *Resolution 2054 (XX)*, 15 December 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹²⁰⁶ Cf. United Nations - *Resolution 2074 (XX)*, 17 December 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

Espanhol, bem como o início de conversações para a solução da disputa sobre Gibraltar¹²⁰⁷.

Determinada sem que houvesse votação, o que parece sugerir que a questão tinha-se tornado consensual, a participação de peticionários na IV Comissão seria menor quando comparada com as sessões anteriores. Provavelmente em resultado das dificuldades em suportar as despesas de uma deslocação a Nova Iorque, os nacionalistas começariam a demonstrar preferência pelo Comité de Descolonização, que por realizar reuniões em África tornar-se-ia mais acessível. As afirmações mais radicais seriam as da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que representava o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO. Indicando que as NU tinham uma atitude passiva, a CONCP entenderia solicitar a retirada a Portugal do estatuto de Estado membro, a cessação da ajuda dos países da NATO, o estabelecimento de programas para fornecer fundos e equipamentos militares às populações, o convite às agências especializadas para desenvolverem novas formas de assistência, o fornecimento de um maior número de bolsas de estudo e a imposição de um embargo a Portugal¹²⁰⁸. Agrupamento de pequenas organizações, que se propunha reorganizar e intensificar a luta armada, o Conselho do Povo Angolano (CPA) marcaria as distâncias em relação aos restantes movimentos nacionalistas, pedindo que se fizesse um apelo para a cessação da entrega de armas e de qualquer ajuda que permitisse a Portugal pagar as despesas militares nas colónias¹²⁰⁹. Albert Nank, que se identificaria como natural da Guiné, demonstraria, ao ter entrado em contacto com a Embaixada portuguesa em Londres, procurar satisfazer interesses pessoais, ainda que reclamasse a independência das colónias¹²¹⁰. As delegações revelariam a preferência pelas declarações dos representantes da CONCP, que seriam questionados com particular detalhe, tendo os restantes peticionários sido objecto de alguma indiferença¹²¹¹.

¹²⁰⁷ Cf. United Nations - *Resolution 2072 (XX)*, 16 December 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:http://www.un.org.com>; Cf. United Nations - *Resolution 2070 (XX)*, 16 December 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:http://www.un.org.com>

¹²⁰⁸ Cf. Arquivo da Fundação Mário Soares, Espólio Amílcar Cabral, 03 - Movimentos Anti-Coloniais – CONCP, Pasta 07059.022.005, Processo Verbal da Primeira Reunião do Comité Preparatório da II Conferência da CONCP, Rabat 12-15 de Fevereiro de 1965, p. 7

¹²⁰⁹ Cf. Nations Unies – *A/C.4/SR 1574. Quatrième Commission, 1574^e séance. Jeudi 2 Décembre 1965, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 386

¹²¹⁰ Cf. Nations Unies – *A/C.4/SR 1584. Quatrième Commission, 1584^e séance. Vendredi 10 Décembre 1965, à 15h20*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 469

¹²¹¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Carta do MNE para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 20 de Dezembro de 1965, p. 1

O projecto de resolução, da autoria dos afro-asiáticos, demonstraria uma extrema violência, integrando “simultaneamente disposições novas, precisas e draconianas”¹²¹². O Congo (Leopoldville), onde um golpe de Estado tinha conduzido Joseph Mobutu ao poder e que em conjunto com Marrocos ainda mantinha relações diplomáticas com Portugal, tendo inicialmente patrocinado o projecto de resolução, por razões desconhecidas, retirar-se-ia da lista dos autores¹²¹³. O texto, que seria o mais extenso até então apresentado, teria como destinatário não somente Portugal, mas também os estados membros, em especial os países da NATO, as empresas internacionais com interesses nas colónias portuguesas e as agências especializadas. Uma primeira versão, menos extremista, tinha sido objecto de alterações destinadas a aproximá-la da resolução que, impondo sanções, fora aprovada pela AG contra a África do Sul¹²¹⁴. Ao relembrar a resolução 1514 (XV) e as anteriores decisões, o projecto pretendia que se notasse nota com profunda preocupação que Portugal estaria a intensificar as medidas de repressão e as operações militares contra as populações e que as actividades dos interesses financeiros estrangeiros seriam um impedimento à realização das aspirações à liberdade e independência¹²¹⁵. Em contradição com a anterior decisão do CS, os autores do projecto de resolução proporiam que a Assembleia afirmasse que a atitude de Portugal em relação às colónias e aos estados vizinhos constituiria uma ameaça à paz e à segurança internacionais¹²¹⁶.

Redigido com a intenção de reflectir os debates do Comité de Descolonização, o texto recomendaria a reafirmação do direito dos povos das colónias portuguesas à liberdade e independência, reconhecendo-se a legitimidade da luta para alcançar os objectivos estabelecidos na Carta, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na resolução 1514 (XV)¹²¹⁷. Ao se propor a aprovação dos relatórios do Comité de Descolonização, seria apresentada a sugestão para que se fizesse um apelo aos estados para que, em coordenação com a OUA, concedessem apoio moral e material à

¹²¹² Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 29

¹²¹³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Carta do MNE para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 21 de Dezembro de 1965, p. 3

¹²¹⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 14 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²¹⁵ Cf. United Nations - A/6209, 20 December 1965. *Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples: Reports of the Special Committee: Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.l.: s.n., s.d. p. 6

¹²¹⁶ Cf. *Idem*. p. 7

¹²¹⁷ Cf. *Ibidem*

restauração dos direitos inalienáveis dos territórios. Sem hesitação propor-se-ia a condenação da política portuguesa, da persistente recusa em implementar as resoluções e da violação dos direitos económicos e políticos das populações das colónias pelo estabelecimento em larga escala de emigrantes estrangeiros e a exportação de trabalhadores para a África do Sul¹²¹⁸. Aos estados entender-se-ia solicitar que evitassem que os seus cidadãos desenvolvessem actividades relacionadas com interesses financeiros estrangeiros, que fossem um impedimento à liberdade e independência. Tendo desaparecido as referências ao programa de descolonização, algumas disposições do projecto de resolução utilizariam a linguagem do Capítulo VII da Carta, que somente pode ser invocada pelo CS. Destinadas a isolar o governo português, aos estados membros entender-se-ia que a Assembleia deveria exigir que adoptassem, individualmente ou colectivamente, medidas para a ruptura das relações diplomáticas e consulares, o encerramento dos seus portos e aeroportos aos navios e aviões portugueses, a proibição das suas embarcações utilizarem quaisquer instalações de Portugal ou das suas colónias e o boicote do comércio¹²¹⁹.

Em conjunto com as sanções político-económicas, ficaria previsto que se solicitasse um embargo militar aos estados, em particular aos membros da NATO, que teriam de abster-se de conceder qualquer assistência que permitisse continuar a repressão, adoptando medidas para evitar a venda ou o fornecimento de armas e equipamento a Portugal e suspendendo as entregas de materiais para o fabrico ou a manutenção de armamento e munições¹²²⁰. Numa abordagem indirecta, destinada a fazer com que as agências especializadas fizessem sentir a sua influência, recomendar-se-ia que a AG apelasse, sobretudo ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e ao FMI, para que recusassem qualquer assistência financeira, económica e técnica enquanto Portugal falhasse na implementação da resolução 1514 (XV)¹²²¹. Ao ACNUR, às agências especializadas e a outras organizações internacionais, os autores do projecto de resolução pediriam que se solicitasse o aumento da assistência aos refugiados das colónias portuguesas e às populações afectadas pelas operações militares. Com o falhanço da tentativa de imposição de sanções e embargos através do CS, ficaria prevista uma disposição

¹²¹⁸ Cf. *Ibidem*

¹²¹⁹ Cf. *Idem*. p. 7-8

¹²²⁰ Cf. *Idem*. p. 8

¹²²¹ Cf. *Ibidem*

destinada a que se pedisse ao órgão a adopção das medidas apropriadas para conseguir a implementação das resoluções¹²²². Tendo a questão das colónias portuguesas se tornado num item “tradicional” da agenda da IV Comissão, propor-se-ia que se decidisse que a questão ficasse provisoriamente inscrita para a XXI AG.

Num reconhecimento de que os apoios não corresponderiam à realidade, uma vez que na sua maioria os estudantes não estavam preparados para frequentar o ensino superior, num outro projecto de resolução, sobre o programa especial de treino, os afro-asiáticos voltariam a propor que se solicitasse aos que pretendessem atribuir bolsas de estudos aos habitantes das colónias portuguesas que tivessem primeiramente em atenção as necessidades de educação secundária, vocacional e técnica¹²²³. Considerados como o mínimo que se poderia fazer para ajudar as populações, os projectos de resolução seriam analisados no decorrer da discussão geral, que como habitual seria dominada pelos afro-asiáticos e socialistas, contando com alguma participação dos ocidentais e escassa intervenção dos latino-americanos. Pela violência das suas afirmações, a Bielorrússia, Congo (Brazzaville), Guiné, Serra Leoa, Síria e URSS seriam os que mais denunciariam o que designariam de carácter implacável do regime imposto por Portugal nas colónias, referindo a realização de operações militares de grande envergadura e a prática de massacres, genocídios e trabalho forçado¹²²⁴. Ainda que as acusações sobre as condições de vida nos territórios, que tinham sido dominantes nos períodos anteriores, não tivessem desaparecido totalmente, os intervenientes demonstrariam a preferência por afirmações genéricas, havendo uma grande insistência em denunciar a existência de uma unidade de pensamento e de acção entre Portugal e os regimes minoritários e racistas¹²²⁵.

As constantes referências ao relatório do Comité de Descolonização e às afirmações dos peticionários tornariam a questão da influência dos interesses económicos estrangeiros na manutenção da dominação colonial portuguesa num dos temas centrais da discussão. Considerada como um impedimento à aplicação da Declaração, os investimentos estrangeiros seriam objecto de denúncia dos anticolonialistas, tendo havido a indicação de empresas que, actuando na exploração de

¹²²² Cf. *Ibidem*

¹²²³ Cf. *Idem*. p. 9

¹²²⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1589. *Quatrième Commission, 1589^e séance. Mercredi 15 Décembre 1965, à 11h10*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 505

¹²²⁵ Cf. *Idem*. p. 506

petróleo e diamantes ou no sector bancário nas colónias portuguesas, teriam ligações a capitais originários da Bélgica, EUA, França ou RFA. Mencionada com grande insistência, a influência dos interesses económicos seria mais uma tentativa para estabelecer a associação entre a resistência portuguesa em implementar as decisões das NU e a assistência que receberia dos membros da NATO, acusados de financiar o exército português¹²²⁶. Controversa, a rejeição dos investimentos estrangeiros pode ser enquadrada nas reivindicações do MNA para a autodeterminação económica e a compensação pela exploração exercida sobre as antigas colónias. Dada a concentração de riquezas, conhecimento e produção nas empresas estrangeiras, os países do Sul global desenvolveriam iniciativas para a promoção da autodeterminação económica através do direito ao desenvolvimento, que resultaria dos debates sobre o significado da justiça na distribuição de bens¹²²⁷. Relatórios, declarações e resoluções das NU contribuiriam para a estruturação conceptual do direito ao desenvolvimento, que em meados da década de 1960 estaria ainda em formação¹²²⁸. Seria em grande parte pelo enquadramento do desenvolvimento enquanto direitos humanos, que defendia a participação individual no processo de decisão sobre a economia nacional, que o MNA tentaria avançar a sua agenda económica¹²²⁹.

Tendo Portugal abandonado a estratégia de financiar peticionários para condicionar as audições na IV Comissão, a delegação portuguesa integraria novamente elementos africanos¹²³⁰. O Congo (Brazzaville) tentaria, inutilmente, chamar a atenção para o facto, tendo a Comissão decidido que não poderia examinar a composição das delegações¹²³¹. Sem evitar o confronto com outros países, desmentindo alegações consideradas “irresponsáveis, impróprias e indignas”, o representante português voltaria a argumentar em termos estritamente jurídicos. Adoptando-se uma posição defensiva, a intervenção portuguesa destinar-se-ia sobretudo ao comentário do primeiro projecto de

¹²²⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1592. *Quatrième Commission, 1592^e séance. Samedi 18 Décembre 1965, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 523

¹²²⁷ Cf. NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah – *Ob. Cit.* p. 288

¹²²⁸ Cf. *Idem.* p. 298

¹²²⁹ Cf. *Ibidem*

¹²³⁰ Um dos membros da delegação portuguesa era Costa de Moraes, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, que foi delegado suplente na IV Comissão. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 185, Proc. ZB-2, Ano de 1965-1966, Vol. 13, XX Assembleia-Geral, Apontamento elaborado por Costa de Moraes, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 30 de Dezembro de 1965, p. 1-21

¹²³¹ Cf. United Nations – A/C.4/SR 1585. *Fourth Committee, 1585th Meeting. Monday, 13 December 1965, at 11 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1965. p. 450

resolução, entendido como baseado em argumentos falaciosos¹²³². Com Goa sempre implícita nas afirmações, indicar-se-ia que tinha havido uma omissão significativa, por a resolução 1542 (XV), que continha a lista de todas as colónias portuguesas, não ter sido mencionada. Portugal rejeitaria todas as disposições do texto, negando a prática de medidas de repressão, considerando como absurda e desonesta as alegações quanto aos interesses económicos estrangeiros (para os quais tinha publicado um novo código de regulação), recusando os argumentos sobre os apoios da NATO, contestando que as afirmações dos peticionários pudessem servir como elementos de prova, desmentindo que estivesse a ameaçar a paz e a segurança internacionais e contradizendo que existisse uma luta de direitos nas suas colónias¹²³³. Mostrando uma postura de grande confiança, Portugal reafirmaria não ser obrigado a aceitar decisões adoptadas em violação da Carta e que a IV Comissão não estaria qualificada para recomendar sanções, tendo havido uma confusão entre as competências da AG e as do CS.

Sem surpresa, os países alinhados com o Ocidente também destinariam as intervenções ao exame do projecto de resolução. Todos sem excepção, mesmo se alguns defendessem que em termos genéricos o projecto fosse aceitável, afirmariam que o texto apresentava disposições que lhes mereciam reservas. Tendo proposto a Portugal, com o Plano Anderson, a realização de um plebiscito e a aceitação da liberdade de acção política nas colónias, os EUA seriam cuidadosos, evitando desagradar o governo português para não prejudicar a iniciativa em curso¹²³⁴. O Reino Unido, que com a crise da Rodésia adoptara uma política mais moderada quanto a Portugal para não comprometer as sanções impostas ao regime minoritário, assumiria um comportamento semelhante ao dos norte-americanos¹²³⁵. O Brasil, onde Franco Nogueira encontrara numa viagem que realizara um ambiente favorável a Portugal, que pensava que poderia evoluir num sentido ainda mais positivo, entenderia corresponder ao pedido português para que fizesse uma declaração antes da votação de forma a influenciar os latino-americanos¹²³⁶. Em conjunto, os apoiantes de Portugal, incluindo a África do Sul, China, Dinamarca, Itália, Noruega, Nova Zelândia e Suécia, considerariam o projecto de

¹²³² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1590. *Quatrième Commission, 1590^e séance. Mercredi 15 Décembre 1965, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 514

¹²³³ Cf. *Idem*. p. 513-514

¹²³⁴ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 133

¹²³⁵ Sobre as relações entre Portugal e o Reino Unido em torno da questão da Rodésia *vide* . OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança..* p. 324-347

¹²³⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 16 de Dezembro de 1965, p. 1-2

resolução como violando práticas e regras das NU ao reconhecer à AG o direito de adoptar medidas coercivas¹²³⁷. Com uma perspectiva diferente da do MNA sobre o direito ao desenvolvimento, que consideravam não existir, os países ocidentais contestariam as conclusões do relatório do Comité de Descolonização sobre os interesses económicos estrangeiros, indicando não poder impedir que os seus cidadãos desenvolvessem actividades nas colónias portuguesas¹²³⁸.

Para que os apoios tivessem uma tradução prática, Portugal, com recurso às embaixadas e consulados, cuja rede vinha sendo alargada, sobretudo na América Latina, para atender às necessidades de obter votos nas NU, desenvolveria iniciativas contra o projecto de resolução¹²³⁹. As diligências seriam realizadas nomeadamente em países que, pelo efeito de arrastamento que o seu voto poderia ter, se pensava que teriam uma influência decisiva. Na sua maioria, como vinha sendo hábito, os países tentariam conhecer previamente a atitude de outros estados membros, antes de assumir qualquer compromisso. Os EUA, que não hesitariam em criticar as “enormidades” do projecto de resolução, demonstrariam a inclinação para o voto contra desde que não ficassem isolados¹²⁴⁰. Entendendo os termos empregues como “muito fortes e inapropriados”, o Reino Unido prometeria não aprovar os parágrafos que incluíam a linguagem do Capítulo VII, deixando a impressão de que se absteria sobre o conjunto do projecto¹²⁴¹. Por motivos tácticos, dada a relação com os países africanos, a França, que continuaria com o seu apoio a Portugal, adaptando-o às circunstâncias, indicaria que manteria o princípio da abstenção, mas que se os EUA e o Reino Unido votassem contra, adoptaria a mesma atitude¹²⁴². Tendo havido indicações de que a delegação sueca estaria a tentar alterar o projecto de resolução para poder votar a favor, os nórdicos entenderiam assumir uma posição concertada¹²⁴³. O representante brasileiro, que tinha instruções

¹²³⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1592. *Quatrième Commission, 1592^e séance...*p. 524

¹²³⁸ Cf. *Idem*. p. 522

¹²³⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 511, Proc. POI 03, Ano de 1971, Funcionamento da Delegação Permanente de Portugal junto da ONU, Delegação Portuguesa à XXVI Sessão da AG das NU, Informação de serviço secreto do MNE, datado de 15 de Janeiro de 1970, e elaborado por J. Calvet de Magalhães, p. 3

¹²⁴⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE, datado de 15 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁴¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 16 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁴² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datado de 18 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁴³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 17 de Dezembro de 1965, p. 1

genéricas para se abster nas votações contra Portugal, solicitaria, a pedido da Missão Portuguesa, autorização para votar contra¹²⁴⁴. Colaborando estreitamente com Portugal, o Brasil, talvez pelo receio de somente ser acompanhado pela África do Sul, participaria nas diligências em outros países latino-americanos, conseguindo convencer alguns a não apoiar projecto de resolução¹²⁴⁵.

Portugal solicitaria a votação separada dos parágrafos relativos às sanções político-económicas, ao embargo de armas e ao apelo para que os estados membros impedissem a participação dos seus cidadãos nas actividades dos interesses económicos estrangeiros que actuavam nas suas colónias¹²⁴⁶. Como alguns autores do projecto de resolução tinham indicado que o texto deveria ser aprovado na íntegra, o que seguramente dever-se-ia ao desejo de evitar que, como acontecera no CS, fosse esvaziado do seu conteúdo, os países africanos recusariam qualquer tentativa de votação separada¹²⁴⁷. A moção de voto por divisão seria rejeitada, o que, contrariamente ao que se poderia supor, acabaria por servir os interesses portugueses. Como a votação recairia sobre a totalidade do projecto de resolução, os estados membros não teriam a hipótese de eliminar os parágrafos controversos, sentindo-se na obrigação de abster ou de votar contra a proposta. Numa votação por apelo nominal, solicitada por Portugal, o projecto de resolução seria adoptado sem que contudo tivesse alcançado a maioria esmagadora que outrora tinha apoiado as deliberações sobre a política colonial portuguesa¹²⁴⁸.

Os votos revelariam, além da conhecida orientação dos ocidentais, a relevância do apoio a Portugal dos países latino-americanos, que, com a excepção de Cuba, votariam contra ou se absteriam. Não querendo se comprometer perante os anticolonialistas, um número significativo de delegações (num total de 20) não participaria na votação. Países como a Zâmbia e o Malawi que, pela vizinhança e as ligações económicas com as colónias portuguesas, estavam a desenvolver relações de maior proximidade com Portugal, encontrar-se-iam entre os ausentes. A Zâmbia, autora do projecto de resolução, tinha sido alvo de pressões portuguesas, tendo-lhe sido

¹²⁴⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 16 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁴⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Carta do MNE para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datada de 21 de Dezembro de 1965, p. 2

¹²⁴⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 185, Proc. ZB-2, Ano de 1965-1966, Vol. 13, XX Assembleia-Geral, Apontamento elaborado por Costa de Moraes, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 30 de Dezembro de 1965, p. 17-18

¹²⁴⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1592. *Quatrième Commission, 1592^e séance...*p. 527

¹²⁴⁸ Cf. *Idem.* p. 528

indicado que era incompreensível que tentasse estabelecer a cooperação económica com Portugal e simultaneamente apoiasse a adopção de medidas radicais contra o país¹²⁴⁹. Significando a existência de atitudes divergentes entre os africanos quanto à estratégia anti-colonial, o comportamento da Zâmbia e do Malawi colocaria em risco o consenso no seio da OUA quanto à estratégia de enfraquecimento dos regimes de minoria branca com recurso a meios económicos, diplomáticos e militares¹²⁵⁰.

De forma quase unânime, a Comissão aprovaria o projecto de resolução referente ao programa de ensino e formação para as colónias portuguesas, o que não deixaria de representar explicitamente uma condenação para Portugal¹²⁵¹. Com a ilusão de que se dois terços dos membros votassem contra seria possível impedir a adopção no plenário do primeiro projecto de resolução, Portugal intensificaria as diligências nas vésperas da votação¹²⁵². As embaixadas portuguesas tentariam, sem o conseguir, que as abstenções de países como o Chile, Dinamarca, Filipinas, França, Irlanda, Japão e Noruega fossem modificadas para votos contra¹²⁵³. Para salvaguardar a sua posição, a Irlanda chegaria a conceber uma proposta para que o texto fosse votado parágrafo a parágrafo, o que, na hipótese de ser rejeitada, lhe permitiria votar contra¹²⁵⁴. Tendo a iniciativa sido considerada inconveniente, por se temer que os países africanos mudassem de estratégia, permitindo a votação por divisão para que não se repetisse o elevado número de votos contra, Portugal pediria à Irlanda que desistisse da proposta¹²⁵⁵. Aprovado por maioria simples, uma vez que a exigência do voto qualificado de dois terços dos membros deixara de ser aplicável às questões coloniais, o projecto tornar-se-ia na resolução 2107 (XX), de 21 de Dezembro. Como a repartição dos votos na Comissão demonstrara, Portugal encontraria apoios sobretudo nos latino-americanos, nos ocidentais e em alguns asiáticos, ocorrendo uma ligeira variação no

¹²⁴⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal junto da ONU para o MNE, datado de 15 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁵⁰ Cf. WALRAVEN, Klaas van – *Dreams of Power: the Role of the Organization of African Unity in the Politics of Africa. 1963-1993*. Leiden: African Studies Centre, 1999. p. 222

¹²⁵¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1592. *Quatrième Commission, 1592^e séance...* p. 528

¹²⁵² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Paris, datado de 19 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁵³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama do MNE expedido para as embaixadas portuguesas de Viena, Copenhague, Oslo, Bangkok, Santiago de Chile, Manila, Tóquio e Dublin, datado de 19 de Dezembro de 1965, p. 1-2

¹²⁵⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Dublin para o MNE, datado de 21 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁵⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Dublin, datado de 23 de Dezembro de 1965, p. 1

número de votantes por alguns países que tinham estado ausente terem participado na votação¹²⁵⁶. Sem alterações nas abstenções e nos votos contra, o texto sobre o programa de ensino e de formação também seria adoptado, transformando-se na resolução 2108 (XX), de 21 de Dezembro¹²⁵⁷.

A posição assumida quanto à resolução 2107 (XX) não deixaria de reflectir, novamente, os constrangimentos resultantes da deslegitimação da dominação colonial, da política interna ou das pressões afro-asiáticas. Presente na votação, a Zâmbia, que seria o único país africano a explicar o seu voto, demonstraria, ao referir a sua política de boa vizinhança, estar dividida entre objectivos dificilmente conciliáveis¹²⁵⁸. Delegações como as do Chile, Tailândia e Filipinas no último momento mudariam a sua orientação, faltando com a promessa de que votariam contra o texto¹²⁵⁹. A França, que garantiria o máximo apoio, não conseguiria, para surpresa de algumas delegações, votar contra devido ao desagrado dos países africanos pelo seu comportamento na questão da Rodésia (em que se absteve)¹²⁶⁰. Dadas as dificuldades que as relações comerciais com a África do Sul suscitavam ao país, o Japão, estando numa situação delicada, também limitar-se-ia à abstenção¹²⁶¹. Nas explicações do sentido de voto, algumas delegações entenderiam acentuar o desacordo com as disposições mais polémicas do projecto de resolução, afirmando que teriam votado contra em caso de votação por divisão. Em justificação, alegariam de novo o carácter radical do texto e a recusa em aceitar a associação entre a questão colonial portuguesa e as disposições do Capítulo VII da Carta¹²⁶². Como as declarações podem ser consideradas uma evidência das atitudes dos

¹²⁵⁶ Cf. Nations Unies - A/PV.1490. *Assemblée Générale. Vingt et Unième Session. 1490^e Séance Plénière*. Lundi 12 Décembre 1966, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 6

¹²⁵⁷ Cf. Nations Unies - A/PV.1407. *Assemblée Générale. Vingtième Session. 1407^e Séance Plénière*. Mardi 21 Décembre 1965, à 15h30. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 5

¹²⁵⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1966, Vol. 3, IV Comissão, Carta do MNE para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 15 de Janeiro de 1966, p. 1

¹²⁵⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Santiago do Chile para o MNE, datado de 27 de Dezembro de 1965, p. 1-2; Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1966, Vol. 3, IV Comissão, Carta do MNE para António Patrício, Encarregado de Negócios de Portugal junto da ONU, datado de 31 de Janeiro de 1966, p. 1

¹²⁶⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datado de 21 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁶¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1965, Vol. 2, IV Comissão, Telegrama da Embaixada de Portugal em Tóquio para o MNE, datado de 20 de Dezembro de 1965, p. 1

¹²⁶² Cf. Nations Unies - A/PV.1490. *Assemblée Générale. Vingt et Unième Session. 1490^e Séance Plénière...* p. 6

países, em grande parte os estados membros demonstrariam não se sentir vinculados pela decisão e nem ter a intenção de aplicar as medidas adoptadas¹²⁶³.

Representando, como referido, «a mais veemente condenação da política colonial portuguesa e o maior esforço da Assembleia para isolar Portugal», a resolução 2107 (XX) não seria necessariamente ilegal¹²⁶⁴. A Carta protege as prerrogativas do CS para sancionar ou adoptar medidas e acções coercivas, sendo que formalmente a AG apenas pode recomendar o uso da força ou a aplicação de sanções e embargos em sessões extraordinárias, de emergência, convocadas, segundo o mecanismo da *Uniting for Peace Resolution*¹²⁶⁵. Mesmo adoptada fora do âmbito da *Uniting for Peace Resolution*, a resolução 2107 (XX) poderá ser considerada como derivada da competência da Assembleia para recomendar aos estados a adopção de acções individuais, que, quando aplicadas, produziriam medidas colectivas¹²⁶⁶. Em termos institucionais, o documento representaria uma crítica explícita ao CS por não ter atendido aos apelos para invocar o Capítulo VII. Antes do SG ter podido receber as declarações dos estados membros, em resposta à solicitação de informações sobre a sua implementação, a resolução 218 (1965) seria assim ultrapassada, o que tornaria as suas exigências quase que desnecessárias¹²⁶⁷.

Além das sanções e embargos, a decisão da AG teria importância pelo reconhecimento da legitimidade da luta armada nas colónias portuguesas. Tendo recebido pouca ou nenhuma atenção no debate, contrariamente à polémica suscitada no Comité de Descolonização, o reconhecimento da legitimidade da luta armada estaria em contradição com um dos pilares da Carta que proibia o recurso a meios violentos para solucionar as disputas. A legitimação do uso da força parece revelar a tendência para considerar a autodeterminação como a norma determinante do direito internacional, que se sobreporia aos demais princípios nas relações internacionais¹²⁶⁸. Se bem que seja

¹²⁶³ Cf. United Nations - *Resolution 2108 (XX)*, 21 December 1965. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹²⁶⁴ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 29

¹²⁶⁵ Cf. KOLB, Robert – *Ob. Cit.* p. 88-89

¹²⁶⁶ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics*. p. 21

¹²⁶⁷ O SG U Thant, num relatório transmitido ao CS, a 30 de Junho, indicou as medidas que tinham sido adoptadas para a aplicação da resolução 218 (1965). Numa adenda ao relatório, a 1 de Julho, comunicou comunicadas informações adicionais sobre a troca de correspondência que estava em curso com o governo português, que, uma vez mais, seguramente com a intenção de ganhar tempo e demonstrar que não estava numa posição de inflexibilidade, afirmou a disponibilidade para, por ocasião da XXI AG, realizar conversações com o SG. Cf. Nations Unies – A/6302. *Supplement n° 2. Rapport du Conseil de Securite...* p. 55

¹²⁶⁸ Cf. WALRAVEN, Klaas van – *Ob. Cit.* p. 213

discutível que tivesse havido uma emenda da Carta, suplementando as provisões sobre a proibição do uso da força, a resolução demonstraria que a ideia de autodeterminação poderia ser moldada à medida que as necessidades ou os desejos dos estados membros sofriam alterações¹²⁶⁹. Primeiro passo para que o conceito de autodeterminação passasse a implicar a utilização de todos os meios contra as potências coloniais, a legitimação da luta armada seria uma tentativa indiscutível de alargamento da resolução 1514 (XV). Como reconhecido por Amílcar Cabral, a decisão acabaria por representar “*Uma Base Legal para a Rebelião*”, legalizando a ajuda concedida aos movimentos de libertação e atribuindo à OUA o estatuto de intermediário¹²⁷⁰.

Em simultâneo à legitimação da luta armada, a ideia de autodeterminação resultante da resolução estaria não somente associada à independência, como se tornara prática, mas também ao conceito de liberdade. As populações das colónias portuguesas passariam a estar intituladas à liberdade e à independência, o que parece significar o desejo de estabelecer que a autodeterminação deveria resultar na cessação dos vínculos de sujeição e na livre expressão das aspirações. O emprego da palavra liberdade antes da independência seria demonstrativa de que, quanto aos resultados pretendidos, as soluções como a associação ou a integração em outros estados não seriam admissíveis. Não menos relevante seria o aprofundamento da vertente económica da ideia de autodeterminação, que justificaria a rejeição de todos os investimentos estrangeiros nas colónias. Do texto aprovado pela AG resultaria um estreitamento da ligação entre os direitos políticos e os económicos, sociais e culturais, o que era uma questão que não suscitava o acordo de todos os estados. Como a ideia de autodeterminação presente na Declaração sublinhara que a exploração estrangeira constituiria uma negação dos direitos humanos, a resolução 2107 (XX) poderá ser considerada como mais uma tentativa para entender a constituição de estados soberanos como pertencente à categoria dos direitos individuais.

¹²⁶⁹ Cf. FREUDENSCHUSS, Helmut - «Legal and Political Aspects of the Recognition of National Liberation Movements» In *Millennium - Journal of International Studies*. 1982 (11), p. 120-121

¹²⁷⁰ Cf. Fundação Mário Soares, Espólio Amílcar Cabral, 03 - Movimentos Anti-Coloniais – CONCP, Pasta 04602.038, *A Unidade Política e Moral: Força Principal da Nossa Luta Comum*. Discurso publicado em nome da delegação do PAIGC por Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP, realizada em Dar es Salam de 3 a 8 de Novembro de 1965, p. 6-7

“Um Espírito de Maior Intolerância e Extremismo”

TENDO-SE TORNADO NUM TEMA recorrente da agenda das NU, a questão dos direitos dos territórios coloniais estaria em grande destaque na XXI AG, com a adopção de decisões quanto à autodeterminação e à condenação da discriminação racial. Visado em algumas resoluções, Portugal continuaria a insistir na opção pela via militar, notando-se a tendência para a degradação das condições nas colónias. Em Angola assistir-se-ia ao reatamento da luta armada em consequência do surgimento da União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) e da continuação das operações do MPLA na frente Leste¹²⁷¹. Pretendendo estender as operações militares aos centros urbanos, o PAIGC reivindicaria a libertação de dois terços do território guineense, apresentando-os como um Estado independente parcialmente ocupado por forças estrangeiras¹²⁷². Registrando-se a chegada a Moçambique do maior contingente militar português desde o início do conflito no território, a FRELIMO conseguiria obter o reconhecimento da OUA, o que seria um efeito do envolvimento na luta armada¹²⁷³. Com a aquisição informal de novas competências, o Comité de Descolonização adoptaria um projecto de resolução semelhante ao da anterior AG, reconhecendo que a situação nas colónias portuguesas se agravara devido à rebelião na Rodésia¹²⁷⁴. Voltando a estudar as implicações das actividades dos interesses estrangeiros na aplicação da Declaração às colónias portuguesas, o Comité entenderia, com a nova prática de realizar estudos sobre temas específicos, examinar as medidas adoptadas pelas instituições internacionais, incluindo as agências especializadas, para responder aos apelos das NU. Como, contrariamente ao solicitado, o BIRD concedera empréstimos ao governo português, o Comité aprovaria mais uma resolução, que demonstraria uma profunda decepção por o Banco continuar a ajudar Portugal e a África do Sul¹²⁷⁵.

¹²⁷¹ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 296

¹²⁷² Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 470

¹²⁷³ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Ob. Cit.* p. 586

¹²⁷⁴ SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976.* p. 60

¹²⁷⁵ Os empréstimos foram sido concedidos à Hidroeléctrica do Douro SARL e à Empresa Termoeléctrica Portuguesa SARL. Cf. Nations Unies - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1964. Canadá: s.n.: 1965. p. 179

Sem que todos os africanos concordassem com a convocação do Conselho, por entenderem que criaria um precedente para a apresentação de problemas internos nas NU, acusações da República Democrática do Congo contra Portugal seriam inscritas na agenda (30 de Setembro a 14 de Outubro). Envolvido em operações militares contra países africanos, em muitos casos com a cumplicidade da Espanha, o governo português favorecera uma revolta de mercenários e gendarmes catangueses, que tinham bases em Angola, ameaçando o regime de Mobutu¹²⁷⁶. Com a República Democrática do Congo a determinar o corte das relações diplomáticas com o governo português, o Conselho adoptaria a resolução 226 (1966), de 14 de Outubro, que limitar-se-ia a convidar Portugal a não permitir que Angola fosse utilizada como base operacional para a ingerência no país vizinho¹²⁷⁷. Aprovada a decisão por unanimidade (uma vez que as delegações africanas recusaram propor uma condenação de Portugal), a questão colonial portuguesa passaria para segundo plano¹²⁷⁸. Tendo instituído um subcomité da OUA para acompanhar os debates sobre as colónias portuguesas, os países africanos estariam mais interessados nos acontecimentos na Rodésia e no Sudoeste Africano, que, juntamente com a reeleição do SG, dominariam as atenções da XXI AG¹²⁷⁹. A importância atribuída aos territórios da África Austral estaria seguramente relacionada com o início da luta armada no Sudoeste Africano, onde as acções de guerrilha, desenvolvidas a partir do Norte do território, teriam por objectivo alvos estratégicos, provocando a reacção da África do Sul, que conseguiria conter os ataques¹²⁸⁰.

Mesmo tendo deixado de representar uma prioridade, a discussão sobre a questão colonial portuguesa não perderia o radicalismo, demonstrando as delegações africanas “*Um Espírito de Maior Intolerância e Extremismo*”, o que em parte poderá ser atribuído ao facto de o debate ter decorrido sob a influência das decisões adoptadas para

¹²⁷⁶ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 25

¹²⁷⁷ Cf. United Nations - *Resolution 226 (1966), 14 October 1966*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹²⁷⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 162, Proc. ZC-2, Ano de 1966, Vol. I, Reunião CS relativa queixa Congo contra Portugal (ataque à Embaixada de Portugal em Kinshasa), Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Outubro de 1966, p. 1-2

¹²⁷⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 189, Proc. ZB-2, Ano de 1967, Vol. XXVII, Assembleia-Geral, XXII sessão, Relatório elaborado por Duarte Vaz Pinto, delegado de Portugal na ONU, e datado de 17 de Outubro de 1967, XXII Sessão da Assembleia-Geral. Plenário, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 15 de Dezembro de 1964, p. 1

¹²⁸⁰ Cf. SHUBIN, Vladimir - *The Hot 'Cold War': The USSR in Southern Africa*. Reino Unido: Pluto Press, 2010. p. 201

a Rodésia e o Sudoeste Africano¹²⁸¹. Como Portugal estava a interferir com o embargo petrolífero à Rodésia, o CS pediria que não permitisse que o porto da Beira em Moçambique fosse utilizado para abastecer o regime minoritário¹²⁸². Decisões da AG apelariam à Grã-Bretanha - que instalara uma patrulha naval em Moçambique destinada a impedir o abastecimento de petróleo - a recorrer ao uso da força contra o regime minoritário¹²⁸³. Havendo profundas divergências quanto à estratégia a adoptar, os governos português e sul-africano, em conjunto com as actividades dos interesses financeiros, seriam condenados pelo apoio concedido à Rodésia¹²⁸⁴. Assumindo uma postura mais radical, as NU reivindicariam ainda o direito de revogar unilateralmente o mandato da África do Sul sobre o Sudoeste Africano, que passaria a estar sob a responsabilidade directa da Organização, estabelecendo-se um órgão encarregue de administrar o território¹²⁸⁵. Confirmada posteriormente pelo Tribunal Internacional de Justiça, a decisão na prática produziria poucos efeitos por o Conselho das NU para o Sudoeste Africano, que confiscaria todos os recursos do território no interesse do povo namibiano, nunca ter conseguido exercer as suas funções¹²⁸⁶.

A discussão sobre os territórios portugueses apresentaria muitas semelhanças com a da sessão anterior, encontrando-se as diferenças fundamentais na ênfase atribuída a determinadas questões, no número de participantes e na maior duração dos trabalhos¹²⁸⁷. Ao que tudo indica haveria um grande protagonismo dos socialistas, que

¹²⁸¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1966, Vol. 3, IV Comissão, Carta do MNE para o Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 14 de Dezembro de 1966, p. 3

¹²⁸² Cf. United Nations - *Resolution 221 (1966)*, 9 April 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:http://www.un.org.com>

¹²⁸³ Cf. *Ibidem*

¹²⁸⁴ Sobre as divisões quanto a política a seguir pela OUA sobre a Rodésia *vide* WALRAVEN, Klaas van – *Ob. Cit.* p. 222-223

¹²⁸⁵ Cf. United Nations - *Resolution 2145 (XX)*, 27 October 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:http://www.un.org.com>

¹²⁸⁶ Cf. CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo – *Ob. Cit.* p. 375

¹²⁸⁷ Para provocar o adiamento da discussão, as Filipinas, lembrando que Portugal tinha manifestado a intenção de participar em conversações, perguntou se a Comissão poderia reunir-se depois da realização dos encontros com o SG. Tendo ficado decidido dar continuidade aos trabalhos, as conversações, que tinham sido objecto do interesse de diversas delegações ocidentais, que entraram em contacto com a Missão Portuguesa para se informarem sobre o seu âmbito, acabaram por não se concretizar, provavelmente por Portugal ter afastado a hipótese de quaisquer discussões sobre o estatuto interno das populações das colónias. Portugal afirmou estar disponível somente para discutir problemas de cooperação regional em África e questões relacionadas com a paz e a segurança internacionais no continente africano. Cf. UNARMS, Archives of Secretary General U Thant, S-0884-0016-02 – Country Files of the Secretary-General U Thant - Portuguese Territories – Portugal, Carta de António Patrício, encarregado de negócios a.i. da Missão de Portugal na ONU, para U Thant, datada de 11 de Julho de 1966, p. 1-2

conduziriam abertamente a discussão, o que para Portugal tornaria o debate num “desfile dos argumentos da propaganda comunista”¹²⁸⁸. Os países africanos, numa atitude reveladora da separação estabelecida entre a posição assumida quanto à política colonial portuguesa e as relações bilaterais que mantinham com Portugal, evidenciariam divergências, com o Malawi a adoptar uma posição defensiva e o Madagáscar a produzir, de novo, declarações genéricas. Por sugestão da URSS, um representante do BIRD seria convidado a participar nas reuniões para explicar os empréstimos concedidos ao governo português¹²⁸⁹. Que o Banco era uma organização internacional independente, que não podia intervir nos assuntos políticos dos estados membros, que os apelos sobre a cessação de apoios a Portugal não tinham sido considerados como recomendações formais por não ter havido consultas prévias e que as NU estavam impedidas de fazer observações sobre empréstimos particulares seriam as justificações do BIRD para o não cumprimento das sanções económicas¹²⁹⁰. Com uma interpretação restritiva do acordo de associação às NU, o comportamento do Banco seria revelador de que a implementação das decisões da Organização dependia do grau de controlo existente sobre as agências especializadas¹²⁹¹. A decisão do BIRD estaria em contradição com a da maioria das agências que aceitaria interromper a assistência ao governo português, que deixaria de ser convidado a participar nos trabalhos de algumas delas, sem que contudo tivesse sido expulso¹²⁹².

Um dos temas centrais da discussão seria a tentativa de interpretar a questão colonial portuguesa no contexto da África Austral¹²⁹³. Para realçar as semelhanças, os anticolonialistas indicariam que se estava a favorecer a instalação de colonos brancos nas colónias portuguesas, como forma de neutralizar os esforços dos africanos para

¹²⁸⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 186, Proc. ZB-2, Ano de 1966-1967, Vol. XVIII, Assembleia-Geral da ONU. XXI Sessão, Informação de serviço elaborado por João Afonso Ascensão e datada de 7 de Dezembro de 1966, p. 4

¹²⁸⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1640. *Quatrième Commission, 1640^e séance. Mardi 22 Novembre 1966, à 15h10*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 303

¹²⁹⁰ Cf. United Nations – A/C.4/SR 1645. *Fourth Committee, 1645th meeting. Monday 28 November 1966, at 3.15 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1966. p. 317-318

¹²⁹¹ Ouvido a pedido do Gana, que considerou que deveria ser chamado a pronunciar-se, o Conselheiro Legal das NU concordou em parte com as afirmações do BIRD, indicando que a adopção da resolução visando o Banco deveria ter sido precedida de consultas com a instituição. Por o BIRD não ter também convidado um representante das NU a participar na reunião em que foi discutida a concessão dos empréstimos a Portugal, C.A. Stavropoulos concluiu que ambas as partes violaram o acordo associação que os unia. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1653. *Quatrième Commission, 1653^e séance. Samedi 3 Décembre 1966, à 10h50* Nova Iorque: s.n., 1966. p. 412

¹²⁹² Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 230-231

¹²⁹³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1641. *Quatrième Commission, 1641^e séance. Mercredi 23 Novembre 1966, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 307

libertar a África da dominação e da exploração estrangeiras¹²⁹⁴. Uma acentuada carga ideológica, derivada da rivalidade bipolar, estaria subjacente a inúmeras afirmações. A repressão nas colónias portuguesas seria entendida como mais um elemento da política imperialista dos estados com interesses estratégicos no continente africano¹²⁹⁵. Tendo havido desenvolvimentos na estruturação do direito ao desenvolvimento com a adopção de uma resolução referente à soberania permanente sobre os recursos naturais, aos investimentos das empresas, nomeadamente norte-americanas e britânicas, se atribuiria a responsabilidade pela concessão dos fundos que permitiriam a Portugal continuar a guerra¹²⁹⁶. Denunciados uma vez mais pelo fornecimento de armamento a Portugal, os membros da NATO seriam apontados como cúmplices das atrocidades cometidas pelo exército português, que mereceriam a comparação com as do regime Nazi¹²⁹⁷. Sempre com a intenção de maximizar a questão, os anticolonialistas entenderiam formular observações sobre como as NU, que se pretendia que adoptassem novos métodos, poderiam ajudar os povos das colónias portuguesas. A concessão aos combatentes de toda a ajuda possível, a condenação de Portugal, da África do Sul, da Rodésia e dos países da NATO, a definição de uma data limite para a independência, a retirada ao governo português dos apoios das agências especializadas, a adopção das medidas previstas no Capítulo VII na Carta ou a expulsão da Organização, seriam algumas das propostas apresentadas¹²⁹⁸.

Utilizando as informações recolhidas pelo Comité de Descolonização em África, algumas delegações defenderiam a necessidade de obter-se o testemunho de peticionários¹²⁹⁹. Aprovadas sem dificuldades, as audições serviriam para os movimentos de libertação – que confirmariam as acusações quanto às cumplicidades entre os regimes brancos, aos investimentos estrangeiros e aos apoios da NATO –

¹²⁹⁴ Cf. *Ibidem*

¹²⁹⁵ Cf. *Ibidem*

¹²⁹⁶ Cf. United Nations - *Resolution 2158 (XXI)*, 25 November 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹²⁹⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1646. *Quatrième Commission, 1646^e séance. Mardi 29 Novembre 1966, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 354-355

¹²⁹⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1641. *Quatrième Commission, 1641^e séance...* p. 309

¹²⁹⁹ Tendo apresentado um pedido de audição que foi aceite, Alberto Nank não chegou no entanto a se apresentar na IV Comissão. Nank, entrou em contacto com a Embaixada Portuguesa em Londres, tendo informado que após a audição pretendia fixar residência na Guiné, para o que pediu um passaporte português. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 185, Proc. ZB-2, Ano de 1966, Vol. XV, Assembleia-Geral da ONU, Carta da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE, datado de 12 de Setembro de 1966, p. 1-3

insistirem na existência de áreas libertadas¹³⁰⁰. A CONCP, que estaria a tentar estabelecer uma representação nas NU, entenderia propor, como na sessão anterior, a condenação da política colonial portuguesa, a reafirmação da legitimidade da luta, a afirmação do carácter internacional das guerras colonias, a aprovação das recomendações do Comité de Descolonização, a solicitação aos estados para ajudarem as populações, o convite às organizações internacionais e agências especializadas para participarem na implementação do programa de formação de quadros, a inscrição da questão na agenda do CS e a aplicação de sanções¹³⁰¹. Com a indicação de que as condições para a solução do conflito seriam as definidas no programa de descolonização proposto pelas NU, o GRAE, que nomeara um representante em Nova Iorque, afirmaria esperar a condenação de Portugal (que acusaria de utilizar gás tóxico), solicitando o aumento da assistência às populações e aos refugiados angolanos¹³⁰². Garantindo ter um apoio generalizado, a FRELIMO reivindicaria importantes vitórias em Moçambique, defendendo que parte da população estaria a viver em liberdade¹³⁰³.

Portugal, que seria constantemente interrompido pelos países afro-asiáticos, argumentaria não em termos jurídicos, como vinha fazendo, mas com recurso a afirmações de ordem moral. Os acontecimentos em Goa seriam recordados, considerando-se que Portugal estaria a ser vítima da aplicação de critérios dúbios¹³⁰⁴. Determinadas acusações seriam interpretadas como destinadas a atacar o Ocidente e como fazendo parte da Guerra Fria, não tendo qualquer relação com a descolonização. Por se considerar como imoral e desumano que se tentasse impedir a defesa da segurança das populações, questionar-se-ia a responsabilidade da IV Comissão nos actos de violência, por os países que ajudavam os movimentos de libertação invocarem as recomendações do órgão. Sem se atender a detalhes, pretendendo-se que todas as alegações tinham sido refutadas por diversas vezes, seriam rejeitados os depoimentos dos peticionários e as afirmações sobre as áreas libertadas, a existência de um pacto

¹³⁰⁰ Os nacionalistas aproveitaram a audição para desenvolver contactos com as delegações dos estados membros, sobretudo com africanos e socialistas. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 186, Proc. ZB-2, Ano de 1966-1967, Vol. XVIII, Assembleia-Geral da ONU. XXI Sessão, Informação de serviço elaborada por João Afonso Ascensão e datada de 7 de Dezembro de 1966, p. 3

¹³⁰¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1642. *Quatrième Commission, 1642^e séance. Vendredi 25 Novembre 1966, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 316

¹³⁰² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1643. *Quatrième Commission, 1643^e séance. Vendredi 25 Novembre 1966, à 20h50*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 323

¹³⁰³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1649. *Quatrième Commission, 1649^e séance. Jeudi 1 Décembre 1966, à 11h10* Nova Iorque: s.n., 1966. p. 381-382

¹³⁰⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1647. *Quatrième Commission, 1647^e séance. Mardi 29 Novembre 1966, à 16h15*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 371

tripartido com a África do Sul e a Rodésia, a violação das fronteiras dos estados vizinhos, a utilização de armas da NATO ou a exploração económica das colónias pelos investimentos estrangeiros¹³⁰⁵.

Tendo os mesmos destinatários que a decisão anterior, retomando alguns dos seus temas, o projecto de resolução seria redigido em termos ainda mais violentos. Pela primeira vez numa resolução da IV Comissão, seguindo o precedente estabelecido pelo Comité de Descolonização, as colónias portuguesas seriam designadas como “territórios sob dominação”. Fazendo uso de expressões enérgicas, o texto integraria algumas sugestões dos movimentos de libertação. Apresentado como resultante da unanimidade dos seus autores, pretender-se-ia que tivesse como base de legitimação o relatório do Comité de Descolonização, as declarações dos peticionários, a resolução 1514 (XV) e todas as decisões do CS e da AG¹³⁰⁶. O projecto representaria mais uma tentativa para se demonstrar a preocupação por a situação nas colónias portuguesas, considerada como crítica e explosiva, estar a ameaçar a paz e a segurança internacionais. Atendendo ao que fora afirmado pelas inúmeras delegações e pelos peticionários recomendar-se-ia que a AG tomasse nota que as actividades dos interesses estrangeiros continuavam a impedir a realização das aspirações à liberdade e independência e que Portugal persistia na utilização da ajuda e das armas provenientes dos seus aliados militares¹³⁰⁷. Numa repetição de fórmulas anteriores, seria proposto a reafirmação do direito inalienável dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação, reconhecendo-se novamente a legitimidade da sua luta¹³⁰⁸.

Bastante extenso, o projecto de resolução seria mais inovador nas suas afirmações de princípio do que nas medidas avançadas, que retomariam em grande parte as que vinham sendo adoptadas pela AG. Propondo a aprovação do relatório do Comité de Descolonização, o documento pretenderia a condenação da política portuguesa como crime contra a humanidade¹³⁰⁹. Sendo uma condenação reservada a actos graves, como os que tinham ocorrido na Alemanha Nazi, entender-se-ia recomendar que se considerasse no âmbito dos crimes contra a humanidade a violação dos direitos

¹³⁰⁵ Cf. *Idem*. p. 372-373

¹³⁰⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1648. *Quatrième Commission, 1648^e séance. Mercredi 30 Novembre 1966, à 16h05*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 378

¹³⁰⁷ Cf. United Nations - A/6554, 6 December 1966. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.l.: s.n., s.d. p. 7

¹³⁰⁸ Cf. *Ibidem*

¹³⁰⁹ Cf. *Idem*. p. 8

económicos e políticos das populações, a instalação de imigrantes estrangeiros e a exportação de trabalhadores para a África do Sul. Com a fundamentação de que exploravam os recursos humanos e materiais, impedindo o progresso para a liberdade e a independência, os autores do projecto de resolução aconselhariam a condenação das actividades dos interesses estrangeiros que actuavam nas colónias portuguesas¹³¹⁰. Na procura de soluções apresentariam a proposta para que a AG fizesse um novo apelo a Portugal para que implementasse o princípio da autodeterminação e aplicasse as resoluções 183 (1963) e 218 (1965). Tendo anteriormente sido reconhecido a legalidade do apoio às populações, seria pretendido que se solicitasse aos estados membros a atribuição dos meios necessários à restauração dos direitos inalienáveis das populações e que impedissem a colaboração dos seus cidadãos com as autoridades portuguesas¹³¹¹.

Resultando numa nova insistência para a aplicação dos mecanismos previstos no Capítulo VII, no projecto de resolução estaria implícito o reconhecimento de que as anteriores decisões da Assembleia não eram vinculativas e nem estavam a ser aplicadas. Sem mencionar directamente as medidas, se avançaria que a AG recomendasse ao CS que tornasse obrigatória a aplicação das sanções políticas e económicas presentes na resolução 2107 (XX)¹³¹². Em particular, se aconselharia que a Assembleia solicitasse aos membros da NATO a adopção de medidas para o embargo de armas a Portugal e o fim das actividades das empresas estrangeiras nas colónias portuguesas. De forma a apertar o cerco a Portugal, a todas as agências especializadas, em particular ao BIRD e ao FMI, se entenderia que fosse dirigido um apelo para que recusassem qualquer assistência enquanto o governo português falhasse na implementação da resolução 1514 (XV)¹³¹³. No seguimento da participação do representante do BIRD na discussão, seria inserido no projecto de resolução um parágrafo destinado a que se solicitasse ao SG para iniciar consultas com o Banco para assegurar o cumprimento das resoluções. Ao se exprimir o reconhecimento pela ajuda concedida pelo ACNUR, pelas agências especializadas e por outras organizações internacionais, a IV Comissão proporia que fosse pedido para, em cooperação com a OUA, aumentarem a assistência aos refugiados e às populações afectadas pelas operações militares. Numa repetição das disposições das

¹³¹⁰ Cf. *Ibidem*

¹³¹¹ Cf. *Ibidem*

¹³¹² Cf. *Idem*. p. 8-9

¹³¹³ Cf. *Idem*. p. 9

anteriores decisões, recomendar-se-ia que fosse determinado que a questão continuasse inscrita na agenda¹³¹⁴.

Para antecipar eventuais dificuldades na sua implementação e evitar a repetição de casos semelhantes ao do BIRD, o texto seria revisto para integrar uma sugestão do Conselheiro Legal das NU¹³¹⁵. O parágrafo em que se propunha solicitar ao CS que tornasse obrigatória a aplicação de sanções seria reescrito, acrescentando-se que as medidas deveriam ser aplicadas por todos os estados directamente e através das agências internacionais às quais pertenciam¹³¹⁶. Sem que a revisão tivesse alterado a substância do documento, algumas delegações, mesmo tendo havido um apelo para o apoio unânime ao texto, demonstrariam as suas reservas. A Holanda, sublinhando o que considerava ser o âmbito excessivo do documento, indicaria discordar das afirmações sobre os investimentos estrangeiros e das referências aos membros da NATO, entendendo não se terem verificado factos novos que justificassem uma recomendação ao CS¹³¹⁷. Anunciando que se absteria, a China revelaria não concordar com a redacção do parágrafo que pretendia condenar Portugal por crimes contra a humanidade e com a recomendação ao CS para que adoptasse sanções¹³¹⁸. Mais detalhado, e com maior insistência nos aspectos jurídicos, a África do Sul repetiria as considerações sobre a falta de competência das NU para analisar a situação nas colónias portuguesas, opondo-se à condenação do recrutamento de trabalhadores para as suas minas e aos apelos às agências especializadas¹³¹⁹. Apoiadas por alguns latino-americanos, que demonstrariam dúvidas quanto às referências aos países da NATO, as reservas ao projecto de resolução ganhariam um maior sentido de deslegitimação com as alegações do Malawi¹³²⁰. Não tendo participado na redacção do texto, o Malawi afirmaria que, como tinha interesses financeiros em Moçambique, que constituíam o seu único meio de acesso ao mar, não poderia aceitar a condenação genérica dos investimentos nas colónias portuguesas¹³²¹.

¹³¹⁴ Cf. *Ibidem*

¹³¹⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1653. *Quatrième Commission, 1653^e séance...*p. 416

¹³¹⁶ Cf. *Ibidem*

¹³¹⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1654. *Quatrième Commission, 1654^e séance. Lundi 5 Décembre 1966, à 10h55.* Nova Iorque: s.n., 1966. p. 424

¹³¹⁸ Cf. *Idem.* p. 424-425

¹³¹⁹ Cf. *Idem.* p. 425

¹³²⁰ Cf. WALRAVEN, Klaas van – *Ob. Cit.* p. 223-224

¹³²¹ As reservas do Malawi mereceram uma breve resposta da Etiópia, na qualidade de autora do projecto de resolução, que, afirmando compreender a posição do país, indicou que a independência das colónias portuguesas exigiria sacrifícios. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1654. *Quatrième Commission, 1654^e séance...*p. 428

Sabendo que o carácter extremista do texto lhe atribuiria alguns votos, Portugal conseguiria garantir que a maioria dos ocidentais aceitassem votar contra o projecto de resolução¹³²². A posição do Brasil, que prometera ficar em estreito contacto com a delegação portuguesa, voltaria a servir de pretexto para se solicitar a outros países latino-americanos para que adoptassem a mesma orientação¹³²³. Para permitir marcar as distâncias em relação a certas disposições, o Chile, a China e a Itália tomariam a iniciativa de propor a votação por divisão dos parágrafos que condenavam Portugal por crimes contra a humanidade, reprovavam as actividades dos interesses financeiros estrangeiros, solicitavam ao CS para tornar obrigatórias as sanções político-económicas e apelavam ao embargo de armas¹³²⁴. Não tendo havido a oposição dos autores ao pedido, todos os parágrafos objecto de votação por divisão e o projecto de resolução seriam aprovados. Quando comparada com a anterior votação na IV Comissão, haveria um alargamento dos apoiantes do projecto de resolução, justificado por ter havido a oportunidade do voto por divisão. Registando-se uma diminuição dos países que votaram contra o texto ou estiveram ausentes, o nível das abstenções manteria alguma estabilidade.

O núcleo duro dos apoiantes de Portugal continuaria a ser os países ocidentais, sobretudo os membros da NATO, que reservariam as suas intervenções para a discussão que se seguiria à votação. De forma breve, o Reino Unido, que estava a ter algumas dificuldades com a política portuguesa em relação à Rodésia, afirmaria que a discussão não tinha trazido nada de novo¹³²⁵. Com uma interpretação mais tradicional dos seus interesses em África, o que afastaria a questão colonial portuguesa da agenda norte-americana, os EUA, que tinham visto fracassar o plano Anderson, negariam que a NATO fornecia armas para as colónias portuguesas, exprimiriam reservas quanto às responsabilidades atribuídas aos investimentos estrangeiros e indicariam ter havido uma ingerência nas atribuições do CS¹³²⁶. A Austrália e a Itália, reconhecendo que o projecto tinha incidências que interessavam não somente a Portugal, visariam novamente os

¹³²² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1967, Vol. 4, IV Comissão, Memorandum, datado de 4 de Dezembro de 1966, enviado pela Embaixada de Portugal em Quito ao Ministro Gonzalo Ponce, Subsecretário dos Assuntos Políticos, p. 1

¹³²³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 185, Proc. ZB-2, Ano de 1966, Vol. XV. Assembleia-Geral da ONU. Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 19 de Setembro de 1966, p. 1

¹³²⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1654. *Quatrième Commission, 1654^e séance...* p. 430-431

¹³²⁵ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Despojos da Aliança...* p. 339

¹³²⁶ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 145

parágrafos que tinham sido votados individualmente¹³²⁷. Devendo ser entendidas em função dos constrangimentos que afectavam a orientação dos países ocidentais, as explicações do sentido de voto não se afastariam das considerações produzidas pelo representante português no final do debate. Numa negação absoluta da legalidade do texto, considerado como contrário ao direito, Portugal rejeitaria as disposições mais penalizadoras para a sua política colonial. Expressões como “suposições erróneas”, “destituído de fundamento”, “uma maneira inexacta e injustificada”, “um absurdo” ou “um exagero grosseiro” seriam empregues para descrever o texto, exprimindo-se as reservas mais formais¹³²⁸.

Com a realização por Portugal de novas diligências para condicionar o resultado do escrutínio, a votação no plenário demonstraria uma ligeira diminuição nos apoiantes do projecto de resolução e um aumento nas abstenções. O projecto seria adoptado (a 12 de Dezembro), tornando-se na resolução 2184 (XXI), tendo os países alinhados com o Ocidente, entre os quais uma parte dos membros da NATO, a África do Sul, Austrália, Brasil, Espanha e Nova Zelândia votado no mesmo sentido que Portugal. Os restantes membros da NATO, um grande número de latino-americanos e o Malawi adoptariam a abstenção para demonstrar apoio ao governo português e exprimir o descontentamento com o radicalismo da maioria¹³²⁹. Em comparação com a XX AG, a alteração mais significativa teria lugar no voto dos latino-americanos, em que uma dezena de países, que antes tinham votado contra, passariam a se abster, sendo que nenhuma das delegações asiáticas que apoiara Portugal voltaria a fazê-lo. Tendo o SG informado que tinha havido a atribuição de 31 bolsas de estudos a habitantes das colónias portuguesas, o item relacionado com o programa de formação seria objecto de uma análise separada, em que se demonstraria a satisfação por os estados membros terem atendido aos apelos da anterior sessão¹³³⁰. Para dar continuidade ao programa, a AG adoptaria a resolução 2237 (XXI), de 20 de Dezembro, que solicitaria ao SG para prosseguir com as medidas para permitir que o maior número possível de estudantes pudesse beneficiar da

¹³²⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1655. *Quatrième Commission, 1655^e séance. Lundi 5 Décembre 1966, à 15h25* Nova Iorque: s.n., 1966. p. 433-434

¹³²⁸ Cf. *Idem.* p. 435

¹³²⁹ Cf. Nations Unies - A/PV.1490. *Assemblée Générale. Vingt et Unième Session. 1490^e Séance Plénière.* Lundi 12 Décembre 1966, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 6

¹³³⁰ Cf. Nations Unies – A/6701. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation...* p. 85

iniciativa, convidando-se os estados membros a oferecer sobretudo oportunidades para o ensino secundário e a formação profissional¹³³¹.

Com um radicalismo que pensamos que em parte poderá ser atribuído ao descontentamento dos países africanos pelo incumprimento por Portugal do embargo petrolífero à Rodésia, as decisões sobre os territórios portugueses seriam porém comparativamente menos duras do que as adoptadas dias depois para os demais problemas da África Austral. Em particular, o CS invocaria o Capítulo VII da Carta contra a Rodésia, colocando o embargo sob o patrocínio das NU, e a AG condenaria novamente a política de *Apartheid* da África do Sul, indicando explicitamente que o apoio dos EUA, da França e do Reino Unido encorajava a segregação racial. Mesmo tendo ficado aquém das propostas mais enérgicas, as resoluções sobre as colónias portuguesas representariam um afastamento definitivo na evolução das questões coloniais dos países ibéricos nas NU¹³³². Havendo divisões no governo entre os que pretendiam aceder às exigências da Organização e aqueles que preferiam uma independência controlada e a médio prazo, a Espanha tomaria a decisão de iniciar o processo de autodeterminação da Guiné Equatorial e do Sara Espanhol. Permitindo a realização de uma missão de visita do Comité de Descolonização à Guiné Equatorial, o que acabaria por ter como efeito o aceleração da independência, o governo espanhol seria objecto de recomendações que em nada se assemelhavam às endereçadas a Portugal¹³³³. As NU solicitariam à Espanha que estabelecesse uma data para a independência da Guiné Equatorial, adoptasse para o território princípios democráticos como a liberdade de organização política e realizasse uma eleição geral com base no sufrágio universal¹³³⁴. Tendo a Espanha tentado fugir aos compromissos internacionais realizando o simulacro de uma consulta a líderes tribais do Sara Espanhol, para o qual anunciara um plano de desenvolvimento, o governo marroquino desencadearia uma campanha nas NU, apelando à autodeterminação. Resultando em novas pressões sobre Madrid, a AG convidaria o governo espanhol a preparar um referendo sob a supervisão

¹³³¹ Cf. United Nations - *Resolution 2237 (XXI)*, 20 December 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹³³² Cf. CAMPOS, Alicia – *Ob. Cit.* p. 107

¹³³³ Cf. *Ibidem*

¹³³⁴ Cf. United Nations - *Resolution 2230 (XXI)*, 20 December 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

da Organização, a entrar em contacto com outros países que tinham interesse pelo território e a acelerar a descolonização de Ifni¹³³⁵.

Acrescentando novos elementos na condenação da política colonial portuguesa, a resolução 2184 (XXI) teria importância para o processo de fixação de regras definidoras da ideia de autodeterminação por considerar a recusa na sua implementação como um crime contra a humanidade. A julgar pela linguagem empregue, a resolução seria mais um exemplo da tendência da maioria para considerar que a ideia de autodeterminação estaria num nível hierárquico superior e que constituiria o fundamento e o elemento central dos direitos humanos¹³³⁶. A resolução continuaria a validar o recurso à luta armada, a apresentar referências à liberdade e, por condenar os investimentos estrangeiros enquanto obstáculo à independência, explicitamente voltaria a reconhecer que os aspectos políticos e económicos da ideia de autodeterminação seriam inseparáveis. Subjacente ao reconhecimento estaria uma definição da ideia de autodeterminação como incluindo a independência política, económica, social e cultural, o que seria semelhante ao entendimento adoptado nos convénios sobre os direitos humanos aprovados na resolução 2200 (XXI), de 16 de Dezembro. Marcando a finalização do processo de definição dos direitos internacionais iniciado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais incluiriam referências à autodeterminação, consagrando o dever dos estados permitirem a sua implementação¹³³⁷. Significando um direito contínuo ou permanente, a ideia de autodeterminação presente nos convénios continuaria no entanto a ser vaga e imprecisa, estando sujeita a interpretações contraditórias¹³³⁸.

¹³³⁵ Cf. United Nations - *Resolution 2229 (XXI)*, 20 December 1966. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹³³⁶ Cf. NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah – *Ob. Cit.* p. 212

¹³³⁷ Cf. *Idem.* p. 241

¹³³⁸ Para Cassese, ao se estabelecer nos convénios uma ligação entre a autodeterminação e os direitos políticos e civis, a sua realização não foi limitada a situações coloniais, englobando a participação das populações no processo de decisão democrático com a escolha livre dos seus líderes políticos (autodeterminação interna); a não interferência nos assuntos internos dos estados com o respeito pela independência política e a integridade territorial; bem como a soberania sobre as riquezas e os recursos naturais. Pelo contrário, Normand e Zaidi entendem que o conceito de autodeterminação presente nos convénios representava um reconhecimento das realidades coloniais, sem legitimar os direitos à secessão e à participação democrática interna. Cf. CASSESE, Antonio *Ob. Cit.* p. 65-66; NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah – *Ob. Cit.* p. 213

“A Mais Enérgica Condenação”

TENDO HAVIDO DE INÍCIO A INTENÇÃO de concentrar num único órgão a análise das questões coloniais, as NU passariam no entanto progressivamente a redistribuir a responsabilidade pela implementação da Declaração. A criação do Conselho das NU para o Sudoeste Africano resultaria numa dispersão das funções do Comité de Descolonização, contribuindo para um certo esvaziamento do órgão¹³³⁹. A convite dos movimentos de libertação, o Comité visitaria na viagem a África (em 1967) instalações para refugiados angolanos e moçambicanos e examinaria armas que teriam sido capturadas ao exército português¹³⁴⁰. Referida com grande insistência pelos peticionários, a questão dos refugiados seria objecto de um consenso, o primeiro sobre as colónias portuguesas, que lamentaria o facto de as agências especializadas não terem aumentado a sua assistência¹³⁴¹. A longa resolução adoptada pelo Comité apresentaria, contrariamente ao que tem sido dito, alguns elementos novos, empregando pela primeira vez a expressão “movimentos de libertação”¹³⁴². Sem que houvesse qualquer tentativa de definição do termo, notar-se-ia com satisfação os progressos alcançados pelos movimentos na luta armada e na implementação de programas de reconstrução. Traduzindo uma nova preocupação do Comité, o texto integraria um apelo ao SG para que favorecesse a difusão dos trabalhos das NU sobre a questão, de forma a informar a opinião pública mundial. Com a reedição do estudo sobre as actividades dos interesses estrangeiros que constituíam um obstáculo à aplicação da Declaração, o relatório apresentado seria, em consequência das divergências, sujeito a votação¹³⁴³. Não tendo havido chamadas de atenção para a deterioração da situação nas colónias portuguesas, o Comité participaria no Seminário Internacional sobre o *Apartheid*, a Discriminação

¹³³⁹ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 631

¹³⁴⁰ Cf. Organização das Nações Unidas – A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d’étudier...* p. 69

¹³⁴¹ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976.* p. 62

¹³⁴² Tanto Duarte Silva, como Barbier afirmam que o projecto de resolução não tinha disposições novas. Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 31; BARBIER, Maurice - *Ob. Cit.* p. 373-374

¹³⁴³ Uma tentativa para o estudo das actividades militares das potências coloniais nos territórios que administravam ficou por concretizar, uma vez que nenhum dos países contactados, entre os quais se encontrava Portugal, enviou as informações solicitadas, o que obrigou ao adiamento do exame para a sessão seguinte.

Racial e o Colonialismo no Sul de África, organizado na Zâmbia por iniciativa das NU¹³⁴⁴.

Mandatado a iniciar consultas com o BIRD, em aplicação das disposições da resolução 2184 (XXI) sobre a cessação das ajudas a Portugal, U Thant apresentaria um relatório que não seria particularmente favorável aos interesses portugueses¹³⁴⁵. Por temer que se tentasse induzir o BIRD a alterar os estatutos para impedir que continuasse a beneficiar de empréstimos ou para limitar e condicionar os seus direitos enquanto membro da instituição, Portugal solicitaria a países como a França e o México que votassem contra quaisquer propostas destinadas a conferir um carácter político ao Banco ou ao FMI¹³⁴⁶. Não tendo havido iniciativas para rever o relacionamento de Portugal com a instituição, os contactos do SG com o BIRD resultariam na negação dos argumentos sobre a obrigatoriedade da existência de consultas prévias e relativamente à proibição do Banco ter em consideração questões de natureza política. O relatório do SG entenderia que, como desde 1962 as NU tinham informado o BIRD sobre as decisões adoptadas quanto às colónias portuguesas, poder-se-ia argumentar que consultas razoáveis tiveram lugar antes da adopção da resolução 2107 (XXI), havendo a obrigação de tratar as decisões das NU como recomendações formais. Num reconhecimento da falta de indicações claras sobre a interpretação de determinadas disposições do acordo de associação entre as duas instituições, argumentar-se-ia que o Banco somente estava impedido de interferir nos assuntos políticos internos, não existindo a proibição de considerar a conduta internacional dos estados membros e as suas repercussões na paz e na segurança¹³⁴⁷. Com o relatório do SG ficaria demonstrado que o BIRD não tinha justificação legal para recusar a implementação das resoluções das NU, podendo o seu comportamento ser explicado pelos interesses económicos da

¹³⁴⁴ A realização do seminário tinha sido determinada pela resolução 2202 (XXI) dentro do espírito de se desenvolver uma campanha internacional contra o *Apartheid*, a discriminação racial e o colonialismo. Cf. United Nations - *Resolution 2202 (XXI), 16 December 1966*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹³⁴⁵ A iniciativa teve início ainda em Dezembro de 1966, quando o SG transmitiu ao BIRD uma cópia da resolução 2184 (XXI) e da 2202 (XXI), que o tinha encarregue de realizar as mesmas consultas sobre os empréstimos à África do Sul.

¹³⁴⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 186, Proc. ZB-2, Ano de 1967, Vol. XIX, Assembleia-Geral da ONU. XXI Sessão, Memorando entregue pela Embaixada de Portugal no México ao Subsecretário de Relações Exteriores do México, Gabino Fraga, datado de 1 de Fevereiro de 1967, p. 1; AHD, Fundo POI, Mç. 186, Proc. ZB-2, Ano de 1967, Vol. XIX, Assembleia-Geral da ONU. XXI Sessão, Informação elaborada por Carlos Lemonde de Macedo, Conselheiro da Embaixada de Portugal em Paris, e datada de 3 de Fevereiro de 1967, p. 1-2

¹³⁴⁷ Cf. United Nations – *A/6825, 15 September 1967. Consultation with the International Bank for Reconstruction and Development. Report of the Secretary-General*. S.I.: s.n., s.d. p. 12-20

instituição e pela sua composição, em que os EUA, a França e, o Reino Unido e a RFA detinham praticamente a maioria dos votos¹³⁴⁸.

Com a realização de uma nova tentativa para derrubar Mobutu, em que mercenários partindo de Angola atacaram a República Democrática do Congo, o CS seria convocado para examinar os acontecimentos¹³⁴⁹. As alegações congoleesas seriam analisadas (de 30 de Setembro a 10 de Novembro) numa sala praticamente vazia, em que, com a excepção do Brasil, os restantes membros do Conselho estariam representados por delegados suplentes. Portugal atribuiria aos EUA a responsabilidade pela realização da sessão, acusando-os de insistirem na condenação do país quando outras delegações como a Nigéria (que enfrentava uma guerra civil em que o governo português apoiaria os secessionistas do Biafra) pretenderiam unicamente lamentar a atitude portuguesa¹³⁵⁰. Sem objecções, tendo havido somente uma reserva do Brasil, o CS aprovaria a resolução 241 (1967), de 15 de Novembro, que condenaria a fraqueza do governo português por não ter conseguido impedir que Angola servisse de ponto de partida para ataques armados contra o Congo¹³⁵¹. Ainda que contrariamente à sessão anterior Portugal tivesse sido condenado, os termos empregues não deixariam de ser ambíguos por o governo português somente ter sido responsabilizado por não ter conseguido impedir a presença de mercenários em Angola. A cumplicidade portuguesa nos acontecimentos não seria referida, sendo que a ambígua condenação pode ter resultado da dificuldade em justificar uma nova inacção do CS perante as reiteradas interferências portuguesas em países africanos.

Considerando que o ambiente no CS tinha gradualmente se tornado mais favorável ao país, Portugal teria a expectativa que a IV Comissão analisasse o relatório do Comité de Descolonização de forma rápida¹³⁵². Por falta de oradores, a discussão seria adiada por duas vezes, o que talvez possa significar a existência de sinais de cansaço ou desinteresse com o arrastar dos debates¹³⁵³. Portugal concluiria que as

¹³⁴⁸ Cf. BARBIER, Maurice - *Ob. Cit.* p. 236

¹³⁴⁹ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 331-332

¹³⁵⁰ Cf. ANTT, AOS/CO/NE-30-32. EUA. Relato da conversa entre o Secretário de Estado, Dean Rusk, e Franco Nogueira realizada no Departamento de Estado, em Washington, a 17 de Novembro de 1967, p. 539-540

¹³⁵¹ Cf. United Nations - *Resolution 241 (1967), 15 November 1967*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹³⁵² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1967, Vol. 4, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 1 de Novembro de 1967, p. 1

¹³⁵³ Ainda no debate de abertura da AG, que servia para que os estados membros emitissem opiniões sobre as questões que mais lhes interessavam, as delegações, como a da URSS, que sempre tinham sido

delegações teriam falta de “matéria nova para os seus discursos”, embora tivesse havido uma complexificação da situação nas suas colónias, com o aumento das perdas sofridas pelos militares. Estando o MPLA envolvido em novas frentes de combate, em Angola, mesmo se a FNLA tivesse entrado numa fase de inacção, a actividade militar conheceria desenvolvimentos com as sabotagens da UNITA a algumas infraestruturas¹³⁵⁴. Num momento de impasse militar na Guiné, o PAIGC, que enfrentava problemas internos devido ao prolongamento da guerra, começaria a conceber um projecto de proclamação unilateral da independência¹³⁵⁵. Em Moçambique, noticiada a construção de uma barragem em Cabora Bassa, a FRELIMO iniciaria operações regulares, realizando ataques violentos e sucessivos¹³⁵⁶.

A discussão realizar-se-ia num contexto de falta de entusiasmo das delegações pelas deliberações da XXII AG e de pessimismo quanto às NU¹³⁵⁷. Havendo dificuldades em obter soluções para os problemas que lhe interessavam, os países africanos parecem ter sido particularmente afectados pelo descontentamento quanto ao desempenho das NU. Informações recolhidas pela Missão Portuguesa indicariam que algumas delegações teriam ameaçado abandonar as reuniões sempre que fossem discutidas questões sem implicações para o continente africano, o que acabaria por não se verificar por países como a República Democrática do Congo terem considerado a ideia contraproducente¹³⁵⁸. Os países africanos continuariam a demonstrar mais interesse, e consequentemente maior hostilidade, nas questões da Rodésia, Sudoeste Africano e *Apartheid*. Antes da discussão sobre as colónias portuguesas, a AG tomaria a iniciativa de declarar que o Sudoeste Africano passaria a ter a designação de Namíbia, prevendo o estabelecimento de um programa de emergência para o território¹³⁵⁹.

bastante hostis a Portugal revelaram uma menor agressividade quanto à política colonial portuguesa. Cf. AHD, Fundo Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas - 1980 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mç. 66, Declaração Portuguesa às AG da ONU desde 1966 a 1970, Pt. Críticas ao Sistema e Política da ONU. Críticas e Comentários, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 29 de Setembro de 1967, p. 1-2

¹³⁵⁴ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 318

¹³⁵⁵ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 497-498

¹³⁵⁶ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Guerra Colonial. Angola – Guiné - Moçambique*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. p. 588-590

¹³⁵⁷ Cf. AHD, Fundo Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas - 1980 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mç. 66, Declaração Portuguesa às AG da ONU desde 1966 a 1970, Pt. Críticas ao Sistema e Política da ONU. Críticas e Comentários, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 29 de Setembro de 1967, p. 1-2

¹³⁵⁸ Cf. *Ibidem*

¹³⁵⁹ Cf. United Nations - *Resolution 2372 (XXII)*, 12 June 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

Verificando-se um aumento do petróleo que passava por Moçambique com destino à Rodésia, a Assembleia reconheceria que o embargo somente seria eficaz se fosse apoiado pelo uso da força e condenaria em termos veementes o contínuo apoio de Portugal e da África do Sul ao regime minoritário¹³⁶⁰.

Aquando do encerramento das inscrições para o debate na IV Comissão, estariam inscritos países afro-asiáticos e socialistas, a Suécia e, provisoriamente, os EUA e a Venezuela¹³⁶¹. Para que o debate se limitasse aos afro-asiáticos e socialistas, o que se pensava que daria a impressão da existência de uma coligação isolada de países radicais, Portugal tentaria convencer os norte-americanos e os venezuelanos a desistirem da participação na discussão¹³⁶². Às missões portuguesas na América Latina, com a excepção de Brasil e Cuba, seriam enviadas instruções para que solicitassem que as delegações nas NU, que estariam a ser objecto de grande pressão dos afro-asiáticos, não fizessem qualquer intervenção e assumissem uma posição favorável nas votações¹³⁶³. Com a orientação pró-Portugal que vinham adoptando, os países ocidentais e latino-americanos entenderiam limitar as intervenções à explicação do sentido de voto, embora a Venezuela, que estava a seguir uma posição marcadamente esquerdista, não tivesse atendido às solicitações portuguesas¹³⁶⁴. Sem excepção, os participantes no debate condenariam unanimemente a política colonial portuguesa, embora fossem visíveis diferenças no tom empregue. Algumas delegações apresentariam declarações de princípios e outras sublinhariam a situação interna dos territórios, denunciando a intensificação dos esforços para suprimir as aspirações nacionalistas.

Bastante curto, o estudo da questão colonial portuguesa (realizado entre 1-10 de Novembro) continuaria a demonstrar ser permeável à associação com outros temas como o Vietname ou a situação no Médio Oriente. Estando os EUA a utilizar

¹³⁶⁰ Cf. United Nations - *Resolution 2262 (XXII)*, 4 November 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹³⁶¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1967, Vol. 4, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 1 de Novembro de 1967, p. 1

¹³⁶² Cf. *Ibidem*

¹³⁶³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 211, Proc. WE-Geral-Ult., Ano de 1967, Vol. 1, Questão do Ultramar Português, Telegrama do MNE para todas as Missões Portuguesas na América Latina, excepto Rio e Cuba, datado de 26 de Outubro de 1967, p. 1

¹³⁶⁴ No seu discurso no debate de abertura da AG, o representante da Venezuela não fez quaisquer referências à política colonial portuguesa, o que foi considerado pela Embaixada de Caracas como um gesto de simpatia com Portugal. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 187, Proc. ZB-2, Ano de 1967, Vol. XXIII. Assembleia-Geral, XXII sessão. Telegrama da Embaixada de Caracas para o MNE, datado de 2 de Outubro de 1967, p. 1

massivamente napalm e outros produtos químicos no Vietname, o que alienaria a opinião pública mundial, Portugal seria acusado de empregar os mesmos métodos¹³⁶⁵. Com o ataque israelita ao Egipto na Guerra dos Seis Dias, que originaria protestos do mundo árabe, o Iraque, como os peticionários ouvidos pelo Comité de Descolonização tinham acusado Israel de ter fornecido armamento a Portugal, conseguiria que fossem expostas as fotografias das armas examinadas pelo órgão¹³⁶⁶. Na discussão geral, que teria uma dimensão repetitiva, salientar-se-iam as declarações da Argélia, Roménia e Suécia, considerando Portugal que as demais se limitaram aos “acostumados e mais que batidos argumentos”¹³⁶⁷. A estratégia seguida – que Portugal temia por poder conduzir à alienação de alguns apoiantes – voltaria a ser a de considerar a questão dos territórios portugueses e os problemas da África Austral como um todo, que exigiria uma acção global. A política de instalação de colonos para aumentar a proporção da população europeia nas colónias seria condenada, alertando-se para a eventualidade de com brevidade surgir uma situação idêntica à da Rodésia¹³⁶⁸.

Os aspectos económicos da política colonial portuguesa seriam bastante destacados, num momento em que tinha sido descoberto petróleo em Cabinda, cuja exploração seria entregue à empresa norte-americana Gulf Oil Corporation. Os investimentos de capitais estrangeiros, as exportações de matérias-primas e os empréstimos concedidos a Portugal por países como os EUA, RFA ou Reino Unido seriam entendidos como os principais condicionantes da acção portuguesa¹³⁶⁹. Seriam referidos com detalhe os investimentos de empresas como a United States Steel, a criação de novas fábricas, a intensificação da exploração de cobre em Angola ou as negociações para a criação de um consórcio internacional para a construção da

¹³⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1715. *Quatrième Commission, 1715 séance. Mercredi 8 Novembre 1967, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 232

¹³⁶⁶ Os EUA, que para Portugal estavam certamente preocupados com uma futura exposição de armamento utilizado no Vietname e que tinham ajudado Israel a adiar a adopção de resoluções no CS, sugeriu que as fotografias fossem distribuídas individualmente às delegações. Como alguns países insistiram na exposição e os EUA apresentaram reservas quanto a esse método de partilha de informação, por sugestão do Quénia a Comissão entendeu aceder ao pedido do Iraque e, em simultâneo, proceder à distribuição das fotografias pelas delegações. Duas fotografias, disponibilizadas pelo Serviço de Informação das NU, ficaram assim em exposição durante todo o debate, lembrando as que em 1961 tinham provocado vivas reacções. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1708. *Quatrième Commission, 1708 séance. Jeudi 2 Novembre 1967, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 165

¹³⁶⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 211, Proc. WE-Geral-Ult., Ano de 1967, Vol. 1, Questão do Ultramar Português, Relatório elaborado por João Afonso Ascensão, funcionário do Ministério do Ultramar e membro da delegação portuguesa à AG das NU, datado de 5 de Novembro de 1967, p. 3

¹³⁶⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1708. *Quatrième Commission, 1708 séance...*p. 162

¹³⁶⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1715. *Quatrième Commission, 1715 séance...*p. 230

barragem de Cabora Bassa¹³⁷⁰. Atribuindo-se o aumento da repressão ao apoio económico, militar e político dos países da NATO, em inúmeras declarações se reconheceria porém que a luta dos movimentos de libertação estaria a obter sucessos cada vez maiores, com o controlo de áreas libertadas¹³⁷¹. Considerando-se que a realização dos objectivos dos nacionalistas seria uma questão de tempo, indicar-se-ia que as medidas a adoptar tinham sido definidas na resolução 2184 (XXI), que somente poderia ser colocada em prática se todos os estados membros, designadamente os aliados de Portugal, agissem eficazmente¹³⁷².

Por iniciativa própria ou em resposta a perguntas das delegações, os peticionários abordariam os mesmos temas referidos no debate, relatando os progressos na luta armada, apelando a que se ajudasse as populações ou criticando a não aplicação das decisões das NU. O depoimento da FRELIMO resultaria numa declaração violenta, em que, numa linguagem inédita, indicar-se-ia que os portugueses eram “mentirosos e trapaceiros”, “cruéis e monstruosos”, sendo Portugal “um agressor racista e desumano”, que se dedicava a “uma guerra de extermínio”¹³⁷³. Negando que o governo português representasse as populações moçambicanas, seriam colocadas à disposição da Comissão fotografias sobre as áreas libertadas, onde estariam a ser implementados programas de reconstrução. Com uma delegação constituída por um pastor presbiteriano e um padre católico, a FRELIMO chamaria a atenção para a questão religiosa, apresentando um retrato de cumplicidade entre a Igreja Católica e o governo português¹³⁷⁴. Apresentando-se no final da discussão, o que parece ter limitado o tempo de exposição, o GRAE seria mais comedido nas suas afirmações. Não tendo sido questionado pelas delegações, os seus representantes entenderiam expor as fragilidades da política portuguesa de assimilação, referindo o êxodo dos refugiados ou a continuação do sistema de trabalhos forçados em Angola¹³⁷⁵.

Sem que todos os afro-asiáticos tivessem participado na iniciativa, o que revela a existência de divergências no grupo, seria apresentado um projecto de resolução que

¹³⁷⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1711. *Quatrième Commission, 1711 séance. Lundi 6 Novembre 1967, à 11h*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 189

¹³⁷¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1708. *Quatrième Commission, 1708 séance...*p. 162

¹³⁷² Cf. *Idem*. p. 163

¹³⁷³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1712. *Quatrième Commission, 1712 séance. Lundi 6 Novembre 1967, à 16h10*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 196, 203

¹³⁷⁴ Cf. *Idem*. p. 199

¹³⁷⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1716. *Quatrième Commission, 1716 séance. Jeudi 9 Novembre 1967, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 237

traduziria a complexificação da questão colonial portuguesa nas NU. Com uma abrangência ampla, o texto teria por objectivo demonstrar a Portugal o seu isolamento, conseguir a condenação da política portuguesa pela comunidade internacional e ajudar moralmente os povos que lutavam pela independência¹³⁷⁶. Adoptando como fundamentação as declarações dos peticionários, a resolução 1514 (XV) e as decisões das NU e do seminário internacional realizado em África, o projecto de resolução destinar-se-ia a que se demonstrasse uma profunda perturbação com a atitude negativa do governo português¹³⁷⁷. Numa redacção semelhante à resolução 2184 (XXI), pretender-se-ia que a AG notasse com profunda preocupação a existência de uma situação crítica e explosiva, que ameaçava a paz e a segurança internacionais em consequência da continuação das operações militares, dos investimentos estrangeiros e das ajudas a Portugal¹³⁷⁸.

O projecto de resolução teria como propósito adicional que a Assembleia notasse com satisfação, como o Comité de Descolonização fizera, os progressos dos movimentos de libertação na luta e nos programas de reconstrução¹³⁷⁹. Como se tornara incontornável, propor-se-ia a reafirmação do direito inalienável das populações à liberdade e à independência, bem como a legitimidade da sua luta. Ao se sugerir a aprovação do relatório do Comité de Descolonização, o texto apresentaria um número maior de condenações quando comparado com o adoptado na sessão anterior. Seria pretendido que se condenasse a recusa persistente do governo português em implementar as decisões das NU, as acções destinadas a perpetuar a dominação opressiva, a continuação da guerra colonial, a violação dos direitos económicos e políticos das populações e as actividades dos investimentos estrangeiros¹³⁸⁰. Provavelmente pela contestação que tinha havido, a violação dos direitos económicos e políticos das populações, com a instalação de colonos e a exportação de mão-de-obra para as minas sul-africanas, deixaria de ser considerada um crime contra a humanidade. Uma tão grave condenação seria reservada para a guerra colonial, que os autores do

¹³⁷⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1715. *Quatrième Commission, 1715 séance...*p. 226

¹³⁷⁷ Cf. United Nations - A/6908, 15 November 1967. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.l.: s.n.: s.d. p. 4-5

¹³⁷⁸ Cf. *Idem*. p. 5

¹³⁷⁹ Cf. *Ibidem*

¹³⁸⁰ Cf. *Idem*. p. 6

projecto de resolução desejariam que fosse entendida como representando um atentado contra a humanidade¹³⁸¹.

Contendo “*A Mais Enérgica Condenação*” da política portuguesa, o projecto de resolução seria, simultaneamente, um exemplo de adaptação e de evolução, registando-se o desaparecimento de algumas disposições anteriormente adoptadas e a introdução de elementos novos¹³⁸². O programa de descolonização que tinha estado ausente nas últimas decisões seria retomado, propondo-se que a AG convidasse o governo português a implementá-lo sem demoras¹³⁸³. Uma vez mais pretender-se-ia que se solicitasse a todos os estados, em particular aos aliados de Portugal, a aplicação das medidas destinadas ao embargo militar. Com a reprodução dos apelos das anteriores resoluções, o texto teria a especificidade de propor que se pedisse que fosse recusado o treino do pessoal militar português dentro e fora do âmbito da NATO¹³⁸⁴. Por se considerar que a guerra ultrapassava as fronteiras, estendendo-se aos estados africanos independentes, recomendar-se-ia a condenação da utilização por Portugal das suas colónias para actividades agressivas contra países como a República Democrática do Congo¹³⁸⁵. Para que houvesse uma resposta à altura da gravidade dos actos, no texto estaria previsto que a Assembleia chamasse a atenção urgente do CS para a contínua deterioração da situação nas colónias portuguesas e para as consequências dos actos de agressão cometidos contra os estados africanos. Sem que se fizesse qualquer pedido de aplicação de sanções político-económicas, entender-se-ia recomendar que se solicitasse ao CS a adopção das medidas necessárias para tornar vinculativas as decisões sobre a questão¹³⁸⁶.

Numa confirmação da legalidade da ajuda à luta nas colónias portuguesas, o texto do projecto de resolução incluiria propostas que se julgava serem os meios mais eficazes para intensificar a assistência às populações e retirar apoios ao governo português. Os autores voltariam a prever que se solicitasse aos estados que concedessem aos povos das colónias portuguesas a assistência moral e material necessária à

¹³⁸¹ Cf. *Ibidem*

¹³⁸² Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 31

¹³⁸³ Cf. United Nations - A/6908, 15 November 1967. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...* p. 6

¹³⁸⁴ Cf. *Idem*. p. 7

¹³⁸⁵ Cf. United Nations – A/C.4/L.872, 8 Novembre 1967. *Application de la Declaration sur l'Octroi de l'Indépendance aux Pays et aux Peuples Coloniaux: Question des Territoires sous Administration Portugaise*. S.l.: s.n., s.d. p. 4

¹³⁸⁶ Cf. *Ibidem*

restauração dos direitos inalienáveis. Ao se tomar nota das consultas do SG com o BIRD, se entenderia que se recomendasse a renovação do apelo às agências especializadas, em particular ao Banco e ao FMI, para que não concedessem a Portugal qualquer assistência enquanto não houvesse a implementação da resolução 1514 (XV)¹³⁸⁷. Tendo sido decidido anteriormente que a OUA deveria ser considerada como intermediária na concessão de ajudas aos refugiados e às populações, com o projecto de resolução pretender-se-ia ir mais longe, prevendo-se que o mesmo estatuto fosse atribuído aos movimentos de libertação. Ao se exprimir apreço pela ajuda concedida pelas organizações internacionais, se aconselharia a que a Assembleia solicitasse que, em cooperação com a OUA e os movimentos de libertação nacional, aumentassem a assistência¹³⁸⁸. Relativamente ao SG, se proporia que ficasse encarregue de promover a divulgação do trabalho das NU sobre a questão para informar a opinião pública mundial¹³⁸⁹. Para assegurar a implementação das disposições sobre a cessação da assistência financeira, recomendar-se-ia que fosse determinado que o SG encetasse novas consultas com o BIRD e o FMI. Entendendo-se que a situação dos territórios portugueses deveria ser mantida sob revisão, com o exame da extensão do cumprimento pelos estados membros das resoluções das NU, se avançaria que fosse aceite que o item continuasse inscrito na agenda do Comité de Descolonização¹³⁹⁰.

Abordado para falar logo no início do debate, de forma a suscitar polémica e estimular a discussão, Portugal apresentaria as suas alegações no final da sessão¹³⁹¹. O representante português escolheria comentar algumas acusações, indicando que as relações de Portugal com a África do Sul eram somente as de boa vizinhança, que a instalação de colonos favorecia o desenvolvimento de uma sociedade multirracial, que a imigração de trabalhadores para outros países era inteiramente voluntária, que os investimentos estrangeiros constituíam um meio para acelerar a expansão económica, que o governo conseguia perfeitamente prover às necessidades das suas forças de segurança sem a ajuda de terceiros e que não existiam áreas libertadas¹³⁹². Entendendo-se as alegações contra Portugal como meras repetições lamentar-se-ia que forças

¹³⁸⁷ Cf. United Nations - A/6908, 15 November 1967. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...* p. 7

¹³⁸⁸ Cf. *Idem.* p. 8

¹³⁸⁹ Cf. *Ibidem*

¹³⁹⁰ Cf. *Ibidem*

¹³⁹¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 39, Proc. UA-4, Ano de 1967, Vol. 4, IV Comissão, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 1 de Novembro de 1967, p. 1

¹³⁹² Cf. Nations Unies - A/C.4/SR 1716. *Quatrième Commission, 1716 séance...* p. 235-236

externas tentassem dividir uma sociedade multirracial com a introdução de distinções raciais. Tendo optado por fazer uma curta exposição, Portugal rejeitaria o projecto de resolução, criticando com especial ênfase as disposições destinadas a condenar a guerra colonial, os investimentos estrangeiros e as incursões nos países vizinhos¹³⁹³. Mostrando-se orgulhoso do que alegava serem os sucessos da sua política plurirracial, Portugal tentaria demonstrar que o projecto de resolução não tinha qualquer fundamento ou correspondência com a realidade dos factos¹³⁹⁴.

Nas diligências para impedir a unanimidade que os afro-asiáticos tanto desejavam, Portugal visaria sobretudo os latino-americanos, que pelo seu número e por terem uma posição susceptível de sofrer alterações conforme as circunstâncias, exigiriam grande atenção. Obtendo manifestações de simpatia e de compreensão, Portugal encontraria apoios em países como o Uruguai, que afirmaria ter instruído a sua delegação a não acompanhar nenhum projecto de resolução que incluísse expressões violentas, e a Colômbia, que manteria a mesma posição do ano anterior¹³⁹⁵. A Guatemala e a Venezuela informariam estar condicionados pela posição abertamente anticolonialista que tinham assumido ou também por estarem envolvidos em disputas territoriais¹³⁹⁶. Com um resultado misto, as diligências portuguesas explicam as reservas de países como os EUA, que estavam a desenvolver laços mais estreitos com Portugal e as suas colónias, ou o Reino Unido, cujas relações com o governo português atravessavam uma fase difícil em parte devido à situação na Rodésia¹³⁹⁷. Os aliados portugueses, a Argentina e a Bolívia lamentariam o tom violento do texto, as alusões à NATO, as afirmações sobre os investimentos estrangeiros, as referências às prerrogativas do CS, os apelos ao BIRD e ao FMI ou a condenação da violação da integridade dos estados africanos¹³⁹⁸. Para relativizar o voto a favor do texto, o Japão avançaria que em caso de votação separada se absteria em relação a alguns parágrafos e a Colômbia questionaria a fundamentação jurídica da acusação de crime

¹³⁹³ Cf. *Ibidem*

¹³⁹⁴ Cf. *Ibidem*

¹³⁹⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 211, Proc. WE-Geral-Ult., Ano de 1967, Vol. 1, Questão do Ultramar Português, Carta do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai para a Embaixada de Portugal nesse país, datada de 27 de Outubro de 1967, p. 1

¹³⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 211, Proc. WE-Geral-Ult., Ano de 1967, Vol. 1, Questão do Ultramar Português, Telegrama da Embaixada de Portugal em Bogotá para o MNE, datado de 31 de Outubro de 1967, p. 1

¹³⁹⁷ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 147; OLIVEIRA, Pedro Aires – *Ob. Cit.* p. 346

¹³⁹⁸ A título de exemplo *vide* Nations Unies – A/C.4/SR 1717. *Quatrième Commission, 1717 séance. Vendredi 10 Novembre 1967, à 15h20.* Nova Iorque: s.n., 1967. p. 239-244

contra a humanidade e dos apelos às agências especializadas¹³⁹⁹. Com especial importância, por ser um dos autores do projecto de resolução, seriam as reservas do Botswana que, estando submetido a constrangimentos pela proximidade à África do Sul, colocaria em dúvida que a exportação de mão-de-obra para as minas sul-africanas estivesse sujeita à coacção, solicitando à Comissão que se abstinhasse de assumir uma posição sobre o assunto enquanto não fosse realizado um estudo¹⁴⁰⁰.

Suspensa a sessão para a realização de consultas informais, os autores do projecto de resolução seriam sensíveis às opiniões de alguns países, designadamente dos latino-americanos. A Tunísia apresentaria uma versão revista do texto, em que os parágrafos que pretendiam a condenação de Portugal por actividades agressivas contra estados independentes, a chamada de atenção ao CS para actos de agressão cometidos em relação a países africanos e a adopção de medidas para tornar vinculativas as anteriores resoluções seriam sujeitos a alterações destinadas a moderar a linguagem empregue. Consideradas por alguns, como a URSS, como resultando num enfraquecimento do texto, as emendas seriam introduzidas num espírito de compromisso, por se pretender captar o voto latino-americano¹⁴⁰¹. Com a nova redacção se atribuiria aos parágrafos um carácter vago, eliminando-se as expressões “actividades agressivas” e “actos de agressão”, que pressupunham a utilização da linguagem do Capítulo VII da Carta. Tendo por resultado circunscrever a situação ao contexto das relações de vizinhança, a versão revista do texto limitar-se-ia a prever, não a adopção de medidas pelo CS, mas que o órgão simplesmente fizesse um estudo sobre se poderia propor qualquer acção¹⁴⁰². Sem que se tivesse solicitado o voto por divisão, o projecto de resolução, submetido a escrutínio por apelo nominal, seria aprovado. Votariam contra a África do Sul, Austrália, Espanha, EUA, Holanda, Nova Zelândia, Portugal e Reino Unido, sendo que a maioria dos países ocidentais, como o Canadá e a Bélgica, e dos latino-americanos, a exemplo do Brasil, decidiram se abster¹⁴⁰³.

Delegações como a da Costa Rica, Equador, Nicarágua e Peru estariam ausentes no momento da votação, podendo-se arriscar que não quisessem se associar a uma

¹³⁹⁹ Cf. *Idem.* p. 243-244

¹⁴⁰⁰ Cf. *Idem.* p. 240-241

¹⁴⁰¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1717. *Quatrième Commission, 1717 séance...*p. 242-243

¹⁴⁰² Cf. United Nations - A/6908, 15 November 1967. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...*p. 7

¹⁴⁰³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1717. *Quatrième Commission, 1717 séance...*p. 244-245

condenação tão radical da política colonial portuguesa¹⁴⁰⁴. Sendo comumente entendido que uma resolução, para ser eficaz, deveria ser aprovada por uma maioria representativa, o texto adoptado, apesar do número de países que o apoiaram, sofreria o mesmo destino que os anteriores, tendo sido objecto de reservas destinadas a desvalorizar o sentido de voto. Se bem que países como a Suécia lamentassem sinceramente não terem podido votar a favor, o Brasil, a Espanha e o México, cuja presença no debate só então seria notado por não terem tido qualquer intervenção da discussão geral, invocariam o facto de não ter havido o voto por divisão sobre os parágrafos mais controversos¹⁴⁰⁵. Na verdade, por nenhuma delegação ter demonstrado um real interesse na realização do voto por divisão, o argumento não seria mais do que um pretexto. Dúvidas quanto ao fundamento jurídico de alguns parágrafos, a certeza de que a resolução não seria aplicada e o entendimento de que o texto se baseava em concepções erróneas seriam as justificações avançadas pela Holanda para o seu voto contra¹⁴⁰⁶. Tendo apoiado o projecto de resolução, o Equador, a Irlanda e a Venezuela, demonstrando que o seu voto não tinha sido determinado por uma verdadeira oposição à política colonial portuguesa, optariam por avançar que muitos dos elementos presentes no texto eram insatisfatórios¹⁴⁰⁷.

Como o SG fora encarregue no ano anterior de examinar a possibilidade da fusão, por desempenharem a mesma função, dos programas de ensino e formação para os territórios africanos, o relatório resultante da análise empreendida seria analisado pela Comissão¹⁴⁰⁸. No projecto de resolução decorrente da discussão se proporia a integração dos programas para as colónias portuguesas, a Namíbia e os estudantes originários da África do Sul e da Rodésia do Sul¹⁴⁰⁹. Por se entender que a consolidação e a integração dos programas seria desejável enquanto base para novos desenvolvimentos na expansão da assistência para a educação, pretender-se-ia a atribuição de meios financeiros mais substâncias, prevendo-se que o SG fosse autorizado a apelar aos estados membros e às agências especializadas para fornecerem

¹⁴⁰⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 211, Proc. WE-Geral-Ult., Ano de 1967, Vol. 1, Questão do Ultramar Português, Carta da Embaixada de Portugal na Guatemala para o MNE, datada e 19 de Outubro de 1967, p. 1-3

¹⁴⁰⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1717. *Quatrième Commission, 1717 séance...*p. 245

¹⁴⁰⁶ Cf. *Idem.* p. 246

¹⁴⁰⁷ Cf. *Idem.* p. 245-246

¹⁴⁰⁸ Cf. Nations Unies – A/7201. *Supplement n° 1. Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. 16 juin 1967-15 juin 1968.* Nova Iorque: s.n., 1968. p. 101

¹⁴⁰⁹ Cf. United Nations - *Resolution 2349 (XXII), 19 November 1967.* [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

fundos¹⁴¹⁰. Considerado pelos estados membros como uma questão que não tinha carácter político, visando unicamente beneficiar os que desejavam ter acesso à formação, a proposta de fusão seria adoptada sem que o resultado da votação se tivesse afastado do registado nas sessões anteriores¹⁴¹¹. Aceite de forma pacífica, a fusão dos programas de formação seria uma manifestação da preferência para que a situação nas colónias portuguesas fosse debatida em conjunto com a da Rodésia, Namíbia e África do Sul.

Tendo a Mauritânia e o Senegal assumido a defesa no plenário do projecto de resolução sobre a aplicação da Declaração às colónias portuguesas, a Albânia solicitaria a votação separada do parágrafo destinado a exprimir apreço pela acção das organizações internacionais e a solicitar que aumentassem a assistência às populações em cooperação com a OUA e os movimentos de libertação¹⁴¹². O parágrafo seria adoptado e o projecto, sem quaisquer alterações, tornar-se-ia na resolução 2270 (XXII), de 17 de Novembro. Com ligeiras diferenças manter-se-ia, quando comparada com a XXI AG, a distribuição regional dos votos. Com grande peso seriam as abstenções de membros da NATO, como a França, de países alinhados com o Ocidente, dos latino-americanos e, de novo, do Malawi, que estabelecera um acordo com o governo português visando as comunicações que lhe permitiam o acesso ao mar¹⁴¹³. Quase nenhuma delegação, contrariamente à prática apresentaria comentários ao texto. A aprovação do projecto de resolução seria seguida unicamente das reservas formais de Portugal e da indicação pelo Uruguai de que não aprovava a redacção de certos parágrafos que continham condenações¹⁴¹⁴. Tornando-se na resolução 2349 (XXII), de 19 de Novembro, o projecto sobre a fusão dos programas de formação e de treino conseguiria a aprovação, contando com um número residual de votos contra e de abstenções¹⁴¹⁵.

Com a tendência para as NU multiplicarem as suas iniciativas, Portugal seria visado no plenário em questões comuns a diversos territórios, sobretudo aos da África Austral. A pedido do Comité de Descolonização, a AG dedicaria um exame especial às

¹⁴¹⁰ Cf. *Idem*

¹⁴¹¹ Cf. Nations Unies - A/PV.1641. *Assemblée Générale. Vingt-Deuxième Session. 1641^e Séance Plénière*. Mardi 19 Décembre 1967, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 6

¹⁴¹² Cf. Nations Unies - A/PV.1599. *Assemblée Générale. Vingt-Deuxième Session. 1599^e Séance Plénière*. Vendredi 17 Novembre 1967, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 3-4

¹⁴¹³ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 214

¹⁴¹⁴ Cf. Nations Unies - A/PV.1599. *Assemblée Générale. Vingt-Deuxième Session...* p. 4

¹⁴¹⁵ Cf. Nations Unies - A/PV.1641. *Assemblée Générale. Vingt-Deuxième Session...* p. 6

actividades dos interesses económicos estrangeiros que impediam a aplicação da Declaração na Rodésia, na Namíbia, nas colónias portuguesas e em outros territórios dependentes. Continuando a não haver um critério para a distinção entre as actividades que exploravam e empobreciam as populações e aquelas que favoreciam o bem-estar, seria adoptada a Resolução 2288 (XXII), de 7 de Dezembro de 1967. O texto representaria uma veemente condenação da exploração dos territórios e dos povos coloniais, bem como dos métodos praticados pelos interesses estrangeiros¹⁴¹⁶. Fazendo-se a equiparação entre as actividades estrangeiras e a violação dos compromissos assumidos na Carta e na resolução 1514 (XV), as potências coloniais seriam convidadas a assegurar que as concessões, os investimentos e a instalação de empresas nos territórios coloniais não contrariassem os interesses das populações¹⁴¹⁷.

Com a tendência para que a questão da aplicação da Declaração pelas agências especializadas assumisse uma importância crescente, o plenário entenderia também consagrar-lhe um exame particular. Revelando ser um tema controverso, como as afirmações na IV Comissão anteciparam, a AG aprovaria (a 14 de Dezembro) a resolução 2311 (XXII), que seria adoptada com um número de abstenções semelhante ao do texto sobre as colónias portuguesas. Com a resolução, a Assembleia entenderia que as agências especializadas, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e as instituições internacionais associadas à ONU deveriam prestar toda a colaboração para se alcançar os objectivos da resolução 1514 (XV)¹⁴¹⁸. Saudando-se as que tinham cooperado com a Organização, recomendar-se-ia a adopção de medidas urgentes e eficazes para ajudar os povos que lutavam contra a dominação colonial, em particular, na Rodésia do Sul e nas colónias portuguesas¹⁴¹⁹. Consagrando o alargamento a todo o sistema das NU da responsabilidade pela aplicação da Declaração, a resolução apelaria a que se elaborasse, em cooperação com a OUA e os movimentos de libertação, programas concretos de ajuda, que não se atribuisse nenhuma assistência à África do Sul e a Portugal e que todos os estados facilitassem a aplicação das decisões das NU¹⁴²⁰.

¹⁴¹⁶ Cf. United Nations - *Resolution 2288 (XXII)*, 7 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴¹⁷ Cf. *Ibidem*

¹⁴¹⁸ Cf. United Nations - *Resolution 2311 (XXII)*, 14 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴¹⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁴²⁰ Cf. *Ibidem*

Ainda que a discussão sobre a política colonial portuguesa tivesse decorrido sob a influência de outras deliberações quanto à África Austral, as resoluções adoptadas no final da sessão confirmariam as similitudes mas também as diferenças na forma como se analisaria as acções do governo português e da África do Sul. A Assembleia seria mais explícita no pedido ao CS para que adoptasse medidas contra o governo sul-africano e condenaria a acção dos estados que continuavam a prestar-lhe colaboração¹⁴²¹. Com uma orientação claramente mais radical se solicitaria a intensificação da campanha internacional contra o *Apartheid* e um esforço redobrado na disseminação da informação sobre a discriminação racial e as relações económicas e financeiras de outros estados com a África do Sul¹⁴²². Traduzindo a importância atribuída à questão, a AG desenvolveria uma nova fórmula para enquadrar a situação na Namíbia, declarando que a contínua presença sul-africana constituía uma flagrante violação da integridade e do estatuto do território¹⁴²³. Acolhida por Portugal com alguma indiferença, as decisões sobre as colónias portuguesas não escapam também à comparação com as adoptadas na tentativa de impor à Espanha um modelo democrático para a descolonização. Iniciada a Conferência Constitucional para a independência da Guiné Equatorial, que acabaria por ser suspensa, as NU voltariam a reiterar o apelo para que o território acedesse à independência como uma única entidade política¹⁴²⁴. Mais moderadas do que as que tinham sido adoptadas quanto aos territórios portugueses, mesmo se o compromisso da Espanha com os princípios internacionais associados à descolonização nem sempre fossem claros, as resoluções solicitariam a adopção das medidas necessárias para a solução das disputas e o início das negociações para a independência de Gibraltar, Ifni e Sara Espanhol¹⁴²⁵.

Mais do que nas sessões anteriores, a XXII AG demonstraria uma evidente complexificação da questão colonial portuguesa, com a associação de novos temas ao debate. Mesmo que com uma formulação diferente, a rejeição da ideia de autodeterminação continuaria a ser considerada um crime contra a humanidade. Nas

¹⁴²¹ Cf. United Nations - *Resolution 2307 (XXII)*, 13 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴²² Cf. *Ibidem*

¹⁴²³ Cf. United Nations - *Resolution 2325 (XXII)*, 16 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴²⁴ Cf. United Nations - *Resolution 2355 (XXII)*, 19 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴²⁵ Cf. United Nations - *Resolution 2353 (XXII)*, 19 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>; Cf. United Nations - *Resolution 2354 (XXII)*, 19 December 1967. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

decisões adoptadas registar-se-ia um aprofundamento do conceito de autodeterminação económica com a análise directamente no plenário da questão dos investimentos estrangeiros nos territórios coloniais. Os novos desenvolvimentos na ideia de autodeterminação estariam direccionados para um crescente apoio aos movimentos de libertação, que por terem sido mencionados pela primeira vez numa resolução seriam objecto de um reconhecimento tácito. Ao se ter a intenção que a AG notasse com satisfação os progressos realizados através da luta armada e dos programas de reconstrução, pode-se também afirmar que nas decisões adoptadas estaria implícito uma legitimação da existência das áreas libertadas. Uma vez que a implementação de programas de reconstrução, que os movimentos de libertação afirmavam abranger domínios como a administração, economia, saúde ou ensino, pressupunha um certo grau de controlo sobre o território, não se pode negar que tenha havido uma aceitação das reivindicações dos nacionalistas. Com a atribuição aos movimentos do estatuto de intermediário na recepção das ajudas destinadas às vítimas do colonialismo português poder-se-á especular que teria havido a afirmação de que a ideia de autodeterminação poderia ter como executantes grupos armados que reivindicavam representar as populações e controlar parte dos territórios.

MESMO SE NUM PRIMEIRO MOMENTO continuassem a subsistir as dificuldades em conseguir que o CS correspondesse aos apelos da maioria, as sessões de 1965-1967 distinguir-se-iam pelas decisões mais radicais sobre a política colonial portuguesa. As resoluções apresentariam disposições duras, em que a linguagem empregue nos textos, traduziria a violência das afirmações dos anticolonialistas. O reconhecimento da legitimidade da luta das populações das colónias portuguesas, os pedidos de embargos militares e de sanções político-económicas, que somente podiam ser invocados pelo Conselho em aplicação do Capítulo VII da Carta, ou a solicitação do aumento da assistência às populações passariam a ser recorrentes nas decisões adoptadas. Questões anteriormente referidas, como os obstáculos resultantes das actividades e dos interesses económicos estrangeiros na aplicação da Declaração, ganhariam um maior destaque com a realização de estudos e a adopção de resoluções específicas. Novos temas

ficariam associados à análise da questão colonial portuguesa, demonstrando-se a tendência para envolver todo o sistema das NU na aplicação da Declaração. Aprovadas com as reservas dos países ocidentais, dos latino-americanos e de alguns africanos, as resoluções demonstrariam porém as dificuldades em se alcançar a unanimidade, por o maior radicalismo das decisões ter alienado uma parte dos votantes.

O endurecimento das NU poderá em parte ser justificado pelo agravamento da situação nas colónias, com a criação de uma nova frente em Moçambique, pelas acções realizadas por Portugal nos países africanos, que resultariam num descontentamento generalizado, ou pela influência que o Comité de Descolonização, de onde partiriam muitas das iniciativas contra o governo português, vinha adquirindo nas questões coloniais. Ao se questionar se o radicalismo poderá ser atribuído a factores externos, como a associação entre a questão colonial portuguesa e outras preocupações, pensamos poder afirmar que as decisões das NU somente encontram significado no contexto dos desenvolvimentos ocorridos na África Austral. As resoluções sobre a questão colonial portuguesa seriam a tradução da tendência, demonstrada anteriormente, para se considerar o colonialismo português como fazendo parte de um projecto de constituição de regimes de minoria branca. Para a nova actualidade atribuída à questão, um dos factores mais relevantes seria a declaração da independência da Rodésia do Sul, que estimularia nos países africanos uma reacção radical. Outras das condicionantes seria o início da luta armada na Namíbia que acrescentaria um novo foco de tensão em África. Com a redobrada atenção atribuída às questões africanas no período de 1965-1967, seria evidente uma aproximação entre as medidas adoptadas contra Portugal e as previstas para os regimes minoritários. Crescentemente Portugal, África do Sul e Rodésia seriam citados em conjunto nas decisões que repudiavam a discriminação racial ou censuravam os investimentos estrangeiros. Haveria semelhanças entre as decisões adoptadas para os problemas da África Austral, mas comparativamente Portugal seria objecto de uma menor severidade, o que talvez possa ter sido o resultado de uma relativa secundarização das preocupações com as colónias portuguesas na agenda das NU.

Significando um reforço na exigência da independência das colónias portuguesas, o radicalismo das NU demonstraria a tendência para se considerar a ideia de autodeterminação como se sobrepondo a quaisquer outros princípios do direito internacional. A autoridade que vinha sendo associada à ideia de autodeterminação acabaria por transcender o princípio sobre o qual assentava toda a estrutura das NU: a

proibição do uso da força. Continuando os esforços para tornar a autodeterminação como vinculativa, a não aplicação da ideia seria equiparada a um crime contra a humanidade. Decorrente das afirmações anticolonialistas, além da independência, pretender-se-ia que a ideia de autodeterminação também significasse o direito à liberdade, entendido como a ausência de qualquer vínculo com a potência colonial. Sempre controversa, a associação entre a ideia de autodeterminação e os direitos humanos teria continuidade, estabelecendo-se uma identificação crescente entre os direitos políticos e os económicos, sociais e culturais. Nas decisões adoptadas, o conceito de autodeterminação que tinha sido definido na resolução 1514 (XV) seria aprofundado em algumas das suas implicações. Estando presente na Declaração, a autodeterminação económica seria definida como a soberania sobre os recursos nacionais, ficando associada ao direito ao desenvolvimento, que estava em construção. Não tendo sido determinado qual o entendimento a atribuir ao conceito de “povo”, as resoluções sobre as colónias portuguesas ainda assim legitimariam toda a ajuda que lhes fosse atribuída na luta pela autodeterminação, elegendo os movimentos de libertação como intermediários. Mesmo que de forma implícita, seria iniciada a prática, que teria consequências mais tarde, de estabelecer um vínculo entre a ideia de autodeterminação e a definição de um estatuto para os movimentos de libertação nas NU.

Capítulo 6

A Via do Realismo: 1968-1970

AS IDEIAS NÃO TÊM UM IMPACTO por si mesmas, independentemente dos agentes que as promovem¹⁴²⁶. Para que possam produzir mudanças políticas, devem ser defendidas por quem tenha um acesso institucional e enquadradas de forma a gerar um amplo consenso¹⁴²⁷. Estando a ideia de autodeterminação sujeita a um processo de constante adaptação e evolução, as decisões das NU sobre os territórios coloniais, por se reportarem directamente à resolução 1514 (XV), resultariam numa renovação da promessa de eliminar o colonialismo sob todas as suas formas e manifestações. Com a aproximação do final da década de 1960, os problemas que subsistiam no domínio da autodeterminação continuariam porém a ser os mais difíceis de resolver. Ano após ano, no relatório sobre as actividades das NU o SG afirmaria que os progressos na implementação da resolução 1514 (XV) estavam a ser lentos e que não tinha havido avanços significativos¹⁴²⁸. Não somente a recusa de alguns países em se conformarem com as decisões das NU, mas também o facto de outros não concederem à Organização a plena cooperação para a aplicação de soluções eficazes seriam apresentados como causas do atraso¹⁴²⁹. A situação na África Austral seria considerada como uma categoria em si mesma, que desafiava a vontade colectiva das NU em colocar fim ao colonialismo. No caso dos territórios portugueses, entendidos como o mais sério obstáculo à paz nessa região de África, lamentar-se-ia vivamente que Portugal não estivesse comprometido com a independência, qualificando-se como manifestamente insuficientes as medidas adoptadas pelo governo português¹⁴³⁰.

Apelos para que se ensaiassem novas soluções e fossem empregues novos meios contra Portugal, num esforço concertado da comunidade internacional, seriam

¹⁴²⁶ Cf. STILLER, Sabina - *Ideational Leadership in German Welfare State Reform: How Politicians and Policy Ideas Transform Resilient Institutions*. Amsterdam: Amsterdam University, 2010. p. 32-33

¹⁴²⁷ Cf. *Idem*. p. 28-29

¹⁴²⁸ Cf. Nations Unies – A/7201/Add. 1. *Supplement n° 1A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 18-19

¹⁴²⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁴³⁰ Cf. *Ibidem*

constantemente dirigidos a todos os estados membros¹⁴³¹. Com os projectos de resolução a serem adoptados de novo por quase-unanimidade, no período de 1968-1970, as NU moderariam as suas decisões. Mesmo se algumas condenações tivessem sido retomadas, as resoluções apresentariam críticas menos enérgicas, evitando dirigir apelos demasiado insistentes ou detalhados a Portugal, aos estados membros e às agências especializadas¹⁴³². Considerada por alguns como um sinal de impotência perante a inflexibilidade do governo português, a moderação das NU é entendida por outros como um compromisso com “*A Via do Realismo*”¹⁴³³. A explicação apresentada para a moderação pretende que teria sido o resultado das expectativas que se seguiram às mudanças ocorridas em Portugal, com substituição de António Oliveira Salazar por Marcello Caetano¹⁴³⁴. Mesmo não sendo totalmente destituídas de fundamento, tais afirmações não têm no entanto em consideração que a moderação visaria o duplo objectivo de encorajar o governo português a fazer a revisão da sua política colonial e, em simultâneo, demonstrar-lhe, ao se conseguir que os textos fossem apoiados quase sem objecções, que se encontrava isolado. Tendo os resultados obtidos ficado aquém do desejado, tem-se a intenção de tentar determinar se factores adicionais, e não somente os desenvolvimentos em Portugal, podem servir para explicar o comportamento moderado da maioria anticolonialista.

“Menos Extremista na sua Redacção”

TUMULTUOSO, O ANO DE 1968 ficaria conhecido por inúmeros protestos mundiais, em que a contestação estudantil francesa, que tinha subjacente uma crítica da realidade social e política, seria a mais mediatizada. Nas colónias portuguesas suceder-se-iam os acontecimentos, com a FNLA a reactivar as suas actividades em Angola e o MPLA e a UNITA a anunciarem a transferência de parte das suas estruturas para o interior do território¹⁴³⁵. Com a guerra na Guiné numa fase de inércia, o PAIGC entenderia alargar as iniciativas no plano político-diplomático, na procura de uma personalidade jurídica

¹⁴³¹ Cf. *Ibidem*

¹⁴³² Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 33

¹⁴³³ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 377

¹⁴³⁴ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)».. p. 33

¹⁴³⁵ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 297; AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Ob. Cit.* p. 591

que permitisse a independência¹⁴³⁶. Alvo de ataques do exército português, a FRELIMO, após a reorganização das suas forças, iniciaria uma outra frente em Moçambique, na província de Tete¹⁴³⁷. Com a formalização da responsabilidade do órgão pelo exame de questões suplementares, o Comité de Descolonização não realizaria qualquer viagem a África, tendo recebido um número reduzido de petições e concedido somente duas audições¹⁴³⁸. Sem que se tivesse atingido o nível dos anos precedentes, a diminuição das petições e dos peticionários, ditada pelo facto das reuniões terem sido realizadas em Nova Iorque, tem sido considerada como um sinal de descontentamento dos movimentos de libertação com a acção do Comité¹⁴³⁹. Na resolução resultante da análise desenvolvida (adoptada a 26 de Junho) seriam retomadas as disposições anteriores, acrescentando-se elementos novos. De forma inédita, adoptar-se-ia uma outra decisão (a 23 de Setembro) com base numa petição do PAIGC que acusava Portugal de efectuar bombardeamentos com napalm e fósforo branco, preparando-se para recorrer a químicos desfoliantes e a gases tóxicos¹⁴⁴⁰. Traduzindo as novas funções do Comité, que com o tempo estavam a tornar-se mais complexas, seriam estudadas a aplicação da Declaração pelos estados membros e pelas agências especializadas, as actividades e acordos militares das potências coloniais e a difusão de informações sobre os trabalhos das NU no domínio da descolonização.

Tão radicais quanto as decisões adoptadas no período anterior, voltando a qualificar as guerras nas colónias portuguesas como um crime contra a humanidade, as decisões do Comité de Descolonização acabariam no entanto por ser ultrapassadas pelos acontecimentos. Sem que ninguém o previsse, por motivos de saúde, António Oliveira Salazar seria substituído (a 27 de Setembro) na chefia do governo português por Marcello Caetano¹⁴⁴¹. Bem recebida, a escolha de Caetano produziria um sentimento de expectativa, tanto internamente entre os opositores ao regime como externamente, fruto do carácter reformista que lhe era atribuído¹⁴⁴². Muitos seriam aqueles que alimentariam

¹⁴³⁶ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 531-532

¹⁴³⁷ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Ob. Cit.* p. 591

¹⁴³⁸ Como acontecera na sessão anterior, em que o órgão fora convidado a participar em actividades relacionadas com a sua missão, o Comité esteve representado na Conferência dos Direitos Humanos, realizada no Irão, de 22 de Abril a 13 de Maio, para assinalar o Ano Internacional dos Direitos Humanos.

¹⁴³⁹ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», p. 33

¹⁴⁴⁰ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. p. 63-64

¹⁴⁴¹ Cf. CASTILHO, José Manuel Tavares – *Marcelo Caetano. Uma Biografia Política*. Lisboa: Almedina, 2012. p. 418

¹⁴⁴² Cf. *Idem*. p. 427

a esperança na implementação de um programa de liberalização e de modernização, em particular numa área tão sensível quanto a política colonial¹⁴⁴³. Com contornos imprecisos, a possibilidade de reformar a política colonial seria à partida condicionada pela reduzida margem de manobra que Marcello Caetano teria. Para a sua nomeação ter-lhe-ia sido imposta como condição a manutenção da política definida por Salazar e a continuação de Franco Nogueira no MNE como garantia da orientação que vinha sendo seguida na política externa¹⁴⁴⁴. Assegurando a prevalência da ordem constitucional vigente, Marcello Caetano acabaria por não romper abertamente com as políticas anteriores, sobretudo na questão colonial, frustrando as expectativas.

Seguida com atenção pela imprensa estrangeira, o novo ciclo que se pensava que tinha sido iniciado em Portugal com a mudança no governo condicionaria os resultados do debate na IV Comissão. A discussão geral (realizado entre 25 de Outubro e 20 de Novembro) seria antecedida pela audição de peticionários num momento em que a OUA, que conferia um certificado de legitimidade aos movimentos de libertação, tinha reconhecido o MPLA como representante de Angola¹⁴⁴⁵. Decidido a somente legitimar os movimentos que lutassem efectivamente no terreno, a OUA acabaria também por rever o estatuto atribuído ao GRAE (sem deixar de manter o reconhecimento da FNLA), que perderia a condição de governo no exílio¹⁴⁴⁶. O pouco interesse que os movimentos nacionalistas tinham demonstrado quanto ao Comité de Descolonização voltaria a ser sentido na IV Comissão, confirmando a existência de um afastamento em relação às NU¹⁴⁴⁷. Pouco solicitada, a Comissão entenderia aceder ao pedido de audição da FRELIMO, que apresentaria dois filmes para ilustrar a luta e as condições de vida nas áreas libertadas. As declarações do movimento revelariam que os seus efectivos tinham sido aumentados, que as zonas das operações militares estavam a ser alargadas e que um quinto do território moçambicano se encontrava liberto¹⁴⁴⁸. Apelando à adopção de medidas, a FRELIMO denunciaria a presença de mercenários sul-africanos em Moçambique, a criação de aldeamentos estratégicos, as violações por Portugal da soberania dos países vizinhos e o projecto de construção da barragem de

¹⁴⁴³ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 355-357

¹⁴⁴⁴ Cf. CASTILHO, José Manuel Tavares – *Ob. Cit.* p. 432-433

¹⁴⁴⁵ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 277

¹⁴⁴⁶ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 297

¹⁴⁴⁷ Foi concedida uma audição a Alberto Nank, que de novo não se apresentou nas sessões.

¹⁴⁴⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1773. *Quatrième Commission, 1773 séance. Lundi 28 Octobre 1968, à 11 heures.* Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

Cabora Bassa, que destinar-se-ia ao aproveitamento do rio Zambeze e cuja adjudicação a consórcios internacionais estaria a ser estudada¹⁴⁴⁹.

Com um ritmo lento, a discussão geral sobre a política colonial portuguesa confirmaria que a IV Comissão tinha como preocupação dominante as questões africanas, mesmo se algumas reuniões sobre temas relacionados com o colonialismo tivessem sido canceladas por falta de oradores¹⁴⁵⁰. Os intervenientes continuariam a ser maioritariamente afro-asiáticos e socialistas, com as afirmações contra a política colonial portuguesa a não registarem alterações significativas, continuando a ser tão radicais quanto antes. Os poucos países latino-americanos a participar no debate (Chile, Trinidad e Tobago e Venezuela), continuariam a demonstrar o desconforto em relação à tomada de posição pública em relação à questão colonial portuguesa. Tendo em atenção o que se verificara na XXII AG, não se pode deixar de parte a hipótese de que a quase total ausência dos latino-americanos tivesse sido o resultado de diligências empreendidas por Portugal. Mesmo demonstrando preocupação pela recusa portuguesa em implementar a Declaração, os latino-americanos não deixariam de exprimir o desacordo quanto ao radicalismo dos afro-asiáticos e socialistas. Manifestando a sua insatisfação, indicariam que era inútil a adopção de mais uma resolução e que a eficácia das NU somente seria assegurada se as opiniões da Organização e das entidades que representavam as colónias portuguesas encontrassem um acolhimento suficientemente favorável¹⁴⁵¹.

Ao nível dos discursos, a maioria demonstraria não estar segura que o governo português pudesse melhorar o tratamento reservado aos habitantes das colónias¹⁴⁵². A política colonial portuguesa voltaria a ser analisada à luz da conjuntura na África Austral, onde na Rodésia os acontecimentos sofreram um agravamento com o início da luta armada, continuando na Namíbia a desenvolver-se uma guerra intermitente visando alvos estratégicos¹⁴⁵³. Sendo entendido que a política portuguesa em nada mudara, o governo português seria acusado de, com os ataques a países independentes, colocar em

¹⁴⁴⁹ Cf. *Idem*. p. 3-4

¹⁴⁵⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 381, Proc. POI 6.0, Ano de 1969, Vol. IV, Documentos da Assembleia-Geral, Informação de serviço elaborado por Bonifácio de Miranda e datada de 3 de Fevereiro de 1969, p. 1

¹⁴⁵¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1784 *Quatrième Commission, 1784^e séance. Mardi 5 Novembre 1968, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 4

¹⁴⁵² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1774 *Quatrième Commission, 1774^e séance. Lundi 28 Octobre 1968, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

¹⁴⁵³ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Ob. Cit.* p. 343; UDOGU, Emmanuel Ike – *Ob. Cit.* p. 124

perigo a paz mundial, cometendo um crime contra a humanidade. Os temas mais recorrentes seriam a construção de aldeamentos estratégicos, a presença de mercenários nas colónias, a política de instalação de colonos brancos, os investimentos estrangeiros, o aumento dos efectivos militares, a utilização de napalm e fósforo branco e as ajudas recebidas da NATO¹⁴⁵⁴. Com a convicção de que a derrota portuguesa seria uma questão de tempo, a maioria indicaria a intenção de manter a assistência aos movimentos de libertação para que pudessem continuar a conquista de áreas libertadas. Sem sinais de moderação, a discussão não seria destituída de apelos a Portugal para que demonstrasse um maior espírito de cooperação, introduzindo mudanças, que resultassem na independência das colónias¹⁴⁵⁵.

Tendo havido alguma dificuldade em assegurar a manutenção de Franco Nogueira no MNE, Portugal faria duas intervenções sobre a substância do debate e mais umas quantas de carácter processual. Continuando a encontrar apoios junto da Espanha, o governo português estava a seguir com inquietação o processo de independência da Guiné Equatorial, que tem sido apresentada como um caso extremo da relevância do factor internacional, em particular das pressões das NU, na descolonização¹⁴⁵⁶. Ainda que outros elementos tivessem sido igualmente decisivos, as NU forneceriam o espaço e a linguagem para a descolonização do território, impondo a constituição de um Estado soberano como a única solução para a autodeterminação¹⁴⁵⁷. Temendo-se os efeitos que a independência dos territórios espanhóis pudesse ter nas relações peninsulares, as intervenções portuguesas na discussão não deixariam transparecer quaisquer alterações na argumentação que vinha sendo empregue¹⁴⁵⁸. A posição de princípio do governo português quanto às discussões na IV Comissão seria reafirmada, continuando-se a rejeitar as acusações sobre a prática da discriminação racial, o reagrupamento das populações, a expropriação de terras aos africanos, a utilização de armas proibidas, o

¹⁴⁵⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1785. *Quatrième Commission, 1785^e séance. Mercredi 6 Novembre 1968, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

¹⁴⁵⁵ Cf. *Idem*. p. 1

¹⁴⁵⁶ Cf. CAMPOS, Alicia – *Ob. Cit.* p. 114

¹⁴⁵⁷ Cf. *Idem*. p. 115

¹⁴⁵⁸ Algumas delegações afro-asiáticas e a Jugoslávia, aplicando a técnica conhecida por *heckling*, interromperam, com a apresentação de moções da ordem do dia, as intervenções portuguesas. A título de exemplo, a República Democrática do Congo pediu que não fosse utilizado o termo “hostilidades” para se referir às actividades dos movimentos de libertação. Todas as moções acabaram por ser rejeitadas, com a excepção da que tinha sido apresentada pela Tanzânia e que contestava o direito de Portugal utilizar o termo “nação portuguesa” para abranger as colónias. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 381, Proc. POI 6.0, Ano de 1969, Vol. IV, Documentos da Assembleia-Geral, Informação de serviço elaborado por Bonifácio de Miranda, datada de 3 de Fevereiro de 1969, p. 8-9

recurso ao trabalho forçado, a presença de tropas sul-africanas em Moçambique ou a existência de áreas libertadas¹⁴⁵⁹. Em apoio às suas afirmações, Portugal chamaria a atenção para os investimentos que estariam a ser efectuados, indicando que a barragem de Cabora Bassa traria uma maior prosperidade à população moçambicana e aos países vizinhos. Demonstrando que a esperança numa eventual mudança na política colonial portuguesa era infundada, seria indicado que a orientação seguida não era obra de um individuo ou de um determinado governo, mas que se baseava na própria estrutura do Estado português, que não poderia ser modificada¹⁴⁶⁰.

Sem que as intervenções no debate o deixassem adivinhar, os afro-asiáticos acabariam por moderar a sua acção, apresentando um projecto de resolução, que contendo expressões fortes seria no entanto “*Menos Extremista na sua Redacção*”¹⁴⁶¹. Com condenações menos numerosas e menos enérgicas, o projecto de resolução teria sofrido a acção moderadora de países como a Argélia, Etiópia, Gana e Libéria¹⁴⁶². Tendo desagradado à URSS, a tendência africana para a moderação seria indiscutivelmente o resultado do desejo de facilitar e encorajar a mudança na política colonial portuguesa¹⁴⁶³. Pretendendo conseguir que Portugal aplicasse o direito à autodeterminação, o carácter moderado do projecto de resolução poderá igualmente ser atribuído à tentativa de alcançar o apoio mais amplo possível¹⁴⁶⁴. Tendo sido patrocinado por 52 países, os afro-asiáticos anunciariam a intenção de consultar outras delegações com a esperança que, quando o texto fosse apresentado, não houvesse uma discussão prolongada¹⁴⁶⁵. Iniciadas na sessão anterior, as consultas resultariam da tendência, que vinha se afirmando desde meados da década de 1950, para a utilização de negociações informais enquanto mecanismo para solucionar antecipadamente

¹⁴⁵⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1787. *Quatrième Commission, 1787^e séance. Vendredi 8 Novembre 1968, à 11h10*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 4-5

¹⁴⁶⁰ Cf. *Idem*. p. 5

¹⁴⁶¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 380, Department of External Affairs Canberra. Draft Report of the Australian Delegation to the Twenty-Third Session of the United Nations General Assembly 24 September-21 December, p. 56

¹⁴⁶² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 381, Proc. POI 6.0, Ano de 1969, Vol. IV, Documentos da Assembleia-Geral. Informação de serviço elaborado por Bonifácio de Miranda e datada de 3 de Fevereiro de 1969, p. 13-14

¹⁴⁶³ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 33

¹⁴⁶⁴ Para a Austrália, uma outra explicação que podia ser avançada era a de que a maioria ter-se-ia apercebido que, não obstante a natureza extremista das resoluções sobre as colónias portuguesas adoptadas nas sessões anteriores, a situação tinha sofrido poucas alterações. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 380, Department of External Affairs Canberra. Draft Report of the Australian Delegation to the Twenty-Third Session of the United Nations General Assembly 24 September-21 December, p. 55-56

¹⁴⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1789. *Quatrième Commission, 1789^e séance. Jeudi 14 Novembre 1968, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 1

determinadas questões e facilitar o funcionamento dos órgãos¹⁴⁶⁶. As consultas seriam realizadas com o grupo latino-americano, desconhecendo-se se os países ocidentais também foram contactados e se produziram alterações significativas no documento original¹⁴⁶⁷.

Mais favorável a Portugal, o projecto de resolução demonstraria uma menor insistência na utilização da palavra “condena” (que seria substituída por “deplora”) e o desaparecimento de afirmações e expressões que anteriormente tinham suscitado reserva. Os parágrafos iniciais seriam idênticos aos das resoluções precedentes, propondo que a AG, relembrando a resolução 1514 (XV) e as restantes decisões das NU, exprimisse uma profunda preocupação em relação ao comportamento do governo português¹⁴⁶⁸. Sem que a situação nas colónias portuguesas voltasse a ser considerada crítica e explosiva, pretender-se-ia que se afirmasse que a deterioração que estaria em curso continuava a representar uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Por serem questões referidas por quase todas as delegações, se recomendaria que a Assembleia exprimisse a sua preocupação ou deplorasse a continua intensificação dos investimentos estrangeiros, a atribuição de assistência militar pelos aliados da NATO e outros países a Portugal e as constantes ameaças e violações pelo governo português da soberania e da integridade territorial dos estados africanos¹⁴⁶⁹. Novamente, como se tornara hábito, haveria a sugestão para que se notasse com satisfação os progressos em direcção à independência nacional e liberdade efectuados pelos movimentos de libertação através da luta e dos programas de reconstrução¹⁴⁷⁰.

Menos extenso, o projecto de resolução insistiria que se fizesse a reafirmação do direito inalienável dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação, liberdade e independência e da legitimidade da sua luta¹⁴⁷¹. Mesmo não havendo um consenso sobre as actividades do Comité de Descolonização, se proporia a aprovação do seu relatório. Evitando referir que as acções do governo português se destinariam a perpetuar a dominação opressiva, os autores do projecto avançariam com uma simples

¹⁴⁶⁶ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics*. p. 255-256

¹⁴⁶⁷ A Colômbia, para que fossem suprimidas quaisquer declarações endereçadas ao povo português, pediu que o texto se dirigisse unicamente ao governo. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance. Mercredi 20 Novembre 1968, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 1

¹⁴⁶⁸ Cf. United Nations - A/7352, 25 November 1968. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee*. S.l.: s.n.: s.d. p. 4

¹⁴⁶⁹ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷⁰ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷¹ Cf. *Idem*. p. 5

condenação (em lugar de condenar veementemente) da persistente recusa de Portugal em implementar as decisões das NU¹⁴⁷². Sem se pretender a condenação da guerra colonial ou a sua qualificação como crime contra a humanidade, do texto estariam ausentes quaisquer referências a pedidos para a adopção de medidas obrigatórias ou a embargos militares. A intenção do projecto de resolução seria unicamente que a AG apelasse para a aplicação sem demora do princípio da autodeterminação, chamasse a atenção do CS para a grave situação nas colónias portuguesas, renovasse o apelo à assistência às populações e pedisse a todos os estados, em particular aos membros da NATO, para que não ajudassem Portugal¹⁴⁷³. Ainda que o projecto de resolução fosse moderado, o governo português não escaparia à reprovação das suas acções, sugerindo-se a condenação da colaboração com os regimes minoritários e racistas e das violações da integridade territorial e da soberania de estados africanos¹⁴⁷⁴.

Tocando algumas das questões fundamentais que vinham sendo associadas à questão colonial portuguesa, no projecto de resolução seriam introduzidos elementos novos. Para atender a inúmeras solicitações, se entenderia propor que a AG lançasse um apelo urgente à adopção de medidas para evitar o recrutamento ou o treino de mercenários para as guerras nas colónias portuguesas e a interferência em estados africanos¹⁴⁷⁵. Bastante limitado nas condenações, o projecto de resolução limitar-se a recomendar que a violação dos direitos económicos das populações e as actividades dos interesses estrangeiros nas colónias portuguesas, que tinham sido veementemente condenadas na decisão anterior, fossem deploradas¹⁴⁷⁶. Atendendo ao apoio moral que vinha sendo atribuído aos movimentos de libertação, se proporia apelar ao governo português para assegurar a aplicação aos guerrilheiros capturados da Convenção de Genebra relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra (12 de Agosto de 1949)¹⁴⁷⁷. Ao se exprimir apreço a todos os estados membros e às organizações internacionais pela ajuda concedida aos refugiados, indicar-se-ia que a AG deveria convidá-los a aumentar a assistência. Sem que houvessem as referências, que se tinham tornado habituais, ao BIRD e ao FMI, pretender-se-ia que o SG fosse encarregue de desenvolver e alargar os

¹⁴⁷² Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷³ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷⁵ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷⁶ Cf. *Idem*. p. 6

¹⁴⁷⁷ Cf. *Ibidem*

programas de treino e de formação para os habitantes das colónias portuguesas¹⁴⁷⁸. Destinadas a terem consequências na sessão seguinte da AG, nos últimos parágrafos do texto ficaria previsto que o SG tivesse o encargo adicional de adoptar as acções consideradas apropriadas para a implementação da resolução e que o Comité de Descolonização mantivesse a situação nas colónias portuguesas sob avaliação.

Não tendo sido integradas no projecto de resolução muitas das acusações lançadas no debate, a tendência africana para a moderação teria mais desenvolvimentos na revisão do texto efectuada pelos próprios autores. Em nome dos patrocinadores, o Gana apresentaria emendas ao projecto de resolução, destinadas a moderar mais o documento. No parágrafo em que se pretendia que a AG indicasse estar gravemente preocupada com a deterioração da situação nas colónias portuguesas entender-se-ia substituir as palavras “que continua a colocar uma grave ameaça” por “constitui um sério distúrbio”¹⁴⁷⁹. Resultando numa concessão significativa, em consequência da substituição das palavras a guerra colonial deixaria de ser considerada como uma ameaça à paz e à segurança internacionais, passando simplesmente a constituir um sério distúrbio às relações pacíficas entre os estados. Seguramente para permitir que as delegações, como as dos países ocidentais, que tinham objecções quanto às conclusões e recomendações do Comité de Descolonização pudessem votar a favor, o parágrafo que na primeira versão do texto se destinaria a aprovar o relatório do órgão seria eliminado. Como desejado pelos autores, o texto acabaria por ser muito pouco debatido, não suscitando a mesma polémica que os projectos de resolução das anteriores sessões. Países como a União Indiana ou o Gana argumentariam a favor do documento, considerando-o como passível de receber um apoio unânime¹⁴⁸⁰. Outras delegações, como a URSS ou a Jugoslávia, reconhecendo que tinham sido introduzidos elementos novos, fariam no entanto comentários que demonstrariam a preferência por um texto mais radical, que condenasse energicamente o governo português e os membros da NATO¹⁴⁸¹.

¹⁴⁷⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁷⁹ Cf. *Idem*. p. 3

¹⁴⁸⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1790. *Quatrième Commission, 1790^e séance. Vendredi 15 Novembre 1968, à 15h20*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 1; Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance...*p. 1

¹⁴⁸¹ Um dos países que indicou preferir um texto mais duro era a Checoslováquia. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance...*p. 4

Mesmo que o texto tivesse sido redigido com toda a cautela, demonstrando os autores abertura para fazer importantes concessões, não deixariam de ser apresentadas reservas. Tendo a nomeação de Caetano desanuviado as relações entre Portugal e o Reino Unido, possibilitando novas perspectivas para um relacionamento mais construtivo entre os dois países, os britânicos indicariam preferir o voto por divisão, que certas disposições relevavam da competência do CS e que não podiam aceitar as alusões à NATO, aos interesses económicos estrangeiros, à instalação de emigrantes, à aplicação da Convenção de Genebra e ao aumento da assistência às populações¹⁴⁸². Com a guerra do Vietname a minar o prestígio do país, os EUA, que também tinham visto as suas relações com Portugal melhorar com a mudança de governo e que vinham mantendo uma neutralidade calculada quanto à questão colonial portuguesa, apresentariam as mesmas considerações, acrescentando que deveriam ser definidas com maior precisão as iniciativas a adoptar pelo SG para a implementação do projecto de resolução¹⁴⁸³. A Holanda e a Grécia, que como os restantes ocidentais não participariam na discussão geral, apresentariam sérias objecções, indicando não concordar com os parágrafos referentes à NATO e com os que condenavam o governo português¹⁴⁸⁴. A África do Sul, sem qualquer originalidade, diria que o projecto apresentava afirmações sem fundamentação ou que tinham sido desmentidas pelos factos¹⁴⁸⁵. Mais detalhadas, as objecções da Dinamarca e da Noruega, ainda que direccionadas para as mesmas questões suscitadas pelas demais delegações, destinar-se-iam mais a salvaguardar questões de princípio do que a manifestar apoio a Portugal¹⁴⁸⁶. Com as observações efectuadas a demonstrarem que os latino-americanos tinham uma interpretação muito própria do texto, o Uruguai acabaria por ser o único a apresentar reservas formais, considerando alguns parágrafos como pouco satisfatórios¹⁴⁸⁷.

Pela documentação consultada seriam poucas ou nenhuma as diligências empreendidas pelo governo português na procura de votos contra o texto. De acordo com a informação recolhida, a delegação brasileira, no seguimento da visita do Chanceler Magalhães Pinto a Lisboa, receberia instruções para manter os contactos mais

¹⁴⁸² Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...*p. 360

¹⁴⁸³ Cf. SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 150

¹⁴⁸⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance...*p. 2-4

¹⁴⁸⁵ Cf. *Idem.* p. 4

¹⁴⁸⁶ Cf. *Idem.* p. 3

¹⁴⁸⁷ Cf. *Idem.* p. 4

estreitos com Portugal e para apoiar na medida do possível a posição portuguesa¹⁴⁸⁸. Em aplicação das instruções recebidas, o Brasil seria o único país que, na companhia indesejada da África do Sul, votaria com Portugal contra o projecto de resolução¹⁴⁸⁹. A votação demonstraria que em parte a estratégia afro-asiática tinha sido bem-sucedida por o número das delegações que votaram contra ter sido reduzido para níveis semelhantes ao de 1961 e inícios de 1962, verificando-se igualmente uma diminuição nas abstenções face às duas anteriores sessões da AG¹⁴⁹⁰. Sendo indiscutivelmente um dos principais alvos da moderação afro-asiática, os países latino-americanos, com a excepção do México e do Equador que se abstiveram, votariam a favor do projecto de resolução. Os membros da NATO, que desde a revisão da posição dos EUA vinham oscilando nas votações, a Austrália, a Nova Zelândia e o Malawi acabariam por se abster. Tendo garantido que votaria contra, a Espanha, que desejava que a substituição de Salazar resultasse numa mudança de orientação da política portuguesa, falharia a sua promessa¹⁴⁹¹. A delegação espanhola se absteria provavelmente para não se indispor com a maioria, num momento em que as questões de Gibraltar, em que conseguiria ficar numa posição maioritária, Ifni e Sahara Espanhol estavam a ser debatidas¹⁴⁹².

Nas explicações de sentido de voto, a França – mantendo inicialmente com Caetano as mesmas relações que tinham existido com Salazar, ainda que o governo de De Gaulle tivesse chegado ao fim - assinalaria que a questão relevava essencialmente da competência do governo português e que o texto ultrapassava as atribuições que a Carta atribuíra à AG¹⁴⁹³. Tendo votado a favor do projecto de resolução, a Turquia e o Canadá afirmariam que nem todos os parágrafos do texto mereceriam o seu voto em caso de votação por divisão¹⁴⁹⁴. A Finlândia, à semelhança dos restantes nórdicos, demonstraria ter reservas sobre as considerações quanto às actividades dos interesses económicos

¹⁴⁸⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 228, Proc. POI 05, Ano de 1968, Generalidades. Informações Membros. Missões ONU. Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 10 de Outubro de 1968, p. 1

¹⁴⁸⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance...*p. 5

¹⁴⁹⁰ Cf. *Ibidem*

¹⁴⁹¹ Devido à abstenção espanhola, Portugal em retaliação ausentou-se da sala no momento das votações sobre Gibraltar, Ifni e Sahara Espanhol tanto na IV Comissão como no Plenário. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 381, Proc. POI 6.0, Ano de 1969, Vol. IV. Documentos da Assembleia-Geral. Informação de serviço elaborado por Bonifácio de Miranda, datada de 3 de Fevereiro de 1969, p. 11

¹⁴⁹² Cf. United Nations - *Resolution 2428 (XXIII), 18 December 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>; United Nations - *Resolution 2429 (XXIII), 18 December 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁴⁹³ Cf. MARCOS, Daniel – *Ob. Cit.* p. 233

¹⁴⁹⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1793. *Quatrième Commission, 1793^e séance...*p. 6

estrangeiros, à existência de ameaças à soberania e integridade dos países africanos e à aplicação da Convenção de Genebra aos combatentes dos movimentos de libertação¹⁴⁹⁵. O México e o Equador, que tentariam demonstrar que tinham recorrido à abstenção a contragosto, justificariam o seu comportamento com o significado e as implicações de algumas disposições do texto, considerando nomeadamente que o apelo aos países da NATO introduzia implicitamente um elemento de carácter político na resolução¹⁴⁹⁶. Com a indicação de que as suas observações não deveriam ser entendidas como modificando a tradicional posição do país em matéria de descolonização, a delegação chilena argumentaria que o texto adoptado continha elementos que lhe inspiravam dúvidas¹⁴⁹⁷.

No plenário, somente a Grécia tentaria relativizar o alcance do projecto de resolução, apresentando sérias reservas e indicando que votaria contra alguns parágrafos se houvesse um voto por divisão¹⁴⁹⁸. O projecto tornar-se-ia na resolução 2395 (XXIII), de 29 de Novembro, tendo havido, em comparação com a votação da IV Comissão, uma diminuição dos votos favoráveis e as novas abstenções do Peru e de Cuba¹⁴⁹⁹. Sem que as motivações do Peru tivessem sido explicadas, a delegação cubana justificaria o seu voto com a existência nas NU de uma influência preponderante dos interesses coloniais e imperialistas, dirigidos pelos EUA, que impediam uma acção eficaz da Organização¹⁵⁰⁰. Como de costume, Portugal apresentaria as suas reservas formais ao texto, que adquire o seu verdadeiro significado quando entendido em conjunto com as demais decisões adoptadas sobre os territórios portugueses. Voltando a ser discutida de forma separada a questão dos interesses estrangeiros que impediam a aplicação da Declaração seria adoptada a resolução 2425 (XXIII), de 18 de Dezembro, na qual a maioria afro-asiática continuaria a demonstrar a tendência para a moderação. Em lugar de condenar veementemente, como tinha ocorrido na 2288 (XXII), a exploração dos territórios e povos coloniais, a Assembleia limitar-se-ia a uma simples condenação¹⁵⁰¹. Com decisões que no seu todo seriam menos radicais, no estudo da implementação da

¹⁴⁹⁵ Cf. *Idem*. p. 5-6

¹⁴⁹⁶ Cf. *Idem*. p. 5

¹⁴⁹⁷ Cf. *Idem*. p. 6

¹⁴⁹⁸ Cf. Nations Unies - A/PV.1730. *Assemblée Générale. Vingt-Troisième Session. 1730^e Séance Plénière*. Vendredi 29 Novembre 1968, à 15 heures. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2-3

¹⁴⁹⁹ Cf. *Idem*. p. 3

¹⁵⁰⁰ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁰¹ Cf. United Nations - *Resolution 2425 (XXIII), 18 December 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

Declaração pelas agências especializadas e instituições internacionais associadas às NU, a AG, na resolução 2426 (XXIII), também de 18 de Dezembro, demonstraria porém uma maior intransigência. Solicitando-se a concessão de apoios aos movimentos de libertação, seriam retomados os apelos e as recomendações ao BIRD e ao FMI para que suspendessem a assistência e retirassem os empréstimos e créditos concedidos a Portugal¹⁵⁰². Sobre o programa de treino e de formação, tendo havido a rejeição de um grande número de candidatos por falta de fundos, seria aprovada a resolução 2431 (XXIII), de 16 de Dezembro, que solicitaria o aumento das contribuições pelos estados membros, determinaria a criação de um comité consultivo para analisar a situação financeira e a atribuiria um crédito especial para as bolsas de estudo¹⁵⁰³.

Considerando Portugal que a XXIII AG decorreu sem confrontações por algumas das questões mais importantes do momento (Vietname, Checoslováquia, Médio Oriente e Nigéria) não terem sido discutidas, as deliberações sobre a questão colonial portuguesa, pela sua moderação, determinariam um afastamento em relação às outras decisões sobre a África Austral¹⁵⁰⁴. Tendo havido no período anterior um esforço para a convergência (mas em que ainda assim o colonialismo português seria objecto de uma menor severidade), a XXIII AG demonstraria um maior radicalismo nas resoluções sobre a Rodésia, Namíbia e *Apartheid*, utilizando-se inclusivamente a linguagem do Capítulo VII da Carta¹⁵⁰⁵. Tendo Portugal sido nitidamente favorecido, fica em aberto a questão se as decisões sobre as colónias portuguesas, por serem mais moderadas, terão correspondido a uma anulação das anteriores disposições. Com uma força ética e política, além do carácter vinculativo quando adoptadas segundo o Capítulo VII da Carta, as resoluções das NU por vezes apontam para sentidos diferentes¹⁵⁰⁶. Por traduzirem o pensar e o sentir da opinião pública mundial, as resoluções continuam em vigor, podendo ser invocadas a qualquer momento, a não ser que apresentem

¹⁵⁰² Cf. United Nations - *Resolution 2426 (XXIII), 18 December 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁰³ Cf. United Nations - *Resolution 2431 (XXIII), 16 December 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁰⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 381, Proc. POI 6.0, Ano de 1969, Vol. IV, Documentos da Assembleia-Geral, Informação de serviço elaborado por Bonifácio de Miranda e datada de 3 de Fevereiro de 1969, p. 1

¹⁵⁰⁵ O Capítulo VII da Carta foi invocado pelo CS no caso da Rodésia pelo CS. Cf. United Nations - *Resolution 253 (1968), 29 May 1968*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁰⁶ Cf. PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics...* p. 72

recomendações contraditórias, que revoguem decisões anteriormente adoptadas¹⁵⁰⁷. Não tendo sido o caso das resoluções da XXIII AG, que reportar-se-iam às anteriores decisões das NU, pensamos poder afirmar que continuaria a existir a obrigatoriedade dos estados membros manterem, caso as tivessem adoptado, as sanções e os embargos contra Portugal.

Mesmo se a guerra nas colónias portuguesas não tivesse sido considerada um crime contra a humanidade, a resolução 2395 (XXIII) não deixaria de apresentar apontamentos interessantes para o desenvolvimento da ideia de autodeterminação. Como algumas delegações notaram no debate, começaria a desenvolver-se a tendência para sujeitar as situações abrangidas pela ideia de autodeterminação à aplicação do Direito Internacional Humanitário (ou Direito dos Conflitos Armados)¹⁵⁰⁸. Envolvendo normas destinadas a regular questões surgidas durante conflitos armados, o Direito Internacional Humanitário passaria, precisamente na XXIII AG, a ser objecto de grande atenção nas NU com a adopção de uma resolução, sobre o respeito dos direitos humanos em período de guerra¹⁵⁰⁹. Seguramente em resultado desse interesse, na decisão adoptada sobre as colónias portuguesas a AG pretenderia a aplicação aos combatentes das colónias portuguesas das disposições da Convenção de Genebra relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra¹⁵¹⁰. A decisão acabaria por significar um reconhecimento dos movimentos de libertação enquanto força beligerante, representando uma nova situação jurídica no plano internacional para os que lutavam pela implementação da ideia de autodeterminação. Sem ambiguidades, a tendência que começara a desenhar-se no período anterior seria confirmada, com a ideia de autodeterminação a significar um novo estatuto para os movimentos de libertação.

“Não tanto a Firmeza do Tom”

QUESTÃO CONTROVERSA, A POLÍTICA colonial portuguesa vinha suscitando divergências entre países africanos, havendo dúvidas quanto à estratégia anticolonial. Para preservar o consenso, num tom moderado, representantes de 14 países adoptariam

¹⁵⁰⁷ Sobre as questões em torno das resoluções das NU *vide Idem*.

¹⁵⁰⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1787. *Quatrième Commission, 1787^e séance...* p. 2

¹⁵⁰⁹ Cf. Gabinete de Documentação e Direito Comparado – *Direito Internacional Humanitário: O que é o Direito Internacional Humanitário*. [Em linha]. [Consult. 17 Agost. 2013]. Disponível em <URL: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>>

¹⁵¹⁰ Cf. *Ibidem*

(a 16 de Abril de 1969) o Manifesto sobre a África Austral. Também conhecido como Manifesto de Lusaca, o texto, reclamando a autodeterminação e a independência das colónias portuguesas, defenderia o estabelecimento de um calendário para um período transitório e a realização de referendos, admitindo-se que as populações pudessem optar pela continuação da ligação a Portugal¹⁵¹¹. Na eventualidade do governo português aceitar o princípio da autodeterminação, os países africanos afirmariam estar disponíveis para influenciar os movimentos de libertação no sentido de renunciarem à luta armada, contribuírem para a transferência pacífica do poder e voltarem a proclamar que os portugueses residentes nos territórios seriam considerados cidadãos de pleno direito. Interpretada por alguns como uma rejeição da luta armada, a adopção do Manifesto não conseguiria resolver as diferenças entre os países africanos, subsistindo as dúvidas quanto à estratégia a aplicar contra os regimes minoritários¹⁵¹².

Tendo Portugal rejeitado a iniciativa africana, nas colónias a guerra continuaria a desenvolver-se a um ritmo desigual, com momentos de maior ou menor actividade. Em Angola, registar-se-ia a expansão da acção armada a novos distritos, obtendo os movimentos de libertação algum sucesso em emboscadas e escaramuças contra as forças portuguesas¹⁵¹³. Continuando a diminuir a sua actividade militar em consequência de actos de indisciplina dos guerrilheiros, o PAIGC realizaria ainda assim ataques a aquartelamentos portugueses, empregando um grande poder de fogo¹⁵¹⁴. Tendo havido a revelação na imprensa internacional de preparativos para uma eventual declaração unilateral da independência pela população branca, em Moçambique a FRELIMO desenvolveria esforços para a infiltração em direcção à Zambézia com o objectivo de abrir uma nova frente¹⁵¹⁵. Sem que a XXIII AG tivesse sancionado explicitamente o seu relatório, o Comité de Descolonização regressaria ao exame da situação, retomando as viagens à África, onde visitaria instalações do GRAE¹⁵¹⁶. Tendo sido ouvidos um maior número de peticionários quando comparado com o ano anterior, o Comité seria confrontado com críticas sobre a falta de eficácia das NU¹⁵¹⁷. Na resolução adoptada (a 24 de Junho), o Comité continuaria firme nas suas condenações,

¹⁵¹¹ Cf. SILVA, António E. Duarte – «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». p. 34

¹⁵¹² Cf. WALRAVEN, Klaas van – *Ob. Cit.* p. 224

¹⁵¹³ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 309

¹⁵¹⁴ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 402

¹⁵¹⁵ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Ob. Cit.* p. 594

¹⁵¹⁶ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976.* p. 64

¹⁵¹⁷ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 381

voltando a censurar a atitude do governo português. Com apelos detalhados a Portugal, aos estados membros e às agências especializadas, a resolução determinaria que se empreendesse um estudo sobre a possibilidade de atribuir uma maior assistência aos movimentos de libertação¹⁵¹⁸. Adoptando um texto duro, o Comité encontraria uma forma adicional de exercer pressão sobre Portugal com a realização dos estudos específicos, introduzindo um item novo relativo à eliminação de todas as formas de discriminação racial.

Mantendo o CS constantemente informado dos inúmeros incidentes ocorridos nas suas fronteiras, a Zâmbia (em 15 de Julho) acusaria o governo português de violações deliberadas da sua integridade territorial, assinalando o bombardeamento de uma aldeia perto de Moçambique¹⁵¹⁹. Mesmo se, segundo as informações colhidas por Portugal, tivesse havido, designadamente entre os afro-asiáticos, alguma relutância em aceitar o pedido de convocação do Conselho, com o apoio da OUA a Zâmbia conseguiria que a sua queixa fosse analisada (de 18 a 28 de Julho)¹⁵²⁰. Como tinha ocorrido na AG precedente, o projecto de resolução, patrocinado pelos afro-asiáticos, seria redigido com recurso a consultas com os membros não permanentes, entre os quais a Colômbia, o Paraguai e a Espanha, que tinha sido eleita para o órgão graças ao prestígio que a independência da Guiné Equatorial lhe trouxera¹⁵²¹. Ao que tudo indica as consultas teriam sido influenciadas pela forma como o Senegal, que presidia ao CS, conduziu as reuniões informais, em que sistematicamente faria observações desagradáveis ao representante espanhol¹⁵²². Com a excepção da Espanha, os restantes membros concordariam com o projecto afro-asiático depois de introduzidas algumas alterações sugeridas nomeadamente pela Colômbia e o Paraguai¹⁵²³. Mesmo se as

¹⁵¹⁸ Cf. SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*...p. 65

¹⁵¹⁹ Informações recolhidas pela França indicavam que a queixa ao CS tinha alguma relação com os problemas internos que estariam a colocar em risco o governo de Kenneth Kaunda e que o teriam obrigado a abandonar a moderação. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 368, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1969, Vol. I, Conselho de Segurança sobre “Zâmbia”, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datado de 21 de Julho de 1969, p. 1

¹⁵²⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 368, Proc. POI 4 (Zâmbia), Ano de 1969, Vol. III, Conselho de Segurança. “Zâmbia”. “Agosto”, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Bogotá, datado de 11 de Agosto de 1969, p. 1-3

¹⁵²¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 368, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1969, Vol. I, Conselho de Segurança sobre “Zâmbia”, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 25 de Julho de 1969, p. 1

¹⁵²² Cf. *Ibidem*

¹⁵²³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 368, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1969, Vol. II, Conselho de Segurança sobre «Zâmbia», Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE, datado de 25 de Julho de 1969, p. 1

alterações se destinassem a atenuar o texto e de países como os EUA terem desenvolvido esforços para a moderação, a resolução 268 (1969), de 28 de Julho, seria desfavorável a Portugal. O Conselho apresentaria uma censura enérgica ao governo português, solicitando que cessasse imediatamente a violação da integridade da Zâmbia e o lançamento de *raids* não provocados contra o país¹⁵²⁴. Ao requerer o repatriamento dos civis zambianos raptados pelas forças militares portuguesas e a restituição dos bens capturados, o CS decidiria manter-se atento à situação. O radicalismo do Conselho poderá, segundo o entendemos, ter tido alguma relação com a nova composição do órgão, decorrente do alargamento que entrou em vigor em 1965, em que os membros não permanentes passariam a ter a possibilidade de condicionar a adopção de resoluções e determinar a agenda¹⁵²⁵. Como precisavam do voto dos membros não permanentes para assegurar a adopção de decisões, os países ocidentais poderão ter sentido a necessidade de fazer compromissos, o que resultaria na aceitação de decisões mais radicais contra Portugal.

Por proposta da República Árabe Unida, que argumentou que a situação na Rodésia, na Namíbia e nas colónias portuguesas tinha traços comuns e demonstravam a existência de uma interdependência, a IV Comissão decidiria organizar uma discussão conjunta sobre os três itens¹⁵²⁶. Decidindo-se que as questões seriam tratadas com prioridade, ficaria acordado que seriam analisados projectos de resolução distintos e que no momento oportuno se permitiria a audição de peticionários. A escolha pela realização de uma reunião conjunta teria tido seguramente alguma relação com o aprofundamento da cooperação entre os três regimes minoritários, em que o projecto de Cabora Bassa, que mais do que um empreendimento hidroeléctrico destinava-se à defesa da supremacia branca na África Austral, tinha sido adjudicado a um consórcio liderado por empresas sul-africanas e com a participação da França, Itália, RFA e Suécia¹⁵²⁷. Tendo a cooperação entre os três regimes uma vertente militar, assinalando-se a realização em Lisboa de reuniões dos seus chefes militares, policiais e dos serviços secretos, a iniciativa da República Árabe Unida teria lugar num momento em que as actividades dos movimentos de libertação da Rodésia e da Namíbia estavam a

¹⁵²⁴ Cf. United Nations - *Resolution 268 (1969)*, 28 June 1969. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵²⁵ Cf. BOSCO, David L. – *Ob. Cit.* p. 103

¹⁵²⁶ Cf. Nations Unies – *A/C.4/SR 1817. Quatrième Commission, 1817^e séance. Mardi 30 Septembre 1969, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 7-8

¹⁵²⁷ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 368

experimental alguns retrocessos. Sem que tivesse havido medidas britânicas para o impedir, o regime de minoria branca proclamaria a República da Rodésia, rejeitando quaisquer ligações que ainda pudessem existir com a Grã-Bretanha¹⁵²⁸. Tendo sido tomada a decisão de criar um exército popular de libertação, na Namíbia a actividade de guerrilha estaria a atravessar uma crise resultante das difíceis condições de luta¹⁵²⁹.

A discussão na IV Comissão (realizada de 8 de Outubro a 14 de Novembro) seria mais longa do que os anteriores debates sobre a política colonial portuguesa. Regra geral, a situação nas colónias portuguesas seria referida após as questões da Rodésia e da Namíbia, confirmando-se aquilo que tem sido dito sobre a prioridade concedida, designadamente pelos países africanos aos problemas associados aos dois territórios. Em certo sentido talvez se possa afirmar que haveria uma secundarização da questão colonial portuguesa, registando-se alterações assinaláveis nas intervenções. O debate resultaria numa tentativa de conciliação entre a condenação da resistência portuguesa à descolonização e a moderação que desde a sessão anterior vinha sendo demonstrada. Mesmo reconhecendo que o novo governo português não tinha adoptado medidas para alterar a sua orientação, grande parte das delegações desistiriam de qualificar a situação nas colónias portuguesas como crime contra a humanidade ou uma ameaça à paz e à segurança internacionais¹⁵³⁰. Num tom menos radical, alguns temas que se tinham tornado recorrentes, como as ameaças que a política do governo português representaria para os países vizinhos, seriam abordados com ligeireza.

As delegações que se pronunciaram sobre a política colonial portuguesa não teriam, na sua esmagadora maioria, outra atitude que não fosse a de manifestar o seu desacordo em relação ao governo português. Ainda assim, existiriam algumas variações na intensidade dos ataques e das acusações, com os países nórdicos e quase todos os latino-americanos a serem mais comedidos. Portugal entenderia que na origem de algumas declarações, sobretudo as dos países com os quais mantinha relações diplomáticas, estaria a ideia de que os ataques ao governo português não envolveriam especiais responsabilidades, uma vez que não seriam as decisões das NU a determinarem a revisão da sua política colonial¹⁵³¹. Na opinião dos representantes

¹⁵²⁸ Cf. SHUBIN, Vladimir – *Ob. Cit.* p. 151

¹⁵²⁹ Cf. *Idem.* p. 202-203

¹⁵³⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1825. *Quatrième Commission, 1825^e séance. Lundi 13 Octobre 1969, à 11 heures.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 54

¹⁵³¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Informação de serviço nº 31/01/1970, elaborado por Leonardo Mathias, p. 5-6

portugueses, ao atacarem Portugal na IV Comissão, as delegações poderiam encontrar “fáceis solidariedades” para atingir determinados fins ou favorecer condicionalismos políticos internos¹⁵³². Colocando a ênfase na desvalorização das resoluções e nos interesses individuais de cada país, a leitura portuguesa estaria somente parcialmente correcta, por não ter tido em consideração a reduzida margem de manobra que a maioria afro-asiática, que pelo seu número dispunha de capacidade de retaliação, deixava às restantes delegações. Como tem vindo a ser vincado, a tomada de posições sobre a política colonial portuguesa seria determinada sobretudo pela percepção das delegações de que não podiam, sob pena de ficarem isoladas, contrariar a defesa da descolonização à luz das mudanças normativas sobre a ilegitimidade da dominação colonial.

Os intervenientes demonstrariam concordar quanto à ideia da existência de uma interdependência e de uma comunidade de interesses entre o *Apartheid*, a discriminação racial e o colonialismo¹⁵³³. A política da África do Sul, da Rodésia e de Portugal seria considerada como destinando-se ao desenvolvimento de um projecto comum para a manutenção, sob a supremacia branca, de um estado de opressão perpétua na África Austral. Atribuindo-se aos sul-africanos a principal responsabilidade pela gravidade da situação, entender-se-ia que estaria em curso um reforço da união político-militar dos regimes minoritários e uma extensão das suas actividades económicas e comerciais¹⁵³⁴. No caso específico de Portugal, as delegações afirmariam que a discriminação racial tinha sido convertida num sistema político que permitia à minoria europeia apoderar-se das riquezas dos territórios. Haveria uma assinalável insistência (não partilhada no entanto pelos nórdicos) em estabelecer uma relação entre as questões económicas e a situação nas colónias portuguesas¹⁵³⁵. Portugal seria visado por estar a cometer atentados à dignidade e à igualdade humana, apresentando-se como exemplos o aumento das despesas militares, a existência de projectos de povoamento para Angola e Moçambique ou a construção de Cabora Bassa. Fazendo referências ao Manifesto de Lusaca, as delegações pretenderiam que as NU e as agências especializadas se

¹⁵³² Cf. *Ibidem*

¹⁵³³ A título de exemplo temos a declaração da República Democrática do Congo. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1825. *Quatrième Commission, 1825^e séance...* p. 54

¹⁵³⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1827. *Quatrième Commission, 1827^e séance. Mardi 14 Octobre 1969, à 10h50*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 70

¹⁵³⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1825. *Quatrième Commission, 1825^e séance...* p. 54

comprometessem a ajudar os movimentos de libertação¹⁵³⁶. Referidas somente por alguns países mais radicais, como a República Árabe Unida ou os socialistas, os pedidos de adopção de sanções seriam substituídos por afirmações sobre a necessidade de definir acções para a aplicação das resoluções das NU¹⁵³⁷.

Não sendo propriamente uma novidade, nas intervenções inclusivamente dos países afro-asiáticos seriam evidentes alguns sinais de divisões¹⁵³⁸. Para Portugal as divergências no campo anticolonial resultariam das vantagens obtidas pelo país no apoio à secessão do Biafra e de outros factores alheios à intervenção portuguesa, como a fractura suscitada entre os afro-asiáticos pela votação de questões como a admissão da China continental e à influência económica da África do Sul sobre alguns estados africanos¹⁵³⁹. Demonstrando diferentes graus de comprometimento entre os afro-asiáticos com a denúncia política portuguesa, nas intervenções de algumas delegações estaria implícito o apelo para que as decisões das NU assumissem um tom mais conciliador do que radical. Empregando uma linguagem moderada, países como a Arábia Saudita, Filipinas, Japão e Tailândia afirmariam que a política portuguesa não era baseada no racismo, que existiam notícias de que tendências mais liberais se desenhavam em Portugal e que os próprios portugueses pareciam desejar uma evolução política colonial¹⁵⁴⁰.

Tendo a OUA solicitado para participar na discussão, o SG Adjunto da Organização, Mohamed Sahnoun, teria uma intervenção na qual a moderação não seria de todo evidente. Fazendo referências à existência de uma aliança que defendia um sistema de opressivo, sendo apoiado pela “cumplicidade desavergonhada” das potências ocidentais, Sahnoun qualificaria a situação na África Austral como uma ameaça real

¹⁵³⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1826. *Quatrième Commission, 1826^e séance. Lundi 13 Octobre 1969, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 64

¹⁵³⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1829. *Quatrième Commission, 1829^e séance. Mercredi 15 Octobre 1969, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 119

¹⁵³⁸ A Albânia voltou a repetir as críticas que na sessão anterior tinha feito aos revisionistas soviéticos, colocando em dúvida a atitude da URSS com os movimentos de libertação. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1833. *Quatrième Commission, 1833^e séance. Vendredi 17 Octobre 1969, à 10h55*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 71

¹⁵³⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Informação de serviço nº 31/01/1970, elaborado por Leonardo Mathias, p. 6-7

¹⁵⁴⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1821. *Quatrième Commission, 1821^e Séance. Mercredi 8 Octobre 1969, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 30; Nations Unies – A/C.4/SR 1827. *Quatrième Commission...p. 72*; Nations Unies – A/C.4/SR 1834. *Quatrième Commission, 1834^e Séance. Vendredi 17 Octobre 1969, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 132

para a paz e a segurança internacionais¹⁵⁴¹. Por entender que as NU poderiam desempenhar um papel mais activo, proporia um programa mínimo de acção em que a Organização deveria fazer a reafirmação da legitimidade da luta dos movimentos de libertação, lançar um apelo para o apoio e assistência aos combatentes e exigir aos aliados de Portugal a cessação de toda a ajuda militar¹⁵⁴². Demonstrando algum descontentamento, Sahnoun seria bastante crítico da importância concedida a alguns movimentos considerados como fantoches e a nacionalistas que agiam a título individual, apelando a que se suspendesse todo o reconhecimento, direito de petição, assistência ou privilégio concedido às organizações não reconhecidas pela OUA¹⁵⁴³. Entendendo que se deveria levar a cabo uma luta psicológica, recomendaria o reforço dos meios do Serviço de Informações das NU para difundir junto das populações da África Austral uma mensagem de paz, liberdade e justiça¹⁵⁴⁴.

Quase residuais, as audições permitiriam a presença na discussão de Albert Nank, que insistiria na necessidade de se ajudar a causa da liberdade africana, acusando Portugal de assassinar dirigentes políticos guineenses¹⁵⁴⁵. Indicando que o governo de Marcello Caetano nada tinha alterado na política colonial portuguesa, os peticionários da FRELIMO abordariam novamente temas como a aliança de Portugal com a África do Sul e a Rodésia, a exploração económica das colónias e os apoios concedidos pela NATO¹⁵⁴⁶. Envolvida numa campanha internacional contra a construção da barragem de Cabora Bassa, a FRELIMO dedicaria parte da sua intervenção a tentar demonstrar os perigos que o empreendimento poderia representar para o continente africano¹⁵⁴⁷. Afirmando que tinham sido retomadas as acções armadas na Província de Tete, onde estava prevista a construção da barragem, seriam apresentados os sucessos militares que teriam sido obtidos. Voltando a insistir na existência de áreas libertadas, fazendo uma descrição dos programas de reconstrução, os peticionários afirmariam que no plano

¹⁵⁴¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1837. *Quatrième Commission, 1837^e séance. Lundi 27 Octobre 1969, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 160

¹⁵⁴² Cf. *Idem*. p. 161

¹⁵⁴³ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁴⁴ Um representante da OMS esteve presente na discussão para precisar a posição agência quanto à aplicação da Declaração. Recordando as medidas que tinham sido aplicadas contra Portugal, o representante indicou que foram realizadas consultas com o ACNUR sobre a possibilidade de implementar programas de combate a doenças como o paludismo e a varíola nos países onde existiam refugiados das colónias portuguesas. Cf. *Idem*. p. 162

¹⁵⁴⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1827. *Quatrième Commission, 1827^e séance...*p. 69

¹⁵⁴⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1828. *Quatrième Commission, 1828^e séance. Mardi 14 Octobre 1969, à 15h20*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 78

¹⁵⁴⁷ Cf. *Idem*. p. 78-69

militar a FRELIMO tinha estendido a sua influência a todo o país, tornando as cidades isoladas e as estradas impraticáveis¹⁵⁴⁸. Solicitando a ajuda das agências especializadas, seria proposta a criação de um fundo especial para o desenvolvimento e a assistência a Moçambique.

Tendo participado no debate seguramente pelos interesses que tinham na África do Sul e na Rodésia, os países ocidentais não demonstrariam um apoio tão explícito a Portugal como nas sessões anteriores. Assumindo uma posição mais passiva do que activa, os membros da NATO argumentariam a favor da aplicação do Manifesto de Lusaca, mesmo afirmando não poder subscrever algumas das suas conclusões¹⁵⁴⁹. Com uma nova administração, liderada por Richard Nixon, que não pretendendo exercer pressões sobre os regimes de minoria branca, tinha prometido a Portugal o seu apoio, tendo inclusivamente terminado os contactos com os movimentos de libertação, os EUA sem referir directamente a situação nas colónias portuguesas, demonstrariam inquietação pela tendência para adoptar resoluções pouco realistas, que não eram aplicadas¹⁵⁵⁰. O Reino Unido, comprometido numa tentativa de criar um ambiente internacional favorável para o novo governo português e que estava a considerar a possibilidade de uma atitude conciliadora, adoptaria uma posição ambivalente, em que, afirmando que a recusa em reconhecer a autodeterminação era um atentado, indicaria esperar que houvesse clarividência e sabedoria nas decisões das NU¹⁵⁵¹. A Itália (que parecia alimentar algum optimismo quanto à permanência de Portugal nas colónias) resumiria a sua intervenção em poucas palavras, defendendo que não se podia confundir as questões da África Austral, tornando-as num problema único¹⁵⁵².

Escolhendo intervir numa fase adiantada da discussão, Portugal não demonstraria quaisquer indícios, mesmo que ligeiros, de mudança na sua política colonial. Tendo Caetano realizado uma visita às colónias, seria definido como programa do governo a consolidação das sociedades multirraciais, a autonomia progressivas dos

¹⁵⁴⁸ Tendo entregue de um mapa onde se assinalavam as áreas libertadas, por proposta do Presidente da Comissão, o documento foi exposto na sala das sessões. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1829. *Quatrième Commission, 1829^e séance...* p. 93

¹⁵⁴⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1832. *Quatrième Commission, 1832^e séance. Jeudi 16 Octobre 1969, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 109

¹⁵⁵⁰ Cf. SCHULZINGER, Robert D. - «Détente in the Nixon-Ford Years, 1969-1976» In *The Cold War. Crises and Détente*. LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. II. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010. p. 374; SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.* p. 163-167

¹⁵⁵¹ Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança...* p. 369-376

¹⁵⁵² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1830. *Quatrième Commission, 1830^e séance. Mercredi 15 Octobre 1969, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 99-100

territórios, a participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas e o fomento do desenvolvimento com a abertura a capitais estrangeiros¹⁵⁵³. Marcello Caetano, que com as eleições realizadas sentiria que a política colonial tinha sido referendada, passaria a justificar a permanência nas colónias com a necessidade de salvaguardar os interesses dos colonos e dos militares que defendiam os territórios¹⁵⁵⁴. Uma vez que Franco Nogueira abandonara as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a representação portuguesa na IV Comissão que vinha sendo assegurada por Bonifácio de Miranda seria entregue a Leonardo Mathias, diplomata de carreira que estivera na Embaixada em Madrid¹⁵⁵⁵. A delegação portuguesa, numa declaração em tudo semelhante à dos anos anteriores, responderia, como se tornara rotineiro, somente a algumas alegações, questionando sobre a existência de uma aliança com os regimes minoritários, os investimentos estrangeiros, a utilização de armas da NATO ou as acções do exército português. Retomando o tema de uma subversão fomentada do exterior, Portugal acusaria a URSS de fornecer armas aos movimentos de libertação por razões de ordem ideológica, económica, política e estratégica¹⁵⁵⁶.

Os países afro-asiáticos apresentariam um projecto de resolução, descrito como “realista, de âmbito prático e moderado”, que tentaria sintetizar e harmonizar as opiniões da maioria das delegações¹⁵⁵⁷. O projecto seria, novamente, elaborado com recurso a consultas informais, realizadas com todos os grupos regionais¹⁵⁵⁸. Num espírito de conciliação, mesmo se nem todas as opiniões parecem ter sido aceites, os autores entenderiam sacrificar o conteúdo do documento, que por ser resultante de uma negociação acabaria por ser inevitavelmente fraco¹⁵⁵⁹. Certamente por se partilhar a ideia de que “*Não Tanto a Firmeza do Tom*” mas os votos alcançados serviam como garante da força do documento, o projecto de resolução seria bastante semelhante ao da

¹⁵⁵³ Cf. CASTILHO, José Manuel Tavares – *Ob. Cit.* p. 495

¹⁵⁵⁴ Cf. *Idem.* p. 521-522

¹⁵⁵⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Informação de serviço nº 31/01/1970, elaborado por Leonardo Mathias, p. 1-7

¹⁵⁵⁶ Tendo a República Democrática do Congo proposto que a declaração portuguesa fosse retirada da acta das reuniões, por terem sido utilizadas expressões pouco favoráveis aos movimentos de libertação, a ideia acabou por não ser analisada. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1848. *Quatrième Commission, 1848^e séance. Vendredi 14 Novembre 1969, à 15h30.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 205

¹⁵⁵⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1845. *Quatrième Commission, 1845^e séance. Mercredi 12 Novembre 1969, à 16h50.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 186

¹⁵⁵⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1847. *Quatrième Commission, 1847^e séance. Vendredi 14 Novembre 1969, à 11h10.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 198

¹⁵⁵⁹ Segundo os EUA, importantes divergências de pontos de vista teriam impedido que os autores do projecto de resolução tivessem em consideração sugestões da sua delegação. Cf. *Ibidem*

XXIII AG¹⁵⁶⁰. Pouco acrescentando em comparação com a resolução 2395 (XXIII), existiriam porém assinaláveis diferenças entre os dois documentos. O projecto de resolução seria relevante sobretudo pelas suas omissões, caracterizando-se por pedidos pouco numerosos e menos detalhados ao governo português, aos restantes estados membros ou aos órgãos das NU. Os elementos mais controversos estariam ausentes, não se referindo a deterioração da situação nas colónias portuguesas, a existência de um distúrbio para a paz e a segurança internacionais ou os progressos realizados pelos movimentos de libertação. Por quase não terem sido mencionados na discussão, do texto não constariam apelos aos estados para que adoptassem medidas para evitar o recrutamento e o treino de mercenários ou para a aplicação da Convenção de Genebra aos guerrilheiros.

Apresentando poucas novidades, designadamente a referência ao Manifesto de Lusaca e às decisões do Comité de Descolonização (que na XXIII AG tinham sido ignoradas), o projecto de resolução retomaria as anteriores condenações contra Portugal¹⁵⁶¹. Os autores pretendiam que se mantivesse a condenação da recusa portuguesa em aplicar a resolução 1514 (XV), da utilização das colónias para violações da integridade territorial e da soberania dos países africanos e da colaboração com a África do Sul e a Rodésia¹⁵⁶². Não sendo propriamente uma novidade, o projecto de resolução proporia ainda a condenação da guerra colonial e, o que era algo inédito, da intervenção de forças sul-africanas contra as populações das colónias portuguesas¹⁵⁶³. Em tudo o mais idêntico à resolução 2395 (XXIII), o texto voltaria a entender que se deveria atribuir à OUA um papel de intermediário, prevendo que se solicitasse aos estados e às instituições internacionais para que aumentassem, em cooperação com a organização regional, a assistência material às populações¹⁵⁶⁴. Não se propondo que se continuasse a chamar a atenção do CS para a situação nas colónias portuguesas, o projecto de resolução limitar-se-ia, o que comprova a sua inclinação para a moderação, a recomendar que o órgão adoptasse medidas efectivas¹⁵⁶⁵.

¹⁵⁶⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1823. *Quatrième Commission, 1823^e séance. Jeudi 9 Octobre 1969, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 44

¹⁵⁶¹ Cf. United Nations - A/7768, 17 November 1969. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...*p. 4

¹⁵⁶² Cf. *Idem*. p. 5

¹⁵⁶³ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁶⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁶⁵ Cf. *Ibidem*

O acolhimento reservado por Portugal ao projecto de resolução, não poderia ter sido mais negativo, indicando-se que apresentava afirmações graves, insustentáveis, irrealistas e susceptíveis de conduzir a uma escalada da violência¹⁵⁶⁶. Não havendo qualquer gesto de aproximação, Portugal tentaria tirar partido de algumas das contradições que os afro-asiáticos, no seu desejo de moderação, tinham demonstrado¹⁵⁶⁷. Ao reafirmar as reservas sobre as decisões anteriores, a delegação portuguesa lembraria que a IV Comissão não estava habilitada a pronunciar condenações, que as resoluções da AG eram meras recomendações ou que os apelos às agências especializadas excediam as disposições dos seus estatutos. Duvidando que o texto exprimisse as aspirações e os interesses dos povos dos seus territórios, Portugal indicaria não poder aceitar a referência ao Manifesto de Lusaca e as acusações sobre a os atentados contra a integridade e a soberania dos países africanos, a colaboração com os regimes minoritários, as violações dos direitos económicos e políticos das populações ou os obstáculos à independência resultantes dos investimentos estrangeiros¹⁵⁶⁸.

Mesmo reconhecendo o esforço de moderação e a realização das consultas informais, países da NATO (Canadá, Dinamarca, EUA e Reino Unido), alguns latino-americanos (Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela) e a Arábia Saudita apresentariam reservas ao texto. Como o projecto se assemelhava ao do ano anterior, as objecções seriam basicamente as mesmas, com pequenas variações. Os parágrafos mais contestados seriam os destinados a manter as condenações contra o governo português, a estabelecer a ligação entre as actividades económicas e as dificuldades da luta pela autodeterminação, a solicitar a retirada do apoio da NATO, a pedir o aumento da assistência às populações e a recomendar que o CS adoptasse medidas efectivas¹⁵⁶⁹. Pretendendo que alguns parágrafos fossem objecto de um voto por divisão, as delegações indicariam que os factos não tinham sido provados com inteira satisfação, que no texto estavam implícitas ideias que não subscreviam e que não tinham obtido informações suficientes sobre determinadas alegações¹⁵⁷⁰. Avaliando o documento como mau, os EUA distinguir-se-iam na contestação da sua pertinência, considerando

¹⁵⁶⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1847. *Quatrième Commission, 1847^e séance...* p. 192

¹⁵⁶⁷ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁶⁸ Cf. *Idem*. p. 192-193

¹⁵⁶⁹ A título de exemplo temos as declarações da Dinamarca. Cf. *Idem*. p. 196

¹⁵⁷⁰ Cf. *Idem*. p. 197

um erro que se aplicasse a Portugal o mesmo qualificativo que ao regime da Rodésia e ao governo sul-africano¹⁵⁷¹. Não sendo uma das autoras do projecto de resolução, contrariamente ao que se passara nos anos anteriores, a Arábia Saudita envolver-se-ia numa longa explicação, um tanto contraditória, em que argumentaria que alguns parágrafos poderiam ter sido redigidos de outra forma¹⁵⁷².

Na votação do projecto de resolução, o comportamento das delegações não seria muito diferente do da XXIII AG. Em face do seu carácter moderado, o texto voltaria a obter a quase-unanimidade, alcançando o objectivo afro-asiático de isolar o governo português¹⁵⁷³. Somente Portugal, Espanha e África do Sul votariam contra, registando-se poucas alterações nas abstenções¹⁵⁷⁴. Os elementos mais significativos da votação seriam indiscutivelmente a abstenção, em conjunto com o Malawi, da Costa do Marfim, que com receio da influência soviética em África passara a defender aproximação e o diálogo com os regimes de minoria branca, e a ausência da Suazilândia, que vinha demonstrando uma posição ambivalente quanto à questão colonial portuguesa¹⁵⁷⁵. A votação seria seguida de uma renovação das reservas anteriormente vincadas, o que provocaria reacções da República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia e Dahomey. Recusando as objecções apresentadas, os países africanos manifestariam a decepção pela orientação de algumas delegações, sobretudo dos países ocidentais, sem que contudo as afirmações dos latino-americanos fossem, directamente visadas, o que provavelmente se destinaria a evitar alienar o voto do grupo¹⁵⁷⁶.

No plenário, os países que entenderiam se justificar seriam a Grécia, que informara a delegação portuguesa que votaria a favor, e o Peru que, indicando ter recebido informações que lhe permitiram ultrapassar as dificuldades sentidas quanto a

¹⁵⁷¹ Cf. *Idem*. p. 198

¹⁵⁷² A respeito das afirmações do representante saudita, Leonardo Mathias referiu o seguinte: «Personalidade tida em grande consideração nas Nações Unidas, com um longo conhecimento dos organismos internacionais e uma vasta experiência política e diplomática, possuidor de reconhecidos dotes oratórios, sabendo utilizar, com excepcional habilidade, os recursos parlamentares que aquele tipo de debate permite e para os quais emprega, com as necessárias inflexões de voz, graduações inteligentes e coloridas de ironia, de cinismo, de subtileza ou de veemência, o Embaixador Baroody procurou dar um tom dramático e espectacular à sua declaração sobre o ultramar português». Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Informação de serviço n° 31/01/1970, elaborado por Leonardo Mathias, p. 2-3

¹⁵⁷³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1847. *Quatrième Commission, 1847^e séance...* p. 200

¹⁵⁷⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁵⁷⁵ Cf. WALRAVEN, Klaas van – *Ob. Cit.* p. 225

¹⁵⁷⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1848. *Quatrième Commission, 1848^e séance...* p. 203

alguns parágrafos, afirmaria rever a sua posição¹⁵⁷⁷. O projecto seria adoptado (a 21 de Novembro), tornando-se na resolução 2507 (XXIV), tendo sido registadas algumas alterações na votação, com uma importância significativa¹⁵⁷⁸. A Espanha deixaria de se associar a Portugal, demonstrando com a sua abstenção que o seu apoio ao governo português não era incondicional e nem estava destituído de considerações relacionadas com a sua própria política colonial. Num momento em que devolvera Ifni a Marrocos e em que as NU adoptaram uma resolução a solicitar de novo a realização de um referendo no Sahara, haveria um aumento da tensão entre a Espanha e Portugal. O governo espanhol afirmaria que com o voto na IV Comissão tinha demonstrado a solidariedade peninsular e que a orientação no plenário, dado o esmagador resultado da votação, tinha sido simbólica¹⁵⁷⁹. Com um comportamento diferente do assumido na IV Comissão, as delegações do Luxemburgo e da República Dominicana decidiram também se abster, o que não seria surpreendente dado os alinhamentos dos seus grupos regionais. Curiosamente, pela votação verificar-se-ia que quanto mais moderado era o projecto de resolução, maior seria o número de países africanos a divergirem do seu conteúdo, o que poderá ser explicado pelas discordâncias quanto à estratégia a seguir em relação ao colonialismo e à discriminação racial. Tendo o Malawi e a Costa do Marfim voltado a se abster, o Gabão assumiria a mesma posição sem que tivesse havido qualquer explicação e a Suazilândia uma vez mais se ausentaria no momento da votação¹⁵⁸⁰.

Resultando a votação numa esmagadora condenação da sua política colonial, Portugal demonstraria a decepção pela falta de apoios, realizando protestos junto de alguns países. A pedido da Embaixada portuguesa, o governo sul-africano exerceria pressões sobre o Lesoto - que era um dos países africanos que parecia demonstrar interesse em estabelecer relações diplomáticas e económicas com a África do Sul - assegurando a substituição do seu representante nas NU¹⁵⁸¹. As indicações recolhidas por Portugal voltariam a comprovar que o comportamento dos países dependia dos seus

¹⁵⁷⁷ Cf. Nations Unies - A/PV.1816. *Assemblée Générale. Vingt-Quatrième Session. 1816^e Séance Plénière*. Vendredi 21 Novembre 1969, à 10h30. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 5-6

¹⁵⁷⁸ Cf. *Idem*. p. 6

¹⁵⁷⁹ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 172

¹⁵⁸⁰ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Carta do MNE para o Embaixador de Portugal em Mbabane, João Morais da Cunha Matos, datada de 18 de Fevereiro de 1970, p. 1

¹⁵⁸¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Telegrama da Embaixada de Portugal em Cape Town para o MNE, recebido a 27 de Janeiro de 1970, p. 1

próprios interesses, dos compromissos assumidos e dos alinhamentos aos quais pertenciam. Os representantes gregos indicariam que tinham de evitar o descontentamento dos africanos e que tinham de ter em atenção o voto da Turquia, com o qual estavam envolvidos no diferendo sobre Chipre¹⁵⁸². O Peru admitiria que o seu comportamento fora consequência da posição de princípio assumida no início da Assembleia e que futuros votos poderiam ser inspirados pela moderação¹⁵⁸³. Com uma posição semelhante, a Guatemala transmitiria que a orientação do país não era anti-portuguesa, mas sim contra o que de “colonialismo” existia na política portuguesa¹⁵⁸⁴. Da Costa Rica, que era dos latino-americanos que menos hostilizava Portugal nas votações nas NU, o embaixador português indicaria que o voto tinha resultado da falta de coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e a delegação em Nova Iorque, que estava submetida a constantes pressões afro-asiáticas¹⁵⁸⁵. Estando o Paquistão como membro não permanente do CS, a embaixada portuguesa em Islamabad interpretaria o seu voto como resultante do desejo de conseguir que, à semelhança do que se passava nas colónias portuguesas, se considerasse como legítima uma acção de guerrilha para Cachemira¹⁵⁸⁶.

O mesmo espírito de moderação demonstrado pela Assembleia na resolução 2507 (XXIV) estaria presente nas demais decisões, sobre temas gerais, com implicações para a questão colonial portuguesa. As decisões distinguir-se-iam das adoptadas na sessão anterior pela introdução de pequenas precisões, que demonstrariam a crescente tendência das NU para alargar a assistência aos movimentos de libertação. Por proposta dos países africanos, o Manifesto de Lusaca seria recomendado à atenção de todos os estados e povos pela resolução 2505 (XXIV), de 20 de Novembro, que exprimiria a firme intenção das NU em encontrar uma solução para a situação na África Austral¹⁵⁸⁷.

¹⁵⁸² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Telegrama da Embaixada de Portugal em Atenas para o MNE, datado de 21 de Janeiro de 1970, p. 1-2

¹⁵⁸³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Telegrama da Embaixada de Portugal em Lima para o MNE, datado de 16 de Janeiro de 1970, p. 1

¹⁵⁸⁴ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Carta da Embaixada de Portugal na Guatemala para o MNE, datada de 8 de Janeiro de 1970, p. 1

¹⁵⁸⁵ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 484, Proc. POI 4 (Ult), Ano de 1970, Debates IV Comissão. XXIV Assembleia-Geral, Telegrama da Embaixada de Portugal em São José para o MNE, datado de 15 de Janeiro de 1970, p. 4

¹⁵⁸⁶ *Ibidem*

¹⁵⁸⁷ Cf. United Nations - *Resolution 2505 (XXIV)*, 20 November 1969. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

Na resolução 2554 (XXIV), de 12 de Dezembro, entender-se-ia solicitar a todos os estados a adopção de medidas para cessar o fornecimento de qualquer assistência que pudesse ser utilizada pelas potências coloniais para reprimir os movimentos de libertação¹⁵⁸⁸. Reconhecendo-se a urgente necessidade de mais medidas para a implementação da Declaração, na resolução 2555 (XXIV), também de 12 de Dezembro, se recomendaria às agências especializadas e a outras organizações internacionais associadas às NU o estabelecimento de relações com a OUA e a adopção de medidas destinadas a interromper qualquer colaboração com Portugal, África do Sul e Rodésia¹⁵⁸⁹. Tendo sido criado, como previsto na sessão anterior, o comité consultivo do programa de ensino e de formação para a África Austral, se decidiria, na resolução 2557 (XXIV), fazer de novo um apelo à concessão de fundos para a continuação da atribuição de bolsas de estudo a estudantes, designadamente das colónias portuguesas¹⁵⁹⁰.

Com a AG a continuar a assumir uma posição moderada, o CS adoptaria novas decisões que condenariam Portugal pelos incidentes verificados nos países que tinham fronteiras com as suas colónias. O Senegal (em 27 de Novembro) pediria a convocação do Conselho para examinar o bombardeamento pelo exército português da aldeia de Samine, no sul do país, que provocara mortos, feridos e danos materiais¹⁵⁹¹. Admitindo pela primeira vez que os incidentes poderiam ter tido lugar num contexto de legítima defesa contra ataques do PAIGC com origem em território senegalês, Portugal autorizaria a Espanha a propor ao Senegal que desistisse da queixa e optasse por

¹⁵⁸⁸ Cf. United Nations - *Resolution 2554 (XXIV)*, 12 December 1969. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁸⁹ Cf. United Nations - *Resolution 2555 (XXIV)*, 12 December 1969. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁹⁰ Cf. United Nations - *Resolution 2557 (XXIV)*, 12 December 1969. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁵⁹¹ Segundo informações recolhidas por Portugal, a decisão de apresentar uma queixa no CS teria sido tomada pessoalmente por Leopold Senghor. A França e outras delegações afirmaram a Portugal estarem convencidas de que o recurso ao Conselho era motivado essencialmente por dificuldades internas do Senegal e pelas acusações que lhe tinham sido dirigidos na última reunião OUA de ser demasiado moderado em relação ao governo português e de não apoiar o PAIGC. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 2 de Dezembro de 1969, p. 1; AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 6 de Dezembro de 1969, p. 1; AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 3 de Dezembro de 1969, p. 1

resolver o incidente de forma bilateral¹⁵⁹². Como o representante senegalês recusaria a proposta, o que para Portugal seria “demonstrativa do extremismo e da demagogia” do país, a reunião do CS tornar-se-ia inevitável¹⁵⁹³. No decorrer da discussão (realizada de 4 a 9 de Dezembro), o Senegal apresentaria uma nova queixa, responsabilizando Portugal por mais um acto de agressão contra Samine¹⁵⁹⁴. Com a ajuda da Espanha, que tentaria influenciar o Paraguai e a Colômbia, Portugal desenvolveria diligências, encontrando algumas reservas¹⁵⁹⁵. O projecto de resolução inicialmente elaborado pela Argélia, Nepal, Paquistão e Zâmbia seria objecto de emendas da França, que, não podendo recusar o seu apoio ao Senegal dadas as relações que mantinha com o país, tentaria atenuar o texto. A França conseguiria a supressão de um parágrafo e a substituição das referências ao “governo português” por alusões “às autoridades coloniais portuguesas”¹⁵⁹⁶. Aprovada com as abstenções da Espanha e dos EUA, a resolução 273 (1969), de 9 de Dezembro, destinar-se-ia a condenar severamente os ataques portugueses a Samine. O documento não deixaria de ser bastante duro para Portugal, por nas anteriores decisões sobre incidentes na fronteira senegalesa o CS ter unicamente “deplorado” ou “deplorado profundamente” os acontecimentos¹⁵⁹⁷.

Alguns rumores, que circularam quando o Senegal apresentara a queixa no CS, indicariam que também a República da Guiné estaria na iminência de solicitar a

¹⁵⁹² O MNE interpretou o facto de a Espanha ter aceite servir de intermediária como uma forma de o país encontrar uma justificação para não apoiar uma resolução desfavorável a Portugal, invocando o facto de o Senegal ter afastado deliberadamente a possibilidade de uma solução normal do diferendo. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Madrid, datado de 3 de Dezembro de 1969, p. 1-2

¹⁵⁹³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Washington, datado de 4 de Dezembro de 1969, p. 1

¹⁵⁹⁴ Na reunião participaram representantes de Portugal, Guiné, Marrocos, Libéria, Madagáscar, Serra Leoa, Tunísia, Mali, Arábia Saudita, Iémen, Síria, Mauritânia e República Árabe Unida. Um membro da delegação marroquina informou que a participação do seu país no debate não devia ser considerada hostil a Portugal, mas sim como resultante da necessidade de assegurar a boa vontade do Senegal em problemas regionais que interessavam a Marrocos, como a questão Sahara Espanhol, e como contrapartida da posição pró-árabe que a delegação senegalesa vinha assumindo quanto à Palestina. Acrescentou que a intervenção do representante marroquino seria curta e feita com a correcção e a elegância habituais. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama do MNE para a Embaixada de Portugal em Rabat, datado de 3 de Dezembro de 1969, p. 1

¹⁵⁹⁵ A Finlândia e o Paraguai parecem ter acolhido com reservas os argumentos portugueses e segundo os EUA houve uma grande dificuldade em convencer a China a adoptar uma posição desfavorável aos afro-asiáticos. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE, datado de 1 de Dezembro de 1969, p. 1

¹⁵⁹⁶ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, datado de 9 de Dezembro de 1969, p. 1-2

¹⁵⁹⁷ Cf. United Nations - *Resolution 273 (1969), 9 December 1969*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

convocação do órgão¹⁵⁹⁸. Havendo a expectativa de que uma eventual queixa pudesse ser analisada juntamente com o incidente de Samine, a Guiné, numa carta ao Conselho (a 2 de Dezembro) entenderia porém solicitar uma sessão separada. Alegando o bombardeamento e a destruição de duas aldeias em seu território, a delegação guineense conseguiria o apoio dos demais países africanos¹⁵⁹⁹. O CS analisaria a questão (de 15 a 22 de Dezembro), tendo novamente Portugal, com a ajuda da Espanha, desenvolvido diligências em que obteria garantias de apoio¹⁶⁰⁰. A Argélia, o Nepal, o Paquistão, o Senegal e a Zâmbia apresentariam uma proposta, que seria adoptada, tornando-se na resolução 275 (1969), de 22 de Dezembro. O texto seria menos duro para Portugal do que aquele que fora aprovado alguns dias antes sobre os incidentes no Senegal¹⁶⁰¹. Com a resolução, o CS limitar-se-ia a deplorar profundamente, em lugar de condenar, as perdas de vidas humanas e o desgaste infligido às aldeias guineenses pelas autoridades militares portuguesas. Ao pedir a cessação das violações à soberania e à integridade territorial da República da Guiné, o órgão solicitaria a Portugal a libertação dos cidadãos e a restituição dos bens guineenses que estavam na sua posse¹⁶⁰².

Sem que as decisões dos diferentes órgãos assumissem uma direcção única, o significado dos desenvolvimentos ocorridos na XXIV AG na análise da questão colonial portuguesa seria marcadamente ambíguo. A resolução 2507 (XXIV) constituiria inevitavelmente um recuo quando comparada com a decisão da sessão precedente. Resultante de um debate conjunto sobre a situação na África Austral, o documento não deixaria de certa forma de ter um carácter singular, dado o seu desfasamento em relação

¹⁵⁹⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I. Senegal. Conselho de Segurança, Memorandum entregue pelo Subsecretário de Política Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros Espanhol à Embaixada de Portugal em Madrid, datado de [Post. 4 de Dezembro de 1969], p. 1

¹⁵⁹⁹ Cf. Nations Unies – A/8002. *Supplément n° 2. Rapport du Conseil de Sécurité. 16 juillet 1969 - 15 juillet 1970*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 90

¹⁶⁰⁰ As instruções enviadas à delegação portuguesa indicariam que no debate deveria exprimir surpresa por o CS se ter reunido para discutir uma queixa apresentada em termos vagos e imprecisos; afirmar que Portugal só poderia entregar os cidadãos guineenses internados em território português desde que lhe fossem restituídos os 24 portugueses que se encontravam presos Guiné; e referir que o país constituía um centro de penetração comunista em África através ajuda que dá a movimentos subversivos e políticos exilados que colocavam em risco a segurança dos países vizinhos, bem como outras regiões do continente africano. Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos. PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0717/12556-003. Proc. GG-3-5, Organização das Nações Unidas – Conselho de Segurança, Queixas contra Portugal apresentadas pela Guiné. Telegrama do MNE para a Missão de Portugal na ONU, datado de 13 de Dezembro de 1969, p. 1-2

¹⁶⁰¹ A França indicou a Portugal que, mesmo apoiando a queixa do Senegal, teria um comportamento diferente a respeito da Guiné. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I. Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 4 de Dezembro de 1969, p. 1

¹⁶⁰² Cf. United Nations - *Resolution 275 (1969), 22 December 1969*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

às resoluções sobre a Rodésia e a Namíbia, que utilizariam uma linguagem mais extremista. Reduzida quase que a uma declaração de princípios mínima, embora integrando alguns dos principais temas que vinham sendo associados à questão colonial portuguesa, a resolução 2507 (XXIV) contrastaria com as afirmações sobre a ameaça à paz e à segurança internacionais associadas às acções da África do Sul e da Rodésia e com os pedidos de aplicação de sanções político-diplomáticas e de embargos aos dois regimes minoritários. Além do método empregue na sua redacção e do seu conteúdo, a resolução teria importância sobretudo pela capacidade dos afro-asiáticos em minimizar os votos favoráveis a Portugal. Sem conter como nos anos anteriores elementos novos para o desenvolvimento da ideia de autodeterminação, a resolução não deixaria de demonstrar a relativa concordância que parecia existir na AG, pelo menos ao nível do discurso, quanto à liberdade dos povos dispor de si mesmos. Partilhando o mesmo carácter repetitivo dos textos que vinham sendo adoptados, a decisão contribuiria para reforçar o sentido de legitimidade dos apelos para a aplicação da resolução 1514 (XV).

“Não Tendo sido uma Vitória”

PARA ALGUNS, O ANO DE 1970 foi um momento histórico na vida das NU, em que se sentiu mais do que nunca a necessidade de uma organização mundial que fosse um instrumento para a paz¹⁶⁰³. Ao se reconhecer que o ritmo da descolonização era terrivelmente lento, ao longo do ano seriam desenvolvidos mais esforços colectivos para a aplicação da Declaração¹⁶⁰⁴. Propondo-se o reexame dos métodos empregues, as colónias portuguesas seriam particularmente visadas, uma vez que não existiriam progressos a assinalar. Continuando os movimentos de libertação a desenvolver acções militares, em Angola, a FNLA prosseguiria a relativa reanimação das suas actividades e o MPLA, que estava activo em cinco frentes, avançaria para a implantação de estruturas no interior do território¹⁶⁰⁵. Tendo havido contactos, que no entanto acabariam por falhar, entre o governo português e o PAIGC, na Guiné os guerrilheiros demonstrariam uma maior liberdade de acção e uma melhoria na eficiência dos ataques¹⁶⁰⁶. Assumindo

¹⁶⁰³ Cf. Nations Unies – A/8001/Add. 1. *Supplement n° 1A. Introduction au Rapport Annuel du Secrétaire General sur l'Activite de l'Organisation. Septembre 1970.* Nova Iorque: s.n., 1971. p. 1

¹⁶⁰⁴ Cf. *Idem.* p. 16

¹⁶⁰⁵ Cf. PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *Ob. Cit.* p. 297, 308

¹⁶⁰⁶ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Ob. Cit.* p. 597

a paralisação da construção de Cabora Bassa como principal objectivo, a FRELIMO continuaria a desenvolver operações contra instalações militares portuguesas¹⁶⁰⁷.

Ainda que a revisão da posição das NU não tivesse produzido o efeito desejado sobre o governo português, ao analisar a situação nas colónias portuguesas, o Comité de Descolonização começaria a dar sinais de pretender moderar as suas iniciativas. Em lugar de se deslocar a África, o Comité enviaria um grupo *ad hoc* que visitaria alguns países, onde, descontentes com a actuação das NU, poucos seriam as organizações nacionalistas a participar nas suas sessões. A convite da CONCP, uma delegação do Comité estaria presente na Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas, realizada em Roma (entre 27 e 29 de Junho) e no seguimento da qual representantes do MPLA, PAIGC e FRELIMO seriam recebidos pelo Papa Paulo VI¹⁶⁰⁸. Tomando em consideração as conclusões da Conferência de Roma, o Comité de Descolonização aprovaria (a 18 de Agosto) um projecto de resolução que se destacaria pela sua moderação¹⁶⁰⁹. A resolução apresentaria condenações menos numerosas e menos enérgicas, não considerando a guerra colonial como um crime. A moderação em relação a Portugal revelar-se-ia no entanto pouco consistente, não sendo evidente em todos os momentos. Nos estudos, o Comité apresentaria conclusões que não se afastariam do radicalismo dos anos anteriores, e em que frequentemente se falaria na existência de uma ameaça à paz e à segurança internacionais.

Encarregue pela resolução 2521 (XXIV), de 4 de Dezembro de 1969, de preparar as comemorações do X aniversário da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, o Comité de Descolonização apresentaria um Programa de Acção destinado à eliminação dos últimos vestígios do colonialismo. Resultante de consultas realizadas com a OUA e outros órgãos das NU, bem como das opiniões expressas pelos movimentos de libertação ouvidos pelo grupo *ad hoc*, o Programa de acção seria aprovado pela AG na resolução 2621 (XXV), a 12 de

¹⁶⁰⁷ Cf. *Idem.* p. 596

¹⁶⁰⁸ Cf. CASTILHO, José Manuel Tavares – *Ob. Cit.* p. 594

¹⁶⁰⁹ Na declaração final da Conferência, o colonialismo português voltou a ser considerado como crime contra a humanidade, fazendo-se a denúncia da prática de massacres, do apoio concedido pela NATO ao governo português e da aliança que este estabelecera com a África do Sul. Dos movimentos de libertação presentes se afirmou que eram os verdadeiros representantes das populações, exercendo soberania sobre vastas áreas e realizando um esforço de libertação e de reconstrução nacional que deveria ser internacionalmente reconhecido. A Conferência teve a importância de ter representando um assinalável apoio à luta nas colónias portuguesas. Sobre a participação do Comité de Descolonização vide Nations Unies – A/8023/REV.1. *Rapport du Comité Spécial Chargé d'Étudier la Situation en ce qui Concerne l'Application de la Déclaration sur l'Octroi de l'Indépendance aux Pays et aux Peuples Coloniaux*. Vol. II. Nova Iorque: s.n., 1973. p. 332-366

Outubro¹⁶¹⁰. O documento apresentar-se-ia como uma síntese das principais recomendações que vinham sendo formuladas, demonstrando o amadurecimento que desde 1960 tinha havido nos debates sobre a autodeterminação. Como alguns estudos indicam, o Programa de acção não seria um enunciado de demandas dirigidas às potências coloniais, mas um conjunto de compromissos aceites pelos estados membros, colocando a ênfase nas acções que se deveriam empreendidas contra o colonialismo¹⁶¹¹. Mesmo se algumas interpretações avancem que o Programa não trouxe nada de novo, pensamos poder afirmar que o documento representaria um «desenvolvimento, assim como a reafirmação dos princípios enunciados na Declaração»¹⁶¹². No Programa, a ideia de autodeterminação apresentar-se-ia numa versão alargada, compreendendo o direito inerente “a lutar por todos os meios necessários à disposição” contra a supressão das aspirações à liberdade e independência¹⁶¹³. Tendo na resolução 1514 (XV) sido dito que a falta de preparação política, económica, social ou educacional não poderia ser um impedimento à independência, se acrescentaria que a dimensão territorial, o isolamento geográfico ou a limitação dos recursos não deveriam retardar a aplicação da Declaração¹⁶¹⁴.

O Programa - que declarava que o colonialismo em todas as suas formas e manifestações era um crime - proporia a adopção de medidas efectivas contra os governos e regimes envolvidos na repressão aos povos coloniais. As medidas propostas incluiriam a assistência aos que lutavam contra a dominação colonial, a intensificação dos esforços para a aplicação das decisões das NU, a continuação da ênfase colocada nos problemas da África Austral, o fortalecimento dos esforços para contrariar a colaboração entre os regimes minoritários, a implementação de uma campanha contra os interesses económicos estrangeiros e as actividades militares das potências coloniais, o reforço das ofertas educativas para as populações e o lançamento de acções para fortalecer a consciência pública para a necessidade da descolonização¹⁶¹⁵. O texto entenderia que aos combatentes dos movimentos de libertação deveriam ser aplicadas as

¹⁶¹⁰ Cf. United Nations - *Resolution 2621 (XXV), 12 October 1970*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁶¹¹ Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 630

¹⁶¹² Cf. Nations Unies – *A/8723/Rev.1. Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol.I. Nova Iorque: s.n., 1975. p. 165.

¹⁶¹³ Cf. United Nations - *Resolution 2621 (XXV), 12 October 1970*....

¹⁶¹⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁶¹⁵ Cf. *Ibidem*

provisões da Convenção de Genebra sobre o Tratamento de Prisioneiros de Guerra e que os seus representantes deveriam ser convidados a participar nas actividades das organizações internacionais¹⁶¹⁶. Visando revestir a Organização de uma maior eficácia, as agências especializadas e instituições internacionais associadas às NU seriam convidadas a intensificar as iniciativas, designadamente no campo da informação pública através dos *media*.

Num contexto em que se assinalava o XXV aniversário das NU, a emergência de novas regras consuetudinárias sobre a ideia de autodeterminação teria desenvolvimentos adicionais com a aprovação, pela resolução 2625 (XXV), de 24 de Outubro, da Declaração de Princípios do Direito Internacional sobre as Relações Amigáveis e a Cooperação entre os Estados. Resultando numa confirmação das normas de conduta nas relações internacionais, a Declaração, no que se refere à autodeterminação, que seria abordada em conjunto com o princípio da igualdade de direitos, apresentaria um enunciado muito diferente do definido na Carta. Reafirmando que todos os povos tinham o direito a determinar livremente o seu estatuto político e a prosseguir o seu desenvolvimento económico, social e cultural (autodeterminação externa), a Declaração retomaria as considerações presentes nas resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV), introduzindo algumas precisões. Sendo dito que cada Estado tinha o dever de se abster de qualquer acção coerciva que privasse os povos dos seus direitos, se avançaria que a autodeterminação poderia ser alcançada pelo estabelecimento de estados independentes, pela livre associação ou integração em outra entidade ou, o que era algo novo, pela adopção de outro estatuto político livremente escolhido pelas populações¹⁶¹⁷. Confirmando a tendência para uma leitura dinâmica das disposições da Carta, indicaria-se que as colónias ou outros territórios não autónomos tinham um estatuto separado e distinto das entidades que os administravam. Atribuindo-se aos estados a responsabilidade no fim do colonialismo, se insistiria que, na luta pelo direito à autodeterminação os povos, estariam intitulados a procurar e a receber apoios de acordo com os princípios da Carta¹⁶¹⁸.

Mesmo se em grande medida tivesse havido uma reprodução da interpretação adoptada na XV AG, em alguns aspectos, a Declaração sobre as Relações Amigáveis

¹⁶¹⁶ Cf. *Ibidem*

¹⁶¹⁷ Cf. United Nations - *Resolution 2625 (XXV), 24 October 1970*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁶¹⁸ Cf. *Ibidem*

suplementaria as resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV), reconhecendo igualmente o direito à autodeterminação interna¹⁶¹⁹. Significando o direito dos povos possuírem um governo representativo de toda a população, sem distinção de raça, credo ou cor, as disposições da Declaração confirmariam o crescente consenso, devido à situação na África do Sul, na Rodésia, mas também nas colónias portuguesas, sobre a extensão do direito ao autêntico autogoverno a grupos raciais e religiosos¹⁶²⁰. Tendo prevalecido a concepção socialista, apoiada pelos países em vias de desenvolvimento, de um conceito de autodeterminação interna o mais restrito possível, os direitos dos grupos sujeitos a discriminação racial e religiosa ficariam porém subordinados ao princípio da integridade territorial, minimizando-se a possibilidade de secessão, que seria aceite somente em determinadas circunstâncias, e negando-se que pudessem ser invocados por cidadãos que vivessem sob regimes autoritários¹⁶²¹. A Declaração simplesmente solicitaria o acesso dos grupos raciais e religiosos às instituições governativas, abstendo-se de recomendar que lhes fossem concedidos outros direitos, o que atribuiria um carácter limitado à ideia de autodeterminação interna¹⁶²².

Não tendo participado na aprovação do Programa de Acção para a descolonização e nem na reunião comemorativa do X aniversário da Declaração, o governo português, numa iniciativa destinada a derrubar o governo guineense e reduzir a capacidade de acção do PAIGC, realizaria uma invasão da República da Guiné¹⁶²³. Conhecida como Operação Mar Verde, a invasão falharia os seus objectivos, provocando um apelo para a intervenção das NU e a convocação do CS¹⁶²⁴. Atribuindo os acontecimentos a problemas internos da Guiné, Portugal não participaria no exame da questão, inscrita na agenda (a 22 de Novembro) sem objecções¹⁶²⁵. Como fora solicitado que se exigisse a cessação imediata da agressão, a retirada das tropas portuguesas, dos mercenários e de todos os meios militares, a condenação de Portugal e

¹⁶¹⁹ Cf. CASSESE, Antonio - *Ob. Cit.* p. 111

¹⁶²⁰ Cf. *Idem.* p. 114

¹⁶²¹ Cf. *Idem.* p. 114, 118-120

¹⁶²² Cf. *Idem.* p. 112-115

¹⁶²³ Cf. SOUSA, Julião Soares – *Ob. Cit.* p. 404

¹⁶²⁴ Desde muito cedo surgiu a hipótese de novas queixas do Senegal e da Guiné e rumores de que os países africanos pretendiam convocar o CS, antes das actividades previstas para assinalar o 25º aniversário das NU, para a análise da situação nas colónias portuguesas, Namíbia, Rodésia e a política do *Apartheid*. Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 475, Proc. POI 6.0, Ano de 1970, Documentos do Conselho de Segurança, Vol. I, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 31 de Março de 1970, p. 1

¹⁶²⁵ Cf. Nations Unies – A/8402. *Supplément n° 2. Rapport du Conseil de Sécurité. 16 juin 1970 - 15 juin 1971*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 51

o envio de forças para restabelecer a paz e a segurança na região, as delegações afro-asiáticas apresentariam um projecto de resolução que atenderia às exigências guineenses de forma parcial¹⁶²⁶. Concebido para ser uma medida provisória destinada à cessação imediata do ataque armado, o documento não apresentaria quaisquer referências à responsabilidade do governo português nos acontecimentos, o que certamente se teria devido à tentativa de evitar a acusação de que a situação estaria a ser prejudgada. Para estabelecer um relatório imparcial sobre os factos, o projecto de resolução proporia o envio de uma missão especial à República da Guiné¹⁶²⁷. Tendo havido uma discussão sobre a composição da missão e o método para a selecção dos seus membros, o projecto, tornando-se na resolução 289 (1970), de 22 de Novembro, seria adoptado por unanimidade¹⁶²⁸.

Com a Operação Mar Verde a contribuir para a degradação das relações entre Portugal e os países africanos, a IV Comissão decidiria dar prioridade à situação nas colónias portuguesas. Seria determinado que a questão voltaria a ser analisada em conjunto com a da Rodésia, onde a acção militar estava quase paralisada devido a divergências no interior dos movimentos de libertação, e da Namíbia, que estava sujeita a um aumento da presença sul-africana o que dificultava as acções dos guerrilheiros¹⁶²⁹. A decisão de realizar uma análise conjunta seria contestada pelo Gana, que entenderia que poderia enfraquecer a influência moral e política da IV Comissão por não se conseguir que o debate fosse aprofundado¹⁶³⁰. Como na sessão anterior, da discussão conjunta dos três itens (realizada de 5 de Outubro a 20 de Novembro) resultaria que a maioria das intervenções, com algumas excepções como a da República Unida da Tanzânia, teria como temas centrais a Rodésia e a Namíbia. Com a participação de países pertencentes a todos os alinhamentos regionais, a discussão demonstraria novamente as divisões na maioria anticolonial, em que alguns afro-asiáticos assumiriam um comportamento pró-Portugal. Dos latino-americanos se observaria uma posição muito próxima da maioria, com algumas delegações a evitarem porém demonstrar uma

¹⁶²⁶ Cf. *Ibidem*

¹⁶²⁷ Cf. *Idem*. p. 52

¹⁶²⁸ Entre 23 e 25 de Novembro, foram recebidas comunicações do Iémen do Sul, de 37 estados africanos, da Argélia, da Jugoslávia, do Quénia e do Haiti, assumindo uma posição sobre a situação na Guiné. Numa carta de 23 de Novembro, a Gâmbia informou que 38 cidadãos da República da Guiné tinham sido presos no país pelo envolvimento na expedição militar. Cf. *Idem*. p. 53

¹⁶²⁹ Cf. SHUBIN, Vladimir – *Ob. Cit.* p. 158, 201

¹⁶³⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1874. *Quatrième Commission, 1874^e séance. Jeudi 1er Octobre 1970, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 11

orientação definida sobre a questão colonial portuguesa. Entendendo não participar na discussão ou optando por defender genericamente a aplicação da resolução 1514 (XV), os países ocidentais não se afastariam da ambivalência que vinha caracterizando as suas afirmações, em que subscrevendo alguns dos argumentos da maioria rejeitariam as propostas tendentes ao radicalismo.

Sem fazer referências à existência de uma ameaça à paz e à segurança internacionais, a maioria imprimiria ao debate um carácter moderado, somente contrariado por intervenções pontuais, mais radicais, como as da Argélia, República Árabe Unida ou URSS¹⁶³¹. Dominante nas intervenções seria a afirmação do balanço negativo da descolonização dez anos após a adopção da Declaração, concluindo-se pelo falhanço na aplicação das decisões das NU¹⁶³². Relativamente à África Austral seria dito que a situação se tinha deteriorado no último ano, com a intensificação da colaboração entre a África do Sul, Portugal e o regime da Rodésia. Ao governo português se atribuiria o reforço das operações contra os movimentos de libertação, com o encorajamento da cooperação económica e militar dos países ocidentais e dos regimes minoritários¹⁶³³. O tema da exploração económica das colónias portuguesas, de que seriam apresentados como exemplos a construção da barragem de Cabora Bassa e o empreendimento projectado para o rio Cunene em Angola, seria retomado, considerando-se que se as empresas estrangeiras cessassem as suas actividades a descolonização ganharia celeridade¹⁶³⁴. Por se entender que Portugal beneficiaria do armamento da NATO e do apoio militar sul-africano, se indicaria que a luta armada constituía o único meio para a libertação, reconhecendo-se às populações o direito a beneficiar de assistência moral e material¹⁶³⁵. Das medidas propostas para a solução do problema destacar-se-iam a criação de um fundo para ajudar os povos colonizados, a implementação do Manifesto de Lusaca ou a aplicação pelo CS do Capítulo VII da Carta¹⁶³⁶.

¹⁶³¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1880. *Quatrième Commission, 1880^e séance. Jeudi 15 Octobre 1970, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 43-46; Nations Unies – A/C.4/SR 1885. *Quatrième Commission, 1885^e séance. Mardi 20 Octobre 1970, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 86-88

¹⁶³² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1879. *Quatrième Commission, 1879^e séance. Mardi 13 Octobre 1970, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 41

¹⁶³³ Cf. *Idem*. p. 41

¹⁶³⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1877. *Quatrième Commission, 1877^e séance. Jeudi 8 Octobre 1970, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 19

¹⁶³⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1880. *Quatrième Commission, 1880^e séance...*p. 46

¹⁶³⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1879. *Quatrième Commission, 1879^e séance...*p. 41-42

No início do debate, alguns rumores indicariam que certos estados africanos, como a Costa do Marfim, Gabão, Gana, Madagáscar e outros estariam disponíveis para dialogar com Portugal¹⁶³⁷. Na discussão geral alguns afro-asiáticos demonstrariam o desejo de aproximação, tendo a delegação portuguesa atribuído ao Gana a liderança do grupo dos moderados, que pretendia abandonar a linguagem das condenações a favor do diálogo¹⁶³⁸. Os sinais de moderação seriam evidentes no comportamento da Costa do Marfim, Filipinas, Japão, Paquistão, Tailândia ou Zâmbia, que em alguns casos não estabeleceriam a associação entre a situação nas colónias portuguesas e as questões da Rodésia e da Namíbia. Não apresentando ataques directos a Portugal, as intervenções do grupo dos moderados resultariam em declarações de princípio, em que se rejeitaria que as colónias portuguesas fossem províncias e se reconheceria a legitimidade da luta dos povos oprimidos¹⁶³⁹. Sem adoptar as críticas da maioria, designadamente sem atacar directamente os países da NATO, afirmariam que Portugal não defendia a superioridade racial e que tinha havido um esforço para o desenvolvimento económico das colónias¹⁶⁴⁰. Reconhecendo-se o falhanço do novo governo português em conseguir uma mudança na política colonial, seriam no entanto lançados alguns apelos a uma abordagem mais realista, que permitisse sair do impasse¹⁶⁴¹.

Tendo nas últimas sessões aumentado a sua participação no debate sobre as colónias portuguesas, os latino-americanos, na sua maioria, demonstrariam, no pouco detalhe com que abordariam o tema, tentar estabelecer o equilíbrio entre o alinhamento com a moderação afro-asiática e uma atitude tendente mais a deplorar do que a condenar a persistência do colonialismo português. Provavelmente tendo participado na discussão pela importância que o tema tinha para os afro-asiáticos, os latino-americanos demonstrariam não pretender se comprometer com uma posição que fosse declaradamente contrária ou abertamente favorável à política colonial portuguesa. A delegação que levaria a pretensão mais ao extremo seria o Brasil, que não faria, como de resto a República Dominicana ou a Colômbia, quaisquer considerações sobre as

¹⁶³⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548, Proc. POI 4, Ano de 1971, IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral, Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 5

¹⁶³⁸ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548, Proc. POI 4, Ano de 1971, IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral, Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 2-3

¹⁶³⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1880. *Quatrième Commission, 1880^e séance...*p. 48

¹⁶⁴⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1879. *Quatrième Commission, 1879^e séance...*p. 39

¹⁶⁴¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1880. *Quatrième Commission, 1880^e séance...*p. 48

colónias portuguesas¹⁶⁴². Havendo o cuidado em afirmar que nenhuma razão poderia justificar o colonialismo e a negação do princípio da autodeterminação, delegações como as do Chile, Peru ou Venezuela estabeleceriam a distinção entre a política portuguesa, o regime minoritário na Rodésia e a dominação sul-africana na Namíbia, defendendo soluções diferentes para cada problema¹⁶⁴³. As intervenções dos países latino-americanos estariam quase que destituídas das acusações dominantes contra Portugal, pouco se referindo sobre a exploração económica das colónias pelos interesses estrangeiros ou o apoio militar dos membros da NATO¹⁶⁴⁴. Os latino-americanos não aparentariam divergir quanto à interpretação que tinham do contributo que as NU poderiam dar para a solução do problema, estando subjacente nas suas afirmações a preferência por resoluções moderadas, que não apresentassem exigências demasiado hostis ao governo português¹⁶⁴⁵.

Mesmo tendo em alguns casos argumentado contra a política colonial portuguesa, os países alinhados com o bloco ocidental ajudariam a vincar mais ainda o sentido de moderação da discussão. Pouco interventivos, os aliados da NATO assumiriam uma posição mais evidente de apoio a Portugal. Quer tivessem optado por referir a situação nas colónias portuguesas quando abordassem a política do governo sul-africano, como no caso da Turquia, ou tivessem preferido, como a Holanda e o Canadá, tratar a questão de forma indirecta ou abreviada, argumentariam contra o isolamento dos responsáveis pela situação existente na África Austral, apelando ao não abandono dos meios pacíficos e à recusa da violência e do recurso à força armada¹⁶⁴⁶. Como vinha se tornando regra, defenderiam, com pedidos à moderação, ao realismo e ao espírito prático, que a eficácia das decisões das NU dependeria mais do apoio concedido pelos estados membros do que do vigor das suas afirmações¹⁶⁴⁷. Os países nórdicos, que tinham começado a atribuir assistência aos movimentos de libertação, responsabilizariam a política racial da África do Sul (e não de Portugal) como o factor determinante na evolução da situação, indicando que o órgão mais adequado para

¹⁶⁴² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1882. *Quatrième Commission, 1882^e séance. Vendredi 16 Octobre 1970, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 60

¹⁶⁴³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1883. *Quatrième Commission, 1883^e séance. Lundi 19 Octobre 1970, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 68

¹⁶⁴⁴ Uma das poucas excepções foi a Jamaica, cuja intervenção fez referências ao apoio da NATO a Portugal. Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1882. *Quatrième Commission, 1882^e séance...*p. 61

¹⁶⁴⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1883. *Quatrième Commission, 1883^e séance...*p. 69

¹⁶⁴⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1882. *Quatrième Commission, 1882^e séance...*p. 59

¹⁶⁴⁷ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1884. *Quatrième Commission, 1884^e séance. Mardi 20 Octobre 1970, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 80

abordar o problema das colónias portuguesas seria o CS, que deveria adoptar decisões longamente preparadas e baseadas no apoio mais amplo possível¹⁶⁴⁸. Sendo um dos países alinhados com o Ocidente que apoiava sistematicamente o governo português, a China revelaria no entanto uma posição mais dura. Dada a necessidade que tinha do apoio da maioria para contrariar as pretensões do governo de Pequim em assumir o lugar que ocupava nas NU, a delegação chinesa admitiria que a situação nas colónias portuguesas se agravava¹⁶⁴⁹.

Não havendo indicações de que a moderação afro-asiática pudesse corresponder a uma mudança na política colonial portuguesa, uma remodelação governamental (decidida em Janeiro), entregaria a pasta dos Negócios Estrangeiros a Rui Patrício, que até então tinha sido subsecretário de Estado do Fomento. Considerado por alguns como “uma nova aragem na política externa portuguesa”, Rui Patrício demonstraria mais continuidade do que ruptura em relação a Franco Nogueira, embora tivesse adoptado um estilo próprio, tendo introduzido pequenas mudanças¹⁶⁵⁰. Ainda que se tivesse colocado a hipótese de a Missão Portuguesa nas NU que, recorde-se estava a cargo de um encarregado de negócios, voltasse a ser chefiada por um representante permanente, a representação na IV Comissão continuaria a cargo de Leonardo Mathias¹⁶⁵¹. Não tendo representado Portugal na XXIV AG, Bonifácio de Miranda seria definitivamente substituído, o que talvez possa ser interpretado como uma evidência de um certa secundarização da questão de Goa na argumentação portuguesa¹⁶⁵². Portugal afirmaria que nenhuma delegação tinha mostrado disponibilidade para examinar seriamente as razões e os factos que tinha por diversas vezes apresentado¹⁶⁵³. Considerando que somente um julgamento superficial, a ignorância ou as intenções políticas explicavam a repetição de velhas acusações seriam avançados elementos sobre alguns aspectos da política portuguesa. Sem muitos detalhes, se reafirmaria o carácter multirracial e

¹⁶⁴⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1879. *Quatrième Commission, 1879^e séance...* p. 36

¹⁶⁴⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1884. *Quatrième Commission, 1884^e séance...* p. 79

¹⁶⁵⁰ Cf. XAVIER, Leonor - *Rui Patrício: Uma Vida Conta-se Inteira*. Lisboa: Temas e Debates, 2010. p. 147

¹⁶⁵¹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 511, Proc. POI 03, Ano de 1971, Funcionamento da Delegação Permanente de Portugal junto da ONU, Delegação Portuguesa à XXVI Sessão da AG das NU, Informação de serviço secreto do MNE, datado de 15 de Janeiro de 1970, e elaborado por J. Calvet de Magalhães, p. 1-2

¹⁶⁵² Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 367, Proc. POI 4, Ano de 1969, Vol. I, Senegal. Conselho de Segurança, Telegrama da Missão de Portugal na ONU para o MNE, datado de 8 de Dezembro de 1969, p. 1

¹⁶⁵³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548, Proc. POI 4, Ano de 1971. IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral. Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão. p. 3-4

igualitário da sociedade portuguesa, bem como a existência de uma unidade política, jurídica e moral não obstante a distância física entre as diversas partes do território nacional¹⁶⁵⁴. Declarando ter uma confiança absoluta no futuro, Portugal indicaria que estava a fazer um esforço contínuo para elevar o nível cultural e económico das populações, que participavam cada vez mais em todos os aspectos da administração, em conformidade com a autonomia que lhes era progressivamente atribuída. Como anteriormente haveria algum cuidado em responder, pela importância que tinham, às alegações quanto ao projecto de Cabora Bassa, às implicações dos investimentos estrangeiros nas colónias e ao auxílio militar recebido dos membros da NATO. Com recurso à vitimização, mas sem fazer acusações directas a nenhum país, seria referido que os adversários de Portugal recorriam a métodos que envolviam ameaças ou o encorajamento de infiltrações de grupos armados vindos do exterior¹⁶⁵⁵.

Em comparação com as sessões anteriores, seria maior o número de agrupamentos nacionalistas a solicitar audições, o que poderá ter estado relacionado com a comemoração do X aniversário da Declaração¹⁶⁵⁶. A audição que teria maior impacto voltaria a ser a da FFRELIMO, que com a sua campanha internacional contra o projecto Cabora Bassa tinha conseguido a retirada de uma empresa sueca que estava prevista que participasse no consórcio liderado pela África do Sul¹⁶⁵⁷. A FRELIMO colocaria em destaque os aspectos negativos da colonização portuguesa, as cumplicidades que permitiam a Portugal continuar com a guerra colonial, o envolvimento das potências ocidentais no projecto de Cabora Bassa e na exploração económica de Moçambique, as conquistas que tinham sido alcançadas pelo movimento ou a necessidade de assistência às populações¹⁶⁵⁸. Numa fase mais tardia da discussão

¹⁶⁵⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1886. *Quatrième Commission, 1886^e séance. Mercredi 21 Octobre 1970, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 97

¹⁶⁵⁵ Cf. *Idem*. p. 97-98

¹⁶⁵⁶ Albert Nank voltaria a pedir uma audição, que lhe seria concedida, mas não estaria presente na IV Comissão.

¹⁶⁵⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548, Proc. POI 4, Ano de 1971, IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral, Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 4. Sobre a campanha junto da opinião pública sueca contra Cabora Bassa *vide* SELLSTROM, Tor – *Ob. Cit.* p. 473-504

¹⁶⁵⁸ Os representantes da FRELIMO foram confrontados com afirmações e questões, suscitadas pelo Mali, Sudão e Costa do Marfim, que foram consideradas por Portugal como «um tanto originais em relação às restantes e às que em casos idênticos, são habitualmente apresentadas». Cf. AHD, Fundo Gabinete dos Negócios Políticos, PT/AHD/MU/GM/GNP/RRI/0700/12563, Proc. GG-7-10 (23^a pasta), Organização das Nações Unidas – Comitês para os Territórios não Autónomos, “Comité dos 24” – ex “Comité dos 17”, Informação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, elaborado por Maria Isabel Ferreira, datado de 13 de Janeiro de 1971, p. 4

denunciaria a ofensiva militar portuguesa, realizada com a Operação Nó Górdio, para neutralizar as suas forças¹⁶⁵⁹. Por ter indicado o seu descontentamento com a notícia de que o projecto de resolução que estava a ser preparado pelos afro-asiáticos, pretenderia, sem consultar os movimentos de libertação, convidar à abertura de negociações para a independência de Moçambique, a FRELIMO obteria a garantia de que o texto não apresentaria referências a eventuais conversações com Portugal¹⁶⁶⁰.

Com um menor visibilidade, a audição do representante do GRAE teria como elementos distintivos o anúncio de que foram alcançadas mais vitórias e que as responsabilidades das instituições revolucionárias estavam a aumentar, fazendo-se a denúncia do tratamento infringido pelas autoridades portuguesas aos combatentes capturados¹⁶⁶¹. Associada ao GRAE e com sede na Suíça, a União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), apontaria a incapacidade das NU para resolver a situação em Angola e os apoios recebidos por Portugal da NATO e dos interesses económicos estrangeiros¹⁶⁶². Talvez para descredibilizar o depoimento da UNEA, os representantes da Zâmbia e do Mali apresentariam observações destinadas a demonstrar a existência de eventuais dissensões internas e a questionar o papel que os estudantes poderiam desempenhar na luta armada¹⁶⁶³. Envolvido, juntamente com a Igreja Unida de Cristo e a Igreja Presbiteriana Unida num boicote às actividades da Gulf Oil Corporation que estava a explorar petróleo em Cabinda, o ACOA informaria sobre aquele que representaria o mais intenso esforço de pressão exercido por cidadãos sobre as actividades de uma empresa norte-americana no exterior¹⁶⁶⁴. Por entender que a vitória dos que lutavam na África Austral poderia ser favorecida pela supressão do apoio económico aos regimes opressores, George Houser chamaria a atenção para os métodos empregues contra a Gulf, indicando ser necessário desenvolver uma influência

¹⁶⁵⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1897. *Quatrième Commission, 1897^e séance. Lundi 16 Novembre 1970, à 11h10*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 143-144

¹⁶⁶⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1897. *Quatrième Commission, 1897^e séance...*p. 147

¹⁶⁶¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1889. *Quatrième Commission, 1889^e séance. Mercredi 28 Octobre 1970, à 11h05*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 113-114

¹⁶⁶² Cf. ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. 11.25.C/20, União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), NT 1848, Artigo «Angola – Tempo de Perturbação» In *The Student*, Vol. VIII. Nº 8 (1964). p. 21

¹⁶⁶³ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1889. *Quatrième Commission, 1889^e séance...*p. 116-117

¹⁶⁶⁴ Cf. *Politics, Products, and Markets: Exploring Political Consumerism Past and Present*. MICHELETTI, Michele et. al (Ed.). New Jersey: Transaction Publishers, 2004. p. 88

organizada, concentrada e popular sobre as empresas com investimentos nos territórios coloniais¹⁶⁶⁵.

Contrariamente às opiniões que consideram o texto como bastante moderado, o projecto de resolução apresentado pelos países afro-asiáticos e a Jugoslávia ficaria a meio caminho entre a moderação e o radicalismo de outrora¹⁶⁶⁶. Mais detalhado nas suas exigências, o documento empregaria, referindo-se ao governo português, expressões como “atitude desafiadora”, “crescente situação explosiva”, “intensificação das medidas e das actividades” ou “políticas de dominação colonial e opressão”¹⁶⁶⁷. Considerada por alguns como não correspondendo à tendência para a moderação que vinha sendo demonstrada, pretender-se-ia que o projecto tivesse como base os trabalhos do Comité de Descolonização, apresentando ainda referências ao relatório da delegação enviada à Conferência de Roma, às opiniões dos movimentos de libertação, à resolução 1514 (XV) e ao Programa de Acção para a completa implementação da Declaração¹⁶⁶⁸. Alguns parágrafos, considerados como redigidos em termos que a maioria dos membros aceitara no passado, seriam retomados de anteriores decisões, propondo-se que a AG demonstrasse preocupação pela atitude desafiadora do governo português em relação à comunidade internacional e pela crescente situação explosiva criada pela intensificação das medidas de opressão¹⁶⁶⁹.

Quando comparado com a resolução 2507 (XXIV), o projecto demonstraria ser em medida um desdobramento da decisão precedente, com o tratamento mais aprofundado de alguns aspectos. Adoptando-se a linguagem do Programa de Acção para a Aplicação da Declaração, os autores entenderiam sugerir o reconhecimento da legitimidade da luta dos povos das colónias portuguesas através de todos os meios necessários à disposição¹⁶⁷⁰. O texto pretendia apresentar as mesmas condenações presentes na resolução 2507 (XXIV), mas propondo a utilização de uma fórmula mais dura, destinada a “condenar veementemente” a recusa do governo português em

¹⁶⁶⁵ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1892. *Quatrième Commission, 1892^e séance. Lundi 9 Novembre 1970, à 11 heures.* Nova Iorque: s.n., 1970. p. 126

¹⁶⁶⁶ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1891. *Quatrième Commission, 1891^e séance. Vendredi 6 Novembre 1970, à 11h15.* Nova Iorque: s.n., 1970. p. 121

¹⁶⁶⁷ Cf. *Idem.* p. 121

¹⁶⁶⁸ Cf. United Nations - A/8187, 27 November 1970. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee.* S.l.: s.n., s.d. p. 4

¹⁶⁶⁹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1891. *Quatrième Commission, 1891^e séance...*p. 121

¹⁶⁷⁰ Cf. United Nations - A/8187, 27 November 1970. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...*p. 5

implementar a Declaração e a continuação das guerras coloniais¹⁶⁷¹. Sendo um elemento que não constava da decisão precedente, recomendar-se-ia a condenação do governo português pela utilização de meios químicos e bacteriológicos contra as populações, solicitando-se a desistência do envolvimento nessas acções criminosas¹⁶⁷². Retomando o apelo ao governo português para que aplicasse sem demoras a resolução 1514 (XV) e outras decisões das NU, o projecto de resolução colocaria um grande detalhe no enunciado das medidas a implementar. Havendo algumas semelhanças com as que tinham sido propostas no programa de descolonização aprovado no primeiro período, seria pretendido que se solicitasse a cessação imediata dos actos de repressão e a retirada de todos os meios militares; o término das práticas que violavam os direitos das populações; a proclamação de uma amnistia política incondicional; o fim dos ataques e violações da segurança e da integridade territorial dos estados africanos; e a libertação dos cidadãos e bens que tinham sido capturados¹⁶⁷³. Sem que constituísse propriamente uma novidade, se teria a intenção adicional de sugerir que fosse lançado um apelo ao governo português para que, dado o tratamento desumano dos prisioneiros, aplicasse a Convenção de Genebra de 1949¹⁶⁷⁴.

Ainda que não tivessem sido utilizadas as expressões que no período anterior tinham marcado o radicalismo das decisões, o projecto de resolução enunciaria no entanto algumas medidas que podem ser interpretadas como sugerindo um embargo militar. O documento proporia que a Assembleia recomendasse aos estados, em particular aos membros da NATO, para que desistissem do treinamento do pessoal militar português, da venda ou fornecimento de armamento, equipamentos e abastecimentos a Portugal e de qualquer colaboração com as forças portuguesas que pudesse ameaçar a realização dos objectivos da resolução 1514 (XV)¹⁶⁷⁵. Com a questão dos investimentos estrangeiros a merecer uma atenção redobrada, seria proposto que se fizesse um apelo a todos os estados para que adoptassem as medidas necessárias para colocar um termo às práticas que exploravam as colónias portuguesas e que impedissem os seus cidadãos e empresas de participarem em qualquer actividade que pudesse

¹⁶⁷¹ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁷² Os países latino-americanos tinham tentado, aquando das consultas, suprimir o parágrafo que condenava Portugal pela utilização de tais armas, mas a sugestão fora rejeitada pelos autores do projecto de resolução. Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 176

¹⁶⁷³ Cf. United Nations - A/8187, 27 November 1970. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...* p. 5-6

¹⁶⁷⁴ Cf. *Idem.* p. 6

¹⁶⁷⁵ Cf. *Ibidem*

fortalecer o domínio português¹⁶⁷⁶. Decorrente desse apelo pretender-se-ia que se deplorasse as políticas dos governos que não conseguiram evitar que os cidadãos e as empresas sobre os quais tinham jurisdição participassem nos projectos de Cabora Bassa e do rio Cunene¹⁶⁷⁷. Voltando a referir a existência de uma ameaça à paz e à segurança internacionais, o projecto de resolução entenderia que a AG deveria chamar a atenção do CS para a situação nas colónias portuguesas e recomendar a adopção de medidas efectivas, incluindo as previstas no Capítulo VII da Carta¹⁶⁷⁸.

Não tendo havido consultas com outras delegações para a elaboração do projecto de resolução, o documento seria considerado pelos latino-americanos como contendo termos especialmente violentos¹⁶⁷⁹. Um texto revisto, resultante de “negociações árduas” e que teria em conta as sugestões das delegações latino-americanas, acabaria por ser apresentado¹⁶⁸⁰. Entendido como mais conciliador, o documento revisto destinar-se-ia a relativizar algumas afirmações, contribuindo para um enfraquecimento do sentido do projecto de resolução. Como na versão inicial estava implícito que todas as actividades dos interesses estrangeiros impediam a realização das aspirações das populações, com as alterações introduzidas ficaria subentendido que nem todos os investimentos seriam prejudiciais¹⁶⁸¹. Tendo sido afirmado que a assistência recebida dos membros da NATO permitia a Portugal prosseguir a sua política de dominação colonial, com a nova redacção pretender-se-ia que a AG transferisse a responsabilidade da Aliança para o governo português, indicando que era este que utilizava a ajuda recebida para fins indevidos¹⁶⁸². Numa tentativa de impedir a validação do uso da força, entender-se-ia afirmar que na luta pela autodeterminação e independência era legítimo que as populações das colónias portuguesas recorressem não a “todos os meios à sua disposição” mas “todos os meios necessários à sua disposição”¹⁶⁸³. Para que o texto não fosse demasiado penalizador para Portugal deixar-se-ia de apelar à retirada de todas as forças portuguesas presentes nas colónias, passando-se a propor a saída unicamente das

¹⁶⁷⁶ Cf. *Idem*. p. 7

¹⁶⁷⁷ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁷⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁷⁹ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548. Proc. POI 4, Ano de 1971. IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral. Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 7

¹⁶⁸⁰ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1900. *Quatrième Commission, 1900^e séance. Vendredi 20 Novembre 1970, à 15h40*. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 169

¹⁶⁸¹ Cf. United Nations - A/8187, 27 November 1970. *Question of Territories under Portuguese Administration. Report of the Fourth Committee...* p. 10

¹⁶⁸² Cf. *Ibidem*

¹⁶⁸³ Cf. *Ibidem*

empregues nos actos de repressão¹⁶⁸⁴. Em lugar do apelo à cessação dos ataques a países africanos, o que dava a entender que tais actos tinham realmente ocorrido, se proporia que se apelasse simplesmente ao governo para que se abstinhasse de qualquer atentado ou violação da segurança e da integridade dos estados com fronteiras com as suas colónias¹⁶⁸⁵. Curiosamente, esta alteração acabaria por introduzir uma contradição no projecto de resolução por ter sido mantida a alínea seguinte destinada a solicitar a restituição dos cidadãos e dos bens capturados no decurso das violações e dos ataques cometidos contra os países africanos.

Na sua maioria, os parágrafos da versão inicial do projecto de resolução manteriam a mesma redacção, tendo havido no entanto a eliminação de algumas expressões e a atribuição de um novo sentido a determinadas disposições. Ainda que se continuasse a solicitar a Portugal a aplicação da Convenção de Genebra desapareceriam quaisquer referências ao tratamento desumano infligido aos combatentes capturados¹⁶⁸⁶. Seguramente para atender às alegações portuguesas quanto aos massacres que teriam sido praticados pelos nacionalistas se introduziria a exigência do cumprimento da Convenção sobre a Protecção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra. Enquanto anteriormente se solicitara a aplicação de um embargo total a Portugal, se passaria a recomendar que fosse negado ao governo português unicamente o material que lhe permitisse perpetuar a dominação colonial¹⁶⁸⁷. Numa diminuição do alcance da decisão, se entenderia manter a proposta de condenação do emprego de métodos químicos e bacteriológicos, sem no entanto solicitar a Portugal a desistência de tais actividades criminosas¹⁶⁸⁸. Em vez de deplorar as políticas dos governos que não conseguiram evitar que os seus cidadãos e empresas participassem nos projectos de Cabora Bassa e do Cunene, a nova versão passaria a sugerir que se felicitasse a decisão dos grupos financeiros que rejeitaram o empreendimento em Moçambique e se lançasse um apelo a todos os estados membros para que seguissem a mesma orientação¹⁶⁸⁹. Com a deslocação da expressão “ameaça à paz e à segurança internacionais” para o final do parágrafo se proporia que se deixasse de chamar a atenção do CS para a situação nas

¹⁶⁸⁴ Cf. *Idem.* p. 11

¹⁶⁸⁵ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁸⁶ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁸⁷ Cf. *Idem.* p. 12

¹⁶⁸⁸ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁸⁹ Cf. *Ibidem*

colónias portuguesas e para a necessária aplicação dos métodos previstos no Capítulo VII¹⁶⁹⁰.

Portugal, apoiado pela África do Sul, com a qual estabelecera um acordo de defesa, o Alcora, entenderia reproduzir as anteriores afirmações sobre os projectos de resolução, considerando o texto como extremista e violento¹⁶⁹¹. Apresentadas também pela Venezuela e Uruguai, dado que nem todas as sugestões dos latino-americanos parecem ter sido aceites, pelo Japão e pelos países nórdicos, as objecções ao texto revelariam novamente a tendência para se assumir uma interpretação subjectiva de determinadas disposições. Com a indicação de que algumas reservas apresentadas na sessão anterior continuavam válidas, a Venezuela afirmaria que certos parágrafos se reportavam a situações já suficientemente tratadas ou que ultrapassavam o quadro de um texto relativo à atitude portuguesa quanto à autodeterminação¹⁶⁹². Sem que se avançasse como se poderia fazer a distinção, o Uruguai indicaria que as disposições sobre as actividades dos interesses estrangeiros, a assistência atribuída pela NATO e a instrução dada aos militares portugueses deveriam incidir unicamente sobre as acções tendentes a aplicar e a reforçar a política colonial portuguesa¹⁶⁹³. Relativamente às alegações sobre a utilização de métodos químicos e bacteriológicos e à participação nos projectos de Cabora Bassa e Cunene, tanto o Uruguai como a Venezuela afirmariam não estar em condições de se pronunciar por ter sido a primeira vez que estavam a ser referidas num projecto de resolução ou por não disporem de informação suficiente¹⁶⁹⁴. Em conjunto com a Venezuela, o Japão, onde Rui Patrício estivera numa visita oficial, entenderia que a qualificação da situação nas colónias portuguesas como uma ameaça à paz e à segurança internacionais pertencia à competência do CS¹⁶⁹⁵. Em representação dos países nórdicos, a Suécia indicaria que tinha divergência profunda quanto ao texto, que considerava como contendo disposições muito contestáveis¹⁶⁹⁶.

Mesmo tendo havido reservas, as alterações introduzidas no projecto de resolução parecem ter sido suficientes para que, pelo menos, 12 delegações latino-

¹⁶⁹⁰ Cf. *Idem*. p. 13

¹⁶⁹¹ Vide AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de – *Alcora: O Acordo Secreto do Colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013

¹⁶⁹² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1899. *Quatrième Commission, 1899^e séance...*p. 164

¹⁶⁹³ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁹⁴ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁹⁵ Cf. *Ibidem*

¹⁶⁹⁶ Cf. *Idem*. p. 162-163

americanas, que de início pretendiam abster-se, votassem a favor¹⁶⁹⁷. Ainda assim, em resultado do maior radicalismo do texto, haveria um aumento nos votos contra, em que ao lado de Portugal votariam a África do Sul, Brasil, Colômbia, Espanha, EUA e Reino Unido¹⁶⁹⁸. Estando em outras circunstâncias a votar quase sempre ao lado da maioria em questões coloniais, a Espanha ficaria numa situação delicada ao corresponder às solicitações portuguesas¹⁶⁹⁹. Os riscos assumidos pela Espanha seriam evidentes no facto de Marrocos e Mauritânia terem tentado aproveitar o voto favorável a Portugal para conseguir apoios na questão do Sahara, em relação à qual se adoptaria uma resolução que mencionaria de forma genérica a legitimidade da luta pela autodeterminação¹⁷⁰⁰. As abstenções, mantendo-se em números relativamente estáveis, seriam de países alinhados com o Ocidente (destacando-se os membros da NATO, os nórdicos, a Austrália e a Nova Zelândia), de duas delegações da América Latina (Argentina e El Salvador) e da Suazilândia¹⁷⁰¹. Ausentes da votação estariam, entre outras, as delegações do Botswana, Lesoto (provavelmente por influência da África do Sul), Malawi, Nicarágua, Paraguai e Líbano.

Como as concessões afro-asiáticas não produziram a desejada unanimidade, o resultado da votação seria considerado pelo Gana como revelador de uma tendência pouco encorajadora¹⁷⁰². Ao se estabelecer uma comparação com as votações realizadas desde 1968, entender-se-ia a da XXV AG como “*Não Tendo Sido uma Vitória*”¹⁷⁰³. Com o Mali a defender uma posição idêntica, criticando o voto dos países latino-americanos, o Gana afirmaria deplorar que a Colômbia tivesse votado contra, indicando que a África estava profundamente decepcionada com o Brasil, a Espanha, os EUA e o Reino Unido¹⁷⁰⁴. Nas explicações de sentido de voto, com a excepção da França e do Reino Unido, seriam unicamente os países que votaram a favor do projecto de resolução a se justificarem, demonstrando uma vez mais que a posição assumida não correspondia

¹⁶⁹⁷ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548, Proc. POI 4, Ano de 1971. IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral. Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 7

¹⁶⁹⁸ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1899. *Quatrième Commission, 1899^e séance...* p. 165-166

¹⁶⁹⁹ Cf. TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Ob. Cit.* p. 175

¹⁷⁰⁰ Cf. United Nations - *Resolution 2711 (XXV), 14 December 1970*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁷⁰¹ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1899. *Quatrième Commission, 1899^e séance...* p. 165-166

¹⁷⁰² Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1900. *Quatrième Commission, 1900^e séance...* p. 170-171

¹⁷⁰³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 548. Proc. POI 4, Ano de 1971. IV Comissão. Territórios Portugueses. XV A. Geral. Apontamento do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 22 de Novembro de 1970, e elaborado por João Afonso da Ascensão, p. 8

¹⁷⁰⁴ Cf. Nations Unies – A/C.4/SR 1900. *Quatrième Commission, 1900^e séance...* p. 170-171

ao que verdadeiramente pensavam quanto à política colonial portuguesa. Reproduzindo algumas das considerações que tinham sido avançadas antes da votação, as delegações entenderiam precisar o âmbito que atribuíam a determinados parágrafos e exprimir reservas¹⁷⁰⁵. Continuando no seu apoio a Portugal, os EUA contrariamente às sessões anteriores não apresentariam reservas ao texto e nem explicariam o sentido do seu voto. Por não acreditarem que a maioria negra conseguisse alcançar os seus direitos através das armas, os norte-americanos estariam comprometidos numa política de afrouxamento das pressões sobre os regimes brancos, o que talvez poderá ter motivado o silêncio quanto à decisão aprovada pela IV Comissão sobre a política colonial do governo português¹⁷⁰⁶.

Representando o projecto de resolução da IV Comissão um relativo endurecimento no tratamento da questão colonial portuguesa, a sua aprovação definitiva seria precedida da adopção de decisões quanto às questões gerais. Ao retomarem as conclusões do Comité de Descolonização, as decisões apontariam para um sentido extremista, vincando a tendência para o afastamento da moderação. Na resolução 2703 (XXV), de 14 de Dezembro, a AG entenderia, ao contrário do estabelecido no ano anterior, que todos os interesses estrangeiros eram um obstáculo à independência política, condenando todos os investimentos nos territórios coloniais e não apenas os destinados à continuação do estatuto de subjugação¹⁷⁰⁷. Em particular, condenar-se-ia a construção da barragem de Cabora Bassa, por ser contrária aos objectivos das populações moçambicanas e por se destinar à perpetuação da dominação, à exploração e à opressão dos povos da África Austral¹⁷⁰⁸. Com a aprovação da resolução 2704 (XXV), de 14 de Dezembro, sobre a implementação da Declaração pelas agências especializadas e outras organizações do sistema das NU, introduzir-se-iam avanços na legitimação da existência de áreas libertadas e do estatuto dos movimentos de libertação¹⁷⁰⁹. Ao se afirmar que os movimentos de libertação e as populações, incluindo as que residiam nas áreas libertadas, deveriam ser apoiados, a resolução convidaria a que se estudasse a possibilidade de os líderes dos agrupamentos nacionalistas poderem estar representados

¹⁷⁰⁵ A título de exemplo *vide Idem.* p. 169-170

¹⁷⁰⁶ *Cf. Idem.* p. 171

¹⁷⁰⁷ *Cf. United Nations - Resolution 2703 (XXV), 14 December 1970.* [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁷⁰⁸ *Cf. Ibidem*

¹⁷⁰⁹ *Cf. United Nations - Resolution 2704 (XXV), 14 December 1970.* [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

nas actividades das agências especializadas¹⁷¹⁰. Contendo uma decisão sobre o Programa Educacional e de Treino das NU para a África Austral, a resolução 2706 (XXIV), reproduziria quase na íntegra o texto adoptado no ano anterior, fazendo uma dotação orçamental destinada a assegurar a continuação da atribuição de bolsas de estudos¹⁷¹¹.

Convidado a se pronunciar quanto ao projecto de resolução sobre o conjunto dos territórios portugueses, o plenário da AG aprovaria o texto¹⁷¹². Ao resultar na adopção da resolução 2707 (XXV), de 14 de Dezembro, existiram algumas alterações no sentido de voto, sem que contudo o quadro geral se tivesse alterado significativamente. Tendo havido uma reacção da imprensa e da opinião pública interna, por se ter considerado que houve um desvio da tradição anticolonialista do país, a Colômbia mudaria de posição, votando, com reservas, a favor do texto¹⁷¹³. Talvez em resultado das considerações avançadas pelo Gana e pelo Mali no final do debate na IV Comissão, o que teria representado uma pressão adicional sobre as delegações, o El Salvador, a Islândia e a Suécia abandonariam a abstenção, somando o seu voto ao dos que aprovaram a resolução¹⁷¹⁴. Dos países que tinham estado ausentes na primeira votação, o Malawi e o Paraguai, comparecendo no plenário, votariam contra o texto. Numa nova declaração conjunta, os nórdicos, com a excepção da Islândia, voltariam a justificar o seu voto, indicando que a sua posição não tinha mudado¹⁷¹⁵. Mais do que reafirmar as suas reservas, os nórdicos teriam a intenção de condenar o ataque português a Conackry, que a missão especial mandatada para inquirir sobre os acontecimentos tinha comprovado, e demonstrar apoio à resolução que o CS acabara de adoptar sobre a questão¹⁷¹⁶.

Tendo por base entrevistas, informações e provas materiais recolhidas de diversas fontes, a Missão Especial à República da Guiné afirmaria no seu relatório ter constatado no terreno os desgastes materiais causados por Portugal, concluindo que a

¹⁷¹⁰ Cf. *Ibidem*

¹⁷¹¹ Cf. United Nations - *Resolution 2706 (XXV), 14 December 1970*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁷¹² Cf. Nations Unies - *A/PV.1928. Assemblée Générale. Vingt-Cinquième Session. 1928^e Séance Plénière*. Lundi 14 Décembre 1970, à 10h30. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 8

¹⁷¹³ Cf. AHD, Fundo POI, Mç. 607, Proc. POI 6, Ano de 1972, XXVII Assembleia-Geral. Eventual admissão chefes terroristas como observadores. IV Comissão ONU, Telegrama da Embaixada de Portugal em Bogotá para o MNE, datado de 11 de Outubro de 1972, p. 1-2

¹⁷¹⁴ Cf. Nations Unies - *A/PV.1928. Assemblée Générale...* p. 8-9

¹⁷¹⁵ Cf. *Idem*. p. 9

¹⁷¹⁶ Cf. *Ibidem*

força invasora tinha sido organizada na Guiné (Bissau) com dissidentes guineenses sob o comando de oficiais portugueses¹⁷¹⁷. Numa carta (de 4 de Dezembro), ao Presidente do CS, Portugal negaria a autoria do ataque à Guiné, acrescentando que a Missão Especial não tinha chegado a nenhuma conclusão e que o órgão não deveria se pronunciar sem antes informar o governo português sobre os factos que provassem a sua responsabilidade na acção¹⁷¹⁸. Inscrito na ordem do dia do Conselho, o relatório da Missão Especial seria analisado (entre 4 e 8 de Dezembro), sem que Portugal, que entenderia o documento como unilateral, tivesse solicitado a sua participação na discussão. Tendo sido introduzidas algumas alterações no projecto inicial, eliminando-se as referências ao Capítulo VII da Carta para se chegar a um compromisso, o CS adoptaria (a 8 de Dezembro) a resolução 290 (1970). Profundamente embaraçados com a Operação Mar Verde, os países ocidentais não contestariam as conclusões da Missão Especial, abstendo-se na votação¹⁷¹⁹. A resolução, que seria bastante penalizadora para Portugal, confirmaria a autenticidade das acusações, condenando o governo português pela invasão e exigindo que indemnizasse a República da Guiné pelas perdas de vidas humanas e os danos materiais¹⁷²⁰. Mesmo não tendo sido adoptadas sanções contra Portugal, como pretendido pela Guiné, a resolução estabeleceria, o que nunca antes acontecera nas decisões sobre queixas apresentadas pelos países africanos, a ligação entre a invasão e a política colonial portuguesa. Declarando que a presença do colonialismo português no continente africano constituía uma séria ameaça à paz e à segurança dos estados africanos independentes, o documento solicitaria ao governo português a aplicação dos princípios da autodeterminação e da independência¹⁷²¹.

Podendo-se considerar que tenha havido um relativo endurecimento na XXV AG quanto ao governo português – o que ainda assim voltaria a ficar aquém do radicalismo das decisões sobre a Rodésia e a Namíbia –, as decisões adoptadas significariam simultaneamente o reconhecimento de um impasse na descolonização e a reafirmação de que a aplicação da resolução 1514 (XV) às colónias portuguesas constituía um dos principais objectivos das NU. Por recuperar em grande parte as

¹⁷¹⁷ Cf. Nations Unies – A/8402. *Supplément n° 2. Rapport du Conseil de Sécurité. 16 juin 1970 - 15 juin 1971*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 53-54

¹⁷¹⁸ Cf. *Idem.* p. 54

¹⁷¹⁹ Cf. *Idem.* p. 61

¹⁷²⁰ Cf. United Nations - *Resolution 290 (1970), 8 December 1970*. [Em linha]. [Consult. 28 Abr. 2012]. Disponível em <URL:<http://www.un.org.com>>

¹⁷²¹ Cf. *Ibidem*

medidas propostas no Programa de Acção para a Aplicação da Declaração, a resolução 2707 (XXV) pode ser considerada como fazendo parte dos desenvolvimentos ocorridos na XXV AG na ideia de autodeterminação. Por via da resolução 2707 (XXV) entender-se-ia afirmar a que a ideia de autodeterminação legitimaria a utilização na luta contra o colonialismo de todos os meios necessários à disposição das populações. Ainda que a fórmula “todos os meios necessários à disposição” tenha sido objecto de interpretações divergentes, ela não deixaria de ser entendida pela maioria anticolonialista como uma nova sanção ao recurso à força armada. Algumas das questões que vinham sendo suscitados pela análise da política colonial portuguesa, como a universalidade da ideia, a sua vertente económica, a equiparação à ausência de quaisquer constrangimentos à liberdade ou a associação aos direitos humanos continuariam a estar presentes na resolução 2707 (XXV). Por ter demonstrado sinais de que se pretenderia avançar mais ainda no sentido da associação entre a ideia de autodeterminação, o reconhecimento das áreas libertadas e a concessão de um novo estatuto aos movimentos de libertação, a resolução marcaria uma ruptura. As condenações a Portugal retomariam na sessão seguinte a agressividade dos anos anteriores, contribuindo para uma degradação da posição internacional do governo português. Mesmo que continuasse a existir a dificuldade em conseguir que os principais aliados de Portugal votassem a favor dos projectos de resolução, o isolamento do governo português acentuar-se-ia fruto sobretudo do estabelecimento de uma relação de maior proximidade entre os órgãos das NU e os movimentos de libertação.

A ADOPÇÃO DE DECISÕES PELAS NU decorre de um processo de consultas, negociações e formação de coligações, o que no período de 1968-1970 produziria uma acentuada moderação quanto à questão colonial portuguesa. Menos extensas, as decisões adoptadas pela AG apresentariam uma linguagem conciliadora, tendo havido o desaparecimento de afirmações e expressões que nos anos anteriores tinham suscitado polémica. Num processo de autocensura, em que as condenações contra o governo português seriam mais contidas, a maioria abdicaria da possibilidade de aprovar pedidos para a implementação de sanções político-económicas e de embargos militares.

Demonstrativa da opção por uma abordagem flexível, a moderação alimentaria algumas contradições por a orientação da Assembleia não ter sido de início acompanhada pelo Comité de Descolonização e o CS ter passado a demonstrar menos tolerância com as acções portuguesas contra estados africanos. As contradições seriam também evidentes entre o discurso, que durante algum tempo continuaria a ser radical, e as decisões adoptadas, que sendo um produto das discussões, teriam um carácter de certo modo artificial. A moderação existiria sobretudo ao nível das resoluções sobre a situação nas colónias portuguesas, uma vez que as decisões decorrentes dos estudos sobre temas específicos continuariam a demonstrar o mesmo radicalismo de outrora. Somente no último ano haveria indícios de que se estaria a caminhar no sentido da superação de algumas das contradições, o que ainda assim não invalidaria que a moderação da AG fosse algo transitório.

Na origem da moderação estariam as expectativas de que a substituição de Oliveira Salazar por Marcello Caetano pudesse produzir alguma alteração na política colonial portuguesa. Destinada a criar condições que favorecessem o reconhecimento e a aplicação pelo governo português da ideia de autodeterminação, o recuo táctico nas decisões da AG poderá, respondendo-se à questão suscitada de início, ser atribuído a factores adicionais, igualmente relevantes. Por se ter reconhecido que o radicalismo conduziu à alienação de alguns apoios, a moderação resultaria da opção de sacrificar o conteúdo das decisões ao desejo de unanimidade na condenação da política colonial portuguesa. Tendo sido decidido redigir as resoluções com recurso a consultas, destinadas a envolver e a responsabilizar outros países, o esforço para atender às sugestões, designadamente dos latino-americanos, teria como resultado a eliminação das disposições mais controversas, servindo para o enfraquecimento das decisões adoptadas. A análise da questão colonial portuguesa em conjunto com os demais temas sobre a África Austral que estavam na ordem do dia, parece também ter influenciado no sentido da moderação pela menor atenção que seria atribuída ao colonialismo português. As situações na Rodésia e na Namíbia estariam no centro das prioridades dos estados membros, sendo objecto das decisões mais radicais, o que remeteria a política colonial portuguesa para um lugar secundário. Explicada por um conjunto de circunstâncias, a moderação da AG seria parcialmente bem-sucedida por em alguns momentos se ter conseguido assegurar a quase-unanimidade na aprovação das resoluções. Como Portugal não demonstraria inclinação para aproveitar a relativa *détente* nas relações com

as NU para aderir à mudança normativa sobre o colonialismo, um dos objectivos principais da moderação ficaria no entanto por concretizar.

Como verificado nas sessões anteriores, as decisões sobre a política colonial portuguesa no período de 1968-1970, ainda que indiscutivelmente moderadas, integrariam algumas precisões na ideia de autodeterminação. Entendida em conjunto com as resoluções sobre o Programa para a Aplicação da Declaração e as relações amigáveis entre os estados, os debates sobre a questão colonial portuguesa traduziriam um amadurecimento no entendimento da ideia de autodeterminação. Se bem que muito do que seria afirmado teria um carácter repetitivo, resultando numa confirmação da resolução 1514 (XV), a ideia de autodeterminação ganharia um sentido mais alargado. Fruto da preponderância que a ideia vinha adquirindo sobre outros princípios do direito internacional, se avançaria, embora de forma atenuada, com uma nova legitimação do uso da força, prevendo-se o recurso a todos os meios necessários para a luta contra a dominação colonial. Insistindo-se no seu carácter de universalidade, à ideia de autodeterminação se associaria a inadmissibilidade de quaisquer obstáculos, negando-se que a dimensão territorial, o isolamento geográfico ou a limitação dos recursos pudessem ser considerados como argumentos válidos para a recusa na sua implementação. Num aprofundamento das disposições da resolução 1541 (XV), à ideia estaria subjacente a legitimidade de escolha, em que, além da independência, da integração e da associação, qualquer outro estatuto político livremente determinado pela população seria considerado viável enquanto resultado da autodeterminação. Com a tendência para incorporar uma grande variedade de questões, a autodeterminação significaria ainda, pelas decisões adoptadas, o direito ao autogoverno e à representatividade das minorias nas instituições governativas. Pela associação ao Direito Internacional Humanitário, a ideia resultaria numa nova situação jurídica internacional para os movimentos de libertação, que seriam reconhecidos enquanto força beligerante e legitimaria todos os apoios que lhes fossem concedidos.

CONCLUSÕES

MAIS DO QUE UMA NARRATIVA LINEAR, esta tese apresenta o envolvimento das NU na contestação da política colonial portuguesa como um processo sujeito a inúmeras contradições. Por se ter privilegiado a análise empírica julgamos ter conseguido uma abordagem mais complexa do que a que tem vindo a ser produzida, que se baseia em larga medida numa descrição das resoluções adoptadas, sem as considerar como resultantes de um contexto em que os condicionalismos da Organização fizeram sentir a sua influência. Tendo sido adoptado como período cronológico os anos de 1961-1970, entendemos enquadrar o estudo da questão colonial portuguesa no âmbito da evolução informal das NU, que produziria novas funções e responsabilidades para os seus órgãos. Com uma natureza mutável, os propósitos das NU seriam concebidos de forma vaga e indeterminada permitindo que, para que a Organização se adaptasse às circunstâncias mundiais, pudesse abranger questões que não tinham sido antecipadas na Carta. A intervenção na contestação da política colonial portuguesa seria decorrente de uma complexificação do mandato da Organização, que, numa evolução nem sempre coerente, produziria a aquisição pela prática de novas competências sobre os territórios dependentes. Afastando-se da Carta, que de certa forma representava a defesa dos interesses das potências coloniais, as NU envolver-se-iam num processo de deslegitimação do colonialismo e de institucionalização da ideia de autodeterminação, que passaria a estar no centro da controvérsia sobre a questão colonial portuguesa.

Ao se transformar a ideia de autodeterminação na base normativa da descolonização, os esforços das NU para a implementar às colónias portuguesas desenvolver-se-iam em diferentes etapas, com preocupações distintas. Num primeiro momento, cronologicamente definido entre o início da guerra em Angola e finais de 1962, a mudança normativa de deslegitimação do colonialismo resultaria numa assinalável hostilidade a Portugal. Dominado pelos anticolonialistas, o debate destinar-se-ia sobretudo a abordar aspectos jurídicos e político-sociais da situação nos territórios portugueses, destacando-se a falta de direitos, as desigualdades e as injustiças do sistema colonial. A exigência fundamental seria a de que Portugal cumprisse as

disposições da Carta que impunham a transmissão de informações de natureza técnica e estatística sobre os territórios não autónomos. Numa afirmação da legitimidade das NU para analisar a política colonial portuguesa seriam estabelecidos órgãos destinados à recolha das informações, privilegiando-se as referentes à situação política nos territórios. Novos procedimentos como a audição de representantes dos movimentos nacionalistas ou a realização de deslocações a países africanos para a obtenção de dados de forma directa resultariam do processo de recolha de informações, que, embora sujeito a contradições, apresentaria conclusões penalizadoras para o governo português. Por Portugal ter conseguido de início impedir a adopção de uma resolução e de ainda se ter pretendido a aplicação das disposições da Carta sobre os territórios não autónomos, as primeiras iniciativas das NU quanto à questão colonial portuguesa acabariam por ter muitas semelhanças com o período anterior a 1960 quando as acções anticolonialistas se caracterizaram por uma perspectiva mais técnica.

A tendência para a ruptura com as disposições da Carta ficaria reservada para o período seguinte, entre finais de 1962 e o ano de 1964, em que a implementação da ideia de autodeterminação acabaria por tornar-se na exigência dominante. Contrariamente ao pretendido por Portugal, que tinha a intenção de limitar a discussão a argumentos jurídicos, os anticolonialistas demonstrariam a preferência pelos aspectos políticos, continuando a denunciar as condições de vida nas colónias portuguesas. Com a viabilização de um programa de ensino e de formação para os habitantes das colónias portuguesas e o início da prática da convocação do CS para a análise de incidentes fronteiriços causados pelo exército português, assistir-se-ia à multiplicação dos temas associados à questão colonial portuguesa, que resultariam na aprovação de resoluções específicas. Tendo sido conseguido que a questão fosse considerada pela AG como uma ameaça à paz e à segurança internacionais, que era a mais grave acusação que segundo a Carta se poderia associar à conduta dos estados, falharia no entanto a tentativa de imposição de sanções contra o governo português. Utilizando de início um tom radical, a maioria entenderia moderar a sua linguagem para viabilizar as conversações com o governo português patrocinadas pelo SG, para conseguir uma reunião do CS e para a adopção pelo órgão de uma decisão sancionando um entendimento restritivo da ideia de autodeterminação. Explicada em parte pela recuperação de alguns apoios por Portugal, as dificuldades da maioria em conseguir aprovar medidas efectivas somar-se-iam a

outras contradições das NU que a análise da questão colonial portuguesa vinha tornando evidente.

Disposições mais duras, em que haveria uma relação directa entre o radicalismo dos debates e a linguagem empregue nas resoluções, estariam presentes nas decisões adoptadas entre 1965-1967. As discussões seriam marcadas por acusações ao governo português pelo não cumprimento das decisões das NU, descrevendo-se a situação nas colónias portuguesas como sujeita a uma crescente intensificação da repressão. Os temas que mereceriam um destaque particular seriam os relacionados com o papel dos investimentos estrangeiros na continuação do colonialismo português e a possibilidade das agências especializadas e outras instituições internacionais ajudarem na aplicação da ideia de autodeterminação. Referido nos anos anteriores, o argumento da existência de uma associação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia ganharia uma nova actualidade, pretendendo-se que os regimes minoritários brancos estariam a reforçar a cooperação. A insistência em estabelecer uma relação entre os problemas existentes na África Austral, num contexto em que a Rodésia proclamara a independência unilateral e na Namíbia tinha tido início a luta armada, seria um dos principais factores a explicar o radicalismo das NU. Com tradução em sanções político-económicas, embargos militares ou na legitimação da luta armada, as decisões mais radicais resultariam porém unicamente das deliberações da AG, continuando o CS a demonstrar a preferência para abordar a questão colonial portuguesa no âmbito da aplicação dos mecanismos para a resolução pacífica das disputas.

Com decisões menos extensas e nas quais predominariam uma linguagem conciliadora, as NU entenderiam, de 1968-1970, moderar a sua acção. Num momento em que o colonialismo português seria analisado em conjunto com as demais questões sobre a África Austral, durante algum tempo a moderação estaria em contradição com o discurso da maioria que continuaria a ser bastante radical. Nos debates se insistiria nos apelos para que se ajudasse a luta dos movimentos de libertação, legitimando-se toda a assistência que lhes fosse concedida. Sendo a moderação sobretudo uma iniciativa da AG, uma vez que o CS parece ter começado a endurecer as suas decisões, os temas específicos associados à questão colonial portuguesa, como as actividades e acordos militares das potências coloniais para impedirem as aspirações à autodeterminação, demonstrariam novas contradições por se continuar a condenar Portugal nos mesmos termos que nas sessões anteriores. Tendo desaparecido os pedidos de sanções e de

embargos, a moderação encontra explicação num conjunto de circunstâncias, designadamente nas expectativas resultantes da nomeação de Marcello Caetano para a Presidência do Conselho de Ministros, no desejo de conseguir a adopção das resoluções por unanimidade e na secundarização da política colonial portuguesa por ter sido analisada em conjunto com as questões da Rodésia e da Namíbia. Estando em contradição com as restantes decisões das NU sobre questões coloniais, a moderação da AG não produziria a alteração da política colonial portuguesa.

A todas as iniciativas das NU estaria subjacente a recusa portuguesa em reconhecer a aplicabilidade às suas colónias da interpretação atribuída pelas NU à ideia de autodeterminação. A resistência portuguesa, num contexto em que potências coloniais mais poderosas não conseguiram ignorar as pressões, seria favorecida por um conjunto de factores. Sem que se pretenda estabelecer uma hierarquização, a influência da Guerra Fria parece-nos ter sido um dos principais motivos para que as pressões das NU não tivessem alcançado os objectivos visados. O contexto da Guerra Fria, em que a luta ideológica exerceria uma profunda influência sobre a análise da questão colonial portuguesa, serviria como elemento de definição e de limitação da acção das NU. A rivalidade bipolar teria tradução nos posicionamentos dos estados membros, permitindo que Portugal, pela pertença à NATO e pela importância estratégica da base das Lajes, conseguisse o apoio do bloco ocidental. A solidariedade entre os países ocidentais limitaria as críticas ao colonialismo português nas NU, condicionando as decisões adoptadas. Favorecida por motivações relacionadas com a Guerra Fria, o apoio ocidental à política colonial portuguesa resultaria ainda de condicionalismos adicionais como a cumplicidade das antigas potências coloniais, a reacção ao radicalismo dos anticolonialistas ou a existência na elite de alguns países de concepções racializadas dos povos colonizados. Com o poder que detinham na Organização, as potências ocidentais nunca permitiriam a adopção de mecanismos eficazes contra Portugal.

A protecção encontrada por Portugal nos países ocidentais estaria associada à capacidade do governo português para utilizar as relações bilaterais em benefício da sua posição nas NU. Longe de se encontrar isolado, Portugal beneficiaria do apoio de países com os quais tinha laços históricos, afinidades políticas e interesses económicos, conseguindo assegurar votos favoráveis e a inexistência uma condenação explícita da sua política colonial. A diplomacia portuguesa encontraria apoios entre os países latino-americanos e inclusivamente nos afro-asiáticos, o que permitiria que houvesse uma

margem de manobra para resistir às pressões das NU. Não menos relevante seria o aproveitamento pelo governo português das fragilidades e contradições do sistema das NU, quer se tratasse do desequilíbrio nos poderes entre os órgãos, da existência de procedimentos pouco definidos ou da grande liberdade de acção atribuída a determinados indivíduos. O sistema das NU, por reconhecer o princípio da soberania dos estados como elemento fundamental, introduziria uma limitação na intervenção da Organização, facilitada pelo apoio a Portugal de países que detinham o poder de veto. A resistência portuguesa às NU dever-se-ia em grande medida ao facto de a Organização ter poucos ou nenhuns mecanismos de *enforcement* para a aplicação das suas decisões. Os órgãos mais militantes na questão colonial portuguesa não tinham poder vinculativo, ficando a cargo de cada Estado membro a decisão de implementar as decisões adoptadas. Ainda que as resoluções da AG tivessem uma força moral, o facto de nunca terem sido reforçadas pela invocação pelo CS do Capítulo VII da Carta lhes retiraria parte do significado.

Não se sentindo obrigado a implementar as decisões das NU, a resistência portuguesa pode também ter sido favorecida pela inexistência em Portugal de condicionalismos semelhantes aos existentes noutros países. Não sendo um sistema democrático parlamentar, o governo português não estaria sujeito à necessidade de conciliar opiniões divergentes. A cultura política existente em Portugal não permitiria a discussão pública da necessidade da descolonização, tendo havido uma aceitação quase sem discordância (com a excepção de alguns sectores, nomeadamente entre a oposição ao regime) da orientação colonial do Estado Novo. Como a existência de colónias constituía um elemento fundamental do nacionalismo português, a população portuguesa não desenvolveria, a exemplo da Britânica, o sentimento moral de que o colonialismo era condenável. Com uma leitura das decisões das NU enquanto sinónimo de decadência da Organização, Portugal encontraria no sentimento nacionalista em torno da questão colonial um forte apoio contra a cedência à condenação internacional. De forma adicional, a recusa em implementar a ideia de autodeterminação seria favorecida por as acções das organizações nacionalistas no período estudado não terem ainda alcançado uma dimensão que pudesse colocar em causa a dominação colonial portuguesa. Com as guerras nas colónias a assumirem por vezes um carácter intermitente, o conflito militar entre Portugal e os movimentos de libertação

gradualmente acabaria por perder alguma visibilidade nas NU, onde questões como a da Rodésia ou da Namíbia tornar-se-iam mais relevantes.

Ainda que possa ter havido um relativo sucesso da diplomacia portuguesa em contornar as pressões, pensamos poder afirmar que com o estudo realizado ficou comprovada a nossa hipótese inicial. Recorde-se que o objectivo tinha sido o de determinar se a análise da questão colonial portuguesa pelas NU poderia ser considerada como tendo favorecido a consolidação da mudança normativa na ideia de autodeterminação. Os dados empíricos recolhidos permitem-nos avançar que a recusa portuguesa em descolonizar seria uma importante motivação para a formulação pelas NU de um enquadramento normativo mais preciso para a descolonização. Não tendo encontrado na Carta um significado explícito, a ideia de autodeterminação seria progressivamente delimitada pelas NU, ficando associada ao conceito de direitos humanos. Antes de iniciada a fase mais intensa na análise da questão colonial portuguesa, na XV AG tinha-se chegado ao entendimento que a autodeterminação significaria a liberdade dos povos determinarem livremente o seu destino, tendo uma vertente económica que defendia a soberania permanente sobre os recursos naturais. A ideia de autodeterminação definida seria exclusivamente anticolonial, sendo identificada com a independência, embora se aceitasse que os territórios coloniais pudessem escolher a associação ou a integração em outros estados. Legitimando-se a transformação das colónias em entidades de direito próprio, seria determinado que não deveriam ser colocados quaisquer obstáculos à autodeterminação, defendendo-se o respeito pelas fronteiras herdadas da colonização e a identificação dos povos coloniais com as populações sob a jurisdição das metrópoles.

Sem que as ambiguidades associadas ao conceito tivessem deixado de existir, a intervenção das NU na contestação do colonialismo português permitiria o amadurecimento da concepção “onusiana” da ideia de autodeterminação. Da análise sistemática da questão colonial portuguesa resultaria um entendimento mais redutor da ideia, com a sua assimilação quase exclusiva ao conceito de independência. Mesmo tendo-se chegado a admitir concepções maximalistas da autodeterminação, demonstrar-se-ia uma evidente preferência pela independência, sendo que outras soluções seriam admissíveis (como os exemplos de São João Baptista de Ajudá e de Goa o demonstraram) unicamente quando estivessem envolvidos estados pós-coloniais. A possibilidade da associação ou da integração nas antigas metrópoles, com os debates

sobre as colónias portuguesas seria praticamente abandonada por a ideia de autodeterminação, além da assimilação à independência, ter sido identificada com a noção de liberdade. Propondo-se que fosse alcançada com recurso a negociações, a autodeterminação deveria consistir na transferência dos poderes para instituições políticas livremente eleitas e representativas das populações. De forma implícita, ao se fortalecer o elo entre a ideia e os direitos humanos, dos debates resultariam a exigência de que a autodeterminação significasse a participação democrática e a representatividade em instituições governativas. Com o exame da situação nas colónias portuguesas, à independência e à representatividade política pretender-se-ia que correspondessem direitos económicos, sociais e culturais. Num aprofundamento da perspectiva económica anteriormente elaborada, com a grande insistência em abordar a soberania sobre os recursos naturais das colónias portuguesas, assistir-se-ia a uma maior interligação entre a ideia de autodeterminação e o Direito ao Desenvolvimento.

Servindo, pela constante repetição, para a sucessiva legitimação da ideia, as resoluções sobre as colónias portuguesas demonstrariam o desejo de tornar a autodeterminação quase que no principal fundamento do direito internacional. Nas decisões aprovadas estaria subjacente uma dimensão de universalidade da ideia de autodeterminação, não se admitindo quaisquer obstáculos, sendo a sua não implementação considerada um crime contra a humanidade. A tendência para a primazia atribuída à ideia de autodeterminação permitiria a sua utilização para a justificação do uso da força enquanto meio para a independência. Mesmo que esse entendimento tivesse sido objecto de controvérsia, os debates sobre as colónias portuguesas serviriam para que a ideia de autodeterminação legitimasse a ajuda às populações coloniais, por intermédio dos movimentos de libertação. Num desenvolvimento da tendência para se associar à autodeterminação as questões mais variadas, os debates permitiriam as primeiras tentativas de definição de um estatuto para os movimentos de libertação nas NU, o que acabaria por lhes atribuir uma personalidade jurídica internacional. De forma lenta e quase imperceptível, a questão colonial portuguesa seria responsável para que a ideia de autodeterminação passasse a ter como significado que os povos coloniais poderiam, sem quaisquer restrições, aceder à liberdade e à independência, tendo o direito a fazer a gestão dos seus recursos naturais e a participar na administração dos seus territórios. De forma adicional, a autodeterminação significaria que na procura da independência os povos coloniais

poderiam utilizar todos os meios possíveis, cabendo à comunidade internacional ajudá-los através dos movimentos de libertação, que deveriam ser tratados segundo o estatuto de beligerante.

Mesmo estando fora do âmbito cronológico desta tese, pode-se avançar que os demais desenvolvimentos na ideia de autodeterminação suscitados pela questão colonial portuguesa corresponderiam a um novo período de radicalismo das NU nos anos de 1971-1974. Os debates revelariam uma ideia de autodeterminação com algumas variantes, por, embora se continuar a insistir na transferência do poder para instituições políticas livremente eleitas, se desenvolver a tendência para afirmar que as negociações deveriam ter como interlocutores unicamente os movimentos envolvidos na luta armada. A ideia de autodeterminação ficaria associada a uma valorização dos movimentos que desenvolviam acções militares, que seriam admitidos como observadores nos órgãos das NU e reconhecidos enquanto representantes autênticos das aspirações das populações. Em particular, o PAIGC, no seguimento do envio de uma missão de visita às áreas libertadas, cuja existência se reconheceria de facto, seria considerado como o único e legítimo representante da Guiné e Cabo Verde. Retirando a Portugal a legitimidade para representar as colónias, a ideia de autodeterminação resultante dos debates demonstraria ser maleável, permitindo reconhecer a proclamação unilateral da independência da Guiné e a figura de um Estado ilegalmente ocupado por forças armadas de um outro país. Decorrente do entendimento minimalista da ideia, as discussões sobre a questão colonial portuguesa legitimariam que a autodeterminação resultasse na transferência directa do poder para os movimentos de libertação, o que voltaria a demonstrar ser uma aplicação incompleta da ideia, por não permitir a realização de consultas às populações.

Com o 25 de Abril, a ideia de autodeterminação desenvolvida pelas NU condicionaria o processo de descolonização das colónias portuguesas, que não poderá ser compreendido sem atender à dimensão internacional. Tendo o novo governo português hesitado de início quanto ao reconhecimento da aplicabilidade da ideia às colónias, a autodeterminação seria entendida pelas NU como devendo conduzir à descolonização total, com a preservação da unidade nacional e da integridade territorial. Com o desenvolvimento de iniciativas destinadas a pressionar Portugal, se avançaria que a autodeterminação deveria ser alcançada sob a liderança da FNLA, do MPLA, da UNITA, do PAIGC, da FRELIMO e do MLSTP, designados como autênticos

representantes das populações. Outras soluções, designadamente a realização de consultas populares, com a promoção de referendos, seriam abertamente desvalorizadas, por se entender que a luta armada tinha demonstrado o desejo de independência. Seria o relativo consenso sobre a interpretação atribuída pelas NU à ideia de autodeterminação a explicar em grande parte o falhanço de projectos como o federalismo de António Spínola. Ainda que as NU não tivessem estado presentes nas negociações, o que parece ter-se devido à recusa portuguesa em aceitar a interferência da Organização, seriam os seus pronunciamentos sobre a ideia de autodeterminação a em parte determinarem que se aplicasse aos territórios onde não tinha havido luta armada, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os mesmos critérios utilizados para Angola, Guiné e Moçambique. A ideia de autodeterminação que fora progressivamente aperfeiçoada no contexto dos debates sobre a questão colonial portuguesa determinaria assim a independência de todas as colónias, com a transferência do poder para os movimentos de libertação reconhecidos pelas organizações internacionais, sem que as populações tivessem sido chamadas a se pronunciar. Mais do que determinada somente pelos condicionalismos internos portugueses, o processo de descolonização estaria relacionado com a concepção de direitos humanos prevalecente na época, que tinha uma vertente colectivista, adoptando um entendimento que considerava a liberdade numa perspectiva positiva, que pressupunha a ausência de qualquer interferência ou constrangimento de terceiros.

Mesmo tendo sido possível comprovar a hipótese inicial, um balanço exacto e completo das acções das NU quanto à questão colonial portuguesa, pela sua complexidade, não deverá apontar para um sentido único. Com uma longa tradição nos estudos sobre as NU, a questão relativa à eficácia da Organização poderá demonstrar uma realidade com nuances, muito mais complexa. Um dos possíveis critérios para determinar a natureza do sucesso ou do falhanço das NU tem sido a avaliação da sua capacidade para manter e restaurar a paz em situações de conflito. Pela aplicação do critério, a actuação das NU teria resultado inevitavelmente num falhanço por não ter conseguido o fim das acções militares nas colónias portuguesas e a aplicação das resoluções pelo governo português. A utilização de outros critérios, atendendo a que o papel das NU não é somente o de regular as relações entre os estados, mas também ajudar a difundir normas básicas como as relativas à soberania e à autodeterminação, permite-nos uma outra perspectiva. A adopção de uma visão mais ampla, possibilita,

como referido de início, relativizar as afirmações que apontam que os debates anuais das NU tiveram um alcance limitado, circunscrevendo-se apenas à adopção de resoluções, sem que os propósitos e as acções do governo português tivessem sido afectados.

Segundo o entendemos a importância normativa das NU e a utilização da persuasão moral enquanto ferramenta de acção não deixariam de fazer sentir a sua influência sobre o governo português, obrigando-o a adaptar o seu discurso e a adoptar reformas em resposta às pressões. Ainda que não tenha havido um efeito imediato e directo, a força moral da Organização forneceria a linguagem utilizada na internacionalizando da questão colonial portuguesa. Não menos relevante seria o sentido de legitimidade atribuído às pretensões e à luta das organizações nacionalistas, repetindo-se de forma continuada, a cada sessão, que as suas solicitações deveriam ser atendidas. Indiscutivelmente, um dos principais efeitos da actuação das NU seria o de ter permitido aos movimentos anticolonialistas ter um espaço com audiência mundial onde pudessem desafiar o colonialismo português. Outro efeito resultaria de ter-se constituído num palco onde os ANE que apoiavam a luta dos nacionalistas puderam contribuir para a dimensão transnacional da questão. As NU acabariam por ser um fórum internacional para que os nacionalistas e os activistas, apropriando-se da ideia de autodeterminação, conduzissem uma campanha diplomática visando o isolamento de Portugal.

Tendo por base a análise empírica pensamos poder afirmar que o registo da acção das NU quanto à questão colonial portuguesa pode ser descrito como misto, podendo-se apontar falhanços e sucessos. Se a Organização demonstrou as limitações das tentativas para conseguir que Portugal aceitasse a mudança normativa subjacente à ideia de autodeterminação, deve-se reconhecer a importância que as suas decisões tiveram para a internacionalização da questão colonial. Mesmo não tendo conseguido terminar com as guerras coloniais, as NU foram essenciais no apoio à luta dos movimentos nacionalistas, o que permite afirmar que todo o processo que desde 1961 conduziria à independência das colónias portuguesas em meados da década de 1970 não poderá ser analisado sem se entender a sua actuação. Dado que as conclusões quanto à análise da questão colonial portuguesa pelas NU segundo a perspectiva da mudança normativa na ideia de autodeterminação podem ser múltiplas, também não é menos verdade que o tema não se esgota com a abordagem apresentada nesta tese. Pela

limitação cronológica assumida, este estudo não permite abarcar todo o processo, faltando o período de 1971-1974. Decorrente das limitações da tese fica ainda por examinar a aplicação da ideia de autodeterminação aquando do processo de descolonização. Numa outra perspectiva, o estudo poderá ter continuidade numa dimensão comparativa com a análise de situações como as da Namíbia, Rodésia ou *Apartheid*, uma vez que a questão colonial portuguesa foi considerada como fazendo parte do conjunto dos problemas que afectavam à África Austral e que estiveram na agenda das NU durante um longo período.

Fontes & Bibliografia

Fontes de Arquivo

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Fundo Política de Organismos Internacionais (POI)

- Assembleia-Geral
- Comité de Descolonização
- Comité dos Seis
- Comité dos Sete
- Conselho de Segurança
- Massacres de Wiryamu
- Questão de Angola

Fundo Missão Portuguesa junto da Organização das Nações Unidas: 1975

- Assembleia-Geral

Fundo Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas: 1980

- Assembleia-Geral

Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar

- Assembleia-Geral
- Bolseiros do MDIA
- Campanhas de Esclarecimento
- Comité de Angola
- Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos
- Comité dos Seis
- Comité dos Sete
- Conferência de Casablanca
- Conferência de Oslo
- Conversações com Representante do Secretário-Geral
- Eleição do Rei do Congo
- Goa
- Informações do Representante de Portugal
- Massacres em Moçambique
- Países Africanos
- Países Não Africanos
- Países Não-Alinhados
- Queixas contra Portugal
- Votações e Composição Delegação Portuguesa

Arquivo Histórico-Ultramarino

Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar

- Bolseiros do Ntobako Angola
- Ngwizaco

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo António de Oliveira Salazar
Correspondência Diplomática
Correspondência Oficial Especial
Correspondência Particular
Instruções aos Diplomatas
Negócios Estrangeiros – Diversos

Arquivo da PIDE/DGS
Alberto Bakoko Nank
Angelino Alberto
Benedito Jaime Mapange
Comité de Unidade Nacional Angolana
Conselho do Povo Angolano
Marcos Kassanga - Partido Nacional Angolano
Ntobako Angola
União Nacional dos Estudantes Angolanos

Fundação Mário Soares
Espólio Amílcar Cabral

United Nations Archives Record Management Section
Archives of Secretary-General U Thant
Archives of Secretary-General Kurt Waldheim
Department of Trusteeship and Information From Non-Self-Governing Territories
Department of Political and Security Council Affairs
Office for Special Political Questions
Security Council and Political Committee Division

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Actas de Reuniões da Assembleia-Geral
Actas de Reuniões da IV Comissão
Actas de Reuniões do Comité de Descolonização
Documentos Oficiais do Conselho de Segurança
Petições do Comité de Descolonização:1963-1970
Relatórios Anuais do Comité de Descolonização
Relatórios Anuais do Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos
Relatórios Anuais do Conselho de Segurança
Relatórios Anuais do Secretário-Geral
Relatórios do Subcomité de Angola
Relatórios de Missões de Visita

British Columbia University Library
Relatórios da IV Comissão

United Nations Dag Hammarskjöld Library
Documentos Oficiais do Conselho de Segurança
Relatório do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa
Actas de Reuniões do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa
Yearbook of the United Nations

Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental
Actas de Reuniões da IV Comissão
Relatórios da IV Comissão

Fontes Impressas

ANTUNES, José Freire – *Salazar e Caetano: cartas secretas*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994

ANTUNES, José Freire – *Cartas particulares a Marcello Caetano*. 2 vol. Lisboa: D. Quixote, 1985

CAETANO, Marcelo - *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos: história duma batalha: da liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: Bertrand, 1971

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Salazar. A Resistência (1958-1964)*. Vol. V. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Salazar. O Ataque (1945-1958)*. Vol. IV. 3ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Livraria Editora Civilização, 1987

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Diálogos Interditos: Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1979

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco - *Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU*. Lisboa: s.n., 1969

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *An Old Debate*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1966

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – «Africa and Portugal Position as a Western Nation» In *Portugal Information Bulletin*. Nº 4. Vol. IV. Londres: Portuguese Embassy, [1966]

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *The United Nations and Portugal : a study of anti-colonialism*. London: Tandem Books, 1964

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas: 1959-1966*. Vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora, 1967

Obras de Referência

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*. Vol. IV-V. Lisboa: Circulo de Leitores, 1997

Dicionário de História de Portugal. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.). Vol. I-IX. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1999

ROSAS, Fernando (Coord.) – *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (Dir.). Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

ROSAS, Fernando (Coord.) - *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992

Estudos

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de – *Alcora: O Acordo Secreto do Colonialismo*. Lisboa: Divina Comédia, 2013

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Guerra colonial. Angola – Guiné - Moçambique*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000

ALDEN, Chris; MORPHET, Sally; VIEIRA, Marco Antonio - *The South in World Politics*. Reino Unido. Palgrave Macmillan, 2010

ALEXANDRE, Valentim – *Salazar e os "ventos da história": A Resistência à Descolonização (1945-1967). Projecto de Investigação*. Lisboa: Texto Policopiado, 2006

ALSTON, Philip; GOODMAN, Ryan - *International Human Rights*. EUA: Oxford University Press, 2012

AMADO, Leopoldo – *Da Embriologia Nacionalista à Guerra de Libertação na Guiné-Bissau* [Em linha]. [Consult. 8 Mar. 2013]. Disponível em <URL:<http://www.didinho.org/daembriologianacionalista.htm>>

AMARAL, Diogo Freitas do – *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994

AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda - «New Histories of the United Nations» In *Journal of World History*. Vol. 19. Nº 3 (Setembro 2008) p. 251-274

ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991

ANTUNES, José Freire – *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992

ANTUNES, José Freire – *Os Americanos e Portugal, 1969-1974*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992

BADIA MARTÍ, Anna Maria - *La Cuestión del Sáhara Occidental ante la Organización de las Naciones Unidas*. Instituto de Estudios Internacionales y Europeos "Francisco de Vitoria", 1999

BARATA, Maria João Ribeiro - *Identidade, Autodeterminação e Relações Internacionais: o Caso do Saara Ocidental*. Coimbra: Texto Policopiado, 2012

BARBIER, Maurice – *Le Comité de Décolonisation des Nations Unies*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974

BARROSO, Luís – *Salazar e Ian Smith : O Apoio de Portugal à Rodésia*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009

BÈGUE, Sandrine – *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945-1962)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007

BEITZ, Charles R. - *The Idea of Human Rights*. EUA: Oxford University Press, 2011

BELLER, Denis Charles – *The Portuguese Territoires Issue in the United Nations: an analysis of the debates*. Los Angeles: UMI, 1970

BERLIN, Isaiah – *Four essays on liberty*. Oxford. Oxford University Press, 1979

BEVIR, Mark – *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

BIRMINGHAM, David - *Empire in Africa: Angola and its Neighbors*. S.l.: Ohio University Press, 2006

BITTENCOURT, Marcelo - *“Estamos Juntos”: o MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008

BOSCO, David L. - *Five to Rule Them All: The UN Security Council and the Making of the Modern World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009

- BRINKMAN, Inge - «War and Identity in Angola: Two cases-studies» In *Lusotopie*. 2003. p. 195-221
- BROWN, Chris; AINLEY, Kristen – *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2012
- BUCHANAN, Allen - *Human Rights, Legitimacy, and the Use of Force*. EUA: Oxford University Press, 2010
- BUCHANAN, Allen - *Justice, Legitimacy, and Self-Determination: Moral Foundations for International Law (Oxford Political Theory)*. EUA: Oxford University Press, 2007
- BULL, Hedley - *The Anarchical Society. A Study of Order in World Politics*. Malásia: Palgrave, 2002
- BURKE, Roland - *Decolonization and the Evolution of International Human Rights*. S.l.: University of Pennsylvania Press, 2010
- BUZAN, Barry - *From International to World Society?: English School Theory and the Social Structure of Globalisation*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004
- CAMPOS, Alicia - «The Decolonization of Equatorial Guinea: The Relevance of the International Factor» In *Journal of African History*. Cambridge. 44 (2003). p. 95-116
- CARDOSO, Maria Cristina Ventura - *A Encruzilhada Ibérica. A Questão Colonial no Palco das Nações Unidas (1955-1963)*. Lisboa: Texto Polycopiado, 2006
- CASSESE, Antonio – *Self-Determination of Peoples: A Legal Reappraisal*. EUA: Cambridge Press University, 1995
- CASTAÑO, David Mourão Ferreira – *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Texto Polycopiado, 2005
- CASTILHO, José Manuel Tavares – *Marcelo Caetano. Uma Biografia Política*. Lisboa: Almedina, 2012
- CHABAL, Patrick – *A History of Post Colonial Lusophone Africa*. Londres: Columbia; Hurst, 2001
- CHABAL, Patrick – *Littérature et Libération National: le cas d'Amilcar Cabral*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, 1985
- CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno - *Angola: The Weight of History*. S.l.: Columbia; Hurst, 2007
- CHIKEKA, Charles O. - *Decolonization Process in Africa During the Post-War Era, 1960-1990*. s.n.: Edwin Mellen Press, 1998

CLARK, Nancy L.; WORGER, William H. - *South Africa: The Rise and Fall of Apartheid*. New York: Longman, 2011

CONFORTI, Benedetto; FOCARELLI, Carlo - *The Law and Practice of the United Nations: Legal Aspects of International Organization*. Leiden: Martinus Nijhoff, 2010

CONNELLY, Matthew - *A Diplomatic Revolution: Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Pos-Cold War Era*. EUA: Oxford University Press, 2003

CONNELLY, Matthew - «Rethinking the Cold War and Decolonisation: The Grand Strategy of the Algerian War for Independence» In *International Journal of Middle East Studies*. Vol. 33. Nº 2 (Maio 2001). p. 221-245

COOPER, Frederick - *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005

CORREIA, Pezarat - «Portugal na Hora da Descolonização» In *Portugal Contemporâneo (1974-1992)*. REIS, António (Dir.). Vol. VI. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. p. 117-170

CRAVINHO, João Gomes - *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS, 2002

CRAWFORD, James R. - *The Creation of States in International Law*. EUA: Oxford University Press, 2007

CRAWFORD, Neta - *Argument and Change in World Politics: Ethics, Decolonization, and Humanitarian Intervention*. S.n.: Cambridge University Press, 2002

DÁVILA, Jerry - *Hotel Trópico. Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. EUA: Duke University Press, 2010

DENG, Francis Mading - *Self-Determination and National Unity: A Challenge for Africa*. S.l.: Africa World Press, Inc., 2009

DHADA, Mustafah - «Guine's Liberation Diplomacy» In *Portuguese Studies Review*. Nº 1. Vol. 4 (Primavera-Verão 1995). p. 20-40

DHADA, Mustafah - «The Liberation War in Guinea-Bissau Reconsidered» In *The Journal of Military History*. Nº 3. Vol. 62 (Julho 1998). p. 571-593

DHADA, Mustafah - *Warriors at Work: How Guinea was Really Set Free*. S.l.: University Press of Colorado, 1993

DIETRICH, Christopher - «"The Sustenance of Salisbury" in the era of Decolonization. The Portuguese Politics of Neutrality and the Rhodesian Oil Embargo, 1965-7» In *The International History Review*. Vol. 35. Nº 2 (2013). p. 235-255

DOCALAVICH, Heather - *The History And Structure of the United Nations: Development And Function*. S.l.: Mason Crest Publishers, 2006

DOUZINAS, Costas - *Human Rights and Empire: The Political Philosophy of Cosmopolitanism*. S.l.: Routledge-Cavendish, 2007

DROZ, Bernard – *Histoire de la Décolonisation au XX^{ème} Siècle*. Paris: Édition Seuil, 2006

EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges*. EUA: Indiana University Press, 2001

EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *The Power of UN Ideas: Lessons from the First 60 Years*. Washington: Communications Development Incorporated, 2005

EMMERIJ, Louis; JOLLY, Richard; WEISS, Thomas G. – *UN Ideas That Changed the World*. EUA: Indiana University Press, 2009

ESCARAMEIA, Paula - «O Papel da ONU na Formação do Direito Internacional Público». In *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 anos da ONU*. BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.). Lisboa: Prefácio, 2005. p. 335-349

ESCARAMEIA, Paula – *Formation and Concepts in International Law. Subsumption under Self-determination in the Case of East Timor*. Lisboa: Fundação Oriente e Centro de Estudos Orientais, 1993

FARRALL, Jeremy Matam - *United Nations Sanctions and the Rule of Law*. S.l.: Cambridge University Press, 2009

FERREIRA, José Medeiros – *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença, 2006

FERREIRA, José Medeiros – *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa: Tinta da China, 2011

FERREIRA, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996

FERREIRA, José Medeiros – «A Descolonização: seu Processo e Consequências» In *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. MATTOSO, José (Dir.). Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 53-101

FERRER LLORENT, Jaume - *La Aplicación del Principio de Autodeterminación de los Pueblos: Sáhara Occidental y Timor Oriental*. Murcia: Universidad de Alicante, 2002

FINNEY, Patrick - «Beyond the Postmodern Moment?» In *Journal of Contemporary History*. Vol. 40. Nº 1 (Janeiro 2005). p. 149-165

FONSECA, Ana Mónica – *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007

FREUDENSCHUSS, Helmut - «Legal and Political Aspects of the Recognition of National Liberation Movements» In *Millennium - Journal of International Studies*. 11 (1982). p. 115-129

GASPAR, Carlos – «Organização das Nações Unidas (ONU)» In *Dicionário de História de Portugal*. MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (Coord.). Vol. VIII, Porto: Figueirinhas, 1999. p. 672-678

GHEBREWET, Helen - *Identifying Units of Statehood and Determining International Boundaries: a Revised Look at the Doctrine of Uti Possidetis and the Principle of Self-Determination*. S.l.: Peter Lang Pub Inc, 2006

GLEIJESES, Piero - *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. s.d.: University of North Carolina Press, 2002

GLEIJESES, Piero - *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale*. Londres: Routledge, 2006

GLENDON, Mary Ann - *A World Made New: Eleanor Roosevelt and the Universal Declaration of Human Rights*. S.l.: Random House Trade Paperbacks, 2002

Global Institutions and Development. Framing the World? Londres: Routledge, 2004. p. 10

GONÇALVES, Ana Rosa Pedrosa – *O Direito à Autodeterminação aplicado aos Territórios Não Autónomos: o Exemplo do Sara Ocidental*. Lisboa: Texto Policopiado, 2009

GORMAN, Robert F. – *Great Debates at the United Nations. An Encyclopedia of Fifty Key Issues 1945–2000*. Connecticut: Greenwood Press, 2001

GRAIG, Gordon A. - «The Historian and the Study of International Relations» In *The American Historical Review*. Vol. 88. Nº 1 (Fevereiro 1983). p. 1-11

GUNN, Geoffrey C. - *East Timor and the UN: The Case for Intervention*. S.l.: Red Sea Press, 1997

HOGAN, Michael J. - «SHAFR Presidential Address: the “Next Big Thing”. The Future of Diplomatic History in a Global Age». In *Diplomatic History*. Vol. 28. Nº 1 (Janeiro 2004). p. 1-21

HOLLAND, R. F. – *European Decolonization 1918-1981: An Introductory Survey*. Londres: Macmillan Press Ltd, 1985

Human Rights in the Twentieth Century. LUDWING, Stefan (Ed.). Nova Iorque: Cambridge Press University, 2011

Human Rights, Self-Determination and Political Change in the Occupied Palestinian Territories. BOWEN, Stephen (Ed.). Haia: Martinus Nijhoff Publishers, 1997

HUNT, Lynn - *Inventing Human Rights: A History*. S.l.: W. W. Norton & Company, 2008

HURD, Ian - «Choices and Methods in the Study of International Organizations». [Em linha]. 7-8. [Consult. de 18 Mar. de 2012]. Disponível em <http://www.unstudies.org/sites/unstudies.org/files/hurd_jios.pdf>

Ideas and Foreign Policy. Beliefs, Institutions and Political Change. GOLDSTEIN, Judith; KEHOANE, Robert O. (Ed.). EUA: Cornell Paperbacks, 1993.

Ideas and Politics in Social Science Research. BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (Ed.). Nova Iorque: Oxford Press University, 2011

IKE, Udogu Emmanuel - *Liberating Namibia: the Long Diplomatic Struggle Between the United Nations and South Africa*. S.l.: Mcfarland, 2011

International Diplomacy and Colonial Retreat. FEDOROWICH, Kent; THOMAS, Martin (Ed.). S.l.: Routledge, 2000

International Society and its Critics. BELLAMY, Alex J. (Ed.). S.l.: Oxford University Press, 2004

IRIYE, Akira; GOEDDE, Petra; HITCHCOCK, William I. - *The Human Rights Revolution: An International History*. EUA: Oxford University Press, 2012

ISHAY, Micheline R. - *The History of Human Rights: From Ancient Times to the Globalization Era*. S.l.: University of California Press, 2008

JESUS, José Manuel Duarte de – *Eduardo Mondlane, um Homem a Abater*. Coimbra: Almedina, 2009

JOLLY, Richard; EMMERIJ, Louis; WEISS, Thomas George – *UN Ideas that Changed the World*. EUA: Indiana University Press, 2009

JOLLY, Richard; EMMERIJ, Louis; WEISS, Thomas George – *The Power of UN Ideas: Lessons from the First 60 Years*. Nova Iorque: UN Intellectual History Project Series, 2005

KANET, Roger E. - «The Superpower Quest for Empire: The Cold War and Soviet Support for “War of National Liberation”» In *Cold War History*. 6:3 (2006). p. 331-352

KELLEY, Donald R. - «What is Happening to the History of Ideas» In *Journal of the History of Ideas*. Vol. 51. Nº 1 (Jan. - Mar. 1990). p. 3-25

KENNEDY, Paul – *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*. Nova Iorque: Vintage Books, 2007

KENT, John – *America, the UN and Decolonization. Cold War Conflict in the Congo*. Londres: Routledge, 2010

KNOP, Karen - *Diversity and Self-Determination in International Law*. S.l.: Cambridge University Press, 2008

KOLB, Robert - *An Introduction to the Law of the United Nations*. Oregon: Hart Publishing, 2010

LALA, Amaral da Silva - *L’Enjeu Colonial dans les Relations Franco-Portugaises: 1944-1974*. Paris: Texto Policopiado, 2007

LARA, Lúcio – *Um Amplo Movimento: Itinerários do MPLA através dos Documentos de Lúcio Lara*. Vol. I-III Lisboa: Dom Quixote, 2000

Local Consequences of the Global Cold War. ENGEL, Jeffrey A.; ENGEL, Katherine Carté (Ed.). Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2007

LEITE, Joana Helena Maria Farjado Pacheco Pereira – *O Caso de Cabinda e a Unidade Política de Angola: uma Leitura Étnica e Económica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1997

LOPES, José Alberto de Azeredo – *Entre Solidão e Intervencionismo: Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*. Porto: Gabinete de Estudos Internacionais, 2003

LOWE, Vaughan, et. al. (Ed.) - *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. EUA: Oxford University Press, 2010

LUARD, Evan - *A History of the United Nations. The Age of Decolonization 1955-1965*. Vol. II. S.l.: Macmillan, 1989

LUARD, Evan - *A History of the United Nations. The Years of Western Domination*. Vol. I. S.l.: Macmillan, 1989

LUARD, Evan; HEATER, Derek Benjamin - *The United Nations: How it Works and what it Does*. S.l.: St. Martin's Press, 1994

MABEKO-TALI, Jean-Michel - «La Question de Cabinda: Séparatismes Éclatés, Habbités Luandaíses et Conflits en Afrique Centrale» In *Lusotopie*. 2001. p. 49-62

MACKENZIE, David - *A World Beyond Borders: An Introduction to the History of International Organizations*. Toronto: University of Toronto Press, 2010

MACQUEEN, Norrie - «Belated Decolonization and UN Politics against the Backdrop of the Cold War: Portugal, Britain, and Guinea-Bissau's Proclamation of Independence, 1973–1974» In *Journal of Cold War Studies*. Vol. 8. Nº 4 (Outono de 2006). p. 29-56

MACQUEEN, Norrie - «Marcelismo, Africa and the United Nations [With particular Reference to the British Response to the PAIGC's Declaration of Independence for Guinea-Bissau]» In *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. FRANCO, Manuela (Coord.). Lisboa: IPRI, 2006. p. 101-117

MACQUEEN, Norrie - «Trajectórias Divergentes: Guiné-Bissau e Cabo Verde desde a Independência» In *Relações Internacionais*. Nº 8 (Dezembro 2005). p. 39-53

MACQUEEN, Norrie - *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito, 1998

MAGALHÃES, José Calvet - «Portugal e as Nações Unidas, a Questão Colonial 1955-1974» In *Cadernos do Lumiar*. Lisboa: IEEI, 1996

MANELA, Erez – *The Wilsonian Moment. Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007

MARCOS, Daniel – *Salazar e De Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007

MARCUM, John A. - *The Angolan Revolution. Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*. Vol. II. Massachusetts: The Mit Press, 1978

MARTIN, Ian - *Self-Determination in East Timor: The United Nations, the Ballot, and International Intervention*. S.l.: Lynne Rienner Pub, 2001

MARTINS, Fernando – *Portugal e a Organização das Nações Unidas: Uma História da Política Externa e Ultramarina Portuguesa no Pós-Guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)*. Lisboa: Texto Policopiado, 1995

MARTINS, Fernando Manuel Santos – «A ONU e a Descolonização 1943-1955» In *História*. Nº 19 (Abril 1996). p. 28-37

MARTINS, Fernando Manuel Santos – «A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-68)» In *Penélope*. Nº 18 (1998). p. 189-206

MARTINS, Fernando Manuel Santos – *Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Évora: Edições Colibri; CIDEHUS-UE, 2001

MATEUS, Dalila Cabrita – *A PIDE-DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004

MATOS, Vera Margarida Coimbra de - *Portugal e Itália: Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

MAZOWER, Mark – *Governing the World: The History of an Idea*. S.l.: Penguin Press HC, 2012

MAZOWER, Mark - *No Enchanted Palace: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations*. Princeton: Princeton University Press, 2009

MENESES, Filipe Ribeiro de – *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar: 1941.1970*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005

Minorities, Peoples and Self-Determination. GHANEA, Nazila; XANTHAKI, Alexandra (Ed.). Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2005

MINTER, William - *Apartheid's Contrasts: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. s.l.: Booksurge Publishing, 2008

MOITA, Maria Isabel de Oliveira Faria – *Portugal Perante a Política do Apartheid. A Visão da Diplomacia Portuguesa*. Lisboa: ISCTE, 1997

MONTEIRO, José Pedro – *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o Problema do Trabalho Nativo: a Queixa do Estado do Gana*. Lisboa: Texto Policopiado, 2012

MORAIS, Carlos Blanco de – *O Direito à Autodeterminação dos Povos: o Estatuto Jurídico do Enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada, 1998

MOREIRA, Adriano – *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*. Lisboa: Almedina, 2009

MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Lisboa: Almedina, 2001

MOYN, Samuel - *The Last Utopia: Human Rights in History*. S.l.: Belknap Press, 2012

Multilateral Diplomacy and the United Nations Today. MULDOON JR, James P., et. al. (Ed.). S.l.: Westview Press, 2005

NEIER, Aryeh - *The International Human Rights Movement: A History*. EUA: Princeton University Press, 2012

NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah - *Human Rights at the UN: The Political History of Universal Justice*. S.l.: Indiana University Press, 2008

OLIVEIRA, Pedro Aires - «Adrian Hastings e Portugal: Wiriyanu e outras polémicas» In *Lusitana Sacra*. 2ª série. 19-29 (2007-2008). p. 379-397

OLIVEIRA, Pedro Aires - «Live and Let Live Britain and Portugal's Imperial Endgame (1945-75)» In *Portuguese Studies*. Vol. 29. Nº 2 (2013). p. 186-208

OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007

ONUF, Nicholas Greenwood – *Making Sense, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations*. Nova Iorque: Routledge, 2013

Palgrave Advances in International History. FINNEY, Patrick (Ed.). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. p. 2

PARDO SANZ, Rosa - «La Décolonisation de l'Afrique Espagnole: Maroc, Sahara Occidental et Guinée-Équatoriale» In *Europe face à son Passé Colonial*. DARD, Olivier; LEFEUVRE, Daniel (Dir.). Paris, Riveneuve éditions, 2008. p. 169-196

PATIL, Vrushali - *Negotiating Decolonization in the United Nations: Politics of Space, Identity, and International Community*. S.l.: Routledge, 2007

PÉLISSIER, René – *La Colonie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1978

PÉLISSIER, René – *Le Naufrage des Caravelles: Etudes sur la Fin de l'Empire Portugais (1961-1975)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1979

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas - *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009

PERCOX, David - *Britain, Kenya and the Cold War: Imperial Defence, Colonial Security and Decolonisation*. S.l.: Tauris Academic Studies, 2004

PEREIRA, Aristides – *Uma Luta, um Partido, dois Países: Guiné-Bissau – Cabo Verde*. Lisboa: Notícias, 2002

PEREIRA, Carlos Santos - «Portugal e as Nações Unidas» In *Os Portugueses nas Nações Unidas: os 60 Anos da ONU*. BRANCO, Carlos Martins; GARCIA, Francisco Proença (Coord.). Lisboa: Prefácio, 2005. p. 143-162

PETERSON, M. J. - *The General Assembly in World Politics*. S.l.: Unwin Hyman, 1990

PHILPOTT, Daniel - *Revolutions in Sovereignty: How Ideas shaped Modern International Relations*. Nova Jérĩa: Princeton University Press, 2001

PIMENTA, Fernando Tavares – *Os Brancos de Angola: Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005

PINTO, Maria do Ceú – *O Papel da Organização das Nações Unidas na Criação de uma Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Prefácio, 2010

PINTO, António Costa - *A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001

Politics, Products, and Markets: Exploring Political Consumerism Past and Present. MICHELETTI, Michele et. al (Ed.). Nova Jérícia: Transaction Publishers, 2004

Pour l'Histoire des Relations Internationales. FRANK, Robert (Dir.) Paris: Presses Universitaires de France, s.d.

QUAYE, Christopher - *Liberation Struggles in International Law*. Filadelfia: Temple University Press, 1991

REIS, Bruno Cardoso – «Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974)» In *Portuguese Studies*. Vol. 29. Nº 2 (2013). p. 251-276

RIBEIRO, Avelino Alves – *Cabinda: Direito à Independência? O Etno-Nacionalismo e o Princípio da Autodeterminação em Questão*. Porto: Dissertação de Mestrado, 1995

RIBEIRO, Manuel de Almeida; FERRO, Mónica – *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Almedina, 2004

Robert E.; PLANO, Jack A. - *The United Nations: International Organization and World Politics*. S.l.: Wadsworth Publishing, 2004

ROCHA, Edmundo – *Angola - Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano*. S.l.: Dinalivro, 2009

RODRIGUES, Luís Nuno - «Cold War and Colonialism: The Case of East Timor» in *Local Consequences of the Global Cold War*. ENGEL, Jeffrey A. (Ed.). Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008. p. 296-313

RODRIGUES, Luís Nuno - «Cold War and Colonialism: The Case of East Timor» In *Local Consequences of the Global Cold War*. ENGEL, Jeffrey A.; ENGEL, Katherine Carté (Ed.). Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2007. p. 296-313

RODRIGUES, Luís Nuno – «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)» In *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. FRANCO, Manuela (Coord.). Lisboa: IPRI, 2006. p. 61-100

RODRIGUES, Luís Nuno - «Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961» In *Ler História*. Nº 42 (2002). p. 61-90

RODRIGUES, Luís Nuno - *Salazar e Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002

RODRIGUES, Luís Nuno - «A “Solidão” na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos» In *Diplomacia e Guerra: Política externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. MARTINS, Fernando (Ed.). Évora: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2000. p. 189-224

RODRIGUES, Luís Nuno - «As Negociações que Nunca Acabaram. A Renovação do Acordo das Lajes em 1962» In *Penélope*. N.º 22 (2000). p. 53-70

A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974). ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.). Lisboa: Editorial Notícias, 2004

RUBINSTEIN, Alvin Z. – *Moscow’s Third World Strategy*. Princeton, Nova Jérσία: Princeton University Press, 1988

SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias: Do Colonialismo e da Descolonização*. Vol. I-II. Lisboa: Casa das Letras, 2006

SANTOS, Aurora Almada e - «The Decolonization Committee of the United Nations Organization and the Struggle against the Portuguese Colonialism in Africa: 1961-1974» In *From Colonization to Globalization: the Intellectual and Political Legacies of Kwame Nkrumah and Africa’s Future*. QUIST-ADADE, Charles; CHIANG, Frances. Canadá, Daysprings Publishing, 2011. p. 199-209

SANTOS, Aurora Almada e - «A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960» In *Relações Internacionais*. N.º 30 (Junho de 2011). p. 61-69

SANTOS, Aurora Almada e - «The UN Decolonization Committee and the struggle in Portuguese Colonies in the 1970s» In *Afriche e Orienti*. N.º 2 (2011). p. 35-52

SANTOS, Aurora Almada e - «The Decolonization Committee of the United Nations Organization and the International Legitimacy of National Liberation Movements of Portuguese Colonies: 1961-1974» In *Problems and Issues in International Relations*. MAVRIKOS-ADAMOU, Tina (Coord.). Atenas: Atiner, 2010. p. 149-160

SANTOS, Aurora Almada e - «The Decolonization Committee and the National Liberation Movements of Portuguese Colonies: 1961-1976» In *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires Oliveira (Coord.). Lisboa: Tinta da China, 2010. p. 491-506

SANTOS, Aurora Almada e - *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Lisboa: Texto Policopiado, 2009

SANTOS, Aurora Almada e - «The Foundation of the Organization of African Unity» In *Rastafari in Lusoland: on the 50th Anniversary of the Haile Selassie’s I State Visit to*

Portugal, 1959-2009. BOAVIDA, Isabel; RAMOS, Manuel João (Coord.). Lisboa: CEA-ISCTE, 2009. p. 35-38

SANTOS, Pedro Manuel Silva – *Portugal e a NATO. Diplomacia em Tempo de Guerra (1961-1968)*. Lisboa: Texto Policopiado, 2007

Southern African Liberation Struggles. New Local, Regional and Global Perspectives. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris (Ed.). África do Sul: UCT Press, 2013

SCHACHTER, Oscar - «United Nations Law». In *American Journal of International Law*. Vol. 88. Nº 1. (Janeiro 1994). p. 1-23

SCHMIDT, Elizabeth - *Cold War and Decolonization in Guinea, 1946-1958*. Athens: Ohio University Press, 2007. ISBN 978-0-8214-1764-5

SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial*. Lisboa: Tribuna da História, 2005

SCHWEIZER, Karl W.; SCHUMANN, Matt J. - «The Revitalization of Diplomatic History: Renewed Reflections» In *Diplomacy and Statecraft*. 19: 2 (2008). p. 149-186

SEIBERT, Gerhard – *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Leiden: Brill, 2006

SELLERS, Mortimer; BURCI, Gian Luca; MCCORQ, Robert - *The New World Order: Sovereignty, Human Rights and the Self-Determination of Peoples (Nationalism & Internationalism)*. S.l.: Berg Publishers, 1996

SELLSTRÖM, Tor - *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Vol. I: Formation of a Popular Opinion (1950 -1970)*. S.l.: Nordic Africa Institute, 1999

SHIPWAY, Martin – *Decolonization and its Impact. A Comparative Approach to the End of the Colonial Empires*. EUA: Blackwell Publishing, 2008

SHUBIN, Vladimir - *The Hot 'Cold War': The USSR in Southern Africa*. Reino Unido: Pluto Press, 2010

SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997

SILVA, António E. Duarte - «O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)» In *Análise Social*. Vol. XXX (130). 1995 (1º). p. 5-50

SILVA, Maria Isabel Alarcão e – *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo*. Lisboa: Texto Policopiado, 1994

SIMPSON, W. Brian - *Human Rights and the End of Empire: Britain and the Genesis of the European Convention*. EUA: Oxford University Press, 2004

SODUPE, Kepa – *La Teoría de las Relaciones Internacionales a Comienzos del Siglo XXI*. S.l.: Servicio Editorial de la Universidade del País Vasco, s.d.

SOUSA, Julião Soares - «MPLA: da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)» In *Latitudes*. Nº 28. Dezembro de 2006. p. 11-16

SOUSA, Julião Soares - *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Vega, Lda, 2011

Southern African Liberation Struggles. New Local, Regional and Global Perspectives. SAPIRE, Hilary; SAUNDERS, Chris (Ed.). África do Sul: UCT Press, 2013

SPRUYT, Hendrik - «The End of Empire and the Extension of the Westphalian System: The Normative Basis of the Modern State Order» In *International Studies Review*. Vol. 2. Nº 2 (Verão, 2000). p. 65-92

STEINER, Zara - «On Writing International History: Chaps, Maps and Much More» In *International Affairs*. Vol. 73. Nº 3 (Julho 1997). p. 531-546

STERIO, Milena - *The Right to Self-Determination under International Law: "Selfistans", Secession, and the Great Powers*. S.l.: Routledge, 2012

STILLER, Sabina - *Ideational Leadership in German Welfare State Reform: How Politicians and Policy Ideas Transform Resilient Institutions*. Amsterdam: Amsterdam University, 2010. p. 32-33

STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates, 2005

SUMMERS, James - *Peoples and International Law: How Nationalism and Self-Determination Shape a Contemporary Law of Nations*. S.l.: Martinus Nijhoff Publishers, 2007

TAN, See Seng; ACHARYA, Amitav - *Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for International Order*. Singapore: NUS Publishing, 2009

TELO, António – *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000

TELO, António – *Pontugal e a NATO: O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições 70, 1996

TELO, António – «As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal» In *Revista de História das Ideias*. Vol. 16. 1994. p. 347-369

The Cambridge History of the Cold War. LEFFLER; Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). Vol. I-III. S.l.: Cambridge University Press, 2010.

The Human Rights Revolution: An International History. RIYE, Akira; GOEDDE, Petra; HITCHCOCK, William I. (Ed.). EUA: Oxford University Press, 2012

The Oxford Handbook on the United Nations. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007

The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century. MALONE, David M. (Ed.). Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2004

The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945. LOWE, Vaughan, et. al. (Ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2008

THEMIDO, João Hall – *Uma Biografia Disfarçada*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2008

THOMAS, Martin; MOORE, Bob; BUTLER, L. J. - *The Crises of Empire: Decolonization and Europe's Imperial Nation States, 1918-1975*. EUA: Bloomsbury, 2008

TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013

TÍSCAR SANTIAGO, María José – *Pacto Ibérico, NATO e Guerra Colonial*. Lisboa: IDN, 2012

TOMÁS, António - *O Fazedor de Utopias: Uma Biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007

Trustee for the Human Community: Ralph J. Bunche, the United Nations, and the Decolonization of Africa. HILL, Robert A.; KELLER, Edmond J. (Ed.). S.l.: Ohio University Press, 2010

UDOGU, Emmanuel Ike - *Liberating Namibia: The Long Diplomatic Struggle Between the United Nations and South Africa*. S.l.: Mcfarland, 2011

WALRAVEN, Klaas van – *Dreams of Power: the Role of the Organization of African Unity in the Politics of Africa. 1963-1993*. Leiden: African Studies Centre, 1999

WEIGERT, Stephen L. - *Angola: A Modern Military History, 1961-2002*. Londres: Palgrave, 2011

WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.) - *The Oxford Handbook of the United Nations*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009

WEISS, Thomas G.; THAKUR, Ramesh – *Global Governance and the UN: An Unfinished Journey*. EUA: Indiana University Press, 2010

WESTAD, Odd Arne - *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times*. s.d.: Cambridge University Press, 2007

WHEELER, Douglas - «"May God Help Us". Angola's First Declaration of Independence: The 1951 Petition/Message to the United Nations and USA» In *Portuguese Studies Review*. 19 (1-2). 2011. p. 271-291

WILDE, Ralph – *International Territorial Administration: How Trusteeship and the Civilizing Mission Never went Away*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008

WILLIAMS, Andrew J. - *Failed Imagination?: New World Orders of the Twentieth Century*. Nova Iorque: Manchester University Press, 1998

WILLIAMS, Susan - *Who Killed Hammarskjöld?: The UN, the Cold War and White Supremacy in Africa*. S.l.: Hurst & Co., 2011

WILSON, Heather A. - *International Law and the Use of Force by National Liberation Movements*. S.l.: Oxford University Press, 1990

WITTMANN, Ernö - *Past and Future of the Right of National Self-determination*. S.l.: Ulan Press, 2012

XAVIER, Leonor - *Rui Patrício: Uma Vida Conta-se Inteira*. Lisboa: Temas e Debates, 2010

ZEILER, Thomas W. - «Bernath Lecture. Just Do It! Globalization for Diplomatic Historians» In *Diplomatic History*. Vol. 25. Nº 4 (Outono 2001). p. 529-551

ZIRING, Lawrence; RIGGS, ZIRING, Lawrence; RIGGS, Robert E.; PLANO, Jack C. – *The United Nations: International Organization and World Politics*. Canadá: Wadsworth Cengage Learning, 2005

ZUBOK, Vladislav M. - *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev (New Cold War History)*. S.l.: The University of North Carolina Press, 2008

Anexos

Anexo I

Membros da Organização das Nações Unidas: 1945-1970

1945 – Membros fundadores: Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Brasil, Canadá, Checoslováquia, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Etiópia, França, Filipinas, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irão, Iraque, Jugoslávia, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Perú, Polónia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Turquia, Ucrânia, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Uruguai, Venezuela

1946 – Afeganistão, Islândia, Suécia, Tailândia

1947 – Paquistão, Iémen

1948 – Burma

1949 – Israel

1950 – Indonésia

1955 – Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Ceilão, Espanha, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Roménia

1956 – Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia

1957 – Gana, Malásia

1958 – Guiné

1960 – Alto Volta, Camarões, Chade, Chipre, Congo (Brazzaville), Congo (Leopoldville), Costa do Marfim, Dahomey, Gabão, Madagáscar, Mali, Níger, Nigéria, República Centro Africana, Senegal, Somália, Togo

1961 – Mauritânia, Mongólia, República Unida da Tanzânia, Serra Leoa

1962 – Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad et Tobago, Uganda

Cf. GORMAN, Robert F. – Great Debates at the United Nations. An Encyclopedia of Fifty Key Issues 1945–2000. Connecticut: Greenwood Press, 2001. p. 375-376

1963 – Kuwait, Quênia

1964 – Malawi, Malta, Zâmbia

1965 – Gâmbia, Maldivas, Singapura

1966 – Barbados, Botswana, Guiana, Lesoto

1968 – Guiné Equatorial, Maurícias, Suazilândia

1970 – Fidji

Anexo II

Mudanças nos Equilíbrios Regionais da Assembleia-Geral: 1945-1975

Ano	Total	África	Ásia	América Latina	Europa de Leste	Europa Ocidental e Outros
1945	51	3	9	20	6	13
1955	76	4	20	20	10	22
1965	117	37	26	22	10	22
1975	144	47	36	27	11	23

Cf. PETERSON, M. J. - «General Assembly» In *The Oxford Handbook on the United Nations*. WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (ed.). Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. p. 106

Anexo III

Territórios Não Autônomos Enumerados pelas Potências Coloniais: 1947

AUSTRÁLIA

Papua

BÉLGICA

Congo Belga

DINAMARCA

Gronelândia

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Alasca

Samoa Americana

Guam

Hawai

Zona do Canal do Panamá

Porto Rico

Ilhas Virgens

FRANÇA

África Equatorial Francesa

Possessões Francesas na Índia

Possessões Francesas na Oceânia

Guiana Francesa

Somalilândia Francesa

África Ocidental Francesa

Guadalupe e Dependências

Indochina

Madagáscar e Dependências

Martinica

Marrocos

Nova Caledónia e Dependências

Novas Hébridas (sob domínio anglo-francês)

Reunião

Saint Pierre et Miquelon

Tunísia

HOLANDA

Curaçao

Índias Holandesas

Suriname

Cf. United Nations – Yearbook of the United Nations: 1946-1947. Nova Iorque: Office of Public Information, s.d. p. 571-572

NOVA ZELÂNDIA

Ilhas Cook

Ilhas Tokelau

REINO UNIDO

Colônia e Protectorado de Aden

Bahamas

Barbados

Basutolândia

Protectorado da Bechuanalândia

Bermudas

Guiana Britânica

Honduras Britânica

Brunei

Chipre

Dominica

Ilhas Falkland

Fidji

Gâmbia

Gibraltar

Ilhas Gilbert e Ellice

Colônia e Protectorado da Costa do Ouro

Granada

Hong Kong

Jamaica

Colônia e Protectorado do Quênia

Ilhas Leeward

União Malaia

Malta

Maurícias

Nigéria

Bornéu do Norte

Rodésia do Norte

Niassalândia

Ilhas Pitcaim

Santa Helena e Dependências

Santa Lúcia

São Vicente

Sarawak

Seicheles

Serra Leoa

Singapura

Protectorado das Ilhas Salomão

Protectorado da Somalilândia

Suazilândia

Trinidad et Tobago

Protectorado do Uganda

Protectorado do Zanzibar

Anexo IV

Missão Portuguesa junto da Organização das Nações Unidas: 1960-1970

1960

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Vasco Vieira Garin

Representante Permanente Substituto: Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, Luís Jorge Costa

Segundo-Secretário de Legação: Luís Eduardo de Almeida Campos Soares de Oliveira

1961

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Vasco Vieira Garin

Representante Permanente Substituto: Ministro Plenipotenciário de 2ª Classe, Luís Jorge Costa

Segundo-Secretário de Legação: Luís Eduardo de Almeida Campos Soares de Oliveira

1962

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Vasco Vieira Garin

Representante Permanente Substituto: Primeiro-Secretário de Embaixada, Tomás de Melo Breyner Andersen

Segundo-Secretário de Embaixada: António Tello Moreira de Almeida de Magalhães Colaço

1963

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Vasco Vieira Garin

Primeiro-Secretário de Legação: António Augusto de Medeiros Patrício

Adido de Legação: Francisco Manuel Pedreira Norton de Matos

Cf. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Anuário Diplomático e Consular Português: 1960-1970. Lisboa: MNE, 1961-1971

1964

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

Primeiro-Secretário de Legação: Encarregado de Negócios Interino, António Augusto de Medeiros Patrício

Adido de Legação: Francisco Manuel Pedreira Norton de Matos

1965

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

Primeiro-Secretário de Legação: Encarregado de Negócios Interino, António Augusto de Medeiros Patrício

Adido de Legação: Francisco Manuel Pedreira Norton de Matos

1966

Representante Permanente: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

Primeiro-Secretário de Legação: Encarregado de Negócios Interino, António Augusto de Medeiros Patrício

Segundo-Secretário de Legação: Francisco Manuel Pedreira Norton de Matos

Consultor Especial: Leão Lourenço

1967

Primeiro-Secretário de Embaixada: Encarregado de Negócios Interino, Duarte Vaz Pinto da Fonseca de Sá Pereira e Castro

Segundo-Secretário de Embaixada: Mário João Gameiro Lagoa

Consultor Especial: Leão Lourenço

1968

Não há informação

1969

Primeiro-Secretário de Embaixada: Encarregado de Negócios Interino, Duarte Vaz Pinto da Fonseca de Sá Pereira e Castro

Segundo-Secretário de Embaixada: Rui Fernando de Meira Ferreira

Segundo-Secretário: Rui Manuel Goulart d'Ávila

Consultor Especial: Leão Lourenço

1970

Primeiro-Secretário de Embaixada: Encarregado de Negócios Interino, Duarte Vaz
Pinto da Fonseca de Sá Pereira e Castro

Segundo-Secretário de Embaixada: Rui Fernando de Meira Ferreira

Segundo-Secretário de Embaixada: Rui Manuel Goulart d'Ávila

Consultor Especial: Leão Lourenço

Anexo V

Votação das Resoluções da Assembleia-Geral: 1960-1970

	Sim	Não	Abstenção
Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960	89	0	9
Resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960	69	2	21
Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960	68	6	16
Resolução 1603 (XV), de 20 de Abril de 1961	73	2	9
Resolução 1654 (XVI), de 27 de Novembro de 1961	97	0	4
Resolução 1699 (XVI), de 19 de Dezembro de 1961	90	3	2
Resolução 1742 (XVI), de 30 de Janeiro de 1962	99	2	1
Resolução 1807 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962	82	7	13
Resolução 1819 (XVII), de 18 de Dezembro de 1962	57	14	18
Resolução 1913 (XVIII), de 3 de Dezembro de 1963	91	2	11
Resolução 1973 (XVIII), de 16 de Dezembro de 1963	102	2	1
Resolução 2107 (XX), de 21 de Dezembro de 1965	66	26	15
Resolução 2108 (XX), de 21 de Dezembro de 1965	100	1	3

	Sim	Não	Abstenção
Resolução 2184 (XXI), de 12 de Dezembro de 1966	70	13	22
Resolução 2237 (XXI), de 20 de Dezembro de 1966	112	2	2
Resolução 2270 (XXII), de 17 de Novembro de 1967	82	7	21
Resolução 2288 (XXII), de 7 de Dezembro de 1967	91	2	17
Resolução 2311 (XXII), de 14 de Dezembro de 1967	81	2	18
Resolução 2349 (XXII), de 19 de Novembro de 1967	113	2	1
Resolução 2395 (XXIII), de 29 de Novembro de 1968	86	3	15
Resolução 2425 (XXIII), de 18 de Dezembro de 1968	87	2	19
Resolução 2426 (XXIII), de 18 de Dezembro de 1968	82	7	25
Resolução 2431 (XXIII), de 16 de Dezembro de 1968	115	2	1
Resolução 2507 (XXIV), de 21 de Novembro de 1969	97	2	18
Resolução 2554 (XXIV), de 12 de Dezembro de 1969	80	2	18
Resolução 2555 (XXIV), de 12 de Dezembro de 1969	76	5	21
Resolução 2557 (XXIV), de 12 de Dezembro de 1969	103	2	0

	Sim	Não	Abstenção
Resolução 2703 (XXV), de 14 de Dezembro de 1970	85	11	12
Resolução 2704 (XXV), de 14 de Dezembro de 1970	83	4	21
Resolução 2706 (XXIV), de 14 de Dezembro de 1970	111	2	0
Resolução 2707 (XXV), de 14 de Dezembro de 1970	96	6	16

Anexo VI

Votação das Resoluções do Conselho de Segurança: 1961-1970

	Sim	Não	Abstenção
Resolução 163 (1961), de 9 de Junho de 1961	9	0	2
Resolução 178 (1963), de 24 de Abril de 1963	11	0	0
Resolução 180 (1963), de 31 de Julho de 1963	8	0	3
Resolução 183 (1963), de 11 de Dezembro de 1963	10	0	1
Resolução 204 (1965), de 19 de Maio de 1965	11	0	0
Resolução 218 (1965), de 23 de Novembro de 1965	7	0	4
Resolução 226 (1966), de 14 de Outubro de 1966	11	0	4
Resolução 241 (1967), de 15 de Novembro de 1967	15	0	0
Resolução 268 (1969), de 28 de Julho de 1969	11	0	4
Resolução 273 (1969), de 9 de Dezembro de 1969	13	0	2
Resolução 275 (1969), de 22 de Dezembro de 1969	9	0	6
Resolução 289 (1970), de 22 de Novembro de 1970	15	0	0
Resolução 290 (1970), de 8 de Dezembro de 1970	11	0	4

Cf. Organização das Nações Unidas – Relatórios do Conselho de Segurança para a Assembleia Geral. S.n.: s.l., 1961-1970

Anexo VII

Peticionários Ouvidos pelo Subcomité de Angola: 1961-1962

1961

Aliança dos Emigrantes do Zombo (ALIAZO)

Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

Movimento para a Libertação de Angola (MPLA)

Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO)

Oposição Democrática Portuguesa

União das Populações de Angola (UPA)

1962

Comité de Acção para a Unidade Nacional de Cabinda (CAUNC)

Frente de Unidade Angolana (FUA)

Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Movimento Nacional Angolano (MNA*)

Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

Movimento para a Libertação de Angola (MPLA)

Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO)

Partido Democrata Nto-Bako Angola

Cf. Nations Unies – A/4978. Supplement n° 16. Rapport du Sous-Comite Charge d'Étudier la Situation en Angola. Nova Iorque: s.n., 1962; United Nations - A/5286. Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola. Nova Iorque: s.n., 1962

Anexo VIII

Peticionários Ouvidos pela IV Comissão: 1961-1970

1961

Henry Labéry - Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGC)

Jean Ko Gomis - Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGC)

1962

A. Kaziluki - Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

Agostinho Neto – Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)

Amílcar Cabral – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Angelino Alberto – Partido Democrata Nto-Bako Angola

Benedito Mapanje

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Emmanuel Kounzika – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Henry Labéry – Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING)

Holden Roberto – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Jean-Pierre Bala - Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

Mário de Andrade – Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA)

Miguel Trovoadá – Comité de Libertação de São Tomé de Príncipe (CLSTP)

Ranque Franque – Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

1963

Alphonse Kita - Comité de Unidade Nacional Angolana (CUNA)

António da Fonseca – The Goan Association

David J. M. Mabunda - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Cf. Organização das Nações Unidas – Relatórios da IV Comissão. S.I.: s.n., 1961-1970

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

François Lele – Partido Democrata Nto-Bako Angola

Henrique Galvão

Holden Roberto – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

John Sakupwanya - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

José Manuel - Comité de Unidade Nacional Angolana (CUNA)

Leo de Sousa – The Goan Association

Romeo da Silva – The Goan Association

Wolfgang Doss de Souza – The Goan Association

1965

Albert Nank

André Kassinda - Conselho do Povo Angolano (CPA)

Domingos Bernardo - Conselho do Povo Angolano (CPA)

Eduardo Mondlane – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

Marcelino dos Santos - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

1966*

Carlos Gonçalves Cambando – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Mário Pinto de Andrade - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

Sharfudine Mohamed Khan – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

1967

Francisco Lubota – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Mateus Gwenjere - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

* Albert Nank solicitou neste ano uma audição, mas não foi possível confirmar se compareceu na IV Comissão.

Paul Touba – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Uria Timoteo Simango - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

1968

Miguel A. Marupa - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Sharfudine Mohamed Khan - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

1969

Albert Nank

Sharfudine Mohamed Khan - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

1970

Abel – União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA)

Armando Gebuza – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Carlos Gonçalves Cambando – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Francisco Alexandre – União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA)

George M. Houser - American Committee on Africa (ACOA)

Jennifer Davis - American Committee on Africa (ACOA)

Jorge Rebelo – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Paul Touba – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Raymond F. Mbala – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Sharfudine Mohamed Khan – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Anexo IX

Peticionários Ouvidos pelo Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa: 1962

Tanganica

- A. Chapo - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- Absolom Bahule - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- D. Mahlayeye - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- E. Lala - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)
- E. Ndimeni - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- F. Magaia - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- F. Mungaka - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- G. Ndeyo - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- Hlomulo Chitifo - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- J. B. Chagong'a - União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)
- J. Mungwambe - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- L. Matsoko - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- L. Tembe - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- Lawrence M. Millinga - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)
- M. Murupa - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- Mathew M. Mmole - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Cf. United Nations – A/5160 and Add. 1 and 2. Report of the Special Committee on Territories under Portuguese Administration. Nova Iorque: s.n., 1962

Foram recebidas petições escritas de: Guar Radebe, do Congresso Pan-Africano da África do Sul; Comité de Acção Nacional dos Cabindas; Partido Democrata Nto-Bako Angola; Abdoulaye Diallo, Secretário Geral da Conferência de Todos os Povos Africanos; e Juventude da União Popular de Libertação da Guiné “Portuguesa”. Um depoimento escrito foi apresentado pela UPG, ex-MLGC, da parte de um desertor do exército português, António Augusto Lança, antigo cabo da Divisão de Artilharia.

Nathanael Mbaeva - South West Africa National Union (SWANU)

P. Ngwenya - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Paul J. Gumane - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Plácido Viegas - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Rafael José Pedro - União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)

S. Nungu - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

T. Marapendo - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Tennyson Makiwane - Congresso Nacional Africano (ANC)

Uria Simango - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

República do Congo (Leopoldville)

Alexandre L. Domingos - professor assistente e porta-voz do grupo

Alexandre Taty – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Antoine Loureiro – Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO)

António Maembe - Frente Nacional Angolana (FNA)

Bunga Kiala - comerciante e agricultor

Charles Salvador - Frente Nacional Angolana (FNA)

Cruz Chisseva – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

David Livromentos – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Dembele Ferdinand – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Domingo Vetokele – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Domingos da Silva - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Emmanuel Kounzika – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Fernando Dombele – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Fernando Gourgel – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Ferreira Bambi - agricultor

Holden Roberto – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Jean-Pierre Bala - Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

João Branquirne - regedor

João Camao - cozinheiro

João Francisco Quintão – Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

João Nakisi - chefe de aldeia

Julião Webba – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Lubaki Sebastian – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Luís Azevedo Júnior - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Luís Ranque Franque – Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

Manuel Miguel - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Manuel Nzingi

Manuel Senguela - ministro na missão baptista no norte de Angola

Mário de Andrade - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Mário Moutinho de Pádua - médico e desertor do exército português

Miguel Kiala Zinga

Ngonga Davidi - chefe de aldeia

Pascal Luvualu - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)

Paulo Gomes – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Refugiados da área de Thysville

Rosário Neto – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Sanda Martin – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Toco Manuel - chefe de aldeia

Viriato da Cruz - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Gana

D. J. M. Mabunda - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Ernestina da Silva - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG)

Kassinda André - Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA)

Miguel Trovoada - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP)

Serafina de Assis - União das Mulheres Angolanas (UMA)

Guiné-Conakry

Adriano L. Araújo - anteriormente membro do Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (MLGCV-FLGCV)

Amílcar Cabral - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)*

Diakaite

Louis da Silva - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG – Secção UPG, Conakry)

Mamadou Camara

Rogatien François da Silva - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG – Secção UPG, Conakry)

Senegal

Armand Faria - União das Populações da Guiné (UPG, ex-MLGC)

Balbino da Costa - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG-Bissau)

Barry Mamadou - União Popular para a Libertação da Guiné Portuguesa (UPLG)

Diallo Ibrahim - Frente Nacional para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (FNLG)

Henry Labéry - União das Populações da Guiné (UPG, ex-MLGC)

Honoré Cabral - Movimento para a Libertação das Ilhas de Cabo Verde - Secção do Senegal (MLICV)

Jonas Mário Fernandez - União das Populações da Guiné (UPG, ex-MLGC)

José Andrade - Movimento para a Libertação das Ilhas de Cabo Verde - Secção do Senegal (MLICV)

José Francisco - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG-Bissau)

José Mendy - União das Populações da Guiné (UPG, ex-MLGC)

Mane Cheick - Rassemblement Démocratique Africain de la Guiné Portugaise

Manuel Lopez da Silva - União das Populações da Guiné (UPG, ex-MLGC)

Mendy François - Movimento para a Libertação da Guiné dita Portuguesa (MLG)

Marrocos

Aquino de Bragança - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

José Fret - União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Portuguesa (UGEAN)

Marcelino dos Santos - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

Maria Dulce Almada – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
(PAIGC)

Anexo X

Composição do Comité de Descolonização: 1962-1970

1962

Austrália
Camboja
Estados Unidos da América
Etiópia
Índia
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
Síria
Tanganica
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1963

Austrália
Bulgária
Camboja
Chile
Costa do Marfim
Dinamarca
Estados Unidos da América
Etiópia
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
Serra Leoa
Síria
Tanganica

Cf. Organisations des Nations Unies - Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux. Nova Iorque: s.n., 1962-1970

Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1964

Austrália
Bulgária
Camboja
Chile
Costa do Marfim
Dinamarca
Estados Unidos da América
Etiópia
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1965

Austrália
Bulgária
Camboja
Chile
Costa do Marfim
Dinamarca
Estados Unidos da América
Etiópia
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia

Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1966

Afeganistão
Austrália
Bulgária
Chile
Costa do Marfim
Dinamarca
Estados Unidos da América
Etiópia
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1967

Afeganistão
Austrália
Bulgária
Chile
Costa do Marfim
Estados Unidos da América
Etiópia
Finlândia
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia

Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uruguai
Venezuela

1968

Afeganistão
Austrália
Bulgária
Costa do Marfim
Equador
Estados Unidos da América
Etiópia
Finlândia
Honduras
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Venezuela

1969

Afeganistão
Bulgária
Costa do Marfim
Equador
Estados Unidos da América
Etiópia
Honduras
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali

Noruega
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Venezuela

1970

Afeganistão
Bulgária
Costa de Marfim
Equador
Estados Unidos da América
Etiópia
Honduras
Índia
Irão
Iraque
Itália
Jugoslávia
Madagáscar
Mali
Noruega
Polónia
Reino Unido
República Unida da Tanzânia
Serra Leoa
Síria
Tunísia
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Venezuela

Anexo XI

Peticionários Ouvidos pelo Comité de Descolonização: 1962-1970

1962

D. M. Kunnumbara - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Eduardo Mondlane

Frene Ginwalla *

G. S. Zandemela - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

J. Baltazar - União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)

S. M. Makaba - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Uria Simango - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

1963

Carlos Gonçalves Cambando – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

1964

Alberto Nank

Carlos Gonçalves Cambando – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

F. Ian Gilchrist

1965

Adão José Domingos Kapilango - União das Populações de Angola (UPA)

Amílcar Cabral - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Aníbal de Melo - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Cf. Organisation des Nations Unies - Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux. Nova Iorque: s.n., 1962-1970

* Embora não seja apresentado como uma peticionária dos territórios portugueses considero que deve ser incluída nesta listagem, pois no seu depoimento referiu-se aos territórios da África meridional e às colónias portuguesas. Por outro lado, não há qualquer referência à sua nacionalidade e às suas actividades.

Lazaro Kavandame – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Lufuino M. Muliata – refugiado angolano

Marcos Kassanga - Conselho do Povo Angolano (CPA)

Mateus Muthemba – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

S. K. Njolomba – refugiado angolano

Uria Simango - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Zarica J. Sakupwanya - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

1966

Amílcar Cabral – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Daniel Júlio Chipenda – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Isidro Romero – cineasta francês

Johnny Eduardo – Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)

José Malheiro Egreja Borges Ervedosa - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Joyce Lussu – jornalista

Justin Vieyra – jornalista

Luís d’Almeida – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Manuel Alegre - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Marcelino dos Santos – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Mário de Andrade - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

Mário Moutinho de Pádua - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Narciso Mbule - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Piero Nelli – cineasta italiano

Tomas Medeiros - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP)

1967

A. Medina – Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO)

A. P. Matondo - Partido Progressista Angolano (PPA)

Benjamin Pinto-Bull – Frente para a Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING)

Domingos Silva - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Emile Ndongala Mbidi - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)

Emmanuel Tulengala - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

François Lele - Partido Democrata Nto-Bako Angola

Gracia Kiala – Confederação dos Sindicatos Livres Angolanos (CSLA)

Holden Roberto - Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Jacob Jacques Zimeni – Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

Lourenço Mutaca – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Lúcio Lara - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Luís Azevedo Júnior – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Mariano Matsinhe – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

P. Barreiro Lulendo - Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos (LGTA)

Paul J. Gumane – Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Simão Ladeira-Lumona – Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA)

Smart Chata – União para a Independência Total de Angola (UNITA)

1968

Benjamin Pinto-Bull – Frente para a Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING)

Francisco Lubota – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

1969

Antoine Kiaku - Partido Democrata Nto-Bako Angola

Carlos Rocha - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

David Samwimbila - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

Emmanuel Tulengana - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

François Kuta - Partido Democrata Nto-Bako Angola

G. Kiala - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

Holden Roberto – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Joaquim Chissano - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Marcelino dos Santos - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Paul J. Gumane – Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Uria T. Simango - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

1970

Absolum T. Bahule - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Fanuel Mahluza - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Henrique Carreira - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Joseph Turpin - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Marcelino dos Santos - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Anexo XII

Votação das Resoluções do Comité de Descolonização: 1962-1970

	Sim	Não	Abstenção
Resolução de 10 de Agosto de 1962	12	4	1
Resolução de 18 de Setembro de 1962	13	3	1
Resolução de 4 de Abril de 1963	19	0	5
Resolução de 3 de Julho de 1964	20	0	4
Resolução de 10 de Junho de 1965	18	2	3
Resolução de 18 de Junho de 1965	15	0	0
Resolução de 22 de Junho de 1966	18	1	3
Resolução de 22 de Junho de 1966	16	2	1
Resolução de 15 de Setembro de 1966	16	0	7
Resolução de 20 de Junho de 1967*	17	2	2
Resolução de 20 de Junho de 1967	17	2	2
Resolução de 26 de Junho de 1968	18	3	2
Resolução de 23 de Setembro de 1968	19	0	4
Resolução de 24 de Junho de 1969	16	2	3
Resolução de 2 de Outubro de 1969	13	0	5
Resolução de 18 de Agosto de 1970	14	2	2
Resolução de 27 de Agosto de 1970	17	2	2

Cf. Organisation des Nations Unies - Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux. Nova Iorque: s.n., 1962-1970

*Foram aprovadas duas resoluções a 20 de Junho de 1967 com a mesma votação. Uma das resoluções deplorava a intransigência do governo português e a outra solicitava ao Conselho de Segurança para aplicar contra Portugal as medidas previstas no Capítulo VII da Carta.

Anexo XIII

Lista Preliminar dos Territórios aos quais a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais se Aplicava: 1963

a) Territórios sob tutela

Austrália

1. Nova Guiné
2. Nauru

Estados Unidos da América

3. Territórios sob tutela das ilhas do Pacífico

b) Território do Sudoeste Africano

África do Sul

4. Sudoeste Africano

c) Territórios que a Assembleia-Geral declarou como não autónomos segundo o Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, mas sobre os quais as potências administrantes não comunicavam informações

Portugal

5. Angola, incluindo o enclave de Cabinda
6. Moçambique
7. Guiné, ou “Guiné Portuguesa”
8. Arquipélago de Cabo Verde
9. Ilhas de São Tomé e Ilha do Príncipe e suas dependências
10. Macau e suas dependências
11. Timor e suas dependências

Reino Unido

12. Rodésia do Sul

d) Territórios não autónomos sobre os quais as potências administrantes comunicavam informações

Austrália

13. Ilhas Cocos (Keeling)
14. Papua

França e Reino Unido

15. Novas Hébridas

Cf. Organisations des Nations Unies - A/5446/Rev. 1. Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux. 1963. Canadá: s.n.: 1964

Nova Zelândia

- 16. Ilhas Cook
- 17. Ilha Nioué
- 18. Ilhas Tokelau

Espanha

- 19. Fernando Pó
- 20. Ifni
- 21. Rio Muni
- 22. Sara Espanhol

Reino Unido

- 23. Aden
- 24. Antígua
- 25. Bahamas
- 26. Barbados
- 27. Bassutolândia
- 28. Betchouanalândia
- 29. Bermudas
- 30. Guiana Britânica
- 31. Honduras Britânica
- 32. Ilhas Virgens Britânica
- 33. Brunei
- 34. Ilhas Caimão
- 35. Dominica
- 36. Ilhas Falkland
- 37. Ilhas Fidji
- 38. Gâmbia
- 39. Gibraltar
- 40. Ilhas Gilbert e Ellice
- 41. Granada
- 42. Hong Kong
- 43. Quênia
- 44. Malta
- 45. Ilhas Maurícias
- 46. Montserrat
- 47. Bornéu do Norte
- 48. Rodésia do Norte
- 49. Niassalândia
- 50. Ilhas Pitcairn
- 51. Santa Helena
- 52. Saint-Christophe-et-Nièves et Anguilla
- 53. Santa Luzia
- 54. São Vicente
- 55. Sarawak
- 56. Seicheles
- 57. Singapura
- 58. Ilhas Salomão
- 59. Suazilândia
- 60. Ilhas Turcas e Caicos

61. Zanzibar

Estados Unidos da América

62. Samoa Americana

63. Guam

64. Ilhas Virgens Americanas

Anexo XIV

Fotografias entregues por Portugal ao Subcomité de Angola: 1961



Nova Lisboa: uma locomotiva suspensa. Oficinas gerais



Urbanização - Nova Lisboa: um aspecto da cidade

As fotografias correspondem aos álbuns intitulados Fomento, Urbanização, Ensino e Assistência e Oito Séculos de Nacionalidade, Quatro de Lusitanidade em Angola entregues pelo governo português ao Subcomité de Angola.



Ensino e Assistência – Um dispensário infantil



Oito Séculos de Nacionalidade, Quatro de Lusitanidade em Angola - Os transportes públicos são na realidade para todos



Ensino e Assistência - Sá da Bandeira: Liceu Diogo Cão



Ensino e Assistência - Luanda. Liceu Salvador Correia: Classe de ginástica feminina

Anexo XV

Sessões do Comité Especial para os Territórios sob Administração Portuguesa no Congo (Leopoldville): 1962



